

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisângela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?

Patrícia Pacheco Alves de Oliveira

Instituto Camillo Filho. Arquitetura e Urbanismo
Teresina - Piauí

Hugo Bona de Carvalho

Instituto Camillo Filho. Arquitetura e Urbanismo
Teresina - Piauí

Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar

Instituto Camillo Filho. Arquitetura e Urbanismo
Teresina - Piauí

RESUMO: A urbanização é um fenômeno que ganha cada vez mais intensidade ao redor do mundo. Devido a isso, as cidades ocupam a posição de maiores consumidoras de recursos naturais disponíveis, o que fortalece a relação entre o ambiente urbano e a arquitetura ambiental. Sendo assim, este estudo é pautado no novo modelo de desenvolvimento que se encontra em plena expansão e proporciona a inserção do componente tecnológico na urbe: as Smart Cities. O termo smart city, em português, cidade inteligente, surgiu no final dos anos 90 em um movimento que defendia novas políticas de planejamento urbano. Cidades inteligentes são ecossistemas urbanos inovadores caracterizados por uma utilização generalizada de Tecnologias da Informação e Comunicação, as TIC's, na gestão de seus recursos. É um modelo onde a conectividade é fonte de desenvolvimento a partir da utilização

da infraestrutura de redes para melhorar a eficiência econômica e política e permitir o desenvolvimento social, cultural e urbano. O objetivo deste artigo é explorar este conceito, embasando-o com referências teóricas e práticas internacionais, para avaliar com maior propriedade a situação das Smart Cities no Brasil. Com o auxílio de metodologias de revisão bibliográfica e estudo de caso, é possível, por fim, identificar os potenciais para soluções smart que o Brasil apresenta, avaliando suas perspectivas de tornar-se verdadeiramente um país com cidades mais inteligentes.

PALAVRAS-CHAVES: Smart City; Cidade Inteligente; Tecnologia; Brasil.

ABSTRACT: Urbanization is a phenomenon that is gaining more and more intensity around the world. Because of this, cities occupy the position of largest consumers of available natural resources, which strengthens the relationship between urban environment and environmental architecture. This study is based on the new model of development that is in full expansion and provides the insertion of the technological component in the city: the Smart Cities. The term smart city, in English, an intelligent city, emerged in the late 1990s in a movement that advocated new urban planning policies. Smart cities are innovative urban ecosystems characterized by a widespread use

of Information and Communication Technologies, ICTs, in the management of their resources. It is a model where connectivity is a source of development from the use of network infrastructure to improve economic and political efficiency and enable social, cultural and urban development. The objective of this article is to explore this concept, based on international theoretical and practical references, to better evaluate the situation of Smart Cities in Brazil. With the aid of bibliographic review methodologies and case studies, it is possible to finally identify the potentials for smart solutions that Brazil presents, evaluating its prospects of truly becoming a country with smarter cities.

KEYWORDS: Smart City, Technology, Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

Pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial vive em cidades e a expectativa é de que, até 2050, esta proporção chegue a 70% (OMS, 2014). A demanda sem precedentes gerada no ambiente urbano, associada às práticas antiquadas de planejamento levaram grande parte das metrópoles a condições de saturação e é apenas uma questão de tempo até que outras cidades também cresçam e sofram com os mesmos problemas. Os congestionamentos constantes comprometem o deslocamento de trabalhadores e, conseqüentemente, a produtividade das cidades; a quantidade de pessoas superior ao que o mercado consegue absorver e a falta de qualificação geram desemprego e pobreza; a violência urbana ocasiona medo e prejudica empreendimentos em áreas perigosas. Se as cidades são organismos vivos, como afirma o urbanista Jaime Lerner, esses são apenas alguns dos sintomas da doença urbana (GRUPO EDITORIAL RECORD, 2008).

A mudança repentina da forma organizacional da atual urbe refletirá em uma desaprovação social de grande porte, ameaçando não só o conforto que uma grande parcela da sociedade com acesso a recursos já se acostumou, como também talvez a própria sobrevivência da espécie humana, no caso das chances mais drásticas se concretizarem. Portanto surge a necessidade do desenvolvimento de novos planos urbanísticos para unir eficiência, sustentabilidade e qualidade de vida relacionado aos moradores e ao ambiente.

Um desses planos urbanísticos é o chamado: Smart City ou Cidades Inteligentes, que são projetos nos quais um determinado espaço urbano é palco de experiências de uso intensivo de tecnologias de comunicação e informações sensíveis ao contexto de gestão urbana e ação social. O conceito desse plano também se define pelo uso de tecnologia para melhorar a infraestrutura urbana e tornar os centros urbanos mais eficientes e melhores de se viver.

A solução das Smart Cities é promissora nesse contexto, pois, paralelamente aos desafios mencionados, existe um avanço também sem precedentes da Tecnologia da Informação e do seu emprego em atividades comuns. A colisão entre o crescimento

das cidades e o fluxo massivo de dados sobre elas e seus cidadãos permitirá a transformação do ambiente urbano em um laboratório cívico, um lugar na qual a tecnologia é adaptada de formas inovadoras para atender às necessidades locais (TOWNSEND, A., et. al. 2010). Este novo conceito tem a capacidade de modificar positivamente e por inteiro as relações entre a comunidade e os serviços urbanos.

Apesar da alta demanda financeira e de envolver necessidades tecnológicas e softwares de alto padrão e ser implementada no âmbito do Planejamento Urbano, a ideia por detrás da Smart City choca positivamente com todas as principais preocupações de um Urbanista e de todo profissional que esteja envolvido com o planejamento da urbe. A cidade inteligente tem como preceito a eficiência, ou seja, o uso eficiente de recursos naturais, como água, vegetação e combustíveis. E não se trata apenas do uso direto de recursos, a Smart City se propõe a organizar o ambiente urbano de tal forma a resolver os inúmeros problemas ambientais mencionados há pouco. Ela é um modelo de sustentabilidade urbana adaptado às possibilidades da era da informática (PRADO, Kárys., et. al. 2014).

O artigo em questão tem a intenção de expor ideias baseadas em teorias e pesquisadores envolvidos na área, uso de exemplos para melhor entendimento do leitor e buscar adaptar essa novidade para a área de campo urbanístico brasileiro buscando citar formas de adaptação desse conceito para as atuais cidades ou até mesmo as novas cidades. É necessário entender que o termo Smart City é algo novo e que envolve diversos âmbitos de uma sociedade, por isso ainda existe pouca bibliografia sobre o assunto, principalmente, no Brasil, o que traz mais uma importância e finalidade a esse trabalho.

2 | SMART CITY – UMA SOLUÇÃO PROMISSORA

Até o início dos anos 1990, as tecnologias eram consideradas mais uma discussão acadêmica do que uma prática do dia a dia. Nos últimos tempos, essa realidade mudou com o avanço das pesquisas e soluções, além da necessidade de repensar o uso dos espaços urbanos respeitando a sustentabilidade.

O século XXI é, e continuará sendo, o século das cidades. O crescente processo de urbanização levou mais da metade da população mundial a viver em cidades, centros de influência econômica e social. Em paralelo, a revolução digital está criando uma sociedade hiperconectada e colaborativa, transformando as relações entre os cidadãos. Na confluência dessas duas tendências globais surgem as Smart Cities. (CEAPG, 2015)

É difícil chegar a um único conceito para descrever uma Smart City. Segundo o pesquisador americano Boyd Cohen, Ph.D. em urbanismo e uma das referências na elaboração de metodologias que definem as chamadas Smart Cities, cidades inteligentes são as que conseguem se desenvolver economicamente ao mesmo tempo

que aumentam a qualidade de vida dos habitantes ao gerar eficiência nas operações urbanas.

Caragliu et. al. (2011) definem Smart Cities como “uma cidade onde se investe em capital humano e social e se utiliza da infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação como combustível para um crescimento econômico sustentável e uma melhora de qualidade de vida, uma boa gestão de recursos naturais através de uma governança participativa”. Uma cidade inteligente poder ser definida também como um ambiente que integra TICs criando ambientes interativos trazendo a comunicação para o mundo real. Ainda, uma cidade pode ser considerada inteligente (fig. 01) quando possui um ambiente físico onde as TICs “desaparecem” à medida que se tornam embutidas nos artefatos físicos e nos ambientes do dia a dia (STEVENTON e WRIGHT, 2006).



Fig. 01 – Tecnologia nos ambientes do dia a dia em uma Smart City.

Fonte: <http://geraçãosmartgrid.com.br>

Pode-se dizer também que uma cidade inteligente é aquela que supera os desafios do passado e conquista o futuro, utilizando a tecnologia como um meio para prestar de forma mais eficiente os serviços urbanos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. (CEAPG, 2015)

No entanto é fácil identificar que uma Smart City é um trabalho em conjunto do ser humano com as tecnologias. As Smart Cities teriam muita dificuldade em serem criadas sem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), por outro lado, as TICs são apenas ferramentas para facilitar o desenvolvimento das Smart Cities. Para se ter uma cidade inteligente precisa-se criar uma verdadeira mudança no equilíbrio de poder entre o uso das TICs pelas organizações, governo, comunidades e sociedade em geral, bem como buscar o equilíbrio econômico com sustentabilidade (HOLLAND, 2008).

Em Pellicer et al. (2013) apresenta-se uma pesquisa com informações dos

principais projetos de Smart Cities no mundo, como: Málaga, Paris, Amsterdam, Vienna, Toronto, Songdo, Nova, York, entre outras. A experiência acerca da implantação de um projeto piloto na cidade de Seattle, EUA, é apresentada em Alawadhi e Scholl (2013), com a experiência sobre a implantação de Smart Cities na China sendo discutida em Hao et al. (2012).

Enquanto algumas cidades são de implantação relativamente simples, outras demandam um complexo esforço de articulação entre setor público, privado e cidadãos: requalificação de áreas urbanas, iluminação e semaforização inteligente, incentivos ao desenvolvimento da economia criativa, espaços de coworking e ações de incentivo a startups, participação eletrônica, dados abertos, modernização administrativa, Centros de Controle de Operações (CCO), monitoramento ambiental, big data, uso de dados de celulares para políticas públicas, bicicleta pública, estrutura para carros elétricos, e muitas outras. Todas essas experiências atualmente em funcionamento representam apenas o começo de um novo conceito.

3 | OS PRIMEIROS EXEMPLOS DE CIDADES INTELIGENTES

Classificada pelo jornal britânico The Guardian como a primeira cidade inteligente do mundo, Songdo, na Coreia do Sul, é um exemplo de aerotrópole, expressão usada pelos urbanistas para designar as cidades planejadas que crescem em torno de um aeroporto. Referência em planejamento urbano, o projeto levou em consideração várias opções de mobilidade e a disseminação de espaços verdes. Sensores subterrâneos detectam as condições de tráfego e reprogramam os semáforos sempre que necessário. Um lago e um canal abastecidos com água do mar mantêm a umidade sem sacrificar a água potável e também são usados como via de transporte para táxis aquáticos (EXAME, 2015).

Há, ainda de acordo com a Exame (2015), 25 quilômetros de ciclovias para os adeptos do transporte sobre duas rodas. Um sistema pneumático de gestão de resíduos se espalha por toda a cidade, o que praticamente elimina a necessidade de coleta de lixo e alivia o trânsito. Com o slogan “A três horas e meia de um terço da população mundial” e seu projeto de Smart City, Songdo se tornou uma das principais metrópoles inteligentes do mundo.

Reduzindo o uso de combustíveis fósseis, Copenhague tornou-se bicampeã no ranking de cidades inteligentes da Europa, elaborado pela revista Fast Company, uma das mais respeitadas publicações sobre inovação do mundo.

Em relação a 2005, quando o conceito de carbono zero passou a fazer parte das ações do governo local, Copenhague reduziu 21% das emissões. Atualmente, a cidade emite, em média, 2 milhões de toneladas per capita de carbono por ano, sendo o melhor exemplo de redução de emissão de carbono do planeta.

Também ajuda o fato de, em Copenhague, metade da população de pouco mais

de meio milhão de pessoas usar bicicletas para chegar ao trabalho, segundo dados oficiais. A cidade possui um amplo sistema de aluguel de bicicletas equipadas com GPS. Recentemente, elas começaram a receber sensores que detectam a qualidade do ar e ainda permitem aos usuários receber informações em tempo real sobre congestionamentos (EXAME, 2015).

O objetivo é diminuir ainda mais a emissão até 2025, chegando a 1,16 milhão de toneladas per capita anuais. Para atingir a meta, todos os novos edifícios de Copenhague precisam ser construídos segundo regras de sustentabilidade e suas tecnologias.

Dessa forma, percebe-se o destaque que edifícios/construções inteligentes tem nas cidades inteligentes, onde sensores, atuadores, controladores, unidades centrais de programação, interfaces de diversos tipos, redes de comunicação e medidores inteligentes são instalados para garantir uma melhor performance energética da edificação como apresentado em Morvaj et al. (2011), que são os chamados Smart Buildings.

Os Smart Buildings ou edifícios inteligentes são uma solução em engenharia, dotados de alta tecnologia, com sistemas eletrônicos desempenhando as mais variadas funções, utilizando sistemas que busquem a sustentabilidade e traga mais qualidade de vida e comodidade aos seus usuários. São também a vanguarda da tecnologia e arquitetura, com propostas de construção que utilizam métodos sustentáveis (COELHO E CRUZ, 2017).

O conceito de Smart Building é relativamente atual. Segundo o Smart Building Institute (2015) é definido que:

Um edifício concebido para ser inteligente deve aumentar sua performance e facilitar as operações de manutenção durante seu ciclo de vida. O objetivo primário dessa construção é minimizar os custos de longo prazo sobre o seu ciclo de vida para proprietários, ocupantes e o meio ambiente. Em um prédio de alta performance todos os componentes do edifício são integrados de forma a trabalharem juntos. Isso melhora a performance operacional, aumenta o conforto e satisfação dos ocupantes e provém aos usuários da construção com sistemas, tecnologias e ferramentas para administrar e minimizar o consumo de energia.

Pode-se concluir então que cada um destes fatores contribui para o bom desempenho da habitação, se aliados a capacidade de adequação de um edifício com tecnologia e sobretudo com as necessidades de seus ocupantes.

4 | O PLANO COMEÇA A ENTRAR EM AÇÃO EM TERRAS BRASILEIRAS

No Brasil, observa-se que as cidades inteligentes estão mais relacionadas com as tecnologias na área da energia elétrica. Recentemente, algumas cidades brasileiras começaram a usar a tecnologia de smart grid, as redes de distribuição

inteligentes de energia elétrica. Na prática, esse sistema permite aumentar o controle contra perda de energia no processo de distribuição. Em Campinas-SP, Caxias do Sul-RS, algumas cidades do Paraná e de Minas Gerais também já estão iniciando o uso dessas tecnologias.

O uso de veículos elétricos, reduzindo o efeito poluidor da frota de carros movidos a combustíveis fósseis, é uma das possíveis soluções em análise. O impacto na rede elétrica devido a popularização do uso de veículos elétricos deve ser levado em consideração nos estudos de planejamento energético (BORBA, 2012). Existem perspectivas para inserção de veículos elétricos no mercado brasileiro, como as que são apresentadas em Mabub et al. (2013).

Já o Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação [SBSI 2012] enumera os seus domínios de interesse (transporte, educação, comunicação, saúde, água e segurança). Enuncia que, de forma geral, não se pode enumerar uma lista restritiva determinando os domínios alvo de uma cidade inteligente. As prioridades devem variar de acordo com o contexto e os interesses específicos de cada cidade. Enquanto algumas cidades possuem o tráfego saturado e necessitam de soluções inteligentes para controlar o trânsito, outras podem não ter este domínio como ponto crítico e priorizar, por exemplo, aspectos de governança e saúde.

Para o Centro de Estudo em Administração Pública e Governo (CEAPG, 2015), o conceito de Smart City ainda é pouco conhecido pelo cidadão brasileiro. Ao ser indagado, porém, sobre o tema, expressa o desejo de que essa cidade inteligente contribua para melhorar a qualidade de vida e os serviços públicos. O cidadão espera também que o projeto ajude a minimizar o impacto negativo sobre o meio ambiente e aumentar a transparência da gestão municipal.

Inaugurada em 2012, a Cidade Inteligente Búzios, constituiu a primeira cidade inteligente da América Latina, localizada em Búzios, município da Região dos Lagos do Rio de Janeiro, fundamentada em três conceitos: sustentabilidade, racionalidade e eficiência.

A construção deste caso real possibilita que duzentos e vinte e dois domicílios de Búzios possam ter medidores inteligentes, que dão informações sobre o seu uso de energia elétrica aos respectivos consumidores permitindo que eles organizem melhor o seu consumo.

Há também uma face mais lúdica nesse projeto, onde duzentos consumidores receberam em suas casas um kit com três tomadas inteligentes e um roteador 3G, em parceria com uma rede de telefonia. Com isso, eles poderão, a partir de qualquer lugar, ligar e desligar os equipamentos que estejam ligados nas tomadas, por meio de um aplicativo de celular ou mesmo pela web. Também será possível saber quanto cada aparelho está consumindo individualmente (fig. 02), educando melhor o consumidor em seus gastos com energia (SETTI, 2012).

	24 horas																								
	1 ^h	2 ^h	3 ^h	4 ^h	5 ^h	6 ^h	7 ^h	8 ^h	9 ^h	10 ^h	11 ^h	12 ^h	13 ^h	14 ^h	15 ^h	16 ^h	17 ^h	18 ^h	19 ^h	20 ^h	21 ^h	22 ^h	23 ^h	24 ^h	
Dias úteis	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP
Sábados, domingos e feriados	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP
Ponta (P)	Período de 3 horas consecutivas diárias, com exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.																								
Intermediária (IN)	Período formado pela hora imediatamente anterior e pela hora imediatamente posterior ao período de ponta, totalizando 2 horas.																								
Fora de Ponta (FP)	Período composto pelas horas complementares aos períodos de ponta e intermediária.																								

Fig. 02 – Tabela de consumo individual

Fonte: <https://www.researchgate.net>

Outros equipamentos que chamam a atenção pela cidade são: a turbina eólica, que gera toda a energia do centro de pesquisa; e os quatro carros e duas bicicletas elétricas, que deverão ser usados pela Guarda Municipal. As bicicletas devem chegar a 30, assim como há planos para lançar barcos-táxi elétricos.

Desde dezembro de 2015, no Ceará está sendo construída a Smart City Laguna (fig. 03), na cidade de Croatá, o que seria a primeira Smart City Social do mundo. Com áreas residenciais (Laguna Residencial Ecopark), comerciais e industriais (Industrial Ecopark), distribuídas em 330 hectares, o complexo terá Wi-Fi liberado em todas as suas áreas institucionais, drenagem profunda, coleta seletiva do lixo e piso intertravado, que deixa a água da chuva escoar para o solo, evitando transtornos.



Fig. 03 - Plano urbano da cidade Laguna.

Fonte: <http://smartcitylaguna.com.br>

Com esses projetos em ação, o país terá informações importantes para o desenvolvimento de ideias semelhantes ou ainda melhores para a expansão do conceito de Smart City em outras regiões do Brasil e da América Latina.

Atualmente, com o aumento populacional, o uso de recursos tem-se tornado excessivo, pelo que a tentativa de implementar novas políticas ambientalistas em prol da sustentabilidade da comunidade tem-se tornado uma prioridade. Contudo, a formação de uma Smart City não permite a dissociação da tecnologia de que a cidade usufrui do uso inteligente do conhecimento de que dispõe. Desta maneira, para uma

cidade normal converter-se numa cidade inteligente deverá repensar estratégias, modelos e processos urbanos para responder aos desafios atuais ligados ao bem-estar populacional e, principalmente, ao equilíbrio ambiental e eficiência dos recursos naturais (GUEDES et al., 2015).

As soluções tecnológicas para transportes e mobilidade representam uma mais-valia para as cidades, na medida em que podem visualizar e analisar as condições de tráfego, reduzir a poluição e melhorar a experiência dos utilizadores. Desta forma, estas funcionalidades auxiliam as cidades a planejar melhor a mobilidade urbana, uma vez que combinam e analisam informações de diferentes fontes, em tempo real, melhorando a eficiência operacional e o desempenho global do sistema de transportes.

Para isto, as cidades inteligentes devem incentivar o uso de transportes coletivos a partir de soluções ágeis e completas de metros e comboios de alta velocidade. Estes, para além de poderem transportar bastantes pessoas ao mesmo tempo, têm um impacto ambiental reduzido e, uma vez que operam em linhas próprias, conseguem trabalhar com pontualidade. Ainda neste sentido, é recomendável que se invista, por exemplo, em sistemas de aluguel digital, onde há a possibilidade de alugar uma bicicleta e devolvê-la a quilómetros de distância.

GUEDES et al. (2015) defende que, na verdade, é a forma inteligente e hábil de usar os recursos disponíveis no globo terrestre que fazem destacar as cidades inteligentes das cidades normais. As fontes de energia renováveis podem vir a substituir outro tipo de energias, uma vez que, a longo prazo, tornar-se-ão mais rentáveis economicamente e trarão benefícios ambientais bastante significativos. Deste modo, aposta-se na utilidade da energia solar, eólica e hidráulica como motor de avanço e progresso que, claramente, irá avantajá-los locais geográficos que desses recursos usufruem.

A água, por outro lado, já é um recurso natural que possui um ciclo contínuo na natureza mesmo sem a interferência do homem. O problema é que nem todas as pessoas têm noção da importância imensurável que esse bem tem sobre a humanidade e assim o usam descontroladamente, prejudicando o ciclo natural da água e diminuindo as reservas de água doce existentes.

Dessa forma, é necessário conscientizar a população e propor uma rápida mudança de atitudes perante o descuido com o uso da água. As cidades inteligentes vêm no sentido de amenizar o uso insustentável desse recurso recorrendo para isso ao desenvolvimento de novos serviços e sistemas que permitem uma utilização controlada da água.

“Global water usage continues to increase at twice the rate of population growth. Clearly something must be done to better manage our water supply for a sustainable future” (IBM)

Há cada vez mais a necessidade de tornar as cidades mais inteligentes,

principalmente em países com economias emergentes, como a China e o Brasil, dado o seu exponencial aumento demográfico, sendo que cada uma traz desafios e oportunidades únicas.

Preparação para inundações, a prevenção de apagões, engarrafamentos, superlotação e dificuldades logísticas que acompanham a urbanização acelerada são algumas das demandas de curto prazo mais urgentes nas cidades em crescimento. Em certos casos, são construídos bairros e cidades a partir do zero, o que permite que a infraestrutura de uma cidade inteligente seja desenvolvida logo desde o início. (GUEDES et al., 2015).

Porém, na maioria das comunidades, o financiamento de qualquer projeto é um difícil obstáculo a superar, mesmo que as soluções de cidades inteligentes reduzam os custos ao eliminar ou reduzir a necessidade de investir em novas infraestruturas, principalmente tendo em conta a crise financeira global atual.

A solução mais comum para este problema tem sido a introdução gradual das alterações e das novas tecnologias de modo a permitir não só a adaptação dos cidadãos, como a avaliação do funcionamento e da eficácia dos sistemas, para evitar investimentos em vão.

Entretanto, toda ideia deve-se observar suas vantagens e desvantagens, e com as Smart Cities não é diferente. Num mundo cada vez mais informatizado a privacidade de muitas pessoas é posta em risco, devido a possíveis erros informáticos, vírus e hackers. Além da dependência dos sistemas informáticos em grande parte dos aspetos da vida cotidiana. E também a necessidade da constante atualização dos sistemas com o rápido avanço das tecnologias e o rápido descarte de itens ultrapassados, que neste aspeto, surgem dificuldades para as pessoas mais idosas de acompanhar o avassalador desenvolvimento das tecnologias informáticas.

Ainda assim, é pertinente dizer que as cidades inteligentes são o passo a seguir e extremamente necessário diante à crise de recursos do nosso mundo atual. E, quanto às suas desvantagens, cabe a nós, enquanto seres humanos, procurar soluções para todos os defeitos que as Smart Cities possam encontrar, tendo sempre em vista melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

5 | NOTAS FINAIS

Alinhado ao momento regulatório do Brasil, que busca identificar políticas, padrões técnicos e recursos para implementação de redes inteligentes, podemos identificar potenciais para desenvolvimento em função da aplicação das tecnologias em solo brasileiro.

Na construção de uma Smart City, a gestão municipal precisa estar atenta às demandas que surgem nessas áreas, pois o estágio de evolução de cada cidade difere em função do seu ponto de partida e das demandas da cidadania local. Assim, as

diferentes cidades precisam superar diferentes barreiras. Cada uma terá seu próprio rol de desafios, em função de sua identidade, história, geografia e cultura.

Para tirar essa ideia do papel é necessário pensar em soluções que resolvam esses problemas ao mesmo tempo que se enfrentem os novos desafios e a dinâmica das cidades modernas, como mobilidade, sustentabilidade e sócio diversidade, rumo a um futuro com maior qualidade de vida para os cidadãos que nelas vivem.

Assim, após essas verificações, acredita-se que sim, as smart cities são realidades e podem proporcionar soluções e melhorias para a qualidade de vida da população. Entretanto, frisa-se que trabalhar com Smart Cities não é apenas ter o domínio da tecnologia e aplicar aleatoriamente. É saber como que essa tecnologia vai auxiliar à resolução dos problemas da atualidade.

REFERÊNCIAS

ALAWDHI, S.; SCHOLL, H.J., **Aspiration and realizations: The smart city of Seattle**. In: Proceedings of 46th Annual Hawaii International Conference on System Science, pp.1695-1703, 2013.

BORBA, B.S.M.C., **Modelagem Integrada da introdução de veículos leves conectáveis à rede elétrica no sistema energético brasileiro**. Tese de Doutorado do Programa de Planejamento Energético – PPE- COPPE, 2012.

CARAGLIU, A; DEL BO, C. & NIJKAMP, P (2011). “**Smart cities in Europe**”. Journal of Urban Technology. P. 65-82.

COELHO, D. e CRUZ, V. (2017). **EDIFÍCIOS INTELIGENTES: uma visão das tecnologias aplicadas**. 1st ed. São Paulo: Blucher, p.15.

CUNHA, M., PRZEYBILOVICZ, E., MACAYA, J. e BURGOS, F. (2016). **SMART CITIES: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DE CIDADES**. 1st ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, p.10.

EXAME. (2017). **Conheça 3 cidades inteligentes pelo mundo** | EXAME. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/conheca-3-cidades-inteligentes-pelo-mundo>. Acessado em: 4 de outubro de 2017.

GAMA, K., ALVARO, A. e PEIXOTO, E. (2012). **Em Direção a um Modelo de Maturidade Tecnológica para Cidades Inteligentes**. [online] VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação (SBSI 2012) Trilhas Técnicas. Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/sbsi/2012/0018.pdf>. Acessado em: 10 de outubro de 2017.

GUEDES, A., MOTA, J., TAVARES, M. e ABREU, R. (2015). **Infraestrutura tecnológica: caracterização, desafios e tendências**. PROJETO FEUP. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP.

GRUPO EDITORIAL RECORD, **Jaime Lerner, Entrevista - Acupuntura Urbana**, 2008. Disponível em: http://www.record.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=4016&id_entrevista=294. Acessado em: 9 de setembro de 2017.

HAO, L.; LEI, X.; YAN, Z.; CHUNLI, Y., **The application and implementation research of smart city in China**. In: Proceedings of International Conference on System Science and Engineering, pp.288-292, 2012.

HOLLANDS, R. G (2008). “**Will the real smart city please stand up?**”. *City* 12 (3): 303–320.

IBGE, **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

IBM. “**Smarter Planet**”. Disponível em: http://www.ibm.com/smarterplanet/us/en/smarter_cities/overview/. Data de acesso: 16 de outubro de 2017.

MABUB, M.O.A.; SILVA, C.H.F.; PORTO, M.A.D. SILVA, E.L.B., **As implicações da Smart Grid no Cenário Energético Brasileiro**. Revista SODEBRAS. v.8, no. 95, pp. 80-88, 2013.

MORVAJ, G.; LUGARIC, L.;KRAJCAR, S., **Demonstrating Smart Buildings and Smart Grid features in a Smart Energy City**. In: Proceedings of 3rd Youth Conference on Energetics (IYCE), pp. 1-8, 2011.

PELLICER, S.; SANTA, G.; BLENDA, A.L.; MAESTRE, R.;JARA, A.J.; SKARMETA, A.G., **A Global Perspective of Smart Cities: A Survey**. In: Proceedings of 7th International Conference on Innovative Mobile and Internet Service in Ubiquitous Computing, pp.439-444, 2013.

SETTI, R. (2012). **Búzios torna-se primeira cidade inteligente da América Latina**. [online] O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/buzios-torna-se-primeira-cidade-inteligente-da-america-latina-6787601>. Acessado em: 8 de outubro de 2017.

Smart City Laguna. (2017). **Smart City Laguna - A 1ª Smart City Social do mundo**. [online] disponível em: http://smartcitylaguna.com.br/?gclid=CjwKCAjwylHPBRAIEiwAHPS-GLWYQHs_tPO4TeFtpX84c-h5p6hlyG8lnJbmbTyjk47EAWN7OorMNXoCG1AQAvD_BwE Acessado em: 10 de outubro de 2017.

PRADO, Kárys C. D. e DOS SANTOS, Patrícia E. **Smart Cities: Conceito, Iniciativas e o Cenário Carioca**. – Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola Politécnica, 2014.

STEVENTON, A. e WRIGHT, S, (2006) “**Intelligent spaces: The application of pervasive ICT**”. **London, Springer**.

STATISTIK OM STOCKHOLM, *Stockholm Facts & Figures 2013*, 2013. Disponível em: <http://www.statistikomstockholm.se/attachments/article/21/facts%20and%20figures%202013_webb.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

THE SMART BUILDING INSTITUTE. **Overview of High Performing Buildings**. Smartbuildinginstitute.org, 2015. Disponível em: Acesso em: 3 nov. 2015.

TOWNSEND, A., *et. al.*, **A Planet of Civic Laboratories: the Future of Cities, Information, and Inclusion, Institute for the Future**, s.d. 2010.

VILACA, N., PACHECO, O., FIGUEIREDO, V., OLIVEIRA, L., FERREIRA, V., FORTES, M. e CORREIA, W. (2014). **SMART CITY – CASO DA IMPLANTAÇÃO EM BUZIOS** - RJ. 9th ed. [ebook] Revista SODEBRAS, p.16. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcio_Fortes/publication/268515128_SMART_CITY_-_CASO_DA_IMPLANTACAO_EM_BUZIOS/links/546e7002cf2b5fc176076f3/SMART-CITY-CASO-DA-IMPLANTACAO-EM-BUZIOS.pdf. Acessado em: 10 de outubro de 2017.

CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAPIACABA

**Fernanda Figueiredo D'Agostini
Tania Cristina Bordon Miotto Silva**

RESUMO: De acordo com evidências atuais, aproximações entre o *city marketing* (políticas públicas de empreendedorismo urbano emergida no final do século XX, que envolvem a promoção das cidades na esfera local, regional e global) e o turismo, fazem com que estrategistas busquem alterar a imagem de alguns territórios visando sua inserção em circuitos globais. No caso de algumas cidades históricas, a inserção da atividade turística junto ao tombamento do patrimônio traz a esses territórios uma série de desafios para a preservação e manutenção desses conjuntos. Esse trabalho apresenta uma investigação histórico-econômica da Vila de Paranapiacaba – patrimônio cultural e natural tombado em 1987 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, e pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, em 2002, analisando como sua identidade urbana vem sendo desenvolvida e consubstanciada pela implementação turismo. O propósito deste estudo é a compreensão da formação da paisagem urbanadessa vila ferroviária, delineada pelos registros históricos de uma época de desenvolvimento e inovação tecnológica que se

contrapõe pelas conformações diferenciadas dos dois lados da via-férrea, permeada por sentimentos diversos de seus moradores que, em muitos casos, ultrapassam gerações nesse território. A relevância dessa reflexão demonstra e destaca os limites das práticas aplicadas a ordenação e estruturação do território: desde as que envolvem agentes públicos e privados – que trabalham pontualmente e vislumbram interesses próprios – até as que transformam o território em mercadoria – desarticuladas com a imagem objetiva e geral – para melhor percepção e definição de estratégias futuras nesses espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Vila Ferroviária de Paranapiacaba; City Marketing; Identidade Urbana; Políticas Públicas

ABSTRACT: According to current evidence, approaches between city marketing (public policies of urban entrepreneurship emerged at the end of the twentieth century, which involve the promotion of cities in the local, regional and global sphere) and tourism, cause strategists to seek to change the image of some territories aiming at their insertion in global circuits. In the case of some historical cities, the insertion of the tourist activity together with the tipping of the heritage brings to these territories a series of challenges for the preservation and maintenance of these groups. This work presents a historical

and economic investigation of the Vila de Paranapiacaba, a cultural and natural heritage listed in 1987 by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic and Tourist Patrimony of the State of São Paulo and by the National Artistic Patrimony Institute in 2002, analyzing how its urban identity has been developed and embodied by tourism implementation. The purpose of this study is to understand the formation of the urban landscape of this railway village, outlined by the historical records of an era of development and technological innovation that is contrasted by the differentiated conformations of the two sides of the railway, permeated by diverse feelings of its inhabitants, in many cases, exceed generations in that territory. The relevance of this reflection demonstrates and highlights the limits of the practices applied to the planning and structuring of the territory: from those involving public and private agents - who work in a timely manner and see their own interests - to those who transform the territory into merchandise - disjointed with the objective image and general - to better understand and define future strategies in these spaces.

KEYWORDS: Paranapiacaba Railway Village; City Marketing; Urban Identity; Public policy

INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, a cultura do café foi assumida pelo centro-sul do país, centralizando nesta região o poder político e econômico do Brasil. Com as condições favoráveis para a produção cafeeira, alcançando maiores rendimentos por hectare e contando com um mercado consumidor praticamente ilimitado, a nova cultura garantiu ao mesmo tempo a contínua expansão das áreas cultivadas e a maior densidade de riqueza e população até então atingidos no Brasil. Esses recursos concentrados possibilitaram e favoreceram as grandes transformações operadas nos outros setores de produção e da vida nacional, como a implantação das ferrovias.

A Estrada de Ferro Santos – Jundiaí, como ficou conhecida a São Paulo Railway – SPR, foi o primeiro trecho ferroviário de São Paulo a entrar em funcionamento, construído com a finalidade de ligar o porto exportador à região produtora de café no Oeste da Província, sendo o ponto de partida para a implantação da extensa malha ferroviária de São Paulo (MAZZOCO; SANTOS, 2005). Desta forma, a SPR foi responsável pela construção de uma das principais ferrovias da segunda metade do século XIX, ligando o interior de São Paulo ao porto de Santos; nesse processo foi necessária a construção de uma vila operária para atender a demanda de trabalhadores que estavam envolvidos na construção daquela infraestrutura, originando a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, formada por três núcleos urbanos: Parte Alta ou Morro, Vila Velha ou Varanda Velha, Vila Martin Smith ou Vila Nova, cujas implantações ocorreram em momentos distintos e de formas diferentes, no período de 1860 a 1946.

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba possui uma ocupação territorial que se destaca por sua implantação padronizada de casas de madeira em conjuntos

geminados com recuos que possibilitavam jardins, incomuns do século XX; e pela hierarquia social dos funcionários da SPR, visível por características específicas das construções: tamanho do lote e da casa, sendo que tais peculiaridades contribuíam para identificar a categoria dos funcionários.

Após noventa anos sob a concessão da empresa inglesa SPR, a Vila de Paranapiacaba atravessou por várias décadas transições e adequações administrativas que acarretaram em um processo de degradação do patrimônio e decréscimo socioeconômico continuado, resultando no decréscimo populacional. Esse processo foi desencadeado já em 1946 com a incorporação da ferrovia e todo seu acervo ao Governo Federal. Este, em 1957, transferiu a administração ferroviária para a RFFSA, promovendo a centralização administrativa das ferrovias brasileiras, em sua maioria deficitárias. Essa ação ocasionou o início do processo de degradação, que se agravou com a política governamental incentivadora do transporte rodoviário e da indústria automobilística.

Em 1987, a Vila de Paranapiacaba teve seu patrimônio cultural e natural reconhecido e tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e neste mesmo ano foi entregue o Plano de Preservação e Revitalização da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, realizado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA). Já no ano de 2002 foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em 2003 pelo órgão municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico – Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA).

Após sua compra pela Prefeitura Municipal de Santo André, em 2002, foi implantado o Programa de Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável de Paranapiacaba, intensificando-se o processo de recuperação desse patrimônio, compreendido e gerido, desde então, como paisagem cultural. Desta maneira, a preocupação maior passou a ser a conjugação da política de preservação ao processo e à dinâmica de desenvolvimento das cidades, o que implicou necessariamente em não impedir mudanças, mas em direcioná-las e, portanto, trabalhar com a perspectiva do desenvolvimento e preservação sustentáveis.

PATRIMÔNIO E TURISMO

O turismo pode ser entendido como um processo sistêmico devido sua interdisciplinaridade, BENI (1998) defende este posicionamento por meio do estudo das relações do homem longe de seu local de residência, demonstrando como essa indústria satisfaz suas necessidades e mapeando os impactos do turista e do turismo ao ambiente físico, econômico e sociocultural da área receptora. Por essa definição o turismo caracteriza-se como um conjunto de atividades realizadas e à disposição

do turista, ressaltando a sistematização pelo encadeamento entre empresas do setor com ênfase no viés econômico da atividade (VARGAS, PAIVA, 2016).

A atividade turística, no final do século XX, passa a ser um componente importante no crescimento local e regional, constituindo em muitos casos, um dos eixos estruturantes da economia de muitos municípios tendo em vista os desdobramentos econômicos que daí resultam como a qualificação de mão de obra, a geração de empregos e divisas, entre outros. Tal afirmação se fundamenta em documentos internacionais, que fornecem a base teórica-crítica para que bens culturais sejam preservados:

Se os bens do patrimônio cultural desempenham papel tão importante na promoção do turismo, é lógico que os investimentos que se requerem para sua devida restauração e habilitação específica devem se fazer simultaneamente aos que reclama o equipamento turístico e, mais propriamente, integrar-se num só plano econômico de desenvolvimento regional (NORMAS DE QUITO, 1967:p.7).

A apropriação do turismo das formações espaciais dos sítios arqueológicos; cidades históricas e até mesmo áreas centrais, industriais e portuárias pode criar, transformar e valorizar os espaços por seus diferenciais, definindo essas localidades como destinos turísticos, requerendo um gerenciamento e controle sistêmico para sua permanência, seja por parte do setor privado – quando se refere a propriedades particulares; seja pelo poder público quando se tratam de cidades ou regiões.

A partir dos anos 1980, a adoção do estilo de governo empresarial pelos gestores urbanos, direcionou à criação de sítios, ambientes e imagens com base em incentivos voltados não somente à atração de indústrias de alta tecnologia e quaternárias, mas também à implantação de atividades de serviços produtivos e pessoais. Para tanto, a promoção da infraestrutura necessária para esse tipo de indústria e serviços, foi embasada em ambiciosos programas de regeneração urbana que incluíram o turismo e o lazer como forma de desenvolvimento.

[...] Turismo, patrimônio e indústrias culturais foram, cada vez mais, associados às estratégias de desenvolvimento econômico, em termos de geração de emprego e renda, enquanto estratégias de marketing do lugar valorizavam a imagem do ambiente construído. As políticas de valorização do lugar, com a intenção de atração de turistas e investidores, inclusive do setor imobiliário, terão como estratégia a realização de grandes projetos de intervenções urbanas [...] além das políticas nacionais de incentivo ao turismo (VARGAS, 2016: p.69)

Nas últimas décadas o empreendedorismo urbano ganhou relevância no âmbito nacional e internacional definindo um padrão de comportamento de governança urbana que mistura todas as escalas dos poderes públicos com um grande número de formas organizacionais da sociedade civil e interesses privados para a formação de coalizões capazes de promover ou administrar o desenvolvimento urbano ou regional de um tipo ou de outro. Para HARVEY (2014), o papel desse empreendedorismo urbano quanto

à forma neoliberal de globalização foi escrutinado, quase sempre sob a rubrica de relações de natureza local e global por meio da dialética espaço-lugar.

A implementação do turismo no município induz intervenções urbanísticas transformadoras do ambiente construído criando a paisagem atrativa necessária para o desenvolvimento e consolidação da atividade no território. A busca pela singularidade do espaço gera cenários alternativos além da integração dos elementos materiais e imateriais que delimitam formas, espaços e significados – capital simbólico, moeda de venda do território que pode ser definida como um conjunto de estratégias induzidas pelo mercado para a produção de novos valores ou conservação das dimensões simbólicas da cidade consolidada. Áreas que apresentem significativo valor histórico-cultural, por exemplo, poderão se valer destes bens, potencializando o desenvolvimento de localidades, cuja diversidade de atividades, eventualmente, não seja capaz de contribuir para uma economia local vigorosa.

Assim, os territórios turísticos são caracterizados por seus atrativos que podem ser parcelas ou combinações do meio ecológico (infraestruturas e do patrimônio material e imaterial), que são apropriadas por empresas turísticas e turistas, por determinado momento histórico, com ou sem a parceria governamental, por meio de um projeto turístico que define as regras e intenções para o local.

Esse processo induziu a competitividade urbana principalmente das cidades desindustrializadas, que reconverteram suas áreas industriais esvaziadas com vistas ao turismo como atividade capital, adotando o *city marketing* como estratégia de desenvolvimento. Na cidade contemporânea é responsabilidade da administração pública a “gestão da transformação”, delimitando a função do poder público além da guarda das regras e possibilitando à iniciativa privada a responsabilidade da concepção do projeto total (BENEVOLO, ANDRADE, 2007).

As aproximações entre o *city marketing* e o turismo são uma constante nas políticas de empreendedorismo urbano emergida no final do século XX, onde o destino turístico – cidade ou partes dela – torna-se um produto (PAGE, 1995). A proeminência do *city marketing* a partir da década de 1.990 fez com que os estrategistas urbanos buscassem alterar a imagem da cidade por meio da espetacularização de suas fachadas, apropriando-se da publicidade para o mundo visando a inserção da cidade em circuitos globais de circulação de turistas e investidores (MAGALHÃES, 2015).

Na história da Vila de Paranapiacaba o turismo permeia o seu desenvolvimento muito antes de sua compra em 2002 pela Prefeitura Municipal de Santo André, quando tornou-se alvo de planos e projetos de intensificação e estruturação do turismo como base econômica local.

No início do século XX a rápida evolução do transporte rodoviário culminou na década de 1940 com sua competição com o transporte ferroviário que tem por consequência o início do processo de decadência e desvalorização do sistema ferroviário no Brasil, mais tarde alimentada pelas consequências da deflagração da Segunda Guerra Mundial, que dificultou a importação do carvão e do material ferroviário, além

do forte nacionalismo gerado no governo de Getúlio Vargas (MAZZOCO; SANTOS, 2005).

Neste cenário, no estado de São Paulo, a Ferrovia Santos Jundiaí, operada pela São Paulo Railway – SPR; no final da década de 1920 cria a Companhia Geral de Transportes – CGT com a finalidade de oferecer um serviço rodoviário de passageiros e cargas entre as duas cidades, por meio de ônibus e caminhões, como uma opção mais rápida ao trem, especialmente em períodos de interrupções de tráfego (SOUKEF JR., 2013), demonstrando uma emergente preocupação em manter-se viva na concorrência desses serviços.

A SPR, na tentativa de proteger seu negócio, inova mais uma vez com a criação de um departamento de turismo para divulgação de seus serviços voltados para passageiros dos navios atracados no Porto de Santos, oferecendo uma série de facilidades e serviços complementares, além de transporte em seus carros, com acompanhamento de guias (SOUKEF JR., 2013); percebe-se que a apropriação da atividade turística como fortalecimento da economia ferroviária inicia-se muito antes das implantações dos roteiros turísticos ferroviários como será visto mais adiante.

Apesar de todos esses esforços, com as tentativas de inovação e diversificação nos anos de 1930, a ferrovia já apresentava claros sinais de declínio devido ao discurso nacionalista e centralizador do governo Vargas dando início a primeira fase de industrialização do país e a Segunda Guerra Mundial que novamente cria dificuldades de importação de carvão e material rodante.

A adequação do território às novas demandas são contínuas desde a implementação do Plano Patrimônio em 2003, ano em que no Brasil, as políticas públicas voltadas ao turismo ganham maior ênfase com a criação do Plano Nacional de Turismo, embasado na estruturação e diversificação da oferta turística, tendo como referência temporal o intervalo entre 2003 e 2007; neste momento acontece a inversão das prioridades quanto ao turismo, buscando o fortalecimento do turismo interno em detrimento ao internacional como forma de dinamizar a economia local pressupondo um desenvolvimento territorial.

IMAGEM E MEMÓRIA

A paisagem urbana é resultado de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias singulares e de fatos novos e antigos. A cidade é um processo de construção e de manifestação da vida urbana. Esses aspectos deram origem às relações entre o indivíduo e o espaço vivido, resultando na identidade e memória coletiva do lugar, e na memória dos indivíduos (ROSSI, 1995).

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para

que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 2004, p. 2634).

A memória coletiva menciona o passado, permite entender o presente e perceber o futuro em contextos específicos. Ao trabalhar com referenciais, e embasados na perspectiva halbwachiana (HALBWACHS, 2004) verificamos que todas essas referências acionadas se originariam do grupo social ao qual pertence. Outro autor que nos auxilia nesse raciocínio é Stuart Hall (2005), quando demonstra a possibilidade de se repensar uma identidade como suporte de memória – ao reforçar circunstâncias locais, o que justificaria sua aplicação. Se a identidade é algo que se transforma e que permite ser questionada, mesmo diante de uma complexidade, é também coletiva, e permite ainda uma ampliação do seu entendimento a partir de uma integração de novos elementos. Algo aberto, que se forma e se transforma continuamente, ao representar pessoas e os elementos integrados.

A identidade é construída, transformada, pois não existem identidades que não passaram por mudanças ao longo dos anos e quando isso ocorre ela muda de acordo como é vista e interpretada pelos outros. Pois as transformações sociais são tão alarmantes quanto às tecnológicas, políticas e econômicas, então as identidades que encontram-se em conflito estão no interior dessas transformações (HALL, 2005: p.12).

Assim, tem-se necessidade de uma memória apoiada em lugares, denominados especificamente como lugares de memória, onde a história se apropria deles, transformando-os. Porém, segundo o autor acima mencionado, “*só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica*”. (NORA, 1993: p. 21). Verifica-se, com Nora (1984), que informações de um grupo, quando rebatidas em edificações, permitem-nos analisar a produção de documentos-monumentos; com Pollak (1989) é possível reafirmar que essas referências culturais passadas podem se tornar ferramentas futuras, desafiando uma estrutura preestabelecida.

A memória não seria espontânea e precisaria ser reavivada, segundo Menezes (1993), considerando que seria uma resposta à alienação ao se tornar uma ferramenta de consciência política. Aparentando ter raiz no passado, é resposta para solicitações atuais, daí a importância do presente para que o objeto sobreviva. “A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENEZES, 1992: p.11). Para o autor, a memória coletiva compreenderia um sistema cujo suporte seriam grupos sociais, espacial e temporalmente situados.

Desse modo, o testemunho não seria uma aparência, pois o monumento como documento continuaria sendo manipulado e reexaminado, e a memória traria o passado de um grupo para um momento contemporâneo (LE GOFF, 2013). Caracteriza-se pelo resultado de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas e de fatos novos e antigos. A cidade é um processo de construção e manifestações da vida urbana.

A memória, como elemento resultante da ordenação e das vivências sociais, deve ser considerada, também, que são esses elementos que servirão para a realidade e a realização dos lugares urbanos, para que a cidade seja, de fato, o território de quem a habita. Memória e memórias implicam histórias de vida e relacionamentos que farão a existência das cidades e a sua importância, que transformarão as cidades em palcos, em ambiências para várias vidas.

Toda a história e memória da cidade é inerente a sua história e existência das estações ferroviárias, pois muitas cidades tiveram o nascimento de sua identidade urbana consubstanciado ao desenvolvimento da ferrovia. Atualmente as estações ferroviárias, em sua maioria, ocupam um espaço central nas cidades, porém são vazios urbanos resultados do desenvolvimento econômico das cidades e da indústria automobilística. São resquícios de uma cidade passada e esquecida nas ruínas da estação desativada.

A memória dos antigos moradores vai se perdendo no tempo, e a dos jovens constrói-se sem considerar a importância da estação e da ferrovia como fatores de desenvolvimento humano e econômico da cidade e da região. Sem dúvida, a nova história destas cidades será empobrecida, e notado este empobrecimento na fala dos moradores mais antigos ao dizerem “no meu tempo, o trem...”. Sem dúvida as cidades retrocederam e perderam parte de um imaginário extremamente positivo, para se constituir um imaginário negativo, que recai no esquecimento, no desconhecimento ou, pior, na negação da importância da ferrovia e da estação diante do que restou como “fato urbano”.

Na Vila de Paranapiacaba, não é diferente, sua paisagem é delineada pelos registros históricos de uma época de desenvolvimento e inovação tecnológica única que se contrapõe em si mesma pelas conformações diferenciadas dos dois lados da via-férrea e é permeada por sentimentos dos mais diversos provindos de seus moradores, que em muitos casos ultrapassam gerações dentro deste território. A inserção da atividade turística junto ao tombamento do patrimônio trouxe a esse território uma série de desafios para a preservação e manutenção desse conjunto.

A cidade de Santiago do Chile sediou, em 1 de outubro de 1999, a convenção da OMT – Organização Mundial do Turismo, da qual resultou o Código Mundial de Ética do Turismo. No referido documento destaca-se o artigo 3º que apresenta as diretrizes do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, estreitando as relações desta atividade com o planejamento territorial: todos os agentes deverão proteger o meio ambiente e recursos naturais com vistas em um crescimento econômico estruturado, constante e sustentável; favorecimento e incentivo de todas as modalidades de desenvolvimento turístico que permitam preservar os recursos naturais escassos e valiosos; equilibrar melhor a frequência com a finalidade de reduzir a pressão que a atividade turística no meio ambiente, aumentando seus efeitos benéficos no setor turístico e na economia local; concessão de infraestrutura e proteção do patrimônio natural; e respeitar o patrimônio natural e a população local, ajustando a capacidade

de carga dos lugares turísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística tornou-se uma grande indústria como uma significativa base econômica para o desenvolvimento das economias municipais por meio do apelo à prática esportiva e à realização de atividades de lazer das mais diversas formas embasadas na busca da emoção e do prazer gastronômico, da elevação do nível cultural e da informação pela visitação e participação em eventos.

O panorama encontrado atualmente na Vila Ferroviária de Paranapiacaba exemplifica esses impactos na paisagem urbana e na qualidade de vida de seus moradores que aos poucos veem-se reféns de um cenário criado para os turistas que não atendem e respeitam as memórias e costumes locais, evidencia-se a elitização dos espaços referenciais ampliando as diferenças territoriais e desigualdades econômicas entre as áreas da Vila.

Faz-se necessário entender o discurso do termo memória na atualidade e sua identidade dentro do processo de turismo e globalização, bem como sua intenção de conservar o passado no presente, caso que se aplica à particularidade do caso aqui estudado. Assim, modelos e regras positivistas, que consideravam o conhecimento único e verdadeiro, e que limitavam o acesso às informações, são substituídos pela memória coletiva: ferramenta que pode auxiliar nos estudos sobre o patrimônio cultural, o reconhecimento de suas qualidades e suas interfaces.

Nos territórios turísticos é necessário a compreensão dos fenômenos recorrentes dos projetos turísticos, estes são caracterizados pelas forças globais que começam a se manifestar quando um projeto turístico é implementado no território onde encontram as forças locais que podem oferecer resistências às imposições dos projetos, estabelecendo-se uma disputa cujos resultados poderão ser territórios turísticos inclusivos ou não, sustentáveis ou não, dependendo de qual força predominará e de sua magnitude.

Como forma de assegurar a atratividade do território, os gestores partem da lógica de que cidades turísticas precisam funcionar bem, pelo menos nas áreas destinadas aos turistas e empresas e ao longo das rotas que ligam as áreas escolhidas aos aeroportos, portos e outros pontos de chegada e circulação dos turistas e negócios - os planos e projetos urbanos buscam intervenções de embelezamento e fruição, para a criação da imagem ideal para venda do território, que pode ter como resultado a assimilação de informações que podem ou não ser verdadeiras e são geradas e difundidas pelas mais diversas fontes, compostas de fatos históricos e da atualidade, mitos e crenças, figuras nacionais, além da produção cultural e ações de promoção turística; porém essa lógica tem como revés o abandono de outras regiões da cidade, principalmente as periféricas, gerando maior desigualdade territorial e social.

Porém, as políticas públicas aplicadas ao patrimônio e turismo na Vila de Paranapiacaba nos mostra que além de estarem desarticuladas entre si e entre as instâncias (municipal, estadual e federal), também não aproxima seus moradores que acabam sendo figurantes em um sistema onde a criação de cenários vão além e ultrapassam os limites da identidade local e da memória coletiva.

Paranapiacaba pode ser uma referência para um olhar futuro, seja no que diz respeito à manutenção das construções, seja por seu valor estratégico de desenvolvimento sustentável, aqui entendidos como ferramentas de proteção com respeito aos critérios de intervenção na área do patrimônio cultural. As atitudes em face da arquitetura do município nos mostram um sério risco na preservação, através de falhas no reconhecimento estético e funcional pelos agentes externos, realizando intervenções que em alguns momentos, na ausência de entendimento, destituiu tipologias apropriadas com a destruição de identidades culturais e belezas naturais.

De que forma verificar se as intervenções na Vila Ferroviária de Paranapiacaba estudada foram eficazes? Entendemos que, antes disso, as práticas devem se estender para uma conscientização do que foi a cidade. Isto é, práticas que permitam entender e construir uma verdadeira gestão, embasada no reconhecimento da paisagem urbana e arquitetônica, mas também da história, de suas lembranças, e dos seus referenciais, abrangendo uma realidade física em consonância com suas tradições. Fatores que nos remetem a uma preocupação com o tema memória e paisagem – que só ganhará sentido quando compartilhada socialmente e quando incorpore estratégias ou intervenções no sentido de inverter estados de degradação física.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo; ANDRADE, Letícia Martins de. *A arquitetura no novo milênio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. Paris: PUF, 1950.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013.

MAGALHÃES, F. N. C. *Produção do Espaço na Cidade do Neoliberalismo e novas aberturas de espaço digital*. In: COSTA, Geraldo Magela, COSTA, Heloisa Soares de Moura. MONTE_MÓR, Roberto Luis de Melo (Orgs). *Teorias e Práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. Pags. 145 – 168.

MAZZOCO, Maria Inês Dias; SANTOS, Cecília Rodrigues Dos. *De Santos a Jundiá: nos trilhos do café com a São Paulo Railway*. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2005.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP, São Paulo, v. 34, p. 9-24, 1992.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: agosto/2016.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Código Mundial de Ética do Turismo*. Santiago do Chile, 1999. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/home/programas/Imagens_programas_home/VersoFinalAERI.pdf. Acesso em: outubro/2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. *Normas de Quito*. Washington, D.C: OEA, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso: 04 dez. 2016.

PAGE, Stephen. *Urban Tourism*. Londres: Routledge, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Plano Patrimônio Paranapiacaba: converter a história em futuro*. Santo André, 2002.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Trad. Dora Rocha Flaksman. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: agosto/2015.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOUKEF JR, Antônio. *A preservação dos edifícios da São Paulo Railway em Santos e Jundiaí*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs). *Turismo, arquitetura e cidade*. Barueri: Manole, 2016.

O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Universidade Federal do Pará, Programa de Apoio à Reforma Urbana, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Belém – Pará

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Programa de Apoio à Reforma Urbana, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Belém – Pará

RESUMO: Este artigo resulta de pesquisa e extensão realizados pelo Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada, que busca refletir sobre as estratégias de luta e mobilização dos moradores do Projeto Orla frente a um processo de exclusão e marginalização de seus espaços de pertencimento. Em função de grandes obras, desde 2008 os moradores da área foram deslocados de suas casas, nunca tendo recebido uma unidade habitacional ou indenização. Conclui-se que, ao mesmo tempo em que o bairro se valoriza após a intervenção, os moradores que recebem um auxílio-aluguel da prefeitura sofrem pressões para abandonar a área e se mudarem para conjuntos populares construídos em bairros distantes, o que evidencia os efeitos segregativos da urbanização no

sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Cidade; Movimentos Sociais; Projeto Orla; Portal da Amazônia.

ABSTRACT: This work results from research and extension carried out by the Research Group on Urban Policy and Social Movements in the Globalized Amazon, which reflects upon strategies of political mobilization of the inhabitants of the *Projeto Orla* against a process of exclusion and marginalization from their dwelling place. Due to large-scale public Works, in 2008 local residents were displaced without having received decent housing or indemnification. The research concludes that as the neighborhood goes through a process of gentrification after the public works, local residents still living in the area face a market-based eviction process, being pushed to popular housing projects located in distant neighborhoods, reinforcing the segregating effects of urbanization under capitalism.

KEYWORDS: Right to the city; Social Movements; *Projeto Orla*; *Portal da Amazônia*.

1 | INTRODUÇÃO

Para David Harvey (2012), a urbanização sob o capitalismo se caracteriza pela necessidade

constante de reinvestimento do excedente de produção, o que tem impactos diretos nos modos de funcionamento do mercado imobiliário e nas políticas de uso do solo urbano. Em outras palavras, uma das formas mais recorrentes de reinvestimento do excedente é o incremento do ambiente construído. Daí a necessidade de aproveitamento dos vazios urbanos com projetos que sejam lucrativos para a iniciativa privada, que gerem consumo e que tragam algum tipo de retorno ao Estado.

Sendo essa uma necessidade do capital e não das pessoas, nesse processo os interesses de setores empresariais da construção civil acabam se sobrepondo às necessidades da população, sobretudo dos mais pobres. A habitação popular, como exemplifica Raquel Rolnik (2015) é um dos setores em que há menos lucro para as construtoras. Essa atividade só é rentável para as empresas se alguns condicionantes são satisfeitos como, por exemplo, o baixo custo dos terrenos onde será construído o empreendimento, baixo custo dos materiais utilizados, alta densidade de unidades habitacionais por projeto e a presença de subsídios estatais.

Segundo Harvey (2012) esta lógica tem ameaçado o direito à cidade, o que para o autor é uma forma de direito humano, mas que deve ser considerado de modo crítico e em contraposição à racionalidade hegemônica neoliberal. Para Harvey, «o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade» (2012, p.74). Esta mudança implica em processos coletivos e dialogados. Não se trata da fragmentação pelos direitos e escolhas individuais que transformam a maneira de vivenciar a cidade, mas de um projeto comum de qualidade de vida que passa pelos coletivos sociais engajados, pelo bairro e, no caso de Belém, pelas bacias hidrográficas que conectam água, solo e moradores em uma relação de interdependência política e ecossistêmica que evidentemente excede os indivíduos.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir das atividades de pesquisa do GPPUMA (Grupo de Pesquisa em Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada) e das ações do PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana), um programa de Extensão Universitária que existe há 30 anos ligado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Ao longo dessas três décadas o PARU vem desenvolvendo ações principalmente no que se refere à assessoria aos movimentos sociais populares que defendem o Direito à Cidade, tendo como principal premissa o fortalecimento da sua organização em defesa de suas reivindicações e de sua interlocução com o Estado. Por meio do projeto de extensão “Assessoria a Movimentos Sociais Urbanos de Belém”, temos registrado e acompanhado os moradores deslocados pelo Projeto Orla, na Bacia da Estrada Nova, em audiências públicas, assembleias comunitárias, reuniões com agentes da prefeitura municipal de Belém, participando também das etapas preparatórias para estes eventos. Um processo de diálogo e troca foi estabelecido entre a academia e a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia, que reivindicam a conclusão de um projeto habitacional abandonado pela prefeitura. O PARU produziu materiais que subsidiaram

as reivindicações dos moradores e seu diálogo com o Estado, ao mesmo tempo em que esta experiência de extensão foi sendo convertida em dados de pesquisa. Ao mesmo tempo socializamos os resultados de pesquisas já realizadas por docentes e discentes do GPPUMA, PARU e outros grupos como o GEP-CIHAB (Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Urbano), também pertencente à Faculdade de Serviço Social da UFPA.

Tanto os trabalhos de pesquisa, quanto o de extensão estão alicerçados no método dialético-crítico (PRATES, 2016; IANNI, 2011). A escolha desse método se justifica porque tanto a pesquisa quanto a extensão se interessam por problemas teórico-práticos, isto é, como garantir o direito à cidade e o direito à moradia digna em um contexto de urbanização que gera desigualdades e que mercantiliza os espaços da cidade, ao mesmo tempo em que se observa a fragmentação e desorganização das lutas sociais. Além disso, o método permite a articulação dos dados produzidos em campo com processos mais globais, na medida em que as categorias teóricas do método – como produção, mercadoria – se articulam às categorias empíricas desveladas na convivência *in loco* com os interlocutores da pesquisa. Isso possibilita o trânsito constante entre o geral e o particular, o que é fundamental para entender o movimento da produção da cidade na era global, bem como a sua transformação em mercadoria.

2 | O PORTAL DA AMAZÔNIA E O PROJETO ORLA

Os últimos meses de 2017 e os primeiros de 2018 foram marcados por um intenso processo de luta e mobilização por parte dos moradores da Bacia da Estrada Nova em Belém, mais especificamente na região conhecida popularmente como Portal da Amazônia. Convencionou-se chamar de Portal da Amazônia aquele que é, até o momento, o principal produto do Projeto Orla: uma longa extensão de aterro sobre o Rio Guamá que recebeu equipamentos de lazer como quiosques, quadras poliesportivas e ciclovias. Trata-se de uma orla que recebe os habitantes de Belém para suas atividades esportivas, culturais, de lazer e de contemplação do rio.

É necessário destacar que esta nova orla – ou “o Portal”, como é chamada – é até o momento a maior iniciativa de abertura de “janelas para o rio”, num contexto urbano em que até o início dos anos 2000 o acesso ao rio era bloqueado às camadas médias e altas pelos hangares da companhia das docas do Pará, por empresas particulares, transportadoras, estâncias, portos públicos conjugados a feiras populares e casas palafitas. Nota-se que, muito embora grande parte da orla de Belém fosse privatizada, havia uso e relação com as águas circundantes por parte da população de baixa renda que utilizava os portos como espaços trânsito e de sociabilidade. Os habitantes das palafitas também aproveitavam a proximidade com a água para manutenção de seus modos de vida ribeirinhos, usando a pesca e o transporte para as ilhas como estratégia

de sobrevivência. Como discute o trabalho de Carmen Izabel Rodrigues (2008) sobre o bairro do Jurunas, havia um intenso trânsito que proporcionava trocas econômicas e culturais entre os habitantes dos bairros próximos ao Rio Guamá e os moradores do arquipélago defronte a Belém.

Seguindo a linha de reflexões já existentes sobre a reconfiguração das margens fluviais de Belém (PONTE, 2005; 2006), fica evidente que nos contrapomos à ideia de que a intervenção no Portal da Amazônia se justifica pela necessidade de criar “janelas para o rio” em uma cidade que cresceu e se desenvolveu de costas para suas margens fluviais. De fato, parte da cidade foi construída “de costas” para o rio a partir do momento em que as camadas sociais mais abastadas buscaram as áreas mais altas e secas para estabelecerem moradia, ficando as classes populares com as áreas baixas e úmidas próximas aos córregos e igarapés, bem como de extensões das margens da Baía do Guajará e do Rio Guamá que não eram consideradas estratégicas para a ocupação pelo Estado ou por empresas privadas. Logo, duas cidades foram construídas ao longo do tempo: uma que negou o rio – a das classes médias e altas – e uma que manteve a relação com o rio – a cidade das classes populares.

Outro aspecto do Projeto Orla é que este se apresenta como uma extensão do roteiro geoturístico de Belém que abrange a região da Avenida Presidente Vargas, a Estação das Docas, o Ver-o-peso, o Complexo Feliz Luzitânia e o Mangal das Garças, integrando esta grande mancha de equipamentos culturais e de lazer que abrange três bairros (Campina, Cidade Velha e Jurunas) em contato com a Baía do Guajará e o Rio Guamá. Neste contexto, o Projeto Orla simboliza um ambicioso projeto de classe de retomada das áreas ribeirinhas da cidade em um contexto sociocultural de revalorização do rio e de popularização das intervenções urbanísticas do tipo *waterfront*, cujo paradigma ainda é o da cidade de Barcelona (BORJA, 2001).

Ao poder público coube o papel de equacionar os interesses sobre o uso dessas áreas, o que deveria incluir medidas destinadas à população de baixa renda que historicamente ocupou a orla, sobretudo nos bairros do Jurunas, Condor, Guamá, aqueles que foram ou serão impactados por obras relacionadas ao Projeto Orla. Os processos de luta e mobilização de moradores da área do Portal da Amazônia que vem sendo acompanhados pelo PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana) se dão por conta dos impactos negativos das obras do Projeto Orla e, sobretudo, pela ineficácia do poder público municipal em oferecer uma solução satisfatória para os moradores da área que foram deslocados de suas residências em função das obras.

Conforme consta em um Plano de Reassentamento produzido pela Secretaria Municipal de Habitação ainda em 2008, o projeto habitacional do Portal da Amazônia:

O projeto urbanístico para a orla da Estrada Nova, sub-bacia 01, terá 360 unidades habitacionais destinadas ao reassentamento de famílias residentes em áreas afetadas pelo projeto da Orla da Estrada Nova e localiza-se confluência da Passagem Osvaldo de Caldas Brito, entrada pela Beira-mar se estendendo até a Orla, abrangendo as vilas: Elaine, Passarinho, Valério Amorim, Santos, Palmito,

Santa Rita, Gigi e Passagem Beira-mar.

Sendo que, de acordo com o levantamento sócio-econômico (2008), dos imóveis da área correspondeu a um total de 382 cadastros, referentes a 382 benfeitorias. Logo, as 22 benfeitorias excedentes deverão ser contempladas, com a relocação das 22 famílias, em outra área (sub-bacia 02).

As habitações foram distribuídas em blocos de dois pavimentos. Essa tipologia permite que se busque adensamento, a partir da verticalização das habitações, sem aumento excessivo dos custos de execução e com aumento na área total de cada lote.

O conjunto habitacional se constituirá de 45 blocos com 08 apartamentos em cada bloco (totalizando 360 unidades habitacionais), mais áreas remanescentes (paisagismo, praça, e área de lazer). Cada bloco terá 02 pavimentos e será revestido externamente com reboco paulista com pintura em PVA para exteriores, terá telhado em telha de barro, sendo sua estrutura em madeira. (BELÉM, 2008, p.11)

Com o tempo, estes números foram mudando. Das 382 famílias cadastradas, 22 seriam reassentadas na sub-bacia 2 da Estrada Nova, permanecendo ainda 360 famílias a aguardar suas unidades habitacionais na orla, no mesmo lugar onde habitavam anteriormente à intervenção. Dessas 360, apenas 16 receberam seus apartamentos em 2011. Em 2016, a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia contabilizava 288 moradores esperando as unidades habitacionais na orla e recebendo auxílio-aluguel. Entre 2016 e 2018, a Associação permaneceu pressionando o poder público e lutando contra a diminuição do número de associados à espera da moradia.

A queda nesses números – quase 100 a menos do que no início do projeto – se dá por razões que vão desde o falecimento dos titulares dos imóveis ao longo de quase 10 anos de espera, muitos deles sendo idosos, envolvendo também pressões por parte da prefeitura de Belém. Em pelo menos duas oportunidades presenciamos o titular da Secretária Municipal de Habitação propor aos moradores que aderissem ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o que implicaria a desistência das unidades no Portal da Amazônia e a exclusão dos moradores de seu espaço de pertencimento.

3 | A LÓGICA EXCLUDENTE DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA

Identifica-se o processo de expansão das cidades orientado pela segregação sócio-espacial, econômica e cultural. Essa segregação ganha aparência de um processo “natural” de organização da cidade. A cidade passa a expressar de forma enfática as desigualdades das relações sociais, cuja consequência na vida dos sujeitos é a degradação de sua humanidade” (FARAGE, 2014, P.247).

As experiências ocorridas no Portal da Amazônia em Belém (PA) exemplificam o que Farage (2014) caracteriza como os desdobramentos – no mundo urbano – de

um processo de desenvolvimento capitalista desigual e combinado. As cidades são a materialização das políticas de modernização que se combinaram a estruturas conservadoras, produzindo impactos que atingiram a sociedade brasileira como um todo. A abertura econômica ao capital internacional que começa a partir da década de 50, que culminou na modernização autoritária dos governos ditatoriais dos militares, representou a inserção da Amazônia nas dinâmicas da acumulação capitalista a nível global. Ao mesmo tempo essas transformações não refletiram a superação de questões estruturais ligadas à formação política e econômica do Brasil e da Amazônia. Muito pelo contrário, houve o recrudescimento das formas arcaicas de concentração fundiária e de espoliação da força de trabalho, o que alterou as relações no *continuum* campo-cidade, com suas especificidades na Amazônia.

Manifestam-se então as expressões da questão social em cidades como Belém, como reflete Nascimento (2012, p.179):

As transformações na estrutura urbana das cidades na Amazônia se dão em meio a uma conjuntura econômica neoliberal, que aprofunda a precariedade e/ou inexistência de políticas públicas, tanto na área urbana como na área rural, contribuindo, dessa forma, para um processo de empobrecimento generalizado da sua população.

Para a autora citada, uma dessas expressões é o aparecimento de assentamentos precários, que em cidades amazônicas tem bastante incidência em áreas próximas a igarapés que recortam a cidade e na própria orla fluvial. Essa forma de ocupação do território evidencia estratégias e modos de vida ribeirinhos, próprios a uma população que migrou para a cidade trazendo suas práticas e visões de mundo de seus locais de origem. Ao mesmo tempo, a ocupação dessas áreas reflete o processo desigual de formação das cidades, onde as camadas médias e altas ocupam as melhores terras – altas e secas – restando às camadas populares o estabelecimento de uma “cidade informal” que se desenvolve próxima aos cursos d’água onde há risco de inundação, ausência de infraestrutura viária e serviços básicos como esgotamento sanitário e abastecimento de água, assim como o maior risco de proliferação de doenças de veiculação hídrica. As palafitas, como são chamadas grande parte das moradias em assentamentos precários no contexto amazônico, constituem formas de arquitetura popular pensadas como estratégias de conquista e adaptação no meio urbano, mas também expressam uma situação de intensa vulnerabilidade social e ambiental da classe trabalhadora na cidade.

Em Belém a área do Portal da Amazônia era composta por casas palafitadas que avançavam sobre o Rio Guamá. No ano de 2007 foram criadas as condições para um ambicioso projeto de reconfiguração da orla de Belém. Estavam previstas obras em uma extensão de 8,2 quilômetros margeando a orla sul do Rio Guamá. Neste contexto a população da área se configurava como alvo do Programa de Erradicação de Palafitas do Governo Federal, cabendo à prefeitura a execução da obra.

O Projeto Orla, como foi chamado, também está relacionado ao PROMABEN, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada. Ainda em andamento, este programa é financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), também contando com recursos municipais. O Projeto Orla – assim como o seu projeto habitacional para os moradores remanejados – se constituiu como uma contrapartida da prefeitura ao empréstimo do BID (CRUZ, 2012). O Projeto Orla seria realizado a partir de recursos locais, com financiamento da Caixa Econômica Federal, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC (BELÉM, 2008).

Removidos de suas casas para a realização das obras e com a promessa da prefeitura municipal de que em dois anos todos já teriam recebido unidades habitacionais no projeto de moradia popular a ser construído na própria orla, os moradores nunca voltariam para o lugar onde antes moravam. Ao invés disso, permaneceram recebendo um auxílio-moradia que não é suficiente para satisfazer suas necessidades mais básicas, começando pela própria moradia digna. Conforme o já citado Plano de Reassentamento (BELÉM, 2008), o valor do auxílio-moradia a ser recebido pelas famílias em 2008 era de 450 reais. Passados 10 após a remoção, houve irrisórios reajustes do auxílio, o qual agora corresponde a 520 reais, evidentemente um valor abaixo do mercado.

Alguns fatores contribuem para os impactos negativos na qualidade de vida dos moradores que permaneceram em auxílio-aluguel ao longo de 10 anos. O primeiro é a perda da referência espacial e afetiva que é a casa da família, cuja conquista se associa ao processo de adaptação e domesticação do território – quase sempre sobre o alagado – assim como as melhorias por conta própria na infraestrutura da vizinhança diante da ausência do Estado. A essa perda, segue-se as sucessivas mudanças de uma casa alugada para outra ao longo dos anos. Alguns moradores relatam que já se mudaram 5 vezes desde que perderam suas casas, ora porque o proprietário solicitou de volta o imóvel alugado, ora devido à insuficiência do auxílio-moradia para custear aluguéis que sofrem reajustes anuais. Nos sucessivos processos de mudança móveis e eletrodoméstico são avariados, artigos domésticos frágeis se quebram e grande parte do patrimônio das famílias é reduzida.

Também é necessário reforçar que a maioria dos moradores em auxílio-aluguel optou por permanecer nas adjacências de onde moravam anteriormente, sobretudo em logradouros do bairro do Jurunas próximos à orla. Essa escolha se deu principalmente pela proximidade do trabalho e pela presença de laços afetivos e familiares no bairro, o que também implica estratégias de sobrevivência sobretudo para os mais velhos, que eventualmente necessitam de algum tipo de assistência de parentes e amigos. Porém, a própria intervenção do Projeto Orla, criando um concorrido ponto turístico em um bairro historicamente popular, contribuiu para a valorização da região, atraindo o capital imobiliário e elevando o custo de vida na forma de aluguéis, tributos e serviços mais caros, o que torna a vida no bairro cada vez mais inviável não apenas para aqueles que estão recebendo um auxílio-moradia com valor insuficiente, mas para a

classe trabalhadora como um todo residente na área.

Logo, há um processo de expulsão dos moradores da região orientado pela lógica do mercado. O Estado, representado pela prefeitura municipal, é conivente com este processo na medida em que nunca concluiu as unidades habitacionais prometidas, ao mesmo tempo em que não reajusta o auxílio-aluguel pra possibilitar aos moradores uma vida digna sem a necessidade de se mudarem para bairros onde o aluguel e o custo de vida sejam menos elevados.

Observa-se, nesse caso, uma economia política da moradia em Belém, em que a produção do espaço urbano transforma os modos de distribuição e apropriação (consumo) do solo urbano. A intervenção urbanística reconfigura o bairro para novos usos, atraindo novos moradores, empreendimentos e especuladores. Esse processo impacta agressivamente os moradores locais – entre os quais aqueles que estão no auxílio-aluguel constituem um dos grupos mais vulneráveis – forçando-os a se deslocarem de espaços valorizados para áreas distantes e sem infraestrutura, seguindo assim a lógica da urbanização no capitalismo.

Até 2017 nenhuma solução oferecida pelo poder público aos moradores do Projeto Portal da Amazônia incluía a entrega das unidades habitacionais na orla e a permanência na área com qualidade de vida. Em audiência pública no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil realizada em 05 de julho de 2017 a prefeitura, representada pelo secretário de habitação do município, não apresentou prazo, cronograma ou orçamento para a realização das obras. Também não apresentou proposta de reajuste para o auxílio-moradia. Ao invés disso, o secretário fez propaganda dos conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa, Minha Vida e que tinham sido entregues na semana anterior. O secretário propôs que os moradores aderissem ao programa MCMV, desistindo assim das unidades habitacionais que lhes eram de direito no Portal da Amazônia. A proposta foi rechaçada pelo coletivo de moradores presentes, principalmente devido à localização do novo empreendimento, que se situava além da primeira légua patrimonial de Belém, cerca de 18 km de distância da área do Projeto Orla. Ainda assim, como soubemos mais tarde, alguns moradores cadastrados pela Associação dos Moradores do Portal da Amazônia estavam considerando a possibilidade de aderir à proposta da SEHAB e desistir de seus apartamentos na orla.

Esta decisão, entretanto, se deve a estratégias de sobrevivência familiar e ao desgaste ao longo de 10 anos de espera, além da falta de perspectiva sobre a conclusão do conjunto residencial no Portal da Amazônia. A própria proposta de migração para o MCMV sinalizava a falta de interesse da prefeitura – cujo foco da política habitacional evidentemente agora era outro – e de previsão para a realização das obras, gerando ainda mais insegurança entre os moradores e forçando-os a aceitar o que acreditavam ser o “certo” (unidades do MCMV) pelo “duvidoso” (unidades na orla). A proposta do secretário também transfere para os moradores uma responsabilidade que era da prefeitura a partir do momento em que foi assinado um contrato de entrega do imóvel por parte dos moradores e saída da área para o posterior retorno em um apartamento

no mesmo local. Além disso, há uma tentativa de reduzir uma luta coletiva, isto é, a permanência no Portal da Amazônia, a uma escolha individual, ou seja, de aceitar ou não uma unidade habitacional em outros projetos que estão sendo entregues entre 2017 e 2018.

O processo envolvendo os moradores do Portal da Amazônia expressa a lógica da financeirização da moradia alicerçada no ideário neoliberal, em que consta a desmobilização e enfraquecimento das lutas sociais; a fragmentação e a individualização de reivindicações coletivas; a negação da participação popular e a condução de processos políticos como se fossem meramente técnicos. Além disso, há conseqüências da financeirização das políticas públicas de habitação (ROLNIK, 2015), na medida em que o Estado perde grande parte da capacidade decisória sobre quando e onde construir habitação de interesse social, predominando interesses das agências de financiamento e das empresas responsáveis pelas obras. Ao Estado, no caso as prefeituras, cabe o papel de negociar com as bases, conduzir os processos para obedecer a interesses privados e criar exceções dentro da legislação urbanística existente para livre ação do capital.

No Plano de Reassentamento (BELÉM, 2008) consta que o Projeto Orla incorporou as novas diretrizes da política urbana, definidas no Estatuto da Cidade em 2003 e originadas a partir das lutas históricas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Estas diretrizes orientadas pelo novo marco legal preconizavam a garantia da permanência na área de moradores compulsoriamente deslocados em função de grandes obras. No entanto, no Portal da Amazônia os moradores tem sido pressionados e sutilmente chantageados para que abandonem a área, de modo que a orla seja utilizada para finalidades anteriormente já previstas. Os moradores, por sua vez, experimentam a precarização de suas condições de vida ou a mudança para bairros distantes, situação que exemplifica a lógica excludente e segregadora da urbanização capitalista em sua fase financeirizada.

4 | MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA POPULAR

As condições acima descritas desencadearam um intenso processo de luta e mobilização popular na Estrada Nova. Mobilizados pela Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia, os moradores da área têm buscado apoio jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA) e apoio científico da Universidade Federal do Pará através do PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana) e do GEP-CIHAB (Grupo de Estudos e Pesquisas Cidades, Habitação e Espaço Humano). A formação dessas redes está ligada à assessoria e à produção de subsídios para sustentar as denúncias feitas ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União. Estes órgãos foram acionados em razão de haver recursos federais nas obras do Projeto Orla nas quais houve irregularidades. Atualmente, o Ministério Público Federal busca

intermediar um acordo entre os moradores que não receberam seus apartamentos e a Prefeitura Municipal de Belém.

É importante lembrar que a emergência de movimentos como a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia se dá em um contexto de impacto de grandes obras e do esquecimento da agenda da reforma urbana pelas últimas gestões do Governo Federal, acarretando a queda na qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras, como aparece na análise de Maricato (2013). Nesta mesma conjuntura, estes movimentos emergem nos vazios institucionais deixados pelos mecanismos de participação popular cooptados ou ignorados pelos governos locais. Para Gohn (2003), este enfraquecimento e desorganização também é um efeito das políticas neoliberais. Embora a autora admita que os movimentos sociais no século XXI se transformaram, estes estão longe de acabar, atuando hoje em dia em outras plataformas como as redes sociais e estabelecendo relações em níveis que vão do regional ao global, como também temos observado nos trabalhos de assessoria e capacitação de movimentos sociais urbanos em Belém realizados pelo PARU.

Nota-se também uma tendência entre os movimentos sociais urbanos em Belém, que é de judicialização dos conflitos sociais. A judicialização não implica necessariamente o envolvimento do Poder Judiciário em si na resolução dos conflitos, podendo também estar ligada à prática de recorrer a estruturas administrativas ligadas à justiça como o Ministério Público Estadual ou Federal, que passam a atuar como mediadores entre a população e o poder público dentro de uma perspectiva de defesa de direitos. Apesar das limitações dessa forma de resolução de conflitos em função do próprio caráter classista da justiça brasileira, estas alianças são estratégicas para os movimentos sociais na medida em que lhes confere visibilidade, oportunidade de dialogar com agentes do Estado e acesso a informação quando há pouca transparência por parte da prefeitura e da SEHAB, assim como se observam os efeitos pedagógicos de socialização e compreensão crítica das estruturas do Estado burguês por parte dos integrantes dos movimentos sociais em questão.

Em audiência pública no dia 07 de fevereiro de 2018, foram sinalizadas alternativas aos moradores diante da demora da entrega dos apartamentos na orla. O encaminhamento dado pelo Ministério Público Federal à questão reproduziu a lógica da fragmentação proposta pela prefeitura. Em reunião posterior, com assessoria do PARU, os moradores identificaram aquelas que seriam as suas opções para resolução do problema da moradia: 1) Permanecer aguardando as unidades habitacionais do Projeto Portal da Amazônia, dentro da prioridade para os moradores que receberão as 80 unidades previstas em 2018; 2) Permanecer aguardando as unidades habitacionais do Projeto Portal da Amazônia, pressionando a prefeitura para a conclusão das 261 unidades restantes na orla; 3) Aderir ao Programa Minha Casa, Minha Vida na Avenida Bernardo Sayão em esquina com a Travessa Quintino Bocaiúva; 4) Judicializar a questão individualmente para receber indenização no lugar da casa.

A primeira opção exige que antes de tudo devam ser estabelecidos com a

comunidade os critérios de priorização. A segunda implicaria na continuidade do processo de luta e reivindicação dos moradores para permanência na orla. A terceira opção é a aparentemente mais viável para os moradores desgastados com uma espera de 10 anos, embora signifique a renúncia do direito de permanecer na orla, conforme foi firmado em acordo com a prefeitura em 2008. A quarta alternativa não é bem vista pelo procurador e pelos moradores devido aos custos e à demora no julgamento das ações individuais. Além disso, os moradores dificilmente comprariam uma casa em regiões próximas ao Portal da Amazônia com o dinheiro das indenizações.

No dia 24 de fevereiro os moradores se reuniram para deliberar sobre as alternativas que foram propostas. Houve dificuldade em estabelecer os critérios de prioridade para entrega das primeiras 80 unidades. Há aqueles que defendem a priorização dos mais idosos e pessoas com necessidades especiais. Outros defendem o critério de ordem de assinatura do termo de remanejamento, conforme o projeto foi planejado em 2008, sem a previsão de qualquer tipo de prioridade. Outro grupo argumenta a favor das famílias mais antigas da comunidade, as quais deveriam receber as primeiras 80 unidades previstas na licitação atual. Tendo em vista que as 80 unidades excedem o número de idosos e pessoas com necessidades especiais na comunidade, os moradores optaram pelo critério da ordem de assinatura do termo de remanejamento, excetuando os idosos e pessoas com necessidades especiais, que serão atendidos primeiro.

Os moradores também chegaram ao consenso de que não há necessidade de se deslocarem e aceitarem moradia fora da Orla. Na semana anterior uma equipe formada pelo PARU e pelo GEMAC (Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Cidadania/UEPA) mapeou os terrenos na área constatando a presença de vazios urbanos para a construção de projetos de habitação popular. Além disso, na audiência pública ocorrida no Ministério Público Federal no dia 07 de fevereiro os representantes da Caixa Econômica Federal e da Coordenadoria Geral da União garantiram a existência de recursos para as obras no Portal da Amazônia. Logo, os moradores compreendiam que não havia problemas relacionados ao financiamento para as obras e nem à disponibilidade de terras. Por isso, optaram em continuar na orla pressionando a prefeitura para a conclusão não apenas das 80 unidades licitadas para 2018, mas de todas as unidades restantes, beneficiando as 288 famílias que ainda estão vivendo com auxílio-aluguel.

É verdade que a decisão não foi unânime e que muitos moradores ainda se sentem atraídos pela possibilidade de receberem um apartamento no projeto habitacional do Programa MCMV na Bernardo Sayão em esquina com a Quintino Bocaiúva, sobretudo em função da provável demora na entrega de todas as unidades na orla. No entanto, é notável que tenha se destacado a opção que aponta na direção de uma resolução coletiva do conflito com vistas a beneficiar todos os moradores que foram removidos da orla, em contraposição à lógica fragmentária proposta pelo Estado e reforçada pelos órgãos administrativos da justiça. A assembleia geral deliberou o projeto comum

de permanência na área, conferindo novo fôlego à luta pelo território nos moldes do ideário da Reforma Urbana e do Direito à Cidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No jornal Diário do Pará do dia 11 de março de 2018 uma notícia chamou atenção dos membros da Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia:

Agora é pra valer. Foi assinada na sexta, em São Paulo, a venda da área privilegiada de 31 mil metros quadrados na Bernardo Sayão com frente para o Portal, onde funcionou a São Bernardo Industrial. Carlos Câmara fechou o negócio com o Grupo Carrefour. No local surgirá o terceiro ponto do Atacadão em Belém [...].

A notícia que rápido se espalhou nas redes sociais reforça o que foi discutido ao longo deste artigo. Não só há um projeto de classe para a conquista dos espaços ribeirinhos da cidade, como também os grandes projetos urbanísticos como o Portal da Amazônia (ou Projeto Orla) seguem o paradigma do planejamento estratégico (VAINER, 2011) ou seja, são realizadas grandes obras públicas capazes de criar facilidades para a instalação de empreendimentos privados, como se a cidade fosse uma empresa a auferir o retorno financeiro de seus investimentos, permanecendo seus habitantes – sobretudo os pobres – em segundo plano. Nesse sentido, os vazios urbanos ainda existentes em locais estratégicos como a nova orla são incorporados pela iniciativa privada, que também se beneficia pela valorização da área e pela infraestrutura urbana implementada pelo Estado.

As dúvidas e boatos entre os moradores deslocados pela obra aumentam em função de acontecimentos como o que foi mostrado no trecho da notícia. Em nenhuma reunião com representantes da prefeitura a compra do terreno pelo grupo empresarial foi mencionada. É certo que os terrenos destinados à moradia popular ainda não foram apropriados por agentes do capital imobiliário ou comercial. No entanto, a especulação imobiliária e as pressões sobre os moradores da área somadas à falta de transparência e eficiência da gestão municipal mantém os moradores em clima de insegurança sobre o seu futuro. Ao mesmo tempo, também observa-se o contrário: com o convencimento de que há grandes interesses envolvendo o solo urbano onde seriam construídas as moradias, a mobilização popular na área do Projeto Orla pode se fortalecer pela defesa do território, pela necessidade de fazer a prefeitura cumprir o acordo que fez com os moradores em 2008 e, por fim, pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Secretaria Municipal de Habitação. Prefeitura Municipal de Belém. **Plano de Reassentamento Portal da Amazônia/Orla**. Belém, 2008.

BORJA, Jordi. Grandes projetos metropolitanos: mobilidade e centralidade. In: ALMEIDA, M. A. R. de.

(org.). **O Centro da Metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/Viva o Centro/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 73-85

CRUZ, Sandra H. R. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. 317f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DIÁRIO DO PARÁ. **Atacadão na Cidade Velha**. 11 mar. 2018.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do serviço social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. P. 245-262

GOHN, Maria da G. Movimentos sociais na atualidade. In: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. P.11-88

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IANNI, Otávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**On-line, Campinas, número especial, abr. 2011 p. 397–416.

NASCIMENTO, Nádia F. A questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia Brasileira: notas para o debate. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

PONTE, Juliano Ximenes. A orla de Belém: intervenções urbanísticas, ações políticas e devolução do espaço. In: Celio Claudio Lobato (et al.) **Um olhar sobre aspectos da infra-estrutura e do planejamento urbano em Belém do Pará**. Belém: Editora Cesupa, 2005.

_____. Sustentabilidade, desenvolvimento e planejamento urbano: reconfiguração das margens fluviais de Belém. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.8, n.1, p.27-44. mai., 2006.

PRATES, Jane C. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane C. (orgs.). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016.

RODRIGUES, Carmen I. O bairro do Jurunas, à beira do Rio Guamá. **Revista Mosaico** v.1, n.2, p.143-156, jul./dez., 2008.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra Dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria**. In: ARANTES Otilia; VAINER Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). A cidade do pensamento único. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, pp. 75-103.

A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Rayssa Bernardino de Lacerda

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

Maria de Lourdes Soares

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

Edna Tânia Ferreira da Silva

Professora do Departamento de Serviço Social da
UFPB
João Pessoa- Paraíba

RESUMO: Diante do atual cenário de crise estrutural do capital, no qual vivenciamos um avanço de estratégias danosas do capital para a retomada da sua taxa de lucro, se faz necessário discutirmos os danos causados pelo mesmo ao meio urbano. Deste modo, à luz do materialismo histórico dialético, a fim de construirmos uma análise crítica e propositiva, analisamos, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a Questão Urbana em tempos de crise estrutural do capital. Percebendo os grandes impactos negativos causados progressivamente às cidades, por causa da submissão das mesmas à lógica do capital. Que tem como resultado a negação do direito à cidade para a classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do Capital; Questão

Urbana; Direito à Cidade.

ABSTRACT: In the face of the current scenario of structural capital crisis, in which we experience an advance of harmful strategies of capital for the recovery of its rate of profit, it is necessary to discuss the damages caused by it to the urban environment. Thus, in the light of dialectical historical materialism, in order to construct a critical and propositive analysis, we analyze, through a bibliographical research, the Urban Question in times of structural crisis of capital. Realizing the great negative impacts caused progressively to the cities, because of the submission of the same ones to the logic of the capital. That results in the denial of the right to the city for the working class.

KEYWORDS: Capital Crisis; Urban Issues; Right to the City.

1 | INTRODUÇÃO

O século XX revela para a humanidade uma gama de acontecimentos que colocam em evidencia as contradições do modo de produção capitalista. Entre esses acontecimentos está a grande crise do capital dos anos de 1970 que abalou a estrutura do sistema como um todo, evocando do capital uma série de medidas para o restabelecimento da sua taxa de lucro.

O principal objetivo do capital sempre foi, e sempre será, a obtenção cada vez maior de lucros, subjugando a tudo e todos à sua lógica. Em períodos de crise, com a queda brusca das taxas de lucros, o capital precisa se reinventar, estabelecendo novas estratégias para sua recuperação.

É nesse contexto que o receituário neoliberal começa a ser implantado em vários países, a fim de reorganizar as economias diante do cenário de crise. Trazendo em seu bojo um pacote medidas regressivas, que deveriam ser implementadas visando o desmonte dos direitos conquistados, entre eles os direitos sociais e urbanos.

Assim sendo, o capital busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades, transformando a cidade em um grande negócio e impondo dessa forma, ações que seguem o caminho contrário aos interesses e necessidades da maior parte da população, o que interfere diretamente na qualidade de vida no meio urbano.

Em razão disso, as cidades que são vistas como mercadoria no capitalismo, se apresentam como espaços divididos, fragmentados. Um lado da cidade bem estruturado, com todos os serviços e equipamentos necessários que garantem uma boa qualidade de vida para aqueles que podem pagar; e outro lado com pouca ou nenhuma infraestrutura para aqueles que não podem pagar, aos quais são negados o direito a uma boa qualidade de vida.

No Brasil, o declínio da política urbana dá-se no período das décadas perdidas, durante os anos de 1980 e 1990, período de estagnação econômica, marcado pelo desemprego, pela queda do consumo, pelo aumento da dívida externa e pelo declínio do Produto Interno Bruto (PIB). Tempos de crise marcados por intenso ajuste fiscal e pelo recuo dos investimentos em políticas públicas.

Nesse período a crise urbana é agudizada pela maior submissão da cidade aos interesses do capital, administrando o espaço urbano com vistas a obtenção cada vez maiores de lucros o capital acaba por reiterar a lógica de cidade fragmentadas.

Desta forma, o estudo aqui proposto, objetiva analisar a problemática urbana brasileira em tempos de crise estrutural do capital, e os rebatimentos da mesma na qualidade de vida no meio urbano.

A finalidade desta pesquisa é contextualizar a crise urbana, a partir de uma análise que visa a compreensão do processo histórico em torno das discussões que resultaram deste processo. Trata-se de uma pesquisa inicial de caráter bibliográfico que corresponde a um estudo em desenvolvimento sobre a questão urbana no Brasil.

2 | DESENVOLVIMENTO

A Crise do Capital

O sistema capitalista é extremamente dinâmico e expansível, contudo, o seu crescimento não é harmonioso ou estável, devido a sua natureza caótica de produção de mercadorias sob uma lógica competitiva. Assim sendo, as crises se tornam algo

inerente ao próprio sistema, não podendo haver capitalismo sem crises.

Por isso, o mundo capitalista após a década de 70 tem vivenciado um período marcado por uma série de recessões, como afirma Hobsbawm (1995, p. 393) “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”.

Os grandes problemas sociais como pobreza e desemprego em massa, que o período da Era de Ouro havia em grande parte eliminado, segundo Hobsbawm (1995), reapareceram depois de 1973. E isso porque, o modo de produção capitalista tem vivenciado uma de suas maiores crises que se iniciou nos anos 70 do século XX com o fim do chamado “anos dourados” do capital e tem se estendido até os dias de hoje, através de crises menores que se tornaram episódicas.

Como afirma Netto e Braz (2006, p.214) a esse respeito, “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”.

Uma dessas crises menores episódicas, que faz parte dessa onda longa recessiva da economia capitalista, foi a crise que se iniciou em 2007 nos EUA, conhecida como a “crise das hipotecas *subprime*”, que rapidamente se alastrou arrastando o resto do mundo por uma rede financeira e comercial, gerando um grande colapso financeiro, do qual os países capitalistas têm lutado para se recuperar. Como afirma Harvey (2011, p.13),

Esta foi, sem dúvida, a mãe de todas as crises. No entanto, também deve ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 1980.

Estamos assim, segundo Mota (2010), diante de uma crise estrutural do capital, de caráter global- devido à estrutura mundializada do capital-, e não setorial, por não se restringir a uma única área.

Diante desse contexto de grande recessão, o capital monopolista implementa várias estratégias para reverter essa conjuntura de queda da taxa de lucro. Uma delas é a ideologia neoliberal, que foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, que ganhou terreno após a crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973.

O neoliberalismo defende a diminuição da ação estatal no tocante a efetivação dos direitos sociais, suprimindo assim direitos e garantias sociais conquistados pela luta dos trabalhadores ao longo dos anos. Como defende Harvey a respeito do neoliberalismo,

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-

comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

Dessa forma, num contexto de crise onde a classe capitalista busca a retomada da sua estabilidade, com o apoio da autoridade de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e em conjunto com os grandes países capitalistas, levam ao triunfo a ideologia neoliberal nas décadas de crise.

É nesse contexto de crise mundial que, segundo Mota (2010, p.13), de forma ampliada se “expõe as contradições da dinâmica da acumulação, manifestando-se em diversas frentes: a financeira, a ambiental, a urbana e a do emprego, para falar das suas mais destacadas expressões”.

A Questão Urbana

Segundo Harvey (2011), houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde os anos 70, sendo várias dessas baseadas em questões de desenvolvimento urbano. E isso porque no que diz respeito à questão urbana, a crise urbana existente tem se tornado cada vez mais aguda, devido a subordinação da cidade aos interesses do capital, como afirma Guerra *et al* (2012, p.197).

O espaço como produto da atividade humana e da relação homem-natureza faz parte do processo mais geral de reprodução da sociedade. Ao ter sua produção assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, o espaço é também mercantilizado, tal como a cidade e a própria moradia, que são, destarte, concebidas como mercadorias necessárias à viabilização da produção, da circulação, distribuição e troca, condição para a realização do ciclo de acumulação do capital.

Dessa forma, a organização espacial se torna um produto necessário para o processo de acumulação, pois diante da necessidade de reprodução do capital, os espaços e lugares são criados sob a lógica de um modelo global de cidades com conteúdo específico neoliberal que vê a cidade como um negócio. Harvey (2011, p.137), a esse respeito declara que “[...] a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital”.

Assim, é nesse contexto, que a cidade no capitalismo é moldada pelo capital, passando a ser vista como uma mercadoria, não atendendo assim, às necessidades da classe trabalhadora, se não por via mercado, sendo assim, o seu valor de uso suprimido pelo valor de troca, como afirma Maricato (2015, p.23).

A classe trabalhadora [...] quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade [...]. Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em

função do seu valor de troca. Para eles a cidade é mercadoria.

Assim, a perda da função social das cidades no capitalismo, tem feito com que o direito à cidade seja negado a muitos, por vivermos num mundo em que o direito à propriedade privada e a busca pela taxa de lucro superam todas as outras noções de direito, inclusive o direito à cidade.

O direito à cidade foi um termo desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro de 1968, *Le droit à la ville*, que trabalha a noção de direito à cidade como o direito de não exclusão da classe trabalhadora das qualidades e benefícios da vida urbana. Contribuindo para essa questão Harvey (2013, p.47) afirma que o direito à cidade “[...] pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”.

Em contrapartida, o que está associado ao capitalismo contemporâneo em crise é o crescimento das desigualdades sociais, concentração de pobreza e um profundo retrocesso na garantia do direito à cidade, pois as cidades se encontram sob a lógica do capital como cidades divididas, fragmentadas, marcadas por questões estruturais de moradia, mobilidade, saneamento, entre outros.

Visto que hoje, a cidade centrada no mercado é o foco e nela imperam novos métodos de produção e novas formas de segregação e exclusão, a cidade não é democrática e reproduz uma ausência de participação coletiva na sua formação e no usufruto das riquezas nela produzida, por aqueles que foram excluídos do desenvolvimento econômico, por aqueles que foram deslocados das áreas centrais e jogados para as periferias. Como afirma Harvey (2013, p.50), “as chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados”.

Desse modo, como declara Rodrigues (2014, p.12) “O acesso a moradia se dá por via mercado. Quando o mercado coordena um direito fundamental, aí temos um problema. Gera cidades paralelas”, um lado da cidade bem estruturado para aqueles que podem pagar, e o outro lado, ao qual o direito à cidade é negado, com pouca ou nenhuma estrutura. Como atesta Guerra *et al.* (2012),

Na cidade, vale a lei do mercado! Aqueles cujos rendimentos permitem, vivem em lugares mais bem equipados, de fácil acesso, com níveis de conforto. Os pobres são relegados à própria sorte. Quando não dormem nas ruas, em lugares perigosos, vivem em áreas distantes dos centros urbanos e com pouca ou nenhuma infraestrutura (p.202).

Esse é um fenômeno observado nos países centrais do capitalismo e mais especialmente nos países periféricos, onde o capital também tem dividido as cidades, empurrando para as periferias a população de baixa renda. Como afirma Rolnik (2002), a respeito da realidade brasileira,

Uma característica comum a todas as cidades brasileiras, independentemente de sua região, história, economia ou tamanho, é o fato de cada uma delas apresentar um contraste muito claro entre uma parte da cidade que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada, arborizada, com infra-estrutura completa [...] e outra parte, normalmente de duas a três vezes maior do que a primeira, cuja infra-estrutura é incompleta, o urbanismo inexistente, que se aproxima muito mais da ideia de um acampamento do que propriamente de uma cidade (p.54).

Esses problemas urbanos refletem sobre a questão da moradia no país, que acumula um grande *déficit* habitacional ao longo da história, fruto da concentração de renda e das desigualdades sociais, afetando a população de baixa renda, que é atingida pela falta de acesso a uma moradia digna.

Por isso, Davis (2006) afirma que o rápido crescimento urbano no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável para a produção em massa de favelas declarando que “pode haver mais de 250 mil favelas na Terra” (p.199).

No tocante a mobilidade urbana, o que se percebe é que o transporte público, único meio de transporte de possível acesso à população de baixa renda, é marcado pela precariedade, devido as frotas insuficientes de ônibus para atender toda a demanda, e a qualidade desses transportes, que se encontram muitas vezes em péssimas condições devido à falta de investimento na manutenção dos mesmos. Como afirma Maricato (2015, p.42) “após muitos anos de ausência de investimentos nos transportes coletivos [...], a condição de mobilidade nas cidades tornou-se um dos maiores problemas sociais e urbanos”.

O transporte, assim como toda a cidade, é ordenado segundo os interesses do capital, que segundo o Movimento Passe Livre (MPL) “coloca catracas em todos os caminhos da cidade” (2013, p.22), ficando assim, a população impedida de vivenciar a cidade, devido aos altos valores das passagens, pois muitos trabalhadores só dispõem de dinheiro para realizarem o trajeto casa e trabalho.

Aliado a esses fatores, soma-se o problema da violência urbana e a falta de infraestrutura urbana em várias regiões do país, fruto do crescimento urbano desordenado, que ocasiona graves problemas ambientais e de saúde pública.

Desse modo, à classe trabalhadora é destinada uma parte da cidade em que faltam serviços e bens públicos essenciais, capazes de interferir na melhoria das condições de vida de seus moradores. Como afirma Guerra (2014, p. 261), “[...] há, de fato, um verdadeiro descompasso entre os níveis alcançados pela produção social de riqueza e o nível de infraestrutura e de serviços implantados em grandes extensões de nossas cidades e metrópoles”.

Portanto, num contexto de crise com a perspectiva de ajuste do Estado para garantir a inserção da economia brasileira na nova ordem mundial, em detrimento da perspectiva de democratização com a ampliação de direitos sociais, constata-se um aprofundamento da crise urbana e o agravamento das desigualdades socioespaciais, que tem como resultado a negação do direito à cidade a muitos.

Os determinantes para essa realidade são o capital imobiliário, a indústria e o poder público, forças que decidem como a cidade vai ser e onde grande parte da população vai morar. Devido à alta especulação imobiliária, em geral, a população de baixa renda só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas (terras baratas, por não possuírem infraestrutura) ou ocupar áreas ambientais, que não poderiam ser urbanizadas.

As intervenções mais recentes do Estado seguem a lógica do ajuste, com o objetivo de beneficiar o capital, em detrimento das necessidades de amplos setores da população urbana que a muito tempo sonham com o direito à cidade. Exemplos emblemáticos disso são observados na história recente das políticas urbanas como a construção de aeroportos, a reestruturação de portos, a urbanização de favelas em localizações consideradas estratégicas; custos esses necessários à acumulação de capital.

Como firma Gerra (2014) a esse respeito,

Mais recentemente, nas principais cidades brasileiras, são realizadas remodelações e renovações urbanas ligadas à preparação de nossas cidades para sediar megaeventos (jogos olímpicos, copa das confederações, copa do mundo de futebol, etc.). Essas intervenções urbanas seguem a mesma tendência observada em outros países, em contextos similares: desalojamento de segmentos da classe trabalhadora, com expulsões, muitas vezes, violentas, para dar vazão ao frenesi de reconstrução e de modernização e adaptação dos espaços urbanos às novas necessidades do capital (p.262).

Por isso, como bem observa Souza (2010), o Estado, que é uma esfera a favor das classes dominantes desde a sua origem, sempre será uma instancia em desfavor dos trabalhadores. Derrubando assim, concepções ingênuas que o veem como arbitro entre as classes, juiz neutro, representante do interesse nacional.

Assim, o que se percebe é que o capital, na busca em tempos de crise pelo restabelecimento da taxa de lucro, impele o Estado a investir somente naquilo que considera rentável. Um exemplo disso foi a aprovação da PEC 241, conhecida como a PEC dos gastos, que vem diminuir drasticamente os investimentos em políticas sociais e em desenvolvimento urbano.

O capital vem assim, moldar as cidades aos seus interesses, negando a classe trabalhadora uma boa qualidade de vida no espaço urbano. Como defende Oliveira (2013),

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras- para falar apenas do nosso universo- não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizados, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir “anarquia” com caos; o “anárquico” do crescimento urbano não é caótico em relação as necessidades da acumulação (p.59).

Dessa forma, percebe-se que a crise urbana que assola o país é resultado direto

da submissão das cidades aos interesses de acumulação do capital, em crise. Essa submissão produz cidades divididas, fragmentadas, com regiões bem equipadas e desenvolvidas de um lado, e regiões com desenvolvimento precário- com pouca ou nenhuma infraestrutura- de outro.

À essas regiões periféricas são destinadas aqueles que não podem pagar por um pedaço de terra urbana. Para essa parcela da população o direito à cidade é negado, pela dificuldade de acesso àquilo que a cidade tem a oferecer.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, não é permitido ignorar a catástrofe urbana que jaz à porta. A necessidade de reforma urbana salta aos olhos quando se constata as condições de vida da maior parte dos trabalhadores, que sofrem devido à falta de infraestrutura urbana, de moradias dignas, de transporte público. Quando se considera os altos índices de violência, ou os grandes sacrifícios enfrentados pelas famílias de baixa renda para que os seus filhos consigam ter acesso a equipamento sociais de educação e saúde.

Assim sendo, é inegável a dimensão urbana da crise estrutural do capital, que atinge todo o globo nos dias atuais, e em especial o Brasil, pois as cidades brasileiras apresentam graves problemas de urbanização que foram agravados ao longo do tempo, por causa da falta de planejamento, controle no uso e ocupação do solo, e de reforma fundiária.

A ausência de políticas de habitação social e de infraestrutura urbana capazes de responder às necessidades postas pela expansão urbana instalou nas cidades brasileiras uma situação de barbárie. Agora cabe indagarmo-nos sobre a possibilidade de construirmos formas de resistência, para a construção de modalidades opostas de urbanização, centradas nas necessidades humanas e não nas de acumulação do capital.

Temos no Brasil leis, planos, conhecimento técnico, mas, além disso, é imprescindível que se lute para que os direitos básicos que foram conquistados no aparato legal urbanístico brasileiro sejam observados, é necessário que as ruas sejam tomadas por uma nova geração com energia para lutar contra essa barbárie, com energia para lutar por cidades mais justas.

Precisamos lutar contra essa dramática e perigosa lógica do capital de governar as cidades, lutar para o estabelecimento de uma forma metabólica entre o homem e a natureza, que coloque as necessidades dos homens como prioridade. Para que dessa forma seja garantida a toda a população o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Mike. **Planeta de Favelas, a involução urbana e o proletariado informal**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GUERRA, E. C. et al. **A questão urbana e a produção acadêmica do serviço social brasileiro em foco**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, p.191-214, jul./dez. 2012.

GUERRA, Eliane Costa. (2013). **Questão Urbana e Ambiental em Tempos de Crise do Capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo**. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, Número Especial, p. 257-267 julho de 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. IN: VAINER, Carlos (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O direito à Cidade**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARICATO, Ermínia. *O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo*. Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>>. Acesso em 17 de jul. de 2017.

_____. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Para Entender a Crise Urbana**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. IN: _____. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006, v.1.

OHCHR. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1987.

RODRIGUES, Anai Atantes. **Moradia Popular: a cidade em disputa**: depoimento. [julho, 2014]. São Paulo: Revista Caros Amigos. Entrevista concedida a Roney Rodrigues.

ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

_____. **Relatora da ONU fala sobre política habitacional do Brasil**. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2009/04/30/relatora-da-onu-se-pronuncia-sobre-politica-habitacional-do-brasil/>>. Acesso em 09 de julho de 2017.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 101, 2010.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES

Elisangela Artmann Bortolini

Acadêmica do Curso de Mestrado Acadêmico em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. 2016. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. elisangela.artman@hotmail.com

Uma vida cheia de sentido pode ser extremamente gratificante mesmo em meio a adversidades, ao passo que uma vida sem sentido é um suplício terrível independentemente de ser repleta de conforto¹.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é aprofundar discussões quanto as dimensões do termo sustentabilidade, com ênfase na sustentabilidade social, apresentando uma visão que expõe as mazelas experimentadas cotidianamente pela sociedade através das relações que se desenvolvem nas cidades, em especial o medo que conduz os indivíduos a atitudes de auto proteção e segregação dos diferentes. Pretende demonstrar que sustentabilidade social significa o respeito ao direito fundamental da Dignidade da Pessoa Humana, onde o direito ao meio ambiente equilibrado represente um corolário do direito à vida digna. Propõe-se também a fazer uma correlação entre política, poder e escolhas que conduzem a sociedade a um ciclo de

insegurança e vulnerabilidade que agrava ainda mais o distanciamento entre os indivíduos. Ao final apresenta uma visão da sociedade como um todo interligado e interdependente que precisa refletir, aceitar e conviver com as diferenças. Quanto a metodologia aplicada na pesquisa, será realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, com a colaboração de diversos trabalhos acadêmicos já publicados e disponibilizados em sites da internet para consultas. Relativamente ao tratamento dos dados será utilizado o método lógico indutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; sustentabilidade social; relações humanas; cidades; política e poder.

SUMMARY: The objective of this work is to deepen discussions about the dimensions of the term sustainability, with an emphasis on social sustainability, presenting a vision that exposes the afflictions experienced on a daily basis by the company through the relationships that develop in the cities, in particular the fear that leads individuals to the attitudes of self-protection and segregation of the different. You want to demonstrate that social sustainability means the respect for the fundamental right of the Dignity of the Human Person, where the right to a balanced environment represents a corollary of the right to a dignified life. It is also

¹ HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**. Uma breve história da humanidade. Tradução: Janaina Marcoantonio. 19ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2017. p. 402

proposed to make a correlation between politics, power, and choices that lead the society to a cycle of insecurity and vulnerability that exacerbates even more the distance between the individuals. At the end presents a vision of society as a whole connected and interdependent that it needs to reflect, accept and to live with the differences. Parte superior do formulário As for the methodology applied in the research will be conducted through a literature search and documentary, with the cooperation of several academic papers have already been published and made available on internet sites for queries. With regard to the processing of the data will be used the logical method-inductive.

KEYWORDS: Sustainability; social sustainability; human relationships; cities; politics and power.

INTRODUÇÃO

Ao se estabelecer o desenvolvimento sustentável como paradigma para o futuro da humanidade significa dizer que, a partir de agora, devem ser estabelecidas ações que conduzam o ecossistema a perpetuidade. Neste sentido é preciso definir, entender e conciliar sustentabilidade em três pilares básicos: o ambiental, o econômico e o social.

Na visão ambiental e econômica conciliar desenvolvimento sustentável é reconhecer que deve-se buscar um desenvolvimento equilibrado capaz de suprir as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade de suprir as necessidades das futuras gerações. Significa um compromisso com um novo padrão de desenvolvimento, voltado para evitar problemas socioambientais e garantir a sobrevivência da humanidade.

Enquanto a dimensão social, diz respeito ao patrimônio humano do planeta, aos relacionamentos humanos e seu desenvolver conjuntamente com o meio ambiente. A dimensão social se apresenta como um reflexo dos Direitos Fundamentais de terceira dimensão, denominados usualmente como direitos de fraternidade ou solidariedade, destacando-se, especialmente, o direito ao meio ambiente².

Dentro do tema sustentabilidade é importante demonstrar que o planeta vive uma instabilidade provocada por fatores como poluição e degradação ambiental, globalização, criminalidade – terrorismo, corrupção nos órgãos públicos. Esta instabilidade afeta diretamente os sentimentos das pessoas gerando insegurança, insatisfação, incerteza, vulnerabilidade e medo. A soma destes sentimentos conduz o homem a comportamentos de alienação (afastamento) de tudo que possa representar um risco.

No contexto de poder e política procura delimitar o termo crise e como impacta

2 FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos Fundamentais e proteção ambiental. p. 150, apud GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 76

diretamente na vida do cidadão, interagindo e contribuindo para a complexidade de um mal-estar social que tem se mostrado cada vez mais significativo.

Para desenvolver este trabalho, foram traçados como objetivos da pesquisa, primeiramente, a análise e compreensão do termo sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e social. Segundo, a análise da dimensão social da sustentabilidade como corolário da dignidade da pessoa humana e os sentimentos relacionados ao cotidiano das cidades. Terceiro, a análise de como a política e poder interferem nos relacionamentos das cidades. Ao final, sugere uma mudança de postura do Estado e dos cidadãos de modo que reflitam sobre o ecossistema como um todo interligado.

Quanto a metodologia aplicada na pesquisa, será realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, com a colaboração de diversos trabalhos acadêmicos já publicados e disponibilizados em sites da internet para consultas. Relativamente ao tratamento dos dados será utilizado o método lógico indutivo³.

O estudo sobre as relações humanas nas cidades e a sustentabilidade social encontra-se estruturado em tópicos temáticos, considerações finais e referências bibliográficas dos autores que versam sobre os temas abordados e que subsidiaram a discussão.

1 | SUSTENTABILIDADE NAS DIMENSÕES AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL.

Sustentabilidade para o dicionário Aurélio é “qualidade ou condição do que é sustentável”⁴. Mas o que é sustentável? Que se consegue sustentar (manter); em que há ou pode haver sustentação. Que se consegue defender; defensável: teoria sustentável. Uso restrito. Que pode ser realizado sem que haja prejuízo (riscos) ao ambiente: desenvolvimento sustentável⁵.

Assim, sustentabilidade tem um conceito relacionado a perpetuidade de tudo que for essencial à vida, relacionando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, que buscam suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras. É a qualidade ou propriedade do que é sustentável, do que é necessário à conservação da vida⁶.

O termo sustentável é essencialmente simples: significa tudo aquilo que pode ser mantido ao longo do tempo. De maneira implícita, significa dizer que qualquer sociedade, ou qualquer aspecto de uma sociedade, que seja insustentável, não pode ser mantido por muito tempo porque num dado momento deixará de funcionar⁷.

3 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. 12 ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. p. 92.

4 <https://dicionariodoaurelio.com/sustentabilidade> - acesso em 26 de jul. 2017.

5 <https://www.dicio.com.br/sustentavel/> - acesso em 26 de jul. 2017.

6 <https://www.dicio.com.br/sustentabilidade/> - acesso em 26 de jul. 2017

7 PATRICIO, Mariza Giacomini Lozer. Quais as dimensões da sustentabilidade? Disponível em:

Agora, considerando a palavra sustentabilidade num panorama mais amplo de biosfera, de habitat natural da vida, é possível assegurar que implica conservação, durabilidade, onde requer a intervenção de todos no sentido de promover a proteção da sobrevivência, de modo a garantir que sejam supridas todas as necessidades humana e do ecossistema⁸.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade para a humanidade tornou-se uma noção positiva e altamente prospectiva, que supõe a introdução de mudanças necessárias para que a sociedade planetária, que deverá ser constituída por todas as comunidades humanas, transpassando as fronteiras estatais, e que seja capaz de perpetuar-se no tempo e no espaço. Transcrição⁹.

O tema da sustentabilidade assume, neste século, um papel central na reflexão quanto a preservação do meio ambiente enquanto compatibiliza crescimento econômico, qualidade de vida e preservação cultural, no entanto, esta reflexão precisa coabitar com os paradigmas da liberdade (indutor da produção do direito moderno), bem como, com os paradigmas da fraternidade e igualdade (indutores das relações sociais na modernidade)¹⁰.

Ou seja, trata-se de um dos maiores desafios do nosso tempo, conciliar interesses conflitantes, que coexistem na sociedade e que dependem fundamentalmente das escolhas sobre o padrão de vida da sociedade atual. Diz respeito a justiça social, preservação de bens e serviços naturais para as futuras gerações, e o respeito por outros seres vivos, pela integridade da biodiversidade dos ecossistemas do planeta ameaçados pela crise ambiental¹¹.

E complementa:

No nosso entender, a sustentabilidade para consolidar-se como paradigma dominante na contemporaneidade, deverá ser construída a partir de múltiplas dimensões, que incluem as variáveis ecológicas, sociais, econômicas e tecnológicas, sem esquecer-se da jurídica, num contexto de comunicação ecológica, deliberação democrática, de comunhão dos sistemas, e principalmente de maneira transnacional.

Portanto, sustentabilidade é um termo amplo que admite múltiplas dimensões, dentre elas, três pilares são essenciais para a definição de um conceito sólido: o ambiental, o econômico e o social.

<https://jus.com.br/artigos/53841/quais-as-dimensoes-da-sustentabilidade>. Acesso: 09 jul. 2017.

8 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. Direito, Estado e sustentabilidade. Demarchi / Oliveira Neto / Abreu. Livro eletrônico. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 86

9 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 87

10 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 88

11 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 89

1.1 Sustentabilidade Ambiental

Sustentabilidade ambiental está intimamente relacionada à continuidade da vida no planeta. As atitudes dos homens estão levando o mundo a um ponto cada vez mais crítico, a exploração desenfreada dos recursos vegetais de florestas e matas, a exploração econômica de áreas verdes, o consumo descontrolado da água, a poluição dos recursos hídricos, o consumo incontrolado de produtos, dentre outras ações humanas agravam a continuidade da vida na terra, pondo em dúvida o futuro. Para reverter essas situações é preciso pensar na sustentabilidade ambiental, envolvendo todos os setores da sociedade.

Somente a sustentabilidade ambiental é capaz de proporcionar qualidade de vida, atendendo às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras. Mas, para que isso ocorra, toda sociedade precisa educar suas ações, estabelecer limites de consumo, e isso envolve não só os consumidores como também as empresas que devem se comprometer em desenvolver produtos ecologicamente corretos que não agredam o meio ambiente¹².

Para Gabriel Ferrer¹³ devemos alcançar um pacto com a terra,

[...]de modo que nos comprometemos com a possibilidade de manter os ecossistemas essenciais, que fazem possíveis a nossa subsistência como espécie em uma condição ambiental aceitável. É imprescindível reduzir drasticamente nossas demandas de consumo de capital natural, para alcançarmos níveis razoáveis de reposição; [...]

O desenvolvimento sustentável não deve ser apenas econômico, mas sim em todos as áreas, e para tanto é necessário planejar ações e programas que levem em conta a sustentabilidade econômica, ambiental e social. A ideia é conservação e preservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução sócio-econômico e cultural da sociedade, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações¹⁴.

Na visão de Fritjof Capra¹⁵ os indivíduos, assim como as empresas devem ampliar sua visão da vida, que até então se baseia na crença equivocada de que a natureza pode ser submetida a controle humano, para aceitar a dinâmica autogeradora e auto organizadora que é a própria essência da vida e redefine os organismos vivos.

12 CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade- uma propostas a partir da agroecologia disponível em <http://mstemdados.org/sites/default/files/Analise%20multidimensional%20da%20sustentabilidade,%20uma%20proposta%20metodologica%20a%20partir%20da%20agroecologia%20%20Francisco%20Caporal,%20Jose%20Costa-beber.pdf> acesso em 25 jul.2017.

13 REAL FERRER, Gabriel. Revista de Derecho Ambiental. p.65-82 apud GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 88

14 CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade - uma proposta a partir da agroecologia. Acesso em 25 jul. 2017.

15 CAPRA, Fritjofof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005. p. 208

1.2 Sustentabilidade Econômica

Além da instabilidade econômica, a forma atual do capitalismo global é insustentável dos pontos de vista ecológico e social e por isso se torna inviável a longo prazo e teria de ser reestruturado desde as bases¹⁶.

O novo capitalismo global trouxe consigo inúmeras consequências danosas e relacionadas entre si – um aumento da desigualdade e da exclusão social, um colapso da democracia uma deterioração mais rápida e extensa do ambiente natural e uma pobreza e alienação cada vez maiores¹⁷.

Um dos obstáculos à sustentabilidade é o aumento contínuo do consumo material, afinal o mercado econômico não tem poupado esforços e investimentos com o objetivo de aumentar a produtividade e com ela o fluxo de bens materiais. Mas sustentabilidade econômica não é somente buscar aumento de produção e produtividade a qualquer custo, deve levar em consideração fatores externos como danos ambientais e sociais que podem representar perdas econômicas em médio e longo prazo¹⁸.

A sustentabilidade econômica apresenta uma estreita relação com a sustentabilidade social, seria o fator sócio-econômico, que apresenta em seu conceito um intuito de tornar não só um futuro promissor, mas também a possibilidade de alterar alguns fatores da realidade social¹⁹.

Assim busca-se um desenvolvimento estável, evitando as alternâncias econômicas, utilizando-se minimamente os recursos naturais de forma a viabilizar uma sociedade estável e mais justa.

1.3 Sustentabilidade Social

Uma vida melhor, que proporcione o bem-estar da sociedade é meta indispensável para aqueles que defendem a política sustentável de desenvolvimento. Esta meta deve alinhar desenvolvimento em todos os campos, sem que para isso seja necessário agredir e degradar o meio ambiente. As necessidades humanas devem ser atendidas sem prejuízo do meio ambiente, considerado a matriz do progresso econômico.

A dimensão social da sustentabilidade é conhecida como capital humano e deve refletir um respeito pela dignidade e pelos direitos humanos básicos. Considerando que a vida humana engloba necessidades biológicas, cognitivas e sociais os direitos humanos devem ser respeitados nessas três dimensões. Na dimensão social o primeiro direito humano – na Declaração dos Direitos Humanos da ONU – é o direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa.

A dimensão social é, portanto, o reflexo dos Direitos Fundamentais de terceira

16 CAPRA, Fritjojof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 167

17 CAPRA, Fritjojof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 217

18 CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da sustentabilidade** - uma proposta a partir da agroecologia. Acesso em 25 jul. 2017

19 Sustentabilidade econômica – o que é sustentabilidade econômica. <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/artigos/sustentabilidade-economica-que-sustentabilidade-economica/>>. Acesso em 30 jul.2017

dimensão, denominados usualmente como direitos de fraternidade ou solidariedade os quais têm natureza transindividuais, posto que afetam os seres humanos individual ou coletivamente, de modo a proporcionar um bem-estar social. Dentre estes direitos de terceira dimensão está, especialmente, o direito ao meio ambiente²⁰.

Segundo este entendimento, o direito ao meio ambiente saudável faz parte da relação dos Direitos Fundamentais, e assim deve ser tratado, não isoladamente, mas como uma rede que engloba interesses econômicos e políticos em prol de uma sociedade sustentável, onde proteção ambiental caminha juntamente com justiça social e desenvolvimento econômico²¹.

O Desenvolvimento Sustentável se apresenta como o modelo mais eficaz para garantir a existência do Homem e suas próximas gerações²². Quando, através da mudança dos meios de produção e distribuição de riquezas a humanidade será capaz de se alimentar e proporcionar uma vida digna eliminando as injustificáveis desigualdades sociais²³.

2 | CIDADE E SOCIEDADE

Historicamente a humanidade organizou-se em sociedade e, dentro das sociedades, em sistemas hierárquicos que geraram imensa discriminação e desigualdade social. Ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, historicamente tratados de forma desigual, classificados em categorias imaginadas à época, mas que regulamentaram as relações entre milhares de seres humanos e tornaram algumas pessoas superiores a outras em termos jurídicos, políticos e sociais²⁴.

Esta imaginada classificação por si só, já é suficiente para causar conflitos sociais, mas estes conflitos se agravam sobremaneira na medida em que se somam às crises econômica, democrática (representativa), ambiental e mesmo cultural. Com o tempo os indivíduos deixaram de aplicar o verdadeiro sentido de sociedade, aquele onde cada qual desempenha um papel específico mas onde todos, de alguma

20 FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos Fundamentais e proteção ambiental. p. 150, apud GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 76

21 GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. **O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais**. p. 78

22 GUERINI, Eduardo et STANZIOLA, Vieira Ricardo. A teoria científica transdisciplinar como lógica estrutural para os operadores do direito ambiental. **Direito ambiental e urbanismo**: Tomo 02. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2016 – Coleção Estado transnacionalidade e sustentabilidade.

23 REAL FERRER, Gabriel. Revista de Derecho Ambiental. p. 65-82, apud GLASENAPP, Maikon Cristiano et CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a possibilidade de ambientes democráticos de governança transnacional. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 88

24 HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**. Uma breve história da humanidade. Tradução de Janaina Marcoantonio. 19. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017. p. 144

maneira, estão interligados entre si para se tornarem cada dia mais individualistas e segregadores, sob o escudo da incansável busca da segurança.

O planeta vive uma instabilidade provocada por fatores como poluição e degradação ambiental, globalização, criminalidade – terrorismo, corrupção nos órgãos públicos que afetam diretamente os sentimentos das pessoas gerando insegurança, insatisfação, incerteza e medo - “o sentimento mais velho do mundo, que nos acompanha ao longo de uma realidade marcada pela insegurança”²⁵. A soma destes sentimentos conduz o homem a comportamentos de alienação (afastamento) de tudo que possa representar um risco ao que se têm como regular e necessário para a estabilidade da vida.

Esta instabilidade experimentada pelas pessoas gera insegurança e a insegurança faz nascer o medo de tudo que se apresentar como diferente, fora do comum, afinal, as coisas de que se têm medo dizem muito sobre as experiências já vividas. As reações advindas do medo estão relacionadas ao instinto de sobrevivência que todo animal possui. Sentir medo de vez em quando faz parte da vida, mas o medo crônico pode gerar fobias e debilitar as pessoas tanto física, quanto emocionalmente²⁶.

Assim, xenofobia²⁷ e mixofobia²⁸ são deturpações de sentimentos relacionados ao instinto de sobrevivência humana, dizem respeito a necessidade de garantir a sobrevivência própria e da família, não se trata apenas de segurança física ou patrimonial, mas de algo mais profundo como a estabilidade no trabalho, o acesso a saúde, a educação, a moradia, ao lazer, a cultura de determinado povo.

Em princípio, em nome desta segurança, o indivíduo tende a apontar riscos, fontes potenciais de perigo e selecioná-los para, conseqüente eliminação, isto mesmo antes que se manifestem. Ou seja, a este grupo não é permitido se manifestar, a eles é negada sua subjetividade posto que são reclassificados como objetos de ameaça à segurança do grupo segregador²⁹.

Na visão de Soares,³⁰ os elevados índices de criminalidade e violência urbana são indicadores que cada vez mais as pessoas estão negando a sociabilidade, pois tem demonstrado dificuldade em se colocar no lugar do outro, em compreender e aceitar a diferença do outro e, mesmo diante das diferenças, respeitar o ser humano

25 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI Carlos. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 15.

26 Disponível em <<https://grupopapeando.wordpress.com/2011/09/26/como-funciona-o-medo/>> acesso em 25 de jul. 2017.

27 Aversão a estrangeiros; repugnância a pessoas e/ou coisas provenientes de países estrangeiros: refugiados sofriam xenofobia em alguns países. Hostilidade; receio, medo ou rejeição direcionados a quem não faz parte do local onde se vive ou habita.

28 Você convive e tem preconceitos em relação a eles, uma vez que o lixo global é descarregado nas ruas onde você vive. Conceito aplicado por Zygmunt Bauman na obra *Confiança e medo na cidade*. p. 86-87

29 BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais**. Desigualdades sociais numa era global. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 78

30 SOARES, Josemar. *Narcisismo e os conflitos na modernidade: uma análise a partir da dialética do reconhecimento de Hegel*. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 5

como indivíduo psicossocial. A este fenômeno ele chama de crise de alteridade, onde as pessoas revelam ausência de empatia pelo outro, de forma que o outro se torna um mero obstáculo a ser transposto para realização da satisfação pessoal (a obtenção de um bem, por exemplo).

Por outro lado, é importante lembrar que para um determinado grupo de pessoas (pobres, negros ou estrangeiros migrantes) não existe a opção de viver separadamente, eles já se encontram à margem da sociedade, portanto, esta é mais uma imposição de um sistema criado outrora e até hoje plenamente vigente.

Para este grupo vitimado pela exclusão social restam poucas alternativas, e a mais latente delas é ser recrutado por organizações criminosas, na desesperada tentativa de escapar da miséria absoluta³¹. A vida cotidiana apresenta traços de desespero - desespero pela sobrevivência – e, enquanto esse fator social não se acalmar, não haverá equilíbrio, seja econômico, social, ambiental ou mesmo cultural.

Todos estes fatores coexistem nas cidades e se somam ao fato de que não há uma política social e ambiental que culmine em um mínimo de consciência ambiental e conhecimento das leis naturais. O resultado destes fatores é conhecido exclusão, degradação, desigualdades, injustiças.

O que se pretende demonstrar é que a este grupo social não há uma degradação ambiental deliberada, intencional, mas sim um instinto de sobrevivência alinhada a uma desinformação que conduz ao desequilíbrio. Há, na verdade, uma imensa preocupação com a sobrevivência, uns para sair da miséria e outros para alcançar a sonhada segurança pessoal e familiar que leva ao desequilíbrio social e ambiental.

Corroborando este pensamento leciona Guerini³²:

Se a degradação ambiental é fruto do embate das emoções entre o homem e a natureza, e o conflito social é resultante do confronto entre indivíduos/comunidade X sociedade/Estado, o conflito ambiental como aqui é entendido e apreendido também tem origem no conflito das emoções. Por princípio, todo conflito ambiental é um conflito de emoções.

E complementa afirmando que “é preciso repensar a atitude excludente das pessoas a frente das instituições ligadas a questão ambiental, pois uma política de inclusão comunitária significa conseguir aliados na luta pela preservação ambiental”. Enquanto, uma política exclusiva agrava ainda mais os problemas sociais e, como reflexo, significa menos aliados nesta causa.

A política tem grande poder e influência no desenvolvimento de programas sócias e educacionais que sejam capazes de alterar esta realidade de medo, desigualdades e injustiças.

31 CAPRA, Fritjojof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. Cultrix, 2005. p. 160

32 GUERINI, Eduardo Vieira et STANZIOLA Ricardo. A teoria científica transdisciplinar como lógica estrutural para os operadores do direito ambiental. **Direito ambiental e urbanismo**: Tomo 02. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2016 – Coleção Estado transnacionalidade e sustentabilidade. p. 31

3 | POLÍTICA E PODER: COMO INTERFEREM NAS RELAÇÕES HUMANAS

Nas palavras de Fritjof Capra³³ “o poder é o meio pelo qual os conflitos são resolvidos” - “uma das características mais marcantes da realidade social é o fenômeno do poder”. Considerando a inevitabilidade dos conflitos em toda e qualquer comunidade humana o poder teria o papel essencial de promover a organização social.

Dentro da organização social, adquire poder àquele a quem a sociedade outorga autoridade para tomar decisões na resolução destes conflitos em prol da segurança e pacificação social. Sob o prisma político, o Estado é quem detém o poder, e não somente o detém como ele próprio é a representação de um Poder.

Assim, nos lembra Bauman³⁴

O Estado é quem podia, através do poder a ele delegado, pôr a sociedade no caminho afinal escolhido, posto que dispunha dos recursos indispensáveis à tarefa: *o poder*, como a capacidade de levar as coisas a cabo; e, *a política*, como a habilidade de decidir como as coisas devem ser feitas.

Entretanto, o mesmo autor, reconhece que a política tem se distanciado do poder, posto que as instituições políticas têm perdido sua autoridade na direção de um espaço global, enquanto a política permanece local. Para o autor, o poder segue, livre de controle político, no “espaço de fluxos” e a política, territorialmente fixada, se enfraquece cedendo seu espaço ao mercado econômico e se distanciando das suas responsabilidades enquanto órgão democraticamente eleito³⁵.

Além deste fator externo, o Estado também está se desintegrando por dentro, através da corrupção do processo democrático, na medida em que os políticos dependem cada vez mais de empresas e grupos de lobistas que financiam suas campanhas eleitorais em troca de políticas favoráveis a seus “interesses especiais”, leia-se aqui “interesses particulares”³⁶.

Este fenômeno tem acentuado o desgaste da relação entre Estado e sociedade, o guardião estatal não mais proporciona segurança ao cidadão que é relegado a sua própria sorte.

[...] Os Estados manifestaram a incapacidade de cumprir suas promessas; aos poucos, mas em aparência de forma incontrolável, a fé e a confiança na potência do Estado começaram a se erodir. [...] o Estado foi rebaixado da posição de motor mais poderoso do bem-estar universal àquela de obstáculo mais odioso, pérfido e prejudicial³⁷.

Enquanto as crises sociais, econômicas e ambientais decorrentes da crise da estrutura político-jurídico moderna, representada pela incapacidade política de ações

33 CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**— ciência para uma vida sustentável. p. 100

34 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI Carlos. **Estado de crise**. p. 17.

35 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 17

36 CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 160.

37 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 18

coletivas e plurais numa sociedade cada vez mais complexa, afetam os laços sociais,³⁸ a crise do sistema representativo traz reflexos nas atitudes humanas representadas pelas mais variadas formas de violência, seja física, moral, psicológica, posto que através dela se gera cada vez mais insegurança, vulnerabilidade e insatisfação aos cidadãos.

Sem dúvida alguma estamos diante de uma crise que impacta diretamente o cidadão, interagindo e contribuindo para a complexidade de um mal-estar social que tem se mostrado cada vez mais significativa³⁹. Uma crise com características duradouras, onde as soluções são pensadas, atualizadas e adiadas devido a precária situação financeira do Estados. Uma crise onde as decisões adotadas se resumem a cortes de repasse em educação e saúde, assim como diminuição nas linhas de créditos para universidades e moradias populares, “a percepção disseminada é de que a cura é pior do que a doença, pois é mais imediata e notável na pele das pessoas”⁴⁰.

Neste contexto de crise, onde o futuro da sociedade depende também de decisões políticas é importante salientar que as incertezas, inseguranças e vulnerabilidades humanas alimentam o poder político num ciclo contínuo de promessas baseadas no comprometimento de minimizar o grau de vulnerabilidades e os danos causados pelo livre jogo das forças de mercado⁴¹.

Nos termos lecionados por Gabriel Real Ferrer⁴², tanto o Estado quanto cidadãos devem repensar os caminhos até trilhados e, a partir de agora, traçar diretrizes, construir alternativas, de modo a viabilizar uma mudança de atitudes dos indivíduos, construindo novos modelos onde prevaleçam os interesses gerais.

[...]construirmos novos modelos que assegurem a prevalência dos interesses gerais sobre os individuais: indivíduos, corporações ou Estado – trata-se de politizar a globalização (econômica), pondo-a a serviço das pessoas e estendendo mecanismos de governo baseados em novas formas de democracia com arquitetura assimétrica e baseada na responsabilidade dos cidadãos[...]

Portanto, sustentabilidade, no contexto das dimensões ambiental, econômica e social representa, muito além da materialização do instinto de sobrevivência social, também o compromisso e aceitação do outro, como parte integrante da grande teia da vida. Assim como demonstra a necessidade de programas educacionais e sociais que tragam informação à sociedade e possibilitem a ressignificação de valores e escolhas quanto a um novo modelo de vida.

38 GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a Possibilidade de Ambientes Democráticos de Governança Transnacional. p. 84-85

39 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 11.

40 BAUMAN, Zygmunt et BORDINI, Carlos. **Estado de crise**. p. 11.

41 BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais** – desigualdades sociais numa era global. p. 71

42 REAL FERRER, Gabriel. Revista de Derecho Ambiental. p. 65-82, apud GLASENAPP, Maikon Cristiano et CRUZ, Paulo Márcio. **Sustentabilidade e a possibilidade de ambientes democráticos de governança transnacional**. p. 88

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um cotidiano repleto de preocupações, não oportuniza a percepção do quanto estamos todos interligados, o quanto somos interdependentes, o quanto o fracasso ou sucesso de um interfere de alguma forma na vida do outro, o quanto o desemprego ao meu redor produz insegurança e instabilidade, o que nos remete ainda mais ao isolamento.

Diariamente estamos cercados de cenas divulgadas em jornais, revistas e programas de televisão que nos lembram de nossas responsabilidades. Apresentam questões como exclusão social e racial e degradação do meio ambiente, pobreza extrema e doenças, mas assistimos a tudo passivamente, como se não tivéssemos nada a ver com as consequências daquela realidade vivida lá fora.

Somente uma mudança de pensamento através da autoconsciência reflexiva é capaz de formar sujeitos que pensem, reflitam e sejam capazes de elaborar valores, crenças, objetivos e estratégias com uma compreensão mais ampla da vida⁴³. É preciso uma nova compreensão da vida, enquanto sistema interligado, para entender e aceitar os relacionamentos no mundo social. O mundo precisa de multiplicadores de consciência social e ecológica, como um caminho ético em prol da sobrevivência da humanidade⁴⁴.

As crises, de uma forma ou de outra, sempre existirão, é necessário aprender com elas, afinal “crise”, em sentido próprio, expressa algo positivo, criativo e otimista, pois envolve mudança e pode ser um renascimento após uma ruptura. Afinal o universo é criativo e se auto-regenera continuamente. Da separação advém as escolhas, as decisões e as oportunidades de mudanças⁴⁵.

E nesta mudança, deve estar inserida a necessidade de um meio ambiente inclusivo, de atitudes pessoais e políticas compatíveis com o Direito Fundamental da Dignidade Humana de modo a conferir segurança aos cidadãos proporcionando a todos o estado de bem-estar ambiental e social⁴⁶.

A grande questão é viver com base nos valores essenciais; fazer escolhas com base em princípios, e não no medo; na ética e não nas conveniências. Porque somente dessa forma será possível tomar decisões certas em momentos difíceis.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt et BORDINI Carlos. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

43 CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. p. 55

44 Terra o plane água. Disponível em <http://www.sni.org.br/exibe_noticia.asp?id=63> acesso em 26 jul. 2017.

45 BAUMAN, Zygmunt e BORDINI Carlos. **Estado de crise**. p. 11

46 GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016. p. 81-82

BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais**. Desigualdades sociais numa era global. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da sustentabilidade** - uma proposta a partir da agroecologia – disponível em: <<http://mstemdados.org/sites/default/files/Analise%20multidimensional%20da%20sustentabilidade,%20uma%20proposta%20metodologica%20a%20partir%20da%20agroecologia%20%20Francisco%20Caporal,%20Jose%20Costabeber.pdf>> acesso em 25 jul. 2017.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** – ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

GRACIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016.

GLASENAPP, Maikon Cristiano e CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade e a possibilidade de ambientes democráticos de governança transnacional. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo. Intelecto Editora, 2016.

GUERINI, Eduardo e Vieira e STANZIOLA Ricardo. A teoria científica transdisciplinar como lógica estrutural para os operadores do direito ambiental. **Direito ambiental e urbanismo**: Tomo 02. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2016 – Coleção Estado transnacionalidade e sustentabilidade.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**. Uma breve história da humanidade. Tradução de Janaina Marcoantonio. 19 ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

SOARES, Josemar. Narcisismo e os conflitos na modernidade: uma análise a partir da dialética do reconhecimento de Hegel. **Direito, Estado e Sustentabilidade**. Livro Eletrônico. São Paulo: Intelecto Editora, 2016.

Terra o plane água. Disponível em <http://www.sni.org.br/exibe_noticia.asp?id=63> acesso em 26 jul. 2017.

Disponível em <<https://grupopapeando.wordpress.com/2011/09/26/como-funciona-o-medo/>> - acesso em 25 de jul. 2017.

IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO

Pauliane Gonçalves Moraes

RESUMO: Neste trabalho, buscamos apresentar o modo de vida da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, bem como as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente nas últimas três décadas, em função da urbanização de seus territórios, do crescimento populacional e das inúmeras atividades econômicas que vêm se instalando em áreas tradicionalmente usadas para atividades da pesca. Por meio de um estudo de caso, sob a perspectiva qualitativa, tendo como instrumentos de recolha de dados entrevistas semi-estruturadas, conversas informais e observações registradas em diário de campo, produção de fotografias e realização de oficinas de mapeamento participativo, sob a inspiração da *cartografia social*, esta pesquisa foi realizada. A partir da análise dos dados, foi possível perceber o avanço rápido da implementação e aperfeiçoamento dos empreendimentos industriais de cunho desenvolvimentista em prol da lógica do capital, o que guarda relação direta, indireta e negativa sobre o território da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*. Esta comunidade se vê diante de um processo inevitável de perda territorial materializado, principalmente e mais visível, na diminuição do pescado, mas não em menor

medida, perceptível também na alteração das atividades culturais, religiosas e econômicas. Constatamos, portanto, que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, ao longo dos anos, vem sofrendo com a forma opressora do sistema capitalista e sua influência negativa sobre o ambiente em que vive, o que afeta diretamente a perpetuação da atividade da pesca, logo, o modo de vida da comunidade.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo pretende apresentar o modo de vida da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, bem como as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente nas últimas três décadas, em função da urbanização de seus territórios, do crescimento populacional e das inúmeras atividades econômicas que vêm se instalando em áreas tradicionalmente usadas pelas atividades da pesca. Tal comunidade está localizada no litoral central do Espírito Santo, no município de Serra, integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

A partir de vários estudos exploratórios, foi possível perceber que a referida comunidade caracteriza-se por desenvolver atividades de pesca artesanal, apesar de grande parte dos pescadores não habitarem a mesma localidade

onde realizam seu trabalho. A maioria dos pescadores comercializa o pescado na praça central do balneário, ao ar livre, sob condições precárias, onde o que propõe a legislação municipal se torna inviável, dadas às condições a que estão submetidos esses trabalhadores.

O documento *Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo* (ESPÍRITO SANTO, 2005), ao caracterizar a atividade pesqueira no litoral central do estado, indica uma possível redução de comunidades de pescadores. Tal afirmação nos levou a algumas hipóteses acerca da redução desse grupo social e das transformações nas formas de uso do litoral capixaba, apontando, portanto, para possíveis conflitos ocasionados pela incompatibilidade entre as diferentes formas de ocupação desses espaços e a perda territorial. Além disso, apresentamos o *modo de vida* atual destes pescadores e de seus descendentes, relacionando-o aos sentidos que atribuem atualmente a esta atividade, uma vez que a história da atividade pesqueira guarda relação com a tradição, ou seja, os *saberes* sobre a prática da pesca transmitidos de geração em geração, cabendo aos filhos reproduzir o modo de trabalho de seus pais e as práticas culturais ligadas a este. Todavia, foi possível perceber que o modo de vida dessa comunidade foi alterado, distanciando-se das tradições de outrora.

Considerada essa realidade e a intencionalidade investigativa, confrontamos os dados apresentados no relatório do *Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo* (2005) aos dados evidenciados nos estudos exploratórios, relacionando essas informações às evidências e aos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, possibilitados pelo uso metodológico da *História Oral*. Sendo assim, por meio desta, foi possível identificar a realidade local e identificar se houve mudanças no *modo de vida* da comunidade e no *território*. Os depoimentos coletados também compuseram as análises, tendo em vista a restrita produção bibliográfica a respeito do assunto evidenciado. Assim, este trabalho se aproximou da história deste *território* de pesca artesanal para apresentar as condições de reprodução de suas atividades.

Tendo o *modo de vida* pautado na preservação e manutenção do meio onde vivem a história e a cultura transmitidas de geração em geração, as *comunidades tradicionais* pesqueiras são comumente relacionadas à prática da pesca para além de mero trabalho e se relacionam com o *território* de forma particular.

2 | MÉTODO E METODOLOGIA

Foi adotado um posicionamento rigoroso de investigação, buscando compreender a profundidade da realidade, o que significa superar o fato em aparência e compreender as condições concretas de vida que formam essa realidade, sob os princípios do método materialista histórico-dialético (MARX, 2008).

De acordo com o autor, o método em questão privilegia a busca direcionada do pesquisador para o processo histórico da situação focada, que vai além das aparências

fenomênicas, isto é, busca ultrapassar a expressão imediata do objeto. O objetivo do método é colocar tais expressões em discussão, como resultado de uma síntese que analisa o real para além de sua representação desorganizada do todo; para além do que se anuncia imediatamente, buscando considerar suas interferências múltiplas, configurando deste modo uma tentativa de entender o real.

O estudo de caso foi adotado na pesquisa também por favorecer possibilidades comparativas; neste caso, entre a sociedade hegemônica regida pelo capital e a Comunidade Pesqueira de Manguinhos. Assim como assevera Triviños (1987), o enfoque comparativo, explicativo e descritivo dos fenômenos enriquece a pesquisa qualitativa, permitindo ao pesquisador estudar dois ou mais sujeitos, ou – poder-se-ia dizer – dois ou mais casos. Para enriquecimento deste trabalho foram consultadas teses, dissertações, livros e artigos de autores que contribuem com o tema. Para tanto, dialogamos com: Diegues (1973, 1983, 2000); Ferreira (2009); Girardi (1997); Haesbaert (2010); Marx (1996, 2008); Vieira (2012) e outros.

Cabe ressaltar ainda que, frente à carência de material bibliográfico a respeito do tema e ao amplo conhecimento que os sujeitos da pesquisa demonstraram a partir das nossas aproximações investigativas iniciais, fizemos a opção pela História Oral, prezando pela adoção de nomes fictícios com o objetivo de resguardar a identidade dos entrevistados. Portanto, essas histórias relatadas pelos sujeitos da pesquisa compõem este estudo de caso como o principal instrumento de coleta de dados, pois a história oral possibilita compreender o que é estudado a partir do ponto de vista de quem é pesquisado. Além disso, a história oral possibilita conhecer processos que muitas vezes não se encontram registrados em outras fontes e que não são apresentadas pelo sistema hegemônico.

Queiroz (1988) traz sua contribuição a respeito do assunto: “História Oral” é o termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade (QUEIROZ, 1988, p.20). Para contemplar as histórias orais, foram realizadas entrevistas semi estruturadas e conversas informais, pois dessa forma foi possível resgatar memórias.

A História Oral nos garante a possibilidade de inserção da perspectiva dos sujeitos, além de uma aproximação e troca de experiências entre pesquisador e pesquisado; conhecimento acadêmico e popular. Conforme Jucá (2011), não há superioridade entre fontes escritas ou orais; na verdade, elas podem ser complementares. A oralidade pode nos fazer compreender não apenas os indivíduos entrevistados, mas um espaço mais abrangente onde estes estão engajados. Porém, isso não significa um rompimento com os saberes acadêmicos, “[...] mas a ampliação do seu curso e uma possibilidade de aprofundamento nos temas presentes na história urbana, muitas vezes revelando aspectos antes relegados pelos documentos” (JUCÁ, 2011, p. 138).

Já a Cartografia Social foi considerada, pois, de acordo com Neto (2013), propõe

a construção de representações cartográficas a partir da participação de populações locais nos processos de produção de mapas referentes aos seus territórios. É, portanto, instrumento pertinente que amplia a compreensão do que foi tomado nesta investigação, ou seja, compreender a territorialidade e a perda territorial sofrida pelos pescadores artesanais de Manguinhos, também apontada nos relatos orais e revisão bibliográfica. São importantes instrumentos que nos possibilitam compreender o território e a identidade do grupo, assim como os impactos que vem sofrendo ao longo dos anos.

Os relatos aqui apresentados constituem um acervo construído entre os meses de outubro de 2013 e Julho de 2014. Mais especificamente, a primeira conversa remonta ao dia 25 de outubro de 2013 e foi realizada na casa do Sr. João, na orla de Manguinhos, ao som da brisa e turbulência marinha, em companhia da ex-líder comunitária do bairro. A partir de então, as conversas informais se deram em datas esporádicas até o mês de Julho de 2014, totalizando sete encontros. Quanto às oficinas, estas contaram com três importantes encontros no ano de 2014: 22 de março; 29 de março; e 10 de maio.

Todos os instrumentos metodológicos considerados buscaram colher dados com vista a propiciar maior qualidade das informações e alargar a compreensão a respeito da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, seu modo de vida, território e as transformações territoriais sofridas.

3 | COMUNIDADE TRADICIONAL, SEU MODO DE VIDA E TRABALHO:

Prática antiga realizada pela humanidade, a pesca artesanal permitiu o desenvolvimento de diversas culturas e se configurou como fonte importante de alimento e renda para muitos grupos. Conforme Callou (2010)

Comunidades pesqueiras, cultura marítima, comunidades humanas marítimas, gentes do mar, comunidades tradicionais de pesca, comunidades costeiras ou, simplesmente, povos do mar, representam, no Brasil, um contingente populacional de aproximadamente 800 mil pescadores e pescadoras, envolvendo 2 milhões de pessoas que produzem cerca de 55% da produção pesqueira nacional (p.45).

No estado do Espírito Santo, as comunidades pesqueiras configuram-se em 411 quilômetros de litoral, o que corresponde a 5% de todo território brasileiro. Até o ano de 2010, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) catalogou 58 comunidades pesqueiras tradicionais, dentre as quais se destacam, no município de Serra, as comunidades de Jacaraípe, de Bicanga, de Manguinhos e a de Carapebus. Tais comunidades têm como base a atividade da pesca e são consideradas como tradicionais por possuírem culturas distintas da cultura capitalista hegemônica na sociedade.

A Comunidade Pesqueira de Manguinhos está localizada no litoral central do

Espírito Santo, no município de Serra. Conforme dados divulgados pela Prefeitura Municipal da Serra (PMS), o bairro foi denominado Manguinhos pela comunidade pesqueira que se formou na localidade em meados de 1800. Os primeiros a ocupar a área foram pescadores, no caso do Sr. João e Sr. Sebastião, pescadores locais, seus avós chegaram em meados de 1870 e se fixaram na localidade conforme salientam, respectivamente:

Pelo que eu fiquei sabendo pelos meus pais, isso tudo aqui era perdido, meus avós chegaram aqui... acho que como... o avô dela também [referindo-se à ex-líder comunitária do bairro] chegou aqui, entendeu? Era tudo... era tudo mato isso aqui, né?! E chegaram e se apossaram... se apossaram e ficaram [...] porque não tinha dono praticamente... aqui era um lugar perdido, um lugar que eles [os pescadores] que descobriram praticamente, eles descobriram o lugar (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).

Eles foram os primeiros moradores aqui, meus avós. Não tinha nada aqui, só mato mesmo, muito pé de espinho, muitos pinheiros [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).

Posteriormente, o lugar tornou-se abrigo para viajantes e produtores rurais que passavam pelo local. Observada a abundância de peixes da localidade e a beleza exuberante, alguns produtores rurais da época, de grande poder aquisitivo, se fixaram na região, trazendo consigo trabalhadores rurais que se tornaram pescadores junto dos nativos. Dona Joana, outro sujeito da pesquisa, menciona a atividade exercida por seus pais:

[...] meu pai era pescador e minha mãe trabalhava, [...] em lavouras, fazendo plantios de feijão e coisas [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

A vinda de muitos moradores para a comunidade em questão foi motivada pela abertura da estrada Vitória-Minas no fim do século XIX, importante rodovia que viria a integrar os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Nesse período, famílias consideradas importantes chegaram a Manguinhos com a intenção de construir residências de veraneio, assim como destaca a Prefeitura Municipal da Serra em seu material informativo (2000), ao afirmar que o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida encantou-se com o lugar e construiu sua residência de veraneio na localidade no início do século XX. Afirma ainda que ele foi seguido por diversas famílias ilustres da capital, tais como: Santos Neves, Cabral, Carloni, Vello, Abaurre.

A chegada de famílias culminou na posse de terras da região. Nesse momento, a demanda das famílias residentes no lugar fez com que surgissem pequenas vendas instaladas nas esquinas, nas quais a moeda de troca era o peixe, trocado por utensílios e alimentos. Assim,

[...] surge então, uma comunidade intercambial entre agricultores, pescadores, nativos descendentes de escravos e os veranistas da capital (Prefeitura Municipal

Assim, a partir das relações estabelecidas, a *Comunidade de Manguinhos* guarda uma história particular e vem recebendo cada vez mais turistas, com vistas a usufruir das belezas do lugar. Atrelado à atividade turística, o crescimento urbano desordenado tem garantido o aumento populacional da comunidade, trazendo inúmeros desafios, que serão tratados mais adiante neste trabalho.

De acordo com Diegues (2000), pode-se considerar *comunidades tradicionais* como aquelas que vivem em áreas geográficas particulares e que demonstram ligação ancestral intensa com o *território*, auto-identificação e identificação por outros grupos culturais como grupos distintos, com linguagem própria, detentores de instituições sociais e políticas específicas e tradicionais, e sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência.

No caso da pesca, essas comunidades compõem-se de sujeitos que possuem um modo de vida particular. De acordo com Derrau (1977), o modo de vida se caracteriza como “um conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura a sua existência” (p.169). Ainda de acordo com o autor, o modo de vida integra muitos elementos, como instrumentos utilizados pelo grupo e a maneira como realizam as atividades cotidianas. É justamente a continuidade da disciplina rígida em cumprir tais atividades que caracteriza a determinação do modo de vida. No caso da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, seu modo de vida é pautado, principalmente, na pesca de forma artesanal, no beneficiamento da exploração natural de maneira regrada, respeitando os ciclos naturais e desenvolvendo a agricultura em pequena escala e o artesanato.

De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pescador artesanal é:

O profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes (BRASIL, 2009).

Sua maior característica é a prática da pesca baseada no desenvolvimento de técnicas milenares, transmitidas de geração em geração, e a manutenção dos recursos naturais que se configuram, de acordo com Diegues (1973), como instrumentos de trabalho.

Para as *comunidades tradicionais*, não existe uma linha tênue e rígida que segmenta o natural e o social; pelo contrário, há um aparato de conhecimentos tradicionalmente difundidos que permite a interligação orgânica do mundo natural, sobrenatural e a organização social (DIEGUES, 2000).

No que se refere à realização do trabalho nas *comunidades tradicionais* pesqueiras,

Lopes (*apud* RAMALHO, 2004; DIEGUES, 2002) ressalta que este é fundamentado na unidade familiar, com tripulação composta por parentes ou conhecidos, que realizam as atividades sem remuneração, garantindo um forte sistema de coletividade, o que nos permite considerá-los também como *camponeses*. Para Diegues (1983) a classificação de *camponeses* se caracteriza da seguinte maneira:

Na medida que as atividades de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar, que também detém os meios de produção, e na medida em que inexistem uma acumulação de capital contínua, podemos dizer que estamos em presença de uma unidade camponesa de produção (p.153).

Na *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, conforme observado, não é diferente. A intencionalidade de acúmulo de capital inexistente e quando há necessidade de aumento da capacidade produtiva do grupo, se organizam em mutirões para fazê-lo. Assim, os parentes e amigos têm importante papel nesse momento de coletividade.

Os meios de produção do grupo caracterizam-se pelo baixo custo, como por exemplo, os barcos, que são feitos de madeira e movidos a remos confeccionados com base na unidade familiar (DIEGUES, 1983). Sempre com dois ou três integrantes em cada barco, as pescarias acontecem pela manhã bem cedo, quando os pescadores se lançam ao mar ainda de madrugada. De acordo com Sr. João, o horário de saída para efetuarem a pesca é sempre por volta das três ou quatro horas da manhã; e nesse momento, vários barcos com seus tripulantes saem munidos de seus equipamentos construídos de maneira artesanal. Os equipamentos que mais se destacam são: *redes de arrasto, linhas, balão de pesca e anzóis*.

No quesito *distribuição*, com característica notadamente camponesa, os trabalhadores apresentam uma maneira bem particular, pois têm o hábito de repartir o resultado do trabalho e guardar uma parcela da produção pesqueira para o consumo doméstico, o que os resguarda no caso de situações desfavoráveis. De acordo com uma ex-líder comunitária, a outra parcela é comercializada, ainda fresca, no balneário de Manguinhos, em uma grande bancada de mármore onde o pescado fica exposto até o fim da manhã:

Eles trazem o pescado pra cá, e vendem até umas dez, onze horas da manhã (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).



Foto 1: Bancada de Mármore usada pelos pescadores artesanais de Manguinhos para realizar a venda do pescado.

Fonte: Acervo da autora. 25 out. 2013.

Considerando a maneira como a comunidade em questão se relaciona com o local onde vive, faz-se necessário compreender conceitos importantes como identidade e território. A construção da identidade tem como premissa a relação social e simbólica com o território e objetiva enfatizar a imagem do grupo para si próprio e para os outros, reafirmando continuamente sua diferença na relação e em relação aos outros. De acordo com Arruti (2014), um determinado grupo constitui sua identidade com categorias de autodescrição e autoidentificação, caracterizadas por serem dinâmicas e abertas aos diversos agenciamentos simbólicos. Assim, um determinado grupo “[...] não está baseado nem na ocupação de territórios exclusivos, nem no isolamento, mas na reafirmação contínua de sua diferença na relação e em relação aos outros” (p. 206).

A *identidade* da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* está intimamente ligada ao *território*, ou seja, uma *identidade* que está alicerçada no contexto social, coletivo e na historicidade de cada espaço territorializado. Configura-se como algo produzido simbolicamente por meio de relatos, histórias e memórias, objetivando o realce das particularidades da coletividade para que se crie uma unidade coletiva, com continuidade e coerência (POLLAK, 1992). Desta forma, a *identidade* territorial é construída continuamente, não é algo acabado e estático, mas um conceito plástico que está em permanente construção e envolve dimensões não apenas materiais, como por exemplo, uma área, mas envolve também dimensões simbólicas da vida social (ARRUTI, 2014).

O conceito de *território* abordado nessa questão não diz respeito apenas à materialidade do espaço, pois não há *território* sem as relações sociais e, de acordo com Haesbaert (2010), pode-se considerar que o *território* toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas também das narrativas, pois ele é organizado discursivamente. As *comunidades tradicionais* se apropriam do espaço e o organizam

por meio de discursos e da criação de *territórios*, os quais são decorrentes do exercício de poder conduzido por um autor, que ao se apropriar do espaço, o territorializa (LOPES, 2013).

A esse respeito, Ferreira (2009) afirma:

Entendemos o território enquanto espacialização de uma relação de poder, manifesta pela apropriação e/ou dominação de determinada parcela do espaço por um grupo social, num determinado contexto histórico (p.25).

No processo de apropriação e/ou dominação do território, se destacam dimensões sociais importantes de ordem política, cultural e econômica. Na dimensão política, de acordo com Haesbaert (2010)

[...] o território é visto como espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado (p.40).

Na dimensão cultural “[...] o território é visto como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Idem, ibidem). E por fim, a dimensão econômica:

[...] enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho [...] (Idem, ibidem).

Assim, o território torna-se um espaço complexo e suscetível a diversos embates, a partir do qual se torna importante compreender as relações nas diversas dimensões, com a finalidade de entender quem e como domina e/ou influencia o território.

4 | OS TERRITÓRIOS DE PESCA

Com a finalidade de compreender como se configuram os territórios de pesca e a alteração do modo de vida da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, de acordo com os pescadores locais, neste tópico abordaremos como se dá e quais as formas de apropriação territoriais aí existentes.

Além de se territorializarem na porção terrestre, onde se localiza a Vila de Manguinhos, os pescadores também se territorializam no mar. Para os pescadores artesanais, o território marinho representa um ambiente não só de práticas de trabalho, mas também como espaço de pertencimento familiarizado e incorporado às práticas religiosas, às práticas de lazer e palco de histórias mitológicas, configurando-se como algo de valor inestimável. O valor do mar não pode ser quantificado pelos integrantes da comunidade, uma vez que é do mar que sai todo o sustento, seja o sustento material, seja o sustento espiritual. Esse valor inestimável é declarado por Dona Joana, quando

indagada sobre o que o mar representa pra ela:

O mar representa tudo pra mim, [...] eu não saberia viver em outros lugares, porque pra mim ele é a vida, ele é tudo (grifo nosso) (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

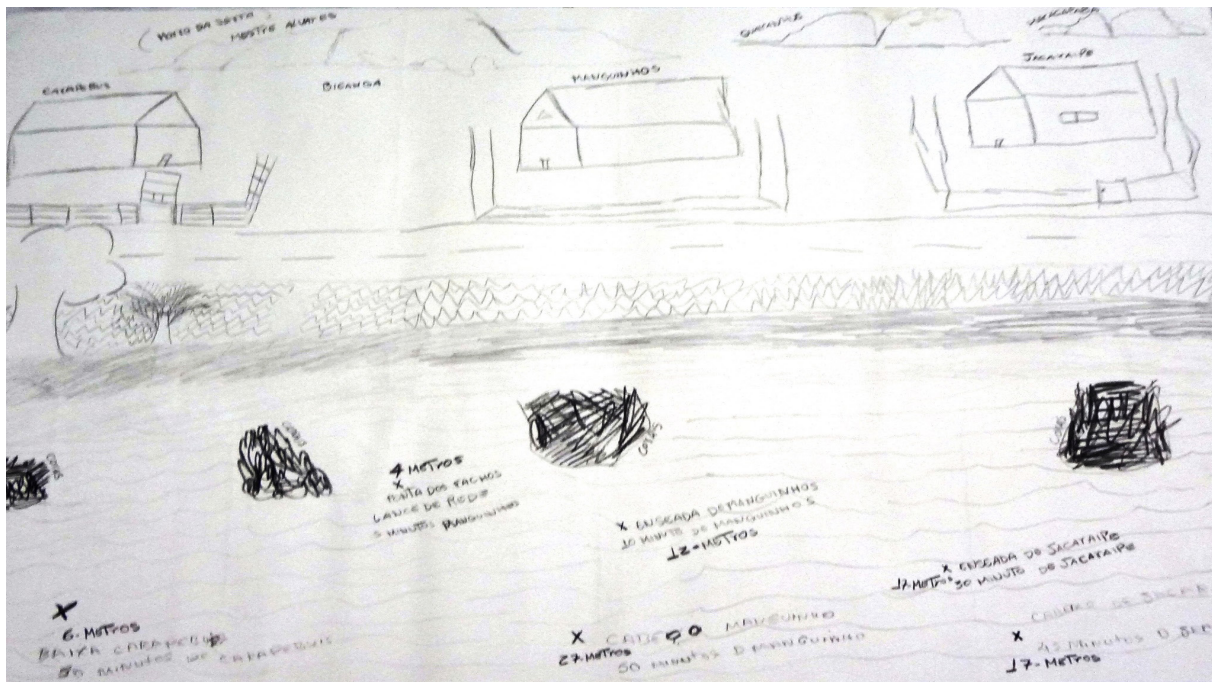
Podemos ressaltar ainda o momento em que um pescador se emocionou ao falar do mar, dada a grande estima manifestada por ele:

A gente, pescador, pensa em morrer no mar. Aquilo ali é a nossa vida (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 05.05.2014).

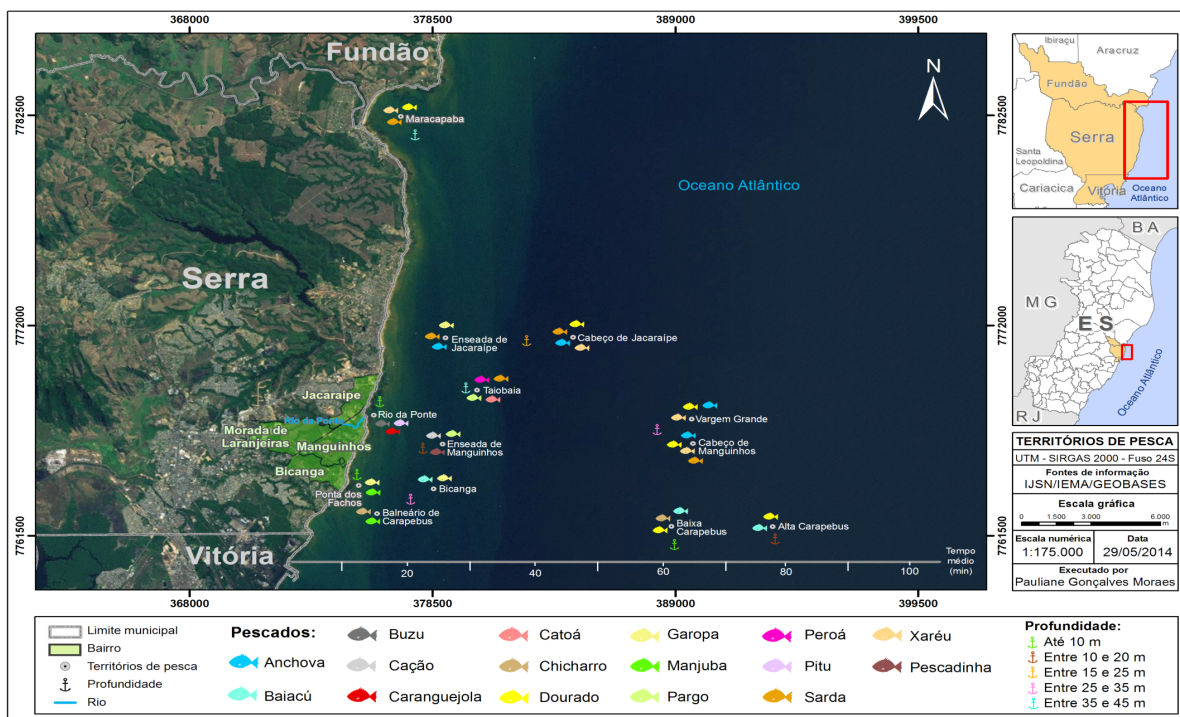
Nota-se que o valor do mar não pode ser quantificado pelos integrantes da comunidade, uma vez que é do mar que sai todo o sustento, seja o sustento material, seja o sustento espiritual. Assim, para além da terra, os pescadores observam o mar como uma extensão de seu território e nele criam novos territórios, que são a ele incorporados. Nesse processo, se destaca a regulamentação do acesso aos pesqueiros, que se tratando de espaço produtivo, não raro se realiza em formas concretas e simbólicas de apropriação, cujas regras e códigos de estabelecimento e manutenção se encontram no tecido da cultura e da ordem social (MALDONADO apud PITONNET, 1979).

Destacam-se nesse contexto os chamados pesqueiros, áreas de pesca de boa qualidade guardadas pelos pescadores artesanais de forma cuidadosa. Algumas dessas áreas já se tornaram conhecidas por pessoas que visitam a região e foram inscritas no Mapa 1. Esses registros foram construídos a partir da oficina realizada com pescadores artesanais de Manguinhos, que identificaram e destacaram os pesqueiros mais conhecidos: “Cabeço de Manguinhos”, “Cabeço de Jacaraípe”, “Tacoaba Grande”, “Tacoaba Pequeno”, “Maracapaba”, “Taiobaia” “Enseada de Jacaraípe”, dentre outros. Para cada pesqueiro, os pescadores indentificaram/ identificam os tipos de peixes, as respectivas profundidades do mar onde são encontrados e o tempo gasto para se chegar até ele.

Dessa forma, para a Comunidade Pesqueira de Manguinhos, assim como para muitas comunidades tradicionais, o seu espaço de produção - no caso o mar - possui marcas de posse. Como os locais identificados no mapa 2.



Mapa 1: *Pesqueiros* de Manguinhos identificados pelos pescadores da comunidade, suas respectivas profundidades do mar e o tempo necessário para atingi-los: Ponta dos Fachos – 4 metros – 5 minutos; Enseada de Manguinhos – 12 metros – 10 minutos; Enseada de Jacaraípe – 17 metros – 30 minutos. Em terra, os bairros Carapebus, Bicanga, Manguinhos e Jacaraípe. Ao fundo, algumas referências de localização em terra, como o “Morro da Serra”, “Mestre Álvaro”, “Maracapaba” e “Garanhus”, utilizadas pelos pescadores quando estão no mar. Desenho feito por Sr. João durante a *Oficina de Cartografia Social*. 29 mar. 2014.



Mapa 2: *Territórios* da pesca identificados pela Comunidade Pesqueira de Manguinhos, com a discriminação dos peixes e das respectivas profundidades onde são encontrados.

Fonte: *Oficina de Cartografia Social*. 29 mai. 2014

Mas, como localizar os *pesqueiros*? Para realizar tal tarefa, os pescadores

utilizam um sistema de localização próprio, assim como afirma Diegues (2000):

Os pesqueiros são marcados e guardados em segredo por meio de um sistema de caminho [...] localizados por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual usa os acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morros, etc. (p.20).

Sobre essa maneira tão particular de demarcar seus territórios, Sr. João ressalta:

[...] eu faço três marcações pra um pesqueiro só, porque se perder uma... por exemplo: se o morro tiver tampado, eu tenho outras duas (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 29.03.2014).

Quando menciona “o morro”, Sr. João se refere à elevação cristalina, próximo à costa chamada Mestre Álvaro, que pode ser vista do mar e se configura como ponto de referência para a pesca, conforme pode ser verificado no Mapa1, quando não está coberta por nuvens, processo que ocorre eventualmente. A partir disso, verificou-se nitidamente que os saberes tradicionais pesqueiros da comunidade em questão, não se propagam pela forma escrita, mas utilizam a oralidade. Assim, de acordo com Diegues (2000), “[...] o conhecimento tradicional só pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que foi gerado” devido a suas particularidades e a riqueza de detalhes que apresentam, como por exemplo, as referências utilizadas para a localização dos pesqueiros citadas anteriormente.

Nas oficinas de Cartografia Social realizadas ficou evidente que os pescadores artesanais, além de localizar seguramente seus pesqueiros, também guardam cada um deles de maneira cuidadosa e se mantêm resistentes em compartilhar as informações de localização, pois temem a não manutenção de suas áreas de pesca. Os pesqueiros são regidos pela “lei da posse” que regulamenta as áreas de pesca na comunidade, cujos fundamentos se encontram na ordem do respeito e da ética na comunidade. As áreas são mantidas em sigilo absoluto, como salienta o pescador:

Cada um tem sua marca, um pode pescar na marca do outro só se descobrir, porque é tudo no segredo (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 29.03.2014).

Além da apropriação do mar como território de trabalho por meio da prática da pesca, o mar também representa o palco de muitos mitos e lendas, como afirma DIEGUES (2000) acerca da relação dos pescadores artesanais com a natureza:

A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial, faz que ciclos da natureza (a sazonalidade de cardumes de peixes, a abundância nas rochas) sejam associados às explicações míticas ou religiosas (p. 21).



Foto 2: Sr. João na *Oficina de Cartografia Social*.

Fonte: Acervo da autora. 29 mar. 2014

Considerando essas relações, as pessoas da Comunidade Pesqueira de Manguinhos agem sobre o meio onde vivem, trazendo consigo, desde tempos mais antigos, histórias contadas pelos avós, pais, tios, etc. Assim como relata Dona Joana, que relembra as histórias contadas pelo seu pai pescador:

Meu pai me contava que tinha um mar de sangue, e dentro desse mar de sangue tinha uma coisa parecendo uma pessoa, mas não aparecia, só grunhia, grunhia... [...] todos ouviam, mas não sabiam o que essa coisa falava, não se sabia se era gente ou não era, essa coisa, subia e descia, subia e descia dentro desse mar de sangue [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 15.03.2014).

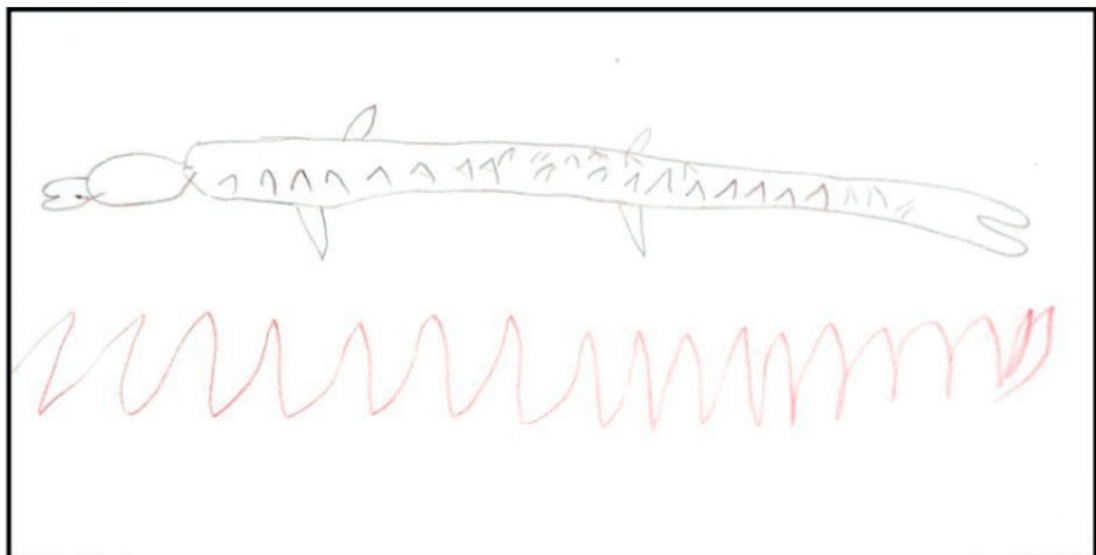


Figura 1: Monstro marinho desenhado por Dona Joana

Fonte: Acervo da autora. 22 mar. 2014.

Ou ainda, como Sr. João, ao relembrar o mito da “mulher catadora de mariscos”:

Há muito tempo atrás, eles falavam que a pedra engoliu uma mulher, a mulher chegava à noite e ia catar marisco, aí um certo dia, a mulher sumiu naquela pedra

lá, falaram que foi Mero que catou ela; um peixe grande chamado Mero (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).

Há, ainda, histórias do Saci Pererê que amedrontava as pessoas da vila, assim como conta Dona Joana. De acordo com ela, o bicho mudava de cor instantaneamente e assobiava muito, mas ninguém podia, de maneira alguma, imitá-lo:

[...] Ele assobiava, e a gente não podia imitar ele não [...] só podia dizer assim: 'me leva em casa companheiro?' Então ele caminhava até a casa do sujeito. Do contrário, ele arranhava a pessoa tudo (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 01.04.2014).

As tantas histórias contadas, além das festividades de lazer e a religiosidade - que constituem importantes referências para as comunidades tradicionais, muito relacionadas aos seus processos identitários de apropriação e pertencimento ao território - surgem como aspectos importantes na vida da comunidade e são de extrema relevância para que se contraponham aos “perigos” e “medos” do mar. De acordo com Dona Marta, a comunidade de Manguinhos possui tradições religiosas e de lazer que ocorrem ainda nos dias de hoje, como por exemplo, a Fincada e Derrubada do Mastro de São Sebastião e o Banho de Mar à Fantasia.

A festividade de São Sebastião inicia-se em vinte de janeiro de cada ano, dia de São Sebastião, e consiste na saída de um navio simbólico de madeira, com um mastro e a bandeira de São Sebastião hasteada, carregado pelos fiéis à noite ou durante o dia, e que percorre todas as ruas da vila. Destarte, sob intensa alegria, aos sons dos sinos e do acompanhamento da Banda de Congo de Manguinhos, o mastro é assentado no pátio da Igreja Católica local, cuja padroeira é Nossa Senhora de Santana. Esse momento da festividade é conhecido como Fincada do Mastro e é ovacionado pela comunidade, pois se trata de um momento de agradecimentos e pedidos de graças para o próximo ano. Já a Derrubada do Mastro ocorre no domingo de Páscoa. Nesta data, o mastro é retirado e levado nos ombros, novamente percorre as ruas da vila ao som dos sinos e sob o acompanhamento da Banda de Congo, retorna à igreja, onde é guardado para os festejos do próximo ano. Os pescadores acompanham a festa todos os anos, desde seu início. O evento passou a ser propício para reunir toda a comunidade pesqueira para o agradecimento às bênçãos recebidas por intermédio de São Sebastião.

O Banho de Mar à Fantasia consiste em um banho coletivo no mar que acontece no sábado de Carnaval. Em tempos passados, as fantasias eram predominantemente feitas de papel crepom colorido e o banho produzia a coloração do mar, processo que não ocorre na atualidade, uma vez que as fantasias estão sendo feitas de tecidos ou plásticos. Diante disso, podemos dizer que os eventos realizados na vila favorecem a interação comunitária e, nesse sentido, de acordo com Mussoline (*apud* CALLOU, 2010), ao redor da pesca, os limites meramente familiares se convertem em

atividade comunitária. Todavia, essa interação vem sendo ameaçada, principalmente pela limitação do pescado causada pelo intenso processo de urbanização e criação de infraestruturas portuárias, dentre outros impactos que serão tratados de forma detalhada no próximo tópico.

5 | IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Para compreender quais as principais alterações ocorridas nos últimos 30 anos, buscamos situar o leitor nas influências sociais, culturais e econômicas sofridas pela comunidade. Nesse intento, buscamos resgatar os acontecimentos históricos que tiveram influência direta sobre a comunidade em questão e confrontá-los à maneira como o *território* tem sido tratado pela comunidade tradicional e pela sociedade regida pelo capital.

Os pescadores da Comunidade de Manguinhos retiram da plataforma continental diversos tipos de pescado, tais como: Camarão, Manjuba, mariscos, Peroá, Sardinha, Tainha, dentre outros. A diversidade de espécies existentes nesse ecossistema se relaciona dentro de um quadro de cadeia trófica, de maneira que uma espécie serve de alimento para outra, tornando o ambiente equilibrado (DIEGUES, 1983). Porém, quando há desrespeito a esse processo, criam-se verdadeiros desequilíbrios ecológicos que favorecem a extinção de espécies de pescado. Ainda de acordo com o autor, muitas espécies marinhas são cíclicas, ou seja, devem ser exploradas em apenas determinados períodos do ano, já que passam por várias fases até alcançar a maturidade.

Todavia, nos últimos 30 anos, a Comunidade Pesqueira de Manguinhos tem sofrido ações de desrespeito ao seu território terrestre e marinho, que afeta toda a estabilidade ecológica e diminui o pescado, modificando as estratégias de pesca da comunidade e, portanto, seu modo de vida. Alguns fatores principais que têm contribuído para tal ocorrência são: a pesca predatória, o processo de intensificação do fluxo de navios que atracam nos portos próximos, a intensa urbanização da vila, a poluição e o aumento de turistas que visitam a região.

Em relação à pesca predatória, os pescadores tradicionais vêm enfrentando, de maneira geral, uma concorrência desleal com pescadores comerciais provenientes dos grandes centros urbanos e que realizam a pesca com equipamentos de grande impacto destrutivo, como é o caso das *malhadeiras* e do sistema de *pesca de arrasto*

De acordo com os pescadores, esses grupos são provenientes, especificamente, da Região Sul do Brasil e realizam a pesca em todo o litoral do estado do Espírito Santo. São grupos dotados de equipamentos tecnológicos eficientes, como por exemplo, o GPS (Global Positioning System) e sondas, e assumem práticas predatórias que culminam no extermínio de espécies.

Pode-se observar que, além das espécies já mencionadas até aqui, outras espécies

já não se fazem presentes com abundância na região de Manguinhos, como: Badejo, Robalo, Baiacu, Pescada, Garoupa, Chicharro, Manjuba Lomba Azul, Sardinha, Buzu, Sacurutá, Caranguejola, Pescadinha, Cioba, Realito, Papa Terra, Eldorado, Cação. É notório que o modelo de pesca adotado pelas grandes embarcações é completamente ofensivo ao ambiente marinho, já que a *pesca de arrasto* não seleciona o pescado a ser retirado do mar.

Os pescadores artesanais de Manguinhos perderam seus pesqueiros, pois estão localizados nas áreas de influência de grandes empreendimentos, que se destacam como mecanismos de articulação das tecnologias e de capitais, de mercadorias e de pessoas, favorecendo um grande movimento de navios nos estados litorâneos, principalmente a partir da década de 1940. Um período marcado por instalação de empreendimentos e incentivos às grandes empresas. Dentre estes empreendimentos, destaca-se o Terminal Marítimo de Tubarão, construído na Praia de Camburi na década de 1960 e de grande relevância para a compreensão do cenário atual da Comunidade Pesqueira de Manguinhos. Localizado há cerca de onze quilômetros do centro da comunidade, com capacidade para receber navios que transportam até cento e cinquenta mil toneladas de minério de ferro, a obra garantiu um cais de atracação com profundidade livre de dezesseis metros de profundidade, modificando o fundo marinho local, segundo informações disponíveis no sítio eletrônico da Vale.

Nesse cenário de crescimento econômico destacaram-se, no mesmo período, a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e a CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão). Instaladas em terras capixabas essas empresas propiciaram o emprego de novas tecnologias nos setores da siderurgia, e nas décadas seguintes, outras empresas se destacaram e se expandiram nos setores de petróleo, de eletricidade, da química industrial, dentre outros relevantes para esse modelo de desenvolvimento. Assim, “[...] temos uma maior interação da economia mundial, sob a hegemonia do capital” (FRAGOSO *apud* RIBEIRO, 2012, p.167). Diante desse cenário, os pescadores artesanais de Manguinhos perderam seus *pesqueiros* localizados nas áreas de influência desses empreendimentos, que se destacam como mecanismos de articulação das tecnologias e de capitais, de mercadorias e de pessoas, favorecendo um grande movimento de navios nos estados litorâneos.

Além da CVRD e CST, a construção da estrada de Ferro VITÓRIA-MINAS, ligando o estado do Espírito Santo a Minas Gerais no início do século XX e a Companhia Vale do Rio Doce -CVRD, na década de 1940, foram responsáveis pelo intenso processo de urbanização da região e, posteriormente, pela alteração marinha. Nesse sentido, a Comunidade Pesqueira de Manguinhos foi submetida a um contexto de mudanças rápidas e constantes, já que junto aos grandes empreendimentos industriais, surgiu também a formação de bairros não planejados nas proximidades, como Vila Nova de Colares e Feu Rosa.

Com objetivo de dinamizar a produção e suprir as necessidades incessantes

do sistema capitalista, outros novos empreendimentos de grande porte têm surgido ao longo do litoral capixaba nas últimas décadas. Esse fato tornou-se mais agravado pela descoberta de óleo leve no litoral do Espírito Santo na denominada Camada Pré-Sal, que impulsionou as pesquisas sísmicas, o revolvimento do fundo marinho, o tráfego de navios e aumentou as operações de carga e descarga nos portos, etc. (CHACALTANA, 2007).

No fim da primeira década dos anos 2000, foi anunciada e iniciada pela Fibria a expansão do Portocel, o que impactou ainda mais a região litorânea. Além das empresas já mencionadas até aqui, de acordo com Bayer (2013), novos empreendimentos estão previstos para se instalar e outros já iniciaram sua instalação no litoral capixaba, tais como: a Usina de Pelotização da VALE (Serra-ES); o Mineroduto de Usina e Concentração (Mariana-MG até Vila Velha-ES); a Usina Siderúrgica e Terminal Anchieta (Anchieta-ES); a Fábrica de Fertilizantes da Petrobrás (Linhares-ES); o Terminal de Granéis Líquidos da Petrobrás (Aracruz-ES); a Ferrous Resource do Brasil (Presidente Kennedy-ES); o Terminal Portuário Nisibra (Vila Velha-ES); o Terminal Portuário e Mineroduto da Manabi (Linhares-ES); a Nutripetro (Aracruz-ES); o Estaleiro Jurong (Aracruz-ES); a Imetame Metalmecânica (Aracruz-ES) e o Terminal Aquaviário de Barra do Riacho - TABR (Aracruz-ES).

A questão do lançamento de esgoto na região também se configura como grave problema relatado pelos moradores da Comunidade. Além do lançamento de esgoto não tratado pelos bairros adjacentes, há o lançamento proveniente dos navios que transitam e à grande quantidade de moradias construídas na vila nos últimos anos, que provocam degradação do mar e dos riachos próximos que desembocam no ambiente marinho, como é o caso do chamado Rio da Ponte. Nas palavras de Dona Joana:

Aquele rio era grandão, mas era grandão mesmo [...] hoje em dia poluíram tudo e encheram de esgoto, de coisa... ele era muito limpo, muito lindo, era cheio de camarão (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

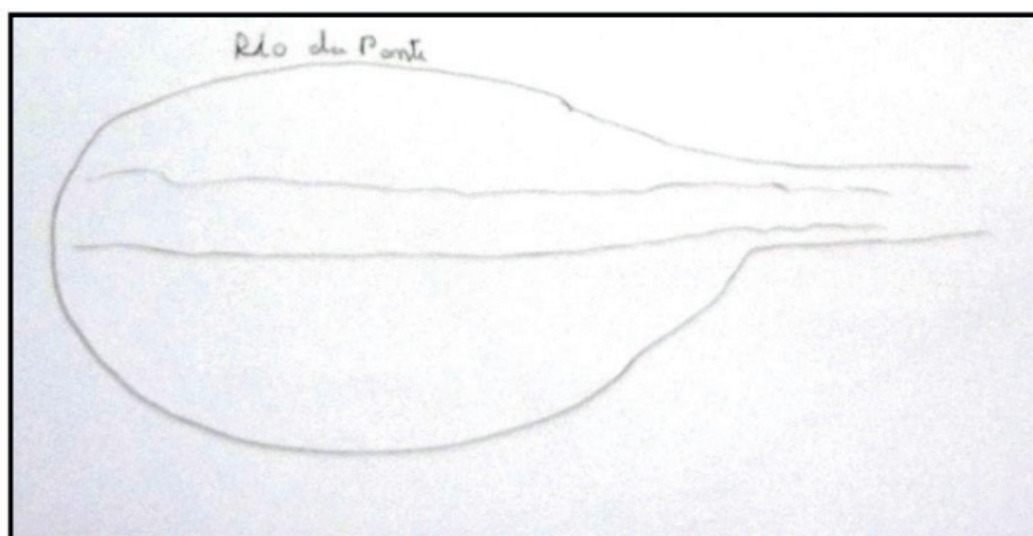


Figura 2: Rio da Ponte desenhado por Dona Joana.

Fonte: Acervo da autora. 22 mar. 2014.

A alteração do fluxo e da qualidade da água do Rio da Ponte, mencionada por Dona Joana, comprometeu atividades diárias que o grupo realizava no local. Continua a entrevistada:

[...] ali tinha muita água, a gente pescava, brincava, lavava roupa, pegava água pra cozinhar, pra trabalhar dentro de casa, e a louça eu pegava colocava na bacia e lavava lá também (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

Portanto, podemos perceber que na atualidade, esse rio se encontra em estado crítico, em função do recebimento de grande quantidade de dejetos, como observado nas fotos a seguir. Ao longo dos anos, espécies que viviam no rio se extinguíram devido à poluição, como o Pitu, um tipo de camarão de água doce. Dessa forma, nota-se a perda do local como parte do *território* de uso tradicional.



Foto 3: Lixo no Rio da Ponte – Manguinhos – Serra/ES.

Foto 4: Lixo no Rio da Ponte – Manguinhos – Serra/ES.

Fonte: Acervo da autora. 29 jul. 2014.

Fonte: Acervo da autora. 29 jul. 2014.

Ainda de acordo com Dona Joana, a coleta em abundância dos mais diversos pescados na região acontecia em momentos únicos, de interação e cooperação, mas esses momentos se perderam devido ao processo de urbanização acompanhado pela intensa poluição da vila.

6 | BUSCA PELA RETERRITORIALIZAÇÃO

A partir das alterações urbanas e industriais que impactaram a Comunidade Pesqueira de Manguinhos, criou-se a necessidade de aprimorar as técnicas de pesca com a finalidade de fazer frente ao intenso sistema econômico que se formou, de forma mais enfática, a partir da década de 1980. Deixou-se de praticar as inúmeras trocas realizadas com viajantes que passavam pelo local ou com moradores vizinhos

e estabeleceu-se o mecanismo apenas da venda. As práticas tradicionais de convívio com o ambiente natural deram lugar à incorporação de ações similares às do novo sistema. Nesse momento, surgiu a necessidade da adequação profissional, com a adoção de apetrechos que visassem à pesca voltada para atender o mercado e garantir a sobrevivência do grupo (DIEGUES, 1973).

Nesse contexto, o GPS (Global Positioning System) surge como instrumento primordial para os pescadores, substituindo o sistema de triangulação utilizado anteriormente. De acordo com o Sr. Sebastião: “Esse negócio de GPS vem de uns tempo pra cá. Hoje quase todas nossas embarcações tem GPS” (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 10.05.2014).

A utilização de equipamentos tecnológicos não favorece o conhecimento do *território* marinho como ambiente articulado e alguns pescadores vão perdendo a compreensão de seu próprio *território*. Foi o que se verificou em campo quando um pescador, Sr. Gerônimo, 54 anos, pescador profissional, foi questionado a respeito do nome de seus pesqueiros: “E não sei não! Não lembro de cabeça... hoje é tudo no GPS” (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 10.05.2014).

Além da utilização do GPS, verificou-se o desuso ou menor frequência do uso de determinados equipamentos como as *redes de arrasto*, o *balão* e a *canoa a remo*. De acordo com Sr. Sebastião, as *redes de arrasto* eram muito utilizadas próximas à praia, quando a demanda de peixes era grande:

Hoje, praticamente nossa pesca aqui é feita mais de anzol porque pescava muito de rede quando era próximo à praia aqui, mas como eu disse pra você, a poluição já acabou com nossos peixes aí da beirada, né!? Então, hoje a gente não faz mais não, hoje a gente pesca de linha, de anzol (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 05.05.2014).

As redes eram puxadas manualmente por pescadores, da água para a areia. Quanto à utilização do balão de pesca – muito comum antigamente - hoje se encontra com o uso bastante restrito, já que a profundidade que este precisa alcançar aumentou consideravelmente, devido à extinção de muitas espécies, ou seja, a profundidade necessária inviabiliza o uso dessa ferramenta, pois só é eficaz em áreas mais rasas.

No quesito embarcações, Sr. Sebastião ressaltou:

Nós, antigamente, tínhamos embarcações a remo, hoje em dia você não vê mais barco a remo mais pra pescar aqui, então, nós temos agora embarcações de médio pra grande porte. Antigamente, era de pequeno a meio porte, agora é de médio pra grande porte [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 15.03.2014).

De acordo com as informações do sítio eletrônico do Tribunal Marítimo Brasileiro (Acesso em: 13 jul. 2014), as embarcações de médio porte são consideradas aquelas com comprimento inferior a vinte e quatro metros, enquanto as embarcações de grande porte possuem comprimento igual ou superior a vinte e quatro metros. A utilização

das embarcações de médio e grande porte tem sido adotada devido à ausência de peixes na plataforma continental. Assim, os pescadores precisam se deslocar a uma distância cada vez maior da orla para garantir o pescado. Verifica-se, portanto, que há a necessidade de repensar a dinâmica do território, ou seja, reformular os denominados pesqueiros, deslocando-se em busca de novos lugares com pescado, já que os tradicionais territórios de pesca não atendem mais à demanda da comunidade, devido à intensa exploração realizada pela pesca predatória e outros fatores, como salienta ainda o pescador Sr. Sebastião:

Antigamente, eu navegava quarenta minutos, agora tenho que navegar oitenta horas, eu ia num dia voltava meio dia, agora tenho que ir e ficar cinco, seis dias [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 15.03.2014).

É importante salientar que as embarcações de médio e grande porte não são a maioria, dificultando ainda mais o trabalho dos pescadores artesanais. As embarcações mais utilizadas são de pequeno porte e configuram um fator de risco para os pescadores da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, que acabam se arriscando em alto mar em embarcações inadequadas.



Foto 5: Embarcações de pequeno porte e movidas a remo, as mais utilizadas pela Comunidade Pesqueira de Manguinhos.

Fonte: Acervo da autora. 25 out. 2013.

Com a utilização de equipamentos mais sofisticados que buscam atender à nova demanda, novos *modos de vida* surgem entre os pescadores da comunidade. Assim, como afirma Diegues (1978), à medida que cresce o sentimento de “racionalidade com o objetivo do lucro” na atividade pesqueira

[...] acentua-se a concorrência entre os pescadores que operam em ambientes de estoques marinhos limitados, advindo a sobrepesca e o extermínio das espécies de alto valor no mercado. Nesta situação, a racionalidade com o objetivo do lucro pode levar a uma pauperização ainda maior dos pescadores artesanais. (p.165)

A intensa exploração do *território* dos pescadores artesanais tradicionais, regida pela lógica do capital permite, cada vez mais, o afastamento desses pescadores e o surgimento de pescadores com mais recursos, que deixam de fazer o trabalho manual com vistas a otimizar o tempo para manter sua produção (DIEGUES, 1978). Dessa forma, os equipamentos e hábitos característicos do grupo são esvaziados, dando lugar à disputa territorial não só com os agentes do capital, como também com os próprios integrantes do grupo.

Verifica-se, portanto, que o *território* da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, assim como sua organização, tem sido modificado ao longo do tempo, alinhando-se direta ou indiretamente aos efeitos da competitividade e do lucro. Conforme Silva (2012), podemos afirmar que a forma física da vila, as dimensões vivenciadas no cotidiano, a estrutura socioeconômica, a própria existência e a perspectiva para o futuro foram sendo reestruturados diante da penosa influência do sistema regido pelo capital. Deste modo, os pescadores artesanais buscam, em um sistema de concorrência desleal ante o capital, alternativas para suprir suas necessidades e garantir seu *território* de direito. Reterritorializam-se.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos apresentar os impactos territoriais sofridos pelos pescadores artesanais de Manguinhos, a partir da análise das mudanças ocorridas em seu modo de trabalho e de vida nos últimos trinta anos. Para apreender a totalidade desta questão sob a ótica do referencial teórico-metodológico adotado, apresentamos brevemente algumas características das *comunidades tradicionais* e como este modelo de sociedade constrói seus *territórios* a partir da ligação direta com os recursos naturais. A partir dessa abordagem, analisamos um caso específico, a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* e sua contraposição ao padrão de sociedade hegemônico vigente, que busca a apropriação do *território* para transformá-lo em mercadoria, desconsiderando qualquer outra forma de organização social que não seja pautada na lucratividade.

Diante disso, buscamos evidenciar a *identidade* socioterritorial dos pescadores artesanais, que se configura em uma relação íntima com o *território*. Ou seja, foi possível perceber que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* é pautada no *modo de vida* tradicionalmente coletivo, no qual a historicidade se mostra nitidamente no espaço territorializado e as simbologias, relatos e memórias se configuram como plano importante na apropriação desse *território*. *Território* este que é coletivo e em constante construção material e simbólica. Essa afirmação pôde ser constantemente percebida nos relatos orais coletados que compuseram essa investigação.

Também no intuito de identificar quais as alterações ocorridas nas atividades culturais e econômicas nos últimos 30 anos na comunidade, buscamos resgatar os

acontecimentos históricos que tiveram influência direta e indireta sobre a comunidade em questão. Diante disso, verificamos o avanço rápido da implementação e do aperfeiçoamento dos aparatos que atendem à lógica do capital. A presença constante e aumentada da pesca predatória, realizada por *traineiras* vindas principalmente do sul do país; o grande fluxo de navios no litoral capixaba, proporcionado pela inserção e o aprimoramento de portos na região; o intenso processo de urbanização e o aumento da poluição foram fatores que incidiram direta, indireta e negativamente sobre o *território* da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*.

Assim, a comunidade se vê diante de um processo inevitável de impactos territoriais materializados, principalmente e mais visíveis, na diminuição do pescado, mas não em menor medida, também perceptíveis na alteração das atividades culturais, religiosas e econômicas. Com o apoio e incentivo do Estado, ao longo dos anos, os grandes projetos industriais e de cunho desenvolvimentista vêm se sobrepondo a esta comunidade, com destaque especial para as atividades desenvolvidas no Porto de Tubarão, empreendimento localizado dentro do *território* de pesca da comunidade, que interfere na atividade da pesca. Áreas que outrora tinham como maior característica a abundância de diversas espécies de peixes, na atualidade se tornaram lugares de total desequilíbrio ecológico devido à inserção de aparatos dessa natureza.

A configuração dos *territórios* de pesca, de acordo com os pescadores locais, se modificou em função dessa inserção. Os *pesqueiros* antes selecionados, localizados pelo sistema de triangulação e devidamente guardados em sigilo pelos trabalhadores do mar, dada à oferta de determinada espécie, passaram a ser explorados pelas *traineiras* com equipamentos de grande capacidade exploratória e impacto destrutivo, obrigando os pescadores a se deslocarem para lugares mais distantes da costa para realizar a pesca. Diante deste fato que se configura como perda de *território*, os trabalhadores do mar são levados a buscar outras fontes de renda para além daquelas ligadas à produção pesqueira.

Constatamos, portanto, que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, ao longo dos anos, vem sofrendo com a forma opressora do sistema capitalista e sua influência negativa sobre o ambiente em que vive, que afeta diretamente a perpetuação da atividade da pesca. Espera-se que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* se mantenha firme na luta em prol da manutenção de seu *território*, articulando sua resistência para que a atividade da pesca se perpetue e que o pescado das diversas espécies em Manguinhos, adquirido de maneira equilibrada, seja ofertado às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. (Org). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador, EDUFBA, 2014.

- BAYER, Alessandro M. **Vitória**. 2013. 1 gravura serigraf.,color.,13,44x19,05cm. Coleção particular.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca Artesanal**. Brasília: MPA, 2009. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>>. Acesso em: 21 dez. 2013.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Revista Ciência e Cultura**, Recife, v. 62, p. 45-48, 2010.
- CHACALTANA, Teresa Susana Aquije. **Mapeamento de áreas de sensibilidade ambiental ao derrame de óleo na baía de Vitória, ES**. 2007 136f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <http://www.mundogeomatica.com.br/tesesmonografias/tese_teresa/dissertacao_18-09-07.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2014.
- DERRUAU, Max. **Geografia Humana I**. Trad. Helena de Araújo Lopes; Carlos D' Almeida Sampaio. Editorial Presença Ltda: Lisboa, 1977.
- DIEGUES, Antônio Carlos (Org). **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Pesca.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- _____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287p.
- _____. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. São Paulo, 2000.
- ESPÍRITO SANTO. Governador (2007-2011: Gomes). **Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2005. Disponível em: <http://www.fundagres.org.br/macrodiagnostico/relatorio_macro_pesca.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. Rio de Janeiro, 2009. 512 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1298>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- GIRARDI, Gisele. **A cartografia e os mitos**: ensaios de leitura de mapas. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2. ed. Fortaleza: Premius, 2011.
- LOPES, Alissandra Pinheiro. **Territorialidades em conflitos na baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>>. Acesso em: 02 dez. 2013.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares**: Espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Anna Blume, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro – O processo de produção do Capital, vol. II. 11. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Bertrand Brasil/ Difel, 1996.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETO, Ozimo Mendonça. **A cartografia inovadora**: uma reflexão sobre a cartografia social – ciência ou arte? Encontro de Geógrafos da América Latina. 2013. Peru. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Ozimo-Mendon%C3%A7a-Neto.pdf>. Acesso em: 01 jan.2014.

POLLAK, Michael. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. Trad. Monique Augras. v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. Guia turístico e cultural de Manguinhos. [Serra, 2000]. 1 folder.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *et al.* Relatos orais: do “indivizível” ao “divizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. (Org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

SILVA, Ellen Cristina do Monte. A reterritorialização e a conservação dos recursos naturais: os usos do espaço da Resex de Caeté-Taperaçú no município de Bragança-PA. In : III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. 2012. Goiânia – Goiás. [s.n]. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/VI-043.doc.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. **São Paulo: Atlas, 1987.**

VIEIRA, Luiz Henrique. **Os impactos socioambientais dos empreendimentos industriais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho**: Aracruz-ES. 2012. 111f. Monografia (Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ

Andre Luiz de Souza

Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Palmas – PR

Miguel Ângelo Lazzaretti

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo - PR

RESUMO: Este artigo sumariza alguns dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado (SOUZA, 2017), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo-PR. O problema que impeliu a pesquisa centralizou-se nas práticas agroecológicas em áreas de assentamentos rurais da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Partindo desse ponto, objetivou-se analisar o processo de condicionamento das famílias camponesas assentadas na construção de um Projeto de Desenvolvimento de Assentamento Sustentável (PDA) em bases agroecológicas. Nesse intuito, analisamos o processo de ruptura e de descontinuidade da matriz tecnológica em Agroecologia e, posteriormente, a descontinuidade do PDA Agroecológico em um assentamento, localizado em Diamante D'Oeste -PR. Ao nos inserirmos nesse universo de pesquisa, cotejamos a distância das representações objetivas e subjetivas dos

assentados e dos organizadores com relação à Agroecologia. Para que os dados fossem gerados, utilizamos questionários e entrevistas com 46 famílias de assentados. Para analisá-los, recorremos a um amplo arcabouço teórico que discutiu tanto a questão da Agroecologia quanto a questão agrária. Os resultados nos mostraram que as famílias optaram pela Agroecologia porque foram condicionadas (uma dívida moral) a uma matriz tecnológica de agricultura sustentável de “cima para baixo” que não fora bem aceita, levando a um desencantamento do modelo agroecológico e ao rompimento do regime interno da matriz agroecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, Assentamento rural, Reforma Agrária, Dívida Moral.

ABSTRACT: This article summarizes some of the results obtained in the master's research (SOUZA, 2017), developed in the Post-Graduate Program in Social Sciences, at the State University of the West of Paraná, Toledo-PR Campus. The problem that motivated the research centered on agroecological practices in areas of rural settlements of agrarian reform of the Landless Workers' Movement (MST). From this point on, the objective was to analyze the process of conditioning peasant families based on the construction of a Sustainable Settlement

Development Project (PDA) on an agroecological basis. In this sense, we analyzed the process of rupture and discontinuity of the technological matrix in Agroecology and later the discontinuity of the Agroecological PDA in a settlement, located in Diamante D'Oeste-PR. Entering this universe of research, we compared the distance of the objective and subjective representations of the settlers and the organizers in relation to Agroecology. In order to produce the data, we used questionnaires and interviews with 46 families of settlers. To analyze them, we used a broad theoretical framework that discusses both the issue of Agroecology and the agrarian question. The results showed that the families chose Agroecology because (a moral debt) a technological matrix of sustainable agriculture from “top down” was imposed to them, which was not well accepted, leading to a disappointment with the agroecological model and to the rupture of the internal regime of the agroecological matrix.

KEYWORDS: Agroecology, Rural Settlement, Agrarian Reform, Moral Debt

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo retoma dados e resultados importantes de uma pesquisa (SOUZA, 2017), no âmbito da Pós-Graduação, que foi desenvolvida junto a um assentamento de famílias que desempenhavam atividades voltadas à sustentabilidade, tendo como delimitação temática as práticas agroecológicas em áreas de reforma agrária no assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado em Diamante D'Oeste, no Paraná. Apresentamos um referencial teórico que problematizou as tentativas sustentáveis e de desenvolvimento de uma agricultura sem o uso de agrotóxicos. Tal problemática teórica, no quando dos movimentos sociais, tem levantado inúmeros debates e controvérsias sobre a base epistemológica da Agroecologia.

No entanto, a problemática socioambiental tem orientado a internacionalização de novos valores e princípios que norteiam uma nova racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade e equidade social. Nesse sentido, práticas agroecológicas, em áreas de reforma agrária, estão sendo desenvolvidas e implantadas nos assentamentos rurais.

Em sua pesquisa de mestrado, Souza (2017) lançou um olhar para esse espaço a fim de compreender o processo de construção das práticas agroecológicas e também o processo de rompimento. O assentamento em estudo foi o protagonista do estado Paraná em implantar o Projeto de Desenvolvimento de Assentamento Sustentável (PDA, doravante). Entretanto, esse projeto não teve sucesso de estruturação da matriz agroecológica. Ademais, foi escopo da pesquisa entender quais foram os limites e as controvérsias no desenvolvimento desse projeto de assentamento. Para tanto, buscou-se problematizar a ruptura de um modelo de produção agroecológica, que estava em construção, e verificar quais foram os elementos chave que causaram o rompimento desse projeto de assentamento agroecológico.

Tal temática é de suma importância, pois possibilita-nos entender como essas

práticas são desenvolvidas no decorrer dos espaços de assentamentos e como são geridas pelos sujeitos que estão no cotidiano do desenvolvimento dessas novas concepções de agricultura. A construção desse novo paradigma de agricultura carrega consigo uma polissemia de sentido sobre o conceito de Agroecologia. A Agroecologia não pode ser aplicada como uma medida punitiva a esses sujeitos que estão na luta pelo pedaço de chão para sobreviver e alicerçar raízes para construção de sobrevivência de suas famílias. Desse modo, cabe ao pesquisador a oportunidade de decifrar esses enigmas que estão presentes nesses espaços de multiculturalidade e externalidades que compõem o universo a ser pesquisado.

Para atender o proposto, organizamos este texto da seguinte forma: inicialmente, discutimos as relações da Agroecologia com MST e os assentados e as suas dicotomias referentes ao projeto. Na sequência, apresentamos alguns dados do referido assentamento, sobretudo, os gerados por meio de entrevista, analisando-os à luz dos conceitos teóricos propostos.

2 | O DISCURSO TEÓRICO: O MST, A AGROECOLOGIA E AS SUAS BASES EPISTEMOLÓGICAS

A partir dos anos 2000, o MST revela, em seu quarto congresso, o discurso no qual adota a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com essa proposta conferiu ao movimento a necessidade de iniciar um processo de transição aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e no manejo ambiental junto aos assentamentos, bem como de orientar tal novo discurso à sua base social, junto com outros assuntos que ganharam destaque, como a violência no campo e o combate à política neoliberal do Estado (MST, 2010).

Em diversos cenários, a transição agroecológica tem avançado por meio de dois processos complementares: a ecologização e a ação coletiva. Segundo Barcellos (2010),

A primeira representa a mudança das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção. O segundo processo está associada à adesão de produtores agrícolas à Agroecologia como projeto coletivo, visando estabelecer interesses sociais compartilhados e à mudança de valores em torno de uma alternativa de desenvolvimento sob um determinado contexto local. (BARCELLOS, 2010, p. 49, aspas no original).

Essa mudança no MST é representada pela notória constituição de projetos e de ações ambientais em assentamentos, tais como: preservação de encostas dos rios, utilização de biofertilizantes, plantio de lavouras em cultivo direto e uso de práticas terapêuticas em homeopatia e fitoterapia na produção agropecuária. O outro processo

está associado à adesão de produtores agrícolas à Agroecologia como projeto coletivo, visando a estabelecer interesses sociais compartilhados e à mudança de valores em torno de alternativas de desenvolvimento sob um determinado contexto local. Ações nesse sentido são sinalizadas pelo MST, a saber: criação de centros de estudo e escolas com enfoque político-pedagógico na temática da Agroecologia e constituição de agroindústrias com processamento de produtos agroecológicos nos assentamentos (BARCELLOS, 2010).

Na mesma direção, Morin (1998) assevera:

Um novo paradigma precisa constituir-se de um primeiro nicho, antes de poder fortalecer-se, tornar-se uma tendência reconhecida e, triunfar como ortodoxia intocável. Somente ao se consolidar como um sub-campo científico, é que a Agroecologia terá a legitimidade para disputar com os outros paradigmas, qual o mais apropriado para apoiar processos rumo a um desenvolvimento rural sustentável. (MORIN, 1998, p. 293).

A dimensão sociológica apresenta um caráter fundamental na elaboração de conhecimentos pela Agroecologia. Segundo Martins (2001), o papel exercido pela Sociologia Rural tem um pesado débito com as populações rurais de todo o mundo, haja vista que sempre esteve a serviço da difusão de inovações, já que tinha em seu âmago a percepção de que as populações rurais eram populações retardatárias em desenvolvimento econômico.

Martins (2001) ainda argumenta:

[...] As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida. (MARTINS, 2001, p. 31).

Nesse entendimento, a Sociologia Rural se reavalia e se abre para novas abordagens sobre o meio rural. Esse ensaio parte de perspectivas sociológicas, para debater as relações sociais presentes no rural, tanto as fomentadas por agriculturas submetidas a uma lógica industrial, quanto as que ainda mantêm ou buscam resgatar uma lógica camponesa centrada na autonomia (BORSATTO, 2011).

Para os camponeses assentados, a conquista da terra representa um avanço em seu processo de luta por autonomia, já que em um dado momento de suas trajetórias de vida tais famílias vivenciaram os problemas da exclusão social (a pobreza, a falta de emprego, a exclusão da terra e de trabalho). A luta pela terra é a luta construída pelos movimentos sociais, mas a reconstrução da unidade camponesa de produção, destruída pela dinâmica do capitalismo no campo, envolve lutar por uma sociedade mais justa. Esses camponeses lutam para voltar à terra de trabalho e ali construir

sua autonomia social, típica de seu modo de vida (GONÇALVES, 2008).

Entre os modelos de organização da produção, considerados como o “suprassumo” da redenção camponesa pelo MST, podemos citar, com base em Gonçalves (2008):

As cooperativas coletivas (CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária), estrutura baseada em coletivização total dos meios de produção, do processo de gestão e do trabalho; e as formas de cooperação agrícola diversificadas, onde o acesso à terra se faz com produtores assentados individuais, mas que se organizam em grupos de famílias, associações de produtores, cooperativas locais e cooperativas regionais. (GONÇALVES, 2008, p. 189).

Para além do modelo de cooperativização, conforme o autor supracitado,

[...] o MST assumiu a necessidade de incentivar modelos participativos mais focados nas experiências criadas em cada comunidade de assentados, para então introduzir as mudanças na base da produção agrícola pelo viés agroecológico. (GONÇALVES, 2008, p. 201).

No entanto, as iniciativas de cooperativização, implantadas pelo MST, resultaram em fracassos sociais e muitas delas significaram um “tiro no pé”, já que, ao invés de aglutinarem e de reforçarem os camponeses, desestabilizaram ainda mais a rarefeita união existente entre esses, favorecendo, conseqüentemente, o capital e as suas dinâmicas de dominação. Para Christoffoli (2012), outros fatores colaboram para desestabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos, pois

O associativismo, condição para sobrevivência dos camponeses na produção, não conseguiu alcançar níveis elevados de abrangência, e muitas iniciativas se viram inviabilizadas por dificuldades de acesso a capitais e tecnologias adequados, bem como por carências de gestão. O fato de a base social assentada sobreviver em unidades econômicas privadas, organizadas sob a lógica da produção camponesa artesanal, e como risco crônico de inviabilidade, conduz à manifestação de comportamentos ideológicos típicos de economia artesanal que dificultam a organização de unidades econômicas cooperativas de larga escala e com eficiência empresarial compatível com a demanda para sobreviver frente à competição da agricultura brasileira. (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 172).

A cooperação agrícola não mostrou ser, efetivamente, a estratégia adotada pela maioria dos assentados, uma vez que, na base, as famílias assentadas têm procurado exercer sua sobrevivência de maneira individual, negando a sua inserção nos projetos de coletivização e de cooperação apresentadas pelo MST, situação-problema que Fabrini (2002) compreendeu como uma forma de resistência e de autonomia do campesinato aos projetos políticos de cooperativização que não são os seus, mas das lideranças do MST.

Dessa forma, os “mecanismos de controle social” adotados pelo movimento acabam nomeando como prioritários e ideais os projetos políticos das lideranças e como secundários e pouco importantes o projeto de vida das famílias; descompasso

que, como pontua Navarro, “aprofunda as frustrações do MST em seu modelo de gestão e de suas propostas organizativas e antidemocráticas, ideia que se reforça com o não acatamento, por parte das famílias, desses projetos colocados ‘de cima para baixo’” (NAVARRO, 2002, p. 276). Complementando suas ideias para desenvolver a Agroecologia no país, o próprio movimento se posiciona:

O Movimento compreendeu como necessário o Estado e as forças sociais e políticas do campo (movimentos sociais e sindicatos) trabalharem no sentido de desenvolver programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade, para atender a juventude do campo e os camponeses e camponesas de todas as regiões do país. [...] Apoiar a consolidação das escolas técnicas de formação em agroecologia, bem como a criação de novas escolas de nível médio e universitário, e o acesso a outros níveis de especialização nesta área do conhecimento, como agronomia, veterinária, biologia, engenharia florestal, etc. Estimular a produção, a distribuição e o controle das sementes e a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores. (MST, 2006, p. 28).

O primeiro passo adotado pelo MST para discutir o desenvolvimento da agroecologia foi superar suas limitações e realizar estudos, debates e trocas de experiências com entidades que dominavam essa matriz produtiva. Em um segundo momento, passou a motivar a base e efetivar a criação de iniciativas concretas que lhe permitissem, futuramente, transformar os discursos políticos e teóricos apresentados nos documentos e teses, em fatos concretos, com o efetivo desenvolvimento da agroecologia nos assentamentos rurais.

Entre os desafios postos, entrou na pauta política a necessidade de uma “reviravolta” na lógica organizativa do próprio MST, que teve início com a extensão do “arco das alianças” políticas, visando “englobar” grupos diferenciados que atuavam no desenvolvimento da agroecologia, entre os quais: as ONGs, os pesquisadores de universidades, os movimentos sociais que operam nas escalas local/regional/nacional/internacional, enfim, diferentes grupos e sujeitos com os quais o MST deveria se relacionar para aprender, receber formação técnica e trocar experiências sobre as tecnologias alternativas de produção agrícolas já colocadas em prática por esses grupos e pessoas.

Tais iniciativas seriam complementadas com a reestruturação da organização entorno daquilo que ela tinha de mais importante - a base -, já que a escala local é a ideal para que os processos de mudanças e as inovações necessárias possam, efetivamente, ser construídos. Nesse caso, acampamentos e assentamentos rurais fariam a transição do sistema produtivo e, sob a ação direta dos camponeses assentados, a agroecologia se afirmaria como um modelo de agricultura comunitária, participativa e ecologicamente sustentável.

Dessa forma, a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, técnica das famílias, ajudaria a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação ainda mais severas, como a presença das sementes

transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais - químico-alimentares financeiros, que põem na “lona” os agricultores.

O MST assumiu o desafio de incentivar a consciência dos camponeses sobre os problemas agrários, debatendo sobre os elementos políticos e econômicos que forjam a exclusão e a exploração das riquezas produzidas por eles e quais são as alternativas possíveis de serem construídas para desterritorializar o capital agrocomercial e reverter o processo de drenagem da riqueza (sujeição da renda da terra pelo capital), e conseqüentemente, romper com o sistema metabólico do capital, garantindo autonomia e emancipação camponesa (GONÇALVES, 2008).

Diante disso, os contextos a serem exploradas situam-se em proposições de que a agroecologia apresenta fortes características discursivas e de deliberação política pelo MST como uma maneira de estimular e mobilizar outra forma de viabilização socioambiental e econômica nos assentamentos, considerando que o discurso da agroecologia se estabelece no MST a partir de sua inserção no movimento, incluindo uma rede maior de aliados políticos (as ONG, associações e órgãos internacionais) e acessar as políticas públicas governamentais com foco socioambiental (BARCELLOS, 2009).

Sob essa perspectiva, compreendemos que os assentamentos rurais são reconhecidos como espaços sociais privilegiados, tanto de produção discursiva em relação à agroecologia, quanto para o desenvolvimento das práticas agroecológicas, pois é um dos principais locais onde está localizada a base social do MST. Portanto, o assentamento em estudo decorre nessa direção, haja vista que participou ativamente nesse processo discursivo das práticas agroecológicas e incorporou um discurso/práticas na sua constituição das novas práticas agrícolas que seriam implantadas. Para melhor entendermos os desfechos desse processo, problematizaremos seção subsequente a realidade do Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique.

3 | A AMBIÇÃO SEMEADA A MINHA VOLTA: A REPRESENTAÇÃO ENTRE OS ASSENTADOS SOBRE A PRODUÇÃO CONVENCIONAL E A AGROECOLÓGICA

O anseio de se produzir e se obter lucros imediatos levou os assentados a criticar a produção com bases agroecológicas. A problemática dos espaços de assentamentos gira em torno da produção agropecuária, que gera renda e possibilita qualidade de vida ao homem do campo. As dificuldades encontradas no início levaram a um desencantamento das práticas agroecológicas. Desse modo, o Projeto de Assentamento (PA, de ora em diante) encontra-se “ilhado” nas práticas convencionais de agricultura.

A perspectiva de ser assentado e conquistar autonomia financeira não estava sendo alcançadas com as práticas agroecológicas. A vontade de se buscar aumento

na renda familiar e as reais condições nas quais se encontravam a estrutura e a realidade da fazenda ocupada não condiziam com os anseios das famílias. Isso pode ser observado em um excerto retirado da fala de um assentado, por meio de entrevista realizada com assentados do P. A Ander Rodolfo Henrique:

É a dificuldade, que era só capim né, na época pura capoeira, aqui mesmo puro colônia, era absurdo de ver, e daí agroecológico !? Outra nem queimar não podia, daí tú faz como, só na enxada, é, não sai do lugar, não adianta. (Assentado M.P).

As dificuldades encontradas no início do projeto e a falta de recursos financeiros para facilitar o desenvolvimento da matriz agroecológica desencadearam um olhar para produção convencional impulsionada pelo aparato do capital agroindustrial. Nesse sentido, Alves (2010) salienta que

Os processos de subjetivação (e dessubjetivação) ocorrem por meio de signos e imagens. Os conteúdos manipulatórios têm que assumir a forma de signos e imagens para instaurar os tráficos intrapsíquicos. Por isso, os valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que constituem a inovações sociometabólicas e compõem o nexos psicofísico do homem produtivo do sistema de produção, assumem a forma de signos e imagens. Elas atuam como imagens de consumo e consumo de imagens e signos. Nesse caso, a imagem está ocupando o lugar de um discurso ideológico. (ALVES, 2010, p. 16).

Essa categoria forjou uma nova representação dos assentados para a mudarem o discurso sobre o projeto agroecológico, permeados por valores e princípios que não representavam até o momento. A representação do agronegócio, como elemento crucial de mudança e capacidade de produção, construiu espaço e ideais de agricultura que os assentados camponeses almejavam. A imagem e os signos de uma agricultura de alta produtividade com utilização de adubos sintéticos e fertilizantes químicos e sementes transgênicas assumiram a forma de ideal de vida do homem do campo. Nesse sentido, o modelo proposto pelo agronegócio alienava o agricultor camponês assentado, com seus maquinários e tecnologias.

Essa questão já era problematizada por Marx (1985), ao se referir ao século XIX:

Ao invés de coisa, o capital é uma relação social, relação e exploração dos operários (assentados) pelos capitalistas. As coisas, instalações, máquinas, matérias-primas etc. constituem a encarnação física do trabalho entre o proprietário dessas coisas e os operários (assentados) contratados para usá-las de maneira produtiva. [...]. Desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante processo de produção, mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor (assentado). O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor (assentado) se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetiche da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital. O capital se encarna em coisa.

Instrumento de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é trabalhador (assentado) que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção, convertidos em capital pela relação social da propriedade, é que usam o trabalhador (assentado). (MARX, 1985, p. 37-38).

De fato, a ambição que os camponeses-assentados tinham ou têm sobre a produção convencional de agricultura está gerida sob uma relação de alienação da realidade. A Agroecologia com todo seu potencial emancipador das relações de exploração não estava ou não representou o ideal que os camponeses-agricultores assentados almejavam no momento. Entra em jogo, então, a representação do agronegócio para soluções dos problemas vivenciados com o projeto agroecológico. Os camponeses-agricultores assentados, de fato, são mercadorias de uso para o sistema agroindustrial, bem como as mercadorias, que no caso são as sementes transgênicas e seus “defensivos”, os venenos, adubos sintéticos, tratores, colheitadeiras de última geração e outras substâncias. Nessa lógica, as mercadorias é quem usam a força do trabalho dos assentados como mercadoria para recriar outras mercadorias para os complexos agroindustriais, representado pelo capital, que é algo externo à sua realidade. Segundo Alves (2010),

Enfim, o processo de “*captura*” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo “olhar”, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a pletera de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da préconsciência/ inconsciência do psiquismo humano. (ALVES, 2007 apud ALVES, 2010, p. 13).

A coerção do capital pela inconsciência do psíquico humano levou os assentados do P. A. Ander Rodolfo Henrique a enterrarem-se em uma relação de controle pelas empresas cooperativas do agronegócio, como fica expresso no discurso do assentado abaixo:

Por exemplo assim, começando pelo gado, a situação assim, pra você “mantê” um gado livre de carrapato de berne, é muito difíce, porque você não tem conhecimento pra gente fase, por exemplo assim, pra banhá o gado. E nosso povo não tem essas qualidade, nossa região não é muito disso... e daí a questã da limpa do pasto, não tinha mais como mantê vaca aí. Então foi o que “desmotivô”. A “lavora” é outra coisa, ninguém conseguiu controla os “bichinho”, “mio” os bicho comia tudo. Eu acho assim, que pra própria saúde, bem estar da família da gente e tudo que abrange ao redor da gente né “cara”, e até pra... como se diz... pro equilíbrio do meio ambiente. (Assentado R. J).

O fato é que se eles constituem em meros instrumentos de controle geridos por seus organismos detentores dos meios de produção. Ao abandonarem a produção agroecológica no assentamento, perderam a relação de espaço e de tempo e são submetidos a uma lógica de valores-fetichizados do mercado globalizado. Como

afirma Alves (2010),

É importante destacar que, ao dizermos “captura” da subjetividade, colocamos “*captura*” entre aspas para salientar o caráter problemático (e virtual) da operação de “captura”, ou seja, a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que *não* se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. (ALVES, 2010, p.13, destaques do autor).

De acordo Alves (2010), o sociometabolismo do capital ocorre por meio do tráfico de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Nesse sentido, os camponeses assentados romperam com a produção de bases agroecológicas e adentraram com todo vigor para produção convencional. O mercado, na representação das mercadorias produtivas do agronegócio, capturou a subjetividade desses sujeitos e obteve o consentimento dos agricultores camponeses na adesão ao modo convencional de produção mais “lucrativa” e, acima de tudo, com pouca utilização da força do trabalho. Os relatos abaixo comprovam essa tendência:

As vezes mesmo, tu pegava a inchada, ia ali o dia inteiro carpi um pedaço de mandioca, quando chegava de noite tu nem dormia de tanta exaustão do corpo, eu acabado, aquela vez eu pesava sessenta quilo, ia de dia até a noite, eu não vencia cara, tinha aquela exaustão no corpo, por mais que tu trabalhava não vencia. (Assentado Q.R).

Na verdade hoje se você quizer produzi agroecológico você produz, a única coisa... a gente não tem muita vontade de “trabaiá”. Agroecológico exige mais tempo teu e daí a gente “garrô” outros meio mais “face” (assentado S.I).

Esses elementos condicionaram imagens negativas da agroecologia para esses assentados, como, por exemplo, o sacrifício de trabalhar de sol a sol, somente com uso de força braçal. Isso tudo impulsionou os agricultores camponeses assentados a rejeitar o modelo proposto pelo MST de assentamento agroecológico. As imagens de uma agricultura lucrativa e menos dolorosa capturaram o anseio desses sujeitos ao longo dos anos. O fetiche do agronegócio na interiorização desses mecanismos aumentou a angústia dos agricultores assentados a incorporar o discurso de agricultura convencional.

O que ocorre nessa relação são as imagens do capital nas lentes dos agricultores condicionados ao obscurecimento da realidade. Essa forma de entender e de realizar a produção agrícola, quando não inviabiliza a pequena produção camponesa, causando a concentração de terras, a torna totalmente submissa a esse sistema, seja por meio do endividamento ou por depender de cadeias de produção e comercialização próprias a que devem estar atreladas (SAUER, 2010). Essas são as bases de controle e de manipulação da cadeia produtiva do assentamento com a total dependência das cooperativas agroindustriais, manipulando e forjando novos valores e vivências com a

chamada “agricultura moderna”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos que as opções dos assentados são mais impulsionadas pela necessidade do que por convicção no que se refere a agroecologia. Trata-se de retomar a agricultura tradicional? Ou o interesse é se voltar para um nicho de mercado? Isso distancia a proposta de reforma agrária do início do movimento “produzir alimentos saudáveis e baratos para a classe trabalhadora”, não se viabiliza na realidade, por vários motivos; entres eles, a maneira que o MST conduz a sua base, pois, conforme dados da pesquisa (SOUZA, 2017), a consolidação de espaços livres de agrotóxicos, não se faz com obrigações calcadas em interesses ou pressões psicológicas aos assentados, há necessidade da reestruturação do modo de produção agrícola para reconstruir uma nova base de agricultura.

No entanto, o anseio de se produzir e de se obter lucros imediatos levou os assentados a criticar a produção com bases agroecológicas. A problemática dos espaços de assentamentos gira em torno da produção agropecuária, que gera renda e possibilita qualidade de vida ao homem do campo. As dificuldades encontradas no início levaram a um desencantamento das práticas agroecológicas, possibilitando a entrada dos complexos agroindustriais nas unidades de produção familiar e condicionando uma nova realidade.

Podemos afirmar que as expectativas foram frustradas por diversos fatores condicionados ao projeto agroecológico. O condicionamento das famílias agricultoras assentadas, sobre as novas regras que se alicerçaram no decorrer dos anos para edificar o projeto de agroecologia, transcorreram nos princípios obscuros do MST. Trabalharam a Agroecologia na “marra”, para forjar um ideal de agricultura, que, para os olhares dos propositores, era certeza que agroecologia estava acontecendo de fato nos espaços que antes era gerido pelo latifúndio. Entretanto, a pesquisa (SOUZA, 2017) nos mostrou outra realidade que foi que se alicerçou. A cortina que cobria a realidade das famílias percorreu por muitos anos uma relação de obediência e medo dos assentados, sobre os castigos que seriam aplicados para quem infringissem as regras pré-estabelecidas no termo de compromisso. Nessa correlação de força, o modelo de agricultura com bases agroecológicas se desestruturou no passar dos anos, ocorrendo a ruptura do projeto e a volta do pacote convencional de agricultura.

Sendo assim, o cotidiano dos assentados, nas respectivas vivências da Agroecologia, se sucedeu numa relação traumática com a demanda exigida. O MST protagonizava um assentamento no estado Paraná com cem por cento agroecológico, mas que, de fato, as famílias estavam exaustas com essas práticas.

Além dessas práticas equivocadas feitas pelo MST na implantação da matriz tecnológica em agroecologia, outros fatores colaboram para o rompimento do projeto.

Dentre eles, acesso aos recursos financeiros, isso porque um projeto de desenvolvimento sustentável se faz com apoio de recursos financeiros, principalmente garantias de viabilidades das políticas públicas adequadas para demanda que se estava emergindo no assentamento. As famílias não tiveram acesso às linhas de créditos específicos para fomentar a agroecologia. As linhas de PRONAFs que seriam utilizadas para sustentar o desenvolvimento do projeto de assentamento de agroecologia, não foram suficientes e eficazes para demanda que se construía naquele período. Isso também desencadeou um elo negativo para se produzir de forma agroecológica, pois sem recursos a inviabilidade aumentou e tornou-se chave para o rompimento do PDA.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório**

- O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010. Disponível em: http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf. Acesso em 20/04/2016.

BARCELLOS, S. B. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS), Rio de Janeiro: 2010.

BORSATTO, R. S. **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e assentados da reforma agrária**. Campinas, SP: 2011.

CHRISTOFFOLI, P. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: Desafios e Potencialidades. In: BENINI, E. et al. (Orgs.). **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. 2. p. 121-152.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP): Presidente Prudente, SP, 2002.

GONÇALVES, S. **Resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP: Presidente Prudente, SP, 2008.

MARTINS, S. R. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade**. Seus limites para a América Latina. Curitiba: Emater, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3.ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MORIN, E. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MST. Via Campesina. In: OLIVEIRA, A. U; STEDILE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Brasília- DF: Via-Campesina, 2006.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e as lutas do MST**. Petrópolis, Vozes, 2002.

SAUER, S. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, A. L. de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST**: entre o ideal e o concreto - estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste: Toledo, PR, 2017.

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso,
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Cuiabá- MT.

Cristiano Apolucena Cabral

Universidade Federal de Mato Grosso,
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Cuiabá- MT.

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo

Universidade Federal de Mato Grosso,
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Cuiabá- MT.

Edson Caetano

Universidade Federal de Mato Grosso, Docente
do Programa de Pós-Graduação em Educação,
Cuiabá- MT.

RESUMO: Esse trabalho é uma breve discussão acerca dos povos indígenas e comunidades tradicionais – que possuem uma forma singular de produção da existência – e os conflitos gerados com/pelo agronegócio. Essa temática vem sendo discutida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o assunto em questão, na qual conclui-se que os povos indígenas e as comunidades tradicionais são alvos das violências econômica-patrimonial, física e

emocional, direcionadas pelo agronegócio e pela lógica do modo de produção capitalista. No entanto, esses povos e comunidades têm resistido, mantendo suas formas de produção da existência, baseadas no respeito ao ser humano e à natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas e comunidades tradicionais. Existência. Conflitos. Agronegócio.

ABSTRACT: This work is a brief discussion about indigenous peoples and traditional communities - who have a unique way of producing existence - and the conflicts generated by / for agribusiness. This subject has been discussed by the Group of Studies and Research on Labor and Education (GEPTE) of the Postgraduate Program in Education (PPGE) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT). It is a bibliographical review on the subject in which it is concluded that indigenous peoples and traditional communities are targets of economic-patrimonial, physical and emotional violence, directed by agribusiness and by the logic of the capitalist mode of production. However, these peoples and communities have resisted, maintaining their ways of producing existence, based on respect for human beings and nature.

KEYWORDS: Indigenous peoples and traditional communities. Existence. Conflicts. Agribusiness.

1 | INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma breve discussão acerca da existência dos povos indígenas e comunidades tradicionais e os conflitos gerados com/pelo agronegócio devido a singularidade dessa existência. Originalmente apresentado e publicado nos Anais do Seminário do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) – “Humanidades em Contexto: desafios contemporâneos (2017)” da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – o presente texto, com algumas inserções, é resultado das discussões realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) do Programa de Pós-Graduação em Educação dessa mesma Universidade.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais possuem uma forma de produção da existência que respeita o ser humano e a natureza, como perceberemos na primeira parte desse texto, especialmente a partir dos estudos e ideias de Diegues *et al.* (2000). Essa existência se contrapõe ao modo de produção capitalista, que pretende dominar a tudo e a todas as pessoas.

Normalmente o agronegócio – a produção capitalista no campo – é veiculado em nosso país como uma moeda de único lado, ou seja, como algo importante para o desenvolvimento do Brasil e que traz apenas benefícios. Entretanto, sabemos que ele não o é, essa moeda tem outro lado, intencionalmente omitida. Assim, na segunda parte do capítulo, exporemos o “lado de cá” do agronegócio, a partir dos impactos aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A existência e resistência desses povos e comunidades frente à lógica do modo de produção capitalista têm gerado conflitos e tensões, materializadas por diferentes formas de violência: econômica-patrimonial, física e emocional. Desta forma, na terceira parte do presente texto, nos debruçaremos sobre os conflitos e a resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Por fim, construiremos algumas considerações possíveis nesse momento, entendendo a necessidade de ampliação desse debate, que tem sido por vezes, omitido em nosso país.

2 | POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RELAÇÃO COM A NATUREZA E PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA

Falar de povos indígenas e comunidades tradicionais na contemporaneidade pressupõe, mais do que em qualquer outro período, apontar suas características, sua relação com a natureza, as formas como produzem as suas existências, bem como os embates constantes e as estratégias de resistência frente às ameaças do sistema capitalista.

Gawora (2016) ao escrever sobre o redescobrimento das comunidades tradicionais, especialmente a partir do final do século XX, afirma o “[...] papel imprescindível e a

capacidade indiscutível das comunidades no fornecimento e na criação de respostas locais e regionais para crises e aberrações ficam cada vez mais evidentes” (p. 115). A importância dada a essas comunidades pode ser vista nas legislações nacionais e nos acordos internacionais, como é o caso do Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, considerado um avanço no reconhecimento desses povos e comunidades tradicionais no nosso país.

Algumas das diferenciações desses povos e comunidades se localizam na forma como se relacionam entre si, com os outros, com a natureza e com a própria perspectiva de existência, articulando no seu cotidiano, o passado, o presente e o futuro, numa lógica diferente da que estamos acostumados no modo de produção capitalista – que muitas vezes nega o passado, vivencia o presente com base na exploração dos recursos humanos e naturais, pressupondo no futuro, o lucro cada vez maior sem medir as consequências.

Considerando os bancos de dados e acervos existentes no país, Diegues *et al.* (2000) apresentam os povos indígenas e também as comunidades tradicionais - os “[...] caiçara, açoriano, caipira, babaçueiro, jangadeiro, pantaneiro, pastoreio, quilombola, ribeirinho/caboclo amazônico, ribeirinho/caboclo não amazônico (varjeiro), sertanejo/vaqueiro e pescador artesanal” (p. 2). Esses possuem diversas características em comum, evidenciadas

- a) pela dependência freqüentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados [...]. (DIEGUES *et al.*, 2000, p. 21).

Tais características demonstram a relação desses povos e comunidades com a natureza, com a terra, com o território, com a produção e transmissão de saberes e experiências. Nesse espaço onde se planta, colhe, bebe, come, abriga, as relações sociais e com a própria natureza são estabelecidas. Por isso, esse cuidado, respeito e preservação têm a ver também com a própria existência humana.

Relatos, estudos e pesquisas a esse respeito demonstram que o conhecimento da natureza e dos seus ciclos fazem com que os povos indígenas e comunidades tradicionais organizem suas vidas, seus plantios, suas festas e suas colheitas auxiliando de maneira peculiar, a existência das florestas e da vida em si. De acordo com Diegues *et al.* (2000), não é recente o conhecimento acerca do potencial desses povos e comunidades, pois seus saberes e conhecimentos sobre a diversidade biológica é parte do que a humanidade conhece hoje. Conforme os autores,

[...] os que se baseiam na ecologia social têm proposto que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o *resultado de práticas*, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local. (DIEGUES *et al.*, 2000, p. 9, destaque no original).

Através da oralidade e das experiências, os saberes são repassados, seja em relação ao melhor período para plantar, aos ciclos comuns das chuvas, às plantas e ervas medicinais, aos ritos e rezas para curar doenças, à transmissão do trabalho das parteiras, às festas, dentre outros específicos de cada território, povo e comunidade.

O decreto anteriormente referido, define em seu artigo 3º, inciso II, que os territórios tradicionais são “[...] os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”. Para Souza e Brandão (2012, p. 11), o território “compreende os ambientes simbólicos, místicos, políticos e econômicos. O território nesse caso é dinâmico, os limites e as fronteiras perdem as suas características principais, dando lugar para a referência significativa na vida das pessoas”.

Krenak (2016) afirma que, no capitalismo tudo é considerado mercadoria: a terra, a água, a floresta etc. Assim, as grandes infraestruturas do capital avançam e atravessam os rios, o cerrado, o pantanal, cortam as paisagens naturais, com o que ele chama de “novas invasões dos últimos redutos dos povos indígenas e comunidades tradicionais”, destruindo a capacidade natural de manterem suas existências.

Ele evidencia ainda que o capital precisa da terra, do minério, necessita assolar os territórios para obtenção do lucro. Por isso, muitos de nós, já nascemos com a ideia de que a terra pode ser comprada/vendida, enquanto que, para os povos indígenas e comunidades tradicionais, a posse da terra significa de forma concreta, a continuidade das suas existências, estabelecendo com a natureza um outro tipo de relacionamento – embora o capital tenha investido fortemente para alterar essa concepção.

Souza e Brandão (2012) afirmam que os espaços da comunidade são aqueles da vida na cotidianidade. Normalmente nessas comunidades estão presentes os elementos do que lhes é originário, como exemplos a língua, a forma de comunicação com a natureza, o comportamento, o agir, o vestir e o falar, bem como, os vínculos com o passado e a função dos laços de parentesco existentes.

Nos povos indígenas e comunidades tradicionais alguns atos são essenciais e exprimem o modo de vida da população, como por exemplo, o modo de priorizar o trabalho familiar. Nessas, “a relação familiar é bastante valorizada, sendo pensada como uma teia de gestos sociais e simbólicos que tornam possíveis a convivência, ou seja, só se vive bem se estiverem na companhia da família” (SOUZA; BRANDÃO, 2012, p. 114).

Tomando o materialismo histórico como método, concordamos com Diegues *et*

al. (2000, p. 18) quando afirmam que,

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência dos seus ciclos.

Neste sentido, os povos indígenas e comunidades tradicionais produzem sua existência em simbiose com a natureza e com os seres humanos, baseada em uma lógica que se contrapõe o agronegócio e o vê, em uma perspectiva diferente daquela veiculada e defendida pela maioria das pessoas em nossa sociedade – perspectiva que nos debruçaremos a seguir.

3 | AGRONEGÓCIO “DO LADO DE CÁ”: EXPANSÃO, PRODUÇÃO E HEGEMONIA

A história política e econômica brasileira é determinada pela sua estrutura agrária e agrícola desde a sua invasão¹, quando foi fundamentada a base de concentração fundiária, monocultivo, exploração da força de trabalho e produção direcionada à exportação. Infelizmente, estas características não mudaram com o tempo, pelo contrário, se aperfeiçoaram com o capitalismo no campo. A partir da “Revolução Verde”², obtivemos de fato características capitalistas, ao mesmo tempo em que eram supridas as demandas internacionais por produtos rurais, estruturadas pela divisão internacional do trabalho.

Nesse período a produção capitalista no campo foi sendo denominada por agronegócio, que para Fernandes e Welch (2008, p. 48)

É um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finança. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia.

Além da capitalização do território pela sua renda e especulação, o território se capitaliza com sua industrialização, tecnificação, divisão do trabalho e produção

1 Optamos por utilizar “invasão” ao invés de “descobrimento”, pois aqui já viviam povos autóctones, tornando-se necessária a conquista desse território pelos portugueses. Por isso, acreditamos que o conceito invasão se faz mais real e político.

2 “‘Revolução Verde’ é uma expressão genérica que designa o processo de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais no rural brasileiro a partir da ampliação das políticas públicas de subsídios à agroindústria que propiciaram alterações nos padrões tecnológicos com a introdução massiva de sementes híbridas, dos agrotóxicos, dos fertilizantes de origem industrial, dos herbicidas, da motomecanização, de novos cruzamentos genéticos animais, dos hormônios para animais etc. provocando a especialização na produção, a concentração da terra e o êxodo rural”. (CARVALHO, 2005, p.221- nota de rodapé).

direcionada à expropriação de mais valia etc. Nesse período, a agricultura sai de um “certo atraso” para tornar-se análoga à produção técnico-industrial urbana. Transforma-se, assim, em um negócio mais lucrativo e melhor regulado pelo mercado nacional e internacional, especialmente por esse último. Um dos fundamentos do modo de produção capitalista é a separação entre a força de trabalho e os meios de produção e, no caso do campo, separação da terra – um dos instrumentos fundamentais (MARTINS, 1986).

Por isso, a absoluta necessidade dos capitalistas do campo em apropriar-se da terra, numa apropriação capitalista dela. Neste sentido, de acordo com Martins (1986, p. 162) “a terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital”.

Na lógica capitalista tudo possui predisposição a se tornar mercadoria e/ou de se obter lucro e, a terra não escapa dessa determinação. Assim, a concentração da terra, dividida entre os grandes proprietários fundiários, é fundamentada, determinada e intencionada pela obtenção da renda subjugada ao capital e pela mais valia retirada da expropriação da força de trabalho.

Dados dos Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (anos 2003 a 2010) apontam que, entre os anos de 2003 e 2010, aumentou-se a concentração de terra em nosso país. Em 2003, os minifúndios e as pequenas propriedades eram 3.878.989 proprietários espalhados em uma área de 113.168.505 hectares, sendo 27% do total da área. Em 2010, esses mesmos proprietários somavam 4.656.377 propriedades em uma área de 135.474.462 hectares, ou seja, 23,7% do total. Diminuindo assim, a concentração total da área em comparação a 2003, mesmo aumentando 777.388 proprietários. Já a grande propriedade, somava em 2003, 112.463 proprietários, que estavam espalhados em uma área de 214.843.865, isto é, em 51,3% do total. E em 2010, eram 130.515 propriedades em 318.904.739 hectares, agora sendo 55,8% do total.

Além da terra ser vista pelo seu valor financeiro e pela intencionalidade de se produzir sobre ela, o interesse pela sua concentração se relaciona também em retirar dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a possibilidade de a adquirirem para trabalhar, uma vez que, não a possuindo serão apropriados pelos interesses produtivos do capital, que comprará sua força de trabalho, pago por um salário. Nessa apropriação existe a transformação deles e delas em mercadoria, que pode produzir mais valores sobre o produto trabalhado (MARX, 1988).

Com o capital, o capitalista domina todos os setores, os subordinando à produção, à mercantilização e ao lucro: terra, homens, mulheres, alimentos, água etc. E para se ter uma maximização de lucros, os produtos são industrializados. Assim, os produtos agrícolas, são, no agronegócio, industrializados ou produzidos industrialmente: grãos, alimentos, frango, gado, porcos, biocombustíveis, fertilizantes, adubos, rações etc (ALTIERI, 2012).

Com a presença do capital industrial no campo, ocorrem algumas mudanças tecnológicas, as quais maximizam a eficácia produtiva e aumentam os lucros. Dados do IBGE (2006) apontam, por exemplo, o crescimento do número de tratores comprados entre os anos de 1920 e 2006. Se em 1920 esse número foi de 1.706, em 2006 foi de 820.673.

Todavia, as inovações são centralizadas em poucas indústrias, por exemplo, nas sementes que passam por processo de industrialização e que pertencem a pouquíssimas empresas, todas transnacionais: Monsanto, DuPont Pioneer, Syngenta, Bayer e Dow. Esse é o oligopólio das sementes e com ele, essas empresas transnacionais determinam a uniformização das plantas. Altieri (2012), apresenta o peso e impacto dessa uniformização, já que, “em todo o mundo, 91% dos 1,5 bilhão de hectares de terras cultiváveis estão principalmente sob monoculturas de trigo, arroz, milho, algodão e soja” (p. 26).

A mecanização, a mudança genética e o desenvolvimento da agroquímica estão inerentemente ligadas tanto na oligopolização das sementes quanto na uniformização de seu plantio, trazendo diversas consequências. Altieri (2012) aponta ainda a instabilidade e a suscetibilidade a pragas e doenças, pois ao uniformizar uma grande área de plantio, os mecanismos de defesa naturais próprios da diversidade deixam de existir. Esse é um dos motivos do aumento significativo do uso de agrotóxico (veneno) nas plantações.

Londres (2011, p. 19) relata que “entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais de US\$ 7 bilhões, quando alcançamos a triste posição de maior consumidor mundial de venenos”. A mesma autora observa ainda que, o oligopólio também domina esse setor, pois somente seis empresas dominam mais de 50% desse comércio: Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta.

Há uma diversidade de venenos: inseticidas, herbicidas, fungicidas, acaricidas, nematicidas, rodenticidas, moluscicidas, formicidas. Com essas variações e com a quantidade utilizada, o solo, os fungos e as bactérias benéficas, a água, o ar, as pessoas, os animais e outros insetos e plantas são infectados.

Os transgênicos são também exemplificação da necessária agregação de capital industrial e técnico à produção agrícola. Trata-se de uma outra inovação para a maximização do lucro, já que “a tecnologia dos transgênicos é, na verdade, a evolução de um modelo de produção baseado na crescente artificialização da natureza, altamente demandante de insumos externos e venenos” (LONDRES, 2011, p. 70).

Quanto ao Estado, a sua participação é essencial em todos os processos relatados anteriormente. Não apenas para administrar as contradições entre as frações de classe capitalista (industrial, comercial e financeira), mas entre as classes expropriadoras e as expropriadas, ou seja, entre capital e trabalho. Por isso a função de instituir um conjunto normativo sobre a terra (Estatuto da Terra 4.504/1964) e sobre o trabalho (Estatuto do Trabalhador Rural 4.214/1963).

Contudo, as tentativas de apaziguamento entre as classes no campo não se reduzem à existência das leis. Os conflitos no campo se dão pela resistência das classes excluídas, exploradas e expropriadas, que lutam pela manutenção da sua própria existência e também dos territórios – que envolve toda a biodiversidade –, na contracorrente das intencionalidades do capital, conforme veremos a seguir.

4 | CONFLITOS E RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ORGANIZAÇÃO E LUTAS

Desde 2008, o modo de produção capitalista vivencia uma de suas maiores crises estruturais, a crise da taxa decrescente de lucro. Os salários altos em um período de crescimento, juntamente com o aumento da mecanização dos meios de produção são dois dos fatores diretos para decrescer a taxa de lucro. Quando o capital se territorializou, não territorializou somente a indústria, mas o capital comercial e o financeiro-especulativo, ou seja, as frações do capital levaram ao campo a sua crise.

Por isso, o acesso à terra, sem a necessidade de despender capital, tornou-se mais determinante que antes. Nesse sentido, a grilagem de terras, a expulsão de povos indígenas, camponeses, camponesas, quilombolas etc. é necessidade vital ao capital no campo, e tem sido uma das estratégias levadas a sério – não somente para escapar de pagar a renda fundiária (no caso dos capitalistas) mas, para ter acesso à financiamentos, créditos e especulação fundiária (tanto para os proprietários das terras quanto para os capitalistas do agronegócio).

Contudo, esse intento de tomada ou de grilagem de terras públicas não é pacífico, pois do outro lado existem povos, comunidades, camponeses e camponesas que não querem se proletarizar ao perder suas terras e territórios. Não querem se tornar uma mercadoria viva, vendendo sua força de trabalho para serem explorados e expropriados na única finalidade da retirada de lucro do capitalista.

A terra é, para os povos indígenas e comunidades tradicionais, terra de trabalho, produtora da existência (material e imaterial), pautada numa lógica que se contrapõe à lógica do sistema capitalista. Na lógica desses povos e comunidades o excedente da produção é vendido para suprir outras necessidades. Por vezes, quando vendem seus produtos, comercializam, diretamente aos consumidores, sem a necessidade de intermediários. Tais práticas são concretizadas visando suprir as necessidades objetivas daqueles que trabalham e, por isso, inadmissíveis à lógica capitalista.

Assim, esses povos e comunidades rompem com a lógica do capital, sendo um modo não capitalista de produção, por diversos motivos, entre eles: a) possuir a própria terra; b) tê-la como terra-de-trabalho; c) possuir os próprios meios de produção; d) ter autonomia no controle da própria força de trabalho e jornada de trabalho; e) não haver ruptura entre conhecimento e prática; f) os produtos pertencerem aos próprios trabalhadores e trabalhadoras; e g) possuir autonomia na decisão no onde, quando,

como e o que plantar, bem como, no vender (CARVALHO, 2005).

Conforme dito anteriormente, o capitalismo possui a intencionalidade de transformar tudo em mercadoria, com vistas ao lucro. Assim, quando a produção dessas mercadorias lhes escapa, os capitalistas tentam possuir o domínio da circulação das mesmas e com a ajuda do Estado, normatizam padrões de produção e comercialização às pequenas produtoras e produtores para que sejam condicionados e determinados pelos imperativos do capital, mesmo que não queiram.

Assim, identificamos que o capital absorve a renda dos povos indígenas e comunidades tradicionais por meio da circulação do produto, retirando daí a mais valia. Contudo, esses povos e comunidades resistem, na tentativa de não se deixar cooptar pelos imperativos do capital tanto na produção-circulação, quanto na produção da vida imaterial. Dessa forma, terra, força de trabalho, meios de produção e produtos estão fora da esfera de domínio do capital. Destacamos que em momento de crise, um modo de produção da existência alternativo ao do capital é um perigo à própria reestruturação nos fundamentos e na conjuntura da sociedade capitalista.

Hoje, fazendeiros que vivem de renda e especulação sobre a terra, da extração de madeiras, criação de gado e mineradores são os principais sujeitos sociais que se organizam para expulsar os povos indígenas e comunidades tradicionais, já que seus territórios são possibilidades de extração desses tipos de riquezas. De outro lado tem-se ainda a compra da terra por empresários do agronegócio e, assim, a produção que se industrializa, recebendo forte presença dos capitais comerciais e financeiros.

Diante desses contextos, a violência está garantida aos povos indígenas e comunidades tradicionais que necessitam da terra e do território para produzirem a sua existência não-capitalista. Dados da Comissão Pastoral da Terra apontam que, desde 1985, 19.196 pessoas foram expulsas por fazendeiros que contrataram pistoleiros. Nesse mesmo período, 106.006 pessoas foram despejadas pelo Estado – a violência não é só privada, ela é institucionalizada e paga pelo Estado. Nesse mesmo período, 22.349.723 pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo. Diversas pessoas sofreram ações da pistolagem em todo o país, sendo 141.213, nos anos de 1985 a 2016. Essas ações vão desde agressões físicas e emocionais até mortes – de 1985 a 2016, 1.722 pessoas foram assassinadas.

O pensamento único de que o campo é somente um espaço de (re)produção capitalista torna os povos indígenas e comunidade tradicionais em subumanos ou em uma categoria inferior de humanidade. Neste sentido, violar sua integridade patrimonial, física e vital torna-se de forma direta ou indireta, legal ou legítima.

Entretanto, os povos indígenas e comunidades tradicionais além de não aceitarem se proletarizar, nem de se aburguesar, se negam a suprir às demandas do Mercado, a gerar renda fundiária e mais valia e, por fim, a se adequar às demandas da produção existencial da vida determinada pelo capital – eis uma das facetas da resistência desses povos e comunidades.

Mesmo sendo a força hegemônica do capital imensa, a organização contra

hegemônica à esta realidade está presente na própria produção da existência desses povos e comunidades. Assim, luta-se não somente pela terra-de-trabalho ou autonomia na produção e comercialização, mas, pela preservação da identidade. A luta pela terra é a luta política pela preservação dessa produção da existência. Além de toda essa organização em manifestações, existe a própria organização por uma Produção Associada³ e agroecológica.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma dos povos indígenas e comunidades tradicionais existir se contrapõe à lógica capitalista, uma vez que respeita o ser humano e a natureza, produzindo e transmitindo saberes e experiências, com uma percepção e relação com o território diferente da perspectiva de obtenção de lucro. Sendo assim, essa produção da existência gera conflitos e tensões, pois resistem à lógica exploradora e expropriadora do modo de produção capitalista.

O agronegócio é veiculado como algo que traz apenas benefícios para a população brasileira. Neste texto, buscamos mostrar o “outro lado da moeda”, a partir dos impactos trazidos aos povos indígenas e comunidades tradicionais, de maneira mais direta. Por meio da concentração fundiária, monocultivo, exploração da força de trabalho e produção direcionada à exportação, o agronegócio visa a separação de mulheres e homens e os meios de produção, em especial, a terra.

Além disto, o agronegócio industrializa as sementes, uniformizando-as e expande o uso de agrotóxicos (venenos), com seu poder devastador que mata não apenas às “pragas” das lavouras, mas também, os seres humanos, a biodiversidade, a própria natureza.

Entretanto, mesmo diante desse quadro, os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm resistido, mantendo suas formas de produção da existência, buscando entre tantas outras coisas, garantir a permanência da diversidade de sementes crioulas⁴, o cuidado com a terra, respeitando a diversidade da natureza em seus diferentes ciclos.

Percebemos que a resposta produzida a essa resistência são as diferentes formas de violência direcionadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, entre elas, a econômica-patrimonial, a física e a emocional, as quais têm sido institucionalizadas e pagas pelo próprio Estado.

3 “A produção associada, como produto das condições históricas, é uma estratégia criada para organizar o trabalho e a vida que pode levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos. [...] A produção associada diz respeito à unidade básica do modo de produção dos produtores livremente associados” (CAETANO; NEVES, 2014, p. 602).

4 “É o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivado, pelos camponeses que ali habitam. [...] Como exemplo, podemos citar as diversas variedades de milho, feijão e alface, entre outros, dos quais os agricultores possuem as sementes por várias gerações, sementes que são constantemente plantadas e multiplicadas localmente” (MAICÁ, 2012, p. 701).

Não poderíamos finalizar esse capítulo sem destacar que o GEPTE/PPGE/UFMT tem sido um importante espaço de discussão e reflexão acerca da singularidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais em sua produção da vida (âmbito material e imaterial) e, por isso, a necessidade de disseminar tal debate que, para além de denunciar as ameaças sofridas por esses povos e comunidades, também evidencia formas possíveis de resistência e existência.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL, Decreto, nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 21 mar. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário, 2006**.

CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 595-613, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1756/1324>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CARVALHO, H. M. de. **Campesinato do século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT, (de 1985 a 2016).

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: USP, 2000.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org). **Campesinato e agronegócio na América Latina**. A questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GAWORA, D. O redescobrimto das comunidades. In: **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**: contribuições para outro desenvolvimento. Montes Claros: Unimontes, 2016.

KRENAK, A. Conferência “Estado, Capital e Territórios Tradicionais”. In: **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**: contribuições para outro desenvolvimento. Montes Claros: Unimontes, 2016.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil**. Um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

MAICÁ, E. D. Sementes. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 697-704.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SOUZA, A. F. G. de; BRANDÃO, C. R. Ser e viver enquanto comunidades tradicionais. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 109-120, set./dez. 2012. Disponível em: www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/724/445. Acesso em: 9 maio 2016.

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

Dora Vianna Vasconcellos é formada em ciências sociais pela UFRJ, mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado pelo CPDA/UFRRJ com fomento da CAPES. E-mail: doravianna.vasconcellos3@gmail.com

RESUMO: O artigo se dedicará à análise do messianismo e do cangaço por meio de bibliografia heterogênea proveniente da sociologia e da literatura. Embora sejam fenômenos específicos, tanto o cangaço como o messianismo estão pautados na crença escatológica de que é possível um mundo sanado de injustiças. Por isso, a decisão de agrupá-los para que sejam tecidas conjeturas a respeito da orientação reformista ou revolucionária destas manifestações. A referência à literatura é imprescindível porque as ciências sociais de um modo geral, ao afirmarem o uso denotativo da linguagem, descrevem e narram a realidade de forma factual e linear, negando validade ao fenômeno essencialmente camponês, que dá ênfase ao sentido conotativo e à parábola. Normalmente, priorizam as vertentes interpretativas de corte mais ocidental que não captam o estranhamento e o questionamento campesino em relação à representação de mundo burguesa. Daí adotar

a ideia de que institucionalidade capitalista é inexorável, mesmo que como uma etapa primeira e necessária de um sonho socialista a se realizar futuramente. Torna-se ainda necessário traduzir a crença escatológica campesina em termos sociológicos novos para que se desfaça a certeza de que messianismo e cangaço obedecem a um ímpeto reformista.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia, literatura brasileira, messianismo, cangaço, pensamento social brasileiro.

1 | INTRODUÇÃO

Pode-se dizer, sem que a afirmação incorra em erro, que poucas manifestações sociais ganharam tanta notoriedade no imaginário popular como o messianismo e o cangaço. Assunto da literatura popular e da literatura erudita, tema recorrente no teatro, no cinema e nas artes plásticas, o messianismo e o cangaço, na inspiração artística, são retratados como verdadeiras epopeias nacionais, apesar da incidência regional do fenômeno (Queiroz, 1977). No imaginário social messianismo e cangaço são normalmente retratados como manifestações revolucionárias.

Maria Isaura Pereira de Queiroz se destacou no cenário intelectual nacional por

difundir a ideia de que a inspiração artística, ao atribuir um ímpeto revolucionário ao messianismo e ao cangaço, baseava-se apenas em juízos de valor e não em juízos de realidade. Afinal, messianismo e cangaço obedeceriam às razões do compadrio ou às ligações de dependência pessoal que se estendem de alto a baixo da estrutura social, por estarem conformados mesmo que indiretamente às parentelas ou às famílias extensas (Queiroz, 1975; Queiroz 1976). Seriam manifestações sociais que secundarizam os conflitos de ordem socioeconômico por respeitarem os laços de dependência que unem indivíduos hierarquicamente desiguais.

Por esta razão, Maria Isaura supôs que a inspiração artística que reconhece uma intenção revolucionária no cangaço e no messianismo deturpa o verdadeiro sentido destes fenômenos sociais: longe de prefigurarem um conflito entre classes sociais opostas, cangaço e messianismo restabeleceriam os laços de compadrio assimétricos, obedecendo uma orientação conservadora-reformista.

Houve, entretanto, sociólogos que contestaram a interpretação de Maria Isaura por considerar que messianismo e cangaço obedecem as razões da luta por terra, sendo por isso movimentos sociais precursores da luta de classes. Faz-se referência a Rui Facó (Facó, 1980), Edmundo Muniz (Muniz, 1984), autores que testemunharam que messianismo e cangaço contribuíram para que se formasse no país um sentimento favorável à reforma agrária.

Ainda que tenham produzido interpretações discordantes de Maria Isaura, cumpre assinalar que também esses autores afirmaram o agir da massa rural como reformista. Se em Maria Isaura o agir camponês não redundava num questionamento da estrutura agrária (Queiroz, 2009), para estes autores, ao contrário, o anseio que motivava tais manifestações sociais era o desejo de democratização do acesso à terra. Entretanto, tal desejo, segundo eles, dirigia-se somente ao latifúndio improdutivo e não contra o direito de propriedade. Por esta razão, messianismo e cangaço foram vistos como movimentos sociais que democratizavam a estrutura fundiária aprofundando a institucionalidade capitalista, obedecendo, por isso, a um intuito reformista.

Deste modo, ainda que haja uma discordância no pensamento social em relação a função social que messianismo e cangaço cumprem, quase unânime é a interpretação de que os camponeses seguem uma orientação reformista. Por esta razão, a comparação da sociologia com a representação literária causa a impressão de que a ficção brasileira, por estar sugestionada pelas visões de mundo do sujeito-artista, apresenta juízos de valor, ao passo que as ciências sociais, pela sua objetividade, difunde juízos de realidade.

A representação literária do messianismo e do cangaço como movimentos sociais revolucionários talvez encontre respaldo na sociologia de Duglas Monteiro (Monteiro, 1974). Duglas Monteiro afirma que por meio da crença na possibilidade de realização do paraíso terrestre, os camponeses elaboraram uma ideia do passado, base indispensável para a demanda uma nova ordem. Por meio da crença messiânica, o passado foi expurgado de suas contradições mediante afirmação do desejo de que

a vida social não mais produza diferenças socioeconômicas entre os indivíduos. Os sertanejos acentuaram os antagonismos entre as classes sociais afirmando novos critérios de hierarquização social que se baseiam no igualitarismo, na fraternidade e no carisma religioso. Estabeleceram uma conexão com o ideal comunista primitivo, espécie de *ethos* sublimado do sertanejo que veio à tona por meio da noção de honra e da hiper-sensibilidade à ideia de injúria, permitindo a condenação das angústias do presente.

Foi fazendo referência a crença na possibilidade de realização do paraíso terrestre que, segundo Duglas Monteiro, o compadrio inter-classe cedeu espaço para o compadrio intraclasse. Os laços de amizade e de batismo transcenderam a esfera doméstica para se firmar somente entre os camponeses, possibilitando uma crítica à ordem social estratificada. Deste modo, a religião rústica incorporou o sagrado no profano, gerando uma aguda contradição com o secular e suas estruturas de dominação. Daí a formação da crença escatológica e adoção de práticas mágico-religiosas que permitiram o reconhecimento da sociedade capitalista como o anti-sagrado e a desordem¹.

Por meio da crença messiânica, o homem rural transformou a linguagem em literatura para dar ênfase ao sentido conotativo e à parábola, uso da linguagem que se contrapõe ao sentido denotativo burguês, que descreve e narra a realidade de forma factual e linear. Por meio desta linguagem, o camponês manifestou seu desacordo em relação à ordem social burguesa.

O autor deixa indicado, então, uma explicação para o fato das ciências sociais terem tido tanta dificuldade em reconhecer a existência de uma orientação comunista igualitarista no messianismo e no cangaço: a linguagem excessivamente denotativa da sociologia impediria o reconhecimento da crítica camponesa à ordem burguesa. Seria esta a explicação das ciências sociais não terem se atentado para a catarse coletiva que pedia por uma nova ordem não baseada na apropriação privada da terra no Sertão.

No artigo, se fará menção a alguns romances da ficção brasileira que direta ou indiretamente ajudam a explicar porque as ciências sociais não reconhecem o anseio igualitarista comunista campesino. Serão destacados alguns romances que, à exemplo do que acontece nas ciências sociais, representam o messianismo e o cangaço como reformistas. Ainda que reconheçam que há, nessas manifestações sociais, um manifestado desejo por melhoria de vida, tais representações literárias não veem estes movimentos sociais como totalmente refratários aos valores capitalistas das classes dominantes. Todavia, sua natureza ficcional ajuda a evidenciar os juízos de valor que

1 Duglas Monteiro supõe que a crença messiânica teve como base a “Histórica de Carlos Magno e os Doze Pares da França”. Chegou a afirmar que toda ordem de reminiscência ou de profecia é sempre mais ou menos barroca. As novelas de cavalaria teriam se tornado uma verdadeira lenda imaginária no Sertão, explicando o ideal cavaleiresco do sertanejo e sua busca por uma ordem social mais justa. Duglas Monteiro não se atentou para o fato de que a gesta carolíngia apenas rompe com os valores das classes dominantes quando ressalta o comunismo igualitarista campesino.

também se fazem presentes na sociologia que atribui um sentido reformista para o messianismo e o cangaço. Ao dar destaque a estes romances, a intenção do artigo é justamente invalidar a interpretação de que o Brasil não é um país historicamente marcado por conflitos disruptivos.

Sendo assim, messianismo e cangaço são retratados como aparecem também na literatura. Esta escolha possui uma razão sociológica: trazer a reivindicação de que os estudos sociológicos não se prendam somente a ocorrência fenomenológica do messianismo e cangaço, mas também pela incidência que possuem nas correntes profundas do inconsciente coletivo. A literatura e as análises sociológicas que supõem que o campesinato como reformista na realidade não se atentam para o igualitarismo comunista presente no seu inconsciente. Por esta razão, no lugar de emitir juízos de realidade, emitem um juízo de valor: a preferência pelo reformismo.

Messianismo e cangaço, quando tratados como expressões do inconsciente coletivo, evidenciam a verdadeira natureza dos conflitos socioeconômicos. A transformação do messias e do cangaceiro em personagens épicos pelas massas camponesas cumpre a função de tornar manifesta o seu apego aos valores comunistas-igualitaristas e crítica que fazem à ordem social que está baseada na apropriação privada da terra e da riqueza.

2 | MESSIANISMO E CANGAÇO NA FICÇÃO BRASILEIRA

Messianismo e cangaço são temas recorrentes na ficção brasileira. No entanto, ainda que este tipo de narrativa tenha sido bastante comum, é preciso escolher, entre os romances, aqueles que elegem o messianismo e o cangaço como elementos fundantes de sua tessitura narrativa. Por esta razão, dar-se-á destaque aos romances de José Lins do Rego, *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953) e de Jorge Amado, *Seara Vermelha* (1946).

Paulo Rónai, no prefácio da sétima edição do romance *Pedra Bonita*², sugere que em José Lins do Rego o cangaço e o messianismo são realidades vividas. Ou seja, ainda que tenha tratado o tema de acordo com a maneira de ver do povo, evitando os valores da civilização do litoral, José Lins do Rego não deixou de apresentar uma explicação para o messianismo e o cangaço pessimista, formada por motivos de temperamento e pelos traumas da infância.

O messianismo é tratado como fanatismo religioso e o cangaço como banditismo rural. Ambos os fenômenos são tidos como decorrência de um ambiente de ignorância e superstição, de misticismo histórico, que se agita com a insurgência do primeiro líder que se arvora em messias. Este seria um traço peculiar ao mundo rural, uma espécie de círculo vicioso, do qual não há saída, a não ser pelo maior desenvolvimento do capitalismo.

2 Edição de 1968.

Conquanto presente o messianismo e o cangaço como um flagelo, Paulo Rónai reconhece em Pedra Bonita como o livro no qual José Lins do Rego mais se aproxima da poesia popular. A principal referência do autor teriam sido as histórias versejadas dos cantores populares. Por esta razão, tal como no cancionário popular, os trechos da narrativa, as falas dos personagens e seus monólogos íntimos são indiferenciados um dos outros. “Para conseguir essa uniformidade o narrador se apaga, faz nos esquecer de sua existência independente. A história parece contar-se por si mesma (...) com todo o colorido da fala popular, cheias de locuções saborosas e expressivas (Rego, 1938, p. XXXIII).

A força da escrita de José Lins do Rego estaria, então, na sintaxe popular, na linguagem que reproduz a oralidade direta e natural do sertanejo. No romance, “determinadas situações suscitam a volta dos mesmos motivos, numa singularidade melódica. Esse ritmo de vaivém reproduzem o halo da poesia primitiva que dá às obras do autor o seu encanto mágico tão inconfundível” (Pág. XXXIV). José Lins do Rego reproduz a épica popular e o seu processo de repetição.

Ao acentuar esse recurso linguístico, José Lins do Rego de certo modo sugere que a causa do fanatismo religioso e do banditismo seria este pendor popular para a poesia, para a musicalidade, para a oralidade e sua tendência para transformar tudo em epopeia. Daí viria a fraqueza do povo diante dos delírios eloquentes dos messias e os recorrentes episódios de histeria coletiva de toda uma região.

Esta explicação para o messianismo já havia sido apresentada por Nina Rodrigues e Arthur Ramos, autores que descontextualizam o fanatismo religioso das suas causas históricas, para alça-lo como um produto de uma loucura coletiva. Nina Rodrigues explica a ocorrência do misticismo pela presença de um louco que com seus delírios versânicos arrasta o povo para a rebeldia pela sugestão (Rodrigues, 1935). Arthur Ramos, por sua vez, considera o fato de a mentalidade popular se encontrar na fase oral da libido, fase na qual se concede um poder mágico às palavras e se acredita na onipotência das ideias (Ramos, 1934). Esta seria a razão da carência popular pela coerência lúcida de uma loucura raciocinante e sua crença na hipóstase da palavra. Seria esta também a explicação para o poder mágico concedido às fórmulas verbais pelo povo e a constante eleição de um pai-totem ou de um líder que se arvora em messias.

Todavia, Nina Rodrigues e Arthur Ramos chamam atenção para as expressões de loucura na mentalidade das classes subalternas com o intuito de caracterizar o potencial de rebeldia presente na religiosidade popular. Chegam a notar a presença de um comunismo primitivo na misticismo, mas por operarem um esvaziamento das causas históricas que são subjacentes a ele, não o reconhecem como expressão das reivindicações de uma classe socialmente desfavorecida que tem o desejo de fundar uma ordem social igualitária. Por esta razão, o veem necessariamente como um irracionalismo, uma patologia social.

José Lins do Rego reproduz essa mesma perspectiva em seu romance Pedra

Bonita ao fazer referência a cultura sertaneja que transforma, pelo uso da palavra, os fatos da vida cotidiana em epopeia, mas sem relacioná-la ao ideal comunista igualitário. Ao fazer referência ao imaginário popular e a sua tendência para versificar e narrar os fatos, o autor não localiza as contradições materiais e econômicas que deflagram o fanatismo (Bronzeado, 1988). Pelo contrário, a concepção de mundo popular torna-se elemento fundante de uma mitologização que impede que os alicerces das relações de dominação e o sistema coronelístico sejam questionados. Essa mitologização reproduz o discurso paternalista das classes dominantes, camuflando as reais causas da desigualdade do mundo rural.

É que, ao contrário do que supõe Paulo Ronái, José Lins do Rego reproduz a visão de mundo do sertanejo, mas faz do narrador o sujeito da anunciação de sua história. É o narrador quem se encarrega de dar voz aos personagens, dissimulando ou revelando os pensamentos deles, dando ênfase ou minimizando os eventos tematizados. É ele quem recorta, silencia, e matiza os elementos a partir dos quais o texto vai sendo construído, dispondo, enfim, dos princípios de valor anunciados na narrativa. Ou seja, a legitimação do popular em Pedra Bonita acontece por meio da interferência do narrador. Este se apresenta como uma consciência agenciadora que operara na consciência do dominado uma naturalização das relações de patronagem.

À semelhança do que ocorre em Pedra Bonita, em Cangaceiros, a invulnerabilidade do cangaceiro se calca numa ordem mágica e mítica que se subordina à concepção de mundo cristã e burguesa da camada dominante. É que José Lins do Rego faz do cangaço um movimento social que, embora satisfaça em certa medida os ressentimentos dos humildes, reproduz os padrões ideológicos da classe dominante. O cangaço reproduziria um meio de vida peculiar ao meio rural, local onde impera as relações de patronagem³. José Lins do Rego ressalta os vínculos de aliança que existem entre os camponeses e os fazendeiros para representar o cangaço como um protesto facilmente cooptável pelo jogo de interesses dos potentados rurais.

Pode-se dizer que o não reconhecimento do potencial de rebeldia veiculada religiosidade popular e pelo cangaço é uma das marcas também das ciências sociais brasileiras. No pensamento social, também está presente a ideia de que a classe subalterna é facilmente absorvível pelos laços de dependência pessoal assimétricos que fundamentam o mandonismo e o coronelismo (Queiroz, 1976).

Por sua vez, Jorge Amado, em Seara Vermelha, faz referência aos fenômenos do messianismo e do cangaço, para considerá-los como movimentos sociais que são decorrentes da miséria e da fome e que traduzem uma primeira tomada de consciência da vida de injustiça que os camponeses levam. Ainda que faça este reconhecimento, o

3 De forma análoga, José Américo de Almeida no seu romance, Coiteiros (1935), faz alusão à relação de dependência que havia entre os cangaceiros e os fazendeiros ao afirmar que a lei da hospitalidade era uma lei sagrada no Sertão. Com isso, ele sugere que tanto o sertanejo como o coiteiro eram prisioneiros do conceito de honra, principal explicação para o fenômeno do cangaço. A busca pela conquista da dignidade geraria o cangaceiro e busca pelo respeito a palavra dada, o coiteiro. Por meio dessa aliança, o cangaço se abastecia de víveres e armamento, perdurando no tempo.

cangaço não deixa de ser interpretado por Jorge Amado como um banditismo vingador que rouba, mata e estupra. Os cangaceiros seriam bandidos sem alma, jagunços que matam e que roubam por serem crédulos e confiantes de que a injustiça vai deixar de imperar no Sertão. São tidos como bandidos que se movem pelo sentimento de injúria e de honra, que agem em vingança a uma tomada de terras ou em resposta ao assassinato de um parente normalmente executados a mando de um coronel, mas que praticam crimes terríveis indistintamente contra pobres e ricos. Seria justamente o sentimento de honra e de injúria que os faria raivosos e odientos. Por esta razão, o cangaço é tido como um protesto facilmente absorvível pelo jogo de interesses dos potentados rurais. Apesar de chamar atenção para os vínculos de aliança existentes entre os cangaceiros e os fazendeiros, Jorge Amado supõe que o cangaceiro não possui como ideal de vida ganhar dinheiro ou se tornar fazendeiro, pelo contrário, sua motivação seria a recuperação da honra lesada e a retaliação a uma injustiça sofrida.

Do mesmo modo que José Lins do Rego, Jorge Amado ressalta a indistinção que os cangaceiros faziam entre ricos e pobres. Este em nada se assemelharia ao Robin Hood. Afinal, as vítimas dos cangaceiros seriam também os camponeses e não apenas os fazendeiros. O autor fazia questão de ressaltar as alianças que se estabeleciam entre coiteiros e os cangaceiros que obedeciam ao intuito de tirar terras dos camponeses. Mas não nega que o cangaço e o messianismo surgem quando o direito de propriedade deixou de ser reconhecido. Deste modo, Jorge Amado chega a reconhecer a existência de um comunismo igualitário campesino, mas o declara como uma revolta instintiva e inconsciente.

Ao mesmo tempo, concebe as prédicas messiânicas como uma alienação na qual não se distingue a realidade da imaginação. “O messianismo seria produto de uma superstição que rapidamente se alastrava pelo sertão nordestino. Esta era, assim como o banditismo social, uma revolta sem direção contra a vida de injustiça que os camponeses levam. Ali, na caatinga, a revolta contra a fome levava os homens ao cangaço ou ao misticismo desesperado” (Amado, 1946: p. 294). É que, segundo ele, os sertanejos são guiados por um certo sentimento de honra difícil de ser traduzido nos padrões da civilização cristã e burguesa, por isso, suas revoltas seriam instintivas e anárquicas.

Jorge Amado afirma em *Seara Vermelha* o messianismo e o cangaço como brotos de dor que apenas geram frutos se orientados por uma ideologia comunista moderna. Segundo ele, é somente assim que os camponeses compreendem mais claramente suas reivindicações, permitindo que os cangaceiros e beatos deem lugar a movimentos mais efetivos de luta pela terra⁴. O partido comunista é alçado a “uma luz que ilumina, abre um clarão nos olhos da gente que lavra no escuro” (Amado, 1946: p. 341).

Jorge Amado repete, então, a perspectiva ocidental que marca as ciências

4 “Os beatos e cangaceiros acabarão no dia em que os sertanejos tiverem consciência política” (Amado, 1946: p. 340)

sociais brasileiras. Ao mesmo tempo em que reconhece a presença de um comunismo igualitário nas sublevações camponesas, o escritor as caracteriza como demasiadamente instintivas e inconscientes. Subjacente a esta interpretação, está a ideia de que as subversões camponesas seriam facilmente cooptáveis por lideranças demagógicas que, ao prometerem mudanças disruptivas, irrealizáveis politicamente, impedem o campesinato de se adequar aos preceitos burgueses (Cardoso, 1975).

Vale dizer que este modo de ver o messianismo e o cangaço ganha uma descrição sociológica na obra de Maurício Vinhas de Queiroz (Queiroz, 1966). Para este autor, o messianismo seria uma revolta alienada, sobretudo, quando há agravamento ou a cronicidade de seu radicalismo religioso e político. A ideia camponesa de que estava prestes a se fundar nova ordem social fundada baseada na justiça, na fraternidade e no igualitarismo comunitário, sofreria, pelo seu próprio radicalismo, um constante adiamento. Ou seja, embora estivesse se formando no sertão uma nova religião na qual o Deus do fazendeiro dava lugar ao Deus sertanejo, a recusa do direito de propriedade impedia que o movimento social tivesse uma efetiva incidência na vida prática. A radicalidade da crença messiânica suscitava paradoxalmente o conformismo e o ajustamento em relação ao *status quo*. Daí Moisés Vinhas de Queiroz julgar a necessidade de que o radicalismo camponês fosse amenizado, que o movimento se secularizasse e sua subordinasse ao ideal comunista moderno para que pudesse trazer maiores consequências para a vida prática. Em outras palavras, para que suscitasse a adequação camponesa aos valores burgueses.

A perspectiva reformista inscrita nas ciências sociais brasileiras se evidencia pelo descompasso existente entre o ideal de reforma agrária mobilizado pelo partido comunista e o ideal de revolução agrária mobilizado pelos camponeses (Martins, 1983). Enquanto o PCB orienta-se por um sonho socialista que é decorrência de uma longa etapa de modernização burguesa e que não tem pretensão de realizar historicamente o comunismo igualitário, os camponeses se mobilizariam pelo anseio de uma revolução social disruptiva de subversão imediata da ordem capitalista. Enquanto a ala mais esquerdista do PCB, embora se voltasse contra o latifúndio improdutivo e defendesse a necessidade da reforma agrária, não refutou o direito de propriedade (Santos, 2007), a ala mais conciliadora não encampou nem mesmo a bandeira da reforma agrária; concebeu uma revolução democrático-burguesa pelo alto, atentando somente para as demandas mais imediatas dos assalariados rurais que são mais compatíveis com os ideais burgueses (Santos, 2007b). Sendo assim, de um modo geral, o PCB preconizou uma solução para os problemas agrários não-essencialmente camponesa.

A luta pela terra camponesa, ao contrário, não obedece aos preceitos burgueses e nem é etapista; pede a passagem direta para o socialismo por questionar o direito de propriedade (Martins, 1991). As revoltas camponesas ocorridas até 1950 são expressões de um comunismo igualitário genuíno que não teve maiores consequências políticas justamente porque houve esse descompasso entre os grupos de mediadores e a luta pela terra camponesa.

Deste modo, o romance de Jorge Amado, ao defender a necessidade de tradução dos anseios camponeses na moderna ideologia comunista que o PCB adotava reproduz a perspectiva reformista inscrita nas ciências sociais. Veicula a ideia de que o igualitarismo comunista camponês é um sonho utópico e inconsequente politicamente.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, tanto José Lins do Rego como Jorge Amado afirmam o caráter reformista-conservador do messianismo e do cangaço. Convém notar, entretanto, que alguns romances da moderna ficção brasileira fazem referência ao messianismo e ao cangaço, mas para retratá-los como estão representados no inconsciente coletivo popular, isto é, como movimentos sociais revolucionários. A própria Maria Isaura reconhece que o messianismo e o cangaço cumprem uma função revolucionária quando convertidos em símbolos nacionais. Messianismo e cangaço, na condição de emblemas, permitem que a perspectiva socioeconômica ganhe acentuação no imaginário popular, correspondendo a uma tomada de consciência das injustiças. Seria na condição de símbolo que o messianismo e o cangaço traduziriam o comunismo primitivo que orienta os camponeses. Todavia, quando se detém ao fenômeno histórico do messianismo e do cangaço, Maria Isaura afirma sua tese de que os impulsos revolucionários que estes movimentos sociais apresentam são antes ilusórios do que real. Na sua ocorrência histórica, tais fenômenos não faziam jus às razões de ordem socioeconômica, mas aos laços de compadrio que se estendiam de alto a baixo da estrutura social, obedecendo, por isso, a um impulso reformista-conservador.

Pode-se dizer que os romances de José Lins do Rego e de Jorge Amado aqui aludidos, quando fazem referência ao messianismo e ao cangaço, negam que as correntes profundas do inconsciente popular se traduzem pelo comunismo-igualitarista e pelo ideal de que as mudanças sociais sigam um ímpeto revolucionário. O primeiro, ao afirmar que os sertanejos estão sujeitos a uma consciência agenciadora que naturaliza as relações de patronagem. O segundo, por afirmar que o messianismo e o cangaço, por serem guiados por um ímpeto revolucionário demasiadamente instintivo e radical, acabam por impedir os camponeses de adotarem os valores burgueses e a de acomodarem a ordem social burguesa, cumprindo, por isso, uma função conservadora.

Esse modo de representar o messianismo e o cangaço foi embasado pelas ciências sociais que elegem a modernidade ocidental como paradigma. No Brasil, tal perspectiva uniu liberais e comunistas em torno da ideia de que a institucionalidade capitalista era inexorável. Não deixa de ser curioso notar que as ciências sociais que se dedicam às correntes do inconsciente popular ou à lenda imaginária do Sertão e que atestam a existência de um comunismo igualitário tenham perdido espaço para uma sociologia de caráter descritivo e empírico, dedicada apenas a

observação fenomenológica dos movimentos sociais messiânicos e do cangaço e de suas aspirações mais imediatas. Há que se considerar se este fato talvez evidencie a rendição das ciências sociais e do esquerdismo brasileiro ao ideal reformista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. Paraíba: Edições Aquarius LTDA, 1817.

AMADO, Jorge. Seara Vermelha. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

BRONZEADO, Sônia Ramalho de Farias. *Messianismo e cangaço na ficção nordestina: análise dos romances Pedra Bonita e Cangaceiros, de José Lins do Rego, e A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna*. Tese (doutorado)- Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

HOBBSBAWN, Eric. *Rebeldes Primitivos: estudo sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX y XX*. Barcelona: Editora Ariel S. A, 1983.

MARTINS, José de Souza Martins. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MONTEIRO, Duglas. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo, Duas Cidades, 1974.

MUNIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. Rio de Janeiro: Elo Ed., 1987.

JÚNIOR, Caio Prado. A revolução agrária não-camponesa [1966]. In: SANTOS, Raimundo (org). *Caio Prado Jr: dissertações sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

PEREIRA, João Baptista Borges. *Messianismo e milenarismo no Brasil*. PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma nova interpretação do Brasil: A contribuição de Roger Bastide à sociologia brasileira. São Paulo: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, s/p., Nº 20, 1978.

_____. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. *Historia y etnologia de los movimientos mesiánicos*. Reforma y revolución em las sociedades tradicionales. México, Siglo XXI Editores, S.A, 1969.

_____. *Images messianiques du Brésil*. Guernavaca, México: SONDEOS (Una coleccion de studios sobre el fenómeno religioso en America Latina), Nº87, 1972.

_____. Notas sociológicas sobre o cangaço. São Paulo: *Ciência e Cultura*, USP, p.495-516, Nº 27, 1975.

_____. *O messianismo no Brasil e no mundo* [1965]. São Paulo: Alfa-Omega, 1976a.

_____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976b.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976c

_____. Uma categoria rural esquecida [1963]. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI,

Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). *Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, V.1, 2009.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

QUEIROZ, Raquel. *Lampião: drama em cinco quadros*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: ethnografia religiosa e psicanalyse*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1934.

_____. *Notas psicológicas sobre a vida cultural brasileira*. In: MENEZES, Djacir (org). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura; Ministério da Educação e Cultura, 1972.

_____. *Estudos do folk-lore*. Definições e limites: teorias de interpretação. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do estudante do Brasil, s/d.

_____. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do estudante do Brasil, s/d.

_____. *Introdução à antropologia brasileira: as culturas indígenas*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do estudante do Brasil, s/d.

REGO, José Lins do. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

_____. *Cangaceiros*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

ROLIN, Francisco Cartaxo. *A dicotomia sagrado e profano e o messianismo escatológico*. Caderno do ICHF, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, nº36, novembro de 1990.

WEGNER, Robert. O sentimento de reforma agrária no pensamento social brasileiro. In: STARLING, Heloisa; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs). *Utopias Agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

RAIMUNDO, Santos. *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007a.

____ (org.). *Caio Prado Júnior: dissertações sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense/ Fundação Astrojildo Pereira, 2007b.

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea.
Cuiabá/MT.

Anderson Przybyszewski Silva

Sub Ten. da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT)
Cuiabá/MT.

RESUMO: As feiras fazem parte do cotidiano do brasileiro e seu espaço social é frequentemente criado em um lugar, espaço e tempo. Este artigo apresenta a feira do Jardim Imperial, na cidade de Cuiabá, no estado do Mato Grosso, o entorno de seu espaço, assim como seus significados. Essas facetas entrelaçam uma rede de interpretações sociológicas, uma vez que alguns condomínios fechados, próximos, criaram o hábito de ter sua própria feira, produzindo, assim, um desequilíbrio social baseado em uma perspectiva sociológica. Os principais aspectos da feira também são estudados para apreender de que maneira ela é vivenciada e consumida por seus transeuntes. A metodologia é orientada por abordagens sociológicas, entrevistas, conversas informais, além de abranger as subjetividades e interações sociais que podem ser problematizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Feira. Consumo.

Subjetividades. Transeuntes.

ABSTRACT: The fairs are part of the Brazilian's daily life and the its social space is frequently created in a place, space and time. This paper presents the fair of the Jardim Imperial, in the city of Cuiabá, in the state of Mato Grosso, the surroundings of its space, as well as, its meanings. These facets interlace a network of sociological interpretations, since some closed condominiums which are nearby, created the new habit of having their own fair, therefore, producing a social imbalance based on a sociological perspective. The main aspects of the fair are also studied in order to apprehend in what way it is experienced and consumed by its passersby. The methodology is guided by sociological approach, interviews, informal conversations, besides of covering the subjectivities and social interactions which may be problematized.

KEYWORDS: Fair; Consume; Subjectivities; Passersby.

1 | INTRODUÇÃO.

Todas as sextas-feiras acontece a feira livre na avenida principal do bairro Jardim Imperial, em Cuiabá/MT. Devido ao meu trilhar sociológico e ao meu *fazer nada* nessa feira, foi

possível explorar os caminhos entre a rotina e a ruptura da vida social desse evento.

Para que a realização da feira ocorra, por volta de 16 horas das sextas-feiras se inicia a transformação das atividades da avenida e começam a ser instaladas as primeiras barracas. Nessa fase, a avenida se torna heterogênea, pois no mesmo espaço social são aceitos: barracas, tráfego de veículos, clientes, feirantes, moradores e comércio.

Já por volta de 16h40min, de 3 a 4 cones são colocados em cada esquina da feira e instantaneamente o tráfego de veículos é bloqueado e irrompe o desequilíbrio social. PAIS (2002, p. 30) afirmou que:

No cotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Então o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada se parece passar. Mas só interrogando as modalidades através das quais se passa o cotidiano – modalidades que caracterizam ou representam a vida passante do cotidiano – nos damos conta de que é nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, no nada de novo do cotidiano, que encontramos condições e possibilidades de resistência que alimentam a sua própria rotura.

Para o autor, a resistência é o propulsor do rompimento da vida social. Talvez seja por esse motivo que a resistência dos feirantes em não aceitar alterar a localização da feira tenha provocado uma onda de reclamações por parte da associação dos moradores.

Aqui é necessário um parêntese: em um raio de aproximadamente 5 km da feira se localizam seis condomínios fechados, dentre eles, três condomínios criaram a sua própria feira – fenômeno que denominei neste artigo de “a domesticação” da feira. Porém, este trabalho será composto da pesquisa na feira livre e em somente um dos condomínios dentre os que foram adeptos a criação da feira interna.

A criação da feira interna é um fenômeno sociológico. Segundo PAIS (2002, p. 52) a sociologia vê-se fortemente incitada a explorar o ponto de vista da desordem. Compartilho a ideia do autor tendo em vista que tudo o que se passa no cotidiano geralmente é rotineiro. Assim, a ideia de rotina é paralela com a de cotidianidade e manifesta o hábito de fazer as coisas sempre da mesma maneira, por recurso a práticas constantemente contrárias à inovação.

PAIS (2002, p. 30) ainda faz uma importante afirmação ao descrever as características do cotidiano:

É certo que, considerado o ponto de vista da sua regularidade, normatividade e repetitividade, o cotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades. A rotina é, aliás, um elemento básico, das atividades sociais do dia a dia. Neste sentido, o conceito de rotinização reporta-se à prevalência de determinadas formas de conduta sustentadas por uma segurança ontológica, isto é, por uma confiança ou certeza de que a realidade é o que ela aparenta ser.

As rotas do cotidiano por mais banais e frívolas que sejam, são passíveis de problematização sociológica – assim, vai-se justamente em busca das margens do

cotidiano da feira e dos transeuntes e coloca-se no epicentro deste artigo. A criação da feira interna é tão banal para este pesquisador como um pacotinho de açúcar foi para PAIS (2009) na obra “Um dia Sou Turista na Minha Própria Cidade”.

Destaca-se, ainda, o modo como os indivíduos ou grupos consomem sociologicamente a feira livre e a feira interna que são criadas em determinado espaço, tempo e lugar. O consumo sociológico não se trata somente de aquisição, troca ou compra de produtos e serviços, e sim, do consumo pautado nas subjetividades dos indivíduos ou de grupos, dos quais cito como exemplo: consumo verde; fitness; gourmet; Instagram; Facebook; animal e outros, sendo que estes tipos foram elencados pelos discentes que foram meus colegas da disciplina Cotidiano e Atual do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso -

Segundo CERTEAU (1998, p. 41) existem mil maneiras de “fazer o cotidiano” e essas práticas são constituídas pelos usuários que se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. Dessa maneira, a avenida se transforma em feira livre e o condomínio fechado se torna “aberto” para receber a feira interna e assim permitir a reapropriação do espaço antes exclusivo, reservado, seletivo. Ainda segundo o autor, são essas práticas que alteram o funcionamento do cotidiano constituído por uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano.

2 I DAS REGRAS ÀS TRANSGRESSÕES DA FEIRA LIVRE.

A feira livre do bairro Jardim Imperial é ordenada por uma pessoa que recebeu essa atribuição há pouco tempo, tendo em vista o falecimento do seu pai. Conforme seu Markinho da barraca de Milho e Cural a feira possui regras que regulam e determinam os espaços que serão ocupados pelos feirantes – o termo feira livre talvez nos leve a uma interpretação equivocada de um local ausente de normas e regulamentos.

O espaço permitido para a criação da feira é limitado e somente são aceitos os feirantes que detêm o direito de ocupar aquele espaço pré-determinado e conseqüentemente estão submetidos às regras e a seus regulamentos. Entretanto, CERTEAU (1998) afirma que os indivíduos, ainda que se vejam enquadrados por regras, refletem, em suas condutas, trajetórias indeterminadas e heterogêneas, Assim, o indivíduo segue o caminho do seu próprio interesse de desejo que circula em um constante vai e vem transbordando e desviando-se das normas impostas pela lógica de qualquer sistema.

Em outro contexto, a dimensão da feira livre transbordou os limites do espaço social consumido despertando a atenção do setor bancário e sendo, também, alvo de políticas públicas.

No ano de 2013, a Prefeitura de Cuiabá utilizou do discurso de que as feiras livres precisariam ser regulamentadas, revitalizadas, organizadas e que oferecessem segurança. Os feirantes foram informados que deveriam fazer seu cadastramento para continuar a exercer a sua profissão – no bairro Poção a maioria dos feirantes foram cadastrados. Além disso, também foi fomentada a ideia de que a prefeitura garantiria infraestrutura as feiras livres da cidade.

Dentre as mudanças estruturais, a prefeitura tinha como planejamento próprio padronizar as barracas e uniformes, mas ainda bem que a prefeitura, como é de praxe, ficou somente no discurso, pois, se assim não fosse, chegar à feira livre seria como adentrar em um supermercado com funcionários uniformizados, barracas idênticas e talvez, por que não, com os preços pré-determinados e os produtos separados por gênero alimentício. Sociologicamente, se porventura fosse efetivada a alteração do *habitus* da feira livre, ela poderia se transformar em uma apresentação de fachada falsa, que dissimula, engana e trapaceia, sendo perceptível a discrepância entre as aparências alimentadas e a realidade (GOFFMAN, 2002).

Mas, afinal, quem detém o poder para regular a feira se ela é livre? A feira livre terá seu atendimento melhorado após se adaptar às normas do poder público? Quem são os feirantes? O setor bancário conhecido pela formalidade, pelos regulamentos e pela padronização está interessado na feira livre? Por fim, a feira livre é feita para quem?

3 | A CONSTITUIÇÃO E O CONSUMO DA FEIRA LIVRE.

Tendo em vista o meu fazer nada sociologicamente falando, estimo que a feira livre possui por volta de cinquenta a sessenta barracas no espaço destinado aos feirantes que possuem a permissão para ocupá-los. Entretanto, a feira livre não altera somente o espaço ocupado. Temos como exemplo o fato de que somente no dia de feira o estacionamento da igreja é cobrado e o preço é de cinco reais por automóvel. Além disso, antes do início da feira, as pessoas que não possuem direito de ocupar os locais destinados às barracas improvisam em seus carros, barracas pequenas ou usam o chão mesmo para vender produtos ou serviços, por exemplo, plantas, TV por assinatura, consórcio, título de capitalização, tapetes. Geralmente, esses vendedores não comparecem todas as sextas-feiras, como fazem os feirantes.

Por volta das 17 horas se inicia o congestionamento na avenida paralela à feira livre, o que causa um transtorno para os moradores da região sendo que o fluxo de carros duplica nos dias da feira, bem como o fluxo de pessoas que consomem a feira direta ou indiretamente.

A feira livre possui diversas opções para seus frequentadores: alguns levam as crianças para se divertir nos brinquedos, carrinhos elétricos, pula-pula, escorregador, carrossel; há um carrinho que vende peixe em frente da barraca de curau e milho,

logo adiante tem um músico, continuando você encontra a barraca de pastel e suco, o espetinho, o caldo de cana, roupas, CD, DVD, jogos para videogame, relógios. Assim, a estrutura física informal é uma das características que constituem a feira livre sem que o espaço seja ordenado por símbolos que segundo PAIS (2006) têm esse poder de estruturar a imaginação e proclamar ou emoldurar a desordem, assim como a ordem, invocando um excesso de significantes.

O consumo da feira livre não se resume somente aos transeuntes que buscam produtos e serviços nesse espaço social, pois o campo social transborda além dos limites das feiras, por exemplo, as distribuidoras de bebidas no dia de feira se tornam pontos de encontro e inúmeros jovens, ao longo da avenida, se reúnem para conversar e se divertir. Destaca-se que a reunião desses jovens em um ponto determinado da avenida ocorre somente as sextas-feiras como se a feira livre fosse um palco e os jovens os espectadores. Já na feira interna, por sua vez, não encontrei nenhuma reunião ou encontro similar, o que confirma o conceito de GOFFMAN (2002, p. 29) pelo qual podemos classificar a feira interna como uma fachada que de forma consciente ou inconsciente é empregado pelo indivíduo durante sua apresentação. Além disso, ainda segundo o autor, o cenário permanece na mesma posição, geograficamente falando, “exceto em casos excepcionais em que o cenário acompanha os atores, por exemplo, em enterro, paradas cívicas e nos cortejos irrealis de reis e rainhas”. Aprofundando-se nesse conceito percebo que as feiras internas criam um cenário de fachada com atores que são na maioria as mesmas pessoas e se tornam também espectadores. Assim, apesar da feira livre e a feira interna estarem próximas uma da outra geograficamente no bairro Jardim Imperial o deslocamento do cenário não acompanha o *habitus* social, o que confirma a afirmação de PAIS (2002, p. 34) de que as rotas do cotidiano não obedecem a uma lógica de demonstração, mas antes a uma lógica de descoberta na qual a realidade social se insinua, conjectura e indicia.

Assim, trazer à tona a feira livre é também falar sobre a vida cotidiana, sobre a qual PAIS (2002, p. 76) afirmou:

“a vida cotidiana não se constituiu num objeto único por qualquer sistema conceitual, teórico, coerente e próprio, apesar de ser essa imagem distorcida que é imposta, orientando reivindicações, atitudes e discursos. Em outro contexto, o cotidiano é um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam”.

Retornando para a pesquisa *in loco*, certo dia fui diretamente do trabalho para a feira livre no meu vadiar sociológico. Ao estacionar o carro na avenida paralela, comecei a observar um senhor de óculos escuros com uma agenda na mão andando lentamente e fazendo anotações. Então resolvi me aproximar e me identifiquei como pesquisador e ele prontamente aceitou em conversar informalmente. O Senhor Silval frequenta a feira livre há pouco mais de dois anos, ele adora tomar cerveja e fazer

novas amizades e contar e ouvir muitas histórias de vida. Ele me informou que sua filha e seu neto moram com ele há muitos anos e que devido à dificuldade da filha de encontrar emprego, ela está querendo produzir salgados e vendê-los na avenida nos dias de feira. Entretanto, Silval afirmou que ele gosta mesmo é de ir à feira para ver as pessoas, a movimentação e conversar. Acrescentou que geralmente seu neto é que vai à feira para comprar frutas e verduras – no dia em que o encontrei, ele tinha resolvido fazer uma pesquisa de preços para ajudar a filha a calcular o valor dos salgados.

Retomando a ideia do consumo da feira, como escrito anteriormente, este vai além da busca de produtos ou serviços e conhecer o senhor Silval me levou a várias reflexões sobre a encruzilhada de possibilidades que levam o indivíduo a ir para a feira livre, por exemplo, quando Silval afirmou “muitas vezes vou andar na feira”. Assim, PAIS (2002, p. 112) traz outra afirmação imprescindível para a compreensão da sociologia do cotidiano: “se são possíveis várias definições do cotidiano, é porque sobre o cotidiano é possível deitar vários olhares”.

Por outro lado, é importante também trazer à baila os contextos em que os indivíduos estão inseridos e conseqüentemente aparecem associados a normas que integram sistemas de representações sociais ou de significados compartilhados. Entende-se que a vida cotidiana e as normas são correlacionadas não sendo aspectos excludentes uma da outra, mas sim, complementares. Vejamos a análise de PAIS (2002, p. 132):

Por normas podemos entender as diversas maneiras de agir consolidadas pelo uso, pelos costumes. Tomada como tipo, uma norma não se reconhece apenas pelo seu uso habitual, mas pelo seu uso quase obrigatório. A vida cotidiana seria impossível se os indivíduos não deitassem mão de signos preestabelecidos, se não compartilhassem determinadas representações sociais, significados ou regras de comportamento. Se um indivíduo quiser fazer entender, não tem outro remédio senão socorrer-se do sistema da língua, da mesma forma que ao circular em uma cidade se vê obrigado a contar com as disposições das ruas.

Com base na afirmação acima e fazendo uma reflexão sociológica em relação à feira livre – imaginamos a feira livre com cada barraca oferecendo um tipo de produto ou serviço de uma cultura específica de uma região e ainda utilizando para a comunicação sua língua nativa. Ao desmembrar o contexto dos indivíduos como seria essa feira? Como desvendar o sentido de uma feira onde o contexto está separado dos seus indivíduos?

Assim, é necessário que as condutas comportamentais dos indivíduos seja, fluidas como as águas de um rio, mas é um fluir de normas, de representações sociais, e de significados compartilhados. Nas condutas da vida cotidiana o fluir também é a sociedade sob a forma de cultura interiorizada através dos mais diversificados processos de socialização (PAIS, 2002).

4 | A FEIRA INTERNA.

A priori, esclareço que o termo *feira interna* neste artigo se refere a uma ocupação do espaço social em que, devido ao fato de os condomínios fechados terem como característica serem fechados, restritos, seletivos buscam domesticar a feira livre para o seu domínio.

Nos rastros da feira interna é perceptível um espaço de fachada. Assim, emprestando a definição de PAIS (2002) os feirantes são atores colocados em um contexto em que não se associam com o espaço social ocupado. Talvez, em uma análise superficial, a criação da feira interna nos condomínios fechados tenha sido justificada pela ideia de que aquilo que é da rua pode vir a ser perigoso – o senso comum relaciona o estereótipo do perigo, da falta de segurança e da falta de higiene às ruas. Mas, porque o condomínio fechado busca domesticar a feira livre?

Resta esclarecer que a feira interna citada neste artigo é criada na frente da entrada principal de um condomínio fechado. Entretanto, em que pese estar do lado externo dos muros e das grades do condomínio, a rua em frente ao condomínio também é seu território, uma vez que o fluxo de carros e transeuntes nessa rua é geralmente de moradores ou visitantes para acessar o condomínio. Outro aspecto relevante é que a feira interna é acessível para qualquer indivíduo não sendo exclusiva para os moradores do condomínio – mas o que despertou a atenção foi o fato de que, nos trinta minutos que permaneci lá, fui o único que não era morador do condomínio. Na quinta-feira seguinte retornei à feira interna e fiquei atento novamente à trajetória das pessoas e percebi que o fluxo de pessoas ocorre em grande parte do condomínio para a feira e da feira para o condomínio. Fui, novamente, o único a percorrer o trajeto da avenida pública para a feira e vice-versa, no instante em que o fiz.

Assim, a criação da feira interna pode ser considerada um desvio que não é apenas tomado no sentido de interrupção e afastamento de um caminho mais tranquilo, mas será também no da renovação e reelaboração, tornadas possíveis pelo brusco desvio. A sociologia da vida cotidiana permite acessar os aspectos frívolos das interações sociais, segundo PAIS (2002, p. 48) “a sociologia da vida cotidiana é, sobretudo, uma sociologia dos lugares sociais da produção de sentido comum”.

Em relação à estrutura da feira interna, esta é constituída por duas barracas de frutas e verduras, um carrinho de suco natural e outro de caldo de cana e, às vezes, são colocados de dois a três brinquedos pequenos, por exemplo, pula-pula para as crianças. O fluxo de pessoas é em torno de dez a quinze pessoas nos minutos que estive lá com uma rotatividade muito pequena – em relação aos preços dos produtos tentei negociar várias vezes, mas o atendente falou que o preço é padrão. A feira que possui em sua essência justamente essa abertura para negociação, mais popularmente conhecida como pechincha, se mostrou, na feira interna, menos comum ou até mesmo inaceitável.

Por fim, fazer sociologia do cotidiano é desenvolver essa capacidade de “*flâneur*,

de passeante ocioso: daquele que passeia por entre a multidão, misturando-se nela, vagueando ao acaso, sem destino aparente, no fluxo e refluxo das massas de gente e acontecimentos”, PAIS (2002, p. 55).

5 | CONCLUSÃO.

A sociologia do cotidiano permite estudar todos os aspectos sociais dependendo do ângulo e do olhar lançado. A feira livre faz parte da nossa sociedade há muitos anos e a feira interna baseada no espaço, tempo e lugar desta pesquisa surgiu logo após a inauguração de vários condomínios fechados adjacentes ao bairro Jardim Imperial. Mas, será que a feira livre onde os corpos se misturam entre si, sejam eles advindos das ruas, de casas, do bairro, dos condomínios é perigoso? A feira interna é um fenômeno ou uma necessidade social? Quem são os transeuntes que percorrem essas feiras? Sociologicamente, tendo em vista a existência da feira livre, qual a necessidade que levou à criação da feira interna?

Ainda segundo PAIS (2009) no artigo Um Dia Sou Turista na Minha Própria Cidade, prestes a fazer um seminário na cidade de Braga, o autor resolveu tomar um café e refletir sobre o que diria na palestra, quando viu um pacote de açúcar com a seguinte inscrição “Um dia sou turista na minha própria cidade” e, a partir daí, iniciou a problematização sobre a luta contra o tempo dos indivíduos ou, ainda, segundo o autor, quando ouviu de um amigo o provérbio português “da Espanha nem bom vento nem bom casamento” e percebeu que o mesmo não trata de condições climáticas e sim de prestígio para o homem português com mulheres fiéis e dóceis da sua terra que, por outro lado, satisfazem e prestigiam-se à custa das perversas e tentadoras espanholas. Assim, a sociologia da vida cotidiana percorre becos, ruas paralelas, desvios e não estradas retas e sem fim, as margens são trazidas para o centro dos estudos sociológicos e não menosprezadas por mais afastadas que estejam.

Retornando para o objeto desta pesquisa, a feira livre e a feira interna possuem, cada uma, suas particularidades, mas não se pretendeu fazer uma comparação entre elas ou mesmo encontrar respostas que pudessem justificar a sua existência ou criação – talvez essas respostas sequer existam. Uma vez que, segundo PAIS (2002) é justamente nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, que é possível encontrar possibilidades e condições que retroalimentam sua própria ruptura.

Assim, a feira livre é consumida por todo o seu entorno social seja ele os moradores, comerciantes, igrejas, transeuntes, viajantes, jovens, enquanto a feira interna é consumida pelas pessoas que geralmente percorrem somente um único caminho do condomínio para a feira e pelo mesmo caminho retornam para o condomínio. Já na feira livre, os indivíduos chegam e saem por todos os lados, em um infinito de becos e desvios que os trazem e levam.

Por sua vez, a feira interna em um dos condomínios fechados oferece o serviço de entrega na residência não sendo preciso sequer se deslocar até a feira interna podendo solicitar a encomenda por telefone. Mas, se a feira livre constituída nas ruas é perigosa porque domesticá-la?

Os indivíduos da feira interna ocupam uma região de fachada que, segundo as afirmações de GOFFMAN (2002) pode ser vista como um esforço para dar a aparência de que sua atividade nessa região mantém e incorpora certos padrões.

Por fim, a feira livre e a feira interna são espaços de riqueza sociológica, nelas é possível compreender categorias de consumo de serviços, produtos ou mesmo o consumo do espaço social produzido em um determinado espaço e tempo, fluxo de transeuntes, isto é, categorias que se baseiam em relacionamentos sociais que dão ao espaço das feiras uma dimensão simbólica.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

GOFFMAN, E. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis: Ed. Vozes 2002.

PAIS, J. M. **Sociologia da Vida Quotidiana**. Teoria, métodos e estudos de caso. Ed. Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

PAIS, J. M. **Um Dia Sou Turista na Minha Própria Cidade**. Cidades – Comunidades e Territórios. Jun/2009, nº 18, pp. 29-40.

PAIS, J. M. **Nos Rastos da Solidão**. Deambulações sociológicas. Porto: Ed. AMBAR, 2006 – 2ª Edição.

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara

Universidade da Amazônia (UNAMA)

Belém - PA

David das Neves Aires

Universidade da Amazônia (UNAMA)

Belém - PA

Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

Universidade da Amazônia (UNAMA)

Belém - PA

RESUMO: Buscamos alcançar o melhor que a ilha do Marajó localizada no estado do Pará possui, sua peculiaridade cultural, terra do premiado escritor Dalcídio Jurandir, sua complexidade nos impede de alcançar todas as suas particularidades, pois tem muito mais a oferecer do que os nossos olhos podem vê. Esta tão bela ilha é predominantemente marcada por hidrovias o que dificulta o acesso desta população as políticas públicas, necessitando um olhar pluralista visando à subjetividade social, cultural e econômica marajoara, tornando-se historicamente abandonada pelo poder público esta região se destaca como um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do país. Com baixos indicadores sociais e pelo abandono público o Marajó apresenta uma série de vulnerabilidades sociais, entre elas a exploração sexual, denunciada pelo bispo da

região José Azcona, que aprisiona crianças e adolescentes submissos a esta violação da dignidade humana, nesta condição muitas delas são impulsionadas a metrópole Belém em busca de melhores condições de vida. Partindo desta inquietação que desenvolvemos este trabalho com o objetivo de dar visibilidade a esta região e também dar voz as mulheres que hoje vivem em condição de prostituição que fizeram o percurso Marajó-Belém. No decorrer deste trabalho tentamos desvelar os percalços de mulheres prostitutas que fizeram este percurso através da técnica de coleta de dados história de vida subsidiada pela pesquisa qualitativa, com entrevistas facilitadas pelo Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará. Portanto, conseguimos identificar suas próprias representações sociais, sobretudo, os fatores que as impulsionaram a uma série de vulnerabilidades sociais até a vida adulta.

PALAVRAS-CHAVE: Marajó. Mulheres Prostitutas. Representação Social.

ABSTRACT: We seek to achieve the best that the island of Marajó located in the state of Pará has, its cultural peculiarity, land of the award-winning writer Dalcídio Jurandir, its complexity prevents us from achieving all its peculiarities, as it has much more to offer than our eyes can see. This beautiful island is predominantly marked by waterways, which makes it difficult

for this population to access public policies, necessitating a pluralistic view aimed at the social, cultural and economic subjectivity of the Marajoara, becoming historically abandoned by the public power. This region stands out as one of the worst Human Development Indexes. With low social indicators and public abandonment, Marajó presents a series of social vulnerabilities, among them sexual exploitation, denounced by the bishop of the region José Azcona, who imprisons children and adolescents who are subject to this violation of human dignity, in this condition many of them are driven to the metropolis Belém in search of better living conditions. Based on this concern that we developed this work with the objective of giving visibility to this region and also give voice to the women who now live in the condition of prostitution that have made the Marajó-Belém route. In the course of this work, we attempted to uncover the mishaps of prostitute women who did this course through the data collection technique supported by qualitative research, with interviews facilitated by the Pará Women Prostitutes Group. Thus, we were able to identify (their own social representations), especially the factors that drove them to a range of social vulnerabilities into adult life.

KEYWORDS: Marajó. Women Prostitutes. Social Representation.

1 | INTRODUÇÃO

A Ilha do Marajó é uma região que possui uma beleza única e a sua ‘sutileza’ encanta com paisagens místicas entre campos e águas que influenciam no modo de ser e viver do povo marajoara. Uma região que encanta por suas praias paradisíacas e igarapés, com a culinária tipicamente de fazenda, com características próprias, como o bordado, desenho e a cerâmica marajoara. Terra de Dalcídio Jurandir romancista e jornalista, este que em seus livros sempre buscou retratar a realidade, a identidade e as formas de sobrevivência do povo da ilha do Marajó e de Belém do Pará, devido sua notória importância para o arquipélago Marajoara os nomes verdadeiros das entrevistadas será substituído por personagens de suas obras intituladas “Chove nos campos de Cachoeira”, “Marajó” e “Primeira Manhã”, autor das mais importantes obras poéticas brasileiras de expressão amazônica. O Marajó é composto por dezesseis municípios com um total de 525.347 habitantes que equivale a 6,5% da população do estado do Pará (PARÁ, 2015).

As viagens regulares Belém e Marajó são sempre por via fluvial, com possibilidade da viagem direta para alguns municípios, com saída de pequenos portos e em barcos menores. É uma região com casas às margens do rio, com a canoa amarrada na frente, significando não somente a busca pela sobrevivência, e sim o principal meio de transporte. “[...] O rio alimenta, transporta, enriquece, protege o homem: toda a população ribeirinha vive do e no rio, submissa e dócil aos seus caprichos, é escrava do rio” (FARES, 2003, p. 35). Essa particularidade exige uma análise dessa região, considerando a sua característica e a sua sutileza cultural, nesse sentido, é

imprescindível considerar o fator amazônico na ilha do Marajó.

A partir da análise de Campos (2013), a região amazônica põe um desafio diferente sobre a particularidade regional, pois pede especificidades na leitura da questão social em seu território, dando visibilidade as demandas que são próprias da região e, ao mesmo tempo, explicitar-se enquanto uma complexidade socioeconômica e política, com singularidades que não podem ser mais desdenhadas, sob pena de que as diferenças regionais aprofundem as desigualdades históricas que penalizam essa região. Conforme Piacesi (2013), essa região marajoara tem graves indicadores sociais, dentre eles a ocorrência crescente de situações de violência e exploração sexual, particularmente por ser rota de grandes embarcações que circulam em torno das comunidades ribeirinhas isoladas.

A exploração sexual no Marajó se tornou alvo de discussão, após o bispo da região, José Luís Azcona, natural da Espanha que veio para o Brasil evangelizar na Amazônia, denunciar. Foi identificado que meninas em canoas almejam alcançar as grandes embarcações, inicialmente com o intuito de vender artesanato ou frutas regionais, mas trocam sexo por óleo diesel, produtos de higiene pessoal e dinheiro. Isto ocorre predominantemente no rio Tajapuru que cerca os municípios de Melgaço, Breves e Portel.

No contexto da exploração sexual nos rios, esta relação com os homens das embarcações pode ser uma relação de afetividade, trazendo pistas para entender a sexualidade no contexto das formas de cultura local ou pode ser vista como uma forma de sobrevivência e, desse modo, esses hábitos são reproduzidos e reafirmados de geração para geração. Diante disso, muitas famílias buscam possibilidades de vida melhor, intensificando o êxodo rural como uma saída da realidade familiar.

Esse percurso foi feito por muitas crianças e adolescentes, oriundas não somente do Marajó, e sim de outros municípios paraenses. Esta é uma realidade que pode ser encontrada nas histórias de vida de mulheres já adultas no Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), localizado na Região Metropolitana de Belém foi fundado com o objetivo de fomentar por meio de suas ações a auto organização das prostitutas. Atualmente, participa ativamente das ações de enfretamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e combate ao tráfico de pessoas.

Face essa realidade, inferimos que as mulheres advindas do Marajó enquanto crianças ou adolescentes que atualmente se prostituem não necessariamente carregam marcas de exploração sexual desde a infância, mas outras marcas de exploração nas suas mais diversas facetas, visto que são vítimas de diferenciadas modalidades de exploração, até o momento em que estas culminam na prostituição como forma de subsistência própria e da prole.

2 | DESENVOLVIMENTO

No intento de absorver o maior número possível de dados que nos levasse a compreensão de uma realidade, das representações sociais de mulheres vindas do Marajó que atualmente vivem em situação de prostituição em Belém, bem como os percalços desse trajeto, o perfil dessas mulheres e as possíveis marcas deixadas, apropriamo-nos da história de vida como técnica para este fim que, na ótica de Marconi e Lakatos (2010), a história de vida tenta obter dados relativos à “experiência íntima” de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto de estudo. Desse modo, utilizamos a pesquisa qualitativa atrelada à história de vida por entendermos que fazem uma combinação produtora de significativo conhecimento.

Para Spindola e Santos (2003) é importante para obtenção de dados descritivos valorizar-se mais o processo que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes, isto é, o significado que eles atribuem as coisas e a vida. Nesse sentido, realizamos entrevistas com mulheres, oriundas do Marajó, que hoje vivem em situação de prostituição e que em algum momento de suas infâncias ou adolescências fizeram o trajeto Marajó-Belém, entrevistas essas facilitadas pelo Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC).

As representações sociais segundo Sêga (2000) é uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação às situações. No que tange as representações sociais que podemos extrair do discurso das entrevistadas, como ponto em comum entre elas, suscitamos que as duas mulheres entrevistadas, em passagens de seus discursos, afirmam que frequentam o puteiro, no máximo, três dias por semana, ao mesmo tempo em que dizem não fazerem “quase nada”, na tentativa de criar assim um eufemismo que passe a impressão de que elas não se prostituem mais. Isso, em nossa análise, denota a necessidade que elas sentem de serem aceitas e não mais estigmatizadas pela sociedade, visto que, ao longo de suas vidas, em diversas oportunidades, sofreram preconceitos por serem prostitutas.

Os fatores financeiros aparecem com frequência acentuada nos discursos, fruto de circunstâncias diversas, compreendidos na análise detalhada de suas histórias de vida, pois enquanto crianças estiveram submetidas às vulnerabilidades que as impulsionaram ao êxodo do Marajó em direção a Belém. Em consequência de tal mudança, foram expostas a explorações que, no caso de Alaíde, se configurou primeiramente no trabalho infantil, e da Orminda a saída precoce da casa de sua mãe lhe expôs a uma vida de festas, bebidas e drogas, em que a prostituição, em seu início, se atinha a suprir as suas necessidades.

Baseando-nos nas entrevistas bem como em uma visão mais pluralista possível, arriscamos a traçar o perfil dessas mulheres vindas enquanto crianças do Marajó para Belém que atualmente se prostituem, como sendo, geralmente, crianças de famílias

humildes que nutrem a esperança de encontrar na capital uma vida melhor e um futuro que no Marajó seria mais difícil de terem. Essas crianças e adolescentes, muitas vezes, são enganadas e levadas com falsas promessas, pois, quando chegam à capital se desiludem com a realidade, visto que são, por diversas vezes, cooptadas por pessoas que lhes oferecem a oportunidade de ganhar dinheiro, moradia e alimentação em troca do usufruto de sua mão de obra.

3 | HISTÓRIA E PERCURSO DE VIDA, PROSTITUIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

3.1 Ormindá: “Eu Tinha que Fazer Vida para Poder me Sustentar”

Ormindá, nascida no município de Salvaterra, pertencente à ilha do Marajó que por sua vez faz parte do Estado do Pará, é a caçula de nove irmãos, filha de mãe solteira que criou com muito esforço seus filhos, trabalhando de técnica de enfermagem no hospital local até se aposentar.

Ormindá estudava e cursou até o 1º ano do Ensino Médio, tinha uma vida comum, mantinha um relacionamento com um homem mais velho que conheceu aos 14 anos. Isso contra a vontade de sua mãe o que gerava alguns conflitos entre as duas; já com 15 anos Ormindá engravidou do homem com quem se relacionava, diante da situação sua mãe a expulsou de casa, assim, ela teve que se virar: “[...] Depois que ela me expulsou de casa grávida com buchão, eu tive que procurar outra pessoa pra mim morar, que me acolheu e tudo”.

Por isso, ela foi morar com uma amiga chamada Guita em Salvaterra mesmo, onde, segundo as suas palavras, começou a se prostituir, nesse primeiro momento, apenas para garantir o seu sustento e para comprar o que necessitava para o enxoval de sua filha, pois o pai desta, nunca lhe ajudou com as despesas da gravidez e, mais tarde, ficou ainda sabendo que ele era casado e, por isso, não iria realizar o sonho de casar com ele.

Transcorrido o período de gravidez, a sua filha nasceu e a sua mãe aceitou ficar com a criança, mas apenas com ela e, assim, Ormindá entregou a criança, sendo que a partir daí se intensificou ainda mais a vida de prostituição em Salvaterra mesmo pelos motéis, quartos, devido não existir piteiros na cidade, segundo Ormindá. “[...] eu tinha que fazer vida para poder me sustentar, para mim comprar minhas coisas, comprar o luxo pra mim”.

Foi então que conheceu Irene, apresentada por um rapaz com quem esta tinha um relacionamento, Irene que era irmã de Guita, a amiga que lhe acolheu durante o período de gravidez. Irene lhe disse o seguinte como narra Ormindá:

[...] Ela falou pra mim, Ormindá eu vou te levar pra um lugar que é muito bom, lá tu vai ganhar muito dinheiro, tu é novinha e bonitinha, tá, tá bom, então, aí ela pegou e me trouxe aí foi que eu gostei, aí eu aluguei um quarto pra mim e comecei a arrumar

cliente, comecei a arrumar, comecei a ganhar meu dinheiro, ai eu peguei, gostei. (ORMINDA).

Assim, aconteceu o primeiro contato de Orminda com a capital Belém, realizou a travessia a balsa, atracando em Icoaraci, veio conhecer como funcionava o que Irene outrora lhe tinha dito. Permaneceu por alguns dias apenas em Icoaraci, pois segundo Irene, não era bom de ganhar de dinheiro, seguindo logo o rumo do centro da cidade, onde se encontra até os dias atuais. Assim, a jovem menina do Marajó aluga um quarto em uma vila pagando quinze reais ao dia para ter um teto sob a sua cabeça e um lugar para atender seus clientes como a ela mesma denomina.

A partir de então ela passa viver da prostituição e atendendo seus clientes para pagar o seu quarto e proporcionar-se o luxo que sempre sonhou. Segundo Orminda, a saudade e vontade de curtir faziam com que ela voltasse ao Marajó, ficando na casa de Guita no período em que permanecia lá. Isso não fazia com que esta deixasse de se prostituir, utilizando os motéis da cidade para tal. Essas suas idas e vindas geravam comentários preconceituosos o quê, segundo esta, não lhe importava, porém gerava conflitos entre ela e quem teceu os comentários, pois lhe ofendiam e faziam com que se sentisse mal.

Orminda voltava a Belém sempre motivada pelo compromisso de pagar o quarto que ocupava o que não impedia os constantes atrasos nos pagamentos, pois, de acordo com seu relato, ela gostava muito de “farra” e rotineiramente saia com homens para beber pelos bares, virava noites e ao fim dormia com eles para que pagassem o quarto em que morava. Orminda relata que sempre os tratou bem para que houvesse reciprocidade, o que sempre deu certo, segundo ela, em virtude de nunca ter sofrido nenhum tipo de violência por parte de seus clientes.

Houve tempos bons e outros não tão bons para Orminda financeiramente, fato este que a fez peregrinar por diversos locais em busca do sustento, usando o que lhe era disponível, ou seja, seu corpo, relatando que “[...] a pessoa não tem paradeiro, se a pessoa quer dinheiro todo canto a pessoa vai indo”.

Assim, ela verbaliza que viajou por diversos lugares sempre atrás de clientes e curtição, destacando o município de Vila do Conde, em virtude deste ter significativo número de turistas estrangeiros, os “gringos” como ela prefere chamá-los. Motivada pelo retorno financeiro, segundo Orminda, eles pagavam sempre em euros, conforme se observa em seu discurso:

[...] la atrás de gringo, porque gringo paga mais, paga mais, gringo só paga euro e euro vale mais, o dólar não, o dólar vale menos, ai me dava uma maluquice, eu ia embora pro interior, viajava passava semanas pra lá, pra mim esfriar a cabeça e descansar um pouco o corpo.(ORMINDA).

Passado algum tempo desde a chegada em Belém, Orminda conheceu Missunga, homem que seria importante em sua trajetória, visto que a levaria a sair da prostituição pelo menos por um período enquanto viverá um amor que, segundo ela,

foi algo diferente, já num primeiro momento, como expressa no recorte a seguir: “[...] Eu conheci ele na Gaspar Viana, eu conheci essa pessoa foi amor à primeira vista, de lá eu fui embora pro Marajó, foi só um dia que eu fiquei com ele, se apaixonou”. Por isso, Orminda retorna ao Marajó, começa a trabalhar de garçõete em uma pousada de sua cidade, ganha seu dinheiro e se afasta por alguns anos de sua vida agitada da capital, durante esse tempo mesmo distante mantém contato com Missunga por telefone, o que fortalece a expectativa de uma volta a Belém e possível reencontro.

Neste interin, porém Orminda acaba por engravidar de seu segundo filho, sendo pai o mesmo homem com o qual se envolveu em sua adolescência, filho este que depois de nascido também é dado a sua mãe para que criasse.

Orminda vive no Marajó por alguns anos e no alto de seus 23 anos resolve voltar a Belém, conseqüentemente a vida que levava na capital, o que também acarreta no reencontro com Missunga que a muito esperava por esse momento. Este que, segundo Orminda, acontece em uma boate, a partir de então, Missunga demonstra querer um compromisso sério e propõe isso a ela, o que se concretiza no momento em que passam a viver juntos, nesse primeiro momento, na casa da avó de Missunga, posteriormente ele consegue comprar um terreno no município de Ananindeua, onde constroem um quarto para viverem juntos.

A união de Orminda e Missunga durou alguns anos, mas chega ao fim, segundo ela não deu certo e terminou numa boa, ele deixa a casa para ela e vai embora. Assim, sacramentando a volta de Orminda à vida de prostituição já com seus 31 anos, uma pessoa mais madura e experiente.

Suas idas ao Marajó já não são frequentes e apenas se restringem a resolução de problemas, votar e rever seus filhos que atualmente são adolescentes e moram com a avó materna desde recém-nascidos, segundo Orminda, ela já não consegue se acostumar à vida pacata de sua cidade natal.

Hoje, Orminda entende que sua mãe já é uma senhora de idade e que já não tem mais condições nem jovialidade para dispensar a criação dos netos. Ela relata e faz planos de trazê-los para Belém, assumindo a responsabilidade por seus filhos e pelo término da criação deles. Orminda relembra que sua mãe sempre arcou com a criação de seus filhos e nunca quis que o pai das crianças desse nenhum auxílio, mesmo Orminda o tendo jogado na justiça para garantir o direito das crianças. Assim, a avó os criou com o que tinha e ajudada por Orminda que recebe Bolsa família deles e complementa a renda.

No tocante à relação entre Orminda e seus filhos, ela relata que tem uma boa relação com eles e que se comunicam por telefone também, exprime, ainda, a sua vontade de deixar a vida de prostituição e seu desejo que ninguém passe por tal situação, justifica sua permanência por ainda ter dívidas pendentes que precisa quitar.

O cenário atual, segundo Orminda, é bem diferente, pois não se ganha muito dinheiro e a dificuldade é diária. Ela, além disso, trabalha como doméstica e em serviços gerais com o objetivo de ganhar um dinheiro extra para ajudar os seus filhos.

Orminda revela que “[...] De primeiro não fazia isso, porque não me interessava ajudar os meus filhos, me interessava só farrear”.

Orminda diz que mudou bastante e que já não é a mesma pessoa, e que quando lhe perguntam se ainda vive na prostituição, responde que não, mesmo, ainda, segundo ela, indo ao puteiro pelo menos três vezes por semana. Em seu passado, Orminda revela que já usou drogas por influência do álcool e festas que participava, sendo esta uma realidade distante e que ficou no passado.

3.2 Alaíde: “Ela me Disse que Ia me Botar no Colégio e Nunca Botou”

Alaíde nascida no município de Chaves, situado na ilha do Marajó, estado do Pará, faz parte do grupo de muitas crianças que todos os dias são trazidos para as grandes metrópoles com promessas que nunca se cumprem.

Alaíde teve uma infância humilde na zona rural de Chaves, num vilarejo chamado Danilão. É filha mais nova de três irmãs e desde cedo precisou trabalhar para ajudar a sua mãe D. Abigail, em uma fazenda também localizada na zona rural de Chaves. Ajudava a mãe nos trabalhos da fazenda que esta cuidava e com seus 13 anos de idade não estudava, em virtude de não possuir escolas para ela, onde morava, então, a dona da fazenda que atendia pelo nome de D. Amélia, propôs a D. Abigail que, em virtude de Alaíde não estudar poderia levá-la para Belém, prometendo que colocaria Alaíde para estudar e em troca ela brincaria com o filho de D. Amélia.

Promessa essa que nunca se cumpriu, pois Alaíde ao chegar a Belém para morar com D. Amélia, jamais pôs os pés na escola, se viu num lugar novo sem ninguém diante de uma situação em que servia de escrava, segundo o seu próprio relato:

[...] Ela nunca me botou no colégio; só era escrava de fazer as coisas na casa dela, fazia tudo sabe, ate café que ela podia comprar o moinho ela num comprava, ela mandava eu torrar no torrador de ferro e coar na peneira, bater no pilão e coar na peneira. (ALAÍDE).

Nessa situação, Alaíde, agora em Belém, sozinha, era mantida quase que em prisão domiciliar, visto que, segundo ela, D. Amélia não a deixava falar com ninguém, pois não queria que soubessem que era uma escrava dos serviços domésticos. Dessa maneira, Alaíde vivia em função dos trabalhos da casa, atendendo às visitas, lavando, passando, fazendo comida, encerando a casa, absolutamente sozinha e sem receber nenhum tipo de remuneração.

Alaíde além de ser explorada, ainda, estava sujeita a todo tipo de maus tratos sejam eles físicos ou psicológicos, retratando em sua fala, as frustrações de uma infância permeada pela exploração como segue em seu discurso:

[...] Ela comprava uma roupa velha de chica ou dessas roupas de vaqueiro sabe, ai ela não me dava dinheiro, sapato ela me dava dos piores que tinha. Às vezes, eu chorava e dizia que um dia eu ia ter minha casa, meu dinheiro pra eu fazer o que

eu quisesse. (ALAÍDE).

Depois de um tempo Alaíde cresceu e mesmo sem autorização saía escondido de D. Amélia para se libertar um pouco da prisão que vivia, foi então que conheceu Alfredo, o pai de seu primeiro filho, com 16 anos, Alaíde engravidou, findando assim o período em que permaneceu na casa de D. Amélia, mudando-se então, para a casa de seu primo, onde teve seu primeiro filho e logo, em seguida, o mandou para que sua mãe o cuidasse em Danilão.

Alaíde, então, começou a trabalhar como doméstica e, logo, adquiriu a sua independência, passando assim a morar sozinha em um quarto alugado, após vários anos, ela conheceu outra pessoa Coronel Coutinho com quem começou a se relacionar e que pouco depois já estava morando junto a ela em seu quarto, desse relacionamento, Alaíde, mais uma vez, engravidou e, dessa vez, o fruto foi uma menina.

Depois de seis anos juntos e pouco tempo depois que a criança nasceu, Coronel Coutinho a deixa e Alaíde fica em situação complicada com uma criança de colo para cuidar, morando de aluguel na Bom Jardim no Jurunas, e sem poder trabalhar em virtude do pouco tempo de nascida que a criança tinha. Foi então que Ivânia, uma conhecida, lhe disse o seguinte: “[...] eu ti levo lá na zona que lá tu ganha teu dinheiro, a mulher te dá comida, te dá uma quarto e ai tu não passa necessidade porque o pai da tua filha te deixou agora”.

Alaíde tinha uma filha recém-nascida com quem se preocupava e não tinha com quem deixar o que Ivânia também solucionou, dizendo: “[...] deixa com uma vizinha tomar de conta, ai tu paga ela, ela toma de conta da tua filha”. “[...] Mas eu tinha medo sabe, minha filha era verde ainda”, diz Alaíde.

Diante da situação em que se encontrava, Alaíde foi impulsionada de certa forma a prática da prostituição a fim de prover a sua subsistência e de sua filha e, dessa maneira, ela foi, como revela a passagem que segue: “[...] ai eu vim, ela me trouxe né, a mulher, que ela brigou com o marido dela mandou prender ele, ela me trouxe e ficou lá também no quarto”; e assim aconteceu, Alaíde se prostituía para criar sua filha e se sustentar, travando uma batalha diária para isso.

Alaíde, hoje, com 73 anos, vive uma situação de prostituição, seus filhos atualmente estão adultos e o menino mora com ela, a menina vive no bairro do Benguí com seu companheiro e a neta dela. Sua mãe D. Abigail que chegou a vir para Belém morar com ela já é falecida e dentre as suas irmãs, a mais velha faleceu também, vítima de mordida de um cachorro, e a irmã do meio reside no bairro do Benguí também. Atualmente, Alaíde recebe um auxílio do governo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que lhe proporciona uma condição melhor, mesmo com o desconto de um empréstimo que fez e retém grande parte do benefício. Alaíde explica:

[...] Eu continuo, mas eu não faço quase nada, porque eu vou pra igreja, eu faço

tapete também, ai pra mim vender, eu faço de encomenda, eu faço tapete, faço coisa de ônibus, tenho até um pronto pra mim dar, mais ainda não falei com ele, o motorista, esse que eu tô fazendo, eu faço assim de pano, corto o pano e faço. (ALAÍDE).

Olhando para trás, Alaíde expressa com certo pesar o fato de sua mãe ter lhe dado a D. Amélia, visto que, segundo ela, quando a gente é criança tudo que não se quer é ficar longe da nossa mãe, mesmo que a intenção de sua mãe fosse lhe dar uma educação melhor.

4 | CONCLUSÕES

Diante das histórias de vida dessas mulheres marajoaras, identificamos que a condição socioeconômica interfere diretamente na vida das entrevistadas, pois ambas viviam com seus familiares em condições de vulnerabilidades e pelo mesmo motivo foram impulsionadas a prostituição. Revelam dependência de programas sociais do governo federal pela sua trajetória muitas vezes com a ausência da família e do Estado com as políticas sociais.

O trajeto de vida de ambas foi marcado pelas intensas dores, dentre elas a da relação com as mães, mesmo adultas apresentam esta magoa, Ormindá por ter sido expulsa de casa e Alaíde por ter sido entregue a outra família. Deste modo, retratam que independentemente da situação de pobreza que viviam, não gostariam de ter deixado para trás essa convivência familiar. Sobretudo, por ambas desconhecem seus pais e terem como referência a figura feminina presente nas famílias monoparentais recorrente na realidade do Marajó. Tem ainda, o fato que não percebem que reproduzem atitudes similares a de suas mães com os seus filhos pelo mesmo motivo econômico, reproduzindo o círculo vicioso da pobreza.

Na história de Ormindá é presente a questão moral da mãe ao lhe expulsar de casa, rejeitando-a por estar grávida de um homem casado, o qual nunca assumiu responsabilidade alguma. E para além, no município em que morava no Marajó as pessoas sempre comentavam preconceituosamente sobre sua vida, gerando nela desconforto, o que desencadeou para o caminho da exploração sexual, uma saída para a sua sobrevivência após a primeira gravidez. Carregando assim, marcas de estigmas presente em uma sociedade historicamente machista. Por outro lado, Alaíde traz a questão do trabalho infantil tão presente no Marajó ainda na atualidade, que neste caso, repercutiu marcas profundas, além da dor de tudo que viveu, guarda a magoa de ser analfabeta, apesar de ter vindo para Belém estudar e nunca foi à escola. Diante deste contexto, é a mesma realidade marajoara retratada por Dalcídio Jurandir nos seus livros, ou seja, histórias de vida que se repetem.

De sorte, esperamos que este trabalho tenha dado voz a essas mulheres que durante a vida estiveram expostas a todo tipo de vulnerabilidades, assim como preconceitos, para que as suas histórias, sentimentos, representações sociais possam

servir de exemplos que balizem tanto estratégias de enfrentamento a realidade da cooptação de crianças e adolescentes para o mundo da exploração sexual, como da prostituição no decorrer da vida, quanto à criação de políticas públicas e projetos que visem a proteção contra a exploração do trabalho infantil e sexual.

Contudo, foi possível a partir da análise de conteúdo identificar o que está sendo dito a partir da exploração do material, e posterior tratamento de resultados. Foi possível desvelar algumas das consequências que esse trajeto Marajó-Belém cravou nessas mulheres, como: a perda dos laços de afetividade familiar muito cedo, reproduzindo esse desapego pelos laços afetivos em sua prole; a não constituição de suas próprias famílias; a exploração tanto de suas forças de trabalho, quanto de seus corpos; e a sujeição a uma vida de riscos a saúde, de traumas psicológicos, preconceitos sociais e dependência de programas de política de Assistência Social. Esperamos ter cumprido a nossa missão de contribuir para construção de novos patamares no combate à exploração sexual infanto-juvenil no Marajó e a criação novos ardis de proteção social tão necessários para o profissional de Serviço Social.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, E. B. (Org.). **Fator amazônico e a interface com o sistema único de assistência social**. Belém: ICESA/UFPA, 2013.

FARES, J. A. **Cartografias marajoaras**: cultura, oralidade, comunicação. São Paulo: PUC, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARÁ (Estado). **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da região de integração do Marajó**. Belém: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, 2015.

PIACESI, M. A. **O fator amazônico e os desafios para a efetivação do SUAS na região norte**. Belém: ICESA/UFPA, 2013.

SÊGA, R.A. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, p. 128-133, jul. 2000.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. da S. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)**. **Revista Escenferm-USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126. 2003.

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

André Luiz de Paiva

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

Valderí de Castro Alcântara

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

Flávia Luciana Naves Mafra

Programa de Pós-Graduação em Administração -
Universidade Federal de Lavras.

Lavras – Minas Gerais

RESUMO: A mineração na América Latina tem gerado grande número de conflitos. No Brasil, como caso exemplar, destaca-se a mineração de ouro a céu aberto em Paracatu, MG. Diante de discursos e práticas hegemônicas que reforçam o papel central da mineração para o desenvolvimento, aumento no número de empregos na arrecadação tributos, objetivamos compreender a produção e circulação de representações contrárias à mineração em áreas urbanas. O arcabouço teórico remete à discussão de mineração na América Latina e no Brasil, vinculada aos conceitos de espaço

e representações. Quanto à metodologia, realizamos pesquisa documental em conteúdos encontrados na mídia que contestam a atuação da empresa mineradora e do poder público local. Indicamos nos resultados que as representações tratam da expansão da fronteira da mineração, da luta pelo direito à saúde e de alternativas à miséria da vida cotidiana, intercalando o lamento pela perda das condições de vida anteriores e o desvelamento de relações socioespaciais opressoras.

PALAVRAS-CHAVE: mineração em áreas urbanas; espaço social; representações.

ABSTRACT: Mining in Latin America has generated a great number of conflicts. In Brazil, as a relevant case, stands out the open gold mining in Paracatu, MG. Before hegemonic discourses and practices that reinforce the central role of mining for development, increasing the number of jobs and tax collection, we aim to understand the production and circulation of anti - mining representations in urban areas. The theoretical framework refers to the mining discussion in Latin America and Brazil, linked to the concepts of space and representations. As for the methodology, we conducted documentary research on media content that challenge the performance of the mining company and the local public power. We indicate in the results that the representations show the expansion of

the mining frontier, the struggle for the right to health, and alternatives to the misery of everyday life, interweaving the lament for the loss of previous living conditions and the unveiling of oppressive socio-spatial relations.

KEYWORDS: mining in urban areas; social space; representations.

1 | INTRODUÇÃO

A mineração, no Brasil e no mundo, tem influenciado as dinâmicas de formação sócio-espacial e a produção e reprodução do espaço rural, bem como das cidades. Não pretendemos traçar uma linha do tempo sobre a extração/exploração mineral no país, desde seus primórdios. Nos propomos a refletir sobre os processos de dominação exercidos por megacorporações e grandes empresas de mineração, que, tomando empréstimo das palavras de Milton Santos (2015), são aquelas que fazem a política, intermediadas pelos políticos, partindo de representações veiculadas por ativistas e moradores da referida cidade.

Neste artigo, voltamos nossa atenção para os atingidos pela mineração, que nos termos dos autores que tomamos como base teórica, podem ser comparados aos 'pobres' em Santos (2015), a partir das representações concebidas em diversos meios de divulgação que priorizem as vozes dos atingidos pela mineração (textos jornalísticos, textos de blogs e material audiovisual) ressaltando a importância das representações, do cotidiano e dos simbolismos construídos, conceitos diretamente relacionados à formação sócio-espacial, especificamente a tríade conceitual de Lefebvre (1991), que fundamenta essa discussão.

A mineração de ouro em Paracatu, Minas Gerais tem sido alvo de controvérsias devido a uma extensa discussão sobre contaminação por arsênio e desapropriações de comunidades tradicionais e, recentemente, de moradores de bairros periféricos da cidade. Apesar dos vídeos institucionais amplamente divulgados, notas de esclarecimento e ações de aproximação com a comunidade, não nos interessamos nesse momento pelas representações originadas na empresa mineradora ou no Estado e sim as ressignificações e a 'explosão' do vivido dos atingidos, vozes por vezes silenciadas, apresentadas em matérias com pequena abrangência ou pouco acesso, nas canções que exprimem a revolta dos moradores e nos blogs de ativistas e professores que contestam os dados apresentados pela empresa. Dessa forma, nosso posicionamento e intencionalidade são claras e a perspectiva crítica de nosso estudo não advém das teorias e abordagens científicas e sim das premissas e o compromisso dos autores com essa realidade.

A relevância social desse estudo está em problematizar e dar visibilidade ao fenômeno concreto, de grande impacto, que corrobora as discussões acadêmicas já realizadas no âmbito dos conflitos socioambientais e da justiça ambiental (ZHOURI, LASCHESFSKI, 2010), da resistência à mineração (COELHO DE SOUZA, 2015),

inclusive das violações de direitos e resistência à mineração em Paracatu (SANTOS, 2012, BARROS, 2017) e da relação entre empresas e governo (ACSERALD, 2012). A opção por representações que privilegiam os atingidos, traz à tona outro lado da história, daqueles que, mesmo desfavorecidos nas relações de poder, lutam para reconstruir sua realidade.

Diante do exposto, nossa questão de pesquisa é: quais foram as representações produzidas acerca da mineração, contrárias à lógica desenvolvimentista em Paracatu, Minas Gerais? Dessa forma, **o objetivo é compreender a produção e circulação de representações contrárias à atuação da empresa Kinross em Paracatu.** Para responder essa questão, realizamos um estudo a partir de fontes que expressam posicionamentos contrários à atuação da empresa, questionando o desenvolvimento trazido pela mesma e apresentando como a presença da megacorporação afetou o espaço social.

Além dessa introdução, o artigo é composto pelo referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados encontrados. Por fim, nas considerações finais indicamos as principais contribuições, limitações e agenda de pesquisa.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mineração na América Latina e as Especificidades da Mineração em Áreas Urbanas Brasileiras

Segundo o *Mapping Environmental Justice*, EJAtlas(s./d.), na América Latina, conflitos socioambientais advindos da extração mineral denotam a expansão da fronteira da mineração, que atualmente se dá em áreas socialmente e ambientalmente sensíveis (florestas, recursos hídricos, terras de povos indígenas e outros). Ainda segundo o referido mapa, enquanto que em 1970 a extração de minérios metálicos correspondia a 10% do total de extração mineral na América Latina, em 2009 ela correspondia a 25% do total. A aceleração da extração mineral e, conseqüentemente, o decréscimo da qualidade dos depósitos minerais, faz com que mais recursos sejam gastos no processo, como água e energia elétrica, assim como aumenta a quantidade de resíduos gerados e grupos afetados pela atividade. Outra conseqüência tão funesta quanto as anteriores é a forma como são tratados os conflitos socioambientais originados na mineração: ações coercitivas, criminalização e deslegitimação de movimentos sociais e ativistas ambientais são práticas comuns, indicando a arbitrariedade dos Estados latino-americanos ao tratar da questão.

As dimensões da expansão e conflitos socioambientais em torno da mineração na América Latina tornam seu estudo um esforço que não pode ser condensado num único artigo. Considerando isso, dedicamos nesse trabalho, atenção especial para mineração em áreas urbanas, um fenômeno diferenciado que carece de debates em outras perspectivas, além dos estudos de impactos da atividade mineradora (BACCI,

LANDIM, ESTON, 2006; BAPTISTI, SOARES, 2004; FARIAS, 2002) dada a expansão urbana, baixo valor agregado de matérias-primas da construção civil e ainda a ausência de critérios de zoneamento nos municípios que definam prioridades e funções de diferentes áreas.

Os discursos e outras práticas sociais dominantes sobre mineração no Brasil tem sido marcados por afirmações como “a mineração é um dos setores básicos da economia do país, contribuindo de forma decisiva para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equânime” (FARIAS, 2012, pp. 2-3). Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2012), existem 8.870 mineradoras registradas no Departamento Nacional de Mineração – DNPM, incluindo tanto aquelas em regime de concessão de lavra quanto de licenciamento. Deste total, 3.609 (40,69%) estão localizadas na Região Sudeste. A produção mineral apresenta franco crescimento nas últimas duas décadas, chegando ao pico de 53 US\$ bilhões em 2011, com quedas nos anos seguintes.

Consideramos importante problematizar a afirmação anteriormente exposta, da centralidade do desenvolvimento econômico nas atividades humanas, apresentando aquilo que está sendo ocultado (silenciado) nesse discurso: que desenvolvimento e para quem é esse desenvolvimento?

Corroborando tal afirmação e especificando os conflitos urbanos, Barreto, Silva e Oliveira (2012) constatam que a mineração em áreas urbanas, principalmente em regiões metropolitanas, tem ocasionado vários conflitos acerca do uso da terra, entre eles “impactos ambientais, urbanização desordenada, desmatamento, assoreamento de rios” (Barreto, Silva e Oliveira, 2012, p. 1003), inseridos em processos socioespaciais. Dessa forma, diferentes atores competem pelo uso e ocupação do solo e os processos de intervenção ou de minimização de impactos são incomuns no setor (CINCCOTO, SILVA, 1995). Cincoto e Silva (1995, p. 156, grifo nosso), ao tratarem da mineração na cidade de São Paulo, afirmam que “[...] grande parte das minerações do município está localizada em **áreas comprometidas pela urbanização**”. Interessante pensar que, essas áreas, presentes também em pequenas cidades, são comprometidas pela mineração.

Nesse contexto, é perceptível a pluralidade de interesses, geradora de inúmeros impasses. Tendo isto em mente, é importante para a compreensão da produção do espaço social, a alocação dos atores envolvidos neste espaço. Concebemos que as relações de poder e resistência entre empresas mineradoras, Estado e comunidade não são apenas posições físicas, mas relações dialéticas e marcadas por uma diversidade de interesses. E nisso, o conflito estudado se relaciona dialeticamente com conflitos sobre o uso da terra e sobre os impactos da exploração mineral.

2.2 Espaço, Representações e Contra-espaço

Para Lefebvre (1991), o espaço não pode ser concebido apenas como material,

destacando uma concepção triádica de espaço: práticas espaciais, representações de espaço e espaços de representação. Cada concepção se relaciona com diferentes níveis ou camadas e são impossíveis de serem totalmente separadas – portanto, o espaço engloba as práticas espaciais, as formas de produção e reprodução existentes em nossa sociedade; as representações de espaço, vinculadas a sua abstração e os espaços de representação (NEVES, SCARCELLI, 2016).

Essa concepção leva em consideração as dimensões mental, cultural, social e histórica a partir do conceito de espaço. Assim, as práticas espaciais se relacionam com a vida cotidiana e o emprego do tempo. Nisso, considera associações próximas entre espaço percebido, realidade diária e realidade urbana – rotas, destinos e redes que ligam os espaços como trabalho, vida privada e lazer (LEFEBVRE, 1991). As representações de espaço se relacionam com “a concepção que é feita pelo modo de produção que as produz, ou seja, serão resultado do conceito que as produziu” (MARTINS, 2011, p. 74). Os espaços de representação são “o espaço simbolizado através das imagens e símbolos que as acompanham, o espaço dos artistas e dos filósofos, o espaço da imaginação” (MARTINS, 2011, p. 74).

Importante mediação entre o espaço vivido e o espaço concebido é a representação, a qual não se confunde com os dois espaços citados. As representações se formam justamente no trânsito entre o discurso articulado e a vivência, tanto subjetiva quanto coletiva (Lefebvre, 1983). Segundo Silva (2011, p. 106), “a vivência está cheia de representações, pois é ela – a vivência – o que se representa”. Lefebvre (1983) ainda esclarece que as representações não são fatos de linguagem, apesar de que o discurso é seu suporte. Vistas como categorias ao mesmo tempo estruturantes e estruturadas, ou produtos e produtoras (LEFEBVRE, 1991), de forma semelhante ao espaço social, “uma vez que atuam como elementos estruturadores do pensamento e das práticas sociais, e estruturadas porque pertencentes a um mundo social já simbolizado” (SILVA, 2011, p. 107), é importante destacar as ordens que interferem na produção do espaço e, conseqüentemente, na produção e circulação de representações.

O cotidiano, um dos elementos centrais da teoria lefebvriana e também destacado como espaço vivido em Santos (2015), aparece como um clamor por transformação e por uma política centrada no homem, sua pedagogia da experiência. Desse modo, Santos (2015) destaca a importância do conhecimento de outros lugares e situações críticas, que possibilitem a construção de uma visão crítica e a posterior tomada de consciência, o que consideramos que favorece a produção de contra-espacos.

O espaço contraditório ou contra-espaco (LEFEBVRE, 1991) pode um conceito importante para se entender os conflitos sócio-ambientais urbanos, segundo Lefebvre (1991), o espaço contraditório é um processo (um espaco-tempo) ou um espaco intermediário, entre o o espaco abstrato – espaco da acumulação capitalista – da reificação alienante e o espaco diferencial, um espaco que acentua as diferenças (LEFEBVRE, 1991), distinto da homogeneização do espaco e que justamente os diferentes modos de uso. Cabe considerar que, como nos elucidou Lefebvre:

“the quest for a ‘counter-space’ overwhelms the supposedly ironclad distinction between ‘reform’ and ‘revolution’. Any proposal along these lines, even the most seemingly insignificant, shakes existing space to its foundations, along with strategies and aims – namely, the imposition of homogeneity and transparency [...]. (LEFEBVRE, 1991, p. 383).

Diante do exposto, consideramos a importância das representações, que são uma mediação entre o espaço vivido (cotidiano e experiência) e o espaço concebido – espaço mental, como forma de pensar outra urbanidade e porque não ‘outra globalização’, possibilidades de saída de projetos homogeneizadores, frutos de indiferenças e interesses restritos, compreendendo que várias representações ‘competem entre si’, algumas se destacando enquanto outras desaparecem. Dessa forma, as representações contrárias à mineração em Paracatu, Minas Gerais, são também meios de disseminar conhecimentos alternativos e saberes locais na produção de um espaço contraditório.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho sintetiza uma pesquisa caracterizada como qualitativa-descritiva. Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, que pode ser realizada por meio de uma diversidade de fontes escritas e não escritas tais como: filmes, vídeos, fotografias, relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, etc. (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2015).

A seleção das fontes de dados necessita de maior detalhamento, dado o objetivo de compreender a produção e circulação de representações contrárias à mineração de ouro em Paracatu. Primeiro, optamos por utilizar como fontes de dados as informações de 3 diferentes mapas de conflitos ambientais, que trazem uma visão geral do conflito social e dos atingidos pela mineração de ouro em Paracatu-MG: o Mapa de Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, (GESTA, n.d.), o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, (FIOCRUZ/FASE, n.d.) e o *Environmental Justice Atlas* (EJATLAS, n.d.). Em seguida buscamos por sites, notícias e produção audiovisual sobre a mineração de ouro em Paracatu, MG que priorizem posicionamentos contrários à mineração em Paracatu.

A análise de dados foi feita por análise temática (Braun & Clark, 2006), seguindo uma sequência estabelecida de etapas: a (1) familiarização (BRAUN, CLARK, 2006; SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2015) se deu pela leitura dos textos selecionados e assimilação dos vídeos e áudios selecionados. Os conteúdos selecionados foram separados de acordo com sua natureza (produção audiovisual, artigos jornalísticos, artigos de blogs). No Quadro 1 apresentamos as fontes de dados oriundas de ativistas, moradores e pesquisadores, de acordo com seu grupo, assim como a quantidade de conteúdos selecionados. No Quadro 2, apresentamos os documentos que, apesar de

não se adequem às características dos conteúdos indicados no Quadro 1, ajudam a compor a narrativa do caso em específico e a expressar posicionamentos da empresa mineradora e de atores da mídia tradicional. Ainda que não seja o foco do trabalho, cabe salientar que por vezes a mídia tradicional trouxe uma visão do conflito que destaca os impactos no meio ambiente e na vida dos moradores da área vizinha à mineração, em programas de TV da rede aberta e também em jornais online de grande repercussão.

Grupo de Conteúdos	Conteúdo Específico	Data*	Título	Visualizações no YouTube
Audiovisual	Documentário	15/10/2010	Ouro de Sangue (Neiva, & Silveira, 2010)	7.342**
	Músicas	14/08/2009	Murro no Olho – Ouro de Sangue	2.562
		16/03/2009	Alerta Paracatu – Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha, Salve Paracatu	3.367
		16/05/2016	Arsênio – Arsênio***	
		16/05/2016	Arsênio – O poder do ouro***	
		16/05/2016	Arsênio – Codinome***	
		16/05/2016	Arsênio – Ocultan Force***	
Textual	Blogs	17/05/2012	Alerta Paracatu - Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo (Dani, 2012a).	
		17/11/2012	Alerta Paracatu - Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista. (Dani, 2012b).	
		15/07/2010	SOS Arsenic - The worldwide campaign: stop an invisible mass killing (SOS Arsenic, 2010).	
		24/06/2014	Ecodebate – Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima (Dani, 2014).	
		10/03/2016	Blog do Prof. Márcio – Carta aberta à população de Paracatu (Santos, 2016)	

Quadro 1: Conteúdo Analisado.

Fonte: Elaborado pelos autores.

*Indica a data de publicação no *Youtube* ou a data da matéria para os textos, **Visualizações da primeira parte do documentário; ***Vídeos ensaios da banda, postados em sua página da rede social Facebook (https://www.facebook.com/Ars%C3%ABnium-371850702910568/?ref=br_rs).

Grupo de Conteúdos	Conteúdo Específico	Data*	Título	Visualizações no YouTube
Audiovisual	Reportagens	11/01/2011	TVP – Kinross Paracatu e os Impactos Ambientais (Derkiê, 2011)	2.075
		09/03/2015	CQC Proteste Já – Paracatu (Hander Júnior, 2015a)	23.338
		29/04/2015	MGTV – Impactos Ambientais (Hander Júnior, 2015b)	1.067
		01/12/2015	Minas Brasil Notícias – Contaminação de Arsênio (Jornalismo Paracatu, 2015)	70

Textual	Jornalísticos	16/03/2015	Agência Brasil – Expansão da maior mina de ouro do país assusta moradores de Paracatu (Laboissière, 2015)
		26/05/2015	El País – Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio (Alessi, 2015).
		02/01/2016	Correio Brasiliense – Arsênio de mineradora de Paracatu contaminou crianças da cidade (Laboissière, 2016).
		29/04/2015	G1 – Liberação de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência (Vieira, 2015).
		25/06/2012	Paracatu.net – Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de Mineração em Paracatu (Paracatu.net, 2012).

Quadro 2: Conteúdo Complementar da mídia tradicional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

* Indica a data de publicação no *Youtube*.

A partir da leitura e/ou visualização de cada um dos grupos, foram estipulados os (2) temas centrais para o estudo: (a) questão fundiária; (b) expansão da atividade mineradora; (c) deterioração de espaços sociais; e (d) saúde dos moradores. Tais temas foram revistos e uma segunda leitura e visualização do (3) *corpus* de análise foi feita, chegando a três categorias de análise: (a) expansão da fronteira da mineração; (b) a luta pelo direito à saúde; (c) alternativas à miséria da vida cotidiana. Essas categorias são apresentadas em detalhes nos resultados.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Morro de Ouro: a Cidade de Paracatu e a Mineração da RPM/Kinross

Paracatu é um município de 8260,88 km², localizado no Noroeste de Minas Gerais, com população de 84.718 habitantes em 2010 e população estimada de 91.027 habitantes em 2015 (IBGE, 2015). A história do município está intimamente ligada ao ciclo do ouro e a exploração do território nacional para a obtenção de riquezas minerais (IBGE, 2015).

A abundância dos veios de ouro promoveu o rápido crescimento do arraial, promovido a vila em 1789, denominada Paracatu do Príncipe. A riqueza extraída desvaneceu rapidamente, havendo o declínio da produção de ouro aluvial, que deixou como marcas do período duas igrejas tombadas. Em 1840 foi elevado à condição de cidade. Desde o declínio da exploração aurífera, o município se destaca na produção agrícola: no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2003), havia o registro de 1.972 estabelecimentos rurais, que totalizavam uma área de 511.992 hectares, sendo atualmente o município com maior área agrícola irrigada do Brasil.

A realidade da extração mineral em Paracatu sofreu novo revés no final dos anos 1980. Em 1987, uma mineradora transnacional, Rio Paracatu Mineração – RPM, se instalou no perímetro urbano do município com as devidas permissões de agências

governamentais para a exploração de uma mina de ouro a céu aberto. A ‘mina do morro de ouro’ é a que possui os menores teores de ouro no mundo (0,43g/ton. de minério) (ALERTA PARACATU, 2009). Desde a instalação da RPM, a mineração de ouro em Paracatu desencadeou graves conflitos relacionados à questão fundiária: a desapropriação de terras de quilombolas para a instalação da mina, envolvendo desapropriação e cooptação de grupos socialmente vulneráveis (GESTA, n.d.)

Até 2003 a principal acionista da RPM era a anglo-australiana Rio Tinto, mas, nesse ano a Kinross Gold Corporation adquiriu maior parte das ações da mineradora e, logo depois, tornou-se a única proprietária da mina. Em 2009, ocorreu a expansão da mina de ouro, que ficou ainda mais próxima dos bairros periféricos de Paracatu (Figura 1). Novas desapropriações foram realizadas e o conflito socioambiental foi agravado, tornando-se mais evidentes impactos comuns da atividade mineradora em áreas urbanas, tais como poluição sonora, poluição atmosférica, deslocamento de ar, rachaduras e trincas em casas de moradores próximos ao local.

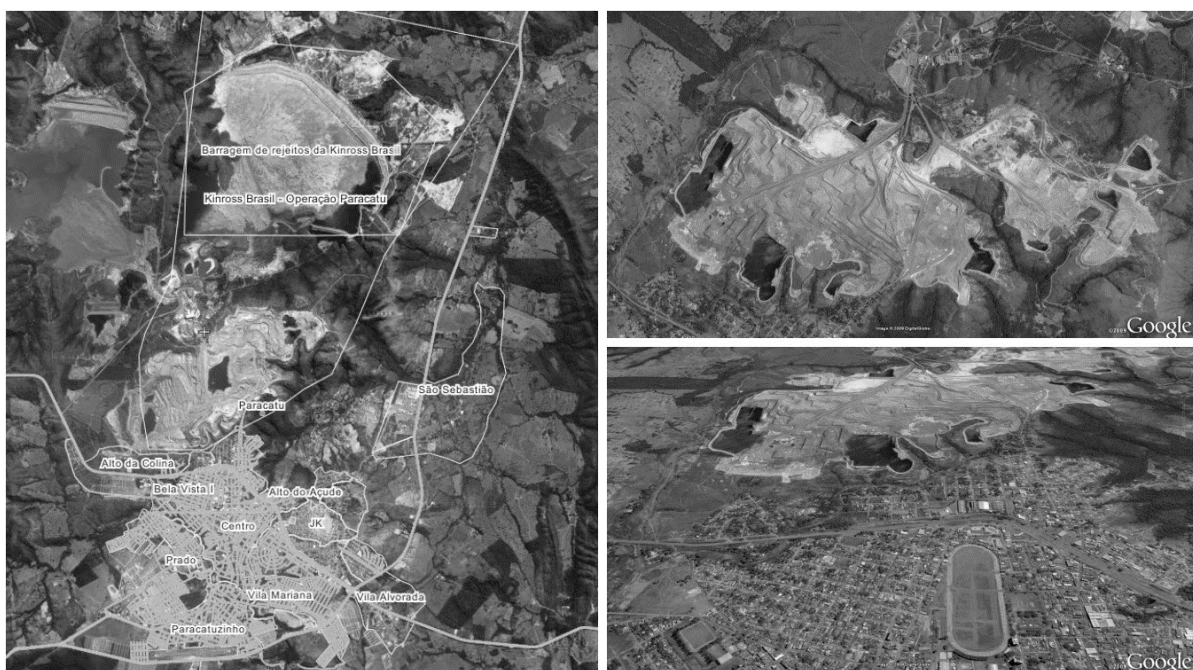


Figura1 – Paracatu e RPM/Kinross.

Fonte: Google (2009).

Adiante, percebemos uma disputa pelo uso do espaço em Paracatu, em que a comunidade se vê cercada por uma empresa transnacional, com enorme poder de barganha e influência no Estado. A perspectiva da produção do espaço social, discutida no tópico a seguir, busca evidenciar como isso ocorre no município, entre dinâmicas de apropriação e dominação. Diante deste quadro, cabe destacar a importância dos espaços de representação e das alternativas às práticas e representações dominantes. Os três tópicos a seguir, que apresentam as três categorias analíticas anteriormente expostas tratam da produção de representações que concorrem e contradizem as representações hegemônicas encontradas na mídia e no discurso de responsabilidade

socioambiental da empresa mineradora. Apesar de nos concentrarmos nos dizeres dos moradores e ativistas da cidade, em textos jornalísticos, de blogs e produção audiovisual, alguns contrapontos e esclarecimentos são trazidos para ilustrar ou esclarecer as situações expostas.

4.2 Comendo Paracatu de Colher pelas Beiradas: a expansão da mineração

Tiram a tranquilidade até nas nossas moradas
Comendo Paracatu de colher pelas beiradas
A poeira que levanta do buraco da ganância
De tamanha atrocidade por onde ela avança
(Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha. Salve Paracatu! – Autor Desconhecido)

O processo de implantação da mina em 1987 e sua posterior expansão envolveu conflitos com comunidades tradicionais e moradores do município. A área utilizada pela mineradora pertencia a comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP, cujas terras não foram demarcadas e processos de indenização para a desapropriação de terras permanecem sem solução (GESTA, n.d.). A expansão da mina, em 2008, para a triplicação da produção de ouro (de 5 para 15 ton./ano) e volume de minério processado de 18 para 60 milhões de ton./ano, até 2040 (Fiocruz/Fase, n.d.).

Interessante figura de linguagem é utilizada pelos moradores para retratar a exploração de ouro em Paracatu por uma empresa transnacional: “Paracatu tá parecendo uma colônia, [...] de quando os portugueses vieram pra cá” (Neiva, & Silveira, 2010). Indagada sobre como é ter um vizinho como a RPM, a moradora R. Machado, afirma que “é um horror, um absurdo, uma afronta, uma falta total de respeito com a gente. Eles ameaçam a gente de todas as formas” (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Além das desapropriações e moradores que cederam à pressão exercida pela empresa – “eles estão tirando todo mundo do lugar” [M. C. dos Santos] – há casos de moradores do bairro Amoreiras 2 que já venderam seus terrenos e que novamente são atingidos pela mineração, dada a expansão da mina: “Saí, mas continuo vizinha da mineradora. É muita poeira e muito barulho. A casa vive cheia de rachaduras por causa das detonações – E. da S. Pereira (LABOISSIÈRE, 2015).

A paisagem de Paracatu também aparece como elemento visual de maior destaque, da cidade a ser engolida pela mineração: “a imagem é de terra arrasada, cenário de filme apocalíptico [...]. A mina, hoje a maior do país em movimentação de minério, não pára de crescer para atender à corrida mundial pelo ouro”, cujo valor de venda e demanda tem aumentado exponencialmente nos últimos anos (DERKIÊ, 2011).

O impacto ambiental nos córregos São Domingos e Santo Antônio e no Ribeirão Santa Rita é profundo, os córregos estão assoreados e com baixíssima vazão de água, enquanto o Ribeirão está com as águas contaminadas, tal situação leva à

escassez na comunidade de São Domingos (GESTA, n.d.): “todo ano dava enchente aqui, a água ia até aquela mangueira, hoje a água não passa da cerca” – R. Machado. Os moradores ainda indicam o impacto na fauna e na flora, com espécies nativas cada vez mais raras, “acabou a água, acabou as mangabas, os pequis, acabou as gabiobas” (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Adiante, os moradores, após o crime ambiental de Mariana, MG, também expressam sua preocupação com a barragem de rejeitos da Kinross, que em audiência pública sobre a segurança das barragens, manifestaram o medo que sentem das explosões e do rompimento da barragem (JORNALISMO PARACATU, 2015).

As informações e relatos anteriormente trazidos indicam que a expansão da mineradora afeta as comunidades do entorno, social, ambiental e culturalmente, havendo incompatibilidade entre tal expansão e o uso do espaço pela comunidade, num processo de territorialização predatória, que desconsidera a presença de comunidades seculares. Poucos moradores ainda se mantêm em suas terras, cujos terrenos vizinhos já foram todos comprados pela mineradora, apesar da proximidade com a mina e os transtornos gerados, alguns enxergam tal posição como alternativa única de manter condições mínimas de abrigar suas famílias (NEIVA, SILVEIRA, 2010), mesmo que em um espaço deteriorado pela mineração. As canções analisadas (banda Arsênium) também retratam a contradição entre o uso do solo pela empresa e pela comunidade, assim como criticam a destinação dos lucros vultosos da mineração e o ônus social e ambiental deixado para os moradores e as próximas gerações num caráter de crítica e denúncia da realidade do município.

4.3 O Morro Morto: a luta pelo direito à saúde

A poluição que está nos matando
Vem da montanha, do morro morto
Crianças que nascem com formas de porcos
Porcos mutantes com formas de gente
(Ouro de Sangue – Banda Murro no Olho)

Outro ponto de debate e contradição entre pareceres de órgãos reguladores, pesquisadores e moradores é a contaminação por arsênio. De acordo com a SOS Arsenic (2010), o arsênio é uma das mais potentes toxinas ambientais, espalhado na água, no solo e no ar, afetando praticamente todos os órgãos e relacionado às 10 principais causas de morte da Organização Mundial da Saúde, dentre elas doenças cardiovasculares, diabetes, doenças do sistema nervoso e pode até mesmo agravar doenças infecciosas por afetar o sistema imunológico dos seres vivos por ele contaminados. Essa contradição é vista nas palavras de Vieira (2016): “Para alguns, os efeitos do metal liberado na mineração em Paracatu é [sic] responsável por casos de câncer na cidade. Outros dizem que a concentração do produto é baixa e não

causa risco à saúde”.

O relatório do CETEM – Centro de Tecnologia Mineral, de um estudo realizado entre março de 2011 e dezembro de 2013 e apresentado em audiência pública em 18 de março de 2014, indicava “que as concentrações de arsênio nas águas de abastecimento doméstico e no ar podem ser consideradas baixas”, assim como amostras de sangue, urina e cabelo apresentaram um teor menor ou igual aos níveis de referência da Organização Mundial da Saúde e da legislação Brasileira (VIEIRA, 2016). Referenciais estes criticados por ativistas e pesquisadores que consideram não haver um valor mínimo seguro (SOS ARSENIC, 2010). O relatório do CETEM também foi criticado por nova reunião ter sido feita em 22 de março de 2016, sem a presença de moradores atingidos, e que os dados anteriormente apresentados careciam de correções:

Nessa nova reunião a portas fechadas, os pesquisadores do CETEM, Instituto Evandro Chagas e Unicamp informaram que a “reanálise” dos dados apresentados na audiência pública de 2014 revelou que a média de contaminação por arsênio em Paracatu é de 15 µg/L (microgramas por litro) de urina, ou seja, quase cinco vezes o que eles mesmos haviam anunciado, e que na verdade existiriam, entre as cerca de 800 pessoas amostradas, 13 casos de contaminação por arsênio acima de 50 µg/L na urina, inclusive três pessoas teriam apresentado arsênio acima de 100 µg/l na urina: uma moradora do bairro Paracatuzinho e outros dois moradores do bairro Amoreiras. As outras pessoas que teriam apresentado concentração de arsênio na urina acima de 50 µg/l foram 2 moradores do bairro Paracatuzinho e 8 do bairro Amoreiras. (MARQUES, 2016).

Em 2012, 425 pacientes de Paracatu eram tratados no Hospital de Câncer de Barretos, referência nacional para o tratamento dessa doença (DANI, 2012a), tanto que uma casa de apoio para pacientes com câncer foi instalada em Paracatu, que em 2015, atendia entre 2 a 12 pacientes por dia. B. Petrov, um dos diretores do hospital, afirmou que “em 2014, o Hospital do Câncer, realizou 1.153 atendimentos de pacientes vindos da cidade de Paracatu” (HANDER JÚNIOR, 2015a).

Assim, mesmo que em um primeiro momento a vinculação da luta pela saúde possa parecer distante da produção social do espaço, as disputas e contradições entre diferentes autores quanto à contaminação por arsênio, assim como a relação dos moradores com essa disputa, evidenciam elementos que impactam diretamente o cotidiano, as experiências, ou seja, os espaços de representação.

Os moradores relatam como sua saúde foi alterada após o início da mineração da RPM/Kinross: “nós morava aqui antes dessa firma vir pra cá, nós brincava, corria nesses pastos e não sentia nada. E depois dela a vida de nós mudou totalmente. É só remédio, gastamos o que nós não tem” – S. P. da Cruz (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Os relatos de câncer, dos moradores cujos relatos estão no conteúdo audiovisual e nos textos analisados, são frequentes e denotam a insegurança e a incerteza dessas pessoas quanto ao seu futuro e ao futuro de suas famílias (NEIVA, SILVEIRA, 2010; DANI, 2014; HANDER JÚNIOR, 2015a, 2015b).

Nova audiência Pública foi realizada em 28 de junho de 2016, em que o geólogo M. J. dos Santos apresentou dados de pesquisa independente realizada em 2015, cujos resultados indicam altos níveis de contaminação, principalmente em crianças (Laboissière, 2016; Paracatu.net, 2016). Assim, as contradições e disputas quanto à contaminação de arsênio são atuais. Aqui as representações que desafiam a ordem estabelecida são encontradas nas canções de Arsênium, banda paracatuense de *black metal* e de Murro no olho, banda *punk* de Brasília, destacando as referências a contaminação, mutações e o descaso das autoridades competentes com a natureza e a saúde da população.

4.4 Alternativas à Miséria da Vida Cotidiana: entre o lamento e o desvelamento de uma realidade opressora

Sete quilos de arsênio são liberados no ar
Por uma grama de ouro que daqui vai voar
Pro Canadá!
Por que o ouro tem poder de mandar calar
(O poder do Ouro – Banda Arsênium)

Diante da apresentação dos dilemas da expansão da atividade de mineração e da luta pela saúde, cabe agora refletirmos mais profundamente sobre a degradação do espaço social pela atividade mineradora e como o cotidiano dos moradores é afetado (além dos transtornos das detonações e dos riscos de contaminação). Nos conteúdos produzidos de forma independente, percebemos um sentimento de nostalgia e lamento, um lamento pelas relações sociais e o envolvimento com a natureza local, transformados e deteriorados pela ação da empresa mineradora, assim como um desencantamento com a realidade atual e seus locais de enunciação:

Eu não acho certo não. Eu acho um horror, eu fico olhando isso aqui [o córrego assoreado]. Acho um horror terem feito um absurdo desse aí. Uma coisa tão bonita quanto era aqui, entende? A gente sente muito, muito mesmo. As beleza que nós já viu aqui nessa praia e agora ver desse jeito. A gente lamenta muito – C. L. dos Reis. (NEIVA, SILVEIRA, 2010).

Os moradores fazem um retrato de desesperança diante da situação que enfrentam e do poder e influência que a RPM/Kinross possui junto as autoridades locais e estaduais: “todo mundo calou a boca, porque todo mundo morre de medo da RPM, que a RPM tem dinheiro, a gente não” [M. L. Oliveira] ou ainda “eles são pessoas muito poderosas, a gente é que tem que se retirar né?” [N. A. de Oliveira] (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Essas são frases comuns, como os moradores interpretam sua relação conflituosa com a empresa mineradora. Há ainda relatos de profissionais que não conseguem desenvolver mais suas atividades, como os ourives de Paracatu,

já que ouro não é mais comercializado no município

Cabe ainda destacar que, diante do ‘esvaziamento’ das comunidades e desapropriações, a cultura do município também foi prejudicada. R. F. da Silva destaca que a Caretada, festa tradicional do município em homenagem a São Domingos, passada há várias gerações, em que os participantes utilizam máscaras e trajes típicos, dificilmente ocorre e com número reduzido de participantes, ainda afirma: “uma nova escravatura para o meu povo, que não te obriga a trabalhar, não te bate, mas te impede de você viver como você vivia” (NEIVA, SILVEIRA, 2010).

A modificação profunda nas condições materiais e imateriais é ponto de acordo nos depoimentos, assim como a chegada de um momento que que moradores, com pesar, abandonam o local em que nasceram e foram criados – “nascido e criado”, uma figura de linguagem comum para se indicar os vínculos fortes com comunidades e com locais de origem.

Moradores também relatam a dificuldade de conseguir indenizações e de até mesmo acessar o Poder Público, enquanto alguns ‘não entraram na justiça’ por acharem que ‘não tinha jeito’ e não possuem qualquer forma de apoio jurídico e institucional e que onde irem, as portas se fecharão, outros relatam a morosidade de processos: “o [processo] que eles [pessoas da RPM/Kinross] entram é rápido, quando é do povo não anda” – R. Machado (Neiva, & Silveira, 2010). Morosidade que é relatada nas ações civis públicas movidas contra a RPM/Kinross:

Uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pela Fundação Acangau defende que a mineração de ouro em Paracatu é economicamente inviável, ecologicamente insustentável e socialmente injusta. Esta ACP pediu a realização de um estudo epidemiológico clínico-laboratorial e a interrupção imediata do envenenamento crônico da população de Paracatu, mas está suspensa, por decisão judicial e com a anuência do Ministério Público, desde 2009. (DANI, 2012b).

Tais evidências nos levam a considerar o papel central da violência (estrutural) contra culturas e povos, impossibilitados de manter suas tradições e os locais de sua convivência, expressão do seu cotidiano e das suas experiências: “isso é retirar do indivíduo parte do próprio direito à vida, em sentido pleno, que não é só estar vivo, comendo, dormindo e trabalhando. É a sua cultura” – P. M. Serrano Neves (NEIVA, SILVEIRA, 2010). Salientamos também, que de forma mais extensiva, a essas pessoas é negado o direito à cidade, o direito à obra, de fazer parte da construção de seus futuros, a antítese do que é defendido por autores como Henri Lefebvre (1991, 2001) e David Harvey (2014): é a miséria da vida cotidiana, no esvaziamento de significados e extinção dos lugares de encontro e simultaneidade.

Na corrente de pensamento da busca pelo direito à cidade, da política feita pelos pobres, ou por aqueles que destoam da racionalidade hegemônica, podemos destacar das produções textuais e audiovisuais aqui apresentadas a atuação de ativistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil, alguns deles (S. U. Dani; P. M. Serrano

Neves; M. J. dos Santos; S. Neiva; A. Silveira, dentre outros) atuam diretamente na ressignificação de cotidiano das comunidades de Paracatu e na produção de conteúdo que evidencia as vozes da população e também em organizações da sociedade civil, redes de apoio e movimentos sociais, cujas relações fogem ao escopo desse trabalho.

Buscando reflexões sobre o pensamento de Lefebvre (1991, 2001) e Santos (2014), verificamos a importância da produção e circulação de outros conhecimentos, que evidenciem as experiências daqueles cujas vozes muitas vezes são silenciadas ou que as presenças são desconsideradas ou apagadas nos momentos de decisão, dos quais não tomam nem fazem parte. As representações, como meio termo entre o vivido e o concebido, podem favorecer a disseminação de informação e fomentar discussões e reflexões, para que então possamos pensar outro modo de lidar com a extração mineral e, mais importante ainda, dar às pessoas a centralidade que merecem nas decisões, análises e produções acadêmicas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos que o uso de teorias de formação socioespacial, nas dimensões física, mental e social, e na mediação entre vivido e concebido, as representações, pode trazer perspectivas diferenciadas para se tratar conflitos advindos da atividade mineradora, principalmente em áreas urbanas. Em um contexto mais amplo, o modelo extrativista para minérios adotado no Brasil e na América Latina, como indica o *Environmental Justice Atlas*, é profundamente vinculado à atuação de empresas transnacionais, cuja atuação predatória e complacência (na melhor das hipóteses) dos Estados, tem gerado inúmeros conflitos. Paracatu está inserida nessa realidade, daí a importância de pensarmos que os efeitos da globalização, assim como da planificação dos espaços trazem contribuições relevantes não apenas para os Estudos Organizacionais, indicando a centralidade da política nos conflitos socioambientais, onde a periferia é cada vez mais facilmente percebida, enquanto os centros de poder e tomada de decisão são difusos.

A perversidade dessas relações entre o capital, Estado e atingidos, revela a fragmentação e a tentativa de homogeneização dos espaços sociais, que como esclarece Lefebvre (2013, p. 123) leva a uma “[...] contradição (diabólica) não expressa, inconfessa, não explicitada”. Ainda assim, mesmo que os empresários das megacorporações atuem sem consideração pelas comunidades no entorno das minas, ou orientados por uma “responsabilidade socioambiental”, outras racionalidades e outros saberes transitam pelo espaço ou território afetado. Ainda mais: outras representações, que contestam a imposição do modelo desenvolvimentista e da importância dos empregos e dos tributos, são produzidas por ativistas, pesquisadores e moradores de Paracatu-MG

Em meio a desesperança e tristeza, notáveis nos dizeres e semblantes dos

atingidos (presentes nas representações audiovisuais), cabe destacarmos que outros locais já conseguiram vitórias significativas para a preservação de sua natureza e comunidades, por exemplo, a *Kinross Gold Corporation* teve suas atividades de exploração de águas para uso na mineração de ouro embargadas pelo governo chileno, ainda que o dano ambiental tenha sido imenso (Reuters, 2016). Na outra extremidade, para transitarmos entre o otimismo e pessimismo, há cidades, como Cerro de Pasco, no Peru em que a cidade foi literalmente engolida pela mineração, com altíssimos níveis de contaminação por chumbo e grande parte das casas próximas ao abismo tornaram-se inabitáveis (MICHEL, 2014). Esses dois casos, dentre tantos outros, indicam a necessidade de repensarmos ações e a produção e circulação de representações, com o intuito de promover os primeiros passos de um projeto utópico de transformação de uma atuação empresarial que desconsidera a importância das comunidades, seus locais e relações, o que remete a produção de um espaço contraditório ou contra-espaço.

Quanto às limitações deste trabalho, destacamos que, devido à busca por aprofundamento das representações advindas da mídia não tradicional, temos ciência que um pequeno volume de material foi processado, escolhido especialmente para propiciar uma narrativa de diferentes aspectos do cotidiano dos moradores, a partir da lente e das escolhas dos produtores do material audiovisual ou textual. Dessa forma, ao tomarmos as falas de moradores e ativistas a partir de um material já produzido e divulgado, estamos levando em conta um processo de edição e seleção de conteúdo prévios. Um maior volume de dados poderia trazer outras nuances para o estudo, o que de toda forma se justifica pelo escopo do trabalho – com destaque para meios que tragam posições e representações contra-hegemônicas. Cabe ainda destacar que quaisquer tentativas de entendimento das ressignificações do cotidiano dos moradores perpassa o contato direto e a coleta de dados primários, junto aos moradores.

Quanto a uma possível agenda de pesquisa, destacamos elementos evidenciados que carecem de maiores esclarecimentos, mas que não pertenciam ao escopo do trabalho e outros suscitados pelos resultados que encontramos: (a) as desapropriações e apagamento de comunidades tradicionais traz à tona a importância de se discutir o racismo ambiental e como muitos dos conflitos se dão por atividades empresariais predatórias que afetam grupos vulneráveis, como quilombolas e indígenas, dentre outros; e (b) dentro da necessidade de conhecer outros locais e experiências, é também importante verificar como a contradição da atividade mineradora e o uso do espaço se dá em outros conflitos socioambientais, em áreas urbanas ou rurais, no estado de Minas Gerais e na América Latina.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.. Paradoxos da ambientalização do Estado brasileiro: liberalização da economia e flexibilização das leis. In: RIBEIRO, C. T.; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. de (Org.). *Desafios ao*

planejamento: produção da metrópole e questões ambientais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 115-136.

ALESSI, G. *Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/politica/1432561404_705347.html>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BACCI, D. d. L. C.; DINIZ, T. M. R. d. G. Mining in urban areas: methodological proposal for the identification and mediation of socio-environmental conflicts. *Rem: Revista Escola de Minas*, n. 66, p. 369-374, 2013.

BACCI, D. d. L. C.; LANDIM, P. M. B.; ESTON, S. M. de. Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. *Rem: Revista Escola de Minas*, n. 59, p. 47-54, 2006.

BAPTISTI, E. de; JORGE, N. F.; SOARES, L. Mineração de agregados em área urbana: planejamento integrado e recuperação ambiental. *Exacta*, v. 2, p. 203-212, 2004.

BARRETO, E. P.; SILVA, C. M. M.; OLIVEIRA, P. F. P. Análise da Mineração em Áreas Urbanas no Contexto do Ordenamento Territorial: Estudo de Caso do Município de Jabotão dos Guararapes, Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 5, n. 5, p. 1002-1018, 2012.

BARROS, J. N. *Mineração e violação de direitos: o caso da empresa Kinross em Paracatu (MG)*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2017.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

COELHO DE SOUZA, C. H. *O "espaço da resistência" na Serra do Gandarela: Instrumentos, Contraposições e a necessária utopia*. Tese de Doutorado, na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DANI, S. U. *Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo*. 17 maio 2012. Disponível em: <<http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2012/05/arsenio-liberado-pela-kinross-em.html>>. Acesso em 20 jun. 2016.

DANI, S. U. (2012, 17 novembro). *Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista*. 17 nov. 2012. Disponível em <<http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2012/11/incidencia-de-cancer-em-paracatu-e.html>>. Acesso em 20 jun. 2016.

DANI, S. U. *Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima*. 24 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/06/24/denunciaarseniodeparacatunaoescolhevitima/>>. Acesso em 20 jun. 2016.

DANI, S. U.; SANTOS, M. J. dos. (2016, 28 junho). *Carta aberta à população de Paracatu*. 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2016/07/carta-aberta-populacao-de-paracatu-28.html>>. Acesso em 30 jun. 2016.

DERKIÊ, L. [ruiter872]. *Kinross Paracatu e os problemas ambientais*. [Arquivo de vídeo]. 01 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8rk4F8pLEBY>>. Acesso em 20 jun. 2016.

FARIAS, C. E. G. Mineração e Meio Ambiente no Brasil. *Relatório do CGEE/PNUD*, 2002. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/miner_c3_a7_c3_a3o_20e_20meio_20ambiente.pdf>. Acesso em 20 jun. 2016.

FIOCRUZ/FASE. *Poluição ambiental grave e persistente, exposição crônica ao arsênio e outras substâncias tóxicas, além de expulsão de comunidades tradicionais, são algumas das consequências da extração de ouro a céu aberto em Paracatu*. Disponível em: <<http://www.confliotoambiental.icict>>.

fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=219>. Acesso em 20 jun. 2016.

GESTA. *Denúncia de contaminação por metais pesados de propriedades adjacentes à extração de ouro em Paracatu*. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=461>>. Acesso em 20 jun. 2016.

HANDER JÚNIOR. *CQC Paracatu - Proteste Já - 09/03/2015*. [Arquivo de vídeo]. 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoaqEE2BmFU>>. Acesso em 20 jun. 2016.

HANDER JÚNIOR. *Paracatu MGTV_29/04/2015*. [Arquivo de Vídeo]. 30 abril 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dX1CwjQi8Y0>>. Acesso em 20 jun. 2016.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. *IBGE Cidades – Paracatu, 2015*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314700>>. Acesso em 20 jun. 2016.

JORNALISMO PARACATU. *Audiência Pública debate segurança das barragens da Kinross em Paracatu*. [Arquivo de vídeo] 01 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8g75nFxWCcc>>. Acesso em 20 jun. 2016.

LABOISSIÈRE, P. (2015, 16 março). *Expansão da maior mina de ouro do Brasil assusta moradores de Paracatu*. 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/expansao-da-maior-mina-de-ouro-do-pais-assusta-moradores-de-paracatu>>. Acesso em 20 jun. 2016.

LABOISSIÈRE, P. (2016, 02 janeiro). *Arsênio da mineradora de Paracatu contaminou crianças*. 02 jan. 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/01/02/interna_cidadesdf,512559/arsenio-de-mirneradora-de-paracatu-contaminou-criancas-da-cidade.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, v. 27, n.79, p. 123-132, 2013.

MARQUES, L. (2016, 28 junho). *Nível de contaminação por arsênio em Paracatu está muito além do considerado ideal, aponta estudo*. 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://paracatu.net/view/6839-nivel-de-contaminacao-por-arsenio-em-paracatu-esta-muito-alem-do-considerado-ideal-aponta-estudo>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MARTINS, S. F. Considerações a respeito da produção do espaço em Henri Lefebvre. In: MACHADO, C. R. S.; MARTINS, C. A. A. *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011, p. 69-84

MICHEL, A. H. (2014, 29 dezembro). *A cidade engolida pela mineração*. Disponível em: <http://motherboard.vice.com/pt_br/read/a-cidade-engolida-pela-mineracao>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NEIVA, S.; SILVEIRA, A. [Sandro Neiva]. *Ouro de Sangue* [Arquivo de vídeo]. 15 out. 2010 [2008]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GWQWlhPqSHE>>; <https://www.youtube.com/watch?v=m_OuhWFOWBg>; <<https://www.youtube.com/watch?v=NnfPuzGHnKQ>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=ENGyzwmT8YU>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=ujBaEI9m-iw>> [partes 1 a 5]. Acesso em: 20 jun. 2016.

NEVES, L. R.; SCARCELLI, I. R. *Cidade: Uma análise psicossocial do espaço citadino após*

inundação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 63, p. 159-180, 2016.

PARACATU.NET. *Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de mineração em Paracatu*. 25 jul. 2012. Disponível em: <<http://paracatu.net/view/3776-sindicato-pede-atencao-do-legislativo-quanto-as-atividades-de-mineracao-em-paracatu>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

REUTERS. *Chile regulators shuts down Kinross mine water installation*. 20 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/chile-mine-idUSL2N16S0BX>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.

SANTOS, M. J. dos. *O Ouro e a Dialética Territorial em Paracatu – opulência e resistência*. Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília, 2012.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, L. R. da. As representações na obra de Henri Lefebvre: aporte teórico para um estudo sobre a produção/circulação de representações sobre os negros na escola brasileira. In: MACHADO, C. R. S.; MARTINS, C. A. A. *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011, p. 101-114.

SOS ARSENIC. (2010, 15 julho). *The worldwide campaign: stop an invisible mass killing*. 15 jul. 2010. Disponível em: <<http://sosarsenic.blogspot.com.br/2010/07/stop%ADinvisible%ADmass%ADkilling%ADworldwide.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

VIEIRA, F. (2015, 29 abril). *Liberção de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência*. 29 abril 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/04/liberacao-de-arsenio-de-mineradora-de-paracatu-mg-e-tema-de-audiencia.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ZHOURI, A.; LASCHESFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa –Minas Gerais

Simone Caldas Tavares Mafra

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa –Minas Gerais

RESUMO: Considerando premissa que se começa a envelhecer ao nascer, este artigo apresenta uma abordagem acerca do envelhecer e do morar. O objetivo foi realizar uma revisão da literatura sobre o idoso de baixo nível socioeconômico e seu acesso à moradia. Foi realizada busca na base de dados SciELO e biblioteca. Identificamos as ocorrências: saúde, envelhecimento, feminilização, arranjos familiares, qualidade de vida, Estatuto Idoso e Cidade, risco social e moradia. Os dados revelaram que o acesso à moradia se configura como obstáculo, o idoso é submetido à moradia de baixa qualidade que influencia na sua qualidade de vida, dignidade ao envelhecer.

PALAVRAS-CHAVES: Habitação. Idoso. Envelhecimento com dignidade.

ABSTRACT: Considering the premise that one begins to grow old at birth, this article presents an approach about aging and living. The objective was to review the literature on the elderly with

low socioeconomic level and their access to housing. We searched the SciELO database and library. We identify the occurrences: health, aging, feminization, family arrangements, quality of life, Elderly Status and City, social risk and housing. The data revealed that access to housing is an obstacle, the elderly are subjected to low quality housing that influences their quality of life, dignity as they grow older.

KEYWORDS: Housing. Elderly. Ageing with dignity.

1 | INTRODUÇÃO

Observa-se o exponencial crescimento da população idosa no Brasil, que acaba trazendo consequências na forma de morar contemporânea que se qualifica como inadequada. Considerando que a moradia é o convívio do idoso com seu habitat, vê-se nesta inadequação um problema relevante a ser estudado. Além de se saber que a provisão considerável de habitação no país, principalmente direcionada as camadas de baixa renda é insuficiente ponderando a demanda para a mesma.

Deve-se destacar o envelhecimento como processo dinâmico ao longo da vida, e que pode ser bem sucedido mediante ações e processos

ativos de no decorrer da vida. Essa afirmativa vem ao encontro da proposta de estudo desse artigo, envelhecer com direitos assegurados atribui dignidade ao indivíduo.

No Brasil cerca de 80% dos idosos mora nas áreas urbanas, o que aumenta a demanda por moradia, infraestrutura e acessibilidade no espaço urbano, influenciando o déficit habitacional. Segundo dados do IBGE de 2010 cerca de 10 % da população é formada por idosos, já na pesquisa de 2000, cerca de 60% dessa população era responsável por sua residência, e que, 42% desses, sobreviviam com apenas dois salários mínimos, ou seja, a demanda por moradia dessa população, idosos de baixo nível socioeconômico, é bastante considerável. Estimativas apontam que no ano de 2020, o Brasil ocupará a sexta posição no *ranking* dos países com maior contingente de idosos, nessa perspectiva é inevitável às mudanças na estrutura familiar e no perfil dos idosos existentes.

Desta forma fica clara a necessidade de estudos para o enfrentamento dos problemas sociais e econômicos que interferem no envelhecimento bem sucedido e com autonomia, a moradia influencia nesse contexto, a habitação se comporta como uma variável de grande importância.

Para realizar a pesquisa exploratória, optou-se pela literatura científica referente à habitação e envelhecimento, com marco legal estabelecido pela Constituição Federal datada de 1988 que abrange a temática. Os dados obtidos revelaram que o acesso à moradia se configura como obstáculo para população de baixa renda, influenciando consideravelmente na qualidade de vida e cidadania da porção populacional dos idosos.

Com a intenção de aprofundar o conhecimento, delineou-se o objetivo deste estudo, a habitação e a influencia que gera na vida da pessoa idosa de baixo nível socioeconômico, foi realizada uma revisão da literatura sobre o idoso de baixo nível socioeconômico, o seu acesso à moradia digna no país e a repercussão em sua vida.

2 | REVISÃO DE LITRATURA

O crescente envelhecimento da população é um fenômeno mundial. O aumento da expectativa de vida do brasileiro e a falta de planejamento para esta nova realidade, geram um problema real e de grave consequência ao país e principalmente ao indivíduo, que envelhece e não tem assistência adequada a sua nova condição física e mental, afetando diretamente seu bem estar social e conseqüentemente sua qualidade de vida, como coloca Vecchia (2005).

Segundo o Relatório Síntese de Indicadores Sociais organizado pelo IBGE, a população idosa brasileira passou de 9,1% em 1999 a 11,3% o percentual das pessoas com 60 anos ou mais, e com expectativa de vida de 70 anos em 1999 para 73,1 anos, um aumento de 3,1 anos em uma década. Segundo Deus (2010), dados mais atuais revelam um crescimento da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em

1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010. O crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do crescimento da população adulta, com destaque para o aumento, considerável, da população idosa.

Para Camarano (2002), os dois motivos principais para o crescimento da população idosa são: a alta fecundidade no passado, observada nos anos 1950 e 1960, comparada à fecundidade de hoje, e a redução da mortalidade da população idosa; os avanços no setor de saúde são preponderantes para essa longevidade. Esse processo de envelhecimento da população altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade no geral.

No período de 8 a 12 de abril de 2002, foi realizada, em Madri, a II Assembleia Mundial do Envelhecimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de fazer uma reavaliação do Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento. Discutindo à cerca do processo acelerado, o quanto interfere no planeta e propostas pertinentes ao segmento etário em questão. Já no Brasil, em Brasília processo de 2002, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) subordinado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. É de competência do CNDI: supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso; zelar pela descentralização político-administrativa e a participação das organizações dos idosos na implementação de políticas, programas de atendimento ao idoso e também garantir a implementação dos instrumentos internacionais relativos ao envelhecimento das pessoas.

Segundo Pistori (2004) antes desse Conselho, em 1994 foi criado um instrumento governamental, a Política Nacional do Idoso que discute os direitos sociais da pessoa idosa, das suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas. Com a crescente demanda de projetos relacionados a esse segmento populacional, foi instituída uma política pública abrangente de atenção ao idoso, em 2003 o Estatuto do Idoso, após sete anos tramitando no Congresso Nacional. A política pública mais atual é a Política de Saúde do Idoso, de 2006, que abarca a questão específica da saúde, atribuindo diretrizes que vão ao encontro da autonomia e velhice bem sucedida na esfera da saúde física e mental. Apesar do atendimento precário que a população dispõe, principalmente a de baixa renda, é no setor da saúde que se observa maior avanço.

A questão habitacional é abordada no Estatuto do Idoso no Capítulo IX, no art. 37 e 38 do referido capítulo, o referido Estatuto dispõe que:

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1o A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I – reserva de três por cento das unidades residenciais para atendimento aos idosos;

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão (BRASIL, Estatuto do Idoso, p. 22).

Entretanto, Deus (2011) ressalta que, o que se refere ao idoso de baixo poder aquisitivo, não atende a esta determinação, tão pouco ao fato da moradia ser um direito do cidadão, conforme previsto no capítulo II, art. 6º da Constituição Federal Brasileira. A habitação é um fator relevante na vida do idoso, a casa para a humanidade, se estabelece como um elemento fundamental ao desenvolvimento do ser humano considerada necessidade básica, como a alimentação e a vestimenta.

De acordo com Lorenzetti (2001), a carência de moradias constitui um problema vivenciado de forma mais recorrente pela população envelhecida de baixa renda, colocando desafios aos governos federal, estadual e municipal no que se refere à definição de políticas públicas eficazes para a redução do déficit habitacional. Hoje a situação é crítica, atingindo além das metrópoles, também os centros de pequeno e médio porte. As chamadas áreas urbanas desfavoráveis - favelas, mocambos e invasões - são uma presença marcante na paisagem brasileira, espelhando uma problemática que começa no início do século e, agrava-se com o avanço do processo de urbanização, até a atualidade. Nessa perspectiva, Braga (2001) afirma que, essa problemática afeta diretamente a vida do idoso, envelhecer com dignidade requer condições favoráveis em todos os âmbitos, no social, emocional e físico, todos pautados na legislação, expropriando esse indivíduo o seu direito de cidadania.

No Brasil, a constituição Federal, institui que todos têm direito à moradia, um lugar adequado de se viver. Há portanto, um entendimento que todos têm direito à habitação digna e segura, que promova qualidade de vida ao indivíduo.

Para Pessoa (2000), mesmo sendo determinado na legislação, o direito à moradia perpassa pela questão social brasileira, que também é definida pelas leis, todavia pouco assegurada. O que se observa é um cenário de grande desigualdade social que leva à pobreza e violência, atingindo de forma mais rápida a população de baixa renda. Nessa perspectiva vem a estruturação de políticas públicas, que garantam a promoção das condições básicas de vida, onde a habitação se insere, não apenas no sentido de abrigo ou proteção, mas como acesso a cidadania, é preciso enfatizar a necessidade física e emocional relativa à moradia para o cidadão. A população excluída, por vivenciar condições socioeconômicas desfavoráveis, não figura na sociedade como cidadãos de direitos.

É nesse sentido que a população idosa brasileira de baixa renda é submetida à situação de risco social, em função da dificuldade de alcançar esse direito, se configura um dos fatores para condição (CAMARANO, 2010).

O ambiente construído é dinâmico e não estático, está em constante modificação social e de permanência, isso engloba a moradia. Ele é indissociável a sociedade que o constrói e ocupa, dificultando elaboração de alternativas democráticas e igualitárias para as cidades brasileiras. Outra dificuldade pode ser observada no tocante a máquina pública administrativa, a herança dos costumes arcaicos do Brasil colônia como privilégios e direito a cidadania conforme a posição socioeconômica a qual se ocupa, ou mesmo o clientelismo e o trabalho como maldição, que engessa a sociedade (MARICATO, 2000).

De acordo com Genovois (2001), a realidade brasileira relativa à questão habitacional é bastante complexa, resultado de uma combinação de fatores, a dificuldade ao acesso ao trabalho formal, à ocupação desordenada do solo urbano, a pressão do mercado imobiliário, a falta de regulação desse mercado por parte dos governos, e aplicação e efetivação das legislações existentes. Dados mostram que cerca de 50 % da população vive de forma irregular ou ilegal, em loteamentos irregulares ou clandestinos, em cortiços e em favelas. Essa população não é servida de equipamentos e infraestrutura urbana satisfatória, sugerindo com isso o déficit habitacional.

O déficit habitacional, que em princípio era qualificado apenas pelo número da necessidade de construção de novas unidades habitacionais. Entretanto essa definição não é eficaz para explicar, pois as “necessidades habitacionais” distinguem-se em dois tipos de carência: o déficit, o déficit quantitativo, que exige construção de moradia; e a inadequação, o déficit qualitativo, que implica em reforma da moradia. Essas informações subsidiam as políticas federais, estaduais e municipais, daí sua importância e necessidade, conforme dispõe Bonduki:

A permanência de um elevado *deficit* habitacional concentrado na baixa renda depois de décadas de política habitacional, impulsionada pelo governo federal, evidencia o fracasso dos programas públicos e a incapacidade dos mecanismos de mercado para o enfrentamento do problema. A situação, por outro lado, tem ressaltado a absoluta necessidade de se formular estratégias mais eficazes para atender as faixas de menor poder aquisitivo (BONDUKI, 2000, p. 80).

Para Saule Júnior (2005), a questão de moradia é muito mais ampla que simplesmente a terra ou a casa. A habitação precisa ser servida em terra urbanizada, ou seja, dotada de infraestrutura e equipamentos urbanos. Esta terra urbanizada é fator chave na inclusão e exclusão espacial, haja vista as favelas e loteamentos ilegais. Para uma moradia ser considerada adequada, é fundamental que atenda a quesitos como: segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços e infraestrutura; habitabilidade condições físicas e de salubridade adequadas; acessibilidade e localização, com acesso adequado às opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de

saúde, escolas, cultura e lazer.

Segundo Monteiro (2012), a proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS) que se refere ao envelhecimento ativo, o indivíduo idoso que precisa desfrutar de ações efetivas que garantam saúde, participação e segurança, dessa maneira, políticas direcionadas a essa porção populacional se fazem fundamentais, a habitação é um componente importante na garantia desse tripé. Dados do IBGE (2000) demonstram que cerca de 60% da população idosa era responsável por sua residência, e que, 42% desses, sobreviviam com apenas dois salários mínimos, ou seja, a demanda por moradia dessa população, idosos de baixo nível socioeconômico, é bastante considerável, em especial se levar em consideração o aumento dessa camada nos últimos anos. Outra questão que vale salientar é a acessibilidade às unidades habitacionais, assim como, à cidade como um todo. O documento elabora pela OMS, Guia da Cidade Amiga do Idoso, adota o desenho universal para atender as exigências de acessibilidade e prevê indicadores com a arquitetura centrada no ser humano e sua diversidade. Esse guia tem por principal objetivo equipar as cidades para que sejam mais igualitárias, que o espaço urbano influencie na qualidade de vida positivamente e estimule o envelhecimento ativo, e por fim, que promova políticas de inserção e de apoio a população idosa, perpassando então pelo acesso a moradia e a cidade. A acessibilidade contempla o direito mais básico da cidadania, o direito de ir e vir, o desenho universal abarca a questão da segurança e da equidade, dentre outros, com intuito de propiciar ao indivíduo envelhecido a autonomia e a independência, dentro da habitação, no seu entrono e na cidade, uma vez que, no Estatuto do Idoso a acessibilidade é considerada tanto na habitação quanto no urbanismo.

Em função dessa demanda habitacional e da diversidade nos formatos familiares, surgem novas formas de morar do idoso, dentre elas podem-se indicar: idosos morando sozinhos, familiares residindo com idosos, idosos morando em IPLIs, Instituição de Longa Permanência para Idosos, condomínios e vilas exclusivos, albergues e flats. Essas modalidades são adotadas devido as diferentes categorias de idosos em função da escolaridade, conformação familiar, cultura e das condições socioeconômicas e de saúde, Chiarelli (2014).

Ainda conforme Monteiro (2012), a Constituição Brasileira estabelece que a responsabilidade com o idoso é da família, da sociedade e do Estado, assim, há diversas modalidades de moradia e de auxílio de aporte financeiro às famílias cuidadoras, todavia, “a moradia para a população idosa ainda não está totalmente na agenda de prioridade dos agentes públicos” (p. 72). Outro elemento fundamental para que uma política habitacional voltada para o idoso, seja eficaz, é a necessidade de considerar a heterogeneidade e o fator de vulnerabilidade da população envelhecida de baixa renda. As questões afetivas e culturais de convivência do idoso e sua família também se colocam como fator importante no favorecimento de um envelhecimento bem sucedido e com saúde física e mental. Essa responsabilidade da família por seu idoso é bastante recorrente, a família continua sendo a parte fundamental de apoio na

vida do idoso. Quando essas famílias não conseguem arcar com essa atribuição de cuidar, uma solução encontrada é a do asilo e a ILPIs.

Nesse sentido, Schussel (2012) admite que, programas habitacionais para essa população deveriam ser abrangentes e de acesso facilitado, porém, não é essa a realidade do país, além de serem escassos, não abordam as especificidades das regiões brasileiras em função das características socioeconômicas e culturais. Algumas iniciativas são destacadas no âmbito nacional como o programa “Melhores Práticas” da Caixa Econômica Federal, sendo encontrado nesse programa um único voltado para a população idosa, a Vila do Idoso na cidade de São Paulo. A maioria dos estados e municípios possuem programas direcionados aos idosos nas áreas de saúde e da assistência social, a área de habitação é pouco atendida.

O programa habitacional do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida – MCMV, se configura como a mais relevante ação governamental para a redução do déficit habitacional brasileiro.

Nas regras gerais e em suas diretrizes há uma parcela na quantidade das unidades habitacionais reservadas à população idosa de baixa renda, o percentual de 3%. Entretanto, essa iniciativa não atende a essa camada devido a grande burocracia e pela localização dos empreendimentos, que muitas vezes se dão em áreas periféricas da cidade sem infraestrutura urbana.

3 | METODOLOGIA

Por se tratar de um trabalho de estudo exploratório, utilizando o método da revisão bibliográfica, buscou-se respaldo em autores clássicos e em artigos científicos contemporâneos para dar validade e credibilidade ao produto do trabalho. Foi realizada uma busca de evidências científicas sobre o tema nas bases de dados SciELO (<http://www.scielo.br>), no idioma português, restringindo-se aos artigos publicados entre 2000 a 2014, tendo como marco temporal a Constituição Federal de 1988, uma vez que esta aborda o idoso e a habitação. A pesquisa teve como descritores: idoso e habitação, acesso a habitação, políticas habitacionais para o idoso, déficit habitacional, moradia digna, envelhecimento, envelhecimento ativo e envelhecimento com dignidade. Foram avaliados os títulos e os resumos de todos os artigos e selecionados os estudos que abordavam estritamente os aspectos relevantes ao idoso, idoso de baixo nível socioeconômico e o acesso à habitação assim como a repercussão em sua vida. Estudos que abordassem outras diretrizes, mesmo dentro do contexto do idoso e da habitação foram excluídos.

4 | RESULTADOS

Foram encontrados artigos na base SciELO e artigos nas páginas eletrônicas de revistas especializadas, além de uma tese de doutorado e três revistas em biblioteca.

As características dos artigos selecionados estão descritos no quadro abaixo, assim como algumas reflexões acerca de alguns autores:

Após a investigação teórica acerca da temática desenvolvida nesse artigo, identificou-se que, a moradia definitiva se dá por meio do acesso a terra urbana, e que a dificuldade em chegar a essa terra, transforma-se em barreira social para a população, uma vez que a moradia é considerada a primeira distinção social na vida do indivíduo, seja em qualquer etapa de sua vida, da infância até a velhice. (Camarano e Maricato).

O Estado diminuiu sua ação quando não regula, não efetiva a legislação e não provê a intervenção estatal no âmbito social e econômico, assim, os efeitos gerados colaboram sobremaneira para a crise da sociedade, em todas suas instâncias e principalmente afetando as camadas da população menos favorecida. Em geral a população mais vulnerável, e a que mais necessita dessa forma adequada de morar, não tem acesso às proposições legislativas se tornando um grupo em evidente risco social. (Pessoa, Bonduki e Deus).

Os direitos de um cidadão não se modificam a medida que ele envelhece, não podem ser expropriados, afinal, velhice não é sinônimo de incapacidade civil. A sociedade e a família devem entender o envelhecimento de seus integrantes como uma evolução, e não como peso. Assim, o artigo 230 da Carta Magna estatui que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar, e garantindo-lhes o direito à vida”. Essa distinção está longe de ser mera e inconsequente formalidade, uma vez que, a família que realmente arca com seus idosos, nesse sentido é de fundamental importância de empoderamento dessas famílias de baixa renda com informação, participação social, condições financeiras, trabalho formal, educação, capacitação no lidar com seus idosos e subsídio para o acesso a moradia digna. (Braga, Pistori, Saule Jr, Monteiro e Camarano).

Condições de equidade não são encontradas nas cidades brasileiras, a grande maioria da população urbana é cerceada de seus direitos básicos de moradia, saúde, segurança, educação e lazer, em virtude de suas inserções sociais, de gênero, econômicas, de idade e cultural. Faz-se urgente uma mudança de postura no enfrentamento dessa realidade, construir cidades mais justas e mecanismos de atendimento para idosos mais eficazes, mesmo que seja um exercício complexo, há de se conciliar a legislação com a ação das práticas inerentes na lei, dos governantes a sociedade civil, chegando a um bem comum, a população e a cidade. (Monteiro, Bonduki, Genovais, Osório e Vecchia).

O idoso brasileiro de baixo nível socioeconômico não consegue ter acesso à

moradia regular de forma simples, como prevê a legislação com as parcelas destinadas a ele nos programas habitacionais. São várias as razões que colaboram para esse cenário, o alto custo do terra urbanizada e da propriedade, o déficit habitacional, os programas mal gestados como MCMV, segundo Soares, Chiarelli e Maricato, e a falta de informação dos direitos em função de falta de educação formal, de acordo com Pistori e Deus. Essa ausência de moradia digna para esse idoso repercute negativamente em vida, cerceando o direito de uma velhice com qualidade de vida, plena e digna, Vecchia. A habitação pode ter vários formatos, como Monteiro e Schussel colocaram, porém deve trazer segurança, acessibilidade, proteção e bem estar à pessoa envelhecida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que não há necessidade de novas políticas públicas para o atendimento ao idoso, que são ações básicas dos governos para determinada categoria ou população, falta sim gestão, no tocante a efetivação e implementação das políticas já existentes, em especial nas camadas mais necessitadas. Estas deveriam abranger as características culturais e suas peculiaridades de cada local onde se destina, deveria haver uma capacitação mais efetiva dos agentes e gestores dessas políticas, identifica-se a falta de recurso pessoal e não financeiro para que haja de fato uma evolução. As duas temáticas estudadas têm em comum a necessidade de se planejar, avaliar, implantar e monitorar as ações, apenas com essas atitudes haverá uma mudança positiva no cenário do bem estar social ao idoso, assim como na forma de morar. Uma política de inclusão urbanística bem elaborada, gestada, implantada e fiscalizada, permitiria o acesso à moradia digna, acessibilidade e conseqüentemente a cidadania.

Não se pretende aqui aprofundar a questão da qualidade de vida em termos conceituais, principalmente por sua subjetividade, porém, é notória a repercussão da forma de morar digna na vida do indivíduo idoso, o acesso à infraestrutura urbana como esgotamento sanitário, água potável e coleta de lixo, assim como mobilidade urbana eficiente, acesso a hospitais, comércio e locais de lazer, promovem promotores de qualidade de vida. Não é desejável apenas se viver mais em quantidade de tempo, e sim viver mais e melhor, afinal, velhice bem-sucedida deve ser construída durante todo o ciclo da vida, é o caminho para envelhecer com dignidade. Para tal, é necessário trabalhar artifícios e instrumentos que possibilitem a construção de um modelo de envelhecimento, constituído pelo idoso como sujeito ativo, cidadão e autônomo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. **Envelhecimento, Ética e Cidadania**. 2001. Disponível em <http://direitoidoso.braslink.com/pdf/Envelhecimento.pdf>. Acesso em 21.05.2014

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Disponível em http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em 05.06.2014

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 858).

CAMARANO, A. A.; KANSO, Solange. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. Revista brasileira Estudo Populacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol27_n1_2010/vol27_n1_2010_notapesquisa_p233a235.pdf Acesso em 03 julho de 2014.

CAMARANO, A. A.; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. **Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013 (Texto para Discussão, 1890)

DEUS, Suelma Inês Alves de. **Um modelo de moradia para idosos: o caso da Vila dos Idosos do Pari-São Paulo (SP)**. Caderno Temático Kairós Gerontologia, 8. ISSN 2176-901X, São Paulo, novembro 2010: 195-213

BRASIL. (2003). Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003: **Estatuto do Idoso**. Brasília (DF): Senado Federal.

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. **Carencia Habitacional e Déficit de Moradias: Questões Metodológicas**. São Paulo Perspec. São Paulo, v. 15, n. 1, Jan. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 Junho 2014.

LORENZETTI, Maria S. Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Artigo publicado na Revista da ASLEGIS. SP. 2001.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do Mundo globalizado: Metrôpoles Brasileiras**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v.14, n. 4, outubro de 2000. Disponível a partir do http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 junho 2014.

MONTEIRO, Luzia Cristina Antonissi. **Políticas públicas habitacionais para idosos: um estudo sobre condomínios exclusivos**. São Carlos: UFScar, 2012. 145f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, SP. 2012.

OSORIO, Letícia. **Direito à moradia no Brasil. Texto elaborado (COHRE) por delegação do Fórum Nacional da Reforma Urbana**. Disponível em <http://www.fna.org.br/site/noticias/pagina/59/Direito-a-Moradia-no-Brasil>. Acesso em 05.06.2014

PESSOA, Robertônio. **Estatuto da Cidade**. Revista Jurídica Consulex, n. 110, p.54-55, agosto. 2001

PISTORI, Cássia Regina Amadeo Tamburrino; FERRÃO, André Munhoz de Argollo. **Recomendações para o Projeto de Ambientes Adequados ao Uso da População Idosa**. Artigo Entac 2004. Disponível em http://www.argollo.org/artigos_texto/Entac2004_cassia.pdf. Acesso em 05.05.2013

SOARES, Isabelle Oliveira; CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de; RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne; PINTO, Neide Maria de Almeida. **Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do programa “Minha Casa Minha Vida” em Uberaba (MG)**. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v.5, n. 1, Junho 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217533692013000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 de julho de 2014

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. (2012, dezembro). **Os idosos e a habitação**. Revista Kairós Gerontologia, 15(8), pp.53-66. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

VECCHIA, Roberta Dalla; RUIZ, Tania; BOCCHI, Silvia Cristina Mangini; CORRENTE, José Eduardo. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. Revista Brasileira de Epidemiologia. Rev. bras. epidemiol. vol.8 no.3 São Paulo Sept. 2005.

VILELA, Alba B. A.; CARVALHO, Patricia A. L. de; ARAUJO, Rosália T. de. **Envelhecimento bem-sucedido: representação de idoso**. 2006. Disponível em: <http://www.uesb.br/revista/rsc/v2/v2n2a2.pdf>> Acesso em 05.06.2014

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins

Programa de Pós-Graduação em Política Social
da Universidade Federal de Mato Grosso
Cuiabá - MT

Marluce Aparecida Souza e Silva

Programa de Pós-Graduação em Política Social
da Universidade Federal de
Mato Grosso
Cuiabá – MT

RESUMO: Analisamos aqui o processo de legalização das terras do Quilombo Boa Vida Mato Cavallo, apontando a insegurança jurídica destas populações diante das decisões interlocutórias e recorríveis já proferidas, que dificultam o direito de posse. Iniciamos o relato discorrendo sobre o histórico do Quilombo, além de conceituar a questão agrária e a função social da terra. Apontamos sobre o Poder Judiciário e o processo de Judicialização em si. Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, especialmente sobre o Decreto 4.887/2003, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3239, e o Plano de Execução de Mandados Judiciais de Reintegração de Posse Coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Judicialização. Questão Agrária. Democracia.

ABSTRACT: We analyze here the process

of legalization of the Quilombo Boa Vida Mato Cavallo lands, pointing out the legal insecurity of these populations in the face of the interlocutory and resolutive decisions that have already been handed down, which hinder the right of possession. We started the report by discussing the history of Quilombo, as well as conceptualizing the agrarian question and the social function of the land. We point to the Judiciary and the Judiciary process itself. The data were collected through bibliographic and documentary research, especially on Decree 4,887 / 2003, Direct Action on Unconstitutionality (ADIN) No. 3239, and the Plan for Execution of Judicial Orders for Reinsertion of Collective Ownership.

KEYWORDS: Legalization. Agrarian Question. Social Policy. Democracy.

1 | INTRODUÇÃO

Nosso estudo analisa a judicialização da questão agrária no processo de legitimação e legalidade de títulos de propriedade no Quilombo Boa Vida Mata Cavallo, considerado um dos principais grupos remanescentes de escravos no estado de Mato Grosso, localizado às margens da rodovia BR-MT 060, no município de Nossa Senhora do Livramento. A Comunidade ocupa 11.722 hectares, organizando-se em seis

associações: Mata-Cavalo de Cima, Ponte da Estiva – Fazenda Ourinhos, Ventura Capim Verde, Mutuca e Mata-Cavalo de Baixo. O imóvel, denominado Sesmaria Boa Vida, teve sua carta de Sesmaria emitida em 1751 para José Paes Falcão e, desde então, enfrentou diversas batalhas jurídicas e ainda, é preciso decidir quem detém a sua posse ou a sua propriedade.

As demandas sociais são explicitadas no meio rural a partir da reivindicação da classe trabalhadora compondo a dimensão política da questão social e na qual suscitará a necessidade de uma intervenção sistemática e antecipada por parte do Estado sob este segmento, através também de políticas sociais.

Metodologicamente, seguiremos os apontamentos de Minayo (2009, p.16) para quem *pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade*, porque consideramos a pesquisa o alimento da atividade de ensino e a atualizaria frente a realidade do mundo.

O trabalho foi dividido em três seções: a primeira seção trata do Quilombo Boa Vida Mata Cavalo, com o seu histórico de lutas, entre ocupação e desocupação, e também as questões judicializadas. Na segunda seção, de parte da questão agrária, o direito à propriedade, a função social da terra e as demandas sociais. Na terceira seção sobre o Poder Judiciário e o processo de Judicialização das políticas Públicas.

Por fim, nas considerações finais, apontamos que o Estado não atende as demandas sociais e que desde sua formação tem esse interesse, refletindo nas ações do judiciário que além de atender também, não entende, uma vez que, pertencem à classe dominante.

2 | CONHECER O QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Nesta parte inicial, nos deteremos sobre o local, com intuito de contextualizar a discussão, e tornar mais familiar ao leitor, o interesse da pesquisa nesse objeto.

A Comunidade Quilombola, que tem seu histórico atravessando os séculos, explicitaremos sobre as legislações vigentes e em discussão no ordenamento jurídico brasileiro.

Moura (2009, p. 140) relata que de acordo com dados levantados pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso, o enredo jurídico da Sesmaria Boa Vida começou em 1751, ano em que a carta foi emitida para José Paes Falcão, um bandeirante paulista com muita terra e escravos que requeria propriedades, perto de Nossa Senhora do Livramento e de Cuiabá.

Um tempo mais tarde, em 1772, ele as vende para Salvador Rodrigues de Siqueira, que falece e as terras passam para o seu filho Antônio Xavier de Siqueira que, em 1788 pede a medição e demarcação de suas terras.

Na posse de Antônio Xavier de Siqueira, a sesmaria é dividida em duas partes, tendo como marco divisor o córrego Mata Cavalo, de um lado a sesmaria Boa Vida

que ainda ficou com a família Siqueira, do outro lado, a sesmaria Rondon, que passou para a propriedade da família Rondon.

Essa Sesmaria Rondon foi mantida até 1877, quando João Lopes de Abreu morreu. Porém, em 1873, um pedaço tinha sido vendido a Marcelino Paes de Barros, um negro liberto, a “veia” da Comunidade de Mata Cavallo de Cima. O outro pedaço fica no espólio, para Maria Josepha de Abreu. Onze anos mais tarde, em março de 1888, ela aliena sua parte para Graciano da Silva Tavares, sendo a “veia” da comunidade Mata Cavallo de Baixo.

A Sesmaria Boa Vida, passou para Ricardo José Alves Bastos, esposo de Dona Ana da Silva Tavares. Dona Ana, em 1883, doa parte da Sesmaria para Leopoldino Alves da Costa, que vendeu para Vicente Ferreira Mendes, também negro liberto e “veia” da comunidade da Mutuca. O que restou, ela doa para seus escravos.

À medida que fixam suas moradias às margens do riacho Mata Cavallo, seja próximo dos córregos Estiva ou Mutuca, as pessoas convidam os parentes para vir viver em Mato Cavallo, ali trabalhando, plantando, colhendo, casando e tendo filhos e aumentando a Comunidade, além da chegada de mais negros que ali encontravam espaço após abolição da escravatura, se tornando um refúgio.

Algumas famílias de ex-escravos de Mata Cavallo adquiriram, por compra, terras ao lado do Mutuca, como fizera em 1896, o ex-escravo Vicente Ferreira Mendes, formando outra “veia” de famílias.

Contudo, mesmo com documentação registrando as doações e as compras, eles começaram a ser pressionados a deixar o lugar, iniciando em 1890, sete anos depois da doação, quando João da Costa Campos e mulher, alegam a propriedade como sua e dos sucessores de Francisco José da Silva, essa tentativa é fracassada. João da Costa Campos, em 1890, fez um documento no qual requeria justamente a expulsão de negros libertos que estavam ocupando as terras e matas da Sesmaria Boa Vida.

Com o fim oficial da escravidão, as propriedades que avizinham Mata Cavallo passaram por diversos processos de parcelamento. Com isso, fazia-se necessário a demarcação com a medição de terras vendidas, uma vez que os limites eram largos e com a deficiência em acompanhar a burocracia jurídica das medições legais das terras vizinhas, onde em diversos casos sobrepuseram as terras da Comunidade.

A subsistência das famílias, na maioria das vezes com produção para autoconsumo, se baseia na policultura (plantação de banana, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e, em menor quantidade, algumas verduras, temperos e legumes), a criação de animais (gado bovino, animais de tração, pequenos animais, aves e, em menor quantidade, porcos), um engenho para produção de melado, rapadura e açúcar, fábrica de farinha de mandioca, de sabão, fiação de algodão para produção de redes, além da venda de trabalho para fazendeiros da região, e a extração do látex da seringueira, além de práticas de solidariedade e reciprocidade, como o “muxirum” (mutirão).

Bandeira (1993, p. 33) considera que o processo de desestruturação das comunidades ocorreu em um período da história nacional marcado pela política do

Estado Novo, em que Getúlio Vargas implantou a política de “marcha para o Oeste” visando integrar vastas áreas do Norte e Centro-Oeste brasileiro, consideradas como “espaços vazios”, à economia nacional.

Os anos passam e no início de 1950, o processo de expropriação se acirra, mas, já têm nas regiões, diversas famílias negras, entre elas: Mata Cavallo de Cima (Joaquim, Inhã Xica, Antoninho, povo de Dona Zulmira, esposa do Neto); Aguassú (Marcos, irmão do Mulato avô, Benedito Antônio, pai do Sr. Thomas), abaixo da atual rodovia BR-MT 060 (Sabino, Nogênio, pai de Cesário), Lagoa do Paio – Rondon (Graciano, José Apolinário, pai do Manoel Apolinário), Vargem Grande – Ventura (Sá Rita, Manoel Calazan, bisavós de João Leite – apelido João Gonçalo). Moura (2009, p. 148).

Com a inversão do valor da terra, a disputa entre os fazendeiros, os posseiros, os pequenos sitiantes, acentuou ainda mais, sendo que foi utilizada pressão e violência para expulsá-los. O principal caso foi no início do século XX, quando Antônio Monteiro vendeu as terras para Manoel Monteiro, ex-prefeito de Nossa Senhora do Livramento, que fez uso de pistoleiros para tirar os posseiros quilombolas da área.

Aos poucos, Manoel Monteiro, com práticas de clientelismo e favores, adquiriu mais propriedades e expandiu as cercas. Tempo depois, realizou uma ação judicial para a medição da área e a demarcação de suas terras. Essa ação durou 10 anos, de 1943 a 1953, onde os negros da Comunidade pouco participaram, assim como os defensores públicos. Atualmente, esse processo compõe o rol de documentos que se encontra em poder do Ministério Público Federal. A ação demarcatória ajuizada por Manoel Monteiro legalizou 1754 hectares de terra, e em novembro de 1953, saiu à decisão favorável a este. A partir daí ele se apropria de mais 6775 hectares, a título de indenização pelas despesas com a marcação da terra, ou seja, ele começou com 925 hectares e com ajuda da justiça, finalizou com uma área de 8.549 hectares.

Durante esse processo, houve dispersão do povo negro, que Bandeira relata da seguinte forma:

[...] a maioria dos negros de Mata Cavallos, sem a documentação legal das terras, vítima de uma burocracia estatal inoperante e de uma política de concentração de terra, foi obrigada a deixar a localidade, tendo destinos diversos. Uns continuaram dispersos na área rural, trabalhando nas fazendas [...] na condição de empregados. Alguns [...] adquiriram terras no município [...]. Outros, indo para as áreas mais afastadas da sede do município, vão trabalhar em lidas domésticas, nas casas das poucas famílias da elite local que ainda permaneciam no município. E ainda outros transferidos por políticos locais, através de projetos governamentais eram assentados, em grupos, em áreas marginais da capital mato-grossense e do município vizinho de Várzea Grande (1993, p. 38-39).

Nos anos 1960, algumas famílias retornam ao Quilombo, seja em Mata Cavallo de Baixo ou às margens do córrego Aguassú. Por volta dos anos de 1970, a ditadura militar implantava o processo de modernização no campo e a integração Amazônia – Centro-Oeste, fez com que as terras da região se valorizassem e tornou-se a pressionar

para a saída das famílias de lá.

Quinze anos mais tarde, em 1985, iniciava-se a redemocratização no Brasil, e os movimentos sociais ganham força para reorganizar e resistir. No ano seguinte, em 1986, as famílias das “veias” do Mata Cavallo se organizam para retornar à região e acampar, tentando a recuperação das terras e, com isso, usam a identidade de “remanescente de quilombo”.

Em 1988, a aprovação e a divulgação dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal e do artigo 68 do ADCT da referida Constituição, bem como de artigos semelhantes das Constituições Estaduais referentes aos direitos dos remanescentes de quilombos, contribuíram para a intensificação das lutas por seus direitos, e com ajuda dada pelas organizações sociais, Comissão Pastoral da Terra, Centro Direitos Humanos Henrique Trindade/Cuiabá, Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de Mato Grosso e pesquisadores auxiliaram as famílias ocupantes do Complexo Mata Cavallo a terem acesso e visibilidade nos meios de comunicação de massa, os quais passaram a acompanhar e tornar públicas as lutas pela retomada das terras.

O momento era de crescimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (ligados ou não ao MST) no estado, fazendo grandes mobilizações e ocupações em diferentes regiões de Mato Grosso, demonstrando a possibilidade dos médios e grandes proprietários rurais terem de ceder terras para os trabalhadores rurais sem terras. Moura (2009, p. 167).

Nesse período, descobriu-se antiga e extensa documentação de doação, efetuada por Dona Anna de parte da Sesmaria Boa Vida para os negros, e de vários documentos de compras de terras na área, feitas pelos negros no final do século XIX, documentos que não estavam mais em poder deles, pois haviam sido “perdidos”, deteriorados ou entregues para outras pessoas de fora da comunidade comprovando que a gleba era legalmente das famílias negras, conforme Moura (2009, p. 168).

Constatou-se, igualmente, a existência de terras em poder dos fazendeiros, sem documentação legal, ou seja, parte das titulações teriam sido obtidas através de irregularidades cometidas por Manoel Monteiro. Eram terras com titulação precária ou devolutas, ainda mais de um período em que se havia proibido o garimpo na região enfraquecendo os fazendeiros.

Em 1994, o Sr. Tomás, do Quilombo, para garantir seus direitos à terra que ocupava, entrou na justiça contra a Fazenda Ourinhos, tendo obtido liminar de reintegração de posse. Entretanto, não conseguiu terminar com as pressões do fazendeiro, porque não utilizou plenamente os direitos dados pela liminar que obteve.

Em setembro de 1995, a Associação de Mata Cavallo de Baixo entregou um requerimento à Procuradoria-Geral do estado de Mato Grosso (Processo n.º 7.636-8 de 11/09/95), no qual solicitava providências para a concessão da propriedade da área para as famílias negras, tendo como base o direito estabelecido pelo Artigo 68 do ADCT da Constituição Brasileira e pelo artigo 33 do ADCT da Constituição do Estado de Mato Grosso. No mês seguinte, após analisar a solicitação da associação, concluiu:

[...] não haver no pedido requisitos de provas comprobatórias que evidenciam a ocupação da área por negros remanescentes de quilombos ou que nelas esteja há mais de 50 anos, nem tampouco de vislumbrar-se no pedido interesse coletivo, situações essas que a Provisão Constitucional garante a emissão de Título de Domínio pela via administrativa [...].

Em abril de 1996 entraram na área Mutuca, acampando às margens do córrego Mutuquinha, o proprietário da Fazenda Flamboyant, onde pressionava as famílias negras, questionando a propriedade das terras. Em 21 de janeiro de 1997, tendo a presença de oficial de justiça e policiais militares, tentava concretizar uma ação de despejo, mas as famílias ocupantes não saíram da terra, em virtude da ação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Mato Grosso, da imprensa e, indiretamente do INTERMAT, que estiveram no local atendendo solicitação dos sem terras que também estavam no local.

Ainda em 1996, já no bojo do movimento de retomada da gleba, o Sr. Tomás, em ação judicial obteve nova liminar de reintegração de posse contra a Fazenda Ourinhos. Nessa ocasião, com apoio de seus familiares, parentes de antigos moradores do Aguassú e famílias não remanescentes, nos dias 1, 2 e 3 de novembro de 1996, após o recebimento da liminar, eles derrubaram a cerca feita pela Fazenda Ourinhos, à beira da estrada do Macaco e ocuparam a área entre a referida estrada e o córrego do Aguassú.

Visando analisar a situação das comunidades negras Complexo Mata Cavalo, em 1997 o Instituto de Terras do estado de Mato Grosso (INTERMAT), através da Portaria n.148/97, constituiu um grupo de trabalho formado pela Secretaria do Estado de Educação, técnicos do INTERMAT, participantes de movimentos negros de Mato Grosso e membros da comunidade de Mata Cavalo, com o objetivo de investigar se a referida comunidade era ou não remanescente de quilombo.

O parecer do grupo de trabalho considerou a comunidade de Mata Cavalo como remanescente de quilombo, tendo como referência o conceito utilizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e, portanto, com direito às terras pleiteadas, de aproximadamente 10.000 hectares. Com base neste parecer, em 23 de abril de 1998, o estado de Mato Grosso, através do Decreto Nº. 2.205, reconheceu a comunidade de Mata Cavalo como remanescente de quilombo.

Ainda em 1998, as comunidades negras tentaram voltar às terras como remanescente de comunidade de quilombo, todavia, não obtiveram êxito e nem houve formação de acampamento dentro da fazenda, tendo terminado com uma nova liminar de reintegração de posse obtida pelo fazendeiro, em 12 agosto de 1998.

O interessante desta liminar é que o Juiz Teomar de Oliveira Correia, da 3ª Vara Civil de Várzea Grande, concedeu a reintegração de posse da Fazenda Capim Verde, apesar de a mesma sob o nome de Gleba Tutica ter sido arrecadada pelo INTERMAT, em 09/02/1998, essa arrecadação ocorreu devido à inexistência de documentação

legal da mesma. A documentação legal da Fazenda sob o nome de Capim Verde se refere a uma área localizada no município de Santo Antônio do Leverger/MT.

No final do ano 2000, a Fundação Cultural Palmares emitiu um título referente a uma área de 11.722 hectares em Mata Cavallo, para a Associação de descendentes de antigos moradores na comunidade de Mata Cavallo, criada para representar todas as comunidades negras do Complexo Sesmaria Boa Vida – Quilombo Mata Cavallo. Contudo, este título, segundo pareceres de diversos advogados, não tem valor legal e os cartórios se recusam a registrá-lo. Essa situação vem dificultando ações do governo para retirar os não quilombolas da área.

Ainda hoje, a situação ainda não se resolveu, havendo falecido diversos moradores e lideranças daquelas famílias. As limitações, para Moura (2009, p. 205), impostas à propriedade legal das terras, causam sérios problemas para os moradores destas áreas, tais como a precariedade das moradias, a dificuldade no abastecimento de água potável, os impedimentos para a extração de produtos dos campos, cerrado e matas, os obstáculos para o plantio de lavouras e criação de pequenos animais e as restrições à criação de bovinos.

No ano de 2004, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3239, o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Partido Democratas (DEM), questiona a constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o processo de aquisição e titulação das terras dos remanescentes de quilombos, tal como previsto no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), *aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*

O decreto foi impugnado pelos seguintes motivos: a) invade esfera reservada à lei; b) cria nova modalidade de desapropriação; c) resume a identificação dos remanescentes das comunidades, apenas ao critério de autoatribuição; d) sujeita a delimitação das terras a serem tituladas, aos *indicativos fornecidos pelos próprios interessados.*

Essa ação foi distribuída ao ministro Cezar Peluso, em 05 de junho de 2004, e somente em, 18 de abril de 2012, após o voto do Relator, Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), julgando procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, modulando os efeitos dessa declaração, nos termos do seu voto, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Rosa Weber. Quase um ano mais tarde, em 25 de março de 2015, após o voto-vista da Ministra Rosa Weber, que conhecia da ação direta e a julgava improcedente, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli, com quem o processo se encontra até o momento desta pesquisa.

E as discussões jurídicas não terminam aí. A portaria nº 152, de 30 de maio de 2014, do Ministério Público Federal, instaurou um inquérito civil público com o objetivo de acompanhar o procedimento de regularização fundiária do quilombo Mata Cavallo. Percebemos com isso que Sousa Santos (1986, p. 29) está correto ao afirmar que *a luta democrática pelo direito deve ser, em nosso país, uma luta pela aplicação do*

direito vigente, tanto quanto uma luta pela mudança do direito.

Segundo levantamento feito junto ao INCRA, existem 69 processos abertos para instalação de quilombos em Mato Grosso, espalhados nos municípios de Acorizal, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Estrela, Várzea Grande e Vila Bela da Santíssima Trindade, sendo que 40% dos processos abertos são do município de Poconé.

3 | OS CONCEITOS DE QUESTÃO AGRÁRIA

É notório que o debate a respeito da questão agrária apresenta antigos e novos elementos que, podem ser interpretados de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar aos diferentes estudos da realidade agrária. Entretanto, com os ensinamentos de Stédile partimos do conceito de questão agrária, como o conjunto de interpretações da realidade agrária em que se procura explicar como se organiza a posse, a propriedade e o uso da terra. Isso significa dizer que os problemas referentes à questão agrária estão:

[...] relacionados essencialmente à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, à violência contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, a qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. Fernandes (2001, p. 23).

Concordamos com o pensamento de Fernandes (2001), ao afirmar que a questão agrária é o conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agricultura, agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção, que vão se apresentando através de características diversas nos distintos estágios de seu desenvolvimento.

De acordo com Stédile (2012), a origem da expressão ‘questão agrária’ vem dos primeiros estudiosos que, a partir do século XVIII e até o século XX, analisaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ficando conhecidos como pensadores clássicos, entre eles: Chayanov (maior expoente da Escola de Organização da Produção), Kautsky e Lênin (duas das maiores referências marxistas).

Ao investigarem o comportamento do capital na organização da produção agrícola e em relação à propriedade da terra, mesmo com suas especificidades, esses pensadores concluíram que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolvia, com sua lógica e leis, a propriedade da terra foi se concentrando nas mãos de menor número de proprietários.

Em relação à questão agrária, esta instituição – Poder Judiciário, tem se mostrado como uma das estruturas mais conservadoras, ignorando por completo a realidade

social e aplicando o Direito ao sabor de suas influências formais e legalistas, apesar de se esconder atrás da dita marca da imparcialidade, muitas vezes utilizada como ferramenta de legitimação das mais diversas práticas de opressão e violência. E, por isso, decide sobre os referidos temas criminalizando os movimentos populares, assumindo, diante de conflitos sociais, posturas de defesa dos setores dominantes da nossa sociedade (latifundiários, empresas nacionais e multinacionais etc.), e negando direitos historicamente conquistados através das lutas sociais. Em tese:

[...] os órgãos que exercem o poder político (poderes Legislativo e Executivo) caracterizam-se pela função criadora e reguladora, relegando-se por sua vez, ao órgão não político (Judiciário) a mera função de execução e aplicação dos ditames dos poderes políticos. Wolkmer (1995, p. 169).

Nessa perspectiva, o poder jurisdicional estaria subjugado aos parâmetros estabelecidos pelo legislador, restringindo a função do magistrado à aplicação da “letra fria da lei”. Porém, entendemos que o juiz possui uma função bem diversa, sendo *plenamente soberano na esfera de ação em que atua, podendo, por si mesmo, determinar as normas e as regras de aplicação necessárias*. Wolkmer (1995, p. 169).

O momento da interpretação das leis nas decisões judiciais é uma importante dimensão desses processos, tendo em vista que é a interpretação do juiz que dá sentido à norma. A forma de seu aproveitamento na sentença judicial é que determina se a norma jurídica terá ou não efetividade. Ou seja, não basta estar disposta, é preciso seu correto emprego para que efetive a materialização do previsto pela norma e isso sofre influência direta da visão de mundo do juiz.

Reposicionar a função social da terra é um caminho necessário, posto que, também esteja envolvida a segurança alimentar, uma vez que quem abastece as cidades são os pequenos agricultores que, a cada dia encontram-se ainda mais sufocados com o capitalismo flexível posto nos últimos tempos. Além disso, as agressões ambientais também são causadas com menos intensidade por esses mesmos agricultores, sem acesso aos bancos de sementes, geneticamente modificadas, visando tão somente a produção e venenos que não dão conta da cadeia alimentar natural existente.

O controle judicial das políticas públicas no Brasil surge, assim, como decorrência direta de vários fatores que, de forma desconcertada, criaram as condições para uma maior intervenção judicial. O fato de serem os juízes – através da interpretação constitucional – os responsáveis pela definição dos limites da própria jurisdição, representa um fator determinante na escolha do tema, na medida em que estes limites não podem depender exclusivamente da ideologia de cada um deles, sob pena de se inviabilizar um controle efetivo por parte da sociedade.

São inúmeros os fatores que separam a realidade política brasileira daquela vivenciada em outros países, especialmente aqueles com longa tradição constitucional, como a Alemanha e os Estados Unidos onde, geralmente, os juristas brasileiros vão colher subsídios para enfrentar o debate nacional. Os efeitos da globalização não

afetam de idêntica maneira, os cidadãos dos países centrais e os dos países periféricos. Por conseguinte, as demandas levadas ao Poder Judiciário são de natureza diversa. Parte-se, portanto, da perspectiva de um país periférico, latino-americano, o qual sofre intensamente os efeitos sociais da adoção de um modelo neoliberal na economia.

4 | O PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DAS TERRAS

Para Montesquieu, a liberdade do Estado está condicionada à separação entre as funções judicial, legislativa e executiva, criando a teoria da separação dos poderes e afirmando que a reunião de poderes permite o surgimento de leis tirânicas.

Segundo Dallari, a teoria foi consagrada em um momento histórico, o do liberalismo, em que se objetivava o enfraquecimento do Estado e a restrição de sua atuação na esfera da liberdade individual. Era o período da primeira geração de direitos fundamentais, ou seja, das liberdades ditas negativas, em que o Estado só tinha o dever de abster-se, para que o cidadão fosse livre de fruir de sua liberdade.

Quando falamos da estrutura dirigente do Estado Brasileiro, atualmente, pensamos na composição de três poderes (Judiciário, Executivo e Legislativo), presentes nos entes federados (união, estados, distrito federal e municípios).

Referente ao poder judiciário convém lembrar Sousa Santos (1986, p. 11 – 17) que ao analisar as condições sociais que levaram à sociologia a interessar-se pelos processos e pelos tribunais nos anos de 1960, foram

[...] às lutas sociais protagonizadas por grupos sociais até então sem tradição histórica de acção colectiva de confrontação, os negros, os estudantes, os amplos sectores da pequena burguesia em luta por novos direitos sociais no domínio da segurança social, habitação, educação, transportes, meio ambiente e qualidade de vida, etc., movimentos sociais que em conjunção (por vezes difícil) com o movimento operário procuraram aprofundar o conteúdo democrático dos regimes saídos dos pós-guerra. Sousa Santos (1986, p. 15).

E, ainda segundo Sousa Santos, a “chamada crise da administração da justiça” . Para ele:

as lutas sociais aceleraram a transformação do Estado liberal no Estado assistencial ou no Estado-providência [...] a consolidação do Estado-providência significou a expansão dos direitos sociais e, através deles, a integração das classes trabalhadoras nos circuitos de consumo anteriormente fora do seu alcance. Essa integração, por sua vez, implicou que os conflitos emergentes dos novos direitos sociais fossem constitutivamente conflitos jurídicos cuja dirimição caberia em princípio aos tribunais [...] nos conflitos de consumo e em parte causada pela integração da mulher no mercado de trabalho [...] transformações do direito de família [...] aumento dos litígios judiciais. Sousa Santos (1986, p. 16).

Sousa Santos admite então que, *de tudo isso resultou uma explosão de litigiosidade à qual a administração da justiça dificilmente poderia dar resposta* (1986,

p. 16).

Fala-se muito no instituto da judicialização que seria ajuizar uma ação, protocolar uma lide, procurar a justiça, agir judicialmente para que o juiz (monocrático ou não) sentencie determinando uma solução para tal contenda seja preliminarmente ou definitivamente, às vezes, impedindo nova discussão sobre o assunto. Judicialização da saúde, da educação, da segurança, da questão urbana, entre outros.

Barroso diz que (2008, p. 03-04), judicialização significa que as questões de larga repercussão política ou social em determinado momento da história passaram a ser decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais, seja o Congresso Nacional e o Poder Executivo, leia-se o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral.

Barroso assinala que:

[...] a judicialização decorre do modelo de Constituição analítica e do sistema de controle de constitucionalidade abrangentes adotadas no Brasil, que permitem que discussões de largo alcance político e moral sejam trazidas sob a forma de ações judiciais. Barroso (2008, p. 16).

Com isso, essa judicialização não decorre exclusivamente da vontade do Judiciário, mas sim do constituinte originário de 1988.

Analisar as disputas territoriais desencadeadas nos conflitos de terra nos dias atuais nos leva necessariamente a pensar sobre as dimensões contrastantes do exercício/efetividade da Lei e sobre a atuação do Poder Judiciário. Em primeiro lugar, porque, sendo o território normatizado, conseqüentemente, tais disputas, de uma forma ou de outra, sempre acabam na esfera jurídica: de um lado, através da ação dos fazendeiros que buscam a lei para garantir o direito à propriedade e, do outro lado, pelos camponeses que procuram a Justiça para fazer cumprir a desapropriação das terras de latifundiários que ignoram a obrigatoriedade da função social da propriedade rural.

Esse processo que leva a decisão dos conflitos territoriais para o Poder Judiciário, devido à ausência de políticas públicas destinadas à resolução da questão agrária, é denominado por Chemeris (2002, p. 89), de judicialização, na medida em que a questão social não é solucionada por iniciativas do poder executivo que, através das políticas públicas deveria buscar resolver a questão. Surgem, então, os conflitos entre sem-terra e proprietários que resultam em demandas judiciais, levando ao Poder Judiciário o papel de decidir e solucionar o embate.

Assim, o Poder Judiciário passou a entrar na esfera da economia e da política, colocando-se dentro da realidade e participando da transformação ou manutenção dessa mesma realidade. Chemeris (2002, p. 90).

No caso dos litígios de terras decorrentes de ocupações organizadas por movimentos sociais e organizações de sem-terra, é delegada ao judiciário a função de

agente de transformação social ou de agente de manutenção da ordem social.

Geralmente, as ações do poder judiciário pendem para a manutenção da ordem, não resolvendo algo que, a princípio, não é da sua função – as políticas de reforma agrária, as políticas públicas, mas que acirra a tragédia social causada pela concentração de terras.

A necessidade de pesquisar sobre o assunto, judicialização da questão agrária, deve-se ao fato de, ao chegar à esfera jurídica, alguns problemas se colocam para a resolução dos conflitos. Nas palavras de Rodrigues e Mitidiero (2012, p. 04), seja o excesso de formalismo, ou de burocracia ou elitização dos operadores do direito acabam por agravar o distanciamento existente entre os profissionais da área jurídica e a população mais pobre que se intimida diante do linguajar, das vestimentas e dos ritos que caracterizam as práticas jurídicas.

Uma vez que diversas decisões dos magistrados são realizadas apenas com a aplicação mecânica das normas jurídicas, e estas não predeterminam a sua aplicação por completo, gera a falta de sensibilidade para as questões sociais que também figura como grande problema.

Cabe, ainda, mencionar fatores como a morosidade e superlotação do aparelho judiciário fazendo com que processos se arrastem por décadas, provocando tensão, desgaste, desencadeando ações de violência e provocando revolta na população que espera pela atuação do Estado na resolução dos litígios.

Da mesma forma, vale conjecturar que as ações e sentenças judiciais resultantes dos conflitos por terra devam ser analisadas a partir de conjunturas geográficas, ou seja, a partir das dimensões locais e regionais do Sistema de Justiça. Rodrigues; Mitidiero (2014, p. 05)

O favoritismo para com os detentores de poder político-econômico tem-se apresentado de maneira evidente em muitas decisões que envolvem a luta pela terra. Ao analisar a atuação do Poder Judiciário nos conflitos de terra no Brasil, Oliveira (2003) fala na *inversão total dos princípios jurídicos* diante da evidente discriminação em relação aos movimentos sociais, bem como dos privilégios e defesa dos latifundiários. Como explica o autor, estamos diante da subversão da lei para manter privilégios das classes dominantes, pois,

[...] via de regra, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante estão sendo condenados, estão presos. Oliveira (2003, p. 63).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou as dificuldades de posse e propriedade das terras em Mato Grosso no processo de legalização das terras do Quilombo Boa Vida Mata

Cavalo.

Para isso, fizemos uma construção das seções que nos trouxessem um arcabouço teórico para entender como o Estado não sabe como atender as demandas dos trabalhadores, que é o problema que impulsiona a pesquisa.

Iniciamos na seção sobre o Quilombo, trazendo sua história de luta para garantir a posse e propriedade de terra que são direitos civis, e a resistência pautada na função social da propriedade, um critério constitucional, tem em seu plano de fundo à garantia da cidadania e dos direitos à vida, ao bem-estar, à dignidade da pessoa humana e à igualdade.

O poder judiciário é o Estado-nação, e nos casos dos conflitos pela terra, o Estado se tornou um dos maiores responsáveis pela situação de exclusão social, resultado sobretudo do perverso modelo econômico adotado pelo país.

No século XX, com ascensão dos direitos sociais, se requisita que a justiça entre na roda de atendimento das necessidades sociais, mas ocorre que a justiça está na outra classe.

Existem certas “castas” presentes no judiciário. Filhos, netos e parentes dos proprietários de terra assumem, por concurso público ou não, cargos no judiciário, reproduzindo nas suas ações, enquanto representantes do povo, posições ideológicas da classe da qual faz parte. Dessa forma, as famílias tradicionais, os sobrenomes marcantes da estrutura social e política local e regional podem ser favorecidos nos processos judiciais.

A questão social somente torna-se uma questão quando transforma em um litígio. A concentração de terra não é uma questão social, mas quando alguém ou um grupo briga para não ser assim, modifica-se e passa a ser uma questão social, e a questão agrária é uma questão social porque existem pessoas e movimentos organizados lutando contra o que está posto, afinal temos um Estado em disputa.

A questão agrária traz a capacidade de todos de se apropriar dos bens apropriados, ou seja, propriedade e tudo que dela gera (vida, educação, liberdade, dignidade da pessoa humana), e quando não é possível essa apropriação não podemos afirmar a existência da cidadania tampouco da democracia.

O Estado brasileiro impossibilita dentro de um processo muito moroso, que usa a burocracia para isso, todos os sujeitos de direitos de alcançarem a posse e a propriedade, os grandes proprietários têm a proteção do Estado, que lhe confere posse, financiamento, já os trabalhadores rurais têm que brigar pela terra, e ainda sem a assistência e a presença do Estado na vida deles, tentando conquistar a vida e a sobrevivência.

Sobre a Comunidade Mata Cavalo, desde sua primeira lide jurídica em 1751, passou por várias discussões, e nos momentos de variação entre valorização ou não das terras, crescia ou diminuía o interesse do grande capital pela terra, com isso, a pressão e a violência cometidos contra esse povo, com apoio do braço armado do estado e também do próprio poder judiciário que teria o dever de contrabalancear a decisão,

mas que com sua burocracia e morosidade, além da divergência na aplicação de leis mais favoráveis, anulações de decisões do executivo fizeram com que chegássemos ao ano de 2016 sem nenhuma terra do Quilombo titulada. Vislumbramos que todas as inserções para a região oeste de Mato Grosso para fins de exploração e ocupação da colonização, onde a terra ou adquiria valor ou tinha posição estratégica territorial, essa Comunidade era atacada.

A desapropriação, em 2013, de uma das fazendas que compõe o Quilombo Boa Vida Mata Cavalo reflete claramente esse processo, tendo em vista que, através de todos os recursos jurídicos possíveis, os proprietários conseguiram impedir a desapropriação do imóvel ao longo dos anos.

Segundo o procurador da República Manoel Antônio Gonçalves da Silva: *Em Mato Grosso, a realidade é preocupante: nenhuma comunidade quilombola tem o território regularizado*. O levantamento feito pelo Ministério Público Federal mostra que, em 25 anos, apenas 139 títulos foram expedidos, dos quais somente 31 pelo INCRA, enquanto existem 1.286 processos abertos para expedição de títulos diretamente aos posseiros, ou seja, o INCRA concluiu apenas 2,41% da regularização quilombola a ser feita.

Entendemos com tudo isso que, estudar as expressões da política social é apontar onde o Estado falha e onde o estado tem que agir. E o Estado falha com essa localidade, uma vez que, que falta para Boa Vida Mata Cavalo, depois de mais de um século, inclusive disputa essa que passou por mudança de formas de Estado, antes Monarquia e agora República, o título de propriedade, o título de posse e falta de assistência técnica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Maria de Lourdes, et. al. **Mata Cavalos (MT) - Relatório Histórico - Antropológico**. Cuiabá: Universidade de Cuiabá, 1993.

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>, Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Execução de Mandados Judiciais de Reintegração de Posse Coletiva**. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/Plano_de_Execução_de_Mandados_Judiciais_de_Reintegração_de_Posse.pdf. Acesso em: 24 ago. 2016

CHEMERIS, I. R. **A função social da propriedade: o papel do judiciário diante das invasões de terra**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1049/03**. Dispõem sobre a criação do Comitê Estadual de Acompanhamento de Conflitos Fundiários de Mato Grosso. Cuiabá: Diário Oficial, 2003.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese de doutorado.

São Paulo: USP, 2008.

MOURA, Antônio Eustáquio. Dissertação: **Quilombo Mata Cavallo, a Fênix Negra Mato-Grossense: Etnicidade e luta pela terra no estado de Mato Grosso**. Campinas: 2009.

ROGRIGUES, Luanna Louyse Martins. METIDIERO JR, Marco Antonio. **Disputas territoriais e judicialização da questão agrária**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-20, jun., 2014 Acesso em: 19 set. 2015.

SOUSA SANTOS, Boa Ventura de. **Introdução à sociologia da administração da justiça**. Revista Critica de Ciências Sociais, nº 21, 1986, pp. 11 a 44. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Introducao_a_sociologia_da_adm_justica_RCCS21.PDF Acesso em: 16 set. 2016.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina, Paraná.

Elisa Roberta Zanon

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina, Paraná.

Letícia Cabrera

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina, Paraná.

RESUMO: Este artigo demonstra estratégias de investigação adotadas na pesquisa intitulada “A paisagem da rua comercial em Londrina: Transformações e Permanências”, apresentando resultados parciais do estudo realizado na Av. Duque de Caxias. Teve como objetivo contribuir para o avanço da pesquisa no campo da paisagem urbana histórica e documentar este importante eixo histórico e comercial da cidade, pressupondo que a compreensão das permanências é fator essencial para construção de políticas de preservação patrimonial, e para o debate da resiliência e sustentabilidade urbana. Quanto aos procedimentos, realizou pesquisa qualitativa, adotando um conjunto de métodos combinados a partir do campo da Morfologia Urbana, e da abordagem tipo-morfológica, e tendo como fontes principais o cadastro imobiliário e observação de campo. Por meio de estudo empírico realizado em trecho

da referida avenida (plano inicial de 1932), identificou diferentes níveis de permanência que testemunham épocas de desenvolvimento, organização espacial e durabilidade das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana histórica. Tipologias Comerciais. Abordagem tipo-morfológica.

ABSTRACT: This article show strategies adopted in the research entitled “The Commercial Streetscape in Londrina: Transformations and Permanencies”, presenting partial results of the study carried out at Ave. Duque de Caxias. It aimed to contribute to the advancement of research in the field of historical urban landscape and to document this important historical and commercial axis of the city, assuming that the understanding of these permanencies is an essential factor for the construction of patrimonial preservation policies, and for the debate of the resilience and urban sustainability. About of procedures, he carried out a qualitative research, adopting a set of methods combined from the field of Urban Morphology, and the morphological-type approach, and having as main sources the real estate cadaster and field observation. By means of an empirical study carried out along this avenue (initial plan of 1932), it identified different levels of permanence that testify to the times of development, spatial

organization and durability of the cities.

KEYWORDS: Urban Historical Landscape. Typo morphological approach. Urban retail.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo traz para discussão resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “*A paisagem urbana da rua comercial em Londrina: Transformações e Permanências*”, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina. Retoma o debate anteriormente realizado em tese doutoral sobre transformações observadas em ruas comerciais de centros urbanos tradicionais como reflexo mais amplo de mudanças estruturais na esfera do varejo (RODRIGUES, 2012). Avança o debate buscando avaliar em que medida as transformações realizadas pelos estabelecimentos comerciais como estratégia de sobrevivência podem, sistematicamente, alterar a paisagem urbana interferindo no caráter histórico dos centros tradicionais.

Neste contexto foi estudado um trecho da Avenida Duque de Caxias inserido no quadrilátero histórico da cidade de Londrina PR, e teve como objetivo principal verificar a pertinência do emprego da abordagem tipo-morfológica para identificação dos tipos comerciais presentes na avenida, e do nível de permanência de seus elementos constituintes. Como objetivo secundário buscou-se avançar o debate sobre a relação comércio-cidade, preservação e resiliência comercial urbana. Procurou demonstrar em que medida a permanência destes tipos reforçam qualidades essenciais formadoras da identidade do lugar, pressupondo que sua compreensão é fator essencial para construção de políticas de preservação patrimonial e sustentabilidade urbana.

Como fenômeno central notou-se um discurso coletivo, pautado pelo senso comum, que nota um ‘envelhecimento da rua’, que fala de atividades comerciais desaparecidas, ou um suposto declínio geral (econômico e espacial) das atividades comerciais. É verdade que se observa uma obsolescência de tipos comerciais representativos de épocas de desenvolvimento, tais como barracões construídos para o funcionamento de armazéns cerealistas (os antigos atacados), cujos edifícios ainda existem em sua maioria, contudo deram lugar aos móveis usados, brechós e estacionamentos.

Embora as atividades comerciais tenham se alterado para acompanhar as transformações inerentes ao sistema comercial, ainda que tenham desaparecido certos formatos comerciais e surgido outros, e mesmo com atividades marginais, um fato notável é que os edifícios, ainda que com muitas adaptações, quer sejam estruturais (cobertura, por exemplo), no interior ou na fachada, sobrevivem, como testemunho da história de formação econômica e social da cidade e demonstram a *robustez* como importante qualidade.

Ampliando esta percepção para além da Avenida Duque de Caxias, nota-se que o fenômeno da descontinuidade forma-função é recorrente no Brasil, e em particular

nas ruas comerciais localizadas nos centros históricos tradicionais, e deve-se em parte a maior resistência das construções, comparadas às atividades do comércio propriamente ditas. A interpretação do fenômeno, pela ótica da continuidade da forma urbana, adota como suporte teórico uma combinação de conceitos estabelecidos na Morfologia Urbana e na abordagem tipo-morfológica, desenvolvidos por Conzen (1960; 1981), Moudon (1994), Caniggia e Maffei (2001), Whitehand (2001), Panerai (1999), Kropf (2009), Lovra (2016) e Pereira Costa e Gimmler Netto (2015), os quais serão discutidos adiante.

Uma vez que as transformações são inevitáveis no âmago deste processo, importa estudar, pelo olhar da morfologia urbana, a permanência de elementos essenciais que conformam a paisagem urbana, neste caso específico o *streetscape* (paisagem da rua) e verificar se o conjunto se mantém representativo da história local. Em outras palavras, compreender até onde o *tecido urbano* suporta modificações sem que se perca a reconhecibilidade dos elementos que o compõe, e de forma a preservar o caráter histórico do lugar.

Argumentos procedentes dos estudos da resiliência comercial urbana também podem ser úteis para sustentar investigações dessa ordem. Estudos recentes sugerem que embora a mudança seja um aspecto intrínseco aos sistemas comerciais, o ritmo acelerado das transformações pode abalar o equilíbrio dos sistemas comerciais, colocando em risco o desenvolvimento sustentável das cidades. Os autores defendem que a sustentabilidade urbana pode (e deve) ser associada à preservação de sistemas comerciais alicerçados na diversidade de formatos de lojas, ramos de atividade e ambientes comerciais (CACHINHO & SALGUEIRO, 2010).

M.R.G. Conzen, um dos mais relevantes pesquisadores sobre a forma urbana, enfatiza o estudo das áreas centrais (históricas), por constituírem a essência da paisagem urbana e valor como bem cultural e capital social. O autor esclarece que na medida em que uma geração reconhece este valor, preservando-o, aumentam seu sentimento de orgulho e pertencimento, e ampliam a noção de importância de preservação dos esforços das gerações anteriores (CONZEN, 1960 *apud* PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015, p.42; KROPF, 2009). Também Yamaki (2003, p.3) defende que o caráter e suas identidades, valores e heranças construídas e cultuadas ao longo do tempo, constituem uma das vertentes da sustentabilidade. Ancorado neste recorte teórico o presente estudo buscará demonstrar que a interpretação dos tecidos urbanos (comerciais) e a identificação de permanências podem auxiliar a construção de estratégias de preservação das paisagens urbanas históricas, ampliar o entendimento sobre a resiliência comercial urbana e de modo mais amplo, avançar o debate sobre a relação comércio-cidade.

2 | APORTE TEÓRICO AO ESTUDO DO COMÉRCIO, A PARTIR DA MORFOLOGIA URBANA

Esta seção apresenta a estrutura desenvolvida para suportar as ações da pesquisa. Trata-se de pesquisa qualitativa realizada através de estudo empírico de um fragmento do tecido urbano da Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR), realizada a partir de uma combinação de métodos da Morfologia Urbana. Outras ações mais amplas foram: revisão crítica de literatura; pesquisa exploratória; levantamento cadastral e de campo; sistematização e análise da permanência das formas urbanas. A partir dos procedimentos apontados a investigação revelou achados significativos, tanto no nível da permanência da forma quanto da resiliência urbana. A estrutura metodológica é enraizada no campo de estudo da Morfologia Urbana, combinando métodos procedentes das Escolas Inglesa e Italiana, e estudos recentes para interpretação das paisagens urbanas históricas e tipologias edilícias (CONZEN, 1960; CANIGGIA & MAFFEI, 2001; KROPF, 2009). Por limitações de espaço é apresentada de modo muito reduzido em comparação às possibilidades fornecidas pela literatura, mas pode, contudo, serem consultadas as fontes originais.

Delimitação do campo – abordagens histórico-geográfica e do processo tipológico

As escolas inglesa e italiana são centrais no campo de estudo da Morfologia Urbana, apresentando elementos interpretativos úteis à compreensão da formação e organização de eixos comerciais, ao estudar as transformações do tecido urbano que ocorrem ao longo do tempo. A diferença reside no modo de abordar seus objetos e no arranjo das escalas de análise (método). Na escola inglesa, base da morfologia urbana, o escopo está no território e no tecido urbano, de onde procede-se a análise dos elementos morfológicos que o compõem (plano urbano, quadra, lote, edifícios e fachadas), estabelecendo relações formais e temporais. Na escola italiana, por sua vez, o foco está no processo tipológico, observado em várias escalas (território, cidade ou edifício), pela seleção de um elemento morfológico e investigação de suas variações, hierarquias e sua relação com o contexto urbano, o período histórico e a sociedade que o produziu (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015; KROPF, 2009; LOVRA, 2016). Uma melhor compreensão se dá pelo entendimento mais minucioso destas abordagens.

A *abordagem histórico-geográfica* (escola inglesa) estabeleceu o conceito de paisagens urbanas históricas na década de 1960 através do trabalho do geógrafo alemão M.R.G. Conzen. Em sua trajetória Conzen enfatizou o estudo da evolução da forma urbana pela observação do plano das cidades e seus componentes, usando como parâmetros as transformações e permanências, sistematizadas temporalmente (períodos morfológicos). Propõe uma visão 'tri-partida' da paisagem urbana, representada em seu AXIOMA I, que sugere a leitura a partir das três categorias

sistemáticas da forma: a) plano urbano; b) tecido urbano [quadras e lotes com tipos edifícios semelhantes]; c) padrão de uso e ocupação do solo e dos edifícios (CONZEN, 1960; KROPF, 2009; PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015; LOVRA, 2016).

A *abordagem do processo tipológico* (escola italiana) tem base no trabalho dos arquitetos Saverio Muratori e Gianfranco Caniggia. Os autores consideram o território uma estrutura formada a partir da conexão entre rotas, assentamentos, áreas de produção e organismos urbanos, em que examina sua estrutura e seu o processo histórico de formação. De acordo com Caniggia e Maffei (2001) o primeiro procedimento é uma distinção geral entre relações espaciais e temporais, a que se refere respectivamente por co-presença (superposição de hierarquias no tempo) e derivação (repetição de formas derivadas de um tipo-básico). A análise aplica-se tanto ao edifício quanto a estrutura urbana a partir do esquema apresentado na Tabela 1.

Hierarquia - copresença	Componente / Escala	Edifício	Cidade
	Elementos	Materiais de construção como tijolos, madeiras, telhas	O edifício
	Estrutura de elementos	Associações em paredes, pisos interiores, telhados	Associação de edifícios formando tecidos urbanos
	Sistemas de estrutura	Organização dos elementos em salas, escadas, corredores	Combinação de tecidos formando setores ou distritos
	Organismo	Os edifícios	Associação de distritos formando a cidade

Tabela 1: Elementos analíticos pela abordagem do processo tipológico

Fonte: Adaptado de Kropf, 2009.

Através deste esquema a estruturação morfológica do território é analisada de modo evolutivo, a partir de quatro níveis distintos: 1) desenvolvimento de rotas; 2) formação de assentamentos; 3) fixação (uso do solo); 4) transformação do território (CANIGGIA & MAFFEI, 2001 e COSTA et al., 2018).

Estrutura de Interpretação aplicada à Av. Duque de Caxias

A partir da delimitação do campo apresenta-se um quadro analítico (Tabela 2) que combinou as categorias a partir das abordagens histórico-geográfica e do processo tipológico, em coerência ao método tipo-morfológico. Por limitações de espaço a estrutura metodológica foi apresentada de modo muito reduzido em comparação às possibilidades fornecidas pela literatura. A Tabela 2 sintetiza as categorias sistemáticas da forma urbana, os elementos e critérios de análise adotados para as interpretações realizadas na Avenida Duque de Caxias, aqui citados e detalhados nas próximas sessões do artigo. Tais categorias combinadas entre si, associadas à passagem do tempo e derivações contidas nesse processo, formam um todo que é a paisagem urbana histórica. As formas encontradas nos diferentes níveis foram entendidas como tipos, elementos específicos enraizados pelo processo local de desenvolvimento

cultural. Em todos os níveis de análise os elementos teóricos puderam ser identificados, permitindo a leitura do processo formativo em etapas, e a verificação de permanências formadoras do caráter histórico da rua. Na sequência procede-se a apresentação dos *resultados* obtidos até o momento, e *discussão* acerca da pertinência do método.

Estrutura para leitura da paisagem urbana histórica na Avenida Duque de Caxias	Categories Sistemáticas da forma urbana	Elementos-chave / fases evolutivas e permanências
	1.Rotas iniciais PERMANÊNCIA: elevada	A estrada existente: eixo considerado histórico, formador da Av. Duque de Caxias (YAMAKI, 2017). Figura 2. PERMANÊNCIA: elevada / eixo, estrutura
	2.Plano urbano inicial PERMANÊNCIA: elevada	Planta de Londrina (1932), versão mais antiga do projeto elaborado por Alexandre Razgulaeff. PERMANÊNCIA: estrutura, traçado, sistema quadra-lote;
	3.Tecido urbano PERMANÊNCIA: Variável	Trecho composto por 16 quadras organizadas em 8 setores (Fig.4); contém o sistema rua/quadra/lote; PERMANÊNCIA: alteração nos lotes e edifícios;
	4.Tipologias edilícias PERMANÊNCIA: Variável *edifícios comerciais sofrem muitas adaptações para acomodar novos usos	Quadra-padrão e tipos edilícios básicos- Fig.4 (construções comerciais/mistas) PERMANÊNCIA: avaliação dos seguintes elementos constituintes - cascas (1ª. construção comercial ou mista; cobertura; elementos da fachada; interior / adaptações);
	5.Padrão de uso e ocupação do solo PERMANÊNCIA: reduzida	As atividades comerciais iniciais, estruturadoras da vida social e econômica (1955); comparação com 2018; PERMANÊNCIA: alteração significativa dos usos/atividades;
	PERMANÊNCIAS – consiste na verificação da continuidade dos elementos formadores da paisagem urbana histórica. Foram considerados: 1) o eixo histórico; 2) plano inicial; 3) sistema quadra-lote; 4) tipos edilícios e seus elementos – casca, cobertura; elementos da fachada; interior; 5) Usos comerciais. FATOR – quanto maior o acúmulo destes fatores, concomitantemente, indicaria um maior nível de permanência (WHITEHAND, 2009);	

Tabela 2: Quadro Analítico para interpretação do objeto de estudo

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na revisão de literatura apresentada no artigo.

3 | A PAISAGEM URBANA HISTÓRICA NA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS

Nesta seção apresentam-se resultados da pesquisa empregados na interpretação da paisagem histórica da Avenida Duque de Caxias, a partir da estrutura metodológica apresentada na Tabela 3. Embora todas as categorias sistemáticas da forma urbana tenham sido investigadas, a concentração se deu no estudo das tipologias edilícias e no padrão de uso e ocupação do solo, representado pela evolução das atividades econômicas do setor terciário. Inicia-se pelo recorte espacial, seguido pelo tecido urbano e padrão das atividades comerciais.

3.1 Elementos da estruturação territorial: de Heimtal-Cambé a Duque de Caxias, a formação de uma avenida

Rotas iniciais

A formação da Avenida Duque de Caxias tem raiz num dos eixos iniciais que estruturaram o território, identificado nas releituras e achados recentes de Yamaki (2017). Neste estudo buscou-se evidenciar a importância da interpretação das rotas no entendimento da ocupação territorial, desde a sua formação até a estruturação urbana

contemporânea. A Figura 1 demonstra através de croquis, a relação espacial entre o Patrimônio de Heimtal (1929) e o núcleo inicial implantado pela CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná em 1932 (Figura 2) em que a ‘estrada de automóveis’, anterior ao projeto de um ramal da ferrovia não executado - Ramal 2 EFCP - já é notado (YAMAKI, 2017).

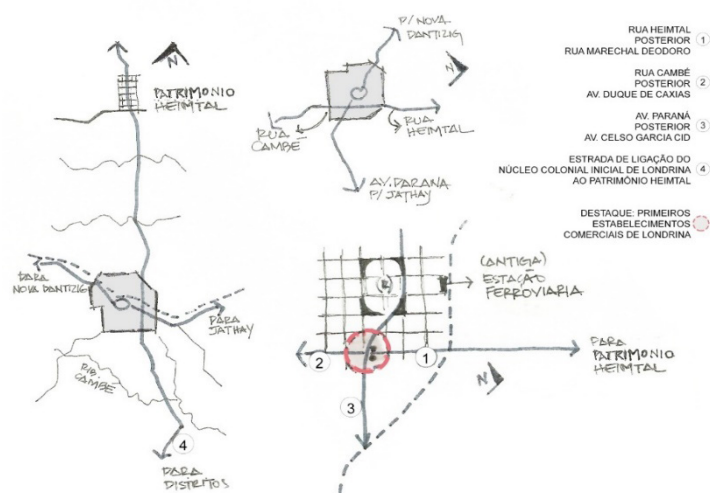


Figura 1: Croquis da relação espacial entre o Patrimônio de Heimtal e o núcleo inicial de Londrina, a partir da estrada de automóveis pré-existente.

Fonte: Dos autores, 2018.

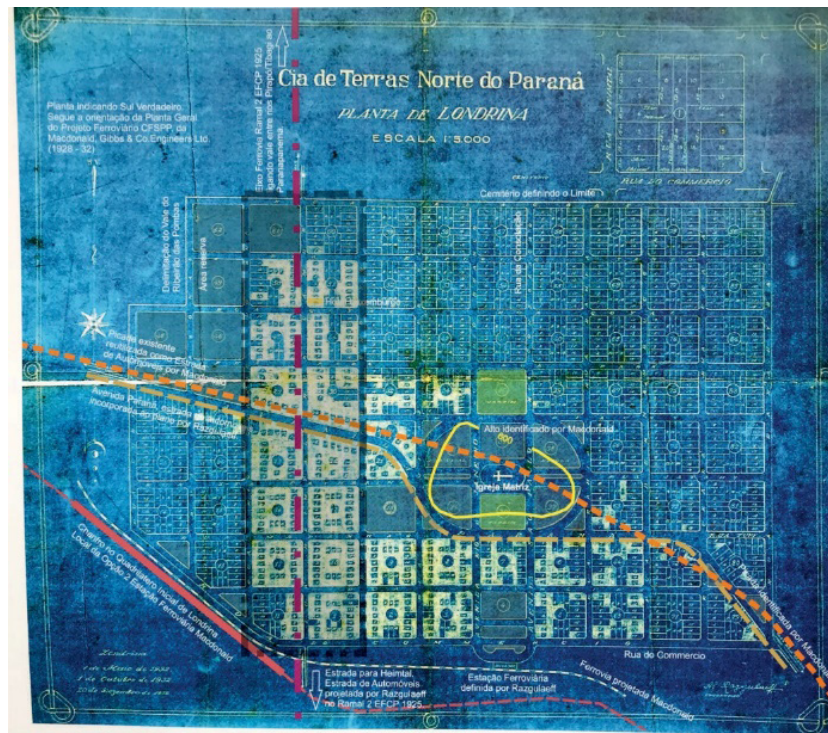
Na interpretação de Yamaki (2017), as ruas Heimtal e Cambé coincidem com este ramal, o que de certa forma justifica a concentração de lotes reservados e vendidos ao longo desta via, e os interesses econômicos já notáveis em sua configuração. Nas suas palavras,

‘Conseguimos assim, indiretamente, justificar o porquê da localização do Hotel Luxemburgo (1932 – local do atual Franz Hotel) bastante afastado da estação indicada na Planta de Londrina. Em depoimento o engenheiro Rodolpho Horner afirma que ouviu de seu pai Ernesto Horner, pioneiro, falar terem sido enganados. Ouviram dizer que por ali passaria uma ferrovia” (YAMAKI, 2017).

Plano urbano inicial, tecido urbano e tipologias edilícias

O *plano inicial* é datado de 1932. A Figura 2 é uma adaptação feita por Yamaki (2017) em que o autor faz a sobreposição da Planta geral CFSP (1928-32) identificando condicionantes do projeto. No eixo Norte-Sul, os equipamentos urbanos elementares: a estação ferroviária, a igreja ladeada por duas praças, escola, e no lado oposto o cemitério. O eixo da Duque de Caxias, em destaque, é paralelo ao eixo principal a esquerda na imagem. Nele, tracejado em vermelho, nota-se a via, que se destaca pelos lotes preenchidos em contraste, que indicavam o interesse dos compradores. A via teve muitos nomes, gerando muitas confusões que precisaram ser esclarecidas para realização de uma das etapas fundamentais da pesquisa: a reconstrução dos

usos comerciais iniciais, a partir do Informador Classificado do Paraná (1955), um catálogo telefônico. Este procedimento, sintetizado na Figura 3, permitiu verificar a permanência das atividades econômicas que se estabeleceram na via, desde o princípio, em comparação aos dias atuais.



Delimitação da área de estudo

Figura 2: Planta de Londrina – CNTP 1932 com as condicionantes do projeto e delimitação da área de estudo.

Fonte: Adaptado de Yamaki (2017) pelas autoras, 2018.

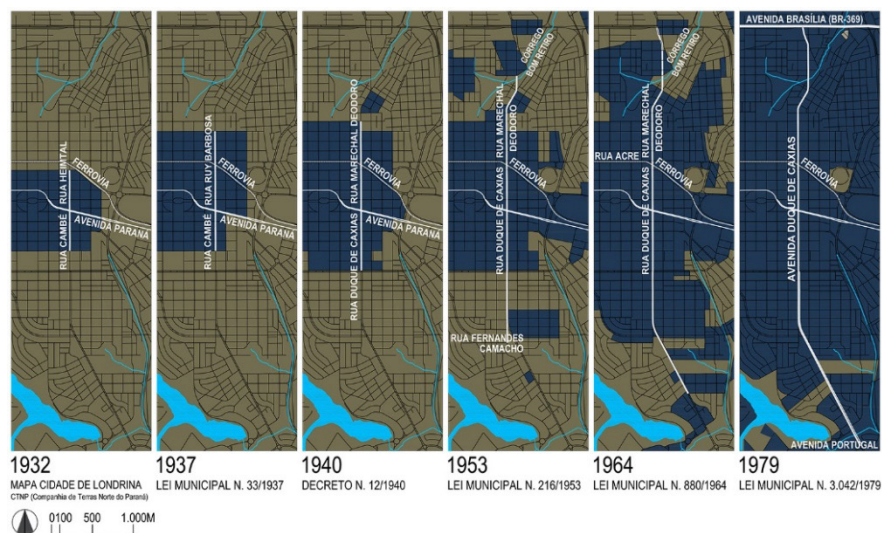


Figura 3 – Evolução da nomenclatura da (atual) Av. Duque de Caxias.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir da base digital da PML/SIGLON/CML (leis e decretos), 2018.

O tecido urbano, por sua vez, pode ser lido a partir do sistema formado pelas quadras e lotes, com os tipos edilícios semelhantes. A Figura 4 mostra a Quadra 1,

também visível na representação do trecho. O desenho da quadra, retirado da planta de 1932, mostra a denominação original da rua (Heimtal) em referência ao lado da rua que se ligava com o Patrimônio de mesmo nome, pré-existente. No lado sul o nome seria rua Cambé, como já discutido. Aparece ainda uma rua denominada ‘*rua do commercio*’ (atual rua Benjamin Constant) – idealizada no plano inicial. Contudo, foi na Avenida Duque de Caxias que, pelos motivos já citados, os interesses se concentraram, reforçando pressupostos já amplamente discutidos que defendem que a lógica dos planos nem sempre é a do comércio (VARGAS, 2001).



Figura 4 – Da esq. para dir.: quadra tipo estabelecida no Plano de 1932; Tecido urbano e tipologias edilícias identificadas no trecho de estudo (setores 1 a 8).

Fonte: Organizado pelas autoras, 2018.

A Figura 5 foi elaborada com base em foto aérea disponível no Museu Histórico de Londrina, datada de 1950. A sobreposição do esquema quadra-lote permite compreender como se procedeu a formação da paisagem urbana a partir da definição do plano de 1932. Em destaque a quadra-padrão número 01, de formato regular, que mede 105m por 115, subdividida em 20 lotes de dimensões variadas, com frentes de 12 a 15m, e fundos de 38,75m a 52,5m (YAMAKI, 2003^a p.16). As relações espaciais podem ser notadas pelo padrão de ocupação do lote, que se repete em toda a extensão do trecho. Nota-se que os edifícios comerciais são alinhados junto ao passeio, em geral justapostos lado a lado. As interrupções, menos frequentes, indicavam os acessos para o fundo dos lotes, onde se concentravam residências (em sua maioria), ou edificações de apoio à atividade comercial, tais como garagens, depósitos, instalações sanitárias e outras. A vegetação também demonstra a presença de um cotidiano familiar, oriundo não raro da migração do meio rural, cujos pomares e varais denotam a permanência de aspectos culturais tradicionais.

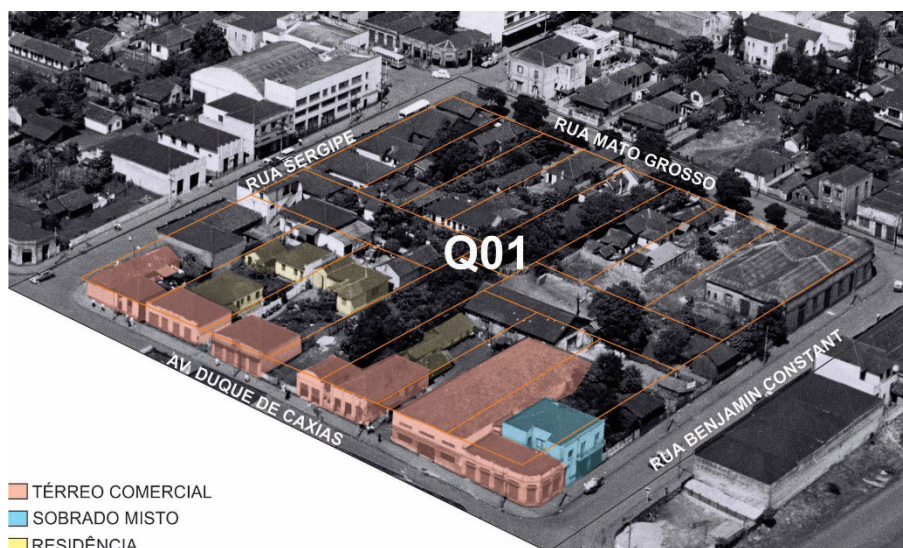


Figura 5 – Quadra-padrão número 1, tecido urbano e tipologias comerciais identificadas.

Fonte: Museu Histórico de Londrina (1950, Y. Yassunaga) adaptada pelas autoras, 2018.

O processo evolutivo dos lotes ainda pode ser notado na Figura 4, que demonstra um padrão de permanência maior nos lotes do meio da quadra. Nas esquinas ocorre em geral uma junção dos mesmos, para acomodar edifícios de maior porte (edifício misto) ou atividades comerciais que tiram partido da posição privilegiada da esquina para seu estabelecimento. Esta ocorrência é notada em dez das dezesseis quadras estudadas, a saber, as de número 10, 11, 17, 22, 23, 29, 30, 44, 51 e 61. Quanto as *tipologias edilícias*, 5 tipos foram identificados e observados como recorrentes no trecho, cujas características são descritas na Tabela 4. As figuras 4 e 5 demonstram, respectivamente, sua distribuição ao longo das 16 quadras e a predominância do tipo 1 (térreo comercial) como um tipo-básico que sofreu muitas derivações. O Gráfico 5 (p.16) mostra a distribuição das tipologias nos setores 1 a 8.

Atividades comerciais – surgimento, consolidação e evolução

O desenvolvimento comercial da Avenida Duque de Caxias acompanhou, desde seu início, o vigor e pujança da cidade, e a via desempenhou papel central na cena econômica e social de Londrina (CAPELO, 1989). Desde o início Londrina assumiu a função de centro de decisão em nível regional por ser a sede econômica do empreendimento da CTNP e pelo poder de atração de população migrante e imigrante. Sempre mencionada como “cidade polo” ou mesmo “capital regional” devido à importância no norte do Estado. Linardi (1995, p.13-14) ressalta que as capitais regionais são importantes para uma dada região ou território por assumirem a “função de centros de convergência de pessoas, negócios e mercadorias, possibilitando os contatos com outros centros complementares”.

PADRÃO TIPOLOGICO IDENTIFICADO NA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS	Tipos básicos	Descrição dos elementos-chave / fases evolutivas e permanências
		
		2.SOBRADO MISTO: Em menor quantidade, foi bastante notado na maioria dos 8 setores; construído por proprietários que tinham ou não o seu estabelecimento no térreo, morando num dos apartamentos superiores; previa 2 ou 4 apartamentos, alugados ou cedidos para membros da família; portas de acesso residencial constituem uma marca constante na paisagem urbana da rua; hoje os apartamentos superiores, por vezes acomodam empresas, depósitos, estão inutilizados, ou para alugar; foto: Quadra 16, lote 5.
		3.EDIFÍCIO COMERCIAL: É tipo menos comum neste trecho, apesar de estar bem representado nas extensões da avenida; composto exclusivamente por espaços destinados ao comércio, com mais de 2 pavimentos; no térreo junto a calçada as salas destinam-se a lojas, que no início raramente tinham vitrines; adaptações posteriores introduziram este elemento atendendo a exigências atuais; foto: Antigo Lar Hotel, Quadra 50, lote 3.
		4.SOBRADO COMERCIAL: Semelhante ao tipo 2 é organizado em dois pavimentos exclusivamente destinados a espaços comerciais (térreo e superior); em geral, salas comerciais destinadas a serviços prestados por autônomos; mais recente que o sobrado comercial, por vezes notou-se a adaptação deste tipo, devido à maior demanda por espaço comercial, comparado ao residencial; Foto: Quadra 10, L3.
		5.EDIFÍCIO MISTO: Representado por edifício de 3 ou mais pavimentos, em que o térreo é destinado a salas comerciais; as vitrines apareceram somente em adaptações posteriores; os acessos aos apartamentos são feitos por 1 ou 2 portas junto passeio, ocupados pelos donos, familiares ou alugados; foto: Edifício Vittori, Quadra 16, lote 1.
Fonte: Fotos e elaboração do autor, 2018.		

Tabela 4: Tipologias edilícias recorrentes

Muitas destas atividades instalaram-se logo nos primeiros anos na Duque de Caxias, e a avenida recebeu não apenas atividades comerciais, mas também atividades culturais e de lazer (CAPELO, 1989, p. 47). A verificação do padrão de atividades comerciais foi realizada por meio de comparação procedendo-se a reconstrução do mapa de usos do solo de 1955 a fim de checar a permanência de categorias comerciais (INFORMADOR, 1955). Considerando o recorte espacial do estudo, a pesquisa identificou cerca de 90 atividades comerciais distribuídas em 13 categorias, predominando vestuário e segmento alimentício, como mostra o Gráfico 1.



Gráfico 1: Distribuição das atividades comerciais por categoria, 1955.

Fonte: Sintetizado a partir do INFORMADOR, 1955. Elaborado pelas autoras, 2018.

O Gráfico 2, demonstra diversificação no padrão de atividades comerciais verificado em 2018, comparado a década de 1950. Observa-se uma variação de 13 para 25 categorias, seguido por um crescimento de 90, para cerca de 140 atividades comerciais. Foram identificados 7 espaços comerciais disponíveis para alugar, e 10 fechados. Notou-se uma mudança no perfil do segmento de vestuário/ alimentício, mais expressivo em 1955, para o segmento de materiais de construção (em especial lojas de materiais eletroeletrônicos, tintas e revestimentos / seguido por serviços automotivos e móveis usados). Pela observação de campo notou-se a adaptação de espaços comerciais maiores (os barracões cerealistas), por exemplo, estabelecimentos de ‘secos e molhados’, transformados hoje em brechós ou lojas de móveis usados. Esta categoria, em número de 15, faz com que a via seja associada atualmente a uma especialização neste ramo. Nota-se entre as novas atividades comerciais, a forte presença do segmento automotivo (21), entre os quais 11 são estacionamentos, seguido pelo segmento de casa/construção civil (22).

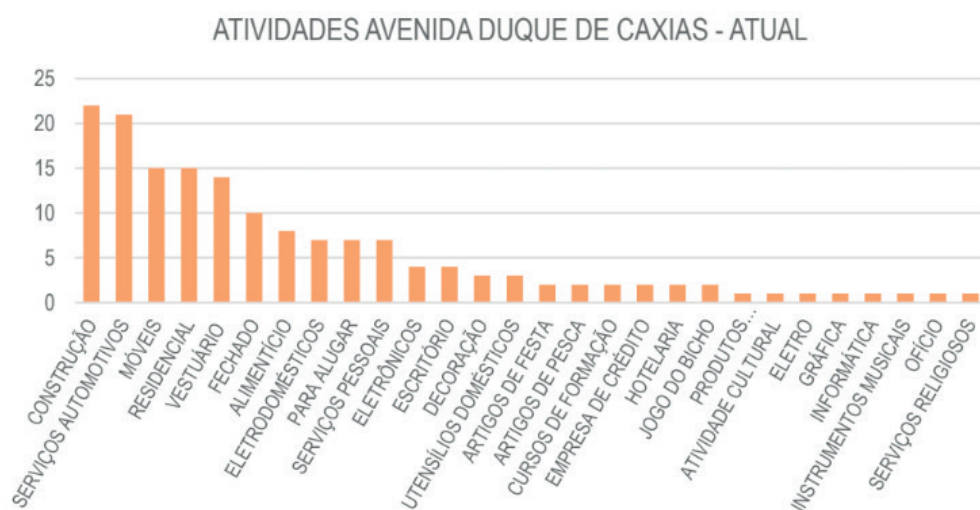


Gráfico 2: Distribuição das atividades comerciais por categoria, 2018.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do levantamento de campo, 2018.

Verificação das permanências nos tipos edifícios

O estudo se propôs a observar a continuidade de elementos formadores da paisagem urbana histórica, considerados em diferentes níveis, entre os quais, o eixo histórico, o plano inicial, o sistema quadra-lote-edifício (tecido urbano) e usos/atividades comerciais. Reitera-se que Conzen (1960), em seu Axioma I – paisagem urbana tripartida (plano / tecido urbano / usos / atividades) afirma que enquanto os dois primeiros elementos têm maior probabilidade à permanência, os usos e atividades são mais susceptíveis a mudança, ajustando-se às transformações de ordem socioeconômicas. Os resultados obtidos na pesquisa confirmaram de modo satisfatório os pressupostos teóricos deste autor, demonstrando a eficácia do método.

Uma vez que evidências de permanência nas 3 primeiras categorias (eixo/plano/tecido urbano) já foram apresentadas na seção anterior, procede-se agora a descrição da observação feita com relação aos tipos edifícios. Este procedimento foi realizado através da verificação da continuidade dos seguintes elementos constituintes do tipo-básico: 1) parcela; 2) casca, em que considerou a 1ª construção comercial em alvenaria, a partir de 1934; 3) cobertura; 4) elementos da fachada; 5) usos/atividades; 6) interior. O aporte teórico permitiu considerar que a significância da permanência é maior, reforçando o caráter histórico, em função da concomitância dos elementos no mesmo edifício, e por consequência no conjunto, tornando-o mais homogêneo. Em outras palavras, o acúmulo de um maior número de fatores numa mesma casca indicaria um nível de permanência mais elevado.

Os Gráficos de 3 a 5, mostram a correlação entre os 6 fatores de permanência estabelecidos e as 5 tipologias identificadas, distribuídas ao longo dos trechos 1 a 8, enquanto a Tabela 5 mostra a distribuição das permanências em cada setor. Observa-se que os trechos correspondem a cada segmento de 2 quadras, uma de frente para outra (Figura 4, pag. 11) assim considerado para preservar a relação entre as quadras, frente a frente, quem formam o *streetscape*.

Considerando o trecho em estudo a primeira verificação feita foi a permanência da casca. Notou-se que das 94 unidades-lote, 67 cascas permaneceram, totalizando 71,27% do conjunto. A partir da permanência da casca, mais significativa, foi verificado o acúmulo dos demais fatores de permanência, sendo respectivamente 69 parcelas, 52 coberturas, 47 fachadas, e 36 interiores. O setor que apresentou concomitantemente um maior acúmulo dos fatores de permanência foi o 2 (54), seguido em ordem pelos setores 3, 7, 1, 4, 6, 5, e 8 (Gráfico 3).

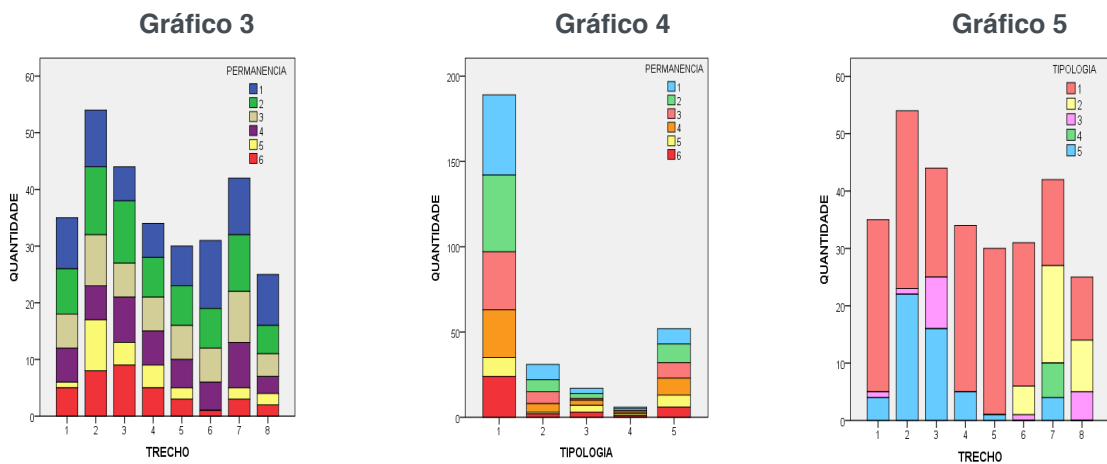


Gráfico 3 – Acumulo de permanências/ setores 1-8; **Gráfico 4** – Acumulo de permanências distribuído pelas 5 tipologias; **Gráfico 5** – Distribuição das tipologias edilicias nos setores 1-8

Legendas – PERMANÊNCIA 1) parcela; 2) casca; 3) coberturas; 4) elementos da fachada; 5) atividade comercial. TIPOLOGIAS 1) terreno comercial; 2) sobrado misto; 3) edifício comercial; 4) sobrado comercial; 5) edifício misto; 6) organização interior

FONTE: Pesquisa exploratória e campo. Organizado pelas autoras, 2018.

Fatores de permanência	Fator	Trechos								Totais	%*
		1	2	3	4	5	6	7	8		
	Parcela	9	10	6	6	7	12	10	9	69	73,40%
	Casca	8	12	11	7	7	7	10	5	67	71,27%
	Cobertura	6	9	6	6	6	6	9	4	52	55,32%
	Fachada	6	6	8	6	5	5	8	3	47	50,13%
	Usos	1	9	4	4	2	0	2	2	24	25,53%
	Interior	5	8	9	5	3	1	3	2	36	38,29%
	Totais	35	54	44	34	30	31	42	25	295**	-

Tabela 5: Distribuição dos fatores de permanência nos setores 1-8

Fonte: Pesquisa exploratória e de campo. Organizado pelas autoras, 2018. *o percentual apresentado refere-se 94 unidades-lote; **295 representa o acumulo total das permanências

A tipologia que acumulou mais fatores de permanência foi o ‘terreno comercial’, que é também a mais recorrente. Isto significa que este tipo é mais marcante na paisagem, contudo, não significa que um tipo menos representativo, como o 4 por exemplo, não tenha distinção. Neste caso específico, apesar de menos presente, ele acumula todos os fatores de permanência, desde de a fundação da cidade (como exemplo o antigo Lar Hotel, quadra 50, lote 3).

4 | PERMANÊNCIA COMO INDICADOR DO CARÁTER HISTÓRICO

Organizados a partir da abordagem tipo-morfológico (estrutura sistematizada em escala, nível de complexidade e tempo) os resultados mostram, a partir do comportamento isolado dos elementos, o acúmulo de fatores de permanência em

cada edifício/setor, sem que se perca a visão do conjunto. Considerou-se este um ponto favorável. O Gráfico 3 e Tabela 5 evidenciam estas relações.

A leitura das permanências através deste método permitiu verificar, no nível dos elementos físicos, a persistência de um percentual expressivo de edifícios originais (as cascas), com moderada transformação dos seus elementos constituintes (lote, cobertura, fachada, atividade comercial), garantido a integridade da estrutura principal da paisagem urbana. Já quanto aos usos/atividades, a permanência foi menos significativa, confirmando a teoria. Em apenas 24 situações o mesmo segmento comercial foi identificado (e não o mesmo comerciante). Se considerássemos esta hipótese, seriam apenas 3 ou 4 situações. Logo conclui-se que a integridade da paisagem urbana deve preferencialmente ser preservada pelo conjunto.

Usando as cascas como referência, por exemplo, poderia ser um equívoco deduzir, apenas pela presença destas, um nível de permanência elevado. A permanência deve ser considerada mais significativa quanto maior for a concomitância dos fatores numa mesma casca, e sistematicamente num trecho maior até atingir o nível de uma região, tornando-o homogêneo. Toma-se como exemplo o setor 2, que acumula o maior número de fatores concomitantemente. Comparado ao setor 3, a permanência das cascas é semelhante (12 e 11, respectivamente) contudo, na contagem total dos fatores, a variação é de 54 para 44. Isso poderia significar situações como um edifício que tivesse seu volume original preservado, mas, contudo, todos os demais elementos transformados a tal ponto que não fosse mais reconhecível. Levando este raciocínio ao extremo, a presença apenas das cascas não garante integridade do caráter histórico da paisagem urbana, sendo desejável que um conjunto maior de fatores possa ser preservado.

Até este momento da pesquisa não se chegou a atribuir *pesos* a determinados fatores de permanência (por exemplo, elementos da fachada) que pudessem ser considerados mais significativos em termos de reconhecibilidade, evidenciando mais o caráter histórico dos lugares. Este é um avanço desejável para este tipo de pesquisa, no sentido de definir 'o que' e 'como' preservar. Retomando a teoria de Conzen (1960) sobre a continuidade histórica, certos elementos mostram ser mais permanentes, devido ao caráter mais estáticos (rotas, por exemplo), o que não procede quanto aos usos/atividades que tendem a sofrer muita transformação. A pesquisa confirmou este pressuposto, alertando um campo que merece aprofundamento de estudo, melhorando a conservação das paisagens urbanas históricas.

Também no campo da resiliência urbana, há que se pensar sobre estas relações. Pode parecer óbvio, mas em se tratando de edifícios que suportam atividades comerciais, não é, e por várias razões. A dinâmica do comércio pode impor um ritmo acelerado de transformação para acompanhar tendências. Os comerciantes fazem muitas adaptações nos edifícios para acomodar os novos usos e atividade, em sintonia com o mercado, ou mesmo intuitivamente para responder ao padrão do consumo contemporâneo. A pesquisa demonstrou este aspecto, em que apenas 36 interiores

não sofreram adaptações (38% do conjunto). As fachadas foram muito adaptadas, e por vezes, elementos essenciais ao caráter histórico desaparecem (ornamentos por exemplo). As pressões do sistema econômico podem, deste modo, caminhar num sentido oposto da preservação, e a ação isolada de cada comerciante pode contribuir em muito para a descaracterização da paisagem urbana num nível mais amplo.

5 | CONCLUSÃO

O estudo buscou discutir a permanência de elementos formadores da paisagem urbana histórica. Fez um avanço neste campo, propondo um processo de leitura sistemático, que considera diferentes escalas, complexidade e temporalidades. Entendeu que o uso deste método é pertinente para interpretação da paisagem urbana. Por fim, considerou que integridade de lugares históricos é algo que precisa ser perseguido, mas nem sempre está claro para os agentes transformadores da cidade, o que precisa ser preservado, e de que forma, para que os lugares ainda sejam reconhecíveis. Vale lembrar que o consumo dos lugares, muitas vezes é reforçado pela distinção dos mesmos, em outras palavras, pelo quanto são genuínos. Assim, compreender a complexidade urbana através de seus processos possibilita uma consciência crítica sobre tendências futuras, preservando de modo adequado o caráter, valores e heranças construídas e cultuadas ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

BENTLEY, Ian et al. *Responsive environments: a manual for designers*. London, Architectural Press, 1985.

CANIGGIA, G. & MAFFEI, G.L. **Architectural Composition and Building Typology: Interpreting Basic Building**. Firenze, Italy: Alinea Editrice, 2001.

CACHINHO H. & SALGUEIRO, T. O Comércio Urbano em Tempos de Turbulência: elementos para avaliar as vulnerabilidades e níveis de resiliência. In: **Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia**. Porto: Faculdade de Letras, 2010.

CAPELO, M. **A Avenida Duque de Caxias: retratos e significados**. 1989. 121 f. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CHEN, F. Preserving the cultural identity of Chinese cities in urban design through a typomorphological approach. In: *URBAN DESIGN International* Vol. 14, 1, 36–54. 2009

CONZEN, M.R.G. **Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis**. London: Institute of British Geographers, 1960.

CONZEN, M.R.G. The Plan Analysis of an English City Centre. In: J.W.R. Whitehand (ed.) **The Urban Landscape: Historical Development and Management** Papers by M.R.G. Conzen. London: Academic Press, 1981. pp. 25–54.

INFORMADOR **Classificado do Paraná**. Curitiba: Informadora e Editora Brasil Ltda, 1955.

- KROPF, K. Aspects of Urban Form. In: **Urban Morphology**. International Seminar on Urban Form, 13 (2), 105-20, 2009.
- LINARDI, M. C. N. **Pioneirismo e Modernidade: a urbanização de Londrina-PR. 1995**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.
- LOVRA, E. Urban Tissue Typology and Urban Typology (1868-1918): Special Cases: Zagreb and Rijeka Scientific Papers I Znanstveni prilozi. pg. 202-215, 2016.
- MOUDON, A. V. Getting to Know the Built Landscape: Typomorphology. In: FRANK, K. A. & SCHNEEKLOTH (ed.). **Ordering Space: Types in Architecture and Design**, 1994.
- NAKAGAWARA, Y. **Londrina por dentro**. *Revista Cartaz*. A História de Londrina 1934-1984, Londrina, n.6, p. 11-18, 1984.
- PANERAI, P. “**Typologies**”. In: PANERAI, Philippe et alii. *Analyse urbaine*. Marseille: Éditions Parenthèses, 1999, p.105- 132.
- PEREIRA COSTA, S.A. & GIMMLER NETTO, M.M. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/ARTE, 2015.
- PEREIRA COSTA, *et al.* Aplicações de conceitos da Escola Italiana de Morfologia Urbana em cidades brasileiras planejadas e multi diferenciadas. IN: **Diferentes abordagens em morfologia urbana**. Contributos luso-brasileiros. OLIVEIRA, V. Ed. Ebook. Disponível em vitoroliveira.fe.up.pt. 2018.
- PRANDINI, N. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Vol. 2. Londrina: Humanidades, 2007. p. 87-113
- RODRIGUES, E. R. **Shopping a céu aberto no Brasil: transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea**. Tese (Doutorado) não publicada. FAUUSP, 2012.
- VARGAS, H. C. **Espaço Terciário. O lugar, a arquitetura e a Imagem do Comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.
- WHITEHAND, J.W.R. British Urban Morphology: The Conzenian tradition. In: **Urban Morphology** 5(2), 2001. p. 103–109.
- WHITEHAND, J. W. R. ‘**Origins, development and exemplification of Conzenian thinking**’, 14th International Seminar on Urban Form, Ouro Preto, Setembro, 2007.
- WHITEHAND, J. W. R. ‘**The structure of urban landscapes: strengthening research and practice**’, *Urban Morphology* 13, 5-27, 2009.
- YAMAKI, H. **Terras do Norte - Paisagem e Morfologia**. Londrina: Ed. H.Yamaki e UEL, 2017.
- YAMAKI, H. **Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina**. Documento para Discussão. Londrina, PML, 2003.
- YAMAKI, H. **Iconografia Londrinense**. Londrina: Edições Humanidades, 2003a. 107p.

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – São Paulo

Sandra Regina Casagrande de Moraes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – São Paulo

RESUMO: O presente artigo se introduz, mostrando uma análise quantitativa da produção residencial vertical realizada entre 2000 e 2011, a fim de que diversas discussões possam ser criadas em relação ao produto resultante do mercado imobiliário contemporâneo e suas influências sobre a cultura da moradia paulista e, conseqüentemente, sobre o modo de viver nas outras grandes metrópoles brasileiras, uma vez que São Paulo se mostra como uma das cidades modelos do país. Dessa forma, objetiva-se pesquisar e avaliar o programa arquitetônico dos apartamentos do mercado imobiliário da metrópole paulista no século XXI, como uma referência tipológica: (i) o estabelecimento de um quadro das diferentes tipologias de apartamentos contemporâneos, comumente ofertadas no mercado imobiliário paulistano estabelecendo padrões e características; e

(ii) o desenho conformado pela legislação e pelas condicionantes técnicas das edificações. Também se justifica, pois com o resultado do registro das tipologias pretende-se colaborar com futuras discussões e avanços nos estudos a respeito da produção do mercado paulistano no século presente e sua relação com tempos passados e futuros. Assim, procurou-se saber qual é o aspecto primordial da arquitetura, da arte de projetar e criar com a padronização desamparada e inerente ao processo produtivo encontrado no mercado imobiliário. E diante deste questionamento, observa-se que a cultura é um instrumento de direta influência, e que, diante de uma gama de possibilidades de saberes de reprodutibilidade construtiva, a lógica internacional dos edifícios são diretamente fontes de inspiração do mercado paulista cada vez mais enclausurado, compactado, padronizado e verticalizado na sua forma artificial de ser.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado Imobiliário; Produção Arquitetônica; Tipologias de apartamentos.

ABSTRACT: This article introduces a quantitative analysis of the vertical residential production carried out between 2000 and 2011, so that several discussions can be created in relation to the product resulting from the contemporary real estate market and its influences on the housing

culture of São Paulo and, consequently, about the way of life in the other great Brazilian metropolises, since São Paulo is one of the model cities of the country. The objective of this study was to investigate and evaluate the architectural program of the housing market in the São Paulo metropolis in the 21st century, as a typological reference: i) to establish a framework of the different typologies of contemporary apartments, commonly offered in the São Paulo real estate market setting standards and characteristics; and ii) the design conforming to the legislation and technical constraints of buildings. It is also justified, because with the result of the registry of typologies is intended to collaborate with future discussions and advances in the studies regarding the production of the market of São Paulo in the present century and its relation with past and future times. Thus, we sought to know what is the primordial aspect of architecture, the art of designing and creating with the standardization helpless and inherent in the productive process found in the real estate market. And faced with this questioning, it is observed that culture is an instrument of direct influence, and that, faced with a range of possibilities of constructive reproducibility, the international logic of buildings are directly sources of inspiration for the São Paulo market increasingly cloistered, compacted, standardized and upright in its artificial form of being.

KEYWORDS: Real Estate Market; Architectural Production; Types of apartments.

1 | INTRODUÇÃO

O apartamento surge em São Paulo segundo Souza (1994, p. 111): “para resolver o problema de moradia da classe média, num programa que atendia às suas necessidades de dois ou três dormitórios, entrada social e de serviço separadas, banheiro e cozinha”. Tratava-se de um problema da classe média que resultou na construção dos edifícios.

Desde então, são as seguintes, as principais recorrências encontradas na espacialidade dos apartamentos paulistanos conforme Tramontano (1998), que podem ser identificadas em plantas desde os primeiros exemplares implantados na cidade até os lançamentos mais recentes, tanto em grandes e luxuosos apartamentos destinados a classe mais abastadas como nos programas reduzidos e simplificados de unidades mais econômicas são as seguintes: i) a divisão da planta compartimentada, como estratégia de organização de usos; ii) a estanqueidade funcional de espaços, com a vinculação de atividades e compartimentos determinados; iii) a existência de uma relação de hierarquia entre os espaços; iv) a tripartição da habitação com o agrupamento de compartimentos em zonas: social, íntima e de serviços; v) a articulação dos cômodos por meio de corredores e dispositivos de circulação; e vi) a existência de uma relação de hierarquia também entre circulações separadas para o uso de padrões e empregados, inclusive no âmbito coletivo do edifício.

Sobre esse assunto, Queiroz (2008, p. 24) referência os modelos de apartamentos paulistanos produzidos aos apartamentos parisienses:

[...] cuja organização espacial, que apresentava espaços funcionalmente estanques e hierarquizados, organizados em três setores de acordo com suas funções, difundiu-se e consolidou-se mundo afora, podendo ser verificada ainda hoje em várias partes do mundo nas plantas de edifícios de apartamentos, sejam eles produzidos pela iniciativa privada ou pela pública.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o crescente aumento do número de famílias que escolhem o apartamento como moradia (em 2000 eram 13,8%, subindo em 2010 para 16,8%), o mercado imobiliário tem colocado à disposição dos consumidores, modelos espaciais em desacordo com as reais necessidades dos moradores. A grande maioria dos projetos continua reproduzindo modelo espacial muito próximo ao dos apartamentos parisienses oitocentistas, e segundo Rossetto (2002), apesar das transformações nos modos de vida e da complexidade do cotidiano, não houve uma revisão sistemática desse programa habitacional.

2 | O PROGRAMA ARQUITETÔNICO DOS APARTAMENTOS DO SÉCULO XXI

Uma grande uniformidade de soluções é percebida nas propostas de apartamentos oferecidos na cidade de São Paulo pelo mercado imobiliário, sob a alegação de que chegou “a resultados projetuais economicamente viáveis” (VILLA, 2006, p. 2).

O conceito de flexibilidade e personalização dos espaços utilizados pelo mercado imobiliário na década de 1990 perdura pela primeira década do século XXI: primeiramente como uma estratégia do plano de marketing, e posteriormente, como forma de atender a diversidade cada vez maior de perfis de grupos domésticos e as múltiplas alterações de seus modos de vida.

As configurações dos apartamentos também continuam exatamente iguais à décadas passadas, principalmente de dois e três dormitórios sem muitas variações, com exceção dos tamanhos dos terraços que aparecem cada vez maiores em consequência do melhor aproveitamento da legislação, conforme descreve o arquiteto Roberto Candusso:

O terraço é uma consequência de mudança de regra na legislação [...] algo muito bom [...] antigamente você tinha um prédio e o tamanho do terraço só podia ocupar 1/3 da fachada com 1,20m de profundidade [...] então você tem a produção que é São Paulo inteiro: aquele espaço que não se coloca nada, não cabe nada [...] fica umas plantas e uma cadeira tomando pó e não se usa. [...] Agora a legislação mudou, passando o terraço a ocupar 10% da projeção do pavimento térreo em um só espaço [...] e agora dá para aproveitar. [...] e todas as imobiliárias, as construtoras e os arquitetos estão aproveitando este espaço grande e único.

O terraço neste momento deixa de ser o espaço de contemplação e passa a provocar alterações no agenciamento do apartamento, pois se torna o centro da valorização do lazer doméstico, ou seja, o terraço que até então era um elemento

externo ao programa arquitetônico passa a fazer parte do espaço interno que muitas vezes “é fechado e transformado em espaço interno, indo contra a legislação para resolver um problema de espaço que não se resolveu internamente [...]” (arquiteto Roberto Candusso).

O acréscimo de área do terraço ocasionou a mudança da configuração da sala, que antes prevalecia com a solução em “L” - com a interligação da sala de jantar com a sala de estar, para a solução de sala em formato retangular, com a base mais larga do retângulo voltada para o terraço (Figura 1). “É a chamada sala de boca larga. A sala de estar passou a ser mais valorizada, pela ligação que tem com o terraço” (arquiteto Wilson Marchi, diretor do EGC Arquitetura, em entrevista realizada pela Revista Zap Imóveis, 2009).

O arquiteto Octávio de Siqueira, sócio fundador da O. S. Arquitetura acrescenta que com a valorização do espaço do terraço em projeto e com a ajuda do marketing, os apartamentos do século XXI ficaram voltados para a área social: “[...] o que se vende hoje é área social: sala e terraço [...] o quarto é minúsculo, o banheiro é minúsculo e chegou a extremo, a cozinha e área de serviço, são minúsculas [...]”



Figura 1 - Edifício Stellato, projeto de Roberto Candusso, 2010, apartamento de quatro dormitórios.

Fonte: <www.cyrela.com.br/sp/apartamento/edificio-stellato>, acesso 09/06/2015.

É fato que o tamanho do terraço surgiu pela facilidade da legislação, mas veio determinar a redução das áreas internas, pois segundo o arquiteto Alberto Dávila da Dávila Arquitetura: “o que comanda a arquitetura do mercado imobiliário é a área computável e a área não computável. O terraço é área não computável, mas vendável”.

Com relação às áreas úteis dos apartamentos, essa primeira década (2000 a 2011) reverte o fenômeno ocorrido a partir da década de 1950, quando os apartamentos começam a perder ao longo dos anos a suas áreas. Segundo a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP), com exceção dos apartamentos de quatro

dormitórios – que têm uma queda de área de 5,15%, mas bem menor do que a redução dos 8,84% que já haviam sofrido na década anterior – as demais tipologias experimentaram um aumento de suas áreas: três dormitórios, de 1,02%; dois dormitórios, de 8,64%; e de um dormitório, de 44,46%. O surpreendente aumento dessas três tipologias está relacionado à imposição da presença do majestoso terraço.

Os Gráficos 1 e 2 mostram as oscilações das áreas úteis e totais médias dos apartamentos entre os anos de 2000 a 2011. A tipologia de quatro dormitórios é a que apresenta diversidade de aspectos qualitativos em relação ao programa arquitetônico e aspectos quantitativos em relação às oscilações de áreas que vêm sofrendo neste período, com o pico positivo no ano de 2001 e o negativo no ano de 2009. Já a tipologia de um dormitório tem um ganho representativo de área útil no ano de 2009 e área total no ano de 2004, mas nos anos subsequentes sofre reajustes negativos, enquanto que nas tipologias de dois e três dormitórios as oscilações de áreas foram menores.

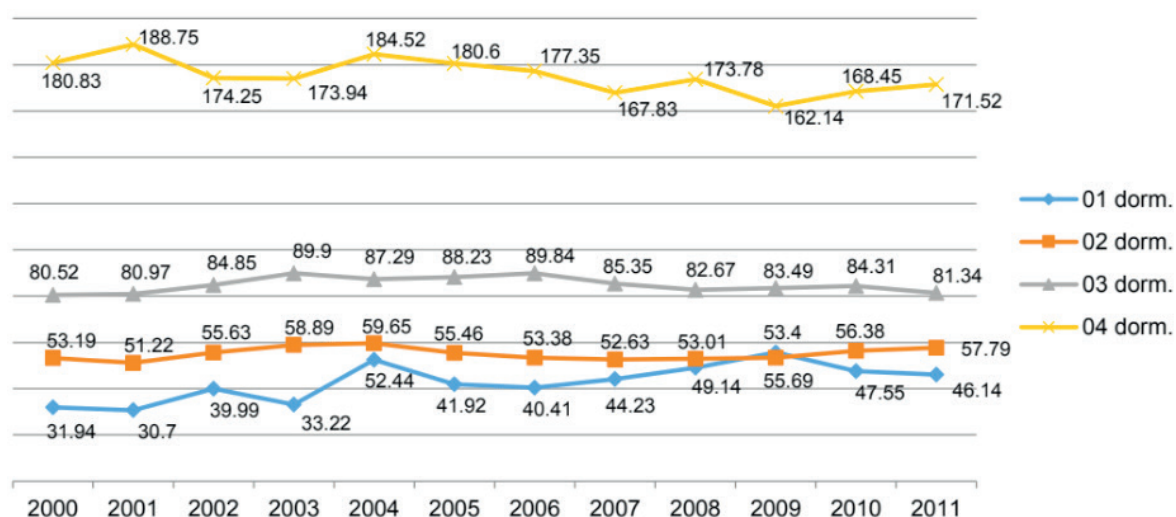


Gráfico 1 - Evolução das áreas úteis médias dos apartamentos por número de dormitórios lançadas no município de São Paulo (2000-2011).

Fonte: EMBRAESP - Relatório Anual 2011.

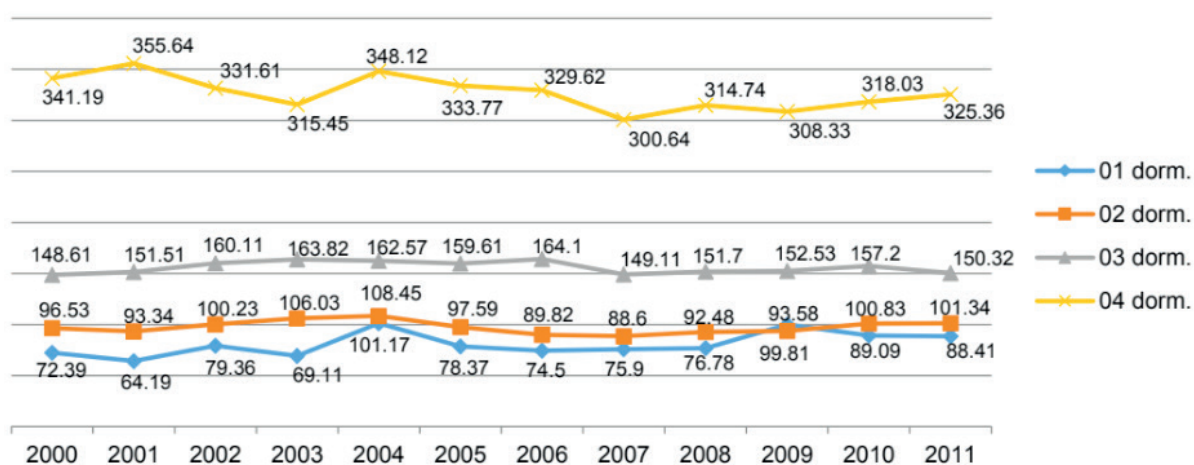


Gráfico 2 - Evolução das áreas totais médias dos apartamentos por número de dormitórios lançadas no município de São Paulo (2000-2011).

Fonte: EMBRAESP - Relatório Anual 2011

Além dos apartamentos de dois dormitórios, destacam-se dentro do quadro geral da cidade de São Paulo (Tabela 1), nesse período, alguns lançamentos de um dormitório, por apresentarem, em geral, um aumento significativo de suas áreas úteis acompanhado de uma supervalorização de suas áreas coletivas, tratadas como extensões necessárias do apartamento. Frequentemente destinado, segundo Villa (2008, p. 94), a uma parcela da sociedade que não se encaixa no formato de família nuclear – casais sem filhos recém-casados, solteiros, divorciados, viúvos ou viúvas – tais apartamentos tendem a abrigar moradores das faixas mais altas de renda.

Período	01 dorm (%)	02 dorm (%)	03 dorm (%)	04 dorm (%)
2000	17,19	45,35	27,62	9,84
2001	17,05	40,90	31,00	11,05
2002	11,08	39,82	29,12	19,98
2003	20,30	61,31	9,18	9,21
2004	5,78	39,17	31,49	23,56
2005	7,41	29,52	34,95	28,12
2006	3,88	28,01	30,26	37,85
2007	1,93	26,75	35,18	36,14
2008	3,16	32,77	32,47	31,60
2009	3,34	44,38	32,21	20,07
2010	7,97	43,59	35,04	13,40
2011	11,11	44,70	30,55	13,64

Tabela 1 - Evolução do número de unidades residenciais (apartamentos), classificados por número de dormitórios lançadas no município de São Paulo (2000-2011).

Fonte: EMBRAESP - Relatórios Anuais 2005 e 2011.

Na cidade de São Paulo são inúmeras as empresas incorporadoras atuantes no mercado imobiliário residencial, porém para esta pesquisa levantou-se somente a produção das dez incorporadoras (Gráfico 3) que se destacaram pelo seu número de lançamentos no período compreendido entre os anos de 2000 a 2011 pertencentes ao ranking da EMBRAESP e que totalizam 35% dos produtos lançados no período.

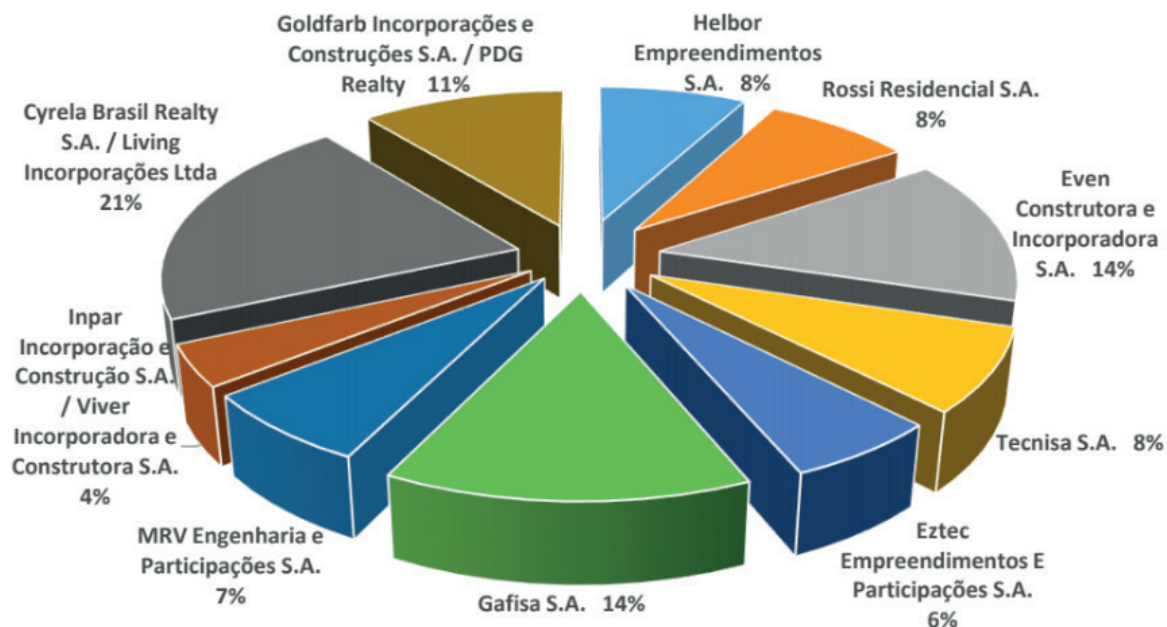


Gráfico 3 – Empresas Incorporadoras que concentram em média 35% do mercado imobiliário residencial na cidade de São Paulo no período entre os anos de 2000 a 2011.

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP).

Os 745 empreendimentos verticais lançados geraram 1.093 tipologias de unidades distribuídas da seguinte forma: 45 são de um dormitório; 325 são de dois dormitórios; 361 são de três dormitórios; 357 são de quatro dormitórios; e 5 são de cinco dormitórios. Os dados apresentados nos Gráficos 4 a 9 representam o resumo das tipologias estudadas classificadas por número de dormitórios, excluindo a variação tipológica *penthouse* por se tratar de solução diferenciada de projeto, ligada à média do mercado, que, na verdade, mereceria um estudo a parte. Também foram excluídas as tipologias resultantes das versões flexíveis (um dormitório onde, originalmente eram dois; dois dormitórios que originalmente eram três; três dormitórios, onde originalmente eram quatro; e quatro dormitórios, onde originalmente eram cinco), e estudadas somente as versões originais. Já a tipologia de um dormitório para a demonstração de suas características foi tratada separadamente da versão *studio*.

Esses gráficos mostram os comparativos entre as áreas úteis de cada ambiente das tipologias mínima, média e máxima apresentadas para cada quantidade de dormitórios disponíveis no mercado imobiliário – de *studio* a cinco.

Como pode ser visto, para um dormitório o programa arquitetônico se torna reduzido para áreas menores e vai se ampliando na medida que sua área se torna maior, como a presença de lavabo e *closet*. Fato que também ocorre na tipologia *studio*.

A presença de *home office* parece na tipologia *studio*, deixando de existir nas tipologias de um, dois e três dormitórios, e tornando a aparecer nas tipologias de quatro e cinco dormitórios. A justificativa dessa ocorrência é que este ambiente está ligado a tipologias maiores e consequentemente direcionando a um público com maior

poder de compra e também ao público que preconiza o novo estilo de vida quando compra a tipologia *studio*.

No que se refere às tipologias de dois dormitórios, ambas as áreas mínimas e máximas possuem quantitativos de números próximos, destacando-se apenas a área da sala e a presença do lavabo para a tipologia com área útil máxima estudada.

Para os apartamentos de três dormitórios, o programa arquitetônico começa a ser ampliado de forma que alguns ambientes como a dependência de empregada, banho de empregada, despensa, lavabo, *closet* e mais um banho, passam a ser ambientes em tipologias com áreas máximas encontradas no mercado imobiliário na cidade de São Paulo.

Já no que se diz respeito aos programas arquitetônicos equivalentes a quatro dormitórios, tipologias em maior número no quantitativo realizado, as áreas mínimas, médias e máximas aparecem de formas diferenciadas umas às outras de forma que cada uma apresenta espaços bastante diferenciados entre si, tanto na tipologia quanto no quantitativo. Assim como no caso dos três dormitórios, elas possuem como pontos comuns dois dormitórios, suíte, sala de estar/jantar, cozinha, serviço, varanda e varanda gourmet, com a diferença de que no caso as tipologias de quatro dormitórios há um acréscimo de um banho a mais, no que se refere as ambientações em comum das três áreas úteis analisadas. Ficou evidente a presença de 35 ambientes diferentes na tipologia com área máxima.

Por último, na tipologia de cinco dormitórios, esta como possui áreas vastas, concentra um programa arquitetônico amplo e mais completo sobre os diferentes ambientes existentes com o número de 51 ambientes diferentes. Portanto, por ser um caso menos decorrente, apresenta apenas cinco tipologias de apartamentos com essa característica. Dessa forma, por se tratarem de áreas com uma diferença entre a tipologia com área menor e a tipologia com área maior de quase 500 m², demonstram, para um mesmo ambiente, diferenciações grandes na composição da área dos espaços dos mesmos.

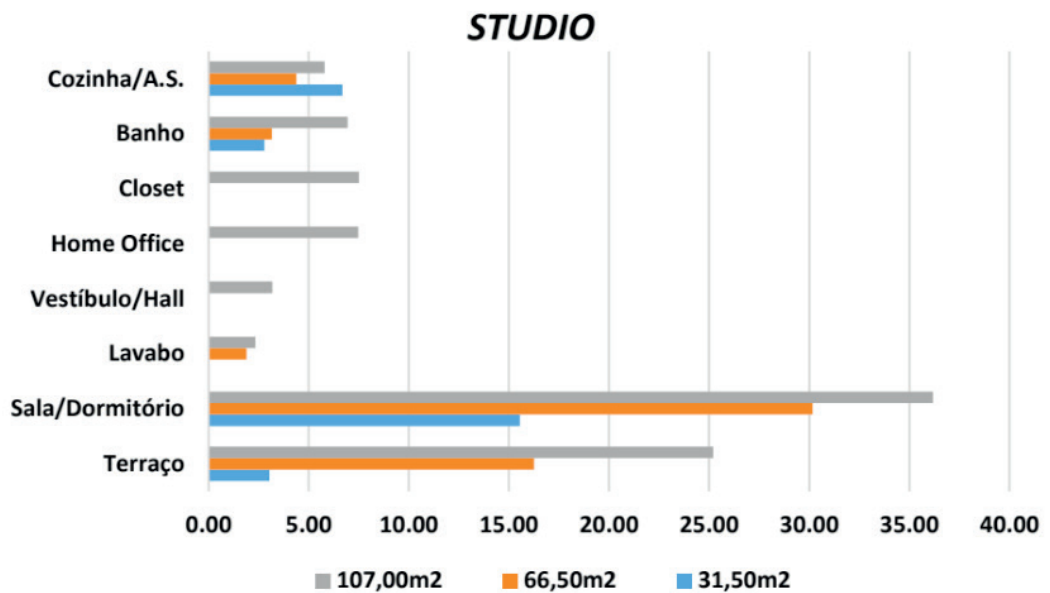


Gráfico 4 – Comparativo das áreas dos ambientes da tipologia *Studio* lançada no mercado imobiliário (2000 – 2011).

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da empresa EMBRAESP

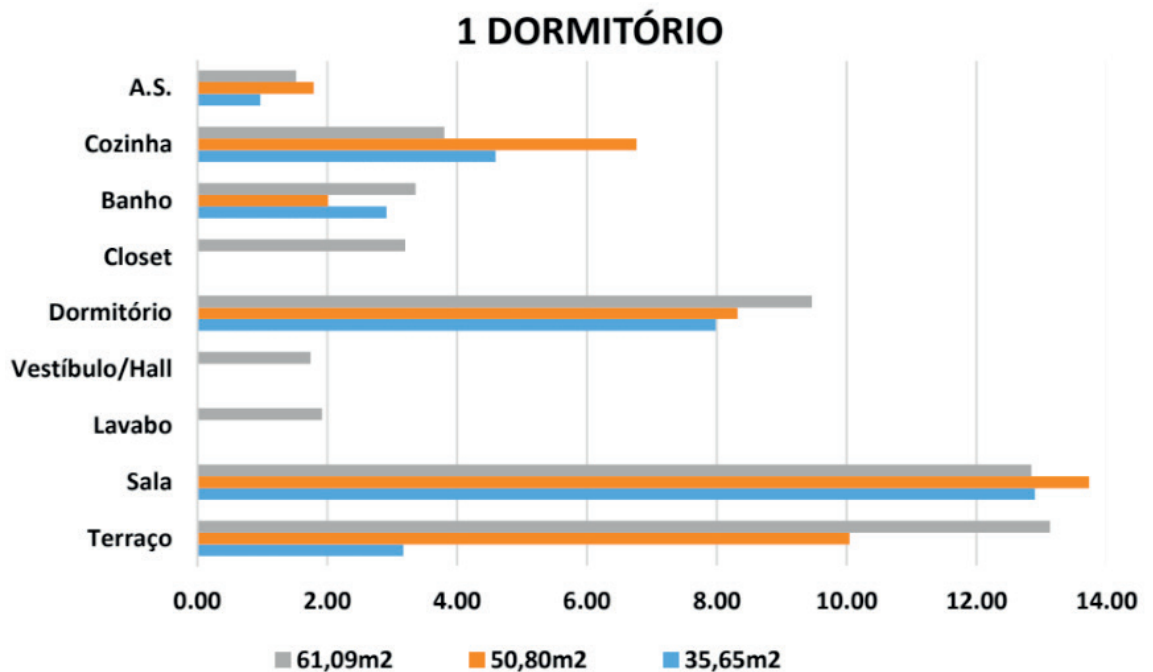


Gráfico 5 – Comparativo das áreas dos ambientes da tipologia de um dormitório lançada no mercado imobiliário (2000 – 2011).

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da empresa EMBRAESP

2 DORMITÓRIOS

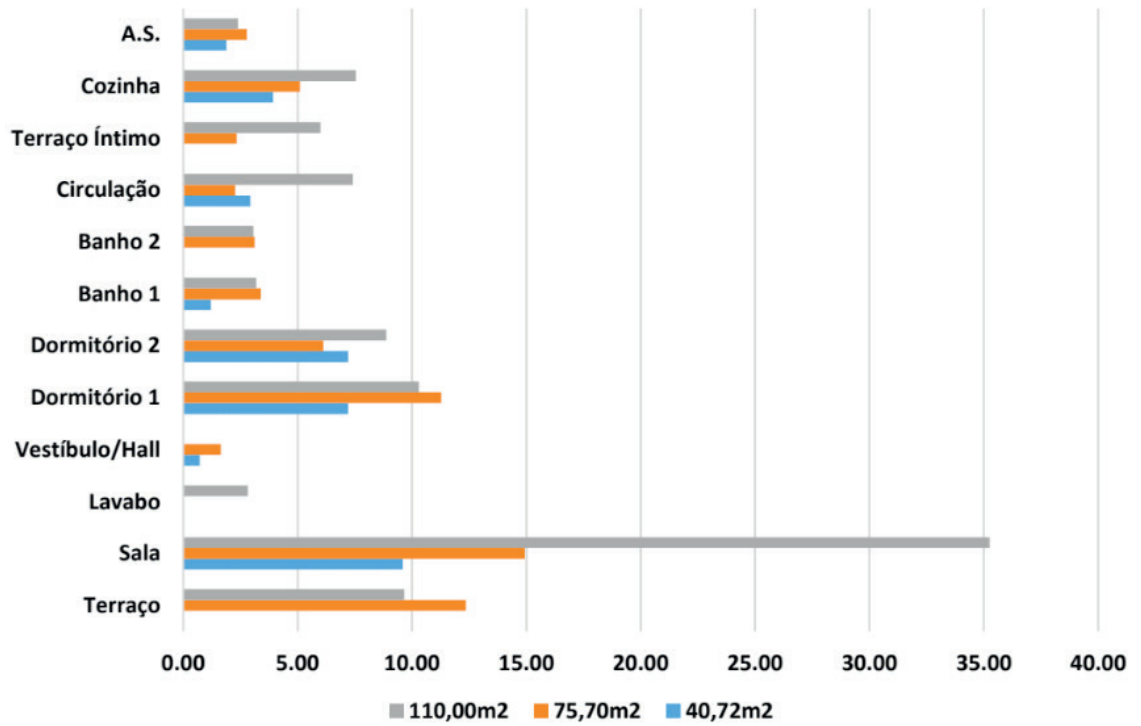


Gráfico 6 – Comparativo das áreas dos ambientes da tipologia de dois dormitórios lançada no mercado imobiliário (2000 – 2011).

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da empresa EMBRAESP

3 DORMITÓRIOS

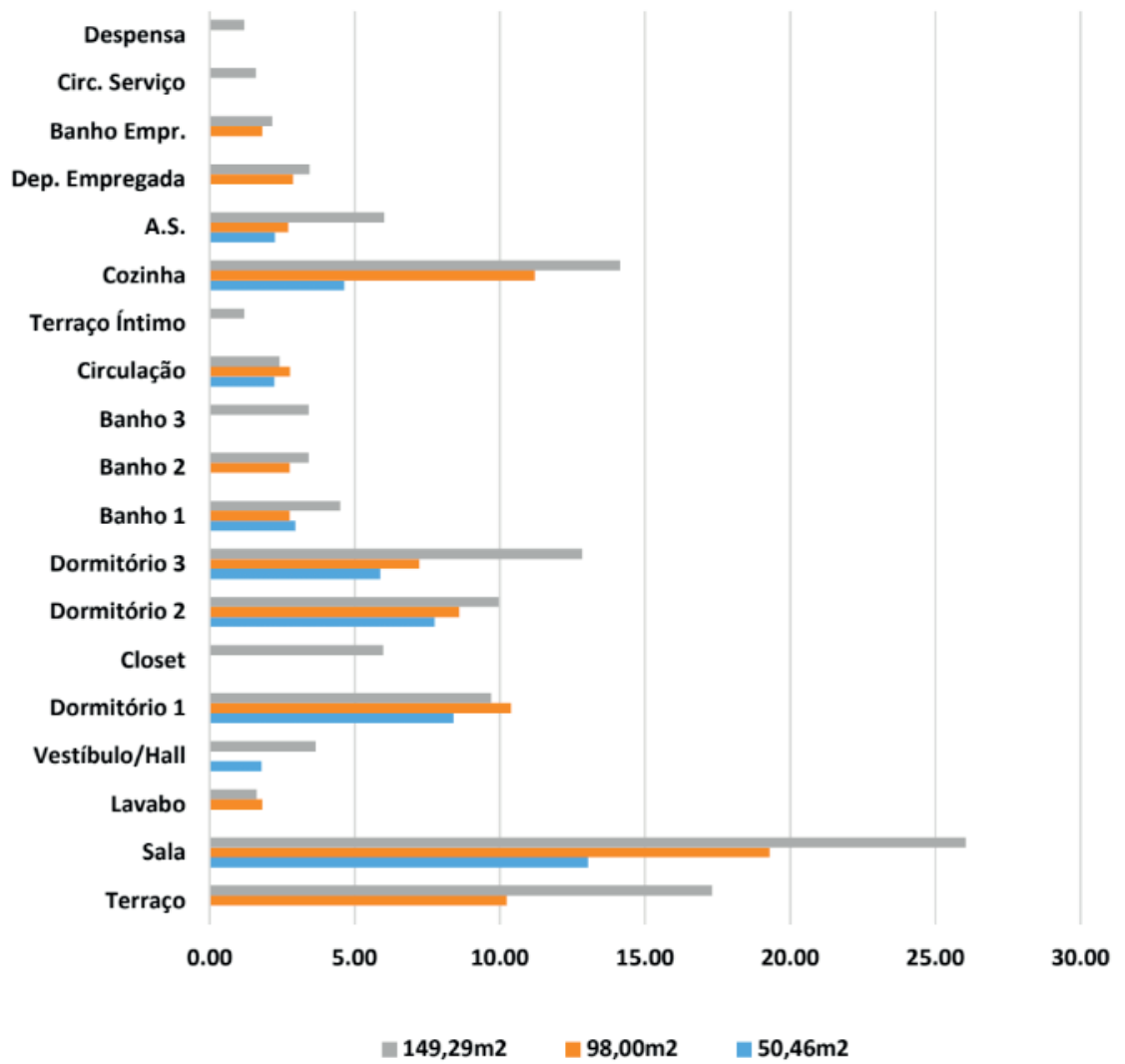


Gráfico 7 – Comparativo das áreas dos ambientes das tipologia de três dormitórios lançada no mercado imobiliário (2000 – 2011).

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da empresa EMBRAESP

4 DORMITÓRIOS

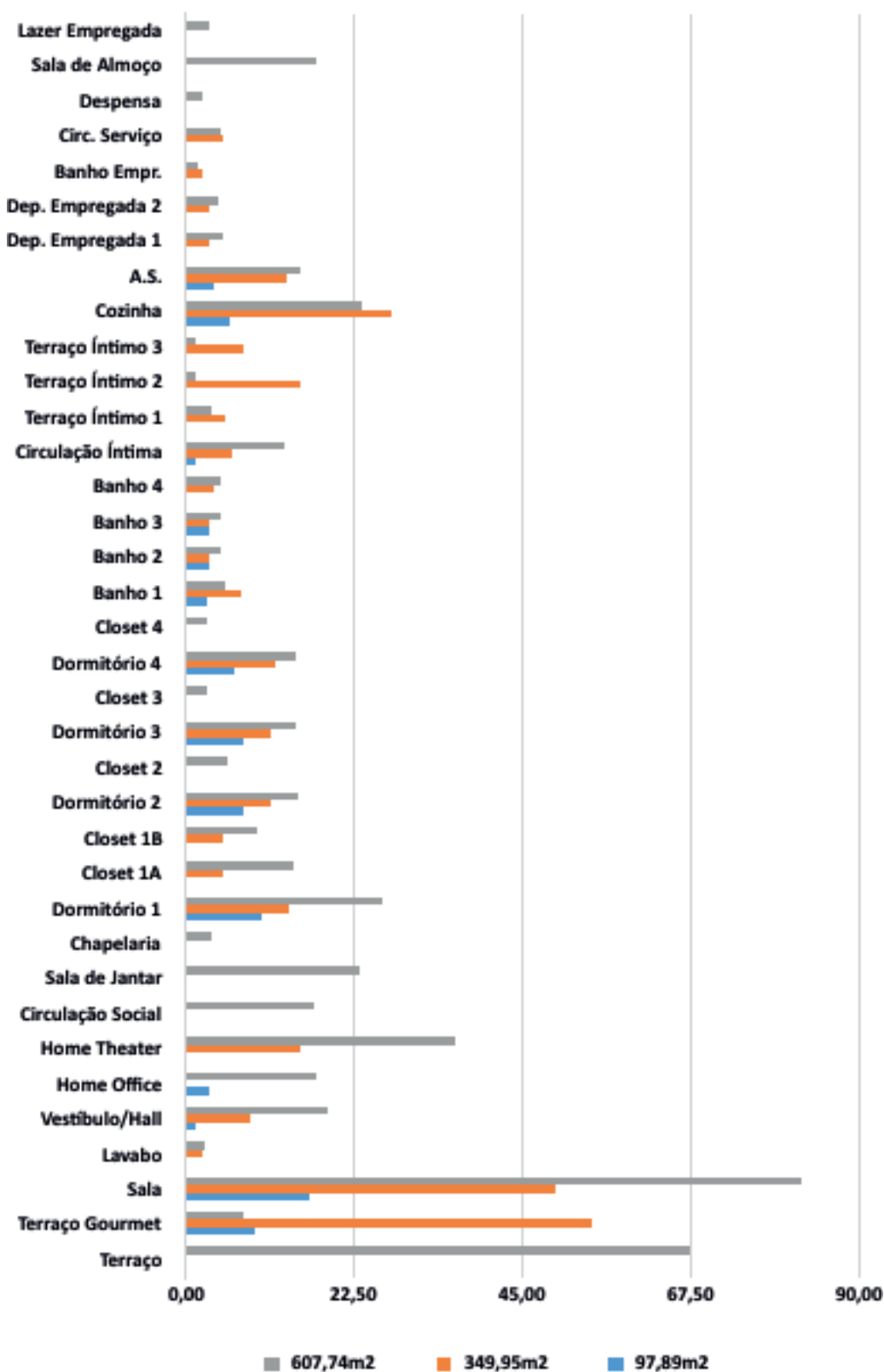


Gráfico 8 – Comparativo das áreas dos ambientes da tipologia de quatro dormitórios lançada no mercado imobiliário (2000 – 2011).

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da empresa EMBRAESP

5 DORMITÓRIOS

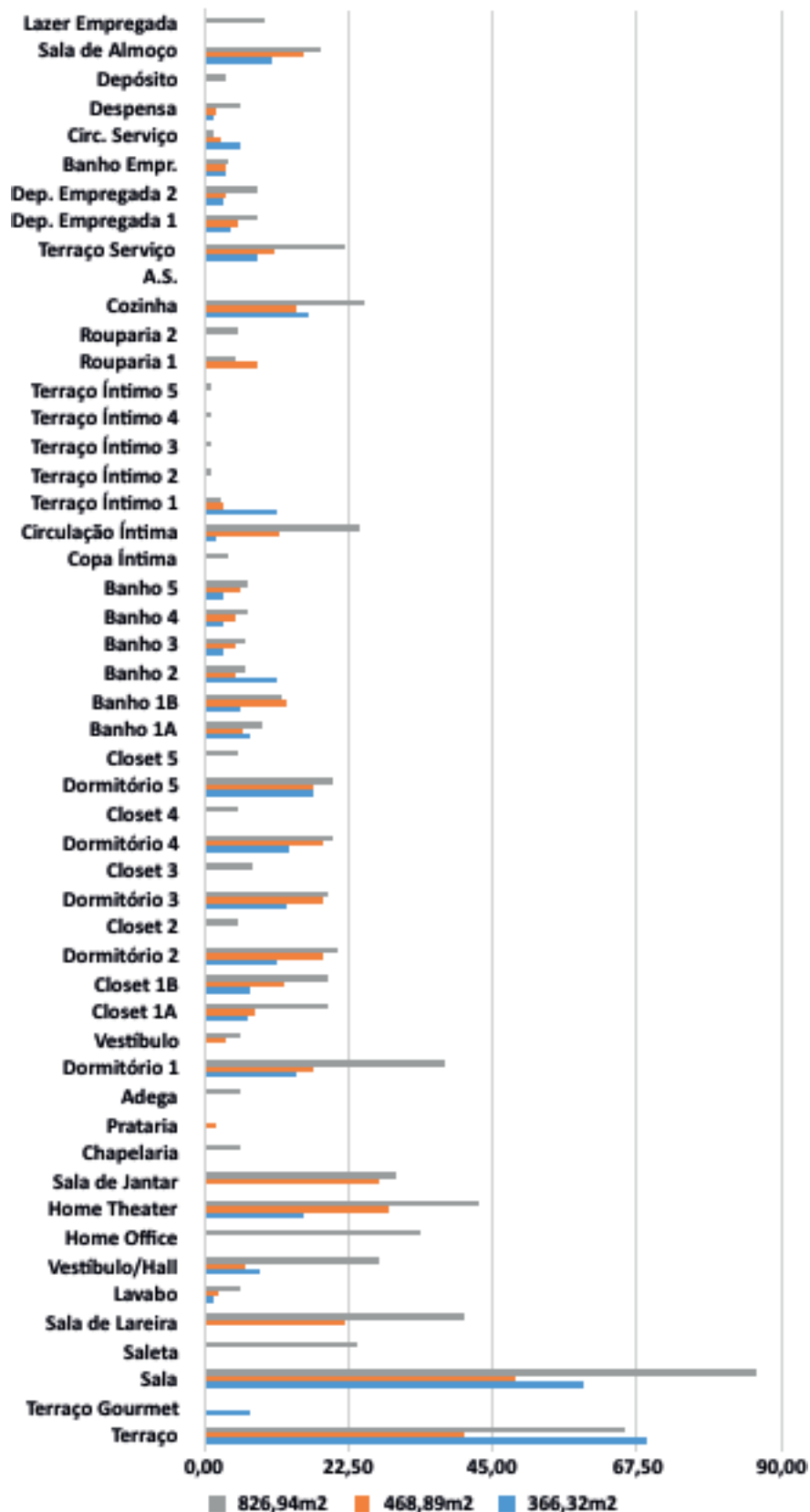


Gráfico 9 – Comparativo das áreas dos ambientes da tipologia de cinco dormitórios lançada no mercado imobiliário (2000 – 2011).

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da empresa EMBRAESP

3 | ANÁLISES E DISCUSSÕES TIPOLÓGICAS

Diante dos estudos realizados puderam ser analisados os programas

arquitetônicos correspondentes a cada tipologia de apartamento encontrada na cidade de São Paulo. Dessa forma, discussões foram levantadas a fim de que reunir argumentos a respeito do mercado imobiliário brasileiro. Primeiramente, durante a realização das pesquisas nota-se que muitas das empresas analisadas atuam em outras regiões do Brasil, tendo suas sedes na região metropolitana de São Paulo. Isso significa que esta cidade é uma grande influência para as demais existentes no país, ou seja, a construção civil que rege neste local se reflete nas demais localidades.

Além disso, durante a realização das análises dos programas arquitetônicos, foi notável a semelhança entre as tipologias em uma espécie de padronização, fato que incumbe na falta de perspectiva criativa do mercado e a consequente propagação de erros, caso eles ocorram.

A compartimentação torna-se presente em todos os modelos estudados com um número maior ou menor de cômodos, que vai variar segundo o tamanho da unidade e do poder aquisitivo de seus possíveis compradores. A nomenclatura utilizada também é alterada na medida em que o produto é destinado a compradores com maior poder aquisitivo.

Destaca-se a presença do terraço em todas as tipologias, justificável pela grande aceitação desse espaço por todas as classes sociais. Ele só não foi incidente na tipologia de dois dormitórios com áreas inferiores a 44m² e na tipologia de três dormitórios com áreas inferiores a 55m²; ou seja, em unidades de padrão mais econômico. Acima dessas áreas levantadas, o terraço sempre faz parte do projeto arquitetônico do apartamento. E, a tendência de aumento de sua área é proporcional ao aumento da área do apartamento, porém nas tipologias menores (*studio* e com um dormitório), sua área torna-se significativa se comparada à área do apartamento.

O terraço gourmet é recorrente em tipologias com número superior a dois dormitórios, enquanto que, nas tipologias mais luxuosas, de quatro ou cinco dormitórios, fica evidente que, nas plantas estudadas que esse item parece não estar relacionado ao lazer, mas sim as atividades à esfera da intimidade doméstica ou dos serviços, justificando desse modo sua separação do terraço social.

Um segmento que passou por uma transformação no mercado, durante esse período, foi a tipologia de um dormitório, que tornou comum, nas campanhas publicitárias, a sugestão da variação tipológica *studio*, porque, embora menos compartimentada, suas plantas sugerem a mesma organização tradicional dos compartimentos, apenas suprimindo algumas paredes. “[...] o fato de serem entregues sem divisões internas, não significa que não existam elementos claramente limitadores das possibilidades de configuração espacial” (QUEIROZ, 2008, p. 109). Os números do mercado confirmam que os apartamentos desse segmento deixaram de estar associados à ideia de habitação mínima e barata, como foram as quitinetes em décadas passadas, direcionando-se agora a um público com maior poder de compra e localizando-se, muitas vezes, nos bairros mais valorizados. Segundo Queiroz e Tramontano (2009, p.

141) esses apartamentos tornaram-se de fato mais caros, sendo seu preço por metro quadrado apenas superado, na média, por unidades de 4 ou mais dormitórios.

São recorrentes, os apartamentos com quatro dormitórios, porém em versão mais compacta e econômica, para atender a grupos familiares de menor poder aquisitivo, que desejem o espaço extra do dormitório adicional com a intenção de minimizar o impacto da redução das áreas úteis oferecidas no mercado imobiliário.

Um fator de valorização nos processos de comercialização dos exemplares apresentados é a extensão da existência das suítes, encontradas em apartamentos de menor custo, e a conseqüente ampliação de sua quantidade. Em unidades maiores, e dotadas de três ou quatro suítes, tem se tornado frequentes, a inclusão de *closets* e banheiros para cada membro do casal.

Obviamente, o aumento do número de banheiros, obrigou à redução de suas dimensões, sendo, então, considerado no projeto, apenas o espaço suficiente para a circulação e utilização dos equipamentos. Para Lígia D'Arienzo, diretora administrativa da empresa Par Arquitetura, o número de banheiros nas unidades destina-se a atender ao mercado, cada vez mais exigente:

Banheirinho é caríssimo. E os apartamentos possuem pelo menos dois. É raro a presença de apenas um banheiro. [...] Então por um lado se ganhou eficiência de construção, mas por exigência de mercado, você também acabou encarecendo com a presença de mais banheiros, porque banheiro é caro. E vai ficando cada vez mais caro, porque antes você poderia ter somente uma cuba, mas hoje tem que ter duas na suíte máster. [...] E em alto padrão é exigido o banheiro do sr. e o banheiro da sra. [...].

O desenho da cozinha, com exceção feita aos apartamentos de alto padrão onde existe a presença do espaço para copa, costuma-se resumir-se a uma parede equipada ligando a entrada do apartamento à área de serviço, com uma faixa estreita de circulação para permitir o uso de equipamentos. Então, “o desenho da cozinha, aparentemente pensado para ocupar o menor espaço possível, também pode ser verificado em muitas unidades de três ou quatro dormitórios, principalmente naquelas mais compactas e econômicas” (QUEIRÓZ, 2008, p. 87).

A dependência de empregada permanece em unidades maiores e mais caras, sendo que nas tipologias de quatro e cinco dormitórios, existe até a possibilidade de mais de uma unidade.

A entrada de serviço aparece em unidades acima de 90m² com três dormitórios. Porém, a situação mais recorrente é a presença de apenas uma entrada. O vestíbulo ou hall é adotado por quase todos os padrões de apartamentos desde os mais compactos até os mais luxuosos, sendo que, nos primeiros, sua função é distribuir a circulação social e a circulação de serviço.

As diversas tipologias vêm apresentando padrões tipológicos padronizados, principalmente naquelas mais compactas e econômicas, só se diferenciando pelo número de dormitórios. E só apresentam áreas úteis superiores às áreas médias

existentes no mercado, quando estas tipologias foram resultado de soluções chamadas tipologias “flexíveis” (correspondendo à supressão de um dormitório para ampliação da sala), cuja característica principal é explorada pelo marketing imobiliário, com a clara finalidade de um esforço no sentido de ampliar o número de compradores em potencial.

Quando plantas dos apartamentos são publicadas, espanta-me a similitude dos programas e dimensionamentos: parece que há um único protagonista a desenhar com sua “mão escondida” todas as plantas, com iguais dimensões dos quartos, denominações sempre que possível em inglês e a presença inevitável, esta brasileira, da churrasqueira (Wilheim, 2008, p. A2).

Para o arquiteto Demóstenes Magno Santos a explicação por essa padronização de plantas ocorre na concepção do produto:

Normalmente você tem um partido de planta consolidado que serve de referência para outro, mas que normalmente tem que ser adaptado pelas variações do terreno. Mas ele sai dessa tipologia como base. Essa metodologia se repete no mercado, porque se você olhar esse partido de planta de dois ou mais escritórios que trabalham nesse seguimento imobiliário, se você olhar como esses apartamentos se encaixam, vai verificar que todos são muito parecidos. [...] O mercado pressiona muito o arquiteto hoje, na questão da padronização, do tamanho, da otimização dos espaços, pois existe uma mentalidade que tempo é dinheiro, então o que os incorporadores puderem não ter dor de cabeça na obra, que aquilo for facilitado, eles irão adotar para poder ter um resultado mais rápido de execução. [...] Existe uma cobrança que você tem que atender. [...] O arquiteto fica entre dois pontos: o primeiro de ter que fazer uma boa arquitetura e um produto de qualidade, e do outro, de ter que atender toda essa demanda, toda essa cobrança por resultados de otimização e padronização.

Fica claro que o produto gerado pelo mercado imobiliário com relação às plantas dos apartamentos, está intimamente ligado à pressão dos incorporadores no sentido de respeitar a otimização e a padronização dos espaços, objetivando a busca por melhores resultados nos potenciais construtivos e pela agilidade no atendimento à concepção do produto.

A investigação realizada nos projetos separados por tipologia contribuiu decisivamente para dirimir dúvidas e impressões sobre a produção imobiliária oferecida na cidade de São Paulo pelas principais incorporadoras, no período compreendido entre 2000 e 2011 e, principalmente, sobre o desempenho na concepção dos projetos apresentados pelos arquitetos envolvidos.

Ainda dentro dessa perspectiva e se opondo a ela, uma reflexão que pode ser levantada é a questão da compactação dos projetos que vem ocorrendo nas últimas décadas, em relação ao início da projeção de edifícios residenciais. Cada vez mais foi possível observar a criação de apartamentos estreitos com o mínimo necessário para a sobrevivência. Isso seria algo discutível no sentido da convivência do ser humano neste espaço e sua relação com os outros dentro do mesmo: locais mais amplos são aptos para chamar pessoas de fora, são convidativos e deixam os usuários com

maiores condições de conforto e liberdade, espaços pequenos possuem circulação difícil e, portanto, torna-se um incômodo para os indivíduos.

Uma última questão levantada foi a da mídia e o seu poder de persuasão mesmo dentro de um setor fora da publicidade: quanto mais se investe nessa área, maior será a resposta para a venda do produto resultante. Portanto, nas pesquisas realizadas foi claro o uso da mídia para o favorecimento e propaganda dos projetos, de forma a elevar o padrão de suas estéticas, funcionalidade e usos. Porém fica a dúvida se esses programas oferecem a real necessidade dos usuários ou se os mesmos são induzidos a ter as necessidades ofertadas através da propaganda e do marketing utilizadas pelo mercado imobiliário.

Diante disso, é necessário que haja uma reforma da maneira que se pensa sobre projetar, afinal criar visando o presente não é produzir de forma concisa e eficaz: quando se pensa em perspectivas futuras, analisa-se o todo, desde a fabricação até o usuário, fato que não pode ser visto com a projeção de programas arquitetônicos ágeis, mas que são comprometidos nos fatores de funcionalidade, usos e qualidades finais.

4 | CONCLUSÃO

Dentro das perspectivas do sistema vigente, cada vez mais é necessário que haja uma adaptação a essa crescente demanda da verticalização das construções. Isso se deve por conta do aumento populacional em contraponto a falta de superfícies vagas para que haja ação dessa indústria. Além disso, essa ampliação constante na altura das edificações reflete diretamente na produção em massa, que por sua vez tem sua influência no programa arquitetônico do mercado imobiliário da época.

Sobre esses aspectos, podem ser retiradas duas observações das informações coletadas: diversas tipologias que se interpenetram e se relacionam como se fossem espécies de padronizações e compactação cada vez mais expressiva e referente aos padrões das necessidades em que se insere. Com base nisso, algumas conclusões podem ser feitas a respeito. Primeiramente, nota-se claramente a grande ingerência da mídia na propaganda do edifício e da empresa, e da cidade de São Paulo como inspiração para as demais cidades.

Os espaços se apresentam cada vez mais confinados e compactos, e também com uma fórmula espacial recorrente, ficando como novidade a presença dos amplos terraços que propiciaram um aumento da área útil dos apartamentos. Resultado da mudança da legislação e que todos os arquitetos do mercado imobiliário aderiram como forma de compensar a redução das áreas úteis dos apartamentos – fato que já vinha ocorrendo nas últimas décadas; e também do incorporador como forma de obter maiores lucros, vender áreas construídas, de baixo custo, não computáveis.

Com relação ainda ao terraço, o que se põe em dúvida é a utilização deste após o

seu envidraçamento, que se contrapõem o confinamento e o conforto do usuário. Com isso se observa a perda da essência e funcionalidade desse aspecto. Por conta disso, uma mudança deve ser pensada e acrescentada nessa indústria para que problema como esse possa ser resolvido.

REFERÊNCIAS

EMBRAESP - Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio. *Relatórios Anuais – 2000-2012*.

IBGE. *Anuários Estatísticos do Brasil – 1920-2011*.

QUEIROZ, Fábio Abreu de. *Apartamento modelo: arquitetura, modos de morar e produção imobiliária na cidade de São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

QUEIROZ, Fábio Abreu de; TRAMONTANO, Marcelo. Apartamentos paulistanos: um olhar sobre a produção privada recente. *Revista Ambiente Construído* (Online), v. 9, p. 139-150, 2009. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html> Acesso em: 19 fev. 2013.

ROSSETTO, Rossella. *Produção imobiliária e tipologias residenciais modernas - São Paulo - 1945/1964*. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A Identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1994.

TRAMONTANO, Marcelo. *Novos modos de vida, novos espaços de morar - Paris, São Paulo, Tokyo: uma reflexão sobre habitação contemporânea*. 1998. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VILLA, Simone Barbosa. *Morar em Apartamentos: A produção dos espaços privados e semiprivados nos edifícios ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto. Critérios para avaliação pós-ocupação*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VILLA, Simone Barbosa. O Produto Imobiliário Paulistano: uma crítica a produção de apartamentos ofertados no mercado imobiliário a partir de 2000. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA LATIN AMERICAN REAL ESTATE SOCIETY (LARES). São Paulo: Escola Politécnica – USP, 2006.

WILHEIM, Jorge. Mão escondida projeta arquitetura medíocre. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 julho 2008. Caderno A, p.2.

Entrevistas:

Alberto Dávila (arquiteto) – Dávila Arquitetura (realizada em 10 jul. 2013).

Demóstenes Magno Santos (arquiteto) – Rubio & Luongo Arquitetura (realizada em 17 jul. 2013).

Ligia D'Arienzo (administradora) - Par Arquitetura (realizada em 18 jul. 2013).

Octávio de Siqueira (arquiteto) – Otávio de Siqueira Arquitetura (realizada em 02 jul. 2013).

Roberto Candusso (arquiteto) – Candusso Arquitetos (realizada em 4 jul. 2013).

Sites Visitados

www.cyrela.com.br/sp (acessos diversos em março de 2015). www.cyrela.com.br/sp/apartamento/

edificio-stellato (acesso em 09 jun. 2015). www.even.com.br (acessos diversos em março de 2015). www.eztec.com.br/imoveis (acessos diversos em março de 2015). www.gafisa.com.br (acessos diversos em março de 2015). www.pdg.com.br/?origem=1 (acessos diversos em abril de 2015). www.helbor.com.br (acessos diversos em março de 2015). www.imparimoveisbr.com.br (acessos diversos em abril de 2015). www.meuliving.com.br/sp (acessos diversos em março de 2015). www.mrv.com.br (acessos diversos em abril de 2015). www.revista.zap.com.br/imoveis/foi-preciso-repensar-o-condominio (acesso em 21 mai. 2016). www.rossiresidencial.com.br (acessos diversos em abril de 2015). www.tecnisa.com.br/sp/sao-paulo (acessos diversos em abril de 2015). www.viverimoveis.com (acessos diversos em abril de 2015). www.123i.com.br (acessos diversos entre março e abril de 2015).

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Juiz de Fora – Minas Gerais

Mauro Santoro Campello

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: O artigo estuda as transformações urbanas vividas pela cidade de Boa Esperança (MG), principalmente aquelas atreladas à construção da hidrelétrica de Furnas que inundou parte da sua área urbana, formando um grande lago artificial denominado Lago dos Encantos. A pesquisa busca mostrar os impactos do reservatório na evolução urbana da cidade e ainda, como ele influenciou as suas condições socioeconômicas. Utilizando da metodologia proposta por Philippe Panerai no seu livro *Análise Urbana* (2006), são estudados os aspectos históricos do município, de forma a reconstruir a cidade do passado, analisar como se deu a sua ocupação e o reflexo na configuração urbana atual. A partir de relatos, documentos históricos e fotografias antigas foi possível identificar quais as áreas inundadas, o que elas representavam e como a cidade cresceu a partir desta situação, permitindo compararmos a sua morfologia urbana antes e

depois do reservatório. O que ficou evidente foi a forte influência do mesmo na concepção deste novo espaço urbano e a sua relevância dentro do processo de desenvolvimento da cidade. A pesquisa, além de consultar fontes históricas, também cria documentação, permitindo a preservação da memória local e o registro deste legado histórico do município que é tão rico, porém, pouco difundido.

PALAVRAS-CHAVE: Boa Esperança, Furnas, evolução urbana, documentação.

ABSTRACT: This paper aims to study urban transformations experienced by the city of Boa Esperança (MG), especially those related to the construction of Furnas Hydroelectric dam that had flooded the urban area, creating an artificial lake called Lago dos Encantos. The research aims to show the impacts of the reservoir on its urban life and its influence on socioeconomic conditions. Using the methodology proposed by Philippe Panerai's book "Urban Forms", it has been studied the historical aspects of the municipality in order to rebuilt the city of the past and also its occupation and influences on its current urban configuration. Starting from reports, documents and old photographs, it was possible to identify the flooded areas, what they represent and how the city has grown up from that point, allowing urban morphology comparisons between before and after the

reservoir. It became evident the strong influence of it on the conception of this new urban space and its relevance in the city's development. This research, besides based on historical sources, also creates documentation, promoting local memory's preservation and recording this rich legacy which is, however, little diffused.

KEYWORDS: Boa Esperança, Furnas, urban evolution, documentation.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU – UFJF (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Juiz de Fora). A pesquisa buscou desvendar as transformações urbanas vividas pela cidade de Boa Esperança (MG), sobretudo aquelas relacionadas a um fato em especial: a construção da hidrelétrica de Furnas. Neste contexto, a cidade tem parte de sua área urbana inundada e a criação de um grande lago artificial na sua área central, conhecido como Lago dos Encantos.

O Lago não trouxe consigo somente alterações na estrutura da cidade, mas também grandes impactos socioeconômicos. A vida da cidade, naquela época, girava em torno das atividades agrícolas e pastoris. O Censo de 1950 apurou 22.091 habitantes no município, com mais de 70% desta população vivendo na zona rural. Com o alagamento das várzeas – terras mais baixas e mais férteis – a cidade sofre intenso êxodo rural, fazendo com que seu espaço urbano e as atividades econômicas passassem a ser reflexo de uma nova dinâmica, tendo agora o Lago como um novo elemento de referência e de atração, o que influenciou na valorização da terra, no crescimento e na ocupação da cidade.

O objetivo da pesquisa foi o de estudar a morfologia urbana de Boa Esperança antes e depois da criação do reservatório, mostrando como ele alterou a sua paisagem, a vida das pessoas, e ainda, o seu reflexo na configuração urbana atual. A partir de relatos, documentos históricos e fotografias antigas foi possível identificar quais as áreas inundadas, o que elas representavam e como a cidade cresceu a partir desta situação. Panerai (2006, p. 55) coloca o estudo do crescimento urbano como uma importante ferramenta para *“determinar aquelas lógicas inscritas profundamente no território que esclarecem as razões de ser do assentamento atual”*.

Este contraponto entre os ‘dois momentos urbano-históricos’ do município buscam mostrar como a água tornou-se importante elemento na dinâmica urbana da cidade e ainda, ganhou destaque na identidade dos moradores e dos turistas que passaram a visitá-la. O trabalho, além de buscar informações em fontes históricas, cria documentação, permitindo a preservação da memória local e o registro deste rico legado que é pouco difundido.

2 | O CONTEXTO DE FURNAS

Sabe-se que a ocupação humana está intimamente ligada à presença de água e que ao longo dos tempos, ela assumiu usos e funções distintas ao homem, criando-se diversas maneiras de se extrair seu potencial – sendo a geração de energia elétrica um deles (PORATH, 2003). Os projetos e construção de barragens existem desde os tempos mais remotos da História. Com o advento da energia elétrica no século XIX, elas passam a ser utilizadas para a geração de energia e assim, tornam-se amplamente idealizadas e construídas. Contudo, para o funcionamento do sistema, o alagamento de grandes áreas é uma condição, resultando em danos ao meio ambiente. São criados territórios completamente novos, cujos protagonistas são enormes reservatórios responsáveis por mudar formas de ocupação já estabelecidas, gerar deslocamentos, indenizações e, sobretudo, grandes transformações na paisagem. Mesmo assim, os impactos podem também trazer oportunidades: estas áreas podem passar a ter uso para atividades de recreação, lazer, ou ainda, tornarem-se significativos atrativos turísticos que, muitas vezes, alteram condições socioeconômicas (consideradas controversias) dos locais atingidos (LEMOS JÚNIOR, 2010).

A criação das grandes hidrelétricas no Brasil partiu da mudança ocorrida no sistema econômico do país que permitiu em curto prazo, apresentar um grande crescimento populacional e intensa industrialização (MUNIZ, 2007). Este cenário desenvolvimentista está diretamente ligado ao governo de Juscelino Kubitschek que quando tomou posse, em 1956, assistiu a um país predominantemente rural, onde 60% da população vivia no campo e com uma parcela significativa da sociedade dependente do setor agrícola. A indústria quase nada contribuía para a economia do país, em vista da sua pequena dimensão. Esses crescimentos acelerados, concentrados principalmente na região Sudeste do país, indicavam a necessidade de maior geração de energia (LEMOS JÚNIOR, 2010).

É neste contexto que em 28 de fevereiro de 1957 a Central Elétrica de Furnas é concebida e em 1958 começa a ser construída; localizada no estado de Minas Gerais, ela surge como alternativa frente ao desafio da crise energética que ameaçava as três principais capitais e centros socioeconômicos brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (RIBEIRO JUNIOR, 2004). A barragem é localizada nas ‘Corredeiras das Furnas’, pertencente ao curso médio do Rio Grande entre os municípios de São João da Barra (MG) e São João Batista do Glória (MG). De acordo com Furnas (2007, p. 7), já se procurava um lugar ideal no Rio Grande para se construir uma usina; assim, em uma viagem de pescaria, o engenheiro da Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. Francisco Afonso Noronha passou por *“diante de um canyon longo e profundo, [e ele], impressionado, tirou fotos, desenhou barragens sobre as mesmas, calculou a profundidade do reservatório e, em Belo Horizonte, apresentou seus estudos ao engenheiro John Reginald Cotrim, então vice-presidente da Cemig e futuro presidente de Furnas”*.

A região mais afetada com a construção da hidrelétrica foi o Sudoeste do estado. Pelo Decreto nº 41.066 de fevereiro de 1957, parte desta região tiveram suas terras inundadas entre 1958 e 1963. Foram cerca de 8.000 desapropriações, com um impacto maior na zona rural, onde 6.540 propriedades foram compradas pelo governo. Os aspectos físicos do reservatório mostram que ele é composto por duas ramificações ou dois braços: o primeiro do já citado Rio Grande com 240 km de extensão; e o segundo, pelo Rio Sapucaí com cerca de 170 km de extensão. O reservatório ocupa, quando está em nível máximo 1.400 km² e um perímetro de 3.500 km, que passam por 52 municípios sendo somente 34 deles, lindeiros ao lago (LEMOS JÚNIOR, 2010). *“O Lago de Furnas é a maior extensão de água do Estado de Minas Gerais e um dos maiores lagos artificiais do mundo, por isso é chamado Mar de Minas”* (p. 15).

Precisamente no dia 09 de janeiro de 1963, quando o túnel para o desvio do Rio Grande foi fechado, a história de 34 municípios lindeiros ao Lagos de Furnas mudou para sempre. Ao serem represadas, as águas formaram um dos maiores reservatórios do mundo, praias foram criadas, *cânions* e cachoeiras foram se formando e principalmente, vilarejos, fazendas e cidades foram inundados, alterando definitivamente a paisagem local e a vida dos habitantes da região (LEMOS JÚNIOR, 2010, p. 22).

Os impactos gerados pela construção do empreendimento foram enormes. Sob a premissa do desenvolvimento do país e da inauguração de uma nova era para a economia brasileira, grandes porções de terras foram cobertas pela água, assim como parte de cidades, fazendo com que a vida de muitas pessoas fosse completamente modificada. Contudo, vale considerar que com o tempo, os municípios afetados buscaram alternativas para ‘aproveitarem’ os benefícios que o reservatório poderia trazer. A beleza da paisagem atrelada ao potencial para a prática de esportes náuticos e atividades de recreação e lazer possibilitou o crescimento da atividade turística na região, promovendo a economia local, gerando renda, empregos, e movimentando o comércio e o setor de serviços.

Além do setor turístico, outras atividades econômicas também foram privilegiadas, dentre elas, a agricultura. A partir do momento que as terras férteis foram inundadas, muitos produtores viram-se prejudicados, contudo, essas dificuldades impulsionaram a modernização e o desenvolvimento da agricultura local: a irrigação das lavouras e o contato com técnicas mais inovadoras se tornou cada vez mais acessível, fazendo com que a atividade se diversificasse e trazendo a água como uma aliada (LEMOS JÚNIOR, 2010).

3 | A CIDADE DE BOA ESPERANÇA (MG)

Dos 34 municípios lindeiros, somente seis tiveram seus espaços urbanos atingidos e Boa Esperança, além de Campo do Meio, Capitólio, Fama, Guapé e São José da

Barra, estão neste grupo (LEMOS JÚNIOR, 2010). Boa Esperança está localizada no Sul de Minas Gerais, especificamente na mesorregião Sudoeste. O município possui uma área de 860,669 km², sendo inundados pela represa de Furnas 139,57 km² (cerca de 16% de sua extensão) e trazendo consigo a formação do Lago dos Encantos.

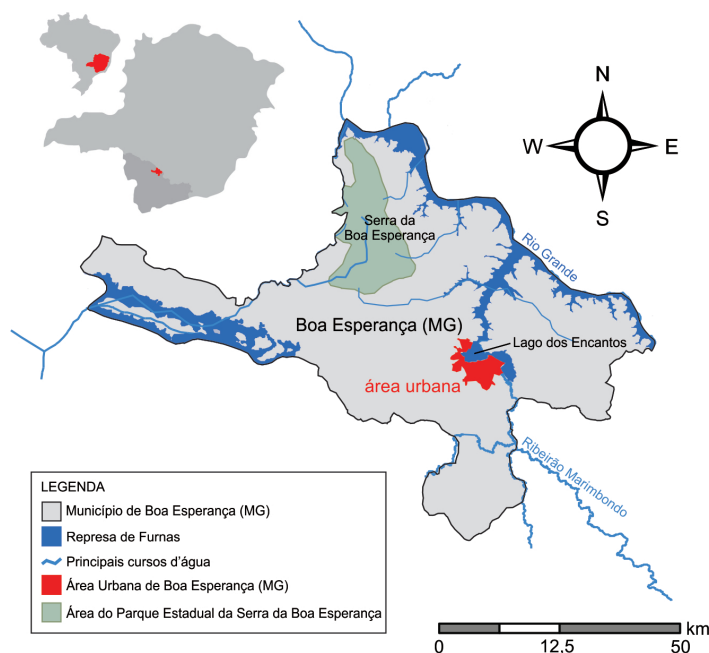


Imagem 01: O município de Boa Esperança (MG).

Fonte: Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) – Modificado pelo autor.

O Lago é alimentado pelas águas dos ribeirões Marimbondo, Maricota e Cascavel, afluentes do Rio Grande, cuja extensão total é de 7,38 km² (738 ha) - dados da empresa MC Levantamentos Topográficos e Geodésicos Informados (MAIA, 2016). Contudo, a cidade vivencia uma grande vantagem se comparada às demais afetadas. Devido à sua posição geográfica, à sua relação espacial para com o reservatório e a execução de um dique, Boa Esperança mantém o nível do lago constante, permitindo o seu uso contínuo durante todas as épocas do ano. Além disso, é de fácil acesso à população, uma vez que ele está localizado dentro do perímetro urbano, cerca de somente 200 metros da Igreja Matriz da cidade.

3.1 Aspectos Históricos do Município

A história de Boa Esperança está ligada à exploração de terras: a Província de Minas Gerais era tida como detentora de grandes riquezas naturais, sobretudo de minérios e de pedras preciosas que, naquela época, eram cobiçados e motivaram as expedições conhecidas como Bandeiras (OLIVEIRA, 2011). A escritora Marlene Oliveira, explica em seu livro:

As primeiras cidades fundadas em Minas Gerais devem sua origem à ambição pelo ouro, que moveu bandeirantes, fazendo-os caminhar léguas [a] lugares antes não penetrados [...]. Por isso partiram com as ordens Del-rei ou por conta própria. E foram fazendo suas entradas. É então que se esboçam os primeiros povoados que,

indicando a localização da antiga riqueza aurífera e de diamantes de Minas Gerais, constituíram o início da vida civilizada dos sertões mineiros. A população agrupou-se na comunidade quase anônima do arraial e se dedicou à procura do ouro. E os povoados mineiros cresceram à sombra da Igreja (OLIVEIRA, 2011, p. 29).

Assim, como várias cidades do interior de Minas Gerais, Boa Esperança surgiu da busca pelo ouro por bandeirantes no final do século XVIII. A história conta que em 1760, foi iniciada uma nova expedição para verificar veios auríferos na Província, e que chegaram assim, à *'serra das esperanças'*. Essa expedição examinou vários córregos e ribeirões, mas sem sucesso algum, a não ser *"ouro fino na serra da esperança"* (OLIVEIRA, 2011, p. 29). Oliveira (2011, p. 29) conta que não se sabe o porquê dessa denominação à Serra, mas que *"talvez seja devido aos bandeirantes, que ao divisarem seu perfil, sentirem boa esperança, na ida, pela vizinhança de sonhados tesouros, ou, na volta, por anteveram caminhos conhecidos na direção dos lares há muito tempo deixados, mas sempre presentes em sua lembrança"*.

O bandeirante João de Sousa Bueno, juntamente com sua numerosa comitiva se fixou às margens do Córrego do Ouro (atual divisa entre Boa Esperança e o município de Três Pontas) visando à sondagem do terreno e sem outro objetivo a não ser encontrar as riquezas da região. Por volta de 1776, o Capitão-Mor de Milícias José Alves de Figueiredo e seu amigo Constantino de Albuquerque após receberam sesmarias, chegaram ao local. O desbravador José Alves de Figueiredo, considerado o fundador da cidade, decidiu por estabelecer moradia na região, enquanto seu amigo partiu em direção ao Rio Sapucaí, especificamente à região da atual cidade do Carmo do Rio Claro (MG).

Já havia na região descendentes de aborígenes, de paulistas e de outros aventureiros que a partir da busca pelo ouro, se apossaram de terrenos para posteriormente vendê-los, dificultando a posse das terras intituladas ao Capitão. Era uma grande extensão territorial, que combinada à pequena população, demandava recursos religiosos e judiciários. O Capitão então passa a procurar atrair habitantes para suas terras, além da figura de um padre. A chegada do Padre Cleto e de algumas famílias anos mais tarde, contribuiu para a formação do núcleo que se desenvolveu a povoado. De acordo com registros da Diocese de Campanha (MG) (*apud* OLIVEIRA, 2011, p. 31), isso fica evidente:

A 29 de março de 1784 foi autorizada a construção da primeira ermida, que ficou sob a proteção de Nossa Senhora das Dores. Seu patrimônio foi doado pelos capitães Antônio Carvalho Azevedo e José Alves de Figueiredo, além de José Meireles de Matos, Francisco José da Silva Serrote e outros. O patrimônio era enorme, porém muito se reduziu com o correr do tempo.

Foi em torno desta ermida dedicada a Nossa Senhora das Dores (padroeira da cidade), que a população se concentrou e cresceu sob o nome de Dores do Pântano. Segundo registros, o termo Pântano surge pela primeira vez em 1792 pelo fato do solo

local ser bastante alagadiço com presença de brejos por toda sua extensão (OLIVEIRA, 2011). Por Alvará Real, em 19 de junho de 1813 foi elevada a freguesia e distrito; apesar do pequeno desenvolvimento, já sob o nome de Dores da Boa Esperança se transformou em vila pelo Art. 1º da Lei Provincial Nº 1.303 de 3 de novembro de 1868; e em município, pela Lei Provincial Nº 1611 de 15 de outubro de 1869 (LEMOS JÚNIOR, 2010).

De acordo com Lemos Júnior (2010), em 1885 a cidade já possuía cerca de 300 construções, porém com um desenvolvimento lento, pois não havia uma motivação econômica relevante que atraíssem fortes correntes migratórias ao município. Em 1911, o município contava com três distritos: Dores da Boa Esperança, Congonhas da Boa Esperança (atual Ilicínea) e São Francisco do Rio Grande (atual Guapé); mais tarde, em 1923, o distrito de Guapé é desmembrado, o de Congonhas passa a ser chamado Ilicínea, ganhando outro distrito, o do Itaci; e Coqueiral – que pertencia a Campos Gerais – passa a ser distrito do município, somando em 1933, quatro distritos sob sua administração: Dores da Boa Esperança, Ilicínea, Itaci e Coqueiral.

“Em 1938, a cidade e o município deixaram de se chamar Dores de Boa Esperança para denominarem-se apenas Boa Esperança, “nome da serra que corta o município ao centro e que domina o horizonte da cidade” (LEMOS JÚNIOR, 2010, p. 91). No mesmo ano o distrito do Itaci é destinado a Carmo do Rio Claro (1938), e, posteriormente, Coqueiral (1948) e Ilicínea (1953) finalmente se emancipam fazendo com que o município de Boa Esperança se constituísse somente do distrito sede.

3.2 A Cidade do Passado

Nos primeiros anos, Boa Esperança se comportou, segundo Oliveira (2011, p. 39), de maneira *“irregular e não planejada, [e] foi aos poucos crescendo [sua área], ao mesmo tempo em que novos bairros integravam-se à vida urbana. Ruas estreitas, casas avançando em desníveis e outras deficiências, em desacordo com os métodos de engenharia [...]”*. A autora ainda comenta que no início foram até traçados quadrantes para a urbanização, mas ao longo do processo as pessoas foram construindo suas residências sem obedecer nenhuma lógica ou sequer algum parâmetro para uma boa ordenação. A cidade cresceu em volta do núcleo tradicional: a Igreja, as Repartições Públicas e a Praça Central, que em Boa Esperança são chamados de Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, a Antiga Prefeitura Municipal e a Praça Coronel Neves (apelidada Jardimzão), respectivamente. Esse trieto, com destaque à Igreja Matriz, foi aos poucos determinando a expansão da cidade e concentrou suas primeiras edificações.

A partir da Igreja Matriz se estendiam as principais vias da cidade:

1. A Rua Direita, atual Rua Presidente Getúlio Vargas é uma das mais movimentadas ruas da cidade. Assim como em várias cidades brasileiras, Boa Esperança também tem a sua; e o seu nome, era dado pelo ao fato dela ficar

à direita da Igreja, assim como acontece na cidade. Atualmente ela começa em frente à Praça Padre Júlio Maria e desce em mão única em sentido à Igreja Matriz, concentrando parte dos serviços e comércio oferecidos pela cidade (OLIVEIRA, 2011);

2. A Rua Esquerda ou Rua de Trás, atual Rua Governador Valadares (OLIVEIRA, 2011) é a rua paralela à Rua Direita, ficando à esquerda da Igreja Matriz. Ela chega à Praça Coronel Neves, onde se concentravam as residências das famílias mais tradicionais;

3. A Rua Capitão Neves, ocupada em toda a sua extensão, era a principal rua da cidade naquela época: ela ia da Igreja Matriz até a Igreja do Rosário – demolida em 1936 para a abertura da Avenida da Saudade que termina no Cemitério Novo, inaugurado em 1937. Após a primeira ponte (que vencia o ribeirão Maricota), da Rua Capitão Neves abria-se uma bifurcação: à esquerda seguia-se para a Igreja do Rosário e à direita para a Avenida São Vicente de Paula que abriga a Santa Casa de Misericórdia de Boa Esperança, construída entre 1918 e 1924. Boa Esperança já contava com um hospital desde 1880, sendo fundado graças a doações do Padre Vitoriano Inocêncio Vilela, neto do Capitão José Alves de Figueiredo, construído no antigo Largo da Misericórdia ou Praça da Boa Morte (atual Praça Tiradentes). O Hospital funcionou ali até 1907, e além dele, também o primeiro Cemitério da cidade, que posteriormente foi transferido para onde é atualmente o Colégio Padre Júlio Maria e depois, como já comentado, para o final da Avenida da Saudade (MAIA, 1942).

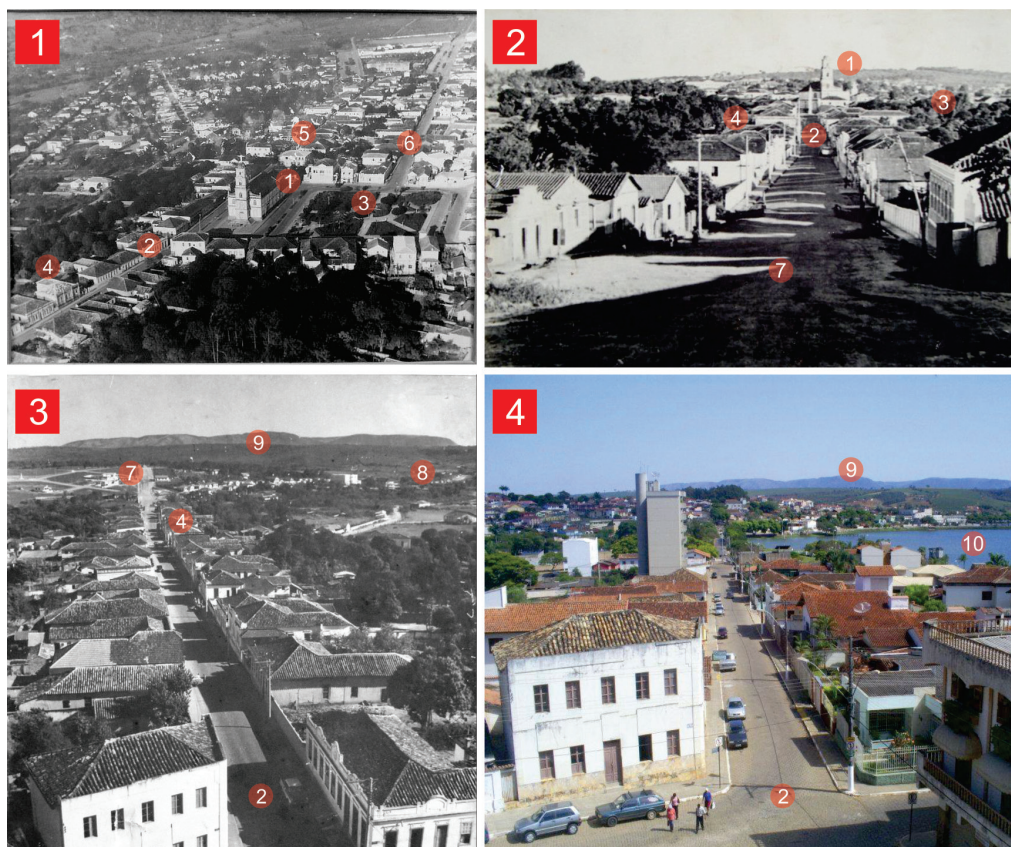


Imagem 02: Fotos antigas e a vista da Rua Capitão Neves antes e depois da formação do Lago.

Foto 1: Foto aérea da área central da cidade antes do Lago dos Encantos (1930 – 1940).

Foto 2: Bifurcação da Rua Capitão Neves – início do morro do Cemitério (s/d).

Foto 3: Foto aérea da Rua Capitão Neves antes do Lago dos Encantos (s/d).

Foto 4: Foto aérea da Rua Capitão Neves depois do Lago dos Encantos (2015) – foto de Adriano de Oliveira.

- (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores;
- (2) Rua Capitão Neves – rua principal da época (núcleo central);
- (3) Praça Coronel Neves;
- (4) Antiga Prefeitura Municipal;
- (5) Rua Direita;
- (6) Rua Esquerda;
- (7) Bifurcação da Rua Capitão Neves;
- (8) Região da Chapada vista de longe (canto direito da fotografia);
- (9) Serra da Boa Esperança;
- (10) Lago dos Encantos.

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Municipal de Boa Esperança (MG) – Modificado pelo autor.

Porém, este núcleo central não era o único da cidade. Da bifurcação da Rua Capitão Neves em sentido à Avenida São Vicente de Paula, passava-se por uma segunda ponte (que vencia o Ribeirão Cascavel) para se chegar à Igrejinha de Nossa Senhora Aparecida, construída em 1891. Nas imediações desta Igrejinha se estabeleceu a Chapada, o outro núcleo de ocupação de Boa Esperança naquela época. Além da presença da Igreja, a presença da água do ribeirão e o fato do local ser o principal acesso da cidade são os prováveis fatores que impulsionaram a ocupação e o desenvolvimento da área. Segundo relatos, a área era proveniente do loteamento de antigas fazendas que pertenciam a Alberto Barbosa de Moraes e Zé Jonas.

“A rua principal era larga, tinha comércio, tinha de tudo, a cidade era ali, até farmácia tinha, que era difícil naquela época. Tinha casa de um lado e de outro da rua. Vendia arroz, milho, feijão, carne, tudo. O comércio que a gente ia era ‘numa’ casa alta, com quatro degraus ‘pra gente’ subir, as prateleiras eram de vidro, eu lembro muito de ir lá. Eu era criança, é difícil saber quantas casas tinham, mas muita gente morava ali. Do lado direito era pasto, areeiro, uma vargem. Já do lado esquerdo assim, a Rua Dona Cândida, que tem o nome da minha avó (...) foi ela que construiu a Igrejinha. Tinha casinhas mais simples, era o povo que trabalhava na lavoura, (...) tinham as lavadeiras: elas pegavam as roupas da gente ‘num’ dia e entregava no outro. Lavavam tudo no ribeirão que tem lá (...) a gente não tinha máquina de lavar ‘né’? Muita gente trabalhava nas nossas casas, tinha até uma mulher que trabalhava para a mamãe (...)” (MPMV, 82 anos).

A Chapada, então, se constrói como um aglomerado de casas e até mesmo alguns comércios, próximos ao ribeirão Cascavel no sentido Norte da cidade. Eram duas ruas principais: a Avenida Brasil e a Rua Dona Cândida – na primeira delas, considerada uma estrada ‘boiadeira’ (aquela que passa o trânsito de carros de bois) e larga, tinham casas, comércio farto como mercearias, açougue e até mesmo farmácia, onde as famílias podiam comprar arroz, milho e feijão (o que era mais produzido na época,

em vista das culturas de várzea); enquanto isso, a Rua Dona Cândida era ocupada por casas mais precárias, sobretudo dos trabalhadores das lavouras, lavadeiras e até mesmo empregadas domésticas que trabalhavam nas casas do Centro da cidade.

A cidade, portanto, compreendia esses dois núcleos de ocupação: o primeiro e mais tradicional considerado hoje o Centro da cidade, e a Chapada, o aglomerado ao Norte, conectados principalmente pela Rua Capitão Neves. O entorno destas aglomerações era ocupado pelos vastos pastos e plantações das fazendas, com destaque à propriedade do senhor José Diniz cuja sede era bem próxima da cidade. É o que Oliveira (2011, p. 39) diz: “o urbano e o rural se fundiram em Boa Esperança”. Definidos como pólos de crescimento por Panerai (2006), estes núcleos se caracterizam por regiões de origem de crescimento e segundo ele (p. 62), estão marcados “no tecido como um lugar singular, um local de concentração que indica acumulação histórica, o valor comercial, a carga simbólica. O traçado das vias, sua convergência, o fracionamento da malha, a concentração de monumentos fornecem indícios”.

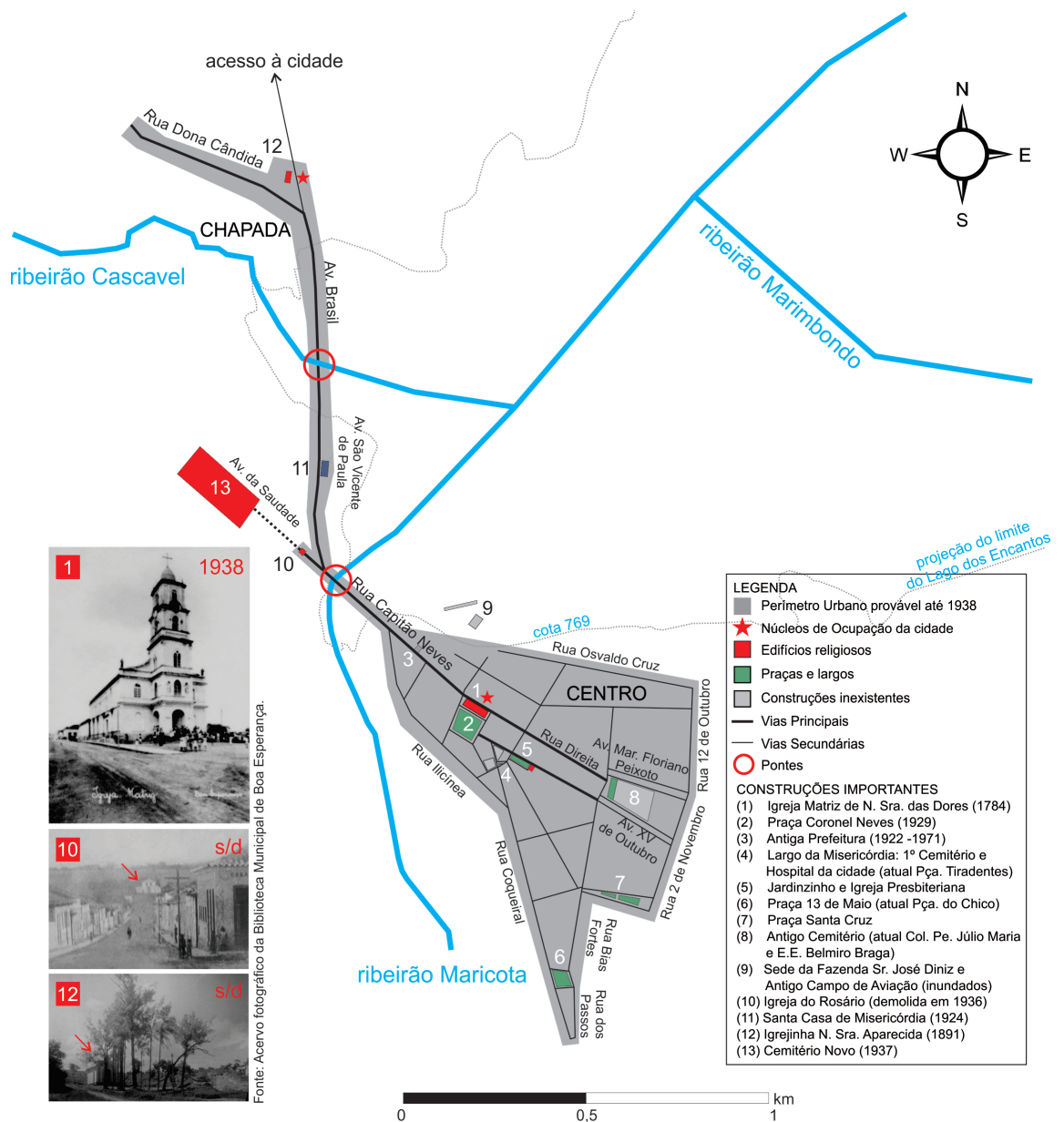


Imagem 03: Os núcleos urbanos de Boa Esperança e o provável perímetro urbano em 1938.

Fonte: Elaborada pelo autor.

O perímetro urbano é delimitado por uma linha que dista 100 metros do eixo das ruas: Praça da Estrela, Rua dos Passos, Rua Bias Fortes, Praça Santa Cruz, Rua 2 de Novembro, Praça Rui Barbosa, Rua 12 de Outubro, Rua Osvaldo Cruz, Praça Municipal, [Rua] Capitão Neves, Rua Itaci, Praça da Independência, Praça Rio Branco, Avenida Brasil até Praça 13 de Maio, Praça da Estrela. [Publicação do Decreto Lei Municipal Nº 12 de 20 de maio de 1938 no Jornal *A Ordem* de 12/06/1938] (*apud* OLIVEIRA, 2011, p. 40).

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Mineiros (1958, p. 196), a partir do século XIX, as pessoas que chegavam à cidade, se estabeleciam definitivamente, uma vez que a maioria dos habitantes era descendente dos troncos primitivos. *“De quando em vez a lavoura de café, a criação do gado, os diversos ramos da indústria e atividades técnicas trazem novas famílias ao município, as quais vão aumentando o índice demográfico”*. Até os anos 50, segundo Oliveira (2011), a cidade terminava no Grupo Belmiro Braga que antes era terreno do Antigo Cemitério, marcando os limites extremos da cidade; em 1951, os bairros Vila Moscardini, Nova Era e Vila Neusa no sentido do Centro, e a Vila Maringá (próxima à Chapada) são inaugurados. A construção da Avenida João Júlio de Faria, Rua Jarbas Pimenta e Avenida XV de Outubro ganha destaque, pois passam a ligar o Centro da cidade a alguns destes novos bairros. Contudo, a cidade não possuía grandes padrões de crescimento, se desenvolveu aos poucos a partir de uma dinâmica que, anos mais tarde, com a vinda do Lago de Furnas, foi completamente modificada.

Com parte da cidade inundada e com a água agora como um limite à ocupação, a população passa a lidar com um novo cenário urbano. Os limites são bordas características de um setor e que marcam visualmente seu término. Eles podem se configurar como um corte no tecido, por uma mudança nas tipologias do espaço, por rupturas do relevo, etc. *“Muitas vezes os limites se confundem com as barreiras ao crescimento (antigas ou atuais), o que faz sentido, uma vez que elas são elementos importantes na formação do tecido”* (LYNCH *apud* PANERAI, 2006, p. 33).

De acordo com os registros, Boa Esperança tem a sua área urbana inundada a partir de 1965, após o fechamento da barragem da hidrelétrica em 1963. As desapropriações das terras e das casas começaram a ser feitas em 1958, causando grande impacto aos moradores. Das terras indenizadas, muitas delas eram produtivas, trazendo prejuízo aos proprietários e, como os preços pagos foram considerados irrisórios, eles ficaram impossibilitados de adquirir novas propriedades. Toda a economia do município viu-se afetada, o que impulsionou na época grande êxodo rural destas famílias. Se observarmos o intervalo entre Censos de 1950 e 1970, há uma inversão no número de habitantes que vivia na zona rural e que, na mesma época da formação do Lago, passa a residir na zona urbana (Gráfico 01). A cidade passa a receber grande número de pessoas da zona rural, aumentando sua população e, demandando maior infraestrutura urbana e investimentos que pudessem sanar os danos gerados ao município (MAIA, 2016).

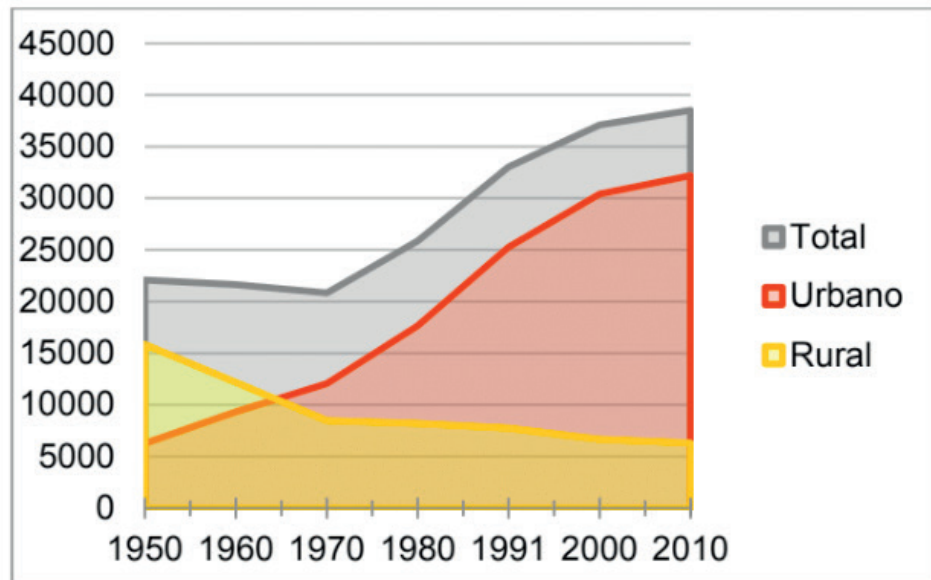


Gráfico 01: Evolução da população urbana, rural e total de Boa Esperança (MG) (1950 – 2010).

Fonte: IBGE – Modificado pelo autor.

Nota: Os valores da população urbana e rural não foram informados pelo Censo de 1960, somente o da população total. Portanto, eles foram determinados por média aritmética dos Censos de 1950 e 1970 para a elaboração do gráfico.

3.3 A Cidade do Presente

“Sob as águas que formam o lago existiam antes das inundações pastos, várzeas e ruas que tiveram suas casas desapropriadas e foram demolidas” (MAIA, 2016, p. 3). Os dados foram coletados na Secretaria de Obras da atual administração da Prefeitura Municipal de Boa Esperança (MG). Os números não são precisos em vista de que, em 1971, a antiga Prefeitura foi incendiada e boa parte dos registros foi queimada. Portanto, o que prevalece aqui é o registro oral. Estes relatos contam aproximadamente 320 residências demolidas, sendo estas, localizadas boa parte na Rua Capitão Neves e a maior parte delas, na antiga região da Chapada – isso trouxe, ao longo do tempo o ‘esquecimento’ por parte da população deste importante núcleo de ocupação da cidade. A cota de referência para a inundação foi a 769, tudo que estava abaixo disso, tornou-se Lago. Não só o lago trouxe alterações na morfologia da cidade, mas também as obras que tiveram de ser executadas. Aterros, abertura de novas vias e até mesmo a modificação de algumas das já existentes trouxeram para Boa Esperança um processo de reurbanização, no sentido de adaptar a estrutura da cidade ao novo elemento que passa a compor o seu espaço urbano.

A principal distinção entre as áreas crescidas e as primeiras áreas de ocupação da cidade está nas características do tecido urbano. Segundo Panerai (2006), o tecido urbano é formado por três componentes: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações. “A análise do tecido urbano é feita pela identificação de cada um desses conjuntos e pelo estudo de sua lógica e de suas relações [...]” (p. 78).

A área central da cidade (núcleo inicial existente) é marcada por uma malha

urbana de formas irregulares, sem configurar um padrão, o que reflete no tamanho e formato das quadras. Enquanto isso, os bairros mais novos possuem um traçado contrastante ao apresentado: a malha urbana passa a se comportar de forma mais ortogonal, com um traçado mais geométrico e regular. As vias são perpendiculares nos seus cruzamentos, paralelas entre si e formam quadras com formas e extensões semelhantes. Entram também neste grupo as vias que margeiam o Lago, cujo traçado é marcado pela sinuosidade e pela importância na conexão do reservatório com o tecido urbano da cidade.

Para explicar a ocupação de Boa Esperança ao longo destes anos, podemos dividir a cidade em três macro-porções: (1) o Centro e seus bairros confrontantes; (2) a porção Norte: formada pela área da antiga Chapada e os bairros Maringá, Alvorada e Jardim Nova Esperança, que se conectam pelo aterro da Avenida Brasil; e (3) a porção Sudeste: compreendida por bairros que, na sua grande maioria, tiveram uma ocupação mais tardia às outras duas porções. Especialmente, o Lago dos Encantos separa as porções (1) e (3) da porção (2), sendo estas, conectadas pelas regiões aterradas da Rua Capitão Neves e a ponte existente, além do outro aterro que liga a Praça do Fórum ao bairro Alvorada (construção mais tardia). A Ponte do Jarbas (a Leste) se localiza no estreitamento das duas porções do Lago, permitindo a comunicação entre as margens.

A partir da definição destas regiões urbanas, buscou-se analisá-las dentro do tecido urbano, identificando suas características e a maneira pela qual elas se relacionam. Isso foi consubstancial para entendermos como se deu a evolução urbana da cidade. Seja pela oferta de infraestrutura ou pelos serviços que as porções (1) e (3) ofereceram, seus bairros cresceram muito mais do que os da porção (2). Isso revela uma diferença no padrão de crescimento de Boa Esperança se compararmos à tendência de outras cidades, uma vez que se espera é que núcleos urbanos iniciais se 'inchem' e a partir deles, a cidade tome forma. Seja de uma forma homogênea ou heterogênea, centralizada ou descentralizada, núcleos iniciais de ocupação têm papel relevante dentro do contexto urbano de uma cidade. E o que foi observado nestes estudos, foi a falta de protagonismo que a região da Chapada possui atualmente.

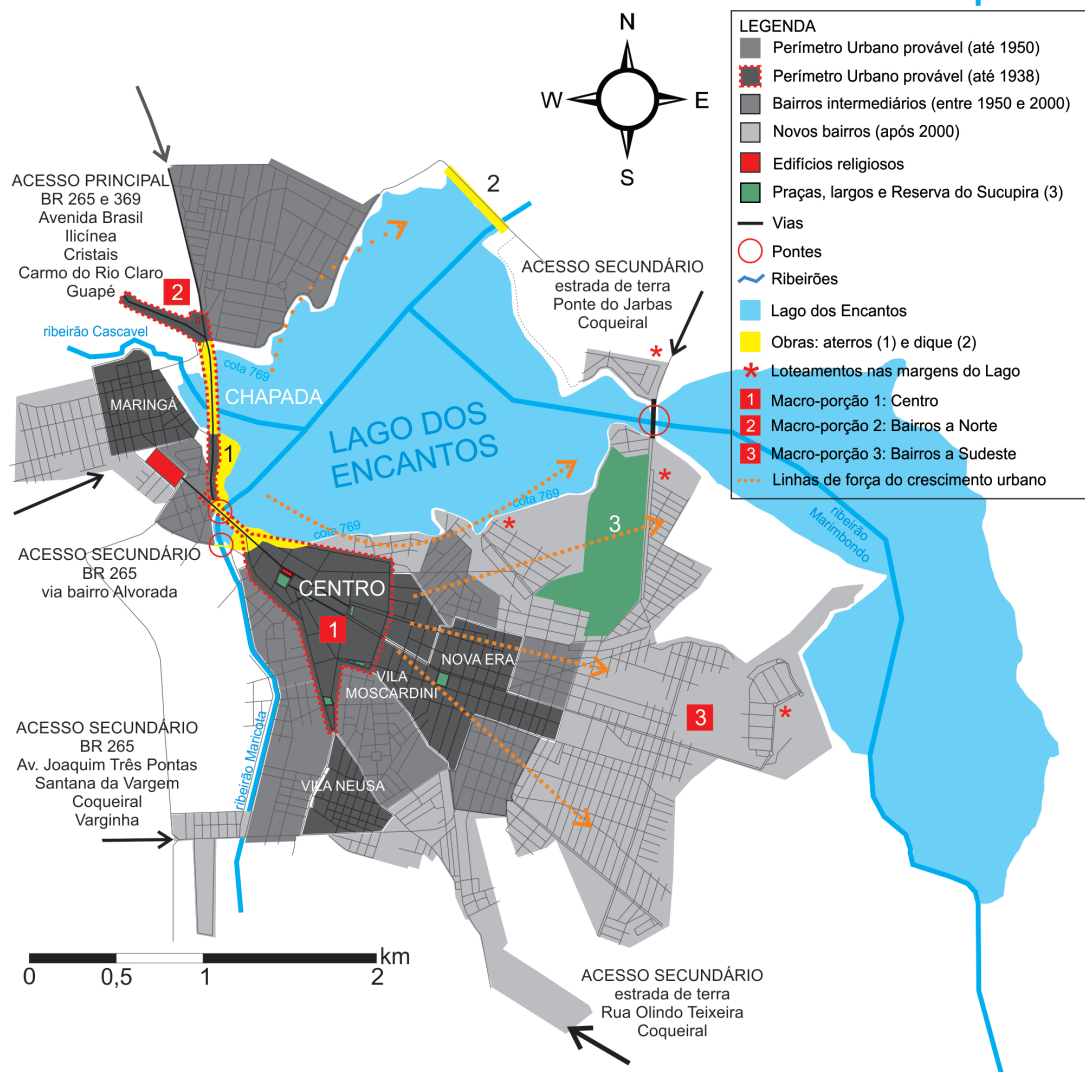
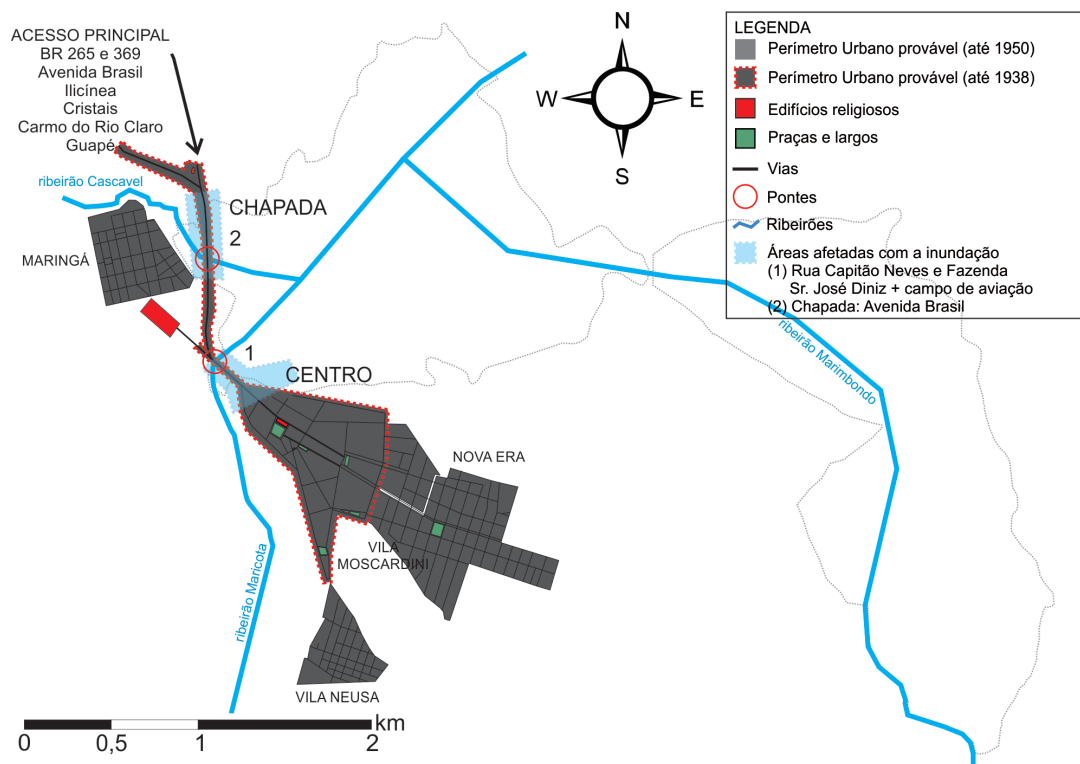


Imagem 04: A evolução urbana de Boa Esperança (MG): antes e depois do Lago dos Encantos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Panerai (2006), um limite de crescimento funciona como obstáculo até um dado período, após este, pode se transformar em pólo, atraindo o crescimento e tornando-se assim, um ponto de partida de crescimento oposto. É o que podemos observar na evolução urbana de Boa Esperança (MG).

A morfologia urbana inicial e a atual da cidade se distinguem, além da expansão territorial, também por outra lógica de ocupação. Esta lógica, dentre outros fatores, colocou o Lago como importante peça na concepção deste novo espaço urbano: o reservatório e suas imediações se constroem rapidamente como elemento de desejo e passa, a partir de então, a influenciar diretamente no desenvolvimento e nos vetores de crescimento da cidade. Estes vetores, denominados linhas de crescimento por Panerai (2006, p. 61), são elementos que *“ordenam o tecido urbano nas laterais, regula os crescimentos e promove uma estrutura”*. Como reflexo dessa dinâmica, tem-se um espaço urbano cada vez mais atrelado à presença do reservatório, configurando-o como agente convergente de ocupação e também como moeda de investimento, uma vez que quanto mais próximo do Lago é o terreno, maior o seu valor de mercado.

Se observarmos o mapa comparativo dos dois momentos urbanos de Boa Esperança, podemos afirmar que a presença do Lago foi fator influenciador na morfologia urbana atual. As porções (1) e (3) cresceram completamente em sentido ao reservatório, principalmente nos sentidos Sul e Leste, como se ‘abraçasse’ suas margens; enquanto a porção (2), pouco cresceu (se considerarmos que os bairros existentes já existiam antes da formação do Lago). Aonde foi possível urbanizar as margens e manter o contato com o reservatório, a cidade tendeu seu crescimento. Mais uma vez se vê a influência de mananciais d’água no desenvolvimento de aglomerados humanos: o desejo pelo contato para com ambientes naturais e principalmente aqueles que têm a água como componente, denota a força dos seus simbolismos e ainda, o bem-estar que a relação traduz – sensação valorizada pelo homem contemporâneo (MELLO, 2008).

Por fim, é importante frisar que o artigo buscou recuperar a história de Boa Esperança (MG), sobretudo aquela que as águas de Furnas inundaram anos atrás. A documentação destas informações é uma forma de preservar a memória do povo dorense e ainda, permitir que ela fique registrada e disponível. A pouca difusão destes fatos e a escassez de fontes de consulta (dificuldade enfrentada no desenvolvimento deste trabalho) impulsionaram a realização dos estudos aqui apresentados, que visaram acima de tudo, o reconhecimento da importância que o Lago dos Encantos tem para a cidade e ainda, a sua relevância no rico processo histórico que o município possui e que infelizmente, boa parte da população desconhece.

REFERÊNCIAS

FURNAS, Centrais Elétricas S.A. **Edição Especial - 50 anos de Furnas. Revista Furnas**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 337, editor e coordenador de conteúdo Eduardo Franklin Correia, fev. 2007. 17 p. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/rf337_57-67.pdf> Acesso em 28 abr. 2017.

LEMONS JÚNIOR, Clésio Barbosa. **A implantação da Usina hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões**: estudo sobre a territorialização de políticas públicas. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000778319>>. Acesso em 27 abr. 2017.

MAIA, Rander. **História do Lago de Boa Esperança**. 2016. 4 p.

MAIA, Newton F. **Esboço Histórico de Boa Esperança**. 1942.

MELLO, Sandra Soares de. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização de corpos d'água. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008. 348p. p. 100-145; 300-313. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1608>> Acesso em 26 abr. 2017.

MUNIZ, Elaine Cristina. **Requalificação das margens do Lago de Furnas na cidade de Fama - MG**. 2007. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, Juiz de Fora, 2007. 81 p.

OLIVEIRA, Marlene. **Pelas ruas de Boa Esperança**: o centro. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2011.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana / Philippe Panerai**: tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p. – (Coleção arquitetura e urbanismo)

PORATH, Soraia Leochelt. **A Paisagem de Rios Urbanos**. A presença do Rio Itajaí-Açú na cidade de Blumenau. 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. 150p. p. 23-33. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88115>> Acesso em 26 abr. 2017.

RIBEIRO JUNIOR, Leopoldo Uberto. **Contribuições metodológicas visando a outorga do uso de recursos hídricos para geração hidrelétrica**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Engenharia de Energia, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2004. 153p. p. 1-75. Disponível em: <<http://cerpch.unifei.edu.br/dissertacoes/contribuicoes-metodologicas-visando-a-outorga-do-uso-de-recursos-hidricos-para-geracao-hidreletrica/>> Acesso em 28 abr. 2017.

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Universidade de São Paulo – USP / Universidade Federal do Tocantins - UFT. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – SP / Palmas – TO

Bruna Coelho Alves Meneses

Arquiteta e Urbanista
Palmas – TO

Estéfani Marx

Universidade Federal do Tocantins - UFT.
Departamento de Arquitetura e Urbanismot
Palmas – TO

Lourranny Parente Silva

Universidade Federal do Tocantins - UFT.
Departamento de Comunicação Social
Palmas -TO

RESUMO: O artigo discute, a partir de reflexões acerca da imagem, a identidade e a memória social da cidade de Palmas no Tocantins. Tais conceitos são expressos nas produções audiovisuais que abordam a cidade sobre duas percepções: a memória popular e o plano urbanístico reproduzido nos trabalhos audiovisuais que, por hipótese, reforçam os conceitos de memória popular e a identidade urbana da população. Para tanto foram selecionadas 9 obras audiovisuais de mídia e longa-metragem de ficção, além de documentários, com recorte realizado dando

atenção às produções que foram expostas ao maior número de expectadores (dados fornecidos pelos diretores das obras), visto que o intuito inicial era verificar a possibilidade da validação e ampliação dos conceitos já abordados, na população local, por meio das produções estudadas. Ainda, como recorte geográfico, a pesquisa buscou as produções audiovisuais que possuem a cidade de Palmas-TO, como meio para contar as histórias dos agentes sociais que vivem em tal espaço urbano. A análise das obras traz a identificação da presença e/ou ausência dos conceitos de identidade e memória social, além da qualificação destes conceitos em cada obra, relacionando-os ao aporte teórico utilizado na pesquisa. Uma tabela síntese é apresentada, trazendo a análise de todas as produções audiovisuais e que observou indícios de que as produções que utilizam como expressão a narrativa de descrição da realidade (documentários) apresentam os conceitos de identidade e memória social mais reforçados e de assimilação facilitada do que quando comparadas às expressões narrativas que utilizam a percepção da realidade (produções audiovisuais ficcionais).

PALAVRAS-CHAVE: identidade; memória social; produções audiovisuais, plano urbanístico, Palmas.

ABSTRACT: The paper discusses the identity and social memory of the city of Palmas in Tocantins, from the perspective of audiovisual productions of the city. These productions establish a dialogue with the city through two perceptions: the popular memory and the urban plan, which are reproduced in the audiovisual works and, by hypothesis, reinforce the concepts of popular memory and the urban identity of the population. In order to do so, nine audiovisual works of medium-length, films both fictional, and documentaries were selected. Within the research universe were selected productions that had the largest number of viewers (data provided by the directors of the works), since the initial intention was to verify the possibility of validation and expansion of the concepts already addressed in the local population, through the object of analysis. As a geographic cut, the research sought audiovisual productions that used the city of Palmas-TO, as a means to tell the stories of the social agents living in that urban space. The analysis of the works brings identification of the presence and /or absence of the concepts of identity and social memory, besides the qualification of these concepts in each work, relating them to the theoretical contribution used in the research. A synthesis table is presented, bringing the analysis of all audiovisual productions where evidence was observed that the productions that use as narrative expression the description of reality (documentaries) present the concepts of identity and social memory more reinforced and with facilitated assimilation when compared to those with narrative expressions use the perception of reality (fictional audiovisual productions).

KEYWORDS: identity; social memory; audiovisual productions; urbanistic plan; Palmas.

1 | A PESQUISA E A DISCUSSÃO

Uma das problemáticas encontradas ao analisar um fenômeno histórico é avaliar o presente que se concretiza a cada minuto, por meio da reconstrução de um passado imutável. Deste modo, sobre a discussão da história do presente, que possibilita um diálogo entre ciência e sociedade, os autores Chauveau e Tétart (1999) discutem e interrogam a história, com o intuito de propor uma nova abordagem, que podem aumentar a capacidade de sugestão e explicitação; e, por meio destas, efetivar a sua validade e conhecer melhor o seu funcionamento.

Esta pesquisa reconhece que as obras audiovisuais analisadas, são reconstruções, em maior ou menor grau, da história da cidade e/ou das pessoas; sendo observações da realidade (documentários) ou baseadas em relatos históricos e/ou história popular (mídia e longa-metragem de ficção). Entender e avaliar essa reconstrução foi justamente uma das vertentes que incentivaram o presente trabalho, pois buscou-se identificar nos filmes analisados elementos da arquitetura e/ou plano urbanístico, bem como as histórias populares que pudessem catalisar os conceitos de identidade e memória social na consciência coletiva.

Nesse sentido, Moretti (2009) descreve que a história permite reconstruir o universo (histórico), que estava presente na configuração inicial da cidade de forma parcial, ou o

universo histórico que embasou a produção de determinado espaço urbano. Segundo o autor, a reconstrução total e idêntica de um contexto, fenômeno ou configuração é uma tarefa utópica, entretanto, esta pesquisa ao utilizar as histórias e representações da cidade de Palmas- TO presentes nas produções audiovisuais analisadas, considera essa reconstrução do assunto abordado como limite da objetividade histórica.

Como recorte geográfico proposto, foram avaliadas produções audiovisuais, que utilizam a arquitetura, o projeto urbanístico da cidade de Palmas – TO e a história popular desta localidade. Este recorte se deu, em virtude de a cidade ser a capital do estado do Tocantins, e também ser a última capital brasileira projetada no século XX.

Para discutir os conceitos de identidade e memória social, realizou-se um recorte audiovisual, no qual foram analisados documentários, médias e longas-metragens, excluindo-se desta análise, vídeos produzidos com celular ou de diferentes formatos que foram expostos à um pequeno público. Isto porque, em primeira instância seria impossível analisar todas as produções audiovisuais já realizadas pelas pessoas nas mais diferentes mídias; e em uma segunda instância, buscaram-se produções que tivessem sido expostas ao maior número de pessoas (recorte de exposição), justamente para avaliar a hipótese de que os conceitos analisados pudessem ser reafirmados e ampliados na população local.

Por último, ressalta-se que o fato de escolher produções audiovisuais expostas ao maior número de espectadores possíveis, como já afirmado, é verificado com a ciência de que várias das obras analisadas foram exibidas no festival de cinema da região, ou ainda como no caso do longa-metragem, que foi exibido na rede de cinemas local. Há ainda relatos dos diretores, de que muitas das obras, foram levadas à festivais, comunidades quilombolas e/ou aldeias indígenas; além do fato de também terem sido exibidas em algumas escolas da região por possuírem os conceitos estudados, em suas narrativas.

2 | A MEMÓRIA SOCIAL E A CIDADE

Para compreender a pesquisa é preciso definir e discutir alguns conceitos importantes ao trabalho tais como consciência, memória e identidade, visto que, estes conceitos permeiam entre a análise e discussão do fenômeno estudado.

A consciência para Chauí é definida como a capacidade humana de conhecer as coisas e a si mesmo, bem como saber da capacidade desse conhecimento. Se levado em conta o ponto de vista psicológico, consciência “é o sentimento de nossa própria identidade: é o eu, um fluxo temporal de estados corporais e mentais, que retém o passado na memória, percebe o presente pela atenção e espera o futuro pela imaginação e pelo pensamento” (Chauí,1996, p. 117).

A mesma autora define memória como sendo a evocação do passado, a sua atualização, e aquilo que se foi permanecendo na lembrança. Existe ainda memória

coletiva ou social que é registrada através de documentos e relatos da própria sociedade. Essa memória possui uma relação de benefício mútuo com a memória individual, visto que é no campo da coletiva que surge o ambiente propício para criar as individuais e são estas últimas, que juntas geram a memória coletiva.

Le Goff (1990), por sua vez, define a memória como “propriedade de conservar certas informações, remete [...] a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas” (Le Goff, 1990, p. 423). Portanto, é perceptível a ligação entre consciência e memória, na qual esta pode lembrar o passado com o auxílio da consciência. Há ainda um papel imprescindível na memória de um indivíduo relacionado à sua história, que é observado ao entender a memória como um dos possíveis agentes responsáveis em modificar conceitos já consagrados em um indivíduo, e transformar assim, a relação entre esta pessoa e seu contexto social e/ou entre o indivíduo e o espaço urbano.

O autor ressalta a importância da diferenciação de memória coletiva e social, das sociedades de culturas orais e sociedades de culturas escritas. Designando o termo memória coletiva como aquela pertencente às sociedades que se baseiam na oralidade, conferindo a esta um vínculo com o passado ancestral, onde a memória estaria na transferência de ensinamentos sigilosos. E como ferramenta usada pelos guardiões do conhecimento, tendo eles “na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo.” (LEROI-GOURHAN 1964-65 apud LE GOFF, 1990, p. 429).

A memória, segundo Le Goff (1990) que começa a ser registrada palavra por palavra com o aparecimento da escrita torna-se social. Sobre a estruturação da memória, Pollak (1992) elenca três componentes:

- Acontecimentos, vividos pessoalmente ou “por tabela”, sendo o segundo, acontecimentos de tamanha força ou choque, vividos pelo grupo a que pertence que o indivíduo se identifica, herda a memória de outro tempo;
- Pessoas/personagens, seguindo o mesmo esquema, indivíduos conhecidos pessoalmente, ou personagens fora do espaço-tempo como ícones de lutas ou exemplos de moral e;
- Lugares, não somente aqueles em que aconteceu o objeto da memória, mas também monumentos importantes para a lembrança do grupo ou indivíduo.

A memória para Pollak (1992) é construída, consciente ou inconscientemente, social e individualmente. A identidade para o autor é definida como a “imagem de si, para si e para os outros”. Ou seja, existe a possibilidade de que quando alguém se identifica com alguma coisa, esta pessoa reconhece parte da sua própria imagem, no fenômeno/objeto/lugar representado.

Neste contexto, é possível traçar uma interface entre os assuntos já abordados e o objeto de estudo desta pesquisa, no qual os indivíduos que se identificam com as produções audiovisuais analisadas, podem automaticamente reconhecer parte da sua

própria imagem retratada nestas produções cinematográficas. Nesta discussão, este fenômeno pode majorar os conceitos de memória social em relação ao próprio povo e ao espaço urbano em que está inserido, além de validar o conceito de identidade reconhecida através das histórias populares retratadas na sétima arte.

Ainda sobre a discussão de identidade, Pollak (1992) estabelece três elementos de composição:

- A unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo;
- A continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico;
- O sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (Pollak, 1992, p. 204).

Hall (2006) destaca como uma das vertentes relevantes sobre a identidade coletiva a persistência na continuidade da tradição, onde os elementos que caracterizam a cultura daquela sociedade continuam vivos, mesmo levando em consideração as mudanças de tempo e o trajeto da história.

Ao discutir os termos de identidade e vida urbana é preciso levar em consideração o que Hall (2006) relata sobre a identidade cultural na Pós-modernidade e o modo como ela se constrói no cenário histórico. Nesta análise, o autor ainda leva em consideração quais as mudanças na formação de identidade nesse período que ele denomina como pós-moderno. Neste sentido, para o autor “as identidades culturais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (Hall, 2006, p.48).

Durkheim (2004) precursor do método sociológico, defendeu a ideia de que muitas das ações sociais acontecem por terem sido estabelecidas pela educação social, e quando analisadas no coletivo acontecem exteriores às consciências individuais, estas ações podem acontecer por vontade própria em conformidade com a consciência, ou por coerção social, que são impostas aos indivíduos independente de suas vontades. Imposição esta que pode ser atenuada quando de boa vontade o indivíduo conforme-se com ela, entretanto, a coerção pode ser reafirmada caso o indivíduo ofereça resistência.

É perceptível como Hall e Durkheim, separados por séculos, dialogam a respeito de como é possível formar e transformar pensamentos em uma sociedade, e no caso específico da discussão deste trabalho, a própria construção da identidade social. Durkheim incisivo vai além e afirma que esta transformação pode ser ocasionada pela coerção social, para ele, os fatos sociais, possuem como agentes não as consciências individuais, mas sim a sociedade, o coletivo, visto que são fatos que independem do indivíduo, pelo contrário, são a eles impostos por coerção.

Quando analisado o que foi exposto conjuntamente com a identidade coletiva

a que trata esta pesquisa, que por hipótese é reafirmada e majorada através das produções audiovisuais; nota-se que é possível encontrar ligações entre esta identidade coletiva, suas representações audiovisuais e a consciência social. Onde um indivíduo que busca pertencer ao meio social em que vive tem a tendência a identificar-se com um ou vários elementos presentes nesta sociedade, isto por conta do que Pollak (1992) define como sentimento de coerência, dentro do que Hall (2006) descreve como persistência na continuidade da tradição; persistência esta à qual Durkheim defende que é imposta por coerção social nas consciências individuais.

Hall (2006) afirma que em sociedades tradicionais, com o intuito de perpetuar a experiência de gerações, símbolos são valorizados e o passado é venerado. “A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (Giddens, 1990, p. 37).

Pollak (1992) relaciona os conceitos de identidade e memória dizendo que esta “[...] é uma das constituintes do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 204).

Quando existe perda da memória social, esta transforma-se em histórica, “então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”. (Adams, 2002, p. 17). Essa característica escrita pode abraçar também a produção materializada, objetos, artefatos, edifícios e produções audiovisuais.

O ato de se preservar os objetos de uma sociedade incorpora valor e adquire um sentido de existir quando o mesmo é reconhecido pelo seu meio social. Assim, não só reforça a história do ambiente como possibilita um campo fértil para a evolução da sociedade. Muitos são os filósofos que fazem a relação entre um povo que chegou a sua evolução dando a devida importância ao seu passado histórico. “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (Le Goff, 1990, p. 426).

3 | CINEMA E ARQUITETURA

O ato de projetar, seja ele a imagem da cidade, uma arquitetura ou uma cena de um filme, são realizados respectivamente pelo arquiteto e o diretor de cena, que se ocupam entre outras vertentes, de técnicas de composição, teoria das cores, Gestalt do objeto etc.

Neste sentido, Furlanetto (2011) esclarece que o cinema trabalha com o espaço virtual, onde o observador por meio dos cenários e lentes cinematográficas pode

vivenciar espaços através da imagem em movimento. Assim, Arantes (2000, p. 24) relata:

O [...] contato com a arquitetura teria sido [...] eminentemente tátil, isto é, pragmático, criando hábitos que liberam nossa atenção mantida sem esforço, basicamente descontínua, superficial e difusa, em oposição ao que seria a recepção ótica, contemplativa, atenta, polarizada.

Furlanetto (2011) afirma que o cinema retrata o homem no espaço e tempo, de forma bidimensional, à qual a autora chama de imagem-tempo. Segundo a mesma a arquitetura também se configuraria como uma arte de massa, podendo ambas serem consideradas complementares ou inseparáveis. Isto porque, os filmes retratam e criam o urbanismo contemporâneo, por meio de uma realidade virtual, e como consequência, o cinema criaria memória no espectador.

4 | A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL TOCANTINENSE

Para se analisar a produção audiovisual Tocantinense torna-se necessário levar em consideração aspectos importantes sobre a historicidade do Estado do Tocantins, criado pela constituição de 1988. É possível perceber a capital do estado como um espaço territorial, multicultural com diversas classes sociais, isto acontece, por conta também, da construção da capital ter sido realizada com a mão de obra oriunda outros estados do país.

Teixeira (2009) acrescenta que cidade teve sua pedra fundamental instalada em 20 de maio de 1989, efetivou a construção da última capital planejada no século XX do mais novo estado da federação.

O autor relata que o lado direito do rio Tocantins foi escolhido para a implantação da cidade, há cerca de 15 km de distância da serra do Lajeado (reserva ecológica estadual). Apesar de ter sido uma capital planejada, por conta também da especulação imobiliária, surgiram no plano urbanístico vazios urbanos, uma vez que se ocupou as áreas mais afastadas do centro que segundo o plano seriam implantadas apenas com 70% da urbanização concluída. Isto foi um dos fatores que encareceram o custo de vida local.

Após esta breve contextualização, para melhor compreensão do texto, cada produção apresenta no início o título, a direção da obra e o ano em que foi lançada antes da sua respectiva análise:

4.1 Dando Norte (2000) - Direção: Inaê Ribeiro

Dando Norte é um documentário gravado em Palmas que propõe uma discussão sobre a formação da identidade cultural palmense, com depoimentos de personagens que acompanharam o crescimento da capital. O documentário levanta

um questionamento referente a escassez da construção de uma identidade regional, de incentivo à cultura e a pesquisa da região.

A produção é pautada pela miscigenação de povos e costumes que formam vários grupos culturais em Palmas, fato que impossibilita uma unificação de culturas de onde possa nascer uma identificação local, sobre a dificuldade desta população se desvincular da cultura goiana, e também das características de outros estados que fazem fronteira com o Tocantins. Enfatiza-se nos depoimentos a falta de curiosidade e motivação da geração palmense (de origem) em descobrir, e contribuir para a construção da história da região.



Figura 1- Construção do Palácio do Araguaia.

Fonte: Ribeiro, 2000.

O documentário é gravado em espaços urbanos estratégicos e pontos turísticos como o Espaço Cultural, o Parque Cesamar e o Palácio Araguaia (figura 1), com intenção de evidenciar ícones que são considerados marcas da cidade além de citar vários outros locais do espaço urbano, e faz referência ainda às características que integram a paisagem urbana como o pôr do sol, as árvores típicas do cerrado. Essa narrativa estética contribui para ampliação dos conceitos de identidade e memória social, bem como introduz um apelo para que o telespectador valorize o patrimônio, se aproprie de seus símbolos culturais.

4.2 *Under The Rainbow* (2004) - Direção: André Araújo

Com imagens do dia da promulgação da constituição de 1988, identificando-a como documento da liberdade, dignidade e justiça social do Brasil e ainda o qual deu origem ao estado do Tocantins, e posteriormente a capital tocantinense. Palmas em sua fase inicial, uma multidão de pessoas saindo de ônibus em um terminal rodoviário provisório, operários, máquinas. E então, 15 anos depois, imagens das avenidas principais, a cidade dos títulos de “*novo el dorado*” “capital do futuro” “a última grande

corrida do ouro do séc. XX”, seus 140 mil habitantes e a primeira parada LGBT.

O documentário, que obteve menção honrosa no festival de cinema local, apresenta os depoimentos de membros da comunidade LGBT, do diretor de jornalismo da emissora de TV local e a descrição do evento, mostra a dura realidade desta minoria.

Observou-se, um forte resgate histórico, introduzindo o surgimento da cidade com imagens da época, o que cultiva a memória social no espectador. E ainda, com a apresentação do movimento da comunidade LGBT, ao reproduzir as queixas de um segmento específico da sociedade, o documentário enlaça o conceito identidade à quem defende a homossexualidade, expondo portanto a discussão sobre preconceito, justamente nas pessoas que não encontram identificação alguma.

4.3 KITNET (2007) - Direção: André Araújo

Kitnet é um documentário que foi exibido no festival regional de cinema, mostra diferentes percepções sobre a cidade e as relações sociais a partir de uma tipologia arquitetônica marcante: as quitinetes. Nos relatos verifica - se a relação entre sociedade, cidade e edificação, permeando o contexto histórico, socioeconômico e espacial em Palmas.

As perspectivas abordadas na produção salientam o território individual e mostram ainda o caráter relacionado a identidade territorial e ao pluriculturalismo, ressaltando as pessoas de outras regiões que ajudaram na construção da capital. Considera-se nesta obra, uma significativa inserção dos conceitos de identidade e memória social.

4.4 Da Banca pra Fora (2008) - Direção: Yonara Aniszewski

O documentário, considerado melhor produção audiovisual pelo júri oficial do festival de cinema local, analisa um ambiente específico no tecido urbano de Palmas: o espaço público conhecido como feira popular da quadra 304 Sul, localizada na zona central da cidade, onde o fluxo intenso de pessoas se desenvolve entre os conceitos de urbanidade e diversidade, e as mais variadas histórias populares (figura 2) são apresentadas ao espectador.



Figura 2- Uma das histórias populares apresentadas.

Fonte: Aniszewski, 2008.

A feira dialoga morfologicamente com quadras de intenso adensamento urbano, áreas verdes, além de vazios urbanísticos e a extensa área do espaço cultural da cidade. O filme demonstra que esta feira popular se configura em um lugar democrático, onde a dinâmica da vida urbana acontece reunindo os mais diversos atores.

A obra remete ao espectador à uma gama de percepções cidadinas, que colocam em foco os valores culturais de uma comunidade, em constante renovação, que se encontra na feira popular da 304 sul. É possível atribuir à esta produção audiovisual a qualidade de acervo histórico, uma vez que retrata uma época, um espaço e uma cultura.

A diversidade neste diálogo é compreendida como uma característica recorrente na construção da memória social, visto que, a condição do lugar abrange diferentes sentimentos por parte dos usuários, que acabam se identificando com o espaço e/ou personagens ali presentes, ou como no caso desta pesquisa, os espectadores, acabam se identificando com o documentário, com o espaço e/ou com os personagens, reforçando assim a memória social que pode ser o catalisador de um empoderamento social sobre sua própria urbanidade.

4.5 DESNUDA (2009) - Direção: Caio Brettas

A trama acontece em uma Palmas com status de cidade grande, onde a personagem principal se faz passar por membro da elite para usufruir da imagem da classe. O diretor do filme é uma pessoa que possui em seu portfólio artístico vários trabalhos, que retratam a margem da sociedade, de uma maneira a contestar os padrões e o preconceito, isso no filme é reafirmado quando nota-se que o dono da empresa onde trabalha a protagonista, que aparentemente é um homem religioso,

foge com todo o dinheiro, deixando os empregados à mercê do destino, como é o caso da personagem principal que não consegue apoio de amigos e familiares, e assim, inicia a vida na prostituição. Uma comparação é feita com a prima da protagonista, humilde e estudiosa, que consegue uma bolsa de estudos fora do estado.

Embora grande parte do filme se passa em cenas internas, dificultando a avaliação do conceito de identidade urbana, em alguns momentos é possível reconhecer elementos da cidade, bem como do desenho urbano característico da mesma.

Não foi observado neste média metragem apelo histórico, encontra-se, entretanto, indícios da história popular que ilustra a diferença entre duas sociedades dentro da mesma cidade, casas de alto padrão em contrapartida às quitinetes onde se encontra a prostituição retratada no filme. O filme introduz o drama da vontade de pertencimento à um grupo social oposto. Ressalta-se que esta obra recebeu o prêmio de melhor filme pelos juris oficial e popular do festival de cinema da região.

4.6 Tempos Difíceis (2010) - Direção: Caio Brettas

Identifica-se neste média metragem o lado periférico da cidade (figura 3), com casas simples, que lembram as precárias edificações das favelas metropolitanas. A vida de miséria que em outras ocasiões pode ilustrar a coragem e luta de uma população, aqui revolta o indivíduo que desesperado vai atrás de soluções rápidas.



Figura 3 - Zona periférica retratada como área de tráfico de drogas.

Fonte: Brettas, 2010.

O personagem principal utiliza o tráfico de drogas como rota de fuga ao meio urbano em que vive. Esta construção de identidade retratada no filme entra na gama de inúmeras outras probabilidades do surgimento do tráfico de drogas e da criminalidade em geral na sociedade atual.

Esta obra, que foi considerada melhor filme pelo júri no festival de cinema local, apresenta ainda um resgate histórico em dois momentos, o primeiro quando se

refere à morte do personagem pedreiro (início da história), como sendo por acidente, que ocorreu com a queda de um elevador em um prédio do centro da cidade de Palmas. O trecho resgata o acidente ocorrido em 2000, no então conhecido edifício “Free Shopping”, único estabelecimento com elevador na época, cujo equipamento despencou após a ruptura dos cabos de sustentação.

O segundo resgate histórico do filme é também o que segundo o diretor, originou a ideia do mesmo, visto que o personagem Paulista existiu realmente (com outro nome) e foi ele quem orquestrou a fuga da cadeia pública em 2005, como é contado no filme. É preciso ressaltar que este resgate histórico não aconteceu no recorte geográfico proposto nesta pesquisa, mas sim na cidade de Araguaína – TO.

4.7 Terminal de Lembranças (2011) - Direção: Gleydsson Nunes

Este documentário expõe através de narrativas populares e fotografias a história dos comerciantes da antiga rodoviária e do primeiro centro comercial de Palmas, e como este foi destruído. Apresenta, também, problemáticas que esta intervenção urbana desencadeou, utilizando-se das memórias dos personagens e fotografias reais, que materializam a importância sociocultural, econômica e história deste extinto espaço urbano.

Nessa dinâmica, em que memória, identidade, história popular, diversidade e a construção do espaço urbano acontecem, reitera-se o que descreve Lynch (1960) a existência de outros elementos além dos físicos que caracterizam a imagem da cidade como a história, função e significado social de um lugar. Observou-se, portanto, a forte presença dos conceitos de identidade e memória social nesta produção.

4.8 Palmas, Eu Gosto de Tu (2014) - Direção: André Araújo Et Al.

A proposta do longa-metragem, “Palmas, eu gosto de tu”, foi baseada no conceito cinematográfico *Cities of love*, na qual são retratadas pequenas histórias de temas diversos que usam a cidade como pano de fundo.

O filme exhibe seis histórias ficcionais de diferentes diretores, que mostram os múltiplos olhares sobre a cidade. O enredo fictício exprime uma narrativa, que lembra em alguns momentos, um viés documental de quase observação da realidade, isto porque, segundo os diretores houve uma pesquisa profunda na hora de elaborar suas histórias, sem esquecer o fato de que os mesmos vivem a cultura local há muitos anos, o que facilita a captação da identidade local na hora de realizar a obra. Sobre a memória coletiva em relação ao plano urbanístico destaca-se a exibição dos cenários reais de Palmas, em ângulos pouco convencionais, entre eles enfatiza-se as vistas áreas e a locação em lugares ícones da cidade.

Observou-se em algumas histórias o conceito de identidade enfraquecido, por apresentar relatos inverossímeis. Relata-se ainda que o longa teve a maior divulgação de um filme Tocantinense até então, o que ocasionou que o mesmo fosse exibido na

rede de cinema da cidade. O longa que apresenta relações hipotéticas a respeito das trocas sociais, evoca o questionamento sobre a influência da cidade no cotidiano dos indivíduos. Ressalva-se o espaço urbano como promotor prático dos hábitos populares, que compõe a memória e a identidade sociocultural de uma sociedade, como também, as características espaciais de Palmas, a cidade informal que a maioria da população ignora e crítica.

4.9 OUÇA-ME (2015) - Direção: André Araújo e Roberto Giovanetti

O média metragem relata a história de um motorista de ônibus, da empresa local de transportes públicos, que em determinado momento descobre a inevitável condição da eminente perda auditiva, por conta disso, ele decide reunir os sons que lhe são importantes, como a vitrola antiga, suas canções e as conversas com a filha e esposa.

Anarrativa utilizada nesta obra, possui um cuidado estético especial principalmente na cena da serra do Lajeado, onde a esposa do protagonista relembra a história de como o pai a ajudava em relação aos seus sentimentos sobre a morte da mãe, visto que ela havia transportado tais sentimentos para um balão vermelho, dado a ela pela mãe em seu leito de morte. O pai separava os balões coloridos dos vermelhos para ter sempre à mão quando o da filha viesse a estourar (figura 4).



Figura 4- Cena entre pai e filha com a capital ao fundo.

Fonte: Araújo e Giovanetti, 2015.

Há vários ícones populares presentes no filme, arquiteturas locais e localidades do plano urbanístico que facilitam ao expectador identificar-se com a identidade urbana, as histórias populares ali retratadas pela poética utilizada, reafirmam os conceitos de identidade e memória social.

5 | CONSIDERAÇÕES

No presente trabalho, observou-se, nas diferentes produções audiovisuais analisadas, os conceitos de identidade e memória social, em maior ou menor grau; além dos três componentes de memória definidos por Pollak (1992). Esta análise, reforça a ideia de que a cidade se efetiva de maneira indissociável destes quesitos, e mais, reafirma que o estudo de um fenômeno deve levar em consideração tais fatores, e não apenas uma descrição histórica.

Levando em consideração que a tradição, entendida neste trabalho como a comunicação de fatos passada através de gerações, busca a continuidade, esta tradição poderia impor por meio da consciência coletiva, uma ideia que pode reforçar o pensamento desta coletividade nas consciências individuais, que se identificam com o fenômeno. Ao trazer esta discussão para o foco da pesquisa, é possível que as produções audiovisuais tocantinentes sejam reproduções dessas expressões culturais, que tendem a ter continuidade histórica.

Um dos possíveis desdobramentos do impacto de uma obra audiovisual que transmite memória e identidade por meio de suas (re)apresentações, é o empoderamento social. Ao trazer esta discussão ao universo da pesquisa, um ator social empoderado é aquele que não mais usa um espaço sem devidamente apropriar-se dele, em outras palavras, sem com ele estabelecer uma relação de identidade, ou seja, são capazes de afirmarem-se enquanto agentes necessários e importantes na transformação do espaço e vivência urbana.

Após a análise do trabalho verificou-se uma dialética, que se questiona se seria a cidade espaço formadora de seus atores sociais, ou se seriam estes atores os responsáveis pela identidade urbana. Cabe à esta questão uma discussão à parte, entretanto, é possível perceber a relação existente que pode demonstrar que uma, não necessariamente, exclui a outra. Diante do que foi exposto, apresenta-se o quadro 1.

Produções audiovisuais				Conceitos (qualif.)		
Título	Recortes			Público Estimado	Identidade	Memória Social
	Geográfico	Audiovisual	Exposição			
Dando norte	x	x	x	—	2	2
<i>Under the rainbow</i>	x	x	x	20.000	2	3
Kitnet	x	x	x	30.000	3	2
Da banca pra fora	x	x	x	10.000	3	3
Desnuda	x	x	x	300	1	1
Tempos difíceis	x	x	x	900	1	2
Terminal de lembranças	x	x	x	35.000	3	3
Palmas, eu gosto de tu	x	x	x	5.000	2	2
Ouçá-me	x	x	x	—	2	1

Quadro 1- Tabela de análise das obras.

Fonte: Autores, 2016.

O quadro 1 demonstra os recortes propostos na pesquisa em cada obra audiovisual escolhida, além da estimativa de público atestada pelos diretores. E por último, a partir do aporte teórico do trabalho foi atribuída uma qualificação de relevância de 0 a 3 em cada obra. Esta qualificação numérica se equivale aos termos em ordem: ausência, baixa, média e alta presença dos conceitos de identidade e memória social analisados na pesquisa conforme gráfico 1.

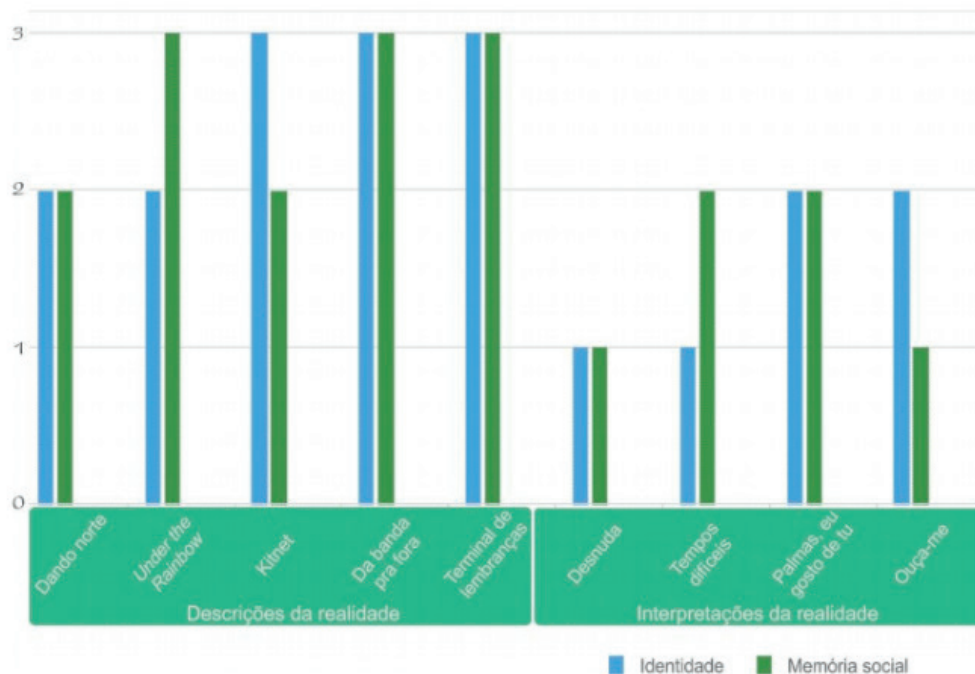


Gráfico 1- Comparação, em cada obra, entre os conceitos abordados.

Fonte: Autores, 2016.

Embora obras ficcionais são em grande parte, baseadas na investigação de histórias populares de agentes do próprio espaço urbano, como não são observações da realidade, mas sim, histórias contadas através do olhar do diretor do filme, verificou-se a possibilidade de que, tais percepções da realidade, podem gerar uma menor identificação com a obra, bem como de realçar, em menor grau, o conceito de memória social; como demonstra o gráfico 1. Assim, ao analisar o gráfico 1 observa-se que os documentários, possuem os conceitos de identidade e memória social, mais presentes em suas narrativas, do que as obras ficcionais. Por último, esta pesquisa entende uma obra audiovisual como uma possibilidade de preservar a identidade histórica de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, B. *Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história*. Florianópolis: UFSC, 2002.

ARAÚJO, A.; PAHIM, R. G.; ARAÚJO, A. *Ouçame*. [Filme-vídeo]. Produção de André Araújo, direção de André Araújo e Roberto Giovanetti Pahim. Palmas, 2015. Cópia em DVD.

- ANISZEWSKI, Y.; ANISZEWSKI, Y.; CARVALHO, L. **Da banca pra fora**. [Filme-vídeo] Produção de Yonara Aniszewski e Luciano Carvalho, direção de Yonara Aniszewski. Palmas, 2008. 15 min. Cópia em DVD.
- BRETTAS, C.; BRETTAS, C. **Tempos Difíceis**. [Filme-vídeo]. Produção de Kaká Nogueira, direção de Caio Brettas. Palmas, 2010. 20 min. Cópia em DVD.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.
- CHAUVEAU, A. e TÉTART, P. **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Lisboa, Editorial Presença, 2004.
- FURLANETTO, B. L. **A cidade contemporânea à luz do cinema o virtual e a transformação do espaço urbano**. Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e urbanismo. Bauru: UNESP, 2011.
- GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- HALL, S. **A identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. s/l : Editora DP&A, 2006.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MORETTI, R. C. **Fundinho, um novo antigo Bairro: Sobre patrimônio e memória**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Uberlândia: UFU, 2009.
- NUNES, G.; NUNES, G. **Terminal de lembranças**. [Filme-vídeo]. Produção de Gleydsson Nunes, direção de Gleydsson Nunes. Palmas, 2011. 20 min. Cópia em DVD.
- POLLAK, M. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- REINGANTZ, P. A, PEDRO R. (Org.). **Qualidade do lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2012.
- RIBEIRO, I.; PAIXÃO, C. **Dando Norte**. [Filme-vídeo]. Produção de Cláudio Paixão, direção de Inaê Ribeiro. Palmas, 2000. 30 min. 15 min. Cópia em DVD.
- TEIXEIRA, L. F. C. **A FORMAÇÃO DE PALMAS**. In: **Revista UFG**, Goiás, ano XI, n 6. p. 91-99, 2009.

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
Recife-Pernambuco.

RESUMO: Este trabalho consiste em uma análise do Inventário de Bens Imóveis da Rede Ferroviária realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Piauí, considerando-o como um documento importante sobre este patrimônio, cuja elaboração teve por finalidade identificar, conhecer e proteger seus bens em nome da preservação da memória ferroviária. É, portanto, produto de um determinado contexto, época e interesses institucional, social e político. Esta análise tem por objetivo verificar em que medida este inventário contribui para o conhecimento do patrimônio ferroviário como objeto sistêmico, cuja seleção e preservação deve se dar através da apreensão adequada de suas especificidades, de maneira a preservar os elementos que caracterizam e constituem sua essência – a sistemicidade e funcionalidade, conforme os ganhos conceituais mais recentes sobre esse patrimônio e que colaboram para a definição da abordagem deste trabalho. A perspectiva ampliada proposta para o patrimônio ferroviário vai além de sua arquitetura e insere a lógica funcional que articula suas estruturas e bens e

contribui para compreensão dos valores deste patrimônio de caráter multiescalar. O inventário realizado pela superintendência do Iphan/Piauí é objeto da presente análise por considerar que o mesmo pode revelar muito sobre o acervo ferroviário desse estado e, principalmente, sobre sua preservação. Entende-se, inicialmente, que este documento se enquadra no rol dos inventários de conhecimento desenvolvidos pela instituição ao longo de sua existência e se apresenta como importante instrumento da política de preservação vigente desde 2007.

PALAVRAS CHAVE: patrimônio ferroviário; inventário; preservação; documentação.

ABSTRACT: This work consists of an analysis of the Inventory of the Railway Network carried out by the National Historical and Artistic Heritage Institute in the state of Piauí, considering it as an important document on this patrimony, whose purpose was to identify, know and protect its goods in the name of preserving the railway memory. It is, therefore, product of a determined context, time and institutional, social and political interests. This analysis aims to verify the extent to which this inventory contributes to the knowledge of the railway heritage as a systemic object, whose selection and preservation must take place through the proper apprehension of its specificities, so as to preserve the elements that characterize

and constitute its essence - the systemicity and functionality, according to the most recent conceptual gains on this patrimony and that collaborate to define the approach of this work. The extended perspective proposed for railway assets goes beyond its architecture and inserts the functional logic that articulates its structures and assets and contributes to an understanding of the values of this multiscale heritage. The inventory carried out by the Iphan / Piauí Superintendence is the subject of the present analysis because it considers that it can reveal a lot about the rail collection of this state and, mainly, about its preservation. It is understood, initially, that this document fits the list of knowledge inventories developed by the institution throughout its existence and presents itself as an important instrument of the preservation policy in force since 2007. **KEYWORDS:** railway assets; inventory; preservation; documentation.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise do Inventário de Bens Imóveis da Rede Ferroviária realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no estado do Piauí, instituição de preservação em âmbito federal, considerando-o como um documento importante sobre este patrimônio, cuja elaboração teve por finalidade identificar, conhecer e proteger seus bens em nome da preservação da memória ferroviária. É, portanto, produto de um determinado contexto, época e interesses institucional, social e político.

Interessa verificar em que medida este inventário contribui para o conhecimento do patrimônio ferroviário como objeto sistêmico, cuja seleção e preservação deve se dar através da apreensão adequada da “natureza específica dos bens ferroviários estruturados em rede, de maneira a preservar aquilo que se constitui sua própria essência – sua systemicidade e sua funcionalidade”, conforme contribuição de Freire (2015, p.13) sobre esse patrimônio.

Essa abordagem faz parte da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em que a investigação sobre o patrimônio ferroviário se voltou para os aspectos funcionais, compreendendo que há uma lógica funcional que articula suas estruturas e bens, que por sua vez, expressam os valores deste patrimônio.

Para chegar ao contexto que fomentou a realização do inventário dos bens ferroviários em todo o país fez-se um rápido panorama sobre como este instrumento fora assumindo um papel cada vez maior e mais relevante na preservação do patrimônio cultural no Brasil.

No glossário disponibilizado pelo Iphan em sua página eletrônica consta o verbete Inventário, de acordo com este:

Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais.

Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. (MOTTA e REZENDE, 2016, p. 1)

Desde sua criação em 1937, o Iphan lança mão de inventários para o cumprimento de sua missão preservacionista, inicialmente voltado para os monumentos arquitetônicos e oriundos de iniciativas pontuais, ao longo do tempo fora incorporando outros objetos à medida que a concepção de patrimônio se ampliava na instituição.

Quando a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças políticas, iniciou, na década de 20, a luta pela proteção do nosso patrimônio cultural, ameaçado pelas reformas urbanas e por uma idéia simplista de modernização, luta que desembocaria na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, duas reivindicações complementares viriam à tona: inventariar, o que vale dizer, identificar e registrar as manifestações culturais para a história, e conservar os exemplares mais representativos para as gerações futuras. Estas duas idéias, nascidas gêmeas, seguiram caminhos distintos. (AZEVEDO, 1987, p. 82)

Esse comentário expressa como a prática da inventariação de bens de interesse de preservação foi adotada inicialmente em âmbito federal. De acordo com este autor a realização de inventários se confundiu com o tombamento, ou seja, foi aplicado somente a bens excepcionais, reduzindo-se, assim, a uma “atividade limitada e dependente” (Ibidem).

Na década de 1970, em razão de uma nova agenda política e institucional vinculada ao turismo como um vetor importante de valorização do patrimônio e desenvolvimento regional e sob uma nova atitude preservacionista (inspirada nas recomendações internacionais para a realização de inventários), se dissemina a ideia de inventariar os bens culturais no Brasil.

Com a Constituição Federal de 1988, que prevê em seu art. 216 que o poder público, juntamente com a sociedade, deverá promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de “**inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, grifo nosso), o uso do inventário como instrumento autônomo de proteção, complementar ao tombamento, ganha espaço nas discussões, mas sem alcançar efetivamente a prática de sua produção.

Apesar disto, o art. 216 ao estabelecer que constitui patrimônio cultural brasileiro os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988) acabou por contribuir para seu aprimoramento. Para Lia Motta e Maria Beatriz Rezende (2016, p. 3):

O novo enfoque sobre o universo de bens a ser identificado e valorado vem se somar à abordagem baseada em valores artísticos e históricos, tradicionalmente utilizada

no acautelamento dos bens de natureza material desde 1937. Assim, de uma só vez, a Constituição trouxe para a cena das práticas de preservação novos sujeitos, objetos e referências que devem estar presentes nos processos de identificação e de atribuição de valor aos bens como patrimônio cultural. Tais processos passaram assim a requerer procedimentos e metodologias de inventariação adequados à compreensão dos bens como detentores de referência cultural.

Porta (2012, p. 7) considera que o Instituto avançou de forma muito lenta em relação à renovação dos seus instrumentos de proteção. De acordo com a mesma, foi na década de “2000 que os princípios modernizadores estabelecidos pela Constituição de 1988 finalmente começaram a ser traduzidos em ação, trazendo diversas inovações para a política de preservação do patrimônio”.

Haveria, na ótica da instituição, uma nova perspectiva para os inventários, como uma ação de preservação enquanto registro e documentação e como instrumento de gestão, merecendo assim maiores investimentos. Mas, apesar desse maior interesse, a referida perspectiva não incluía sua adoção como instrumento próprio de acautelamento, como preconizado na Constituição, mantendo-se a tradição quanto aos objetivos para sua aplicação, promover o conhecimento sobre os bens (de natureza diversa) para subsidiar sua proteção e gestão por meio do arcabouço legal existente.

Deste, cita-se a Lei nº 11.483/2007 que não consiste em uma legislação voltada para o patrimônio cultural, mas que acabou por determinar os parâmetros para a política de preservação do patrimônio ferroviário brasileiro. É nesse contexto que se insere o inventário dos bens ferroviários.

2 | O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NO BRASIL E NO PIAUÍ

Com a liquidação e extinção da empresa responsável pela operação ferroviária no Brasil, a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), por meio da Lei de 2007 supracitada, os bens não alienados até aquele momento passaram para a tutela do governo federal, e, por sua condição de propriedade da União foi estabelecido aos órgãos do governo federal responsabilidades quanto à destinação dos bens remanescentes desta atividade, o que atingiu o Iphan.

De acordo com o artigo 9º deste diploma legal, ao Instituto é atribuído o dever de “receber e administrar os bens móveis e imóveis” advindos da atividade ferroviária considerados significativos para a preservação de sua memória por seus valores “artístico, histórico e cultural”, e, portanto, “zelar por sua guarda e manutenção”. (BRASIL, 2007)

Com base nas páginas eletrônicas do Iphan e do Ministério dos Transportes, e referências fornecidas por Cavalcanti *et al* (2012), os dados apresentados em 2007 pela extinta RFFSA davam conta de um acervo de aproximadamente: 52 mil bens imóveis, entre terrenos e edificações; além de cerca de 15 mil bens móveis (material rodante e acervo museográfico) classificados por esta empresa como de

valor histórico, compreendendo uma parcela dos 34.000 bens móveis localizados nos escritórios, almoxarifados, depósitos e pátios da recém extinta RFFSA, cujo número final permanece não contabilizado; e, ainda, 31.400 metros lineares de acervo documental, 118.000 desenhos técnicos, 74.000 itens bibliográficos.

Em razão da vastidão desse acervo e das obrigações estabelecidas inaugura-se no Iphan um novo momento em relação à conservação e proteção do patrimônio ferroviário. E a exemplo dos países europeus pioneiros na preservação do patrimônio industrial, contexto em que se insere o ferroviário, o passo inicial para ampliação do conhecimento sobre o acervo da extinta RFFSA foi a realização de inventários, o que ocorreu em todo o Brasil entre os anos de 2008 e 2009 por iniciativa do Iphan por meio de suas superintendências.

De forma geral, o inventário dos Bens Imóveis da Rede Ferroviária Federal consistiu em uma pesquisa de caráter historiográfico e na identificação *in loco* da sua arquitetura e obras de arte de engenharia (pontes, pontilhões, túneis, caixas d'água, entre outros). Teve por objetivo a produção de informações sistematizadas sobre as características físicas do acervo remanescente da atividade ferroviária, com informações cadastrais e fotográficas; localização; além das condições de uso e conservação dos imóveis, de modo a promover sua documentação e a subsidiar o Instituto na seleção dos bens considerados significativos para preservação da memória ferroviária.

Importante ressaltar em razão das obrigações estabelecidas na Lei de 2007 questões importantes precisaram ser resolvidas pelo Iphan para a conservação do acervo ferroviário: a propriedade dos bens, a adoção de um instrumento de proteção compatível a um acervo de grandes proporções e que cortava fronteiras físicas e administrativas, e a sua efetiva conservação.

Para este órgão, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário instituída por meio da Portaria nº 407/10 constituiu-se nesse novo instrumento e em uma resposta a estas questões. Mas, diferentemente do tombamento, a seleção e reconhecimento dos bens ferroviários como patrimônio cultural passou a ser vinculada não só à identificação de seus valores culturais, mas, também, à definição de sua destinação: “assim, a preservação dos bens ferroviários atrelada à reutilização é o que define a aplicabilidade desse novo instrumento sobre o patrimônio ferroviário”, percepção de Santos (2015, p. 65) compartilhada por esta pesquisadora

A partir da análise dos itens que compõem o referido procedimento de investigação e levantamento dos bens ferroviários, nota-se que as três questões acima permearam a elaboração deste inventário pelo Iphan. Além dos aspectos físicos, o inventário dos bens ferroviários também buscou identificar a situação dos imóveis quanto à sua condição de uso e ocupação, requisitos fundamentais para o cumprimento da Lei nº 11.483/2007.

O inventário realizado pela superintendência do órgão no Piauí é objeto de interesse por considerar que o mesmo pode revelar muito sobre o acervo ferroviário desse estado e, principalmente, sobre sua preservação. Neste estado a ferrovia legou

um acervo relativamente pequeno de bens imóveis, compreendido por edificações isoladas ou conjuntos arquitetônicos, equipamentos e supraestruturas vinculados à atividade operacional, como estações, armazéns, oficinas, pontes e caixa d'água; e edificações de caráter social, como vilas, residências e clubes.

Devido a limitações financeiras e de pessoal, e sobremaneira, ao processo de maturação pelo Iphan quanto à definição das informações e padrão que deveriam compor o inventário nacional dos bens ferroviários, no Piauí sua realização se deu através de duas ações. A primeira, em 2008, compreendeu uma pesquisa histórica e a identificação do acervo *in loco* a partir dos dados publicizados pela extinta RFFSA e sua Inventariança, o que possibilitou, não só um primeiro contato com bens localizados ao longo da malha ferroviária no estado, como também o conhecimento sobre sua organização espacial e administrativa.

Para este inventário foi adotado um conjunto de fichas fornecido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), localizado na sede da instituição em Brasília, produzido especificamente para os bens ferroviários e encaminhado às superintendências para respectiva adoção. Compunha o mesmo: Ficha 01 – Listagem geral; Ficha 02 – Ficha índice; Ficha 03 – Planilha tabulação de dados; Ficha 04 – Ficha síntese; Ficha 05 – Registro Fotográfico; Ficha 06 – Registro Gráfico; e um Relatório Síntese com a pesquisa histórica sobre a malha ferroviária do Piauí.

Um dos aspectos importantes dessa documentação é a presença de planilhas referentes à organização da malha ferroviária e disposição de seus bens imóveis em relação à linha/ramal, os municípios, e a identificação dos bens em conformidade com a tipologia ferroviária, sendo este o ponto de partida para o processo de cadastramento das informações (Listagem geral; Ficha índice; Planilha tabulação de dados).

Nesse primeiro momento, a ficha referente à identificação dos bens imóveis consistia quase que em um arrolamento, uma vez que se apresentava de forma bastante simplificada, contendo imagem do imóvel, itens referentes à caracterização tipológica, identificação e localização do imóvel, seu estado de conservação e preservação, e itens interessados nos usos pretéritos, atual e futuro do mesmo, sua proteção e valor cultural. Importante destacar esses últimos itens, pois na ficha deveria ser assinalada a existência ou não do valor cultural do imóvel e a proteção proposta para o mesmo.

		Patrimônio Ferroviário do Piauí		19ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	
LINHA/ RAMAL		LINHA 1		CÓD. BI.01.005.e	
MUNICÍPIO	Altos				
DENOMINAÇÃO	Caixa D'água				
ENDEREÇO	Rua José Olindo				
PROPRIETÁRIO	Provavelmente CFN – Companhia Ferroviária do Nordeste.				
TIPOLOGIA	Vernacular	VALOR CULTURAL?		[] sim [x] não	
FORMA CONJUNTO?	[x] sim [] não	POSSUI VIGILÂNCIA?		[] sim [x] não	
USO ORIGINAL	Caixa D'água	USO ATUAL		Caixa D'água	
EXISTE INTERESSE LOCAL NA UTILIZAÇÃO DO BEM?		[x] sim [] não			
POSSUI BENS MÓVEIS, INTEGRADOS OU ACERVO DOCUMENTAL?		[] sim [x] não			
QUE TIPO?					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO		[] bom [x] regular [] precário [] em ruínas			
NÍVEL DE PRESERVAÇÃO		[] íntegro [x] modificado [] totalmente alterado			
COORDENADAS GPS E OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		ZONA	ESTE	NORTE	ALTITUDE DATA
		23M	781914,2	9443363,9	178,209 10/1/2008
		PT 24 às 09h32min. Intervenção com novas instalações hidráulicas – canos.			
PROTEÇÃO EXISTENTE		Não	PROTEÇÃO PROPOSTA		Não
		DATA		08/01/2008	
		TÉCNICO RESPONSÁVEL			



Fig. 1_ Ficha individual do Inventário dos Bens Imóveis da Rede Ferroviária no Piauí.

Fonte: IPHAN, 2008.

Com a execução deste inventário verificou-se, não só no Piauí, mas também nos demais estados onde essa ação também se desenvolvia, que a atribuição de valor cultural apenas com base nos dados levantados se mostrava extremamente problemática. Que critérios deveriam nortear tal escolha? Quem devia fazê-la?

Este segundo questionamento também permeou as discussões internas à instituição posto que os inventários estavam sendo realizados por terceiros (empresas contratadas) e não pelos técnicos da instituição. Tal situação levou a reajustes na condução do inventário, cabendo sempre ao Iphan a manifestação quanto à identificação do valor cultural dos bens ferroviários, desse modo, este campo deveria permanecer vazio, cabendo à superintendência analisá-lo.

Além de um flagrante desconhecimento do patrimônio ferroviário e de suas especificidades, a presença desse item na ficha (a ser respondido com sim ou não) demonstra também que o inventário foi elaborado, de fato, com o fim de atender às demandas legais, sendo o conhecimento do acervo e de sua condição de uso o caminho para atingir tal objetivo.

Embora este inventário possa ser caracterizado como um inventário nacional, não raro as superintendências promoveram alterações ou acréscimos às fichas elaboradas pelo Departamento, adaptando-as a seus interesses, condições locais e aos recursos financeiros disponíveis. No Piauí foi acrescida a ficha para o registro gráfico e a pesquisa histórica se restringiu aos acervos localizados no estado e aos disponibilizados na rede mundial de computadores, o que limitou o acesso às fontes

primárias e a qualidade da pesquisa.

A segunda etapa do inventário no Piauí realizada no ano seguinte (2009) partiu dos dados já levantados, ampliou a identificação *in loco* dos bens remanescentes da rede e incorporou um novo conjunto de fichas de cadastramento dos imóveis também definido pelo DEPAM e compartilhado com as superintendências. Compreendia: Ficha 01 - Listagem geral; Ficha 02 - Síntese da Linha; Ficha 03 - Ficha de Campo Individual para Bens Imóveis; Ficha 04 - Planilha de Tabulação de Dados, e; Ficha 05 - Ficha de registro fotográfico.

As alterações mais significativas se deram na ficha individual que passou a conter mais itens relacionados à caracterização física; manteve itens relativos aos usos e interesse de uso do mesmo, visto que estas informações continuaram pertinentes para a decisão institucional de valoração ou não do imóvel; mas alterou a forma de apresentação dessa manifestação.

Esta deveria ser apresentada pelo IPHAN por meio do preenchimento de campos exclusivos para a instituição na Planilha de Tabulação de Dados. Ou seja, saía da ficha de campo, mas mantinha-se a idéia da decisão da superintendência sobre a valoração do imóvel por meio de um campo a assinalar com sim ou não.

Tal solução ajuda a entender a percepção de Prochnow (2014) de que a Lei nº 11.483/07 visava atender a um patrimônio em massa e que o Iphan, de algum modo, incorporou esta leitura em seus instrumentos de conhecimento e proteção, sem maiores questionamentos conceituais. Desse modo, embora a política de preservação dos bens ferroviários estivesse se delineando com maior clareza na instituição, culminando com a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário em 2010, os itens que compunham esse inventário já apontavam claramente os caminhos a serem trilhados pela mesma.

As fichas utilizadas nesta segunda etapa de trabalho foram elaboradas no bojo do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), modelo mais de inventário instituído pelo Iphan para o conhecimento e gestão do patrimônio cultural. Da observação da organização das mesmas, em especial de suas planilhas iniciais, nota-se que há um rigor quanto à observância da lógica de implantação, identificação e seqüenciamento da malha ferroviária e de seus bens no território, preocupação presente desde o modelo anterior, caracterizando-se como um método ou procedimento para iniciar o processo de inventariação dos bens.

Esta organização indica a colaboração de técnicos vinculados à extinta RFFSA na elaboração do inventário, o que talvez tenha sido mais determinante para a feição desse documento que propriamente a metodologia definida pelo SICG, que ainda encontrava-se em construção e sobre o qual pairavam muitas dúvidas.

Em 2012 os dados das duas ações supracitadas foram organizados em documentação única, recebendo pequenas complementações e atualizações (sem alteração de conteúdo), unificação de dados, além da elaboração de um texto com a classificação tipológica dos bens inventariados.

Entre as atualizações é importante destacar a reorganização da sequência

dos bens imóveis em relação à malha, necessária em razão da unificação feita com base em dados diretos da extinta RFFSA. Campos não preenchidos nos inventários anteriores permaneceram vazios e a planilha de Tabulação de Dados fora suprimida nessa nova organização.

Desse modo o inventário da rede ferroviária do Piauí passou a ser composto pelo seguinte conjunto de fichas - Listagem geral, Ficha com mapa do município e linha ferroviária; Ficha individual para bens imóveis, Ficha individual de registro fotográfico (imagens atualizadas), e Ficha individual de registro gráfico, mantendo o modelo de 2009 -, relatório contendo a análise tipológica dos bens imóveis e a síntese histórica, cujo teor constava na ficha Síntese da Linha. Tudo reunido em quatro volumes sob o título *Inventário do Patrimônio Ferroviário do Piauí: bens imóveis*.

Com essa sistematização, o acervo identificado e inventariado no Piauí perfaz um total de 179 edificações, equipamentos de apoio (poço, caixa d'água, subestação, casa de bomba) e obras de arte de engenharia (pontes e bueiros), localizados nas três linhas e um ramal que compõem sua malha ferroviária. Destaca-se que este número é maior, pois as vilas foram identificadas em uma única ficha, sendo possível conhecer o número de edificações que as compõe através dos campos de descrição da área/conjunto e do código da RFFSA com a identificação de cada edificação. No entanto, esse último aparece em poucas fichas e na descrição nem sempre é informada a quantidade de edificações, a ficha de registro fotográfico também auxilia nessa verificação.

Com o desenvolvimento do inventário ferroviário desde 2007, nota-se uma complexidade maior na sua realização. A versão atual e completa do mesmo, ficha M306 do módulo Cadastro do SICG, disponibilizada no sistema interno da página eletrônica do órgão, possibilita uma melhor incorporação e articulação das informações relacionadas aos contextos históricos, econômicos e sociais em relação às primeiras experiências, seu objetivo se manteve fiel aos dos inventários anteriores.

3 | ANÁLISE DO INVENTÁRIO DOS BENS IMÓVEIS DA REDE FERROVIÁRIA DO PIAUÍ

Entende-se, inicialmente, que este documento se enquadra no rol dos inventários de conhecimento desenvolvidos pela instituição ao longo de sua existência e se apresenta como importante instrumento da política de preservação vigente. Essa avaliação se deve, particularmente, aos itens que compõem o inventário, definidos, como visto acima, para subsidiar a ação institucional.

Estes podem ser caracterizados em três tipos: o primeiro voltado para o conhecimento da malha ferroviária e das características físicas dos seus bens imóveis; o segundo, para o estado de conservação e preservação dos mesmos; e o terceiro,

para os usos existentes e possíveis interessados nos bens inventariados. A análise a seguir explora como a organização do inventário e os itens referentes a cada um dos tipos identificados colaboram para o conhecimento do patrimônio ferroviário e suas especificidades.

3.1 A malha ferroviária e seus bens imóveis

Um primeiro aspecto refere-se à organização do inventário, este é iniciado com os relatórios contendo a *Síntese histórica*, *Análise tipológica* e *Listagem geral* dos bens imóveis - Volume 01, seguido dos volumes que reúnem as informações sobre cada imóvel individualmente, com a seguinte sequência: *Mapa do trecho da linha/município correspondente*, *Ficha individual*, *Fichas de registro gráfico e fotográfico*.

Na ficha individual o imóvel é identificado pelo código gerado na Listagem geral, conforme fig.02. Parte-se, portanto, de informações gerais (voltadas para a identificação da malha) às específicas (características físicas, imagens e desenhos), esta organização possibilita uma apreensão da organização da atividade ferroviária quanto à definição da estrutura necessária para fazer funcionar esse sistema de transporte, como também auxilia na localização dos bens ao longo da malha implantada.

CÓDIGO							KM		DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO
UF	LINHA Lxxx	RAMAL Rxxx	SUB- RAMAL Sxxx	MUNICÍPIO Mxxx	TIPO	NÚMERO DE ORDEM	REF. SÃO LUÍS. MA	REF. LUÍS CORREIA. PI		
PI	L01	R00	S00	M01	a	01	806,518	2,500	Estação	Luís Correa / Atalaia
PI	L01	R00	S00	M01	a	02	804,018	0,0	Estação	Luís Correa / Sede

Fig. 2. Detalhe da Ficha – Listagem Geral.

Fonte: IPHAN, 2012.

Com base na Listagem geral é possível perceber padrões na implantação dessa malha ferroviária, sendo recorrentes: o ponto de embarque/desembarque (estação ou parada) + moradia (vilas ou edificações isoladas) + equipamentos de apoio (casa de bomba, caixa d'água e poço), com pequenas variações nesse arranjo; a estação ou parada isoladas; e combinações dos pontos de embarque/desembarque + equipamentos ou moradias + equipamentos.

Conjuntos mais complexos, compostos também por edificações para armazenagem, garagem, administração e manutenção foram implantados apenas nos centros urbanos de maior porte como: Teresina (capital), Parnaíba e Piri-piri, todos na linha 01, e no entroncamento de linhas, na cidade Altos. O grande número de estações e de vilas ferroviárias seguido pelas casas de bomba e caixas d'água (equipamentos de apoio) é bastante revelador das estruturas, organização espacial e equipamentos necessários para o funcionamento da atividade ferroviária no Piauí.

Em levantamento quantitativo realizado por esta pesquisadora, foram identificadas 32 estações e 29 vilas, 32 caixas d'água e 18 casas de bomba sob os arranjos

supracitados. A predominância das estações e vilas em relação às demais tipologias indica não só a movimentação e demanda existentes por embarques e desembarques, mas também a necessidade de manter trabalhadores próximos aos postos de trabalho, e que a maioria destes trabalhadores era de qualificação intermediária ou baixa na hierarquia ferroviária.

Em relação às características físicas reunidas na ficha individual, destaca-se os seguintes itens: *localização* em relação à malha ferroviária; *tipo de bem* de acordo com o uso original; *data de construção*; *identificação do imóvel* conforme controle patrimonial pela antiga RFFSA; *caracterização do imóvel* com seis campos referentes à sua estrutura e materiais; *condições de operação da linha/ramal* e se o *imóvel faz parte de conjunto ferroviário*.

Este conjunto de dados permite caracterizar as tipologias edilícias e sua hierarquia, e as características estilísticas da arquitetura ferroviária produzida no Piauí, inclusive quanto aos momentos distintos de implantação e ampliação da malha, podendo subsidiar outras análises interessantes sobre esta arquitetura, a exemplo da relação entre o estilo ferroviário e as fases por que passou o sistema até sua desativação. O relatório com a análise tipológica dos bens imóveis (Volume 01) fora produzido a partir dos dados inventário e fornece uma síntese interessante sobre sua arquitetura, de acordo com o mesmo:

No Piauí, a produção desse o acervo não foi diferente. A rede ferroviária é marcada pelas categorias tipológicas evidenciadas na lógica estética da industrialização, desenvolvimento tecnológico, racionalização e mecanização das atividades produtivas, então difundidas em todos os complexos espalhados pelo Brasil. (IPHAN, 2012, s.p.)

Na pesquisa histórica que acompanha o inventário (Volume 01) consta um breve histórico de algumas cidades cortadas pela linha do trem, de acordo com o documento este fora organizado por “ordem cronológica e espacial da construção das linhas, para o conhecimento das características e especificidades locais, como uma aproximação dos territórios que foram diretamente influenciados, [...], pela passagem do trem” (IPHAN, 2012, p. 44).

Aparentemente seria estabelecida uma relação de caráter histórico entre os municípios e a ferrovia, no entanto, este breve histórico não aborda propriamente as influências da passagem do trem como enunciado, mas apenas os dados administrativos, geográficos e históricos fornecidos pelo IBGE em 2007. As referências à ferrovia se limitam à identificação do município criado em decorrência desta e às imagens que acompanham o texto. Portanto, não colabora para um maior conhecimento dos reflexos sociais e urbanos da rede no Piauí, claramente marcada por dois grandes momentos, o primeiro referente à sua implantação e funcionamento, e o segundo à sua desativação e abandono.

Quanto à relação entre os imóveis inventariados, é fundamental que o inventário

possibilite essa apreensão, por meio do item que questiona se o mesmo faz parte de conjunto ferroviário associado ao campo de descrição do conjunto e área e às demais fichas (registro gráfico e fotográfico) é possível fazer uma leitura parcial, apesar das lacunas no preenchimento de alguns destes campos, visto que a descrição é muito sucinta.

3.2 Estado de conservação e preservação dos bens imóveis

Os campos referentes ao estado de conservação e preservação dos bens imóveis, presentes na ficha individual, permitem duas análises importantes: a primeira sobre como este acervo chegou à atualidade, e a segunda sobre a seleção dos bens a compor a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário em nome da preservação da memória ferroviária. A partir destes dados é possível lançar luz sobre a trajetória da ferrovia e traçar um panorama do processo de desmonte de seus bens imóveis.

De acordo com Telma de Barros Correia (2010, p. 7), em seu estudo sobre o processo de desmonte dos conjuntos residenciais vinculados à atividade fabril, este assume formas diversas:

Pode ser total ou parcial (atingindo apenas algumas áreas ou categorias de trabalhadores); pode ser progressivo ou rápido; pode implicar ou não na destruição física ou numa descaracterização ampla das construções; os equipamentos de uso coletivo podem ser terceirizados, repassados para o Estado, fechados ou terem os prédios que os abrigavam vendidos ou demolidos; as moradias podem ser vendidas, alugadas ou demolidas.

Esta caracterização é interessante e pode auxiliar no entendimento de como o lento processo de desativação e abandono da rede ferroviária do Piauí afetou e continua afetando seu acervo, levando a perdas materiais e, conseqüentemente, a uma maior dificuldade na apreensão desses bens como partes de um conjunto. Esta condição, por sua vez, tem uma relação direta com a política de preservação vigente, fundamentada na necessidade de encontrar um uso para os imóveis ferroviários.

O inventário ao trazer esses dados permite essa avaliação. Da análise preliminar deste documento, verifica-se que grande parte das edificações encontra-se em estado de conservação regular ou precário, o que dificulta a captação de parceiros para assumir juntamente com o Iphan as responsabilidades sobre esse patrimônio.

A segunda análise parte do entendimento de que o estado de conservação (que considera os níveis de degradação dos materiais e sistema construtivo do imóvel) e o de preservação (que observa a permanência ou não dos elementos que o define como bem ferroviário), contidos no inventário, auxiliam o Iphan na caracterização das condições de integridade e autenticidade desse acervo, aspectos fundamentais para seleção dos bens a proteger.

Desse modo, este conhecimento sobre a condição física dos bens inventariados configura-se como de grande relevância por influenciar a instituição quando de

sua decisão sobre a inclusão ou não dos bens na referida Lista, para o que foram estabelecidos os seguintes critérios pela Portaria, art. 4º:

I - Que apresentem correlação com fatos e contextos históricos ou culturais relevantes, inclusive ciclos econômicos, movimentos e eventos sociais, processos de ocupação e desenvolvimento do País, de seus Estados ou Regiões, bem como com seus agentes sociais marcantes;

II - Portadores de valor artístico, tecnológico ou científico, especialmente aqueles relacionados diretamente com a evolução tecnológica ou com as principais tipologias empregadas no Brasil a partir de meados do século XIX até a década de 1970;

III - Cujo intuito de valoração cultural seja objeto de manifestação individual ou coletiva de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, desde que devidamente justificada, podendo ser, inclusive, motivada por seu valor simbólico. (IPHAN, 2010)

O item *estado de preservação*, subsidiado e associado aos da *caracterização física*, torna-se, portanto, de suma importância para esta avaliação, em especial dos valores artístico, tecnológico ou científico destacados no item II da Portaria acima. Entretanto, ao se considerar a incapacidade financeira e de pessoal do Iphan para reverter o quadro de contínua degradação dos imóveis ferroviários, as informações sobre o *estado de conservação* é que se colocam como determinantes para essa escolha.

A análise do *estado de conservação* em conjunto com o item referente ao *interesse na utilização dos imóveis* pode também oferecer uma avaliação prospectiva sobre a viabilidade da recuperação dos bens ferroviários no bojo da política de preservação vigente, o que toca especialmente edificações e equipamentos, hoje inservíveis.

3.3 Usos existentes e futuros para os bens inventariados

Quanto à terceira ordem de informações relacionadas à: *existência de interesse local* na utilização dos bens ferroviários com a *identificação de usuário/posse/concessão atual ou de órgão/instituição* com interesse, além da identificação de *existência de vigilância*, contidas na ficha individual, esta fornece subsídios sobre as condições de ocupação e interesse de uso dos bens no momento da realização do inventário.

Nota-se que desde a primeira iniciativa voltada para o conhecimento dos bens ferroviários, em 2008, já se buscava identificar possíveis parceiros para a gestão dos imóveis, esses itens são, portanto, de suma importância por alimentar a política preservacionista em curso.

Santos (2015), em sua análise do Inventário, verificou que o maior número de informações sobre manifestação de interesse de reutilização dos imóveis ferroviários recaía sobre os pontos de embarque e desembarque, mesmo quando estes compunham um conjunto, segundo a mesma somente as estações apresentavam melhores perspectivas de utilização futura.

Por outro lado, observa-se que a indicação dos possíveis interessados no inventário restringiu-se às instituições, em nenhuma ficha consta os moradores ou ocupantes dos imóveis como possíveis interessados, mesmo se tratado de edificações de função residencial e ocupadas. Ou seja, não se considerou o interesse destes moradores em permanecer no local ou em regularizar sua situação de ocupante ou posseiro de propriedade da União.

Tal lacuna, ao mesmo tempo em que reflete a política de preservação vigente e um olhar institucional direcionado para a definição da destinação dos imóveis nos termos da Lei, revela o desconhecimento do potencial de recuperação dos bens ferroviários por meio da moradia. Nesse sentido o inventário peca ao não apresentar informações sobre esses ocupantes dos bens ferroviários.

Apesar das situações muito distintas quanto à regularidade da posse e estado de conservação, o inventário informa que boa parte das edificações residenciais continua em uso, ou seja, sua função se mantém mesmo com a obsolescência do sistema que levou à sua construção. A grande quantidade de edificações residenciais e a identificação no inventário de estações ocupadas para esta finalidade também apontam, pois, para um caminho pouco explorado.

Tal constatação é de suma importância, pois demonstra o caráter limitado das informações desse item do inventário, não devendo o mesmo ser tomado isoladamente para mensurar um aparente desinteresse por esse patrimônio.

Desse modo, o aparente maior interesse pelas estações aliado ao direcionamento dado pela política de preservação dos bens ferroviários à resolução da destinação por meio de sua cessão a instituições acaba por estimular a invisibilidade de outras estruturas ferroviárias, cujas funções, ou não fazem mais sentido atualmente, como pontes, armazéns, caixa d'água; ou permanecem ativas, mas com o rompimento dos vínculos de trabalho e sociais que justificaram sua existência, seu uso se dá sem o devido acompanhamento e regularização dos órgãos envolvidos, caso das edificações residenciais, constituindo-se, assim, em grandes desafios para a preservação do patrimônio ferroviário. Conforme Freire (2015, p. 29)

Não restam dúvidas que as estações são relevantes como símbolo materializado das memórias individuais e coletivas, contudo, elas sozinhas não expressam a importância que as ferrovias exerceram no desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural de uma região ou de um País.

Nesse sentido, o inventário ao não trazer informações sobre o contexto urbano e social em que o acervo ferroviário se insere, deixa de oferecer uma leitura mais completa desse patrimônio. O que se torna mais evidente ao observar os critérios previstos na Portaria para inclusão de bens móveis e imóveis na Lista, citados acima, os valores simbólicos vinculados à apropriação desses bens pela sociedade local não aparecem no inventário, esta somente é consultada para indicação de instituição interessada no uso e gestão dos bens, aspecto de caráter político.

4 | CONCLUSÃO

Recuperando a contribuição de Motta e Rezende (2016, p. 33), para as mesmas o objetivo dos inventários após a Constituição de 1988 é “garantir o direito ao conhecimento e à identificação dos bens para permitir o discernimento sobre a sua proteção e promoção e para a guarda dos dados e informações resultantes desses trabalhos”. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que o inventário dos bens ferroviários mostrou-se essencial para o conhecimento da vastidão, características e qualidades físicas do acervo ferroviário no Brasil e Piauí; e atende a política em curso.

Por outro lado, tomando como referência as noções mais recentes sobre patrimônio industrial, pode-se também avaliar o mesmo como insuficiente no que se refere à apreensão dos atributos definidores do patrimônio ferroviário.

Kühl (1998), estudiosa do patrimônio industrial, no qual se insere o ferroviário, chama a atenção que, além do inventário, é importante conhecer a atividade industrial, identificar seu processo produtivo, etapas de implantação, sua linguagem arquitetônica, bem como as relações sociais e urbanas estabelecidas ao longo do tempo. De acordo com a mesma, tais aspectos compõem a identidade funcional de um bem ou conjunto industrial, e são fundamentais para a apreensão dos atributos e valores que deverão guiar sua conservação.

Na análise realizada, nota-se que a identificação e apreensão desses atributos não foram objeto de maior atenção tanto na elaboração do inventário quanto na sua aplicação, uma avaliação possível é a de que sua realização imediatamente após a publicação da Lei de 2007 acabou por refletir a pouca familiaridade da instituição e seus técnicos com esse patrimônio, e, fundamentalmente, uma preocupação com sua conservação.

Desse modo, a considerar o patrimônio ferroviário como um objeto complexo e sispêmico por compreender estruturas com funções diferenciadas, organização espacial e relações de trabalho específicas, todos definidos a partir de uma lógica de funcionamento do sistema, cujos vínculos sociais e urbanos e significados culturais estabelecidos ao longo do tempo são fundamentais, avalia-se que o inventário oferece uma leitura incompleta sobre o patrimônio, cuja memória se propuna a proteger

O mesmo dá conta da sua configuração física, mas não alcança as relações de natureza social, urbana ou as relações técnicas e de trabalho que também contribuem para dar significado a seus bens. A partir do conhecimento de seu processo de elaboração e aplicação no Piauí, entende-se que o mesmo não fora pensado para revelar os vínculos supracitados e, sim, para conhecer a vastidão do espólio ferroviário, cujo conhecimento de sua arquitetura fora o primeiro passo, devendo ter continuidade.

Para Kühl (1998, p. 310), o “intuito é preservar esse legado [industrial] em seu conjunto, através de uma política coerente e conseqüente e não apenas com atitudes

isoladas, apesar de bastante louváveis, para se salvar edificações *in extremis*”.

Por todo o exposto, essa assertiva se aplica ao patrimônio ferroviário, e em certa medida, ao seu inventário, uma vez que este serve de instrumento para uma proteção parcial e que não dá conta da riqueza e qualidades desse patrimônio. Riqueza esta que ultrapassou fronteiras, construiu outras e estabeleceu vínculos econômicos, sociais e culturais em todos os territórios cortados pela linha férrea.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, p. 82-87, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Dispõe sobre o Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos da sociedade. Brasília. DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02. fev. 2017.

_____. **Lei nº 11.483**, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 05 de junho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 mai.2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm>. Acesso em 01. 11. 2016.

CAVALCANTI NETO, J. R.; CARNEIRO, F. G.; GIANNECCHINI, A. C. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. In: **VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial**. 2012. s.p.

CORREIA, Telma de Barros. **Patrimônio industrial e agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais**. In.: Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial. São Carlos, p.19-22, out. 2010. Disponível em:< http://www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma_de_Barros_Correia.pdf >. Acesso em: 11 jul. 2016.

FREIRE, Maria Emília Lopes. Patrimônio Ferroviário: **Por uma compreensão sistêmica de sua lógica funcional**, 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 407**, de 21 de dezembro de 2010. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM. Inventário do Patrimônio Ferroviário (instruções de preenchimento). Brasília, 2008.

_____. **Patrimônio Ferroviário do Piauí. Pesquisa sobre a Malha Ferroviária do Piauí**. Teresina: IPHAN/PI, 2012. Trabalho não publicado.

_____. Sistema integrado de conhecimento e gestão (SICG). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/intranet/montarPaginaSecao.o?id=14554&sigla>>. Acesso em: 06 de mar. 2017.

_____. **Patrimônio Ferroviário**. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>>. Acesso em 01.11.2016

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria de Cultura, 1998. 438p

MOTTA, Lia; **REZENDE**, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

PORTA, Paula. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: **diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PROCHNOW, Lucas Neves. O Iphan e o patrimônio ferroviário: **a memória ferroviária como instrumento de preservação**, 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Ana Camila Moura dos. Conjunto Floriópolis: **os desafios da patrimonialização dos bens remanescentes da extinta RFFSA no Piauí, 2015**. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, Rio Grande do Sul

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, Rio Grande do Sul

RESUMO: As edificações de uma cidade são componentes importantes no conjunto da formação do patrimônio histórico, que documentam a memória e os costumes de uma certa época. Pelotas, por ser considerada patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, é conhecida pelo valor de seus prédios. Portanto, estas edificações devem ser preservadas para garantir a continuidade da identidade e cultura da comunidade. O bem imóvel protegido por inventário agrega valor ao patrimônio já preservado da cidade, mostrando, assim, o crescimento e as fases da arquitetura pelotense. Este trabalho tem como objetivo apontar os motivos para que a edificação do colégio Instituto Estadual de Educação Assis Brasil seja preservada como patrimônio cultural através da medida de proteção de inventário.

O prédio da escola possui valor histórico, pois além de representar o período da arquitetura moderna, faz parte de um projeto-tipo para instituições de ensino do governo do Estado do Rio Grande do Sul. O presente trabalho aborda o surgimento e a disseminação do movimento de transição da arquitetura moderna em Pelotas e apresenta a temática das escolas padrão, e tem por metodologia a análise comparativa das características pontuais da edificação com as Leis Municipais N.º 4568/00 e N.º 5502/08, que pertencem ao Plano Diretor da cidade e classificam suas zonas de proteção e a relação de seu inventário, como também com o modelo de ficha do Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado (IPHAE).

PALAVRAS-CHAVE: Inventário; patrimônio; arte decô; escolas padrão.

ABSTRACT: The buildings of a city are important components in the formation of the historical patrimony, which document the memory and the customs of a certain epoch. Pelotas, because it is considered a national historical and artistic heritage and cultural heritage of the State of Rio Grande do Sul, is known for the value of these buildings. Therefore, these buildings must be preserved to ensure continuity of community identity and culture. The property protected by inventory adds value to the city's already preserved heritage, thus showing the growth

and phases of Pelotas architecture. This paper aims to indicate the reasons for the construction of the college Instituto Estadual de Educação Assis Brasil to be preserved as cultural heritage through the measure of inventory protection. The school building has historical value, as it represents the period of modern architecture, it is part of a standard project for educational institutions of the government of the State of Rio Grande do Sul. The present paper addresses the emergence and dissemination of the movement of transition of the modern architecture in Pelotas and presents the theme of the standard schools, and has by methodology the comparative analysis of the punctual characteristics of the building with the Municipal Laws N° 4568/00 and No. 5502/08, that belong to the Master Plan of the city and classify their protection zones and the relation of their inventory, as well as with the template of the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State (IPHAE).

KEYWORDS: Inventory; patrimony; art deco; standard schools.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Pelotas é conhecida pelo valor de seus prédios históricos, os quais contam a história e evolução da cidade. Estas edificações são consideradas bens culturais e devem ser preservadas para continuarem sendo um marco de identidade e cultura para a comunidade. Pelotas é patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

O inventário é um instrumento de preservação do patrimônio cultural que tem como intenção preservar imóveis de valor histórico. Na cidade de Pelotas estes bens culturais são protegidos pela Lei Municipal 4568 de 07 de julho de 2000. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), que desenvolve ações de proteção ao patrimônio cultural, no ano de 2012 criou um sistema de rastreamento que busca através do levantamento de dados referentes a formas e expressões culturais facilitar o inventário de bens culturais do Estado.

Pelotas possui um acervo arquitetônico considerável representado pelas construções do período das charqueadas (no estilo luso-brasileiro) e suas edificações urbanas (na sua maioria de estilo eclético e protomodernismo/arte decô) cujo casco histórico, por seus valores culturais, possui grande potencial de desenvolvimento turístico. O bem inventariado agrega valor ao patrimônio já preservado da cidade mostrando, assim, o crescimento e as fases da arquitetura pelotense. O incentivo à proteção do patrimônio fomenta o turismo, trazendo benefícios e empregos em diversos setores econômicos da cidade. “O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados...” (LEMOS, 2009, p. 29).

O Instituto Estadual de Educação Assis Brasil (IEEAB) - escola estadual que atende à educação infantil, ao ensino fundamental, médio e magistério - foi fundado em 1942 em razão do anseio da sociedade por cultura e educação. O projeto da escola, considerado como um projeto-tipo, fez parte de um programa do governo estadual. Nos

anos 80 do século XX, por causa da demanda crescente de alunos o prédio passou por uma reforma, na qual foi alterada a sua volumetria original para atender às novas necessidades de espaços. Quanto à sua arquitetura o prédio da escola é classificado como arte decô e possui valor histórico e social, pois além de marcar um período de transição na arquitetura e conseqüentemente no desenvolvimento da cidade possui grande relevância referente à educação pública.

Este trabalho tem como objetivo apontar os motivos para que a edificação do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil seja preservada como patrimônio cultural através da medida de proteção de inventário. Com a finalidade de relacionar sua importância cultural e sua inserção no inventário de Pelotas estabelece-se como método a análise comparativa das características pontuais da edificação com a arquitetura moderna arte decô, como também analisa sua função social como bem cultural representativo da memória educacional através das Leis Municipais, N. ° 4568/00 que “Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas - ZPPCs - lista seus bens integrantes e dá outras providências” e a Lei N. ° 5502/08, que “institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências”. Assim como analisa sua relevância estadual através de seu cadastramento na ficha do Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado (IPHAE).

2 | MÉTODO

2.1 Objeto de Estudo

O Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, localizado na Rua Antônio dos Anjos, n. ° 396, na cidade de Pelotas, possui prédio com características arte decô, conforme figura 1. A escola foi fundada em 1929 e instalada no prédio atual em 1942, atende atualmente educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, magistério, técnico em magistério, ensino de jovens e adultos e educação de surdos, nos turnos diurno e noturno.



Figura 1– Instituto de Educação Assis Brasil

Fonte: 5ª Coordenadoria Regional de Educação - 05crepelotasrs.blogspot.com.br

2.2 Caracterização da edificação

Em razão da ambição por conhecimento do povo pelotense junto ao apoio das autoridades municipais e estaduais foi fundada em 1929 a Escola Complementar de Pelotas. A crescente demanda de alunos e ampliação dos serviços escolares oferecidos fez com que a escola tivesse que se instalar provisoriamente em prédios já existentes. Em 9 de março de 1942 a escola se instalou no atual prédio, o qual foi projetado de forma adequada ao uso com um bloco de três pavimentos e recebeu o nome de Instituto Estadual de Educação Assis Brasil.

O nome dado a escola foi em homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil, nascido em 1857 na cidade de São Gabriel (RS). Sua trajetória no meio acadêmico era motivo de prestígio e entusiasmo para a população Riograndense, iniciou seus estudos primários em sua cidade, migrando posteriormente para Pelotas e após para Porto Alegre, onde completou a aprendizagem. Foi em São Paulo, cursando bacharelado em direito, que começou a ter contato com a carreira política, em que defendia teses republicanas.

O projeto da edificação foi realizado pelo arquiteto João Baptista Pianca, formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, e executado pela construtora Haessler & Woebcke. Sua construção é considerada um modelo de projeto-tipo, na qual era adotada uma planta baixa padrão que recebia pequenas variações em sua fachada. A estrutura da edificação é composta por vigas e lajes em concreto armado com paredes em alvenaria portante, o que permitiu vãos internos maiores e a composição de pequenos terraços (MOURA, 2002, p. 59). Este tipo de construção admitia uma obra rápida e com baixo custo permitindo que todos os prédios institucionais, mesmo em localizações diferentes, fossem semelhantes.

Esta edificação foi a primeira a abandonar o esquema de planta em bloco compacto, sendo sua volumetria o ponto norteador, adotando o sistema de plantas ortogonais com eixos reguladores. Devido à tipologia padrão imposta pelo governo,

podemos encontrar edifícios com as mesmas semelhanças formais e compositivas em todo o estado do Rio Grande do Sul, como exemplo das volumetrias da Escola Estadual Silveira Martins, Bagé-RS (CHAVES, 2001, p. 98), e do Instituto Estadual de Educação João Neves da Fontoura, Cachoeira do Sul-RS. Cidades menores eram contempladas com a tipologia para 500 alunos como a Escola Joaquim Caetano, Jaguarão-RS (OLIVEIRA, 2005, p.46), e Escola Sete de Setembro, Camaquã-RS (SCHLEE, 1993, p.147).

Na década de 1980, com intuito de melhorar as instalações e o fluxo de acesso à escola para os estudantes, o prédio original passou por uma ampliação, a qual alterou parte da sua volumetria lateral. A obra contou com a construção de um volume de dois pavimentos com quatorze salas de aula, lanchonete, saguões e novos espaços para recreação. Na figura 2, podemos visualizar a volumetria original da escola, enquanto a figura 3 mostra a fachada lateral após a ampliação, onde atualmente encontram-se salas de aula para o ensino fundamental. A reforma, que ocorreu há mais de 30 anos marca um momento importante que representa o desenvolvimento da instituição e perante as instruções da Carta de Restauro de 6 de abril de 1972, anexo B, devem ser respeitados todos os elementos acrescentados e evitadas as intervenções de renovação ou reconstituição.



Figura 2 – Instituto de Educação Assis Brasil, volumetria lateral antes da reforma.

Fonte: Acervo da Biblioteca do colégio I.E.E.A.B.



Figura 3 – Instituto de Educação Assis Brasil, volumetria lateral depois da reforma.

Fonte: Da autora, 2017.

A edificação atualmente é formada por um conjunto de volumes, a figura 4 exhibe estes blocos representados por cores de acordo com seu uso. A cor creme identifica o prédio original onde se acomoda a parte administrativa, sala de professores, diretoria, biblioteca, lanchonete, auditório, laboratórios e salas de aula para ensino fundamental e médio. A cor azul escuro representa o espaço utilizado para salas de aula das séries iniciais do ensino fundamental, no volume azul claro encontra-se o ensino infantil, o refeitório é localizado pela cor vermelha, os blocos em verde são salas de audiovisual e magistério, a cor amarela demarca os ambientes relacionados ao esporte, como quadras poliesportivas, ginásio e sala de dança.

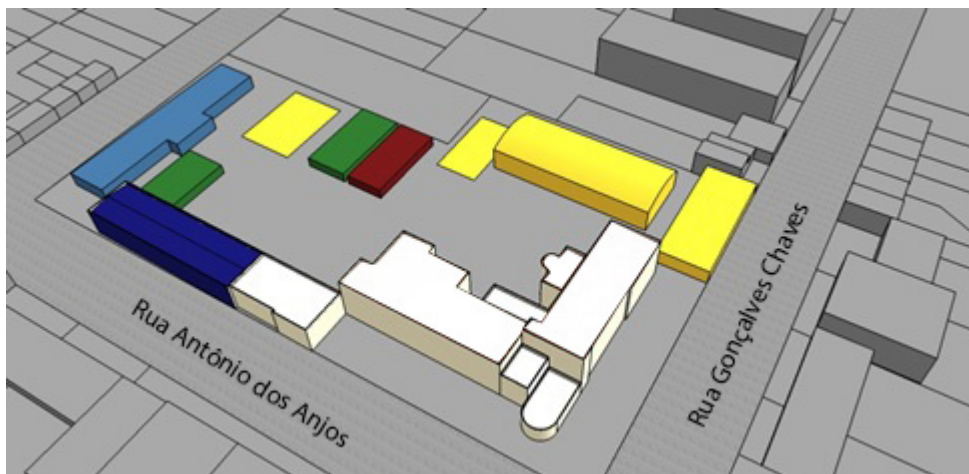


Figura 4 – Instituto de Educação Assis Brasil, volumetria 3D.

Fonte: Da autora, 2017.

A escola situa-se em um terreno de esquina entre as Ruas Gonçalves Chaves e Antônio dos Anjos, com coordenadas geográficas $31^{\circ}45'24''S$ e $52^{\circ}20'01''O$, e é propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Encontra-se em uma área de uso misto com predominância de uso residencial, o entorno é caracterizado por residências que possuem de 1 a 2 pavimentos. As calçadas são amplas, com maior predominância de

vegetações urbanas pela Rua Gonçalves Chaves, sendo que ambas as ruas possuem seus leitos asfaltados.

A instituição destacava-se pela quantidade de alunos matriculados, que no ano de 1980 contava com 2.135 alunos, pela grande área construída da edificação, pelo funcionamento durante três turnos e pela qualidade de ensino. Podemos notar a importância da escola para a sociedade devido à participação de populares e empresários nos eventos promovidos pelo educandário.

2.3 Nacionalização através das escolas padrão

A nacionalização do ensino nas escolas brasileiras tinha a intenção de introduzir o amor à pátria e a uniformização cultural aos imigrantes, ocorrendo no período 1937 – 1945 durante o período Governo Autoritário de Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, onde a maioria dos imigrantes era alemã, foram adotadas medidas preventivas que promoviam o patriotismo brasileiro como a parada da juventude, as caravanas nacionalistas, nomeações de professores, criação de novas unidades escolares, entre outras. Segundo Schlee, foi a vontade de “abrasileirar” os imigrantes que implicou a necessidade de o secretário estadual da educação criar uma rede de escolas públicas por todo o estado. (SCHLEE, 1993, p.140).

O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, dos ideais da nação e bem assim dos perigos que a acompanham, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino. (ROMANELLI, 1978, p.157) – Pronunciado de Gustavo Capanema

As primeiras décadas do século XX foram essenciais para o rumo da educação no Brasil. Após o período de expansão industrial e urbanização, houve o desenvolvimento econômico do país junto com mudanças nas relações do Estado com a sociedade e a expansão de novas camadas sociais. A educação vista como um instrumento de inserção social e propulsora do progresso, sofreu reformas. De forma que foi considerada pela constituição a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para a população.

A instalação de escolas complementares no Brasil deu-se nas primeiras décadas do século XX (AMARAL, 2007, p.19). O colégio IEEAB é um prédio que fez parte deste programa do governo estadual, e contou com o apoio de autoridades da época como o intendente municipal Dr. João Py Crespo, junto ao secretário do interior Dr. Osvaldo Aranha e ao presidente do governo estadual Getúlio Dorneles Vargas. A escola foi considerada um dos grandes investimentos das administrações municipal e estadual, tendo em vista que no período de sua criação, Pelotas passava por um momento difícil. (AMARAL, 2007, p.20).

As edificações construídas nesta época possuem algumas características

marcantes como os terraços e espaços recuados, os quais eram utilizados no momento de exaltação do hino nacional e em eventos de caráter cívico, e o mastro, no qual são hasteados bandeiras e estandartes. Estes elementos eram posicionados no ponto de maior destaque da construção para exaltar e afirmar a cultura patriótica. (SILVEIRA, 2012, p.159).

2.4 Caracterização da arte decô

O arte decô foi um movimento de transição da arquitetura, do rompimento entre a escola clássica e ascendência da arquitetura moderna, dos anos 30 até os anos 50. Segundo Weimer, o período eclético, anterior ao período moderno, teve uma de suas correntes denominada como arte decô, nomenclatura dada a partir de uma exposição realizada em Paris, por volta de 1968, a qual também é conhecida como protomodernismo. (GUNTER, 2010, p.10).

Conhecida pela simplicidade de concepção, quando comparada às vanguardas modernas da mesma época, possui características expressionistas com valorização das formas puras, simetrias localizadas ou em conjuntos, e arranjo de cheios e vazios. Considerada na época uma arquitetura inovadora a qual buscava novos métodos, programas e técnicas construtivas, tinha o intuito de otimizar a construção e assim, conforme Correia, oferecer acessibilidade a todas classes sociais. (CORREIA, 2010, p.14).

O Brasil possui diversos exemplares arte decô, onde se pode encontrar seu maior acervo nas cidades de Goiânia-GO e Rio de Janeiro-RJ. Os projetistas buscaram através desta fase da arquitetura modernizar suas obras para ganhar prestígio e reconhecimento nacional, difundindo-se em sua maioria em construções verticais de uso institucional, comercial e arranha-céus. O estilo sofreu diversas adequações tanto em tipologia quanto em materiais e técnicas construtivas, adaptando-se às manifestações regionalistas.

As construções seguiam formas pragmáticas, em que os pontos marcantes do arte decô são as plantas com espaços semicirculares que costumavam marcar as esquinas, o uso de janelas cantoneiras que eram utilizadas com a intenção de eliminar e diluir a massa construída, e as coberturas que foram desenvolvidas sobre a forma de terraços, elementos que podem ser percebidos no prédio em estudo e que podem ser visualizados na figura 01, já apresentada anteriormente. Apesar da simplificação dos elementos decorativos, ainda eram empregados elementos clássicos como colunas, óculos, frontões, capitéis, pilastras e platibanda nas construções. (CORREIA, 2010, p.14).

2.4.1. Caracterização da arte decô em Pelotas

As charqueadas foram a principal fonte de renda para a cidade de Pelotas, o

charque possibilitou o desenvolvimento e o enriquecimento dos proprietários de terra até o momento de abolição da escravatura que ocorreu em 1884. Com a ausência da mão de obra dos escravos a cidade iniciou um processo de industrialização, surgindo assim diversas fábricas. No final dos anos 30, com a estagnação da economia, houve a decadência das indústrias e o desenvolvimento do comércio e da educação.

A maioria das edificações passou a apresentar uma simplificação formal e uma eliminação de elementos ornamentais, o que indica a busca de uma arquitetura mais adaptada à situação econômica daquele momento. (SCHLEE, 1993, p. 207).

As primeiras manifestações do período arte decô na cidade de Pelotas são marcadas pelas construções da Justiça Federal e a agência de Correios e Telégrafos. Outro prédio que merece destaque é o Palácio do Comércio, projeto do arquiteto Fernando Corona no ano de 1938, que possui composição simples, grandes aberturas e como diferencial, à época, o sistema construtivo em concreto armado que permitiu sua esbeltes. As construções, em sua maioria de uso coletivo, fizeram parte de um programa de políticas públicas para difundir a modernidade através de modelos padronizados tanto em volumetria como na sua concepção formal. (GONSALES, 2015, p.67).

Com o intuito da nacionalização dos imigrantes e seus descendentes o secretário da educação do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Souza, criou uma rede de escolas públicas por todo o estado, em duas tipologias uma para mil e outra para quinhentos alunos. Entre as diversas instituições destaca-se a escola Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. O prédio do colégio, construído em 1942, pode ser classificado como arte decô devido a algumas características marcantes: platibanda cega com formas retas, cobertura com telha cerâmica, marcação horizontal acima das esquadrias, valorização da esquina, volumes geométricos e pouca ornamentação. O jogo de alturas nos seus volumes retos é interrompido por um volume circular, o equilíbrio das janelas é interrompido por formas circulares, as quais apresentam referência náutica. (SILVEIRA, 2012, p.158).

2.5 Medida de proteção – Inventário – Lei nº 4568/00 7 de julho de 2000.

O Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas é um instrumento de preservação do patrimônio cultural que tem como intenção proteger imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, ambiental, simbólico e de valor afetivo para a população, de possíveis descaracterizações e destruições. Para uma edificação ser preservada ela deve estar em uso constante e, se possível, estar atendendo ao seu programa original.

Em Pelotas, foi criado o Sistema Municipal de Preservação Cultural (SIMPAC), o qual buscou a preservação do patrimônio cultural da cidade, através da abordagem de temas como as formas de preservação, cadastro e classificação dos bens de valor

histórico, incentivos, restrições, avaliação do entorno e as novas inserções, entre outros. (ALMEIDA, 2006, p.102).

Após a criação deste sistema de preservação, foi elaborada a Lei 4568/00 de 07 de julho de 2000, em que são declaradas quatro Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC), especificadas de acordo com a formação e desenvolvimento urbano da cidade, e listou seus prédios integrantes. Atualmente, segundo cadastro da Secretaria de Cultura de Pelotas (SECULT), a cidade de Pelotas possui 1.700 imóveis inventariados, e conforme artigo 3º § 1º da Lei 4568, todos os bens integrantes da lista de inventário devem ter preservadas suas fachadas públicas, sua volumetria e devem ter respeitados os limites de intervenções nos prédios históricos.

Segundo a lista de relação de imóveis inventariados realizada pela Coordenadoria do patrimônio Cultural, encontrada no site da Prefeitura Municipal de Pelotas, podemos verificar que o imóvel objeto deste estudo não se encontra protegido pela lei municipal 4568/00.

O prédio pode ser considerado um representativo da arquitetura protomoderna/ arte decô na cidade de Pelotas e como, características que determinam a necessidade de proteção, podemos citar conforme artigo 65 do Plano Diretor da cidade:

I – Históricas: quando estão relacionadas a fatos ou períodos representativos da formação e desenvolvimento da cidade;

V - Práticas sociais – quando apresentam espaços relacionados a usos e atividades específicas e relevantes à identidade local da comunidade.

Segundo o mapa de zona de preservação do patrimônio cultural (ZPPC) do III Plano Diretor da cidade de Pelotas, pode-se observar que apesar do lote onde localiza-se a escola estar fora do limite da ZPPC encontra-se muito próximo desta limitação, conforme apresentado no site da Prefeitura Municipal da cidade. Entretanto o lote da escola encontra-se dentro da área de Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs) – Zona Norte, conforme artigo 72 do Plano Diretor, com delimitação e caracterização descritas a seguir:

I - FEIC - Patrimônio do Século XX: a) Delimitação: Rua Gonçalves Chaves, da Rua Dr. Amarante à Rua Antônio dos Anjos; incluem-se na área todos os lotes voltados para as vias limítrofes, excetuando-se o lote onde está localizado o prédio da antiga fábrica Lang, cadastrado sob o nº 3218 da referida rua.

O projeto de pesquisa “Inventário de Arquitetura Moderna em Pelotas”, que está sendo desenvolvido por um grupo de professores do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira – NEAB, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas em conjunto com a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal, tem como intuito a identificação e a sistematização dos exemplares da arquitetura arte decô. O estudo tem como embasamento o artigo 68 da Lei 5502/08 do III Plano diretor da cidade, o qual aponta diretrizes para as áreas especiais de interesse do ambiente cultural (AEIAC), no qual se encontra o item “cadastramento do patrimônio arquitetônico pré-moderno para inclusão no inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas”. A análise dos

bens foi realizada através de um recorte territorial, no período de 1930 a 1950, através da divisão em quatro categorias, tipologia, uso, associação e intenção compositiva. O inventário preliminar identificou 887 exemplares da arquitetura arte decô neste território, sendo apenas 5% deste total protegido pela legislação municipal. (GONSALES, 2013, p.14).

2.5.1 Cadastro IPHAE

O Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado (IPHAE) além de realizar ações de tombamento também desenvolve ações de proteção ao patrimônio cultural, como inventários e implementações de legislações municipais, através de parcerias com os municípios. Em 2012 foi criado o sistema de rastreamento cultural que busca através do levantamento de dados, referentes a formas e expressões culturais, facilitar o inventário de bens culturais do Estado, através da liberação de fichas e manuais para preenchimento. O site do IPHAE disponibiliza o download destas fichas e manuais. Para este estudo indica-se a ficha caracterizada como M01 – Bens edificados, a qual pede a descrição do imóvel a ser preservado, sua localização, o nome do proprietário, uso, valores do bem, caracterização do entorno imediato, entre outros.

3 | RESULTADOS

O prédio do IEEAB, que possui características do período moderno arte decô, marca uma época de desenvolvimento arquitetônico e educacional na cidade e possui grande importância social para a população. Localizado em uma área de Focos Especiais de Interesse Cultural, segundo o plano diretor da cidade, o edifício após receber a medida de proteção de inventário irá complementar o conjunto de bens de valor histórico da cidade de Pelotas, valorizando e reforçando os pontos turísticos da mesma. A ficha de cadastramento do IPHAE junto com a caracterização da edificação, já apresentadas acima, contemplam o levantamento de dados referentes às formas e expressões culturais necessárias para o pedido de inventário nos órgãos municipais. A edificação do IEEAB possui requisitos suficientes para ser incluída na lista de bens inventariados da Prefeitura Municipal de Pelotas.

4 | CONCLUSÃO

Os prédios inventariados na cidade são protegidos pela Lei 4568/00 de 07 de julho de 2000, a qual resguarda suas fachadas, volumetrias e delimita regras para as possíveis intervenções e descaracterizações, e aponta que quem descumprir os regulamentos previstos responderá as devidas penalidades.

O edifício do IEEAB é um exemplar que marca o desenvolvimento e a disseminação do vocabulário moderno na cidade. A preservação da escola está diretamente ligada

à preservação da história da cidade de Pelotas, em que se valorizam questões culturais e sociais, para assim obter-se possíveis desenvolvimentos na área do turismo, reforçando a ideia de cidade histórica, e na conscientização da importância de salvaguarda destes patrimônios com os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial**. Revista CPC. São Paulo: v.1, n.2, 2006.

AMARAL, Giana Lange; AMARAL, Gladys Lange. **Instituto de Educação Assis Brasil: entre memória e a história 1929-2006**. Pelotas: Seiva, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta do Restauro-1972**. Ministério de instrução pública. Governo da Itália. Circular nº 117.

CORREIA, Telma de Barros. **O Art Déco na Arquitetura Brasileira**. Dossiê Art Déco, Ano XII nº8. Goiás: Revista UFG, 2010.

CHAVES, M. Rita. **Arquitetura Moderna em Pelotas**. 2001. 179 páginas. Dissertação de Mestrado PROPAR, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2001.

GONSALES, Célia; et al. **Inventário da Arquitetura Moderna Art Déco: Motivos e Motivações para a preservação do patrimônio de Pelotas**. Encontro Internacional ArchiMemória. 2013.

GONSALES, Célia. **O Palácio de Fernando Corona em Pelotas: inovador, renovador, conservador**. Arquitetura revistas. Porto Alegre: v.11, n.2, 2015.

BRUNIERI, Celina M. **Guia básico para elaboração de referências bibliográficas segundo a ABNT**. Diagramação Ana C. Fagundes. São Paulo: UNIFESP, 2014.

GUNTER, Weimer. **O Conceito de Art Déco**. Dossiê Art Déco. Ano XII nº9. Goiás: Revista UFG, 2010.

HISTÓRICO resumido: **Instituto Estadual de Educação Assis Brasil 75º aniversário**. Pelotas: Pesquisa feita em consulta local na biblioteca do colégio IEEAB, 2017.

LEMOS, A.C. Carlos. **O que é patrimônio histórico**. 5th ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MOURA, G. R. Rosa Maria; SCHLEE, R. Andrey. **100 imagens da arquitetura pelotense**. Pelotas: Pallotti, 2002.

OLIVEIRA, Ana Lúcia; SEIBT, Maurício. **Programa de revitalização integrada de Jaguarão**. Pelotas: UFPel, 2005.

PACHECO, S. Luiza. **Instituto de Educação Olavo Bilac - contextualização e caracterização com os Institutos de Educação no interior gaúcho 19&20**. Volume VII nº3. Rio de Janeiro: 2012.

SCHLEE, R. Andrey. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. 1993. 222 páginas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1993.

SILVEIRA, P. JR. Antônio. **Referência, mídia e projeto: Compreendendo a estética da arquitetura protomodernista em Pelotas-RS**. 2012. 410 páginas. Dissertação de Mestrado PROGRAU, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2012.

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Universidad Nacional de La Plata
Argentina

Marina Xavier Carpena

Universidade Federal de Pelotas
Brasil

RESUMO: Este trabalho resulta da dissertação de Mestrado que procurou investigar as consequências da revitalização do Mercado Central de Pelotas (MCP), verificando seu impacto para os antigos e novos ocupantes que vivenciaram a mudança deste espaço público. Buscou-se analisar a ressignificação social que ocorreu após a revitalização do Mercado para os permissionários e frequentadores, levando-se em consideração os aspectos econômicos, sociais e culturais envolvidos. Ocorreram mudanças na estruturação das lojas internas do MCP e na parte externa com a criação do Largo Edmar Fetter, que repercutiram no comércio e nos frequentadores do local. Hoje, o Mercado Central é bastante procurado como um ponto turístico, cultural e de entretenimento, diferentemente do que ocorria antes da revitalização. A metodologia qualitativa contou com aplicação de entrevistas aos antigos e novos permissionários do MCP e ao Secretário de Desenvolvimento Econômico

e Turismo da cidade. Utilizou-se da aplicação de questionários aos atuais frequentadores do Mercado, bem como da análise de documentos e da técnica da fotografia que mostram as condições objetivas pelas quais se registra a revitalização do Mercado Central. Como embasamento teórico foram utilizados os conceitos de Revitalização da Carta de Lisboa (1995), Peixoto (2009) e Costa (2014), de espaço público dos autores Ângelo Serpa e Cerqueira (2013) e de gentrificação dos autores David Harvey, Sharon Zukin e Neil Smith.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização. Espaço Público. Ressignificação Social.

This work results from the dissertation of Master that sought to investigate the consequences of the revitalization of the Central Market of Pelotas (MCP), verifying its impact on old and new occupants who have experienced the change of this public space. Wanted to analyze the social resignification that occurred after the revitalization of the Market to the permission holders and goers, taking into consideration the economic, social and cultural aspects involved. There were changes in the structure of the indoor market shops and in the outdoor part with the creation of the “Edmar Fetter” square that reverberated in the commerce and in the goers of the place. Today, the Central Market is visited as a tourist, cultural and entertainment

point, differently from what occurred before the revitalization. A qualitative methodology brings the application of the interviews with former and new permission holders of the MCP and with the secretary of the Economic Development and Tourism of the city. The application of the interviews is used with the current market goers, as well as the analysis of the documents and of the photography technique that show the objective conditions by which the revitalization of the Central Market is registered. As the theoretical basis, the concepts of revitalization of the Lisbon Letter (1995), Peixoto (2009) and Costa (2014), the concepts of public space of Ângelo Serpa and Cerqueira (2013) and the concepts of gentrification of David Harvey, Sharon Zukin and Neil Smith were used.

KEYWORDS: Revitalization; Public space; Social resignification;

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é resultado de dissertação de Mestrado de Sociologia, cuja pesquisa tomou como objeto de estudo os reflexos da revitalização do Mercado Central de Pelotas, localizado no centro histórico, cultural e administrativo da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

Este estudo procurou observar quais os fenômenos sociais e culturais estão envolvidos no processo de revitalização do Mercado Central de Pelotas, acompanhado do Largo Edemar Fetter que foi construído no mesmo período das obras de reforma do Mercado e parte integrante do projeto de requalificação. Estes dois espaços públicos municipais despertaram interesse de estudo por se observar traços importantes de ressignificação social.

Construído em 1846, o Mercado Central ao contrário de muitos outros mercados, foi edificado em área central e não em zonas portuárias como de costume (SANTOS, 2014). Ele sempre se prestou ao comércio de todo tipo de produtos, como os rurais, caseiros, artesanais, pesqueiros, e outros vendidos a preços populares.

O Mercado Central foi tombado no ano de 1985 e fez parte do rol dos prédios que passariam pelo restauro, a partir da requalificação da área central de Pelotas, que contou com recursos do Programa Monumenta, dos Ministérios da Cultura e do Planejamento, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desenvolvido com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). O Mercado também contou com recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), criado pelo governo Federal no ano de 2007.¹

O Programa Monumenta tem como objetivo juntar a recuperação e preservação do patrimônio histórico com o desenvolvimento social e econômico, com o intuito de garantir a sustentabilidade dos bens tombados, gerando assim, recursos para que estes se mantenham conservados e com equilíbrio financeiro fruto das atividades

1 <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

desenvolvidas nestes locais.

A intervenção urbana decorre, na maioria das vezes, de decisões políticas, do poder público e setores do capital, favorecendo a especulação imobiliária e do capital financeiro e comercial. De acordo com Peixoto (2009), a recuperação física e ambiental ocorre especialmente nos centros históricos das cidades, pelo fato de que este tecido urbano é formado por habitações antigas, além de que a recuperação contribui para o equilíbrio social, com atividades culturais e turísticas, e portanto, a valorização e conservação de patrimônio localizado no centro é uma tarefa coletiva.

O espaço público do Mercado serve aos indivíduos que ali se encontram no dia a dia movidos por alguns interesses comuns e outros diferentes. Consequentemente, ele possui uma centralidade que atrai pessoas, objetos, signos, estabelecendo relações de troca econômica ou simbólica as quais sustentam processos de interação social.

Atualmente no Mercado Central não presenciamos o mesmo cenário anterior à reforma. Ocorreram mudanças na forma de comércio, dos produtos oferecidos e em relação aos frequentadores que procuram o Mercado não apenas para fazer compras, mas também como forma de entretenimento e lazer, fazendo deste espaço público um meio de sociabilidade (SIMMEL, 2006).

O problema de pesquisa foi o de compreender e identificar os motivos que levaram a ressignificação social do uso do espaço público do Mercado Central, depois de revitalizado, configurada pelas novas atividades comerciais e culturais deste local.

A pesquisa buscou apreender a ressignificação construída pelos antigos e atuais comerciantes e pelos frequentadores do Mercado Central, pós-revitalização. Para isso, se identificou os agentes promotores e responsáveis pela execução do projeto de revitalização do MCP², a fim de atentar aos objetivos da proposta de reforma e sua repercussão por meio de documentos da prefeitura de Pelotas que versam sobre as regras de utilização deste espaço público. Foram analisados alguns memoriais, legislação, editais de licitação e concorrência para atividades de comércio no MC de Pelotas. Averiguou-se até que ponto os antigos ocupantes tinham conhecimento do projeto de revitalização e em que condições eles participaram ou atuaram na tomada de decisões relativamente à reforma.

Ao estudar as mudanças estruturais do MCP, foi possível compreender no que resultou, após a reforma, identificando se ocorreram mudanças no modelo original do Mercado no que refere ao uso e a destinação deste espaço público. Levou-se em conta as condições do Mercado, anterior e após a reforma, abarcadas nas falas dos entrevistados sobre a revitalização e seus efeitos nas atividades comerciais típicas de mercados públicos. A hipótese principal é de que a revitalização do Mercado Central de Pelotas ensejou práticas comerciais e culturais distintas das que se preservaram em Mercados Públicos requalificados em outras cidades.

A partir da reabertura do Mercado Central em 2012, novos fenômenos sociais

2 Mercado Central de Pelotas

em decorrência da revitalização, tais como higienização e gentrificação, passaram a chamar a atenção ao olhar sociológico e, paradoxalmente, pode-se considerar que alguns destes fenômenos passam despercebidos, embora se façam presentes.

O objetivo geral da pesquisa foi o de investigar as consequências da revitalização do MCP, que levou a uma mudança no que tange ao uso do espaço público pelos ocupantes, resultando assim, na sua ressignificação social.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, teve-se os seguintes objetivos específicos:

a) Verificar o impacto da revitalização no uso do espaço do MCP para os antigos e novos ocupantes;

b) Identificar posicionamentos divergentes entre os atores sociais envolvidos neste processo, em relação às mudanças ocorridas no MCP, pela requalificação do prédio e do seu entorno;

c) Investigar a ressignificação social que ocorreu após a revitalização do MCP, para os comerciantes e frequentadores atuais deste espaço social;

As hipóteses levantadas na pesquisa foram as seguintes:

1. A revitalização do MCP resultou na ressignificação do uso deste espaço público pelos ocupantes, ou seja, pelos antigos e atuais permissionários, pelos expositores culturais, artistas e pelos frequentadores.

1.1. Há idiosincrasia entre os permissionários atualmente estabelecidos no MCP e os antigos permissionários que dali migraram para outros prédios, locais comerciais, no tocante à ressignificação do Mercado.

2. A revitalização do MCP contribuiu para a requalificação da centralidade de atividades comerciais e culturais no espaço público.

3. A revitalização repercutiu na atração de um público com poder aquisitivo e escolaridade maiores, e a evasão de um público com menor poder aquisitivo, consequentemente com menor capital social. Situação que pode se configurar o fenômeno gentrificação.

A metodologia utilizada na pesquisa é qualitativa e para a coleta de dados foram aplicadas as técnicas das entrevistas semiestruturadas com sete sujeitos envolvidos no processo de revitalização do MCP: dois antigos permissionários que não permaneceram no Mercado, dois que permaneceram e dois novos permissionários. O sétimo entrevistado foi o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município de Pelotas. Os questionários foram aplicados a vinte sujeitos sociais do grupo dos frequentadores do MCP e foram analisados quatro documentos considerados relevantes para a discussão deste estudo.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A dissertação resultante deste estudo foi estruturada em quatro capítulos. O

Capítulo I apresenta o objeto de estudo desta pesquisa. Neste, procurou-se fazer um relato histórico sobre o MCP desde a compra do lote para a construção do prédio até seu tombamento e a inclusão da cidade de Pelotas no Programa Monumenta, que ensejou a sua requalificação. Também constou o levantamento de estudos sobre o tema e seu objeto, além de tratar da questão da revitalização do prédio do Mercado Central e da criação do Largo Edemar Fetter, salientando-se os agentes promotores da intervenção. O Capítulo II, traz as teorias e os conceitos que deram suporte teórico a este estudo. Foram apresentadas as palavras-chave do estudo, abordadas através do referencial teórico, com seus conceitos e teorias que procuram explicar os termos resignificação social, espaço urbano e a centralidade na cidade, com suporte em autores como Heitor Frúgoli, Henri Lefebvre e outros. Procurou-se explicar o espaço público, o espaço social, a sociabilidade e a interação social, a partir dos autores Ângelo Serpa, Pierre Bourdieu e Georg Simmel. O termo gentrificação com suporte teórico mais amplo, a partir de estudos de David Harvey, Sharon Zukin e outros autores foi apresentado ainda neste capítulo. E ainda foram analisadas as terminologias revitalização e requalificação. O Capítulo III, apresenta detalhadamente o procedimento metodológico e o campo de pesquisa atinente ao recorte do objeto de estudo sobre a resignificação do MCP. O Capítulo IV dá conta de descrever e interpretar os resultados da pesquisa, obtidos através dos instrumentos utilizados: entrevistas, questionários e documentos. Foi realizada uma pequena apresentação dos sujeitos da pesquisa, devidamente identificados nas entrevistas. Um tópico foi dedicado à discussão sobre o poder deliberativo dos permissionários do MCP em reuniões que versavam sobre questões do processo de requalificação do prédio do Mercado. Outro, às categorias analíticas gentrificação, revitalização e centralidade, e resignificação social, cujo arcabouço conceitual-teórico foi desenvolvido no Capítulo II, são interpretadas à luz da significação das falas dos entrevistados. O último capítulo proporcionou um diálogo entre a empiria e a teoria constituinte desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Considerações Finais, procurou-se descrever em que consistiu e resultou o processo de revitalização do prédio do Mercado Central e a criação do Largo Edmar Fetter na cidade de Pelotas, para que se pudesse entender a requalificação do Mercado, seus objetivos e suas consequências.

Seguiu-se trilhas metodológicas de investigação, sem a pretensão de dar por esgotado este estudo, a fim de identificar fatores que influenciaram na mudança da dinâmica de uso do espaço público do Mercado.

As hipóteses que foram levantadas se confirmaram após terem sido levados a cabo todos os objetivos da pesquisa. Os instrumentos utilizados possibilitaram atingir os resultados.

A leitura das entrevistas realizadas com sete sujeitos identificados, com 20 frequentadores do Mercado Central e a análise de quatro documentos corroboraram para obter as respostas para as indagações iniciais colocadas na introdução e desenvolvidas no marco teórico-metodológico deste trabalho de pesquisa.

Ao estudar o impacto da revitalização no uso do espaço do Mercado para os antigos e novos ocupantes, confirmou-se a hipótese de que a revitalização do local resultou na ressignificação social pelos antigos e atuais permissionários, pelos expositores culturais e artistas e pelos frequentadores, visto que todos os entrevistados afirmaram mudanças significativas relativas ao uso e a ocupação do espaço do Mercado após a reforma.

Depois de ter sido revitalizado, o Mercado foi destinado também a atividades culturais, sociais, artísticas e turísticas, para lazer e entretenimento. Antes da reforma, o espaço público do Mercado não estava voltado a estas atividades e eventos, nem tinha como foco o entretenimento e o lazer. O Mercado Central destinava-se basicamente ao comércio de diversos tipos de produtos populares e às tradicionais barbearias, bem como não haviam restaurantes e bares funcionando até horários avançados da noite.

Consequentemente acede-se à hipótese de que se apresentaram e ainda persistem idiosincrasias, ou melhor, uma predisposição particular entre os distintos grupos de entrevistados, a saber: de antigos permissionários que permaneceram no Mercado, de antigos permissionários que não retornaram ao Mercado e de novos permissionários do Mercado, no tocante à ressignificação do Mercado em decorrência da revitalização. Esses três grupos apresentaram claramente posições distintas entre eles, mas semelhantes entre os integrantes de cada grupo.

Aidiosincrasia, principalmente entre os permissionários atualmente estabelecidos no Mercado Central e os antigos permissionários, no tocante à ressignificação social do espaço do Mercado, foi comprovada na medida em que os novos permissionários demonstraram um maior grau de satisfação com as mudanças ocorridas no MCP, enquanto os antigos permissionários (tanto os que retornaram para o Mercado, quanto os que não retornaram) demonstraram-se insatisfeitos, quando em suas falas diziam: *“o mercado não é mais o mesmo de antes”*; *“não é mais popular, do povão”*; *“ficou descaracterizado”*; *“onde se viu vinhos de 50 reais?”*; *“não existe mercado sem hortifrúti”*; *“o sambão aqui não tem nada a ver”*.

Através da análise de alguns documentos referentes ao Projeto de revitalização do MCP, vinculado ao Programa Monumenta, executado pelas entidades IPHAN e BID em parceria com a UNESCO e com recursos do PAC – Cidades Históricas, verificou-se que a revitalização do Mercado contribuiu para a requalificação da centralidade de atividades culturais e comerciais no local, já que o projeto objetivava deixar este espaço público mais atraente para o lazer, para o entretenimento e para o turismo – o que de fato ocorreu.

Antes da revitalização, o Mercado servia especialmente ao comércio voltado para produtos populares e de toda a ordem, típicos de mercados públicos, além de

que o horário de funcionamento era comercial e não aconteciam eventos capazes de atrair pessoas. Percebeu-se uma nova dinâmica na prática de comércio do Mercado, decorrente das mudanças físicas nas lojas e do aumento de preços de aluguel.

Hoje, o comércio no Mercado Central é distinto, possui um novo modelo, pois os produtos vendidos são mais elaborados, mais industrializados e confeccionados, como produtos turísticos, objetos de recordação da cidade de Pelotas, para consumidores de dentro e de fora da cidade. Somente uma banca vende produtos orgânicos naturais, antes da reforma diversas bancas ofereciam hortifrutigranjeiros. E os bares e restaurantes servem refeições mais elaboradas a preços mais altos, o que também não havia antes no Mercado.

Ademais, a exposição e a feira que ocorrem no Largo Edmar Fetter também contribuem para a nova dinâmica de comércio que se apresenta no Mercado. Possibilitando concluir que houve uma requalificação da centralidade da atividade comercial, pois, como bem menciona Peixoto (2009, p.46), o objetivo último da requalificação passa por (re)introduzir “qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área”. Salientando que antes das mudanças ocorridas no Mercado a partir da reforma e da criação do Largo, o Mercado não era tão frequentado como agora.

Embora seja evidente que com a revitalização do Mercado Central e com a criação do Largo Edmar Fetter ocorreu uma requalificação da centralidade de atividades culturais e de entretenimento, em relação às atividades comerciais já não se pode considerar (no que tange a venda de produtos típicos de mercados públicos). Haja vista que o comércio desenvolvido na parte interna do Mercado não é mais o mesmo de antigamente e como foi observado ele não possui o mesmo fluxo de consumidores.

Foram encontrados pontos divergentes na fala dos sujeitos sociais em relação às práticas comerciais que hoje se desenvolvem no espaço do Mercado. De acordo com seus posicionamentos, o Mercado Central deveria ter mais bancas com produtos hortifrutigranjeiros, com produtos mais populares e a preços mais acessíveis. Antes as pessoas costumavam ir ao Mercado para o consumo de produtos do dia a dia que, geralmente, são encontrados nos mercados públicos das cidades, o que não se vê mais no ambiente do Mercado Central de Pelotas.

Outra hipótese auferida trata dos efeitos da revitalização do Mercado Central que repercutiu na atração de um público com poder aquisitivo e escolaridade maiores e a evasão de um público com menor capital social. Situação essa que pode configurar o fenômeno gentrificação.

Sendo assim, neste estudo procurou-se dialogar com os teóricos eleitos a fim de levantar dados para avaliar a possibilidade de ter ocorrido gentrificação no espaço público do Mercado Central de Pelotas.

Valendo-se do pensamento de Neil Smith, estudado no capítulo II, a gentrificação é o “retorno do capital e dos segmentos sociais de maior poder aquisitivo ao centro” (PEREIRA, 2014, p.310), fazendo com que ocorra paulatinamente a substituição dos

antigos moradores e frequentadores do espaço gentrificado. Ele considera que o processo de gentrificação está muito mais vinculado às forças econômicas do que às culturais. Sendo assim, o foco da gentrificação no Mercado pode estar inserido no fato de que os antigos permissionários do MPC não resistiram às mudanças ocorridas por motivos de ordem econômica.

A partir da fala dos sujeitos sociais entrevistados, principalmente aqueles pertencentes ao grupo dos permissionários antigos que retornaram ao Mercado e ao grupo dos que não retornaram ao Mercado após a revitalização, bem como do Secretário, identificou-se muitos elementos que levam a crer que pode ter ocorrido gentrificação em relação a saída de muitos permissionários do MCP que trabalhavam no local. Pois palavras e termos, como elitizou, enobreceu, excluíram, higienizou e “mercado para a alta sociedade”, foram muitas vezes encontradas nas falas dos sujeitos sociais de pesquisa.

Se é possível fazer uma analogia com o conceito âncora trazido nesta dissertação, de Harvey (1992), que considera a gentrificação enquanto um sinônimo de enobrecimento, quando as áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores. Pode-se dizer que os antigos permissionários do Mercado Central de Pelotas foram expulsos por falta de capacidade econômica para gerir a nova demanda de mercado para se manterem instalados com seus comércios e serviços neste espaço revitalizado. Ademais, parece não ter havido a preocupação ou o cuidado por parte dos agentes públicos em preservar o local de trabalho para estes antigos permissionários, tendo em vista os poucos permissionários que permaneceram no MCP após a revitalização. Gutiérrez (2014) corrobora quando afirma que a gentrificação em geral resulta num processo excludente, diferenciador e focado no consumo.

No entanto, conforme o pensamento de Zukin (2014), que considera a gentrificação como estratégia de apoio a mercados de consumo cultural – cafés chiques em vez do café comum do dia a dia, restaurantes gourmet –, mas que não apoia as pequenas lojas e as feiras livres das quais os residentes de menor renda dependem, acredita-se que em relação aos frequentadores que responderam aos questionários aplicados isso não ocorreu. No Mercado Central, pois, além de cafeterias e restaurantes mais sofisticados, ainda existem bares e lancherias com refeições e lanches bem acessíveis, a exemplo do cachorro quente com refrigerante por R\$5,00 vendido no Macanudo, além de pastéis da Pastelaria Paiol a R\$6,00 e outros produtos que podem ser encontrados a preços razoáveis. Sendo assim, não se pode entender ter ocorrido gentrificação relativamente aos frequentadores do MC de Pelotas.

Contudo, trazer essas considerações sobre o fenômeno da gentrificação leva, nesta dissertação, admitir que houve gentrificação pontual, no âmbito da mutação da prática comercial e seu impacto na construção identitária e suas tensões, que levaram a ressignificação social deste espaço urbano público da cidade de Pelotas no Rio

Grande do Sul.

Em relação à última hipótese lançada na pesquisa, sobre se a revitalização do Mercado Central de Pelotas repercutiu na atração de um público com poder aquisitivo e escolaridade maiores e a evasão de um público com menor poder aquisitivo e com menor capital social, o que também leva para o caminho da gentrificação, empiricamente foi confirmada pela totalidade dos entrevistados que responderam que sim, que de fato isso ocorreu. No entanto, quando foi aplicada a técnica da observação pela pesquisadora, verificou-se que em dias de eventos no Mercado lá se encontram pessoas possuidoras de menor capital social, mas que normalmente não estão consumindo nenhum tipo de produto, pois vão ao Mercado somente para desfrutar das atividades culturais ou para passear.

Então, sobre a possibilidade de ter ocorrido gentrificação, conforme os conceitos basilares expostos, a pesquisadora, depois de desenvolver um estudo aprofundado de caso, entende ter ocorrido o processo de gentrificação de forma pontual, mas não generalizado. A gentrificação ocorreu de maneira bem pontual relativamente aos antigos permissionários do MCP, àqueles que saíram do Mercado na ocasião do início das obras (2008) e não conseguiram retornar para suas bancas no Mercado após a entrega das obras (2012). Isso se deu por razões alheias às suas vontades, pelos motivos que foram apresentados nesta pesquisa através da fala dos sujeitos sociais, de modo que foram expulsos das bancas do MCP ou substituídos por outros permissionários.

A mudança das condições de ocupação do MCP foi provocada pela requalificação do Mercado e pela criação do Largo. Introduzida pela redução das áreas físicas das lojas, das bancas e dos quartos do Mercado, que dificultaria o trabalho dos comerciantes que não teriam como estocar suas mercadorias, bem como pelo aumento do preço do aluguel e pelas normas de permissão (Decreto Lei -estatuto) de uso do espaço comercial. Esses foram os motivos mais relevantes citados pelos entrevistados que resultaram na expulsão massiva dos antigos permissionários do Mercado Central.

Além do mais, os permissionários, em suas falas, também alegaram outros empecilhos para retornar aos locais de trabalho no Mercado, como a localização das suas lojas que foram remanejadas a critério da Prefeitura para seguir as recomendações do novo projeto e a dificuldade encontrada por eles em cumprir com as novas normas e entregar a documentação exigida por Decreto Lei, a curto prazo.

Ao se afirmar que houve uma gentrificação pontual trata-se de evidenciar, com a reabertura do MCP, em 2012, que a nova aparência reconfigurou o espaço público tradicional da cidade com novos estabelecimentos comerciais e de serviços que se instalaram a partir daquele ano. A mudança de práticas comerciais e culturais causou um certo impacto e, conseqüentemente, provocou a evasão de um público frequentador com capital social (econômico e cultural) menor, que não se sente à vontade para frequentar o local revitalizado. Tal fato se confirmou com a fala dos sujeitos sociais, pois praticamente todos eles utilizaram o termo “elitizado” quando se referiam ao

Mercado de hoje, requalificado. Entretanto, para se responder ao questionamento sobre se houve ou não o enobrecimento (gentrificação) da área do espaço público do Mercado na sua totalidade, incluindo a criação do Largo, há de se considerar a razoabilidade da assertiva de que a revitalização de prédios históricos abandonados resulta em melhorias de aparência estética, monumental e melhorias destinadas ao uso do espaço, o que de fato se confirma ter ocorrido neste espaço público.

Outrossim, atualmente, no Mercado Central, é possível encontrar bares e lancherias com alimentos – lanches e pratos do dia – a preços muito acessíveis. Igualmente se vê pessoas de todas as classes sociais voltando a frequentar o local para lazer, entretenimento e até consumindo nos bares e lojas do Mercado. Por isso, considera-se ter havido gentrificação pontual relativa ao público frequentador do Mercado. Pode-se admitir que alguns frequentadores perderam o hábito ou a vontade de ir ao Mercado para comprar os produtos de seus interesses, já que os produtos oferecidos hoje, com a saída da maioria dos antigos permissionários, são de outro tipo, diferentes daqueles encontrados no Mercado antes da requalificação do prédio e da criação do Largo.

Em relação ao preço das bancas, lojas e quartos do MCP, após a análise dos editais de licitação para a permissão de uso dos espaços do Mercado, verificou-se que inicialmente os preços que eram cobrados estavam muito altos, fora da realidade do comércio e que com o decorrer do tempo a própria Prefeitura de Pelotas, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, passou a rever tais valores. O poder público local tratou de viabilizar a ocupação das lojas, que por meio da pesquisa, sabe-se ter sido lenta e difícil para muitos comerciantes que não conseguiram retornar ao Mercado após a conclusão e a entrega das obras de revitalização do prédio em 2012. Possivelmente, este fator influenciou na expulsão de antigos permissionários do MCP e na exclusão de um grupo de comerciantes que não conseguiram (re)ingressar no MCP por falta de capital econômico capaz de fazer o investimento necessário para obtenção da permissão de uso.

Outro elemento identificado na fala dos sujeitos diz respeito a questões de identidade e de sentimento de pertencimento relacionado ao espaço público do Mercado. Os entrevistados alegaram que não se identificavam totalmente com a “nova roupagem” do Mercado Central. Eles reclamaram da “descaracterização” do Mercado, com os novos modelos de lojas e bancas que surgiram após a reforma, assim como reclamaram das regras de uso dos espaços do Mercado. Infelizmente, para antigos permissionários e alguns frequentadores, o MCP perdeu suas características de mercado público.

A identidade que antes era marcada por um local popular, “*do povão*”, desapareceu, levando consigo o público que costumava ir ao Mercado pelos seus produtos, suas características e pela sua informalidade nas vendas e nos negócios. A exemplo, cita-se a presença dos colonos que era comum no Mercado Central e que hoje não se vê com a mesma frequência anterior a revitalização.

Os antigos permissionários que saíram e inclusive aqueles que retornaram ao Mercado não se sentem pertencentes ao “novo” Mercado. Eles dizem que não se identificam com este “novo modelo”, que se sentem distanciados da nova dinâmica de comércio, bem como dos novos modos de interação social que surgem, na maioria das vezes, das práticas culturais e das atividades de entretenimento e lazer em detrimento daquela cultura comercial própria do Mercado Público focado em vendas. Segundo os antigos permissionários, neste espaço havia mais liberdade, as práticas comerciais por vezes eram movidas pelo “escambo”, quando o mesmo comerciante que comprava o produto do produtor da colônia para revender em sua banca já vendia (ou trocava) pelos seus produtos que estavam à venda e que os colonos queriam consumir. No entanto, essas e outras práticas típicas de locais populares, como os mercados públicos, considerados “berços de pechincha”, não podem mais serem presenciadas no MCP de Pelotas.

O que se apresentou de maneira muito clara no espaço público do Mercado Central de Pelotas foi a resignificação social, que pode ter ocorrido como consequência de fatores que surgiram após a revitalização.

Os motivos que provavelmente ensejaram a resignificação do uso do espaço público do MCP, que podem ser considerados, são:

1) a nova dinâmica de comércio que surgiu com a revitalização do prédio e do entorno; a remodelação e destinação das lojas, bancas e quartos, oferecendo produtos para o consumo local que fogem ao que normalmente se encontra nos mercados públicos e que também não são aqueles tradicionais do Mercado de Pelotas, em razão da saída de antigos permissionários;

2) a presença das atividades culturais, de lazer e de entretenimento, que ocorrem com os eventos em dias certos e com os eventos em datas festivas e itinerantes. Cita-se a feira da pulga, a feira de carros antigos, os passeios turísticos, as festas, como a “Charmeira”, a “Roda de Choro”, o “Sambão”, os shows e as apresentações artísticas que antes não aconteciam no MCP;

3) as práticas de interação social que surgem a partir destes novos modos de sociabilidade decorrentes das atividades sociais e culturais que passaram a acontecer no espaço público do MCP e no Largo Edmar Fetter após a revitalização;

4) e o surgimento de bares e restaurantes empreendidos no Mercado, com funcionamento estendido além do horário comercial, que proporcionam um ambiente de interação social distinto daquele existente no Mercado antes do processo de revitalização.

Com base no pressuposto de que é necessário compreender e desvendar os novos ambientes (bares, restaurantes, docerias, lojas, feiras livres, etc.) que surgiram no espaço público do Mercado, após a revitalização do prédio e da criação do Largo, foi preciso captar os significados agregados a estes ambientes, que surgem simultaneamente à cultura que se impõe a cada espaço. Neste ponto, é onde se identificam os novos significados vinculados a estes espaços, que resultaram na

ressignificação do uso do espaço do Mercado Central de Pelotas.

Conclui-se que nem sempre as propostas e os projetos de intervenção urbana, em especial aqueles destinados a revitalização de prédios de valor histórico, conseguem manter a dinâmica original do local, preservando sua tradição. Muitas vezes, com a intenção de garantir a autossustentabilidade econômica do patrimônio revitalizado, destinando o espaço a novos usos, provoca-se problemas de ordem social, quando para isso devem ser afastadas as práticas e os sujeitos que antes faziam parte do contexto histórico-cultural. No entanto, salienta-se que as mudanças ocorridas a partir da intervenção resultaram na ressignificação social do uso do espaço sobretudo dos novos ocupantes e frequentadores do Mercado Central de Pelotas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009. p.11-24.
- BALSAN, Rosane; UEDA, Vanda. O comércio informal de Pelotas: características e contradições no centro histórico da cidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.23, n.1, p.71-80, mar. 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38382/25685>>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e Estilo de Vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRUNO, Guilherme Rodrigues. **Mercado Central de Pelotas: a permanência no lugar do consumo**. 180f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufrgs.edu.br/handle/ri/2818>>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CASARES, Carlos, Recuperación de espacios em cascos históricos. **Actas do Congresso Cidades Históricas Vivas Cidades del Passado: Pervivencia e desarrollo**, v.1, p.173-177, 1997.
- CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, 21 a 27 de outubro de 1995. Disponível em: <<https://www.culturante.pt>>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silv'a Farias. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos nas cidades contemporânea**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12402/1/YasminieMSFC_DISSERT.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- CERQUEIRA, Eudênia Dória Viana. A evolução das formas de gentrificação. **Cadernos Metrópole/ Observatório das Metrópoles**, São Paulo, v.16, n.32, p.417-436, nov. 2014.

COHEN, Melissa Hassan. Apontamentos para uma reflexão sobre a revitalização do **Mercado Central de Pelotas**. 2006. 50. f. Dissertação (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

COSTA, Pedro. **Apresentação: olhar a cidade à luz da revitalização**. Lisboa: Gabinete de Estudos Oliponenses, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9603>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O Delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis: Vozes. 2010. p.127-153.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC: Minas/Edusp, 2006.

GUTIERREZ, Ester. Mercado Público. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. 2ª ed. Pelotas: Editora da UFPel, p.189-191, 2012.

_____. **Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2014.

GUTIÉRREZ, Rafael Andrés Barrera. La polisemia y la lingüística de gentrificación. **Cad. Metróp.**, v.16, n.32, p.295-628, nov. 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Espaços públicos na pós-modernidade**. In: FORTUNA, Carlos;

LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009. p.187-204.

LIHTNOV, Dione Dutra; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Desenvolvimento de uma metodologia para a análise das centralidades urbanas: Estudo de caso sobre Pelotas, RS. **Anais do VII SEUR e I Colóquio Internacional Sobre Educação do Campo e Ensino de Geografia, Eixo 2 – Economia, Território, Comércio e Consumo, UFPel, 2015**. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/download/5220/4008>>. Acesso em: 25 maio, 2016.

- MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas**: Toda a prosa. v.1. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000.
- PARK, Robert Erza. A cidade: Sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.26-67, 1973.
- PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, p.41-52, 2009.
- PELOTAS. Relatório de Cumprimento de Objeto - Relatório Monumenta. Pelotas, Convênio 392/2002. Pelotas: UGP, 2002a.
- PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cad. Metróp.**, v.16, n.32, p.295-628, nov. 2014.
- RAMOS, Lucio Juarez Dornelles. **Apontamentos para uma história do Mercado Central de Pelotas**. 2004. 25 f. Dissertação (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História e Antropologia, Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- REMY, Jean. Gran ciudad y pequeña ciudad: tensiones entre sociabilidad y estética em Simmel; La metodología implícita: forma y autoorganización social. In: MÁRQUEZ, Francisca (Ed.). **Ciudades de Gerog Simmel: lecturas contemporáneas**. Santiago del Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012. p.21-54; p.177-199.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. O espaço dos possíveis, de Pierre Bourdieu. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v.50, n.2, p.101-107, 2014.
- ROCHEFORT, Marcia Vieira. **O Mercado Central de Pelotas (1846-1994)**. 1994. 33 f. Dissertação (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História e Antropologia, Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, p. 25-40, 2009.
- SANTOS, Klécio. **Mercado Central Pelotas: 1846-2014**. Pelotas: Fructos do Paíz, 2014.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Maria Helena Mattos Barbosa dos. Programa Monumenta: a relação dos centros históricos com os fluxos de capital internacional e o turismo. Seminário Centros Históricos-Centralidades Urbanas. **Anais...** Buenos Aires: CICOP Argentina, 2010. Disponível em: <<http://www.cicopar.com.ar/ponencias/20.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2011.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luiza Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.
- VILLELA, Ana Laura Vianna. **Proposta de reciclagem** - Mercado Público de Pelotas. Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1995.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida (1938). In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p.90-113.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Massachussetts: Blackwell, 1995.

ZUKIN, Sharon. Entre o tecido físico e social das cidades. Entrevista concedida a Heitor Frúgoli Jr. e Julio Cesar Talhari. Tradução de Lilian Gasparetti Abdoullah. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.29, n.84, p.7-24, fev. 2014.

O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Hélio Hirao

Professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia do *Câmpus* de Presidente Prudente, Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente.
Presidente Prudente – São Paulo

Matheus Alcântara Silva Chaparim

Mestrando da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação do *câmpus* de Bauru, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.
Bauru – São Paulo

RESUMO: O artigo discute uma experiência de ensino desenvolvida com alunos do quarto ano de arquitetura e urbanismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Câmpus* de Presidente Prudente, na disciplina Técnicas Retrospectivas, em 2016. Os procedimentos metodológicos utilizaram instrumentos perceptivos e práticas socioespaciais para construir hipóteses de intervenção sobre o patrimônio urbano e arquitetônico da pequena cidade do interior do oeste paulista, Indiana. Para isso, fez o reconhecimento do lugar vivenciando as sensações das atmosferas percebidas através das derivas realizadas no centro histórico.

As hipóteses de intervenção revelaram preocupações em qualificar as apropriações existentes dos espaços livres, abertos e públicos, como ponto fundamental para a preservação do patrimônio, valorizando o potencial de uso dos espaços e seus significados, conduzindo para a ativação do lugar, coerente com o cotidiano das pessoas, proporcionando espaços de permanência e convívio social. As ações projetuais consideraram assim, não apenas o objeto, mas também as relações que se estabelece entre ele, a comunidade e a cidade. **PALAVRAS-CHAVE:** técnicas retrospectivas, percepção, intervenção projetual, ativação, patrimônio industrial.

ABSTRACT: The article discusses a teaching experience developed with students of the fourth year of architecture and urbanism of the Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus of Presidente Prudente in the subject Retrospective Techniques, in 2016. As methodological procedures were employed perceptive instruments and socio-spatial acts to subsidize hypothesis of intervention on the urban and architectural heritage of a small city in the countryside of western São Paulo, Indiana. To achieve this, they made the recognition of the site experiencing the sensations of the atmospheres perceived through the derives in the historic center. The hypothesis of intervention revealed

concerns about qualifying existent appropriation of the open and public spaces as fundamental aspect for the preservation of heritage which value the potential of use the spaces and their meanings, driving to a activation of the place, compatible with the daily life of the people, providing spaces of stay and social interaction. To the project actions were considered not only the object, but the relations established with it, the community and the city.

KEYWORDS: retrospective techniques, perception, project of intervention, activation, industrial heritage.

1 | INTRODUÇÃO

A prática do ensino de graduação desenvolvida na disciplina Técnicas Retrospectivas no 4º ano do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Câmpus de Presidente Prudente, em 2016, trouxe elementos interessantes para o debate sobre a preservação do patrimônio urbano arquitetônico de pequenas cidades paulistas.

A cidade de Indiana foi a escolhida como recorte espacial para o desenvolvimento da disciplina. Protagonista do processo inicial de ocupação do oeste paulista, não acompanhou o crescimento econômico de Presidente Prudente, polo regional, mas ainda conserva os registros materiais do núcleo inicial de ocupação.

Consequência do processo de colonização e avanço dos trilhos da estrada de ferro no oeste do estado de São Paulo, que procuravam novas terras férteis para o cultivo do café, amendoim e algodão abandonando as anteriores utilizadas à exaustão, os núcleos urbanos foram criados com características particulares que ao intervir nas qualidades físicas como topografia, vegetação e cursos d’água, construíram infraestruturas, vias de circulação, edificações e mobiliários, como também, geraram apropriação socioespacial por seus moradores, atribuindo significados e criando singularidades regionais e locais.

No caso específico de Indiana, a implantação da estação ferroviária e avenidas demarcando o limite da área urbana com a rural, num contexto de extensas áreas “vazias” sem construções, possibilitou que o núcleo urbano se concretizasse com a implantação dos equipamentos públicos como a praça, a prefeitura, a escola, a igreja, o fórum, entre outros, junto com o comércio e habitações em seu entorno, dentro de um traçado quadriculado em forma de tabuleiro de xadrez e marcados por uma arquitetura singela e característica.

No decorrer dos anos, adequações aos novos usos provocaram intervenções sobre as preexistências edificadas, nem sempre considerando a preservação das características materiais iniciais, provocando demolições e abandonos. Contudo, muitos deles permanecem e se constituem como testemunhos materiais significativos da arquitetura e urbanismo produzidos pelas gerações anteriores.

Observa-se ao relacionar a arquitetura com o território que as cidades são

constituídas por inúmeras formas arquitetônicas reveladoras, entre elas, de história, cultura, tecnologia e valores estéticos (YAZIGI, 2002), modificadas ao longo do tempo pelos novos usos e apropriações socioespaciais que produzem adequações e novas estruturas urbanas e arquitetônicas, justapondo às antigas preexistências construídas, proporcionando uma diversidade de ambiências e atmosferas nas cidades que precisam ser valorizadas pelo seu caráter singular.

Com o objetivo de identificar e reconhecer os bens patrimoniais da cidade de Indiana, a disciplina de Técnicas Retrospectivas desenvolveu procedimentos metodológicos que resultaram em hipóteses projetuais em busca da preservação deste legado.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina utilizou instrumentos perceptivos nos procedimentos metodológicos na condução do processo de elaborar possibilidades de intervenções sobre as preexistências edificadas. Esses procedimentos tiveram como referência os estudos de autores como Solà-Morales (2002), Juhani Pallasmaa (2006), Peter Zumthor (2006), Josep Montaner (2008), Francesco Careri (2013) e Guy-Ernest Debord (2003).

Derivas ao centro histórico de Indiana foram realizadas buscando a percepção do cotidiano e considerando sua ambiência e *atmosfera* (ZUMTHOR, 2006), como subsídios para produzir cartografias com registros psicogeográficos (DEBORD, 2003), como instrumentos para contribuir na elaboração das hipóteses de intervenção.

Desta forma, o caminhar pela cidade sem um roteiro preestabelecido, conduzidos pelas solicitações das ambiências e atmosferas, proporcionou que anotassem e descrevessem as sensações e experiências percebidas dos lugares praticados (CERTEAU, 2008), assim como as conversas informais com as pessoas encontradas ao acaso possibilitaram a imersão no cotidiano de Indiana.

De maneira complementar, uma pesquisa sobre o processo histórico e cultural da formação do núcleo urbano, expresso através de *diagramas*, produziu uma segunda camada de conhecimentos sobre as características da cidade.

Ao final, integraram a camada da percepção com a evolução urbana da pequena cidade para construir hipóteses de intervenções visando à preservação do patrimônio identificado e reconhecido. Assim, estas propostas hipotéticas, cujas preexistências construídas ainda se constituem de importantes referências históricas e culturais da cidade carregadas de significações, apresentam-se ao debate para sua salvaguarda.

3 | RESULTADOS

Para identificar e reconhecer o patrimônio urbano e arquitetônico de Indiana

os alunos foram para o trabalho de campo. Inicialmente, ao chegarem de ônibus na antiga Estação Ferroviária, eles caminharam pelo centro histórico à *deriva* (DEBORD 1958, CARERI, 2013).

Sem nenhum roteiro prévio, orientados apenas pelas solicitações das ambiências e atmosferas do local, perderam-se pelas ruas com a atenção voltada para as sensações que lhes eram suscitadas. No decorrer do percurso diversas sinergias foram ocorrendo, por vezes conversas rápidas com pessoas encontradas ao acaso, permitindo uma imersão no cotidiano da pequena cidade.

Essa primeira experiência da deriva proporcionou subsídios suficientes para construir um esboço de cartografias individuais como registros das sensações percebidas (Figuras 1 e 2). Um seminário que ocorreu em sala de aula debateu esses produtos, possibilitando verificar as similaridades, diversidades, multiplicidades e complementaridades, o que levou a compreender a necessidade de realizar novas derivas visando aprofundar as leituras realizadas dos lugares praticados.



Figuras 1 e 2: Cartogramas Sensitivos

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017.

Em grupos de cinco alunos, estes esboços foram desenvolvidos até chegarem a uma síntese gráfica (Figura 3), como um “código de barras”, por meio de linguagens não verbais (desenhos, colagens, pequenos filmes, etc.).

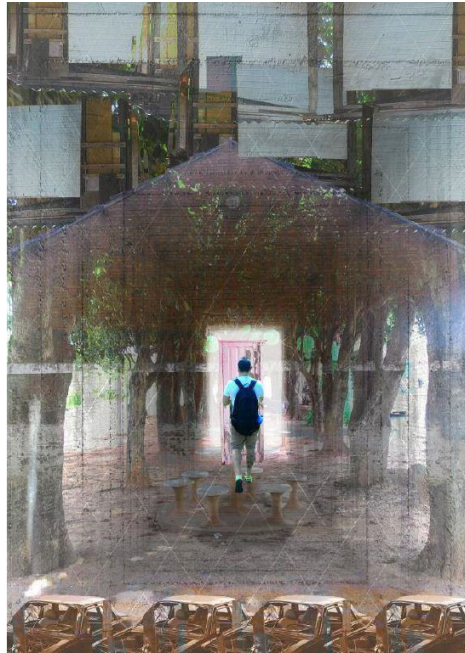


Figura 3: A deriva expressa como cartograma sensetivo

Fonte: Arquivo disciplina, 2016.

O passo seguinte foi realizar uma interpretação crítica da história e evolução urbana de Indiana, através de revisões bibliográficas e iconográficas. Nesta etapa foram produzidos diagramas voltados para salientar os conteúdos significativos da cidade ao longo do tempo. (Figura 4-5).



Figuras 4 e 5: Diagramas da evolução urbana de Indiana

Fonte: Arquivo Disciplina, 2017.

A justificativa para este esforço metodológico de levar os conceitos teóricos para as experiências práticas e, em seguida, serem desenvolvidos como produtos gráficos, fundamenta-se na importância da linguagem gráfica como ferramenta e instrumento do arquiteto e urbanista para espacializar seu pensamento e compreender o lugar estudado.

As intervenções desenvolvidas escolheram três recortes espaciais no contexto do centro histórico de Indiana. O primeiro tratou do conjunto ferroviário que engloba um galpão, a estação e uma habitação ferroviária. O segundo enfocou a praça da matriz e

suas quadras adjacentes. E o último trabalhou prédios históricos, como os presentes na rua principal de comércio e uma olaria, hoje atividade econômica predominante.

Quanto ao primeiro recorte (conjunto ferroviário), as propostas do “grupo 1” partiram de “cartografias de energia percebida” para definir os lugares das permanências das pessoas, qualificando os espaços abertos e a relação do edifício com seu entorno para valorização do patrimônio edificado da estação ferroviária e do galpão existente. Uma intervenção que respeita os usos preexistentes, deixando a população escolher o que poderia ser feito (Figura 6).

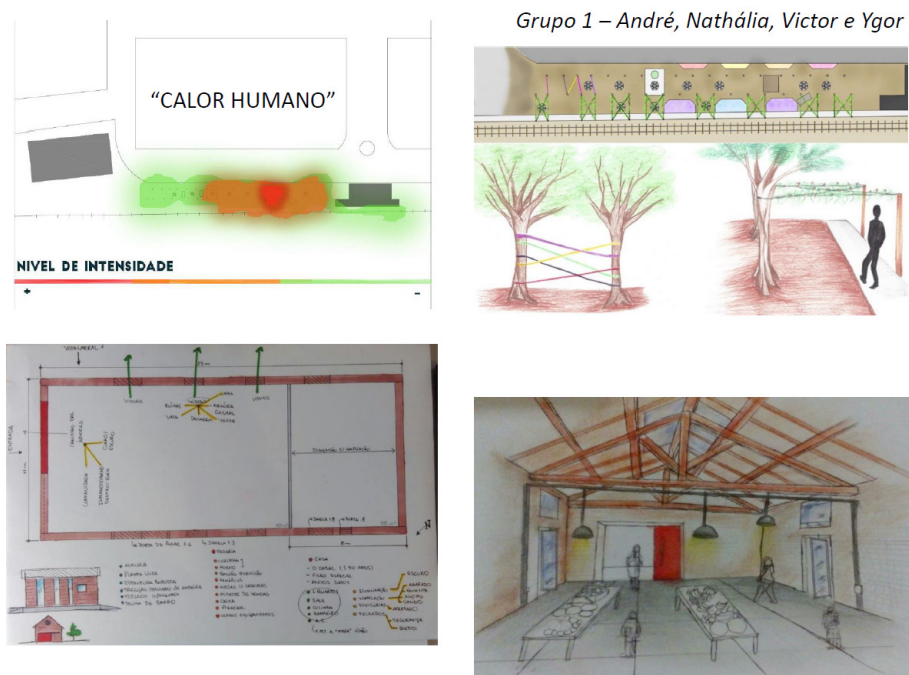


Figura 6: Intervenção sobre Conjunto Ferroviário: grupo 1

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017

O “grupo 2”, por sua vez, percebeu nas conversas com os moradores uma divisão social do espaço de partes da cidade, entre o núcleo mais antigo onde há moradores com idades mais avançadas e os bairros mais novos com os mais jovens. Assim, propuseram possibilidades de integração através das áreas livres abertas para o convívio de todos, pensando também na contemplação do patrimônio urbano e arquitetônico, protagonista do lugar (Figura 7).

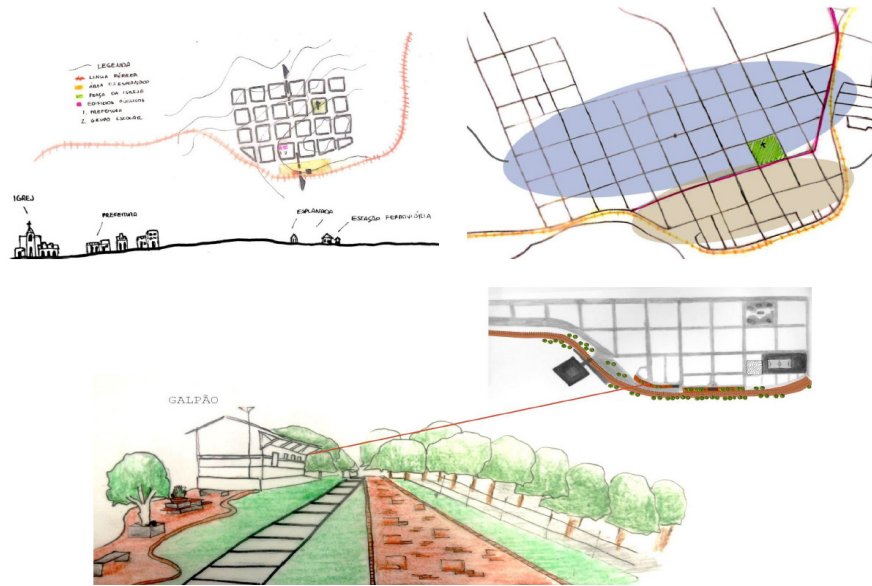


Figura 7: Intervenção sobre Conjunto Ferroviário: grupo 2

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017

De outro modo, o “grupo 3” abordou o projeto com o ponto de vista do planejamento urbano estratégico, propondo zoneamentos e loteamentos, mas sem deixar de privilegiar os espaços abertos para apropriação das pessoas, qualificando o entorno para garantir a sobrevivência da obra e a participação da comunidade (Figura 8).

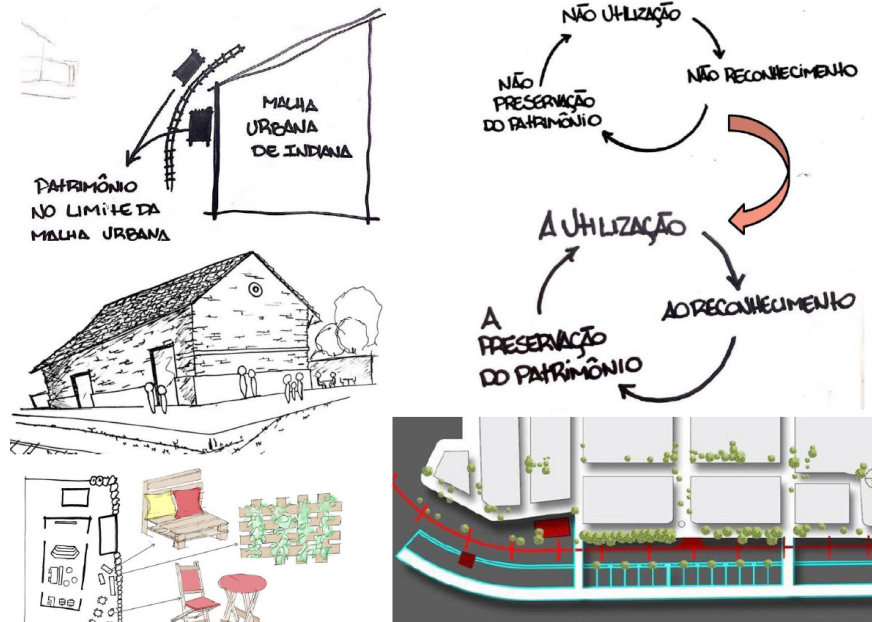


Figura 8: Intervenção sobre Conjunto Ferroviário: grupo 3

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017

Os grupos que concentram suas intervenções sobre o recorte da praça central possuíram em comum o fato de não intervirem no conjunto edificado. Entretanto, cada

um priorizou um tipo de relação do local com a cidade.

O “grupo 4” visou resgatar o simbolismo da praça, usada e apropriada apenas como um lugar de passagem e não mais de permanência. Assim, o projeto propôs dar mais unidade para o local, fragmentada em sua composição e usos, sem interferir no edifício da igreja existente (Figura 9).

Grupo 4 – Amanda, Bruna, Fernanda e Pedro

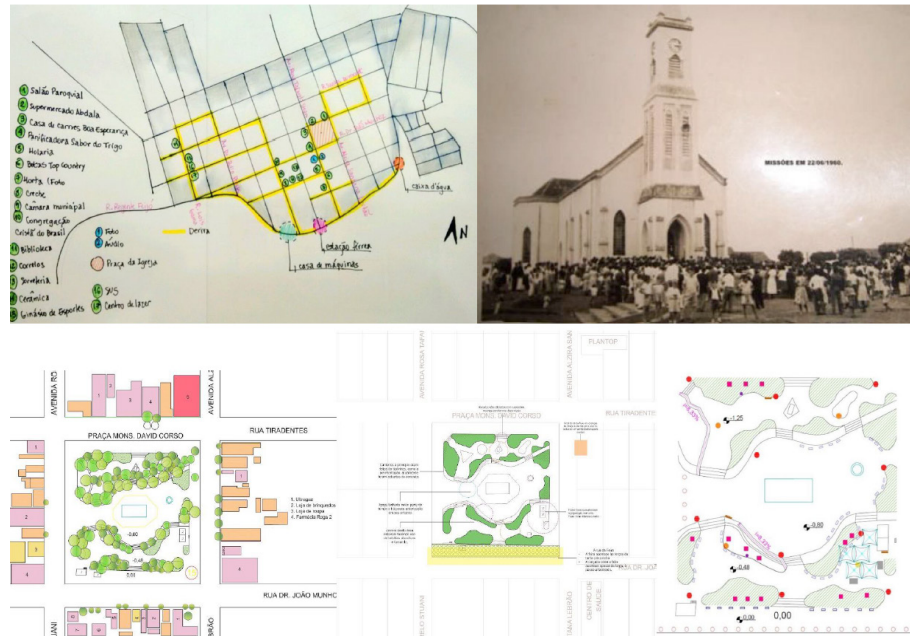


Figura 9: Intervenção sobre a Praça Central: grupo 4

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017

O espaço do posto de gasolina, atualmente fechado e sem uso, em frente à praça central e próximo ao antigo cinema da cidade, foi o alvo do projeto de intervenção do “grupo 5”, que buscou resgatar a antiga relação marcante que havia entre o cinema e a praça. A intervenção estimula a apropriação da área aberta atrás do posto, sem intervir em sua estrutura, por meio de projeções que convidam as pessoas para o local e remetem ao antigo uso do cinema (Figura 10).

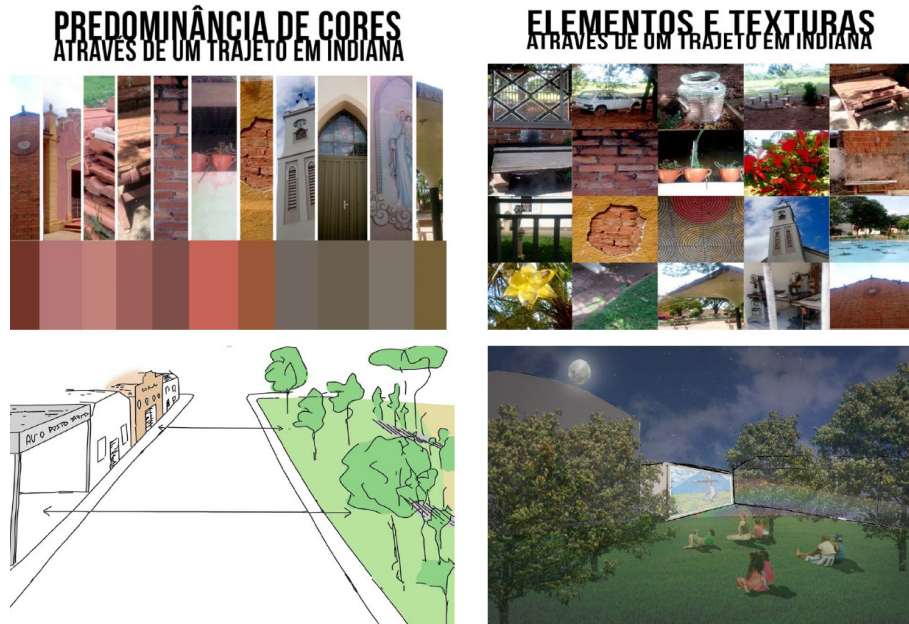


Figura 10: Intervenção sobre a Praça Central: grupo 5

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017

Quanto ao último recorte, a proposta sugerida pelo “grupo 6” teve como foco a rua principal do comércio. Durante as derivas, notaram que as características arquitetônicas das fachadas dos edifícios, modestas, não eram respeitadas pelos anúncios publicitários. Assim, buscaram valorizar os aspectos arquitetônicos com uma série de alternativas à publicidade das lojas (Figura 11).

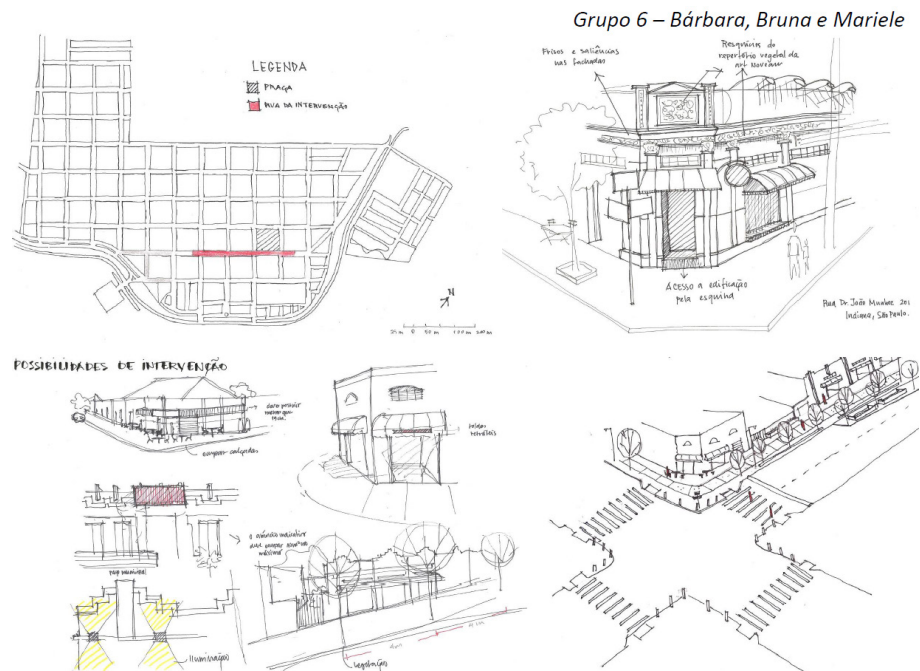


Figura 11: Intervenção sobre Prédios Históricos: grupo 6

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017

Por fim, também houve a preocupação com aspectos do patrimônio cultural da

cidade, como pelo “grupo 7”, por meio de uma intervenção sobre uma antiga olaria. A partir de um estudo do programa funcional da produção cerâmica (ainda hoje a principal atividade econômica da cidade), e das sensações afloradas pelas derivas, conceberam um circuito convidativo para os visitantes ao inserirem a atmosfera existente, valorizando o processo de produção (Figura 12).

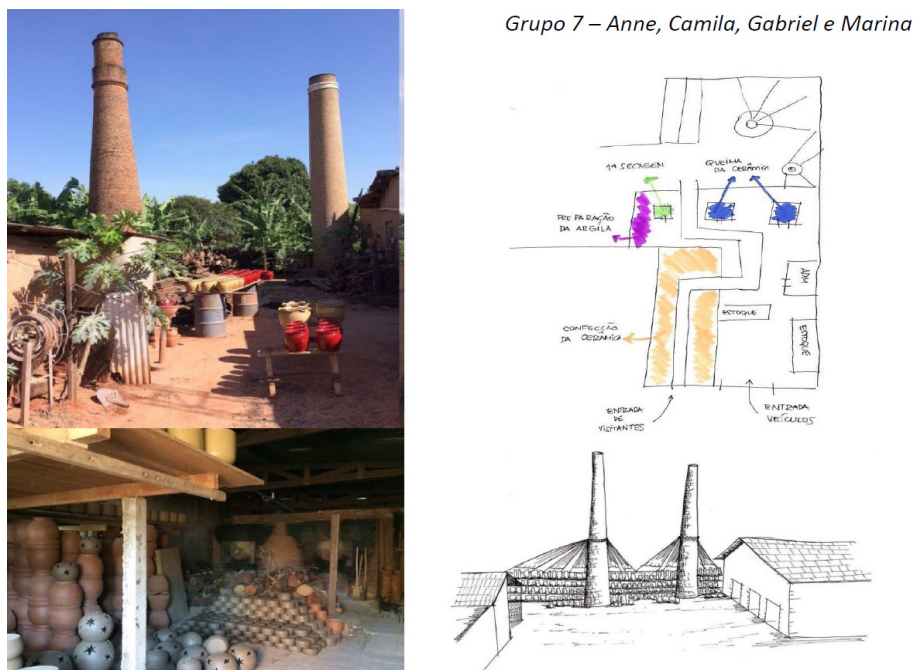


Figura 12: Intervenção sobre Prédios Históricos: grupo 7

Fonte: Arquivo da disciplina, 2017

4 | DISCUSSÃO

As propostas de possíveis intervenções foram produtos da interação das relações entre as camadas das percepções sensitivas das ambiências e atmosferas com os diagramas do processo histórico da cidade.

Nesse procedimento metodológico, muitas vezes, os alunos foram levados a realizar novas derivas, assim como conversar com moradores e gestores destes espaços. Os lugares a serem trabalhados foram percebidos com fortes significados para seus usuários e se tornaram determinantes no momento de decisões projetuais das intervenções concebidas, possuindo um ponto em comum: o uso dos espaços públicos abertos para a valorização do patrimônio preexistente.

5 | CONCLUSÃO

A prática da deriva atenta às solicitações das ambiências e atmosferas do centro histórico de Indiana, proporcionou uma experiência fenomenológica, por meio da

vivência e experiência corporal

Esse procedimento metodológico encaminhou propostas de intervenções que revelaram a preocupação com tratamento dos espaços livres, abertos e públicos, do entorno das edificações consideradas de interesse de preservação pelo seu valor histórico e cultural. Buscaram priorizar os lugares de vivências como importantes para cidade e como suportes materiais da memória coletiva da cidade.

O uso da linguagem gráfica pela cartografia e diagramas possibilitou a espacialização dos conceitos estudados, como expressão das experiências sensoriais das derivas, constituindo-se como produtos deste procedimento metodológico.

Entende-se que o ato de projetar em preexistências edificadas não trata apenas de se pensar o objeto, mas também compreender suas relações com as ambiências e os tempos das cidades. Assim, as propostas de projeto se pautaram em sua maioria na valorização do espaço público e de suas práticas socioespaciais, como ponto necessário a ser considerado para preservação do patrimônio urbano e arquitetônico.

Desta forma, foi possível verificar o potencial de transformação dos espaços abertos com valor histórico e cultural, mesmo em pequenas cidades com pouca dinâmica econômica. Através do seu reconhecimento como experiência urbana, demonstra-se, ainda que preliminarmente, a forte relação entre a forma arquitetônica e o modo como ela é experimentada, para alimentar o processo de concepção projetual sobre os ambientes preexistentes.

Deste modo, percebe-se a importância destas possibilidades de intervenções se tornarem atmosferas com significados para a existência ou presença humana para sua permanência no espaço urbano revigorar um sentido de lugar compartilhado da cidade.

REFERÊNCIAS

CARERI, F. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: G. Gili, 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008. Vol. 1 (Artes do fazer)

DEBORD, G. Teoria da deriva. In: JACQUES, P.O. (Org). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MONTANER, J. M. **Sistemas Arquitectónicos Contemporáneos**. Barcelona: G. Gili, 2008.

PALLASMAA, J. A geometria do sentimento: um olhar sobre a arquitetura. In: Nesbitt, K. (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SOLÀ-MORALES, I. Terrain Vague. In: **Territórios**. Barcelona: G. Gili, 2002.

YAZIGI, E. (Org.). **Turismo**: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZUMTHOR, P. **Atmosferas**: entornos arquitetônicos, as coisas que me rodeiam. Barcelona: 2006.

AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG

Daniel de Almeida Moratori

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

Mestre pelo programa de pós-graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia.

Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: Esse artigo, narra parte do esforço de investigação na dissertação intitulada “As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Deodoro (parte baixa): Dos Códigos de Posturas às leis de proteção patrimonial”, a qual buscou identificar os instrumentos normativos/legislativos que influenciaram nesse processo, evidenciando as alterações e interferência no espaço urbano, vislumbrando assim os caminhos que a rua trilhou desde sua formação até o reconhecimento das políticas patrimoniais. Os objetivos aqui propostos se focam em atribuir na pesquisa documental a importância de entendimento da cidade como produto das relações sociais e legais, e mostrar no método da pesquisa que deu origem a dissertação, as importantes contribuições no entendimento da cidade e seu histórico. Metodologicamente serão apresentados os tipos de documentos relacionados as questões urbanas, assim como as informações que se articulam entre tais fontes e a forma de organização e sistematização dessas informações ao serem usadas na validação ou questionamento de questões historiográficas já

consolidadas em Juiz de Fora. Conclui-se com essa pesquisa que muitos aspectos validados por pesquisas das últimas décadas podem ser questionados ao abrirmos debates nos pautando em documentos de fontes primárias. Estas documentações são ainda pouco exploradas dentro do entendimento da cidade e do urbanismo, em comparação com a riqueza de detalhes e informações capazes de transmitir, validando assim além da importância desses documentos, a necessidade de estes serem mais incorporados nos estudos da história da cidade. Ressalta-se também a necessidade da valorização dos órgãos responsáveis por gerir tais dados, que sofrem desmontes de investimentos.

PALAVRAS-CHAVE: História do Urbanismo; Documentação; Planejamento urbano; Legislação Patrimonial; Legislação Urbana.

ABSTRACT: This article, part of the research effort in the dissertation entitled “The legal guidelines on the urban evolution of Marechal Deodoro Street (lower part): From the Codes of Postures to the patrimonial protection laws”, which sought to identify the normative / legislative instruments that influenced in this process, showing the changes and interference in the urban space, thus glimpsing the paths that the street has undergone since its formation until the recognition of patrimonial policies. The

objectives focus on attributing in documentary research the importance of understanding the city as a product of social and legal relations, and show in the method of research that gave rise to the dissertation. Methodologically, it will be presented the types of documents related to urban issues, as well as the information that is articulated between such sources and the form of organization and systematization of this information when being used in the validation or questioning of historiographical issues already consolidated in Juiz de Fora. It is concluded with this research that many aspects validated by researches of the last decades can be questioned as we open debates on documents from primary sources. These documents are still little explored within the understanding of the city and urbanism, in comparison to the wealth of details and information capable of transmitting, thus validating beyond the importance of these documents, the need for them to be more incorporated in the studies of the history of the city.

KEYWORDS: History of Urbanism; Documentation; Urban planning; Legislation Heritage; Urban Legislation.

1 | INTRODUÇÃO - A HISTÓRIA DA CIDADE VISTA ATRAVÉS DA SUA DOCUMENTAÇÃO

A utilização da releitura da cidade é algo que deve ser constantemente trabalhado conforme o aparecimento de novas fontes, estudos e fatos sobre seu tecido urbano. Esse espaço está sempre em constante modificação, e detêm na sua passagem pelo tempo de diversas camadas sobrepostas de concepções, ideias, propostas, produções, cultura, nesse organismo vivo e volátil fruto da ação humana. Devido a essa multiplicidade de fatores que agem sobre a cidade, as abordagens, interpretações e percepções sobre o mesmo objeto podem trazer a mesma multiplicidade de respostas, tal como a forma em que a pesquisa for direcionada.

Ao lançarmos esforços para dialogar a respeito da preservação do nosso patrimônio cultural, nos relacionamos diretamente com a necessidade de revisar nosso passado através da investigação do campo da história da arquitetura, do planejamento urbano e do urbanismo. Diferentes abordagens nos permitem avaliar de forma mais abrangente os contornos da cidade, podendo observar sua evolução urbana e as diversas respostas na sua morfologia. Diversos estudos são feitos analisando o ambiente construído, identificando as edificações e propondo leituras da cidade a partir dessas edificações e seu contexto, se apoiando na teoria da arquitetura e do urbanismo e fazendo diálogos com outros campos correlacionados. Além da análise sobre as construções, com suas características arquitetônicas, artísticas e históricas, além de toda uma carga teórica em torno da mesma, evidencia-se uma necessidade da utilização de fontes primárias como suporte para novas possibilidades de leituras, discussões e correlações entre o objeto de estudo.

A análise sobre a cartográfica, arquivos fiscais, leis, decretos, normas, planos, material iconográfico, jornais, inventários e demais documentos se mostram fontes inesgotáveis de conhecimento e muitas vezes pouco exploradas ou até mesmo inexploradas no meio acadêmico, que detêm de informações que podem trazer novos olhares sobre a cidade, como também complementar lacunas existentes. Esse tipo de abordagem permite um contraste com informações, conhecimentos e asserções da historiografia atual, o que viabiliza a possibilidade de reiterá-las ou mesmo usar a contestação a partir de novos dados.

Observa-se a existência de uma tendência de reconhecimento sobre a importância das fontes documentais como responsáveis por produzir novas narrativas, possibilitando ampliar a visão acerca do conhecimento e entendimento da produção arquitetônica e urbanística. As fontes históricas são materiais que podem ser utilizados por pesquisadores das mais variadas formas, com uma apropriação na forma de abordagens específicas, metodologia, técnicas variadas para formularem seus discursos históricos (PINSK, 2005, p.7). Dessa forma, tal abordagem buscando uma releitura do processo evolutivo nos permite a possibilidade de se trabalhar na historiografia da cidade e do seu ambiente construído, propiciando novas interpretações desse espaço urbano.

Este trabalho tenta demonstrar a importância desses materiais agindo como agente de corroboração e validação das alterações urbanas em um objeto de estudo. As possibilidades do entrelaçamento das diversas fontes primárias nos permite analisar e dialogar com outras já utilizadas com maior frequência, permitindo assim que a pesquisa perpassa etapas vencidas. O objetivo central do historiador da arquitetura e urbanismo se pauta em explorar e identificar os documentos disponíveis, sempre utilizando de uma releitura da história da cidade contribuir para um melhor entendimento do processo de evolução urbana.

Esse trabalho narra parte do esforço de investigar para efeito de dissertação a evolução urbana da Rua Marechal Deodoro, na cidade de Juiz de Fora. Assim, esse trabalho é uma ramificação da dissertação intitulada “As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Deodoro (parte baixa): Dos Códigos de Posturas às leis de proteção patrimonial”, apresentada no Programa em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora (em 25 de setembro de 2017). Nessa dissertação, buscou-se identificar os instrumentos normativos/legislativos que influenciaram nesse processo evolutivo, evidenciando as alterações e interferência no espaço urbano, vislumbrando assim os caminhos que a rua trilhou desde sua formação até o reconhecimento das políticas patrimoniais.

2 | UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A RUA MARECHAL DEODORO

A cidade de Juiz de Fora, MG, possui seu centro de formação delimitado

entre os limites físicos do Morro do Imperador e o das margens da linha férrea / Rio Paraibuna. Englobado no triângulo (ver fig. 1) que se conforma entre as vias Av. Barão do Rio Branco, Av. Francisco Bernardino e Av. Itamar Franco e rua Espírito Santo, está localizado o centro de comércio e serviços municipal, que se desenvolve numa paisagem marcada por calçadas de uso prioritário de pedestres, e galerias que tornam múltiplas as formas de circulação no espaço urbano. Dentro todas as vias do centro urbano, a rua Marechal Deodoro se destaca por ser uma das primeiras que foram abertas, ajudando a conformar e consolidar o espaço urbano. Na sua existência, essa rua foi sempre palco de transformações que iriam acompanhar o progresso e desenvolvimento da cidade, que refletiria em sua paisagem edificada.

A rua é conhecida no imaginário popular como “a rua do comércio”, pois nela se concentrou essa atividade, fruto dos imigrantes que escolheram nessa via o local para propagação dos seus produtos e serviços, e a partir da chegada dos trilhos e sua proximidade com a estação ferroviária, tal comércio floresceu, com preponderância do grupo sírio-libanês (DORNELAS, 2008, p. 95), o que iria ter uma influência preponderante na arquitetura da via. Com o advento do fim do Império, o ecletismo entrou como uma justificação da Republica, afirmando um pensamento positivista que já era dominante no sec. XIX.

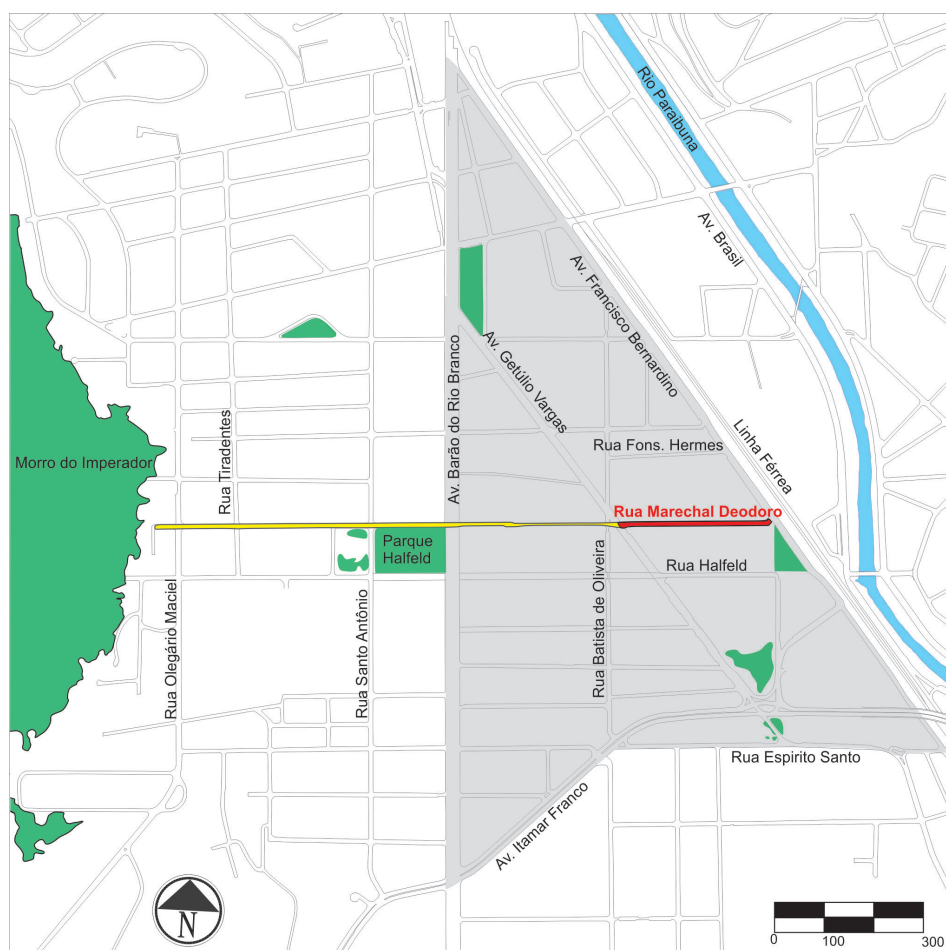


Figura 1 – Rua Marechal Deodoro em toda sua extensão, com a demarcação em sua parte alta (amarelo) e baixa (vermelho) e a delimitação do triangulo central do centro da cidade. Representação feita em cima da planta cadastral planialtimétrica da PJF. Mapa elaborado pelo autor.

Fonte: Autor (2017)

A adoção do estilo eclético foi um meio de expressar sua identificação com o progresso mundial, aliado ao desenvolvimento local nos setores econômico, urbano e social, além de abarcar a questão higienista. Começou a ocorrer uma disputa entre a execução dos edifícios mais imponentes entre proprietários e industriais, reforçando a superioridade sobre camadas sociais menos favorecidas. Muitos comerciantes, que detinham de lojas na rua Marechal Deodoro, buscaram com o passar do tempo a escolherem uma arquitetura que destacaria suas construções. Dessa forma, a via foi alvo durante várias décadas da busca por uma excelência construtiva e arquitetônica.

Ao se estudar a morfologia urbana, lidamos com a forma física da cidade, com planos, mapas, e projetos que foram consolidados ou não. Ao lidarmos com documentos como atas da câmara, jornais, relatórios fiscais, observa-se uma abertura de informações sobre as relações sociais, onde as disputas e tensões levaram a ações determinantes que influenciariam o urbano. É indispensável destacar que a atividade de pesquisa, mesmo que tendo um recorte e objetivo pré-estabelecido, acaba por não ser um processo linear quando se busca uma releitura da cidade, pois diversas direções e caminhos se abrem conforme o estudo vai sendo conduzido, o que pode impulsionar ou não o objeto final idealizada. Nesse caso, é necessário o cuidado do pesquisador para saber filtrar o material recolhido para que não ocorra uma sobreposição de diversos assuntos que abandonam o objetivo central.

Os objetivos aqui propostos se focam em atribuir na pesquisa documental a importância de entendimento da cidade como produto das relações sociais e legais, e mostrar no método da pesquisa que deu origem a dissertação, as importantes contribuições no entendimento da cidade e seu histórico. Metodologicamente serão apresentados os tipos de documentos relacionados as questões urbanas, assim como as informações que se articulam entre tais fontes e a forma de organização e sistematização dessas informações ao serem usadas na validação ou questionamento de questões historiográficas já consolidadas em Juiz de Fora

3 | UM ESTUDO APROFUNDADO NA HISTÓRIA DA CIDADE

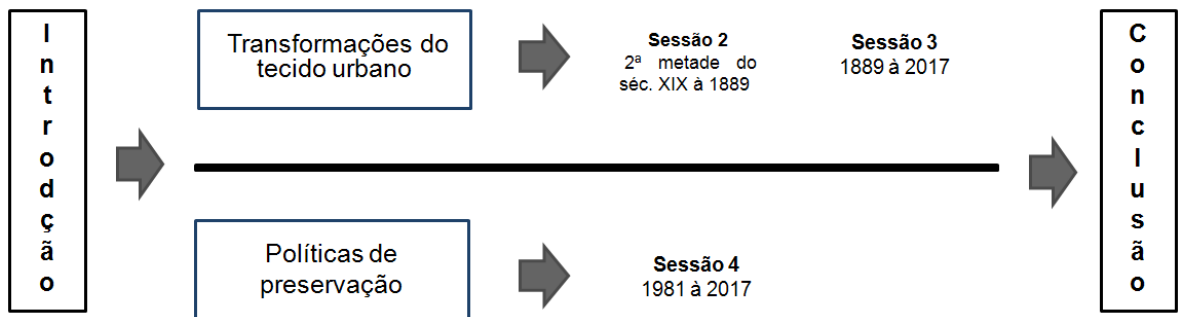
O espaço urbano pode ser definido como um produto referente a todo processo de interferência do trabalho humano em determinado ambiente. Assim, uma infinidade de valores advindos dos mais variados tipos de culturas, etnias, técnicas, trabalhadores, entre outros, convergem numa estrutura de que mescla seus espaços públicos e privados, como edifícios, praças, ruas e todo sistema de produção e consumo. Esses meios é que sustentam a cidade como um organismo vivo, mutável e transformável pelos indivíduos que nela vivem ou transitam. Identificar a formação e proteção da paisagem urbana edificada é algo que caracteriza um conflito na contemporaneidade, devido às várias formas de ação sobre determinados bens inseridos no contexto urbano.

Henri Lefebvre nos diz que o tecido urbano não se limita a morfologia, mas é o suporte de um modo de viver, a sociedade urbana, e é nesse tecido urbano acontecem os fenômenos da vida social e cultural (LEFEBVRE, 1991, p.19). Conforme Carlos (2007, p. 20-21), o espaço e a sociedade se mostram indissociáveis no processo de produção da espacialidade da cidade, pois as relações sociais acabam por materializar em um território real e concreto, ou seja, “a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial”. Dessa forma, planejamento, desenho, integração e organização espacial são alguns dos componentes presentes na busca por soluções na realidade pluralista das cidades contemporâneas, que demandam uma integração de sistemas, agentes sociais e lugares conflituosos.

A dissertação buscou a identificação dos instrumentos normativos/legislativos que tiveram alguma influência na evolução urbana da rua Marechal Deodoro desde sua formação, em meados do séc. XIX, até o ano 2017. Esse recorte extenso permitiu cobrir diversas mudanças políticas e de pensamento da sociedade e de seus legisladores, que refletiriam em suas leis, normas, decretos e planos as transformações vividas no corpo social da cidade. Esses reflexos se mostrariam evidentes no ambiente construído, que sobrepondo camada após camada, carregava toda uma história da rua Marechal Deodoro, escrita de forma subjetiva em cada tijolos, paredes e telhados.

Diante da busca por um entendimento mais aprofundado em relação das próprias raízes da via, em sua história urbana, processos e transformações foram identificadas na bibliografia da cidade diversas lacunas em relação a rua Marechal Deodoro. Isso se deve a problemática de uma ação um pouco suprimida em relação a própria pesquisa da história da arquitetura e urbanismo da cidade, que acabaram se concentrando em pontos específicos e com uma certa repetição tanto de fontes, deixando de lado um rico material existente nos arquivos da cidade.

Buscou-se para o desenvolvimento da dissertação a utilização de uma metodologia de pesquisa que permeou entre uma pesquisa de caráter fortemente documental, além da utilização de bibliografia local como fonte secundária, auxiliando no norteamento do desenvolvimento da história da cidade. Essa bibliografia local foi sempre confrontada com as fontes primárias encontradas nos arquivos, o que possibilitou a revisão de diversas imprecisões e equívocos que eram continuamente repassados por pesquisadores que utilizavam dessas fontes secundárias sem a confirmação dos dados. A utilização de depoimentos de moradores e comerciantes da rua, pessoas que participaram dos processos de preservação auxiliaram, complementaram ou então confrontaram diversos dados colhidos, o que tornou a pesquisa mais rica informações e precisa.



Fluxograma 1 – Estrutura da dissertação feita de forma a separar os assuntos sobre temáticas e periodizações para facilitar a organização documental.

Fonte: Daniel Moratori (2017)

A dissertação tem 5 Sessões (a 1ª e 5ª Sessão são a introdução e conclusão, respectivamente), e para melhor organização, foi feita uma divisão em duas partes, o que facilitou tratar com os diversos tipos de materiais envolvidos na pesquisa (ver fluxograma 1). A primeira parte trata das transformações do tecido urbano e suas interferências na via. Nessa parte, ainda foi feita uma divisão entre períodos: o primeiro de meados do século XIX até 1889, ao fim do período imperial, que é discutido no Sessão 2; o segundo de 1890 até 2017, que é tratado no Sessão 3. A segunda parte da dissertação é dedicada ao tema relacionado com as políticas de preservação, e abarca o período de 1981 à 2017 – Sessão 4. Esse tipo de divisão facilitou a manipulação dos arquivos a fim de evitar certa desordem devido ao volume de dados consultados. Na primeira parte, compostas pela Sessão 2 e 3 onde é trabalhado as transformações do tecido urbano, foram utilizadas diversas documentações primárias.

4 | A FORMAÇÃO E CONFORMAÇÃO DA CIDADE E A ABERTURA RUA MARECHAL DEODORO VISTO ATRAVÉS DA DOCUMENTAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL

A Sessão 2 da dissertação, que se atém ao período do Império brasileiro, necessitou de diversos documentos que datam a formação da cidade, já que a rua Marechal Deodoro surgiu em meados do século XIX. No Arquivo Histórico de Juiz de Fora se encontram diversas fontes primárias que perpassaram o período Imperial chegando até a República, onde datam desde a fundação da cidade, em meados do século XIX, contemplando até aproximadamente a década de 1950. Com um rico acervo documental sobre a cidade de Juiz de Fora através da documentação da administração pública municipal, o Arquivo Histórico se mostra uma fonte de pesquisa que detêm o poder de fornecer informações valiosas aos pesquisadores locais.

Para análise da evolução urbana da rua Marechal Deodoro no período Imperial, foi necessário utilizar os Códigos de Posturas, que são mecanismos legais implantados no Brasil a partir de 1824, que se constituem como um instrumento de regulamentação, normatização, vigilância e disciplina, que buscava prevenir os efeitos considerados

prejudiciais que incidiriam sobre o espaço urbano. Com um levantamento utilizando o inventário do Arquivo Histórico, buscou-se a identificação de todos Códigos de Posturas existentes até 1889, além de todos decretos e complementos ao mesmo. Como resultado, foram encontrados na pesquisa dois Códigos de Posturas impressos (1853 e 1857), além de dois manuscritos (o primeiro sem data e incompleto, e o segundo manuscrito, datando de 1863). Há ainda 72 emendas e 41 propostas de Artigos Adicionais preservados. Esses códigos iriam ser responsáveis por toda mudança morfológica na estrutura urbana da cidade, que já nasceu com esse instrumento legal para regular sua ordenação. A própria abertura da rua Marechal Deodoro seguiu parâmetros estabelecidos no Código de Posturas.

Devido a incongruências das fontes bibliográficas a respeito da história da cidade, houve a necessidade de um aprofundamento maior na documentação primária que fornece dados que suprem certas lacunas e imprecisões. Dessa forma, foram também analisadas as Atas das Sessões da Câmara, que permitiram identificar as ações dos vereadores e presidente da Câmara em respostas aos problemas urbanos; os Relatórios dos Agentes Fiscais, que fiscalizavam, multavam e apontavam os problemas existentes. Esses relatórios foram de grande valia, já que mostravam de forma pormenorizada diversos detalhes referentes às ruas da cidade, como as construções existentes, sua arquitetura, as irregularidades, os terrenos vazios, e demais detalhes da morfologia urbana, além das questões higienista e sanitárias que eram evidentes.

Como o objeto de estudo é uma rua se fez necessária a utilização de documentos referentes ao traçado e ao arruamento, sendo feito um levantamento da cartografia local, buscando diversas plantas e mapas que puderam mostrar a evolução urbana da via, até chegar a configuração atual. Com esses documentos do Arquivo Histórico, aliado a outros documentos secundários, foi possível precisar a abertura das vias da cidade, para datar com precisão esse evento. Essa leitura da cartografia, de fotografias, relatórios de fiscais e jornais proporcionou diversas releituras de acontecimentos, como a chegada da ferrovia e sua influência sobre a rua Marechal Deodoro, com todo adensamento na parte inferior da via, próximo a estação ferroviária, de onde foi tirado o recorte para estudo somente do trecho denominado “parte baixa” da rua Marechal Deodoro.

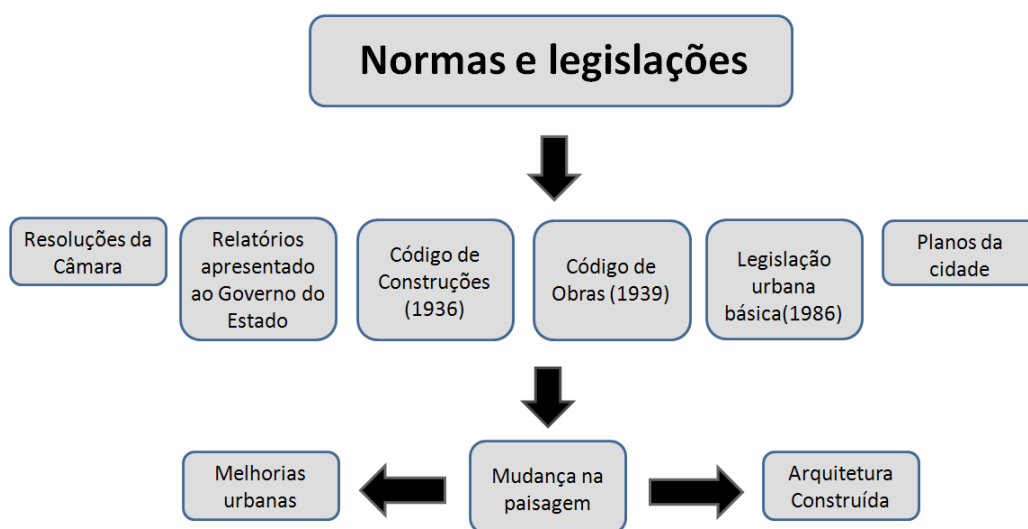
O Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes forneceu documentos e bibliografia referente à história da cidade, como um rico acervo de jornais locais. O acervo dos jornais circulavam na cidade foram levantados, usando a plataforma digital na Biblioteca Nacional, a Hemeroteca, o que serviu para identificar assuntos relacionados a questão urbana da rua Marechal Deodoro. A partir da confrontação de dados das Atas da Câmara Municipal e de jornais do período Imperial, foi permitido solucionar uma questão referente à mudança de nome da rua, que foi alterada seis vezes no entre a década de 1850 e 1890.

Como é demonstrado por José Murilo de Carvalho em seu livro “A Formação das Almas”, em nenhum outro momento a produção histórica esteve tão presente no

Brasil como no último quartel do séc. XIX, na transição de Monarquia para a República (CARVALHO, 1990, p.10-11). Entre 1888 e 1890, o nome se alterou por quatro vezes, devido a essa disputa entre monarquistas e republicanos na cidade, o que trouxe certa confusão nos meios oficiais pelas diversas trocas de nomes da via em um período tão breve. Perpassando essa tensão provocada pelas mudanças, pode-se identificar a utilização da rua Marechal Deodoro como um ponto de embate entre essas duas correntes de pensamento.

5 | TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA REPÚBLICA

A partir da implantação da República, foi feito um levantamento sobre todas as normas e legislações relacionadas a questão da produção arquitetônica e do planejamento urbano. Inicialmente, foi utilizado Arquivo Histórico Municipal e o Setor de Memória para identificar as resoluções, leis, decretos de 1889 a 1945. Sobre essa documentação pós 1945, a Prefeitura de Juiz de Fora criou um site chamado JF Legis com uma ferramenta que auxilia a busca através da data ou palavras chaves. Essa ferramenta se mostra fundamental na busca por tais documentações.



Fluxograma 2 – Estrutura para busca de arquivos após a implantação da República. No esquema, documentações referentes as transformações urbanísticas, excluso a parte patrimonial.

Fonte: Daniel Moratori (2017)

Utilizando também o Arquivo Histórico e o Setor de Memória, buscou-se desde os primeiros Códigos de Posturas, perpassando pelos Relatórios apresentados ao Governo do Estado (1933 e 1934), Código das Construções (1936), Código de Obras (1938), Legislação urbana Básica (1986), Planos diretores (1996 e 2004). Esses documentos permitiram identificar a lógica legislativa/normativa para as construções na Rua Marechal Deodoro, colocando limites e normas nas edificações.



Figura 2 – Projeto de edificação para ser aprovada a construção na Rua Marechal Deodoro. Ano de 1909.

Fonte: Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Foto: Autor (2016)

No Arquivo Histórico ainda foi feito um levantamento de todos os requerimentos de construção de edificações até 1945 na Rua Marechal Deodoro. Também foi utilizado o acervo da Divisão de Comunicação da Prefeitura de Juiz de Fora, órgão responsável pelo armazenamento dos projetos arquitetônicos e da documentação que acompanha o mesmo. Esses requerimentos eram compostos da solicitação do requerente, planta baixa, fachadas e demais detalhes das edificações. Esse material possibilitou a construção de um perfil das edificações na rua conforme ocorriam as mudanças nas legislações, sendo auxiliado por outras fontes, como a iconografia. A identificação da tipologia, técnica e linguagem construtiva de diversas edificações se mostrou mais clara com a análise dessa documentação, o que propiciou também uma sobreposição sobre as edificações atuais, identificando diversas mudanças (ver fig. 2).

Para uma conceituação abrangente sobre o planejamento urbano no Brasil, foram utilizados os trabalhos de Flávio Villaça (1999) e Maria Cristina da Silva Leme (1999), que investigam as transformações no Brasil a partir de meados de século XIX, a partir da produção do pensamento urbanístico, do planejamento urbano e planos urbanos que viriam a ser idealizados ou realizados. Como forma de contextualizar a cidade de Juiz de Fora e conseqüentemente a Rua Marechal Deodoro perante as transformações, esses trabalhos de Villaça (1999) e Leme (2004) impulsionaram a procura e análise de diversos planos e projetos urbanísticos e sanitários que influenciaram direta ou indiretamente a rua. Dentre eles, se destacam Plano de Saneamento e Expansão da cidade de Juiz de Fora”, comandado pelo engenheiro Gregório Howyan, que durou entre 1892 a 1894; os projeto dos eng. Lourenço Baêta Neves e Francisco Saturnino Rodrigues de Brito referente a solução de inundações da cidade; o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Juiz de Fora/MG, do engenheiro Saboya

Ribeiro.

Cabe informar que a carência de fotografia das ruas foi suprida com uma grande pesquisa em diversos arquivos online. Inicialmente essa busca se fez em sites como a Biblioteca Nacional, Arquivo Público Mineiro, Fundação Casa Rui Barbosa, além de dois blogs da cidade detentores de um grande acervo digital: o blog Maria do Resguardo e Maurício Resgatando o Passado. Como esses sites não conseguiram fornecer material iconográfico sobre a rua, a pesquisa novamente se ateve a dois locais: o Museu Mariano Procópio, com seu importantíssimo acervo, onde foram encontradas fotografias do início do século; e novamente o Arquivo Municipal, onde a coleção de jornais do conseguiu suprir esse déficit de forma louvável.

Através do levantamento e análise de todas essas fontes, tem-se a compreensão de ordem política/administrativa que ocorria na cidade do Juiz de Fora, e quais suas pretensões em relação a mesma, através de seus instrumentos normativos, verificando a representação das regras que tratam sobre o espaço construído e as atividades urbanas nele desenvolvidas.

6 | UM OLHAR SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em Juiz de Fora, Planejamento Urbano e Patrimônio Cultural não pertencem a mesma esfera nos órgãos municipais. Os assuntos relacionados ao patrimônio se encontram na área de cultura, mais precisamente na Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA). Dessa forma, a pesquisa teve que percorrer outros órgãos da municipalidade. A partir da década de 1970, quando entra em debate a questão preservacionista na cidade, foi feito um levantamento da documentação no órgão da Prefeitura que é responsável pelo Patrimônio Cultural, a Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC), vinculada a FUNALFA. Foram identificados todos os processos que levaram ao tombamento de diversas edificações na rua, e a partir disso, foram colhidos o Pré-Inventário de 1981, os Inventários de 1996 e 2002-2005, e o acesso a todos os processos de tombamento dos edifícios que estão no perímetro da parte baixa da Rua Marechal Deodoro, facilitando ver os pormenores de cada imóvel, desde sua notificação ao tombamento. Foram identificados os órgãos, as leis antigas e vigentes, as diretrizes, normas, decretos, lei complementares, o Plano Diretor, e outros que estão relacionadas com a questão de salvaguarda da memória cultural da cidade. Nessa busca, além de consulta aos órgãos, também foi utilizado o portal JF Legis, que auxiliou na busca por alguma outra diretriz referente ao Patrimônio Cultural que não era mencionada nas outras fontes.

Fontes complementares, como os testemunhos orais auxiliaram na reconstrução do histórico da rua e foram importantes para a questão direcionada aos movimentos que lutaram em prol da preservação de edificações na cidade, que influenciariam as políticas preservacionistas. Essas mesmas fontes orais, forneceram fotografias inéditas

do início e dos meados do século XX, mais uma vez abrindo novas perspectivas da história da cidade. Essas questões foram intercaladas com a bibliografia local, além de trabalhos referentes a políticas de preservação e proteção do patrimônio cultural material. Dessa forma, a pesquisa pretendeu responder algumas indagações sobre a preservação, se ela foi justa em relação às características que perduraram da rua e o que ela não abarcou.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando apenas uma rua como objeto de estudo, foi possível desbravar um conteúdo farto, rico em detalhes que nos permite traçar novos olhares a partir desses materiais que ficam parados nos arquivos, muitas vezes se deteriorando com o passar do tempo, devido ao armazenamento muitas vezes precário. Esse tipo de pesquisa fornece dados suficientes para novos estudos, com a expansão do conhecimento a respeito da história da cidade, do planejamento urbano e da arquitetura.

As fontes documentais e históricas não devem ser sintetizadas a uma mera ilustração de conteúdos, já que as mesmas detêm de um poder de reinterpretar toda a história da arquitetura e do urbanismo. A exemplo da dissertação no qual esse artigo tenta demonstrar o processo do estudo documental, as fontes primárias se mostraram de extrema valia para entender os processos da rua Marechal Deodoro e abrem novos caminhos de estudos, muitas vezes com ineditismo.

Conclui-se com essa pesquisa que muitos aspectos validados por pesquisas das últimas décadas podem ser questionados ao abrirmos debates nos pautando em documentos de fontes primárias. Estas documentações são ainda pouco exploradas dentro do entendimento da cidade e do urbanismo, em comparação com a riqueza de detalhes e informações capazes de transmitir, validando assim além da importância desses documentos e a necessidade destes serem incorporados de forma mais plena nos estudos da história da cidade, do planejamento urbano e do Patrimônio Cultural. O desbravamento das diversas fontes primárias se mostra necessário para uma leitura completa do espaço urbano, o que acaba por evitar que diversos erros já cometidos no passado não se repitam no processo de evolução da cidade.

Ressalta-se também a necessidade da valorização dos órgãos responsáveis por gerir tais dados, que sofrem desmontes de investimentos e se tornam partes sucateadas da gestão pública. Nota-se uma cultura perversa de desvalorização documental, que não incentiva a pesquisa em tal campo, o que acaba por favorecer o sucateamento dos acervos históricos. Tais acervos precisam sempre de cuidados de conservação e restauro, além de um processo de incentivo e divulgação por partes dos órgãos municipais, estaduais e federais, além do apoio do meio acadêmico, para proporcionarem ferramentas mais efetivas que proponham um impulso qualitativo e quantitativo nas pesquisas.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH - Departamento de Geografia da USP, 2007. 123 p.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 168 p.

DORNELAS, Juliana Gomes. **Na América, a esperança: Os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, MG (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2008. 163 p.

LEFEBVRE, Henry. *Direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991, 143 p.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil - 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAU-USP/FUPAM, 1999. 599 p.

MORATORI, Daniel de Almeida. *As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Teodoro (parte baixa): dos códigos de posturas às leis de proteção patrimonial*. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, 2017, 245 p.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, 302 p.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. p. 169 – 243.

A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI

Giesse Monteiro Alves de Andrade

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – SP

Gustavo Borges Vieira

Estácio CEUT, Centro de Ensino Unificado de
Teresina

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar, refletir e pontuar características e estratégias criadas e desenvolvidas durante a evolução da cidade de Teresina através do campo do conhecimento que trata da cidade: o Urbanismo. Por meio deste, faz-se possível a análise da dinâmica urbana e espacial da capital piauiense que mostra um crescimento contínuo, progressivo, acelerado e desigual. Teresina, cidade monocêntrica, inicialmente desenvolvida no eixo norte-sul ao longo do rio Parnaíba. Em razão do distanciamento do seu centro, sua malha urbana expandiu-se para o leste, além do rio Poti como uma medida rápida à demanda populacional. Consequente e conciliante ao processo de amadurecimento da metrópole teresinense, origina-se uma realocação do comércio e repartições institucionais para além do seu centro. Torna-se, então, uma cidade policêntrica radial, gerando corredores comerciais nas principais avenidas dos bairros da capital piauiense. Com a migração da

população de alto poder aquisitivo para os novos bairros da capital, constatou-se a concentração populacional das zonas da cidade de acordo com as classes sociais, reforçando a ideia de segregação residencial de alto status através da urbanização e verticalização de áreas específicas da malha urbana. Em contrapartida, o Estado elege como principal política pública a habitação de interesse social, promovendo a construção de inúmeros conjuntos residenciais horizontais, posteriormente apresentando-se como problemática desta tipologia na capital. Este trabalho busca analisar como ocorreu a expansão territorial de Teresina por meio da verticalização e espraiamento horizontal, averiguando suas possíveis consequências para a atual malha urbana da capital piauiense.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização; Verticalização; Espraiamento urbano.

ABSTRACT: This article aims to analyze, reflect and punctuate characteristics and strategies created and developed during the evolution of the city of Teresina through the field of knowledge that deals with the city: Urbanism. Through this, it is possible to analyze the urban and spatial dynamics of the Piauí capital, which shows a continuous, progressive, accelerated and unequal growth. Teresina, a monocentric city, initially developed on the north-south axis along the Parnaíba River. Due to the distancing

of its center, its urban network expanded to the east, beyond the Poti River as a rapid measure to the population demand. Consequent and conciliatory to the process of maturation of the metropolis, a reallocation of the trade and institutional breakdowns takes place beyond its center. It becomes, then, a polycentric radial city, generating commercial corridors in the main avenues of the neighborhoods of the piauiense capital. With the migration of the population of high purchasing power to the new neighborhoods of the capital, it was verified the population concentration of the zones of the city according to the social classes, reinforcing the idea of residential segregation of high status through the urbanization and verticalization of specific areas of the urban fabric. On the other hand, the State chooses social housing to be the main public policy, promoting the construction of numerous horizontal residential complexes, later presenting itself as problematic of this typology in the capital. This work seeks to analyze how Teresina's territorial expansion occurred through horizontal verticalization and urban sprawl, investigating its possible consequences for the current urban network of the Piauí state capital.

KEYWORDS: Urbanization; Verticalization; Urban sprawl.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas características particulares em relação à evolução do crescimento urbano da cidade de Teresina associado ao espraiamento horizontal e a política de segregação residencial de alto status por meio da urbanização e verticalização de áreas específicas da área urbana. Preliminarmente, pretende-se apresentar o início do desenvolvimento da capital teresinense, de forma a fundamentar as razões para definição do atual traço urbanístico da cidade, justificando-se que um modelo de crescimento cada vez mais contínuo, progressivo, acelerado e desigual; por vezes, gerador de conflitos em soluções propostas pelo poder público no intuito de resolução ou diminuição da problemática de habitação social e infraestrutura na capital. Modelo de crescimento este, que expõe como a designação de status (classe social) é capaz de refletir na definição e na alteração do nível de amparo social (por meio de políticas públicas) nas diferentes regiões da cidade, priorizando serviços de urbanização aos mais abastados e regiões nobres da cidade, em sua maioria no entorno dos shoppings centers de alto padrão, e estabelecendo uma relação acanhada as regiões mais periféricas, cada vez mais afastadas do centro de Teresina. É fundamental destacar que as regiões periféricas não são definidas apenas por bairros sem infraestrutura (regiões já habitadas anteriormente à prestação de serviços básicos para habitação como fornecimento de água ou energia elétrica, ou caso fornecidos, possuem distribuição irregular), vez que nas zonas periféricas de Teresina estão situados os condomínios residenciais de mais alto padrão da cidade.

APURAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA CAPITANIA DO PIAUÍ

O sertão brasileiro permanece inalterado até a chegada do colonizador português, que primeiramente apresenta interesse pelas regiões litorâneas, nas quais desenvolve a cultura da cana-de-açúcar. Ao tornar-se alvo de bandeirantes em busca de riquezas materiais e em perseguição aos povos indígenas, inicia-se a exploração dessa parte do território brasileiro e o processo de colonização do sertão, posteriormente vindo a destacar tal região pelo desenvolvimento da pecuária.

Segundo Siqueira (2015), no Piauí ainda capitania, existiu forte presença da figura do bandeirante, que especificamente por mando da coroa portuguesa, visava buscar terras para a criação do gado em pretensão de afirmar o domínio sobre o território da colônia. Na figura do bandeirante presente no território piauiense destaca-se Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, que adentra o Piauí pelo extremo sul e estabelece fazendas nas margens do Rio Parnaíba, iniciando a colonização da região, e que destas fazendas se originavam pequenos povoados. Tendo conhecimento diante do fato anterior, que por meio de estabelecimentos de fazendas e pequenos povoados, se faz instrumento para a formação do Piauí. Por volta de 1775, oito lugarejos existentes na capitania piauiense são elevados à categoria de vila, dentre elas a vila da Mocha (atual Oeiras) denominada capital da província em 1822.

A capital era situada no interior da província, em terra sertaneja com solo seco e estéril, inadequado para agricultura, e em local de difícil comunicação com as demais vilas da província, ocasionando diversos problemas administrativos. No início do séc. XVIII, surge a proposta de mudança da capital, proposta por Fernando Antônio de Noronha. (ANDRADE,2016).

“Teresina, uma das primeiras cidades planejadas do Brasil (no ano de 1852), possui o traçado urbano inspirado pelos padrões europeu: composto por ruas estreitas com quadras organizadas em traçado perfeitamente ortogonal, criando a ideia de “tabuleiro de xadrez”. (ANDRADE,2016)

“O clima e o traçado unem-se como determinantes da criação de áreas verdes diferenciando-se de várias cidades mais antigas onde a existência de praças em seus centros era diminuta”. (ANDRADE,2016)

Diante da impossibilidade da continuidade de Oeiras como capital da província, em 1844, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos fez votar e sancionou a lei N° 174, de 27 de agosto de 1844, que autorizava a mudança da capital, não para Parnaíba nem para a vila do Poti, mas para a margem do rio Parnaíba. Conselheiro Saraiva escolhe a vila do Poti, já que esta seria um ponto estratégico importante, situada no entroncamento dos rios Parnaíba e Poti, e região está cortada pela rota que ligava Oeiras à Parnaíba, facilitando a comercialização e dispersão das mercadorias, sendo transportadas por navios a vapor, já que a região provia de recursos como água, alimentos, e a existência da agricultura, pecuária e economia proveniente do extrativismo de espécies locais como a carnaúba. A vila do Poti foi elevada à categoria de cidade por força da resolução

Nº 315, de 21 de julho de 1852, editada pelo presidente da província do Piauí, José Antônio Saraiva, com o nome de Teresina, em homenagem a imperatriz dona Tereza Cristina Maria de Bourbon que junto ao imperador apoiaram a ideia da realocação da capital. (ANDRADE,2016)

“O início da modernização da capital deu-se no início do século XX com a construção da ponte metálica João Luiz Ferreira em 1939, projetada pelo engenheiro alemão Germano Franz. A ponte marcou o perfil da região com estilo da arquitetura de ferro, transformando-se em um cartão postal e marco da modernização do Piauí”. (ANDRADE,2016)

Teresina: Post Card 1957/1977

Post Card 57

*na praça marechal deodoro
às nove horas falavam
da udn e do americam-can*

*um louco Jaime fazia ponto do cruzamento
da barroso com a senador pacheco sem saber
que há tempo existia a guerra fria*

*quinta-feira era dia de matar o tempo
na praça pedro segundo enquanto os sapos
copulavam nos lajedos do tanque*

*na tertúlia do clube dos diários
uma geração embalava no marasmo
esquecendo tudo mais*

*nos canteiros da avenida frei Serafim
os cupins construíam suas casas
fiando estranha quietude*

*no bar carnaúba o sol roia o marrom
das tabículas das mesinhas ao passo que
os homens de casimira cinza faziam planos*

*na paissandu os bebâdos
pregavam subversão
na praça marechal deodoro
às nove horas há velhos com suas memórias
recompondo o tempo*

*quinta-feira é um dia qualquer
e na praça pedro segundo a mudança notável
é a da posição da estátua que parece sorrir*

*no cruzamento da barroso com
a senador pacheco há um sinal que não raro
encrenca desafiando a rotina*

*não há tertúlias do clube dos diários
as baratas medrosas saem das bocas-de-lobo*

Post Card 77

*admiram os caixotes de cerveja empilhadas e
fogem*

*nos canteiros da avenida frei Serafim
putas acenam com gestos medidos
a fome é mais forte que o medo*

*não há bar carnaúba mas os homens
de casimira cinza continuam fazendo planos
cogitando não aceitando irreverências*

*a paissandu agoniza
e um bolero esquentava as entranhas da noite*

*nas calçadas da simplício mendes
um rosto magro madalena deixava brotar
estranhamente um sorriso largo de espera*

*no mercado central pretas carnudas
vendiam frito de tripa de porco
fígado picado e caninha*

*no cais do parnaíba piabas
prata saltavam das águas salobras
como no sonho de meninos
os bêbados já não falam tanto
e a frieza da noite venceu o calor dos boleros*

*madalena morreu de câncer
e nas calçadas da simplício mendes
não há nada que lembre sua presença*

*no mercado central negrinhos descarnados
catam laranjas e limões podres
em plena manhã de maio*

*o Parnaíba continua lavando as almas pagãs
dos meninos fujões*



Figura 01 – Vista da praça Pedro II.

Fonte: FUNDAC, 2014

EVOLUÇÃO DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE TERESINA

O ritmo de modernização pela qual a cidade de Teresina passa desde a sua fundação, reflete a ideia direta de afastar da capital e do estado do Piauí a imagem historicamente atribuída de miséria e subdesenvolvimento do até então estado mais pobre da federação. Por outro lado, expõe o modo como a política autoritária da época tratava as estratégias desenvolvimentistas, situando a população de acordo com a classe social frente às obras de modernização urbanísticas que a cidade necessitava, com o intuito de demonstrar a construção da imagem de cidade moderna, cosmopolita e que acompanhava o Brasil no processo de urbanização que este passava nas últimas três décadas do século passado.

Teresina nas décadas de 30 e 40 do século passado presencia em sua história o fato da higienização social associada a urbanização, fato este que se relata o incêndio criminoso por parte do estado de casebres de palha localizados na área administrativa e centro comercial da capital, e no entorno de praças como Praça Marechal Deodoro (Praça da bandeira) e Praça Pedro II (ver figura 01), o que trazia a imagem de favelização e áreas ociosas, visto que ocorriam muitas brigas, e que estes locais eram utilizados para reunião de políticos importantes da época.

Segundo Toni Rodrigues em entrevista ao site Capital Teresina, a ordem do Estado Novo era urbanizar a qualquer custo, acabar com as casas de palha (ver figura 02) para promover o saneamento. Não houve diálogo com ninguém em nenhuma capital, logo em todas as capitais se presenciaram atrocidades em justificativa da urbanização, logo em Teresina, a solução encontrada por Evilásio Vilanova, principal responsável por tais acontecimentos na época era incendiar as casas de palha, tornando o fato

sistematizado.

O Brasil passa por uma grande reforma urbana ainda no final do século XX, inspirado na *Belle Époque*, modelo francês que tanto na arquitetura como nas formas de sociabilidades urbanas é conhecido através de seus projetos de remodelação dos grandes centros urbanos, oriundo do êxodo do homem do campo para as cidades com esperança de melhores condições de vida; quando essas cidades passam a demandar mais serviços básicos de habitação, saúde, emprego. Acontece um *boom* populacional nas capitais brasileiras, a migração para a cidade é fator decisivo para o inchaço destes aglomerados urbanos, que não previam tal fenômeno.

Teresina, indiferente de outras capitais que para a época também visavam tais planos de reformulação da cidade, também tem documentado os fatos que mostram a relação poder público e populares da capital piauiense, que por meio da imprensa, descrições de cronistas e jornalistas locais se registrava as mudanças que a cidade passava, projetando ao público externo e desconhecido a imagem de uma capital de oportunidades, enfatizando a receptividade do povo teresinense, que não só se fez por meio da imprensa, mas também com divulgação maciça do poder público, por meio de realização de obras de infraestrutura e de obras de grande porte para a capital piauiense, como a reforma e embelezamento da Avenida Frei Serafim, uma das mais importantes vias de tráfego da cidade, a construção do estádio Governador Alberto Tavares Silva “Albertão”, com capacidade para 60 mil pessoas.



Figura 02 – Vista da ponte Juscelino Kubitschek com casas de alvenaria constituídas adobe, taipa e cobertura de palha.

Fonte: FUNDAC, 2014.

Visando não somente a recepção de pessoas para “Viver bem em Teresina”, o Governador Alberto Tavares Silva (1971-1974), implementa o projeto de construção de um Distrito Industrial na zona sul da cidade, o qual se intencionava um crescimento

estruturado para a capital, deficiente no setor industrial, porém fica-se apenas no nível de desejo. Assim, as mudanças que ocorriam para modernização da capital, atraem mais pessoas humildes e empobrecidas, que residiam em cidades de pequeno porte, zona rural do estado do Piauí, ou vinda de estados próximos como Ceará e Maranhão, já que a capital de oportunidades tão difundida pela imprensa e poder público os deslumbravam com a perspectiva de melhores condições de vida. A capital piauiense com tamanha procura, acaba por se tornar um centro polarizador, nas áreas de saúde e educação, e centro da rotina administrativa do estado, nas esferas federal, estadual e municipal.

A população advinda das áreas rurais que migravam para a área urbana da capital piauiense foi o principal alvo das políticas restritivas segregacionistas, que acabaram por desmembrar essa faixa da população da cidade; com o objetivo de afastá-las de regiões mais urbanizadas das grandes cidades, criou-se uma situação de marginalização dessas pessoas, o que culminou na propagação de favelas por todos os centros urbanos. O estado, na impossibilidade de resolução dos novos problemas originados com o inchaço populacional das áreas urbanas, viu nas políticas segregacionistas a resposta mais rápida e econômica para adiantamento do que realmente importava aos seus segregados: as reformas dos grandes centros urbanos, “escondendo” a população menos abastada daquelas com maior status social.

A primeira configuração da malha urbana proposta por Conselheiro Saraiva já não atende mais as demandas da cidade, que cada vez mais passa a receber imigrantes que esperançosamente via na capital, oportunidades de trabalho, estudos e melhores condições de saúde, o que traz para a capital um crescimento desordenado, tendo que se expandir para além do rio Poti. Com o inchaço populacional motivado pelos imigrantes, o Estado decidiu priorizar a habitação como principal política pública da época, através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, e que tal prioridade resulta na construção de inúmeros conjuntos habitacionais, resultando no espraiamento da malha urbana da capital. Em Teresina, são construídos cinco conjuntos habitacionais entre 1966 e 1969, geralmente localizados na zona sul, região que concentrava o maior número de conjuntos, e zona norte.

Com a migração da população de maior poder aquisitivo do centro de Teresina para os novos bairros em formação, Jockey Club e Fátima, presencia-se uma descentralização das atividades comerciais na capital, originando novos corredores comerciais a exemplo das avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurguéia, ambas localizadas na zona Sul. Expõe também a limitação do centro urbano da cidade de atender toda a demanda que a população o exigia, o que influencia na caracterização da zona leste como um novo centro comercial associado ao uso de espaços definidos pelos altos preços e serviços especializados e específicos encontrados somente na região, em demanda de uma população segregada que podia ter acesso a estes serviços, expondo a divisão social por meio de status e poder aquisitivo na capital.

O bairro Jóquei iniciou sua formação a partir de 1952, com a escolha de um local,

na margem do Rio Poti, para a construção de um clube para a prática de corrida de cavalos, o que seria o embrião do Jóquei Clube do Piauí. Juntamente com o clube, surge o primeiro loteamento para residências urbanas nos terrenos em sua volta. Difundi-se, a partir daí a ideia de que morar na zona leste da cidade era símbolo de status social e econômico, justificando-se atualmente que o bairro representa o espaço da cidade com maior investimentos no setor imobiliário, em razão da demanda por moradia de luxo em locais privilegiados, que oferecessem conforto, segurança e lazer. Consequentemente afasta para a periferia os mais humildes que não possuíam a capacidade para inserção no status atribuído ao espaço urbano ali estabelecido na zona leste. Segundo Abreu (1983) a construção da habitação para as populações com maior poder aquisitivo é o principal objetivo do capital imobiliário.

As aristocracias tendem por instituição ideológica ao isolamento dos demais grupos sociais que formam a cidade, vivendo uma auto segregação, onde optam por viver em local fechado com maior segurança, onde acreditam assim, fugir da violência, que na concepção da classe é originada da população menos abastada da urbe. A imprensa também participa e colabora nessa ferramenta de segregação espacial da cidade, no momento em que em suas propagandas de construtoras transmite a ideia de maior segurança contra a violência que afeta a cidade na moradia em condomínio, vendo que a população que compõe a elite se dispõe a pagar por esta tipologia de construção.

A ADVERSIDADE DA URBANIZAÇÃO ACELERADA NA CIDADE DE TERESINA

Com a urbanização segregadora proporcionada pela especulação imobiliária nos bairros da zona leste, em ascensão e constante valorização, e as grandes reformas urbanas que fizeram por meio deslocar pessoas para outros bairros, surge a preocupação do poder público não só com a política habitacional, mas também ao correto uso do solo que viria a ser ocupado nos bairros das demais zonas da cidade, que estavam em plena evolução por meio dos projetos habitacionais do governo, que traziam importantes alterações na malha urbana.

O governo municipal começava a intervir no cenário urbano a partir de 1975, realidade que culminou com a elaboração do I plano Estrutural de Teresina (I PET) em 1977, que objetivava fazer um “zoneamento que dispõe sobre o parcelamento, uso e parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de Teresina, preocupando em fixar padrões de densidades por zonas, mediante a definição das áreas de expansão e implantação do perímetro urbano” (SILVA, 1989, p.52). Plano este que colaborou para o disciplinamento do uso do solo, mas que principalmente como ferramenta de equipar os recém-criados conjuntos habitacionais com infraestrutura necessária para dignidade de moradia aos menos favorecidos da capital, e que consequentemente tais serviços atingiram a periferia da cidade. Como consequência de fatores externos e internos à cidade, pleno desenvolvimento segregacionista da zona leste em constante expansão e desenvolvimento, e falta de infraestrutura básica e conjuntos habitacionais

e bairros adjacentes a estes, surgem as primeiras favelas da capital.

Os conjuntos habitacionais passam por uma mudança na década de 1980, na qual apresenta-se uma nova característica de moradia através de unidades residenciais de apartamentos, que já não ocupam espaços horizontais de grandes proporções na cidade, e que tem alterada a localização, não mais na periferia, mas em bairros que já haviam surgidos das políticas de habitação, porém estes já ofereciam maior infraestrutura comparada aos seus progenitores. Ao todo constroem-se 24 conjuntos habitacionais de apartamentos, os mais importantes localizados nas zonas Leste, Sul e Norte, a exemplo do Itararé, Promorar e Mocambinho, respectivamente. O processo de descentralização do comércio se intensifica, gerando um espraiamento em todas as direções da cidade, trazendo os mais variados impactos para cada região e sua população. O centro passa por um momento de revalorização daquele que sempre foi o maior motivo de movimento e ocupação em sua zona, o comércio, enquanto que surgem novos corredores comerciais na cidade, localizados em grandes avenidas, a exemplo da avenida Nossa Senhora de Fátima que tem emergido em sua via pequenos shoppings centers.

A cidade que já possui suas favelas e que, nesta época, tal processo de favelização ganha mais ênfase, já que cada vez mais os grupos menos abastados eram excluídos de qualquer forma para contribuir na elaboração de um planejamento correto e que fosse de acesso a todos, independentemente de região. Em tal contexto de indignação frente a exclusão social, surgem os primeiros movimentos de luta em defesa da moradia, através de organizações não governamentais, associações de moradores, lideranças políticas etc.). A luta por moradia chega aos olhos dos governantes, que em 1988, através da esfera municipal elabora o II Plano Estrutural de Teresina (II PET). Com o mesmo intuito do PET I, acaba tendo um enfoque na tentativa de solução para o problema de favelização, que cada vez mais se via crescente o número de favelas na capital, frente ao desenvolvimento de áreas nobres, o que acaba por trazer mais uma fragmentação ao espaço urbano de Teresina. O II PET instrui a expansão da cidade em direção à Zona Leste, tendo como razão

(...) o conflito com o rios, as restrições à ocupação na Zona Sul (áreas de topografia acidentada e de proteção do manancial de abastecimento d'água) e a grande concentração de lagoas e áreas alagadiças na zona Norte da cidade, é indicada a prioridade de ocupar a zona Leste da cidade, no sentido de se retirar o máximo de funções urbanas do espaço entre rios, diminuindo futuras despesas com serviços de infra-estrutura de grande porte para transposição dos mesmos. (Perfil de Teresina, 1993, p.38).

O II PET acaba por definir além da orientação de expansão da cidade, uma nova definição da organização territorial de Teresina, a demarcação em 108 bairros, por meio da Lei nº 1.934 de 16 de agosto de 1988, através de cinco zonas administrativas: Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste; antes somente existentes as zonas Centro, Norte, Sul e Leste, sendo a zona Leste fragmentada em zona Leste e Sudeste.

Nos primeiros anos de 1990 consolida-se o processo de verticalização na cidade de Teresina, a capital expandia-se em todas as direções, o poderio municipal presenciando tal fato que já não se era tão incomum, publica as leis n°s 2.264, 2.265 e 2.266 de 16 de dezembro, definindo a ocupação do solo urbano, o uso do solo urbano e o código de obras e edificações de Teresina, que tem forte contribuição no fortalecimento da consolidação da verticalização na cidade, e que teve total apoio dos agentes do setor imobiliário, já que na ambiência da recente lei, ampliam seu nível de organização.

Posteriormente com a cidade em constante crescimento e a formação de novos bairros, e conseqüentemente novas periferias, o poder público institui intervenções no intuito de dimensionar a expansão de vilas e favelas na cidade de Teresina. Em 1993 a Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência (SEMTAS), aliada a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC) e a Federação das Associações de Moradores do estado do Piauí (FAMEPI) elaboraram o I Censo de Vilas e Favelas de Teresina registrando “(...) 141 áreas consideradas vilas, favelas ou similares, com 14.077 moradias que abrigam 14.542 famílias, envolvendo 67.503 pessoas que constituem 10,52% da população do município” (Censo de Vilas e Favelas (I), Teresina, 1996, p.16)

Segundo o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) em seu documento Vila Bairro: habitação, infraestrutura e erradicação da pobreza em vilas e favelas que se faz um estudo de caso sobre o projeto Vila Bairro, projeto de autoria do prefeito Firmino Filho(2017-2020) que visava urbanizar vilas e favelas, no qual expõe o conceito de vilas como áreas de ocupação irregular do solo, caracterizadas, inicialmente, pela ausência de infraestrutura e precariedade da construção dos domicílios, mas que apresentam condições para a regularização fundiária e urbanização. Ao diferenciar que favelas já são aglomerados humanos situados em área de ocupação irregular do solo, que se caracterizam pela precariedade da construção de moradias e ausência de urbanização e saneamento, áreas de risco impróprias à moradia, demandando por parte do Poder Público Municipal a remoção das famílias para áreas adequadas de reassentamento.

Na zona leste, com o surgimento de shoppings centers que oferece serviços específicos acessíveis somente a este segmento da população, nota-se uma migração das áreas de concentração dos edifícios residenciais e comerciais de luxo para a região destes novos empreendimentos e em seus entornos, que anteriormente localizados na região do Centro, ao mesmo tempo e em contrapartida, ampliam-se as áreas residenciais de baixo poderio social como resultado de conquistas da população ligadas as lutas por melhores condições de habitação, como a Vila Irmã Dulce, na zona Sul em 1998. Segundo Façanha (2003) a conquista da moradia ocorrido na Vila, foi uma conquista coletiva e de posição de destaque na história e na configuração da malha urbana da cidade na qual a ordem social foi alterada em defesa da moradia, da terra, cidadania e da vida. E posterior a esta conquista o espraiamento horizontal

se fortalece nas zonas Norte, Leste, Sudeste e Sul, ampliando o tecido urbano, contabilizando 25 conjuntos habitacionais construídos na década de 1990.

Em 1999, o poder público realiza o III Censo de Vilas e Favelas objetivando atualizar os dados já existentes nos Censos anteriores e avaliar os impactos das políticas públicas implantadas pelo poder local em relação ao Projeto Vila-Bairro. O Censo registrou a existência de 117 vilas, 24 favelas e 9 parques e residenciais, com um total de 38.852 famílias e uma população de 133.857 habitantes, ocupando 37.820 domicílios. Um aspecto importante é a tentativa de regularização de lotes urbanos promovido pelo poder público municipal. Em 1998 ocorreram 1.721 e em 1999 chegou-se a 2.686 emissões de títulos de posse. (FAÇANHA, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno ao passado, as suas características, com personalidades históricas, fatos sociais, faz-se necessário para o entendimento do desenvolvimento da cidade de Teresina, que aliado ao presente e às suas configurações atuais e o modo de desenvolvimento na qual a cidade progride no campo do urbanismo, infraestrutura, social e político, cria um direcionamento, que além de estudo se torna uma ferramenta contributiva para o adequado desenvolvimento social, no correto desenvolvimento da cidade: questão bastante presente da criação da capital e presente aos dias contemporâneos, seja na habitação, seja na política de fortalecimento as questões sociais, ou problemas da favelização.

A participação popular se faz cada vez mais presente em questões, problemáticas urbanas, pois são estes agentes que vivem a cidade, a sentem e a interpretam em seus mais variados espaços e usos de acordo com a região, cabendo justamente ao estado federal, estadual e municipal inserir a população nessas decisões que influem na vivência da cidade, cidade para as pessoas e pelas pessoas, que independente de classes sociais, devem ser ouvidas, não sendo julgadas pelo local onde residem, ou pelo modo como a sua moradia é feita.

Além de necessário observar que a verticalização da cidade de Teresina está intimamente ligada à agentes do mercado imobiliário, que vendem construções de habitações para a população com maior poder aquisitivo, em locais fechados, em um processo próprio de “auto segregação, colaborando com a associação da violência na cidade com a vinda do menos favorecido, sua permanência na cidade enquanto privado de boas condições de vida e acesso a emprego e manutenibilidade de sua família.

A verticalização na zona leste trouxe consigo uma nova modelagem na malha urbana, e no espaço através da moradia em grandes edifícios, mas que com isso inicialmente de maneira desordenada se viu como mera ferramenta lucrativa por parte do mercado imobiliário, a qual geraria uma disputa por tais espaços que por denominação

de mercado eram símbolos de poder, e luxo, status social. A verticalização iniciada na zona leste da cidade de Teresina, incentivou o estado em solução de problemas como a favelização e o próprio déficit habitacional gerado pelo *boom* populacional que a cidade sofreu com a vinda de imigrantes de estados como Ceará e Maranhão. As políticas públicas adotadas para solucionar o problema habitação inicialmente, viriam a ser meras medidas que visavam afastar as favelas da vista das áreas nobres da cidade, assim afastando a população mais humilde para regiões mais distantes do centro da capital, e que não possuíam o mínimo de infraestrutura para habitação. Portanto é necessário analisar profundamente as mudanças que se fizeram no decorrer da história, para o entendimento e posterior percepção de como a segregação espacial dividiu a capital teresinense e influi no seu constante crescimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Giesse M. A; SOUZA, Antônio Jonas T. M. S; VIEIRA, Gustavo B. **A paisagem do centro de Teresina-PI e a indolência estatal ao patrimônio histórico**, 4 Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, 2016.
- Censo das Vilas e Favelas (I)** – Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários (SEM-TAC)/Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, PI, 1993.
- FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ...** Carta Cepro, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan/jun. 2003.
- IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Vila Bairro: Habitação, infra-estrutura e erradicação da pobreza em vilas e favelas**. Rio de Janeiro, jun/2002.
- MACHADO, Paulo. **Teresina Post Card 1957/1977**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1980.
- MONTE, Regianny Lima. **Vidas Incertas: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970**. Instituto Federal do Piauí-Campus Teresina Zona Sul, Teresina, 2017.
- Perfil de Teresina – PMT**, 1993.
- SEMPPLAN. **Perfil dos Bairros: Regional SDU Leste, Bairro Jóquei**. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/J%C3%93QUEI-2016.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017
- SILVA, M. D. **Em busca da prevalência: padrões de relacionamento entre movimentos sociais urbanos e Estado, em Teresina**. João Pessoa: UFPB, Dissertação de Mestrado, 1989.
- SIQUEIRA, Felipe Ibiapina M. Ruben. **Roteiro Cultural para o sítio histórico de São Raimundo Nonato-PI: a arquitetura como instrumento de reconhecimento, valorização e preservação** (Monografia). Instituto Camillo Filho, Teresina, 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

Anna Paula Lombardi - Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

